

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PRISCILA ELISABETE DA SILVA**

**Um projeto civilizatório e regenerador:  
análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**

São Paulo  
2015

PRISCILA ELISABETE DA SILVA

**Um projeto civilizatório e regenerador:  
análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título  
de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Psicologia e Educação

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Cortez  
Christiano de Souza

São Paulo  
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

- 
- |              |   |
|--------------|---|
| 378<br>S586p | Silva, Priscila Elisabete da<br>Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940) / Priscila Elisabete da Silva; orientação Maria Cecília Cortez Christiano de Souza. São Paulo: s. n., 2015.<br>367. ils.; anexos<br><br>Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.<br><br>1. Universidade de São Paulo 2. Kehl, Renato Ferraz 3. Mesquita Filho, Júlio de 4. Azevedo, Fernando de 5. Eugenia 6. Branquitude I. Souza, Maria Cecília Cortez Christiano de, orient. |
|--------------|---|
-

SILVA, Priscila Elisabete da. **Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Profª. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho a todas as pessoas que nele confiaram.  
Desejo que esse fruto possa contribuir para uma sociedade mais equitativa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pela LUZ que recebi em todos os anos dedicados à realização desse trabalho.

Agradeço especialmente ao meu companheiro de jornada (na vida e na academia): Ariel Finguerut. Tico, obrigada pelo seu eterno apoio e pela confiança nessa minha empreitada de longa data e que agora se materializa em mais um fruto. Você me faz uma pessoa melhor, sempre.

Meu agradecimento especial a Professora Doutora Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, orientadora querida, por sua coragem, paciência, perseverança e dedicação durante todos esses anos de trabalho. Sem sua ajuda não seria possível desenvolver essa pesquisa. Você é um modelo de docente para mim. Serei eternamente grata pela atenção e sabedoria compartilhadas.

Agradeço aos meus queridos familiares que tanto torceram e se alegraram com as diferentes etapas desse trajeto. Milton, Júlia, Paty, Paula, Jô e Bê obrigada por sempre acreditarem em mim e torcerem para que tudo desse certo e que eu fosse feliz e realizada. Pai: a “doutora” te agradece pela energia. Mãe: obrigada por tanta dedicação espiritual em meu nome. Irmãs, irmão e sobrinha: sou mais forte com vocês, obrigada por existirem.

Aos meus amigos e amigas, presentes em diferentes momentos desse processo, mas sempre como um presente da vida para me ajudar, seja material ou simbolicamente trazendo inspirações e muita alegria em momentos de dificuldade. Especial agradecimento às “gatas extraordinárias”, Lena Garcia; Maria da Glória Calado; Louise Mathieson; Ricardo Streich, Jany E. Pereira, Surya Pombo, Mário Martinez, Roberto Rodrigues e aos queridos e queridas integrantes do grupo de estudo *Por uma educação anti-racista*. Vocês estiveram comigo em momentos fundamentais para o êxito desse trabalho, agradeço pelas palavras e ações de incentivo. Foi devido à dedicação e carinho dos amigos e amigas que recarreguei a energia que me trouxe até aqui. Muito obrigada!!!

Por um grande presente do universo, minha trajetória acadêmica tem sido marcada pelo convívio com intelectuais que apresentam uma característica nem sempre presente no meio acadêmico: a generosidade intelectual. Reconheço e admiro a atitude de Renata Medeiros Paoliello; Paula A. B.B. Habib; Silvio Lima; André Silva, Lena Garcia e Marcelo de Paula Paixão. Vocês são exemplos do tipo de intelectual em que acredito e me espelho. A contribuição de cada um de vocês foi fundamental para a realização dessa pesquisa. Saibam que colaboraram para formar mais do que uma pesquisadora, uma pessoa melhor.

Aos tantos outros amigos e amigas que me acompanharam nas escolas por onde lecionei, na “sala dos educadores da FEUSP”, nas disciplinas cursadas, nos momentos de lazer e no Dojo recebam meu sincero agradecimento por me doarem seu tempo e carinho.

Quero agradecer também aos funcionários e funcionárias dos arquivos e bibliotecas que estive. O trabalho árduo de pesquisa em arquivos tornou-se mais palatável com a ajuda desses profissionais que com muita dedicação se esforçam para manter nossa história viva.

Agradeço também aos profissionais da seção de Pós-Graduação da FEUSP sempre tão atenciosos e eficientes.

Iniciei essa pesquisa lecionando para quase mil alunos... Após o recebimento da bolsa de pesquisa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi possível me dedicar exclusivamente à realização do doutorado. Fica aqui meu reconhecimento e agradecimento pelo financiamento concedido.

Sinto que apenas uma palavra pode expressar meu sentimento em relação a esse trabalho: Gratidão.

“[...] a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de idéias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas. Não resta dúvida de que essas tarefas constituem um aprendizado difícil e por vezes exaustivo, mas necessário.”

(Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, 1968)

“[...] para entender a instituição, é preciso buscar as funções filosóficas que a informam e nas quais funda sua legitimidade e, ao mesmo tempo, cruzá-las com o mundo das vicissitudes políticas, enlaçando-as com a sociedade na qual nasce e da qual depende”.

(Maria Ligia Coelho Prado, 2004)

“O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, ‘o fenômeno universitário’ analisado fora de uma realidade concreta, mas como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país.”

(Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, 1968)



## RESUMO

SILVA, Priscila Elisabete da. **Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Com 8 décadas de existência, a Universidade de São Paulo tem se firmado como o grande modelo de universidade para o país. Seja pelos dados que apresenta, seja pela afirmação de sua história, tem marcado seu espaço na sociedade brasileira como referencial na formação científica, na produção cultural e na produção de elites – que não raramente – assumem postos de comando no país. Apesar dessas conquistas, a USP apresenta um quadro anacrônico em relação à diversidade étnico-racial, sobretudo, no seu corpo docente, que tem sido formado com um perfil étnico-racial extremamente homogêneo. A pesquisa ora apresentada objetivou entender a existência e a configuração de um possível nexos entre o debate racial das primeiras décadas do século XX no Brasil, com o processo histórico da fundação da Universidade de São Paulo. Na presente análise, três figuras ocupam papel de destaque: o eugenista Renato Ferraz Kehl e dois dos personagens centrais na configuração do *Projeto USP*, nomeadamente, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo. A partir da análise do *corpus* documental, formado por correspondências e textos dos intelectuais citados, foi possível identificar que muitos dos personagens ligados à história da criação da USP participaram ativamente do debate sobre raça e eugenia apresentado nas primeiras décadas do século XX. Apesar do relativo silêncio do envolvimento do tema raça com a história da USP, a presente pesquisa tem por objetivo trazer o tema à tona, por entender ser um dado relevante para a compreensão do papel da universidade e sua relação com a questão racial brasileira. Tendo estado presente na visão dos fundadores da instituição, bem como moldado o modo como estes compreendiam sua percepção da sociedade, a concepção racial vigente na elite pensante brasileira do início do século XX, manifestou-se na constituição da identidade (e identificação) entre a USP e São Paulo e está presente em seus símbolos. Tal dado fornece fortes evidências de que há, nesta instituição, uma cultura racial, isto é, uma tradição em lidar com a raça de modo implícito, por metáforas. Este fato também corrobora com a ideia de que a questão racial perpassa a USP da mesma forma como perpassa a sociedade brasileira como um todo.

**Palavras-chave:** Universidade de São Paulo; Renato Ferraz Kehl; Júlio de Mesquita Filho; Fernando de Azevedo; Eugenia; Branquitude.

## ABSTRACT

SILVA, Priscila Elisabete da. **A regenerating and civilizatory project: an analytical approach about race in the project of the University of São Paulo (1900-1940)**. Thesis presented to the Faculty of Education at the University of São Paulo in order to obtain the title of Doctor in Education.

The University of São Paulo (USP) with 8 decades of existence has made a model of University for yourself and for the roll country. This is shown in its numbers and the affirmation of its own historical contribution to the nation. In this process, the University marks an space inside the Brazilian society as a reference point in terms of scientific education, cultural production and in terms of elite formation, which, not rarely, it is the political elite of the country. Besides those achievements, the University of Sao Paulo has a quite anachronic context in term of ethical-racial diversity, especially within the university structure. We found out that the University – its professors and researchers - is quite homogeneous in terms of ethnical – racial matters. The main objective of this research was to understand the existence and how is configured the nexus between the racial debate of the early XX in Brasil and the historical founding process of the University of Sao Paulo. In this work, we discuss three major figures: Renato Ferraz Kehl, a eugenicist and other two majors figures of the *Projeto USP*, Júlio de Mesquita Filho and Fernando de Azevedo. From the analysis of the documental corpus, with is in part the mailing and the texts from those intellectuals, it was possible to identify that many of those that was part of the process of foundation of the USP was also part of the debate about race and eugenics from the early XX. There is a relative silence when the subject is the discussion of race inside and in the context of the foundation of USP; this research will bring up this discussion, understanding that this will be relevant to a comprehensive discussion of the roll of this University facing the racial debate in Brasil. Already present in the vision of the founders of the institution and shaping its social perception, the racial conception of the Brazilian elite from the early XX was heard and became part of the identity (and the identification) between USP and Sao Paulo and it is present in its symbols. With that in mind, we found strong evidence of a racial culture, which is a tradition to handle “race” in an implicit mode, working with metaphors. This fact also corroborate to the idea that the racial issue pervades the University as a corpus just like it pervades the society as a unity body.

**Key-words:** University of Sao Paulo; Renato Ferraz Kehl; Júlio de Mesquita Filho; Fernando de Azevedo; Eugenics; Whiteness Studies;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Quadro de Correspondência entre Renato F. Kehl e intelectuais ligados a história da USP (1919-1954).....	157
<b>Figura 2:</b> Brasão de armas da Universidade de São Paulo.....	318
<b>Figura 3:</b> Capas dos anuários da FFCL-USP (1934-1935, 1936, 1937-1938).....	319
<b>Figura 4:</b> Eugenics tree logo .....	320
<b>Figura 5:</b> Árvore eugênica presente no livro Aparas eugênicas: Sexo e civilização, de Renato F. Kehl.....	321
<b>Figura 6:</b> Comparação entre três logos.....	321
<b>Figura 7:</b> Ex libris usado pela USP.....	322

## LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileiras de Pesquisadores Negros
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALPSP	Assembleia Legislativa da Província de São Paulo
CAPH	Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda"
CCBE	Comissão Central Brasileira de Eugenia
CEDAE	Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
COC	Casa Oswaldo Cruz
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EESC/USP	Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo
FCLar	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
NEAB's	Núcleos de Estudos Afro-brasileiros
ONG	Organizações não governamentais
OESP	O Estado de São Paulo
PASUSP	Programa de Avaliação Seriada da Universidade de São Paulo
PIMESP	Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista
PCBE	Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia
SESP	Sociedade Eugênica de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP	Universidade de Campinas
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>1 NOTA METODOLÓGICA</b> .....	29
1.2 A pesquisa documental e a escolha dos instrumentos metodológicos .....	29
1.3 O conceito de branquitude como elemento potencializador da análise .....	30
1.3.1 A origem do conceito de branquitude .....	32
1.3.2 Características gerais do conceito de branquitude e sua definição como dispositivo analítico .....	37
<b>2 A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX</b> 42	
2.1 Diferença e desigualdade: base filosófica do debate sobre teorias raciais .....	44
2.2 Brasil, finais do século XIX: a emergência de uma nova mentalidade.....	56
2.3 Diante da Abolição, a reação .....	63
2.4 São Paulo e o imigrantismo .....	70
2.5 A miscigenação como característica e saída para o Brasil.....	77
<b>3 A INFLUÊNCIA DA EUGENIA NO BRASIL</b> .....	87
3.1 Higienismo e raça na virada do século XIX para o XX.....	88
3.2 Da raça à doença: a inflexão produzida pelo movimento sanitarista.....	92
3.3 Do sanitarismo à eugenia.....	105
3.3.1 Movimento eugênico: raça e educação nas primeiras décadas da República.....	119
<b>4 COMPARTILHANDO UM PROJETO EUGÊNICO PARA O PAÍS: A CORRESPONDÊNCIA DE RENATO F. KEHL COM INTELECTUAIS DE SEU TEMPO</b> .....	123
4.1 Um projeto eugênico para a educação.....	127
4.2 A rede eugênica brasileira e os intelectuais envolvidos na concepção da USP.....	151
4.2.1 Fernando de Azevedo e o debate racial/eugênico nas primeiras décadas do século XX: higienismo, eugenia e educação .....	186
<b>5 A UNIVERSIDADE NO BRASIL</b> .....	215
5.1 A educação sob o enfoque do projeto nacional .....	215
5.2 O contexto em que surge a Universidade no Brasil .....	219
<b>6 USP: UM PROJETO REGENERADOR</b> .....	234
6.1 O pensamento e o instrumento: jornal <i>OESP</i> .....	234
6.2 Efetivando o legado: o pensamento de Júlio de Mesquita Filho .....	246

6.2.1 Bandeirantes, raça e identidade paulista em Júlio de Mesquita Filho.....	257
6.3 A universidade como parte de um projeto político-ideológico (e racial).....	272
6.4 <i>O Projeto USP</i> e sua efetivação.....	286
6.4.1 Do projeto a concretização.....	298
6.4.2 Ver e rever: marcas do não dito.....	311
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	327
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	338
<b>ANEXOS</b> .....	358
ANEXO A - Trechos de cartas e pareceres de jornais sobre livros de Renato F. Kehl.....	359
ANEXO B - Comentários dos livros de Renato F. Kehl em <i>OESP</i> .....	361
ANEXO C - Divulgação da Sociedade Eugênica de São Paulo no jornal <i>OESP</i> .....	364

## APRESENTAÇÃO: RELAÇÃO PESQUISA/PESQUISADORA

Por entender que a concepção de metodologia (comumente vista como um conjunto de técnicas e procedimentos que delineiam um caminho metodológico) traduz-se em um processo mais amplo com diversas variáveis importantes, fatores que, inclusive, convergem para a compreensão dos resultados da pesquisa, iniciaremos o presente texto com uma reflexão sobre a presença da pesquisadora e como foi para esta o processo de construção do presente trabalho. Desta forma, pedimos licença aos leitores para registrar aqui essa experiência de um ponto de vista mais “antropológico”, estabelecendo considerações acerca da relação pesquisa/pesquisador. Trata-se de um exercício metodológico para se pensar os efeitos da pesquisa no pesquisador e vice-versa. Entendemos que os resultados dessa pesquisa devem ser compreendidos também tendo por referência a presença dessa pesquisadora e seus limites e alcances interpretativos, o que, de certa forma, justifica essa reflexão.

Quando nos propusemos a estudar a história da Universidade de São Paulo (USP) de um ponto de vista das relações raciais, fazíamos certa ideia do desafio a ser enfrentado. Primeiro, por ser um tema que – até onde conseguimos averiguar – ainda não havia sido abordado pela historiografia dessa instituição, o que nos colocava diante de um desafio indicado pelo silenciamento sobre o assunto. Fato que provavelmente relacionava-se com o segundo desafio: falar de raça<sup>1</sup> no Brasil tem sido um tabu, pois a disseminação da ideia de democracia racial constitui o imaginário da população brasileira.

Consequentemente, falar de raça na concepção da USP – uma instituição que historicamente procura afirmar-se como meritocrática, pois orientada para reconhecer o mérito como principal referência para sua seleção – significaria uma tarefa ainda mais desafiadora. Nesse sentido, uma das questões que nos colocamos foi: como proceder para que a pesquisa tivesse legitimidade metodológica? Preocupação que se justificava pelo fato de estarmos realizando, em certa medida, um movimento de desconstrução de mitos muito importantes para a história da educação brasileira: a USP e seus fundadores. Tal preocupação fundamentava-se pelos fatos já citados, mas também pela condição étnico-racial da pesquisadora: uma mulher negra. Além do fato de a pesquisa estar sendo realizada num

---

<sup>1</sup> Estudos recentes sobre genética humana (PENA e BIRCHAL, 2006; SANTOS R.V. e MAIO M.C., 2004) demonstraram que o termo raça não é válido para classificação humana dada a inexistência de raças humanas do ponto de vista biológico. Contudo, o termo faz parte do imaginário social brasileiro como resquício da influência de teorias raciais oriundas da virada o século XIX para o XX. Na redação desse texto o termo raça é usado, majoritariamente, fazendo referência a seu sentido social. Contudo, por esta pesquisa lidar com documentos antigos é provável que o leitor se depare em algum momento com o termo escrito de modo diferente, pois foi mantida a grafia original nas citações.



momento em que a instituição se vê obrigada a discutir o perfil étnico-racial de seu quadro discente<sup>2</sup>. Por tudo isso, seria ilusório pensar que esses elementos não teriam impactos sobre a pesquisa.

No entanto, é sabido que numa pesquisa de cunho social não se pode esperar o controle pleno dos elementos atuantes, ainda que se possam estabelecer alguns parâmetros éticos. Mesmo que se busque certo grau de neutralidade, ao desenvolver uma pesquisa social precisamos ter consciência que a neutralidade é algo sempre parcial, pois a subjetividade do pesquisador não pode ser de todo anulada.

Essa foi uma questão de fundo que se fez presente durante a pesquisa. Tal aspecto se manifestou, por exemplo, no impacto que tivemos ao conhecer um pouco melhor a instituição USP (seja por meio da literatura, seja ao transitar por suas faculdades<sup>3</sup>) ou diante da reação das pessoas ao conhecerem a proposta desta pesquisa. Foi interessante notar a impressão das pessoas ao saberem do foco desse estudo. Alguns expressavam surpresa com frases do tipo “você tem coragem”, “você está mexendo num vespeiro”; já outros diziam: “Já estava na hora de alguém falar sobre isso”, ou ainda, “você sabe o quanto esse trabalho é importante, não sabe?”.

A nosso ver, essas reações apontam para o elemento “subjetivo” em ação. Se por um lado esse fato mostrou-se positivo, pois contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, ao favorecer o conhecimento de dados e de pessoas que colaboraram com informações de arquivo<sup>4</sup>, por outro, evidencia que a resistência em discutir a “imagem” social atribuída à USP é indicativa do modo como nossa sociedade vem operando com as questões relacionadas às relações étnico-raciais no contexto das instituições.

Apresentar uma interpretação – distinta da clássica – sobre a USP e seus fundadores é, também, apontar para um momento da história de nosso país que nem todos querem rever. Porém, furtar-se a essa revisão do passado pode indicar o medo de voltar a um assunto – raça – que se tem por “resolvido” ou ainda, compreendido como inexistente, mesmo que esteja latente. Quais seriam os prejuízos decorrentes deste tipo de postura? A título de

---

<sup>2</sup> Fato que será abordado mais adiante.

<sup>3</sup> Por exemplo, a sensação ao percorrer alguns *campi*, ao refletir sobre sua arquitetura, sua extensão, fotos das primeiras turmas de formandos e professores geralmente dispostas em paredes das faculdades são símbolos que – em nossa leitura – contribuem para afirmar a ideia da instituição como *locus* do conhecimento e, conseqüentemente de poder.

<sup>4</sup> Tivemos contato com funcionários da USP que se mostraram interessados na pesquisa e se colocaram à disposição para contribuir com informações sobre arquivos históricos de possível interesse para a pesquisa. Lançamos mão desses contatos para chegar às informações contidas em arquivos tanto no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) quanto no Centro de Apoio à Pesquisa em História: “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH). Fica aqui meu agradecimento.

exemplo, citamos apenas um: o estímulo à reprodução de estruturas fundadas sob uma base orientada racialmente, o que, por sua vez, pode beneficiar a reprodução do racismo institucional<sup>5</sup>.

Entendemos ser necessário produzir novas perspectivas interpretativas que nos auxiliem na compreensão daquela que ainda é uma das principais questões em nosso país, as relações raciais. O que não quer dizer que devemos nos afastar do conhecimento já produzido, tampouco não refletirmos os próprios processos de interpretação dessa realidade. Antes, percebemos que é necessário ampliar o olhar para abarcar realidades ainda não exploradas, caminhos interpretativos ainda não trilhados. Para tanto, é de fundamental importância exercer uma posição vigilante para que a crítica seja fundamentada em dados e, sendo refinada, seja capaz de reconhecer tanto os avanços quanto os fracassos do objeto investigado. Foi esse o espírito que procuramos manter ao longo dessa pesquisa. Nesse sentido, mesmo reconhecendo o papel científico que a USP tem desempenhado na sociedade brasileira, procuramos destacar, com essa pesquisa, algumas implicações de ordem mais social que, presentes em seus fundadores, teriam orientado sua concepção.

No transcorrer das leituras, tivemos conhecimento da reflexão desenvolvida por Franklin Leopoldo e Silva em artigo no qual discute a universidade enquanto ideia e seu papel na história. Este autor apresenta uma advertência que nos parece importante não só àqueles que se propõem a analisar a instituição universidade, mas, sobretudo, àqueles que esperam a neutralidade buscada pelas ciências exatas em estudos elaborados pelas ciências humanas. Reconhecendo a lucidez com que o pensador tratou desta questão, recorreremos às suas palavras para ilustrar nosso pensamento sobre o tema:

---

<sup>5</sup> Segundo Michel Wieviorka (2006): “O racismo institucional aparece como um conjunto de mecanismos, não percebido socialmente e que permite manter os negros em situação de inferioridades, sem que seja necessário que os preconceitos racistas se expressem, sem que seja necessária uma ideologia racista para fundamentar a exclusão ou a discriminação. O sistema, nessa perspectiva, funciona sem atores, por si próprio, ele não tem necessidade de teorização para fundamentar ou justificar o racismo. (WIEVIORKA, 2006, p. 168). Ainda conforme esse autor essa perspectiva comporta uma ruptura considerável em relação ao racismo científico uma vez que não depende de uma ideologia e não é doutrinária. O racismo institucional procede das “condutas de brancos, não tendo, aparentemente, nada a ver com a hostilidade racista: por razões sociais de *status*, de qualidade da educação para seus filhos, de mobilidade ascendente é que eles participam de mecanismos cujos efeitos são claramente os de reforçar a segregação racial e de fazer funcionar uma discriminação sistêmica” (WIEVIORKA, 2006, p. 168). Como explica Arivaldo S. de Souza (2010), a origem do racismo institucional remete ao sistema colonialista e seus grupos hegemônicos que criaram aparatos institucionais fazendo-os funcionar para a manutenção e “reprodução do sistema que lhe confere significado e existência”. O autor explica sua lógica de funcionamento: “Alguém que esteja operando esse sistema poderá produzir resultados raciais injustamente diferenciados ainda que não tenha intenção de fazê-lo. Embora esse tipo de racismo possa ser de difícil detecção, suas manifestações são observáveis por meio dos padrões de sistemática desigualdade produzida pelas burocracias do sistema, que, por sua vez, ao lado das estruturas, formam as instituições.” (SOUZA A., 2010, p. 80). Sobre o tema ver: WIEVIORKA (2006 e 2007); SOUZA, A. (2010); SAMPAIO (2003) e SILVÉRIO (2002).

Quando nos voltamos para a história da universidade, para o seu passado, o objetivo é sempre a compreensão do presente. Mesmo no historiador profissional, que almeja uma visão a mais objetiva possível do passado, descomprometida com qualquer outra meta além do conhecimento, a atualidade, sendo sempre o lugar de onde fala e a partir de onde se dirige ao passado, não pode deixar de aparecer como critério orientador e, mesmo, de termo de medida da compreensão que se pretende alcançar. Isso está presente em todos os estudos sobre a universidade, desde os historicamente mais abrangentes até os mais pontuais, e a causa disso é simplesmente a impossibilidade de nos desligarmos do nosso presente. Ora, para considerar todas as consequências dessa impossibilidade, é importante compreender o presente como o estágio transitório entre a carga do passado e a expectativa do futuro. Assim, a valorização do presente coincide, queiramos ou não, com a sua extrema relatividade. E isso pela mera razão de que os indivíduos e as instituições são produtos históricos envolvidos no processo de construção de outros produtos históricos. Se essa transitoriedade histórica nos constitui e constitui tudo que fazemos, a precaução elementar, tantas vezes repetida, é a de evitar a consideração do que somos e do que fazemos, de nossas ações e de seus resultados, como absoluto. Sendo a produção histórica de nós mesmos e de nossas instituições um processo, não cabe entendê-la como natural e inevitavelmente dada. (SILVA, F., 2006, p. 192).

Ao estudar a Universidade de São Paulo, nosso objetivo foi entendê-la como uma instituição mutante, parte de um processo histórico. Dessa forma, não seria apropriado deslocar essa instituição do seu contexto de origem, tampouco imaginar que a análise que se desenvolverá estará isenta do reflexo do momento contemporâneo. Procuramos lidar com essas preocupações na medida em que foram se apresentando. O resultado desse esforço está impresso no texto que segue. Esperamos lograr êxito naquilo que identificamos como a principal contribuição dessa pesquisa, que é cumprir o papel de adensar o panorama de reflexões sobre a instituição universidade e, em particular, sobre a Universidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

As epígrafes citadas nas primeiras páginas dessa reflexão alertam para a necessidade de compreensão da instituição *Universidade* não apenas em si, mas na relação que ela estabelece com a sociedade. O estudo ora apresentado parte deste pressuposto e busca ampliar a compreensão que temos sobre a história da Universidade de São Paulo.

Mediante a USP, este estudo visa contribuir para o alargamento do conhecimento sobre a formação do ensino superior neste país. A origem dessa investigação relaciona-se com resultados apresentados na pesquisa de mestrado defendida em 2008<sup>6</sup>, no Programa de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP (FCLar) que, entre outros resultados, confirmou o que os estudos de Carvalho J. (2006), Queiroz (1998), Teixeira (2003), Teixeira e Kaizô, (2004), Teixeira e Brandão (2003)<sup>7</sup> já indicavam em relação a algumas universidades brasileiras: a rara presença de negros nas áreas acadêmicas mais valorizadas socialmente.

Naquela ocasião (SILVA, P., 2008), chamávamos a atenção para a baixa frequência de docentes negros na área das engenharias em duas universidades públicas: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Além disso, indicávamos que naquelas instituições havia certa dificuldade de discorrer sobre as relações raciais, fato explicitado pela relutância em se produzir dados sobre o perfil étnico-racial dos docentes, talvez pela crença na democracia racial<sup>8</sup> como um valor da sociedade brasileira, o que, por sua vez, situava o tema das relações raciais como tabu naqueles espaços (como constatado, por exemplo, em entrevistas com alguns dos funcionários destas instituições).

No entanto, aquela pesquisa demonstrou que raça é um tema invariavelmente presente nas universidades pesquisadas. Na ocasião, tomamos o caso da EESC/USP por ser mais representativa dessa questão. Nessa unidade, dos 220 docentes localizados nas áreas

---

<sup>6</sup> SILVA, P. E. **Professor Negro universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

<sup>7</sup> Pesquisas que apontam para o fato de haver, no Brasil, uma seletividade racial atuante na distribuição das carreiras socialmente valorizadas. Negros e mulheres estariam concentrados em cursos cujas áreas são vistas como “*soft*”, ou seja, nas humanidades, sendo estas áreas menos valorizadas socialmente. Já brancos e amarelos estariam concentrados nas áreas vistas como “*hard*”, a exemplo da engenharia e medicina, áreas mais valorizadas socialmente.

<sup>8</sup> Isto é, a ideia de que o Brasil vivencia um sentimento de relações raciais harmônicas. Concepção que ganhou notoriedade na década de 1930, com Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2002). Para compreensão crítica do conceito de Democracia racial ver o artigo de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2006).

ditas “*hard*”<sup>9</sup>, foram identificados três docentes pardos, o que indicava que 98,2% dos docentes daquela instituição autodeclararam-se brancos.<sup>10</sup>

Refletindo particularmente sobre a Universidade de São Paulo – já no contexto do tema que apresentamos agora, a pesquisadora Viviane Angélica Silva (2015) demonstrou que o perfil étnico-racial dos docentes dessa instituição se mantém extremamente homogêneo. Para se ter uma ideia, num universo de aproximadamente 6 mil docentes o número de autodeclarados negros (pretos e pardos) gira em torno de 2%<sup>11</sup>. Relacionando este dado com o percentual de negros no estado de São Paulo que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), é de 34,6% (IBGE, 2010), entendemos que a USP constitui-se um caso particular para estudo da questão racial.

Recentemente o tema da presença (ou ausência) de negros nas universidades públicas brasileiras tem sido questionado com maior intensidade a partir da reabertura do debate sobre “Ações Afirmativas nas Universidades Públicas” que, no ano de 2012, ganhou novo fôlego após o Supremo Tribunal Federal ter declarado a constitucionalidade das ações afirmativas e das cotas raciais. Não só pela decisão da Suprema Corte, mas também, pelo Governo Federal ter sancionado a Lei 12.711/12 que, em seus termos, “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” e institui cotas sociais e raciais para o ingresso. Este fato motivou a reação do governo estadual paulista, que pressionou as universidades paulistas

---

<sup>9</sup> Segundo levantamento realizado em 2007.

<sup>10</sup> Na UFSCar, só nas engenharias tinha-se um quadro de 120 docentes; destes, os docentes autodeclarados brancos correspondia a 87,6%; já os negros (soma de pretos e pardos) correspondia a 6,8%, enquanto que os amarelos e indígenas correspondiam a 4,3% e 1,2% respectivamente. Ao analisarmos, nas duas instituições, a interseção entre cor e gênero, os resultados foram alarmantes. No caso da EESC/USP, quando da realização da pesquisa, não foi encontrada nenhuma professora negra nas engenharias. Também o número de professoras brancas é muito inferior ao dos professores brancos: as mulheres representavam 9,5% do quadro dos docentes. No caso da UFSCar, mapeou-se 18 mulheres, para 102 homens. Quando se trata da relação raça/gênero/engenharia na UFSCar, foi localizada uma docente negra apenas (SILVA, P., 2008).

<sup>11</sup> São raros os dados sobre o perfil étnico-racial de docentes em universidades públicas no Brasil. O levantamento apresentado por José Jorge de Carvalho (docente da Universidade de Brasília) no ano de 2006 ainda é uma referência importante para os estudiosos do tema. Esse autor demonstra que, dentre as universidades mais importantes do país, o percentual de docentes negros é inferior a 2% do total de docentes. Como assinala, na Universidade de Brasília (UnB), entre 1.500 docentes, havia 15 docentes negros; na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dos 570 docentes, contava-se 3 docentes negros; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dos 2.000 docentes, 3 docentes negros; Universidade Federal de Goiânia (UFG), 1.700 docentes, 15 docentes negros; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dos 2.700 docentes, 20 docentes negros; Universidade Federal do Pará, dos 2.200 docentes, 18 docentes negros; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), dos 1.700 docentes, 17 docentes negros; Universidade Federal de Santa Catarina, 1.700 docentes, 17 docentes negros; Universidade Federal Fluminense (UFF), 2.861 docentes, 39 docentes negros; Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2.300 docentes, 30 docentes negros; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1.761 docentes, 4 docentes negros; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 3.200 docentes, 20 docentes negros; na Universidade de São Paulo dos 4.705 docentes, havia 5 docentes negros, sendo esta a universidade com menor presença de docentes negros em seu quadro (CARVALHO, J., 2006, p. 93).

(historicamente resistentes ao assunto) a desenvolverem um plano para fazer frente à proposta federal, o qual foi anunciado em 20 de Dezembro de 2012, pelo governador de São Paulo juntamente com os reitores das três Universidades paulistas: USP, UNESP e UNICAMP.<sup>12</sup>

Tanto os estudos que discutem a presença de docentes negros em universidades públicas – como, por exemplo, Queiroz (1998), Teixeira (2003), Teixeira e Brandão (2003); Teixeira e Kaizô, (2004); Carvalho J. (2006), Silva, P. (2008); Silva, A. (2015) –, quanto os debates sobre a presença de discentes negros nestes espaços (*O Estado de São Paulo*, 2012<sup>13</sup>; *Jornal da USP*, 2012<sup>14</sup>; GUIMARÃES, 2007; SANTOS, J., 2013) evidenciam que há uma discrepância significativa na representação da diversidade étnico-racial entre os indivíduos presentes nessas instituições e indivíduos presentes na população em geral.

A despeito desse fato, a nosso ver, esse é um tema ainda pouco compreendido. Ainda que o debate sobre ações afirmativas tenha dado visibilidade à presença de negros no ensino superior, destacamos que o debate tem se centrado, sobretudo, na presença discente, negligenciando a docente. E este é um fato que precisa ser analisado para que possamos entender o que motiva a ausência, quase que generalizada, de estranhamento sobre o tema. O que estaria por trás da naturalização implicada nesse não estranhamento? Ainda, por que poucos de nós nos interessamos pela baixa representatividade da diversidade étnico-racial na docência superior em nosso país? O que poderia nos mostrar o conhecimento sobre essa característica do ensino superior brasileiro?

Partindo dessas constatações e reflexões, a pesquisa ora apresentada buscou subsídios para refletir sobre a questão da baixa frequência de docentes negros na USP. Para tanto, procuramos identificar possíveis fatores histórico-sociais presentes no contexto de elaboração das ideias que deram origem à Universidade de São Paulo que poderiam contribuir para a compreensão sobre o recorrente perfil étnico-racial presente nessa instituição universitária. O foco colocado na Universidade de São Paulo justifica-se a partir dos estudos existentes que apontam essa instituição como aquela que tem menor representatividade de

---

<sup>12</sup> Trata-se do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP). A USP não aceitou a proposta apresentada pelo governo de São Paulo. Em resposta à demanda, modificou seu sistema de bonificação, que passou do percentual de 20% para 25% de bônus em seu vestibular para alunos que cursaram escola pública durante todo o ensino básico (sendo que 5% é creditado àqueles que se declararem pretos, pardos ou indígenas). Sistema que ficou conhecido como Programa de Avaliação Seriada – PASUSP. Cf. site da Pró-Reitoria da USP e reportagens do *Jornal O Estado de São Paulo*, disponíveis em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,conselho-da-usp-aprova-bonus-de-5-para-candidatos-negros-da-fuvest,1049509,0.htm>> e <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,usp-aprova-bonus-para-negros,1047768,0.htm>>. Acessadas em: 06/02/2014.

<sup>13</sup> *Jornal O Estado de S. Paulo*, 21 de Dezembro de 2012, caderno Vida (A17). Este jornal tem debatido o tema das “cotas raciais” com significativa frequência, particularmente a partir do segundo semestre de 2012.

<sup>14</sup> Cf. Reportagem “Ação Afirmativa na USP” realizada com Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora da USP.

negros em seu quadro discente, mas, sobretudo, docente, além das implicações daí resultantes como se destaca a seguir<sup>15</sup>:

O censo de 2010 mostrou que 7,6% dos brasileiros consideram-se negros [pretos] e 43,13%, pardos; somados, chegam a quase 51% da população. No Estado de São Paulo, declaram-se negros [pretos] 4,6% e pardos 23,8%. A porcentagem de negros [pretos] e brancos que terminam o ensino médio é bem menor, mas ainda assim significativa. Entretanto, os alunos que encontramos em nossas salas de aula são brancos, como nós professores, se parecem [com] nossos filhos e com eles compartilham uma experiência de vida em tudo semelhante. A USP forma parcela das lideranças políticas, sociais, empresariais e acadêmicas do País. É importante que faça mais do que reproduzir uma elite tão homogênea e diferente da população. (ALMEIDA, 2012).<sup>16</sup>

Tomando por **problema de pesquisa** a compreensão sobre os fatores histórico-sociais que poderiam contribuir para o entendimento do sistemático perfil étnico-racial tradicionalmente apresentado pela USP, esta pesquisa tem por **objetivo** identificar os primeiros traços desse perfil pouco equitativo, por meio da análise da história dessa instituição em relação ao debate racial presente à época de sua fundação.

Na década de 1920, Júlio de Mesquita Filho – seu mentor principal – expõe a ideia de universidade como parte de um projeto para a nação. Em 1934, a USP é fundada. Para fins de análise, denominamos de *Projeto USP*<sup>17</sup> o conjunto de proposições e ações

<sup>15</sup> Conforme dados levantados por Carvalho (2006); Silva, P., (2008); Silva, A., (2015) e ainda pela discussão e dados apresentados pelo PIMESP (in: Texto para discussão sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista – PIMESP, prelo) bem como reportagens do Jornal *O Estado de São Paulo*, publicada em 21 de Dezembro de 2012 sob o título: “USP terá de quintuplicar nº de negros”, e ainda reportagens neste mesmo veículo, onde se diz que a USP, quando comparada à UNCAMP e à UNESP – universidades estaduais paulistas – é aquela que inclui menos a população negra.

<sup>16</sup> Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora cientista política e diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP, in: **Ação Afirmativa na USP**. Jornal da USP, seção Debate, 14 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://espaber.uspnet.usp.br/jorusp/?p=25423>> Acessado em: 01/11/2012.

<sup>17</sup> O termo *Projeto USP* faz referência a um conjunto de ideias sobre universidade apresentado pelos fundadores da USP desde a década de 1920. Conforme assinalou Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982) em 1933, essas ideias foram sistematizadas por Fernando de Azevedo (a pedido de Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho) e apresentadas como o plano da Universidade de São Paulo. Tal plano foi exposto a uma comissão reunida (por Fernando e Azevedo e Júlio de Mesquita Filho) para discutir e referendar tais ideias, nascia assim a Universidade de São Paulo. Nesse estudo o termo *Projeto USP* guarda relação com a ideia de “desejo”, de “plano”, mas, sobretudo com a ideia de “temporalidade projetiva”, isto é, uma ação realizada no presente cuja finalidade é intervir no futuro (SILVEIRA, 2005). Quando nos referimos ao *Projeto USP* estamos falando de ideias elaboradas no contexto das primeiras décadas do século XX que, ao alicerçarem a base da Universidade de São Paulo, procuravam intervir na formação da cultura brasileira e, por conseguinte, na constituição da identidade nacional na medida em que contribuíam para a afirmação da imagem do país como uma nação com instituições modernas e produtora de ciência tal qual as nações vistas como civilizadas. O Decreto de fundação da USP é analisado nesse estudo como a materialização do *Projeto USP*. Procuramos assinalar o contexto social e intelectual no qual essas ideias foram geradas entendendo que ideias são expressões tanto do desejo de quem as elabora quanto do contexto histórico-social em que são geradas.

desencadeadas a partir da liderança de Júlio de Mesquita Filho que, desenvolvidas a partir de década de 1920, materializaram-se em 1934 no decreto de fundação da Universidade de São Paulo<sup>18</sup>.

Atentamos para o fato de que não foi objetivo dessa pesquisa empreender um estudo histórico sobre o nascimento dessa instituição; ao contrário, procuramos direcionar o olhar para uma leitura atenta sobre a relação entre as ideias que fomentaram essa instituição e aquelas que estavam em debate à época de sua criação, particularmente o debate sobre raça com ênfase na discussão sobre eugenia. Em outras palavras, procuramos perceber até que ponto essas ideias influenciaram, ou não, o *Projeto USP*.

Entendemos que o quadro apresentado até aqui contribui para justificar e explicitar nosso interesse em desenvolver esta pesquisa. Todavia, queremos reforçar os argumentos dizendo que esse interesse surgiu (ainda no mestrado) ao estranharmos a pouca representatividade de docentes negros em universidades públicas, mas ganhou ainda maior fôlego quando fizemos o exercício – à época ainda inicial – de contextualizar a fundação da USP à luz do debate racial brasileiro.

As primeiras quatro décadas do século XX, no Brasil, são fundamentais para compreendermos a formação da sociedade brasileira contemporânea. Trata-se de um período já muito estudado sob diferentes perspectivas e enfoques (industrialização, modernização, modernismo, renovação educacional, relações raciais). Porém, a intersecção entre as vertentes relações raciais e ensino superior (com destaque para a instituição USP) tem recebido pouca ou nenhuma atenção por parte dos pesquisadores. Partindo desse fato, buscamos aproximar duas grandes frentes de estudo: a história das relações raciais no Brasil e a história da USP<sup>19</sup>.

É nesse campo que essa pesquisa se insere. A concepção do problema de pesquisa partiu da constatação de que a USP foi constituída nas primeiras décadas do século XX, momento em que estavam em pleno debate no Brasil teorias raciais e, em especial, concepções sobre eugenia. Tal fato nos conduziu à elaboração das seguintes **questões de pesquisa**: (1) Os intelectuais envolvidos com o *Projeto USP* conheciam e/ou teriam

---

<sup>18</sup> Importante destacar que o objetivo desse estudo não é a análise do *Projeto USP* em si, mas entender a influência do contexto histórico-social na sua concepção.

<sup>19</sup> Tendo em vista o grande volume de literatura já produzida sobre esses dois temas, bem como o tempo para realização do doutorado, foi necessário fazer escolhas sobre a literatura a ser trabalhada. Na medida de nosso conhecimento procuramos priorizar os estudos clássicos sobre cada tema, vistos como referências. Tivemos acesso a livros e estudos que, não pudemos incorporar a esse trabalho devido ao tempo exíguo. Reconhecemos que há “ausências”, porém avaliamos que dentro das possibilidades e condições de que dispusemos foi feito o melhor para responder às questões dessa pesquisa. Essa relação entre o tempo da pesquisa e o tempo do pesquisador foi desenvolvida de maneira muito lúcida por Célia Maria Marinho de Azevedo no posfácio da segunda edição de “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX”. Texto que recomendamos ao leitor.



participado da discussão sobre raça e, particularmente sobre eugenia? (2) Em caso de terem participado dessa discussão seria possível ver traços desse pensamento no projeto de universidade elaborado por eles? Dito de outro modo seria possível encontrar conexão entre o debate sobre raça tal qual formulado nas três primeiras décadas do século XX no Brasil e o *Projeto USP*? Essa implicação apontaria para elementos que nos ajudariam a compreender o perfil étnico-racial sistemático dos docentes dessa instituição?

A partir de tais questionamentos levantamos a **hipótese** de que os intelectuais que conceberam o *Projeto USP* conheciam o debate racial posto à época, visto que detinham grande inserção social (material e simbólica) naquela sociedade. Essa pesquisa buscou verificar a sustentação ou não desta hipótese bem como responder, na medida do possível, às questões aventadas.

Para proceder à verificação da hipótese, delineamos o **campo da pesquisa** a partir do marco temporal correspondente às quatro primeiras décadas do século XX. Este recorte é justificado por dois motivos: 1) pelo fato de neste período terem sido geradas novas abordagens sobre o “problema racial” brasileiro a partir das concepções de base higienista, sanitarista e eugênica<sup>20</sup> as quais, em diálogo com as teorias racialistas, que tomaram a cena da intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o XX, apresentavam-se como “saídas” que viabilizariam um projeto moderno de nação para o Brasil; 2) por ter sido o momento em que Júlio de Mesquita Filho, à frente do Grupo do Estado<sup>21</sup>, desenvolveu uma proposta para a nação brasileira na qual a educação superior – e dentro desta, a USP é colocada no centro – como solução para os problemas nacionais.

Apresentamos ainda uma nota sobre o recorte temporal. Ainda que o recorte da pesquisa esteja centrado nas quatro primeiras décadas do século XX, fez-se necessário, para melhor compreensão dos fatos, por vezes recuar ou ampliar os limites do recorte. Destarte, ora recuamos, ora avançamos no recorte central sempre com vistas à melhor compreensão dos acontecimentos. Exemplo desta estratégia será encontrado na atenção dedicada ao período de finais do século XIX, momento de constituição e legitimação do pensamento racial no Brasil.

Delimitado o marco temporal da pesquisa, apresentamos o material pesquisado que foi constituído a partir de dois pressupostos: 1) documentos que contribuíssem ao

---

<sup>20</sup> Segundo apontam os estudos: Borges (2005); Hochman (1996 e 2004); Munanga (2008); Ortiz (2003); Stepan (2004 e 2005); Souza V. (2006) e Schwarcz (1993); Vilhena (1997), para citar alguns pesquisadores da área.

<sup>21</sup> Segundo Cardoso (1982) essa foi uma denominação que o grupo de políticos e intelectuais reunidos em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* se deu. Tal denominação foi aceita e largamente utilizada dentro do debate partidário nas primeiras décadas do século XX quando se referiam àquele grupo. Pertenciam ao Grupo do Estado figuras centrais à concepção do *Projeto USP*, como é o caso de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira.

entendimento sobre as ideias que fundamentaram a USP (dentro deste marco encontram-se documentos relativos à fundação dessa instituição, entre eles o Inquérito de 1926, o Decreto de Fundação de 1934, discursos dos fundadores acerca da instituição, palestras e textos destes proferidos e publicados em jornais) e; 2) documentos que contribuíssem para a percepção sobre a ligação entre os intelectuais fundadores dessa instituição e as ideias sobre raça com ênfase na eugenia. Para este marco, desenvolvemos duas estratégias: a primeira foi a realização de uma pesquisa documental em acervos onde se encontram os arquivos pessoais de duas figuras centrais aos propósitos dessa pesquisa: Fernando de Azevedo (1894-1974) e Renato Ferraz Kehl (1889-1974)<sup>22</sup>. A segunda foi levantar, dentro da produção de Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, obras nas quais fosse possível identificar o quanto estes conheciam e/ou participavam do debate sobre raça/eugenia.

Ao nos debruçarmos sobre a história da USP refletimos sobre significativos intelectuais, que levaram a cabo o projeto dessa instituição. Para analisar a concepção do *Projeto USP* tomamos por foco dois intelectuais que foram representativos na formulação do projeto, são eles Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) e Fernando de Azevedo (1894-1974). Já para entender o debate em torno da eugenia, ideia racial vigente no contexto de formação do *Projeto USP*, elegemos Renato F. Kehl (1889-1974), destacadamente o maior representante das ideias eugênicas no Brasil.

Estes três personagens históricos compõem o alicerce dessa investigação. Ao longo da pesquisa, essa escolha mostrou-se significativa, uma vez que se foi revelando, pouco a pouco, uma intensa rede de relações entre intelectuais da época em cuja articulação essas três figuras desempenharam papel de destaque.

Ainda é preciso dizer que, para compor a reflexão apresentada como resultado desse trabalho, foi preciso lançar mão de estudos sobre raça no Brasil. Procedimento que fundamentou, tanto o conhecimento histórico sobre o debate racial, quanto a análise dos documentos e as reflexões apresentadas como resultado dessa pesquisa. Em relação à análise

---

<sup>22</sup> Entendemos que Fernando de Azevedo foi um dos principais mentores intelectuais do *Projeto USP*, uma vez que foi o educador responsável por sua elaboração e redação, seja no “ensaio” apresentado em 1932, seja na sistematização e apresentação do projeto em 1933. Neste sentido, juntamente com Júlio Mesquita Filho, Azevedo figura como um dos principais representante das ideias contidas no *Projeto USP*, ao menos do ponto de vista de sistematização das ideias defendidas por Júlio de Mesquita Filho. Já Renato F. Kehl é conhecidamente o principal representante das ideias eugênicas no Brasil. Além deste fato, nosso interesse em seu acervo deu-se também por sua proximidade com Fernando de Azevedo, uma vez que este colaborou com a edificação da Sociedade Eugênica de São Paulo, instituição fundada por Arnaldo Vieira de Carvalho e por Renato F. Kehl (STEPAN, 2005; SILVA, A. 2008 e 2012).

dos documentos, esclarecemos que nossa intenção foi desenvolver uma interpretação que evidenciasse a vinculação dos temas tratados com o repertório racial disponível à época<sup>23</sup>.

O texto se organiza da seguinte maneira: o primeiro capítulo, denominado *Nota metodológica*, visa apresentar a composição do *corpus* documental. Nele também discutimos o conceito de branquitude como instrumento que nos ajuda a melhor entender o tema em questão. O conceito é pensado como dispositivo que evidencia, ao fazer emergir dos discursos, a atuação do pensamento racial como orientador nas ações dos indivíduos.

O segundo e o terceiro capítulos, de caráter histórico, visam situar o leitor sobre o quadro teórico-filosófico debatido pela intelectualidade brasileira. Em: *A questão racial no Brasil na virada do século XIX para o XX*, procuramos chamar a atenção para o que identificamos ser a grande questão nacional da virada do século XIX para o XX: o problema da nação/raça e como este foi sendo dimensionado pela intelectualidade brasileira. Tema esse que ecoou no *Projeto USP*. No terceiro capítulo, *A influência da eugenia no Brasil*, tratamos da discussão sobre a emergência da eugenia em nosso país. Apontamos para seu surgimento e especificidade em relação às interpretações raciais precedentes, também tomadas como paradigmas para a regeneração da nação.

No quarto capítulo, *Compartilhando um projeto eugênico para o país: a correspondência de Renato F. Kehl com intelectuais de seu tempo*, apresentamos o resultado da incursão aos arquivos documentais pesquisados. Ao analisar as correspondências de Renato F. Kehl, destacamos seu envolvimento com o debate nacional/racial, bem como seus projetos para a nação, mas, sobretudo, seu envolvimento com uma rede intelectual na qual figuram nomes ligados à USP. Ainda nessa seção, destacamos a figura de Fernando de Azevedo e sua ligação com o pensamento racial/eugênico.

No quinto capítulo, *A Universidade no Brasil*, procuramos apontar para como, a partir da década de 1920, o debate sobre educação e, especialmente, sobre universidade emerge enquanto solução para o país. Partindo de um breve histórico sobre o ensino superior no Brasil, destacamos o surgimento da instituição Universidade em nosso país.

Por fim, chegamos ao sexto capítulo, *USP: um projeto regenerador*, no qual discutimos as bases filosóficas e ideológicas que sustentaram o *Projeto USP*. Nesse momento destacamos, à luz do debate sobre nação e raça, o projeto defendido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e sua influência no Projeto da Universidade de São Paulo.

---

<sup>23</sup> Ao analisar os documentos, não buscávamos proceder a uma análise aos moldes da “análise de conteúdo” ou “análise de discurso”. Mas sim uma interpretação que, baseada no repertório teórico-filosófico discutido nesse trabalho e disponível à época, sublinhasse a participação dos intelectuais analisados naquele debate.

Nas considerações finais procuramos responder as questões suscitadas pela pesquisa bem como tecemos algumas reflexões sobre a questão racial na USP.

## 1 NOTA METODOLÓGICA

Nesse momento apresentamos as orientações e procedimentos metodológicos de que lançamos mão para alcançar os propósitos dessa investigação. Destacamos os procedimentos referentes à pesquisa documental bem como discutimos o conceito de branquitude como elemento potencializador da análise.

### 1.2 A pesquisa documental e a escolha dos instrumentos metodológicos

Para verificar a hipótese aventada traçamos um plano de trabalho a fim de orientar a execução das diferentes fases da pesquisa. Esse plano se constituiu de duas etapas: a primeira diz respeito ao contato com fontes secundárias, sobre literatura pertinente ao tema da pesquisa, pois seu conhecimento possibilitaria não só compreender melhor o tema, mas também auxiliaria na análise do material coletado. Nessa etapa procedemos ao levantamento, leitura e sistematização de bibliografia fundamental sobre os principais temas abordados pela pesquisa (história do ensino superior no Brasil; história da Universidade de São Paulo; debate sobre relações raciais no Brasil na virada do século XIX até as três primeiras décadas do século XX); a segunda deu-se no contato com fontes primárias. Etapa desenvolvida em duas frentes: a) pesquisa em arquivos documentais de dois dos intelectuais estudados: Renato F. Kehl (arquivo pessoal no COC-Fiocruz) e Fernando de Azevedo (arquivo pessoal no Instituto de Estudos Brasileiros – IEB-USP). Ainda nesse sentido, para adensar a compreensão sobre o tema estudado, consultamos também os seguintes arquivos: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE-UNICAMP), arquivo de Paulo Duarte; Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), seção de protocolo; Biblioteca Brasileira “Guita e José Mindlin” (USP); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Biblioteca da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Biblioteca Central da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP); Biblioteca Central da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH-USP). Pesquisamos ainda o acervo digital do Jornal *O Estado de S. Paulo* e os arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC- FGV). Na frente (b), realizamos pesquisa, leitura e análise de parte da produção literária dos intelectuais: Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho e Renato F. Kehl.

Seguindo orientações para o “procedimento de organização da análise” (BARDIN, 1977; PIMENTEL, 2001) efetuamos a sistematização do material coletado nos arquivos<sup>24</sup>. Etapa conduzida com base na seguinte organização: 1) organização inicial do material com o objetivo de observar o conjunto dos dados de forma analítica para construir formas de organização destes. As técnicas envolvidas nessa etapa foram: fichamento, levantamento qualitativo de termos, assuntos e conceitos recorrentes; 2) exploração do material (elaboração de quadros sínteses); 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. O resultado desses procedimentos gerou a base pela qual procuramos entender a intersecção entre o debate racial colocado nas primeiras décadas da República e a constituição do *Projeto USP*.

### 1.3 O conceito de branquitude como elemento potencializador da análise

Ao iniciar a análise do material de campo, um dado importante saltou-nos aos olhos. Particularmente, os textos dos intelectuais Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo (mentores do *Projeto USP*), mas também os do eugenista Renato F. Kehl, apresentavam a preocupação em definir a constituição da identidade do povo brasileiro a partir de um modelo identitário para o qual os paulistas de famílias tradicionais eram referência<sup>25</sup>.

A nosso ver, aqueles discursos não apontavam apenas para um projeto de construção do povo brasileiro a partir da atribuição de um modelo de identidade regionalista. Havia naqueles discursos um dado subjacente implícito na formulação do projeto nacional esboçado por parte da elite brasileira do início do século XX. O padrão identitário usado para guiar a constituição do povo brasileiro era caracterizado por um modelo de identidade étnico-racial específica, a saber, de descendência europeia. O modelo partia não de qualquer branco, mas daqueles pertencentes a uma elite que se afirmava descendente de europeus.

---

<sup>24</sup> O material coletado será apresentado e discutido ao longo dos capítulos que compõem esse texto. Esclarecemos que para as citações diretas (reprodução integral do texto) de fontes primárias seguimos as orientações apresentadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente na seção “Diretrizes para apresentação de dissertação e teses da USP: documento eletrônico e impresso. Parte I - ABNT. 2ª. Edição. São Paulo, 2009, p. 44”, na qual se orienta conservar a grafia, pontuação e idioma da fonte. Sendo assim, o leitor encontrará palavras com grafias diferentes por terem sido escritas em diferentes décadas. Apesar disso avaliamos que esse procedimento não prejudicou de forma alguma a compreensão do sentido da palavra, tampouco do contexto em que ela está inserida.

<sup>25</sup> Não se pode deixar de frisar o histórico das relações entre famílias “tradicionais” paulistas e a estrutura escravocrata especialmente em relação às *plantations*. Para análise da constituição da identidade de “família tradicional paulistana” e seu vínculo com a branquitude, ver trabalho de SCHUCMAN (2012).

Cabe, nesse momento, uma explicação sobre a utilização do termo “branco/branca” nesse texto. A utilização desse termo busca invocar não só as dimensões identitárias (fenotípica e cultural)<sup>26</sup>, mas sobretudo o peso simbólico que carrega em nossa sociedade. O uso do termo (e sua referência à dimensão fenotípica) remete ao que tem sido demonstrado por estudiosos das relações raciais no Brasil<sup>27</sup>: em nossa sociedade a cor da pele é a marca diacrítica orientadora para classificação identitária, visto que operamos tendo por base categorias de cor e não de raça (ainda que, no senso comum, fale-se em raça, essa é explicada em termos de cor<sup>28</sup>). Pois, como nos explica o sociólogo e pesquisador das relações raciais no Brasil, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães:

No caso brasileiro, raça não é uma categoria nativa (“usual e de sentido inequívoco”). A cor é uma categoria nativa no Brasil. Para saber como a pessoa se classifica racialmente é necessário perguntar sobre a cor dessa pessoa. (GUIMARÃES, 2003, p. 105).

Sendo assim, quando nos referirmos ao indivíduo “branco”, procuramos não só demarcar sua característica fenotípica (a brancura), mas também o significado simbólico atribuído a sua identidade, isto é, o peso social de uma identidade que, desde o processo de colonização, foi associada a valores positivos em prejuízo das demais identidades.

Isto posto, retomemos o foco em questão. Ao proceder à análise do *corpus* documental, identificamos que ele sinalizava a construção de uma estratégia discursiva que afirmava – nem sempre de maneira explícita – um modelo de identidade racial (branca) como padrão para a nação (povo) brasileira. Os discursos dos intelectuais estudados demonstravam ideias que reiteravam a identidade paulista (branca) como norma.

O dado nos remeteu a um conceito que vem ganhando fôlego na discussão sobre relações raciais no Brasil por alargar a compreensão sobre o modo como pensamos a raça, mas particularmente as relações raciais. Trata-se do conceito de branquitude (CARDOSO, L., 2008 e 2014). Pensado para pôr em evidência a identidade racial branca e seu papel nas

---

<sup>26</sup> Pois como assinala o pesquisador Bas'Ille Malomalo: “A cor da pele é um dos elementos corporais da estética fundamentais na marcação das relações raciais no Brasil. A cor da pele é uma carta pelo gozo da ‘cidadania plena’ no Brasil. Considerando a cidadania como o exercício dos direitos políticos, culturais, sociais e econômicos, o Relatório do Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2005) revelou o quanto os negros e brancos, historicamente, têm acesso aos direitos de forma desigual. O IDH da população negra calculado por este relatório, por exemplo, era de 0,753, e da branca era de 0,838.(MALOMALO, 2014, p. 194)

<sup>27</sup> Por exemplo: GUIMARÃES (2002, 2003, 2005); MUNANGA (2008); NOGUEIRA (1985); TEIXEIRA (2003), entre outros.

<sup>28</sup> Por exemplo, quando se pergunta a uma pessoa “qual é sua raça?” ela tende a responder “sou da raça branca” ou “sou da raça negra”.

relações raciais, esse conceito, nesta pesquisa, se aproxima do que o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, p. 95) chamou de “conceito analítico”, isto é, um conceito ou categoria que “permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria”. Diferente do “conceito nativo” que, por sua vez, é operacionalizado por um determinado grupo humano e tem sentido no mundo prático e efetivo deste<sup>29</sup>.

No contexto da sociedade brasileira, marcada por dinâmicas sociais estruturadas pelo racismo, o conceito de branquitude, segundo entendemos, pode servir como dispositivo que evidencia a atuação da ideia de raça como orientadora de concepções ideológicas e de práticas sociais. Partindo dessa compreensão, tomamos o conceito de branquitude como elemento potencializador, isto é, dispositivo capaz de acionar (e assim fazer emergir) o discurso racial mesmo quando este não esteja explicitado.

O conceito de branquitude, nesta pesquisa, nos ajudará a buscar o implícito e destacá-lo, isto é, identificar e ponderar as expressões da dinâmica racial presente nas ações inscritas no contexto histórico-social em foco. Para tanto, buscamos ressaltar, na sequência, as características desse conceito que nos servirão para evidenciar as marcas da branquitude.

### 1.3.1 A origem do conceito de branquitude

Antes de caracterizar o conceito de branquitude cabe apresentar, ainda que brevemente, um histórico sobre seu surgimento<sup>30</sup>.

Os estudos críticos da branquitude nascem da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Percepção esta que esteve presente nos estudos de intelectuais como W. E. B. Du Bois (1920, 1935)<sup>31</sup>; Franz Fanon (1952)<sup>32</sup>; Albert

---

<sup>29</sup> Cf. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1 p. 93-107, jan./jun. 2003.

<sup>30</sup> Não temos a intenção, ao apresentar um breve histórico sobre os estudos críticos da branquitude, de proceder a uma revisão minuciosa da bibliográfica sobre este tema, empreitada já realizada pelo pesquisador Lourenço Cardoso (2008), visamos apenas situar o leitor e a leitora sobre algumas dimensões do conceito. Aos interessados nessa questão sugerimos a leitura dos trabalhos de Carone, I. e Bento (2009), Cardoso, L. (2008; 2014) e Schucman (2012).

<sup>31</sup> Em **Black Reconstruction in the United States**. New York; Russell & Russell (1935) e **Darkwater Voices from within the Veil**. NY: Harcourt, Brace & Co., 1920.

<sup>32</sup> Em **Pele Negra, Máscara Branca**. Trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A Ferreira, 1952.



Memmi (1957)<sup>33</sup>, Steve Biko (1978)<sup>34</sup> e Alberto Guerreiro Ramos (1957)<sup>35</sup>, hoje compreendidos como precursores dos estudos sobre a branquitude (CARDOSO, L. 2008; 2010 e 2014; SCHUCMAN, 2012). Estes intelectuais, em diferentes contextos históricos e sociais, chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco. Leitura que desafiava a interpretação unívoca a qual via o negro como “objeto de estudo”, “tema de estudo” privilegiado para compreensão das relações raciais.

Seguindo esse lastro, na década de 1990, intelectuais norte-americanos iniciaram uma reflexão sistemática sobre o fenômeno da branquitude e seus efeitos. O tema difundiu-se rapidamente por diferentes áreas de estudo (direito, arquitetura, geografia, antropologia, sociologia, psicologia). Segundo Cardoso, L. (2008, p. 174), a “formulação e a aplicação do conceito de branquitude alterou o modo como se pesquisava a categoria ‘raça’ na sociedade estadunidense”. A partir de então o branco emerge como “objeto de análise” para compreensão da dinâmica das relações raciais naquele país. Esforço que deu origem ao que ficou conhecido por *critical whiteness studies*<sup>36</sup> (CARDOSO, L., 2008; 2010 e 2014; CARONE e BENTO, 2009). Conforme Henry A. Giroux (1999), o objetivo dos acadêmicos que se dedicaram a estudar esse fenômeno era buscar:

[...] acumular uma quantidade substancial de conhecimento, explorando o significado da análise da branquitude<sup>37</sup> como uma construção social, cultural e histórica. Esse trabalho se caracterizou por várias tentativas para situar a branquitude como uma categoria racial e analisá-la como um *locus* de privilégio, poder e ideologia. Além disso, esse trabalho procurou examinar criticamente de que modo a branquitude, como identidade racial, é

<sup>33</sup> Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador [1957]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>34</sup> Em: **Escrevo o que eu quero**. Série Temas, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática.

<sup>35</sup> Em: **Patologia social do “branco” brasileiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1955.

<sup>36</sup> Segundo aponta o pesquisador Lourenço Cardoso (2008, p. 175), dentro dos estudos críticos da branquitude (nos Estados Unidos da América) destacam-se duas linhas de estudos: a primeira “propõe a reconstrução da raça branca, mantendo-se uma sociedade racializada com a supressão das hierarquias sociais; à [...] segunda linha de pensamento subjaz o projeto de uma sociedade não racializada”.

<sup>37</sup> Na tradução de textos sobre branquitude em língua inglesa para a portuguesa fez-se uso de dois termos diferentes “branquidade” e “branquitude” para expressar o conceito de “*whiteness*”. Por esse motivo encontrar-se-á a vigência dos dois termos nas citações aqui apresentadas, sem prejuízo do entendimento do conceito que nos dois casos permanece o mesmo. Todavia, ao estudar a literatura brasileira sobre o tema é possível identificar certo consenso entre a maioria dos pesquisadores sobre o uso do termo “branquitude” ao invés de “branquidade”. A questão, contudo, tem merecido atenção. O estudo que a pesquisadora Camila Moreira (2014) vem desenvolvendo visa discutir a utilização do conceito de branquitude em oposição ao de branquidade, apresentando uma possibilidade de ampliar a capacidade de apreensão do fenômeno. Cf. Artigo “Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro”. In: **Dossiê Branquitude. Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

experienciada, reproduzida e tratada pelos homens e mulheres brancos que se identificam com suas pressuposições e valores. (GIROUX, 1999, p. 101).

Cardoso L. (2008), Ruth Frankenberg e David R. Roediger destacam o diálogo com os estudos culturais e com a teoria feminista. Segundo Cardoso L. (2008, p. 175), os estudos críticos da branquitude nos Estados Unidos apresentam duas vertentes principais: “a primeira linha de estudos críticos da branquitude propõe a reconstrução da raça branca, mantendo-se uma sociedade racializada com a supressão das hierarquias sociais”, já à segunda “subjaz o projeto de uma sociedade não racializada”. Nas palavras desse autor:

[Na primeira linha] sustenta-se que o ideal do ativismo e da teoria anti-racista consiste em suprimir a identidade racial branca em sua inclinação subjugadora, forjando uma identidade racial anti-racista e isenta de culpa [...]. A proposta dessa linha de estudos seria de resignificar e reconstruir a identidade racial branca que, sem deixar de ser branca, deixaria de possuir traços racistas. Não se propõe, portanto, a supressão da diferença e sim o fim da hierarquia entre os diferentes que resulta no favorecimento de uns em detrimento de outros [...]. (CARDOSO, 2008, p. 174).

Já a segunda,

[...] sustenta que a identidade racial branca assim como foi construída pode ser desconstruída, defendendo a abolição da idéia de raça branca [...]. Parte-se do pressuposto de que a pertença étnica e racial branca é uma construção histórico-social e a resolução dos problemas sociais advindos dessa identidade cultural resolve-se com sua supressão. Esta linha de teóricos críticos não está convencida da possibilidade de expurgar o traço racista da identidade racial branca, portanto, propõe a abolição da branquitude e, por via de consequência, a abolição da negritude. (CARDOSO, 2008, p. 174-175).

O que está de fundo tanto numa discussão quanto na outra é a compreensão e superação dos efeitos da branquitude nas relações sociais contemporâneas. Os resultados dos estudos empreendidos até então demonstram que a branquitude deve ser interpretada como elemento resultante da estrutura colonialista que, por sua vez, “configurou, efetivamente, a estrutura de poder mundial durante todo o século XX e até hoje, apesar do sucesso dos movimentos anticolonialistas de libertação” (WARE, 2004, p.08); a branquitude é assim

entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos. Segundo o sociólogo Valter Silvério:

Esta consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como ‘uma forma sócio-histórica de consciência’ nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendida como ‘relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados’. Essa branquitude como geradora de conflitos raciais demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem ‘branca’ e, por consequência, socialmente hegemônica. (SILVÉRIO, 2002, p. 240-241).

Ao analisar historicamente tal fenômeno esse sociólogo marca o processo de sua formação a partir da relação entre colonizador e colonizado:

O encontro com o ‘outro’ (denominado índio, escravo, preto, negro, nomenclaturas essas estabelecidas para justificar sua desumanidade, invisibilidade e coisificação), não incluído como membro social, permitiu aos colonizadores anglo-europeus perceberem a branquitude como uma representação de identidade e ponto de referência para legitimar a distinção e a superioridade, assegurando assim sua posição de privilégio. (SILVÉRIO, 2002, p. 241).

No mesmo sentido, o pesquisador Lúcio Otávio Alves Oliveira (2014, p. 43), ao refletir sobre o processo de constituição da identidade branca e suas implicações subjetivas, afirma que, em sociedades multiculturais, é possível identificar expressões da branquitude tendo em vista que o branco constitui sua identidade na oposição ao “Outro”. Em suas palavras: “a branquitude emerge dissecando no outro aquilo que lhe parece estranho e indesejável”. O “Outro” (leia-se o não-branco) torna-se, assim, balizador da identidade branca; essa, por sua vez, passa a ser reafirmada na oposição com o não branco. Processo que pode ser interpretado tanto do ponto de vista da necessária diferenciação para constituição da identidade, como pela perspectiva danosa apontada por Bento como “falsa projeção”, isto é:

[...] o mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na ‘vítima em potencial’. (BENTO, 2009, p. 38).

Nas sociedades marcadas pela herança colonialista, o negro é, necessariamente, essa “vítima em potencial”, ou seja, aquele que é interpretado pelo branco como sua antítese (CARDOSO, L., 2014). Esse mecanismo perverso foi concebido para justificar uma hierarquia social pautada na ideia de superioridade racial. Característica das relações colonialistas, essa estrutura tem se mostrado capaz de resistir a diferentes contextos sociais sem perder sua essência, isto é, mantendo os privilégios e lugar de poder de um grupo étnico-racial específico autodeclarado “branco”.

Pensando que o Brasil tem sua história marcada pela expansão colonialista, podemos afirmar a existência da branquitude em nossa sociedade (CARDOSO, L., 2014). Fato que muito recentemente tem sido analisado de maneira mais sistemática. Liv Sovik, estudiosa do tema na sociedade brasileira, destaca a importância desses estudos:

O interesse em analisar a branquitude não é de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem. O estudo da branquitude pode esclarecer as formas de suavizar os contornos de categorias raciais enquanto se mantém as portas fechadas para afrodescendentes. (LIV SOVIK, 2004, p. 384).

Como demonstrou o pesquisador Lourenço Cardoso (2008, 2010 e 2014), no Brasil os estudos sobre branquitude emergiram de forma mais sistemática a partir do ano 2000<sup>38</sup>. O levantamento desses estudos indica as áreas de conhecimento que, primeiramente, se preocuparam com o tema (sociologia, psicologia social e comunicação social). Os primeiros intelectuais que se ocuparam em entender o papel da identidade branca nas relações sócio-raciais em nosso país foram Alberto Guerreiro Ramos, Edith Piza, César Rossato e Verônica Gesser, Maria Aparecida Bento e Liv Sovik (CARDOSO, L., 2008).

Esses primeiros trabalhos lançaram as bases para a interpretação do conceito de branquitude em nossa sociedade. Promoveram um importante deslocamento na interpretação sobre estudos raciais até então vigentes a partir da: a) inserção do debate no Brasil pela relação teoria-pesquisa social; b) problematização do viés interpretativo recorrente nos estudos sobre relações raciais, ao inverterem o sentido e colocarem o foco dos estudos na identidade racial branca; c) revisão dos conceitos fundamentais à interpretação de nossa sociedade como, por exemplo, mestiçagem e democracia racial, levando em consideração

---

<sup>38</sup> Embora não deixe de marcar Guerreiro Ramos como o grande precursor da importância do debate sobre a identidade racial branca, ainda na década de 1950.

aspectos da branquitude; d) problematização da identidade racial branca como elemento de análise na produção da pesquisa social, bem como na produção intelectual. Além de contribuírem ao lançarem luz sobre questões até então majoritariamente interpretadas a partir de teorias e conceitos centrados nos arcabouços antropológico e sociológico.

A partir da primeira década do século XXI, o tema branquitude tem chamado cada vez mais a atenção de novos pesquisadores, o que tem fortalecido o tema, constituindo-o como campo de pesquisa reconhecido por seus pares<sup>39</sup>. A “atual geração” de pesquisadores da branquitude no Brasil tem contribuído não só para consolidar questões apresentadas pela “geração anterior”, como também para abrir novos caminhos, tanto para o adensamento do conceito quanto para a construção de uma teoria sobre o tema. São também esses estudos que nos auxiliam a entender as características do conceito e suas implicações em nossa sociedade.

### **1.3.2 Características gerais do conceito de branquitude e sua definição como dispositivo analítico**

A despeito do consenso entre os pesquisadores da branquitude sobre a premissa de se tratar de um fenômeno fluído que se modifica através do tempo, ao receber influências de diferentes contextos sócio-históricos, pesquisas nesse tema têm identificado certas características recorrentes que, segundo entendemos, permitem pensar o conceito como dispositivo analítico. Isto é, instrumento capaz de evidenciar, nos discursos, a atuação do pensamento racial como orientador de concepções ideológicas e práticas sociais.

Não é simples definir o conceito de branquitude, tampouco o que é ser branco, dada a complexidade do fenômeno e suas articulações contextuais. Contudo, entende-se que a branquitude, vista como a identidade racial do branco, é concebida como um construto ideológico de poder que nasceu no contexto do projeto moderno de colonização europeia (STEYN, 2004; SCHUCMAN, 2012). Como afirmou Valter Silvério (2002), é uma “consciência silenciada” dos brancos.

---

<sup>39</sup> Desde 2012, a branquitude tem sido pauta numa das principais associações de pesquisadores do Brasil a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), entidade que congrega militantes do Movimento Negro Brasileiro, Organizações não governamentais (ONG); Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neab's), acadêmicos, pesquisadores de diferentes instituições, professores do ensino básico, bem como interessados na temática étnico-racial e suas intersecções. Em 2014 a ABPN lançou um dossiê sobre o tema branquitude o qual apresenta recentes pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em universidades brasileiras. Cf. Dossiê Branquitude. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN*. v. 6, n.13, mar.- jun. 2014.

Para adensar a compreensão sobre o conceito, recorreremos ainda a um quadro de “marcação” da branquitude apresentado por Frankenberg (2004, p. 312-313) a partir dos resultados de seus estudos. No quadro, essa autora elenca oito elementos estruturais a esse conceito<sup>40</sup>:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificativamente raciais.
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteiras da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
7. branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos.

A partir desse conhecimento, pensamos que já é possível resumir esse conceito da seguinte maneira: a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo, como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios.

---

<sup>40</sup> A autora destaca que esse é um quadro provisório, pois demarca o que suas pesquisas demonstraram até então. Embora na tradução o termo tenha sido grifado como “branquitude” refere-se à branquitude.

Embora sejam esses os traços gerais desse conceito, lembremos que ele não é homogêneo, podendo receber novas conformações. Dessa forma, é apropriado recorrer a estudos realizados no contexto brasileiro a fim de perceber como esse conceito tem se configurado em nossa sociedade.

Os pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre o tema chamam a atenção, primeiramente, para o fato de que a branquitude no Brasil, assim como em outros contextos nacionais, não pode ser entendida como um padrão único visto a especificidade de nossa história nacional e, sobretudo, como as ideias sobre raça compuseram essa história. Desse modo, o estudo sobre a branquitude não deve ser pensado apenas na dualidade branco/negro; ao contrário, deve apreender os efeitos produzidos pelo processo de miscigenação e pela ideologia do branqueamento. Preocupação que alicerça a reflexão presente num livro central sobre a discussão: *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*.<sup>41</sup>

Ao analisar a branquitude no Brasil, a estudiosa Liv Sovik declara que:

A branquitude brasileira é um lugar de fala, envolvendo relações socioeconômicas, socioculturais e psíquicas, como Ruth Frankenberg (1997) afirma sobre a norte-americana. Está arraigada em questões de imagem e autoimagem, como dizem Muniz Sodré (1999) e Guerreiro Ramos (1995). E é formada ao longo de uma história específica. (SOVIK, 2014, p. 168).

As pesquisas sobre a branquitude brasileira vêm apontando – para além dos elementos já assinalados pelos estudos críticos da branquitude – algumas características do conceito que destacamos a seguir:

- a) A “superioridade estética” é “um dos traços fundamentais da construção da branquitude no Brasil” (SCHUCMAN, 2012, p. 69);
- b) Há um silenciamento diante do assunto das desigualdades raciais e sociais. Silenciar é uma estratégia para proteger os privilégios em jogo (BENTO, 2009);
- c) Neutralidade: ainda que se mostre “neutra” (padrão de normalidade) é uma identidade marcada racialmente, porém, ao indivíduo branco é dado o poder de escolher evidenciá-la ou não;

---

<sup>41</sup> Organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- d) A raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia (PIZA, 2009);
- e) Pode até reconhecer as desigualdades raciais, porém, estas não são associadas à discriminação (BENTO, 2009; SCHUCMAN, 2012);
- f) É um “lugar de poder” com capacidade de atuação também nas instituições (SILVA, P., 2014; LABORNE, 2014);
- g) É um “símbolo da dominação” (MALOMALO, 2014);
- h) Tem raízes no colonialismo e reproduz um colonialismo epistemológico (LABORNE, 2014);
- i) Tem a “tendência a resvalar para a classe como marcador para definir a própria condição de branquitude” (COROSSACZ, 2014);
- j) Demonstra capacidade de exercer autorreflexão o que é denominado por “branquitude crítica” (LOURENÇO, 2010).

Do que foi exposto até aqui se entende que os estudos da branquitude no Brasil têm procurado chamar atenção para um elemento que se mostra “colado” à identidade do branco: o *poder* associado à identidade branca. A ideia de hierarquização cultural e racial, primeiramente imposta pelo colonialismo foi motriz da constituição dessa concepção de identidade forjada não só na oposição ao “Outro”, mas, necessariamente, na sua subordinação.

Ao apontar as características do conceito de branquitude, sobretudo no Brasil, procuramos demonstrar como o conceito tem se mostrado entre nós. Essa estratégia tem por finalidade demarcar suas características para que possamos melhor compreender sua presença nos discursos analisados por essa pesquisa.

O fato de trazer o conceito de branquitude para nossa análise visa ainda chamar a atenção para a necessidade de considerar a dinâmica das relações raciais como elemento de análise das relações de poder estabelecidas nas primeiras décadas do século XX em nossa sociedade. A pesquisa ora apresentada demonstra que o *Projeto USP* foi concretizado a partir da força de redes de poder. Atentar para essas dinâmicas é fundamental, pois como nos explica Schucman:

Para entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades. (SCHUCMAN, 2012, p. 23).



No estudo ora apresentado, verificamos que a branquitude – na maior parte do material analisado – está suposta e atua como horizonte de análise e pano de fundo nas relações sócio-raciais. Dando atenção a esse fato, procuramos revelar os momentos em que a branquitude se torna mais visível, isto é, em que o branco (quando se viu ameaçado em seus interesses) se vê como menos transparente, quando a alusão à raça torna mais visível essa branquitude que, em geral, está suposta. É esse o exercício que nos propomos ao tomar o conceito de branquitude como dispositivo analítico dentro dos limites dessa pesquisa.

Na sequência, apresentamos, sumariamente, algumas das principais ideias raciais que pautaram o debate nacional brasileiro entre final do século XIX e início do século XX. Discussão necessária para demonstrar o imbricamento entre pensamento racial e questão nacional, tema de fundo do *Projeto USP*.

## 2 A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Os anos finais do século XIX constituíram momento histórico fundamental para o entendimento da configuração assumida pelas relações raciais, particularmente pelas relações entre brancos e negros. A forma pela qual as relações raciais foram dimensionadas naquele contexto acarretou implicações para o século seguinte. A vasta literatura já produzida sobre o assunto, tanto pela historiografia, quanto pela sociologia, denota a importância desse momento no que concerne à compreensão do tema. No Brasil, a Abolição, seguida da Proclamação da República, foram eventos que configuraram uma nova imagem do país, principalmente para os próprios brasileiros.

Nos anos finais do século XIX, vê-se emergir aqui um sentimento de descontentamento com os rumos do país. Nas elites (econômicas e intelectuais), mas também no povo (escravizados, libertos, africanos e brancos livres pobres), emergiram estratégias políticas e práticas (cotidianas) que, no limite, apontavam para projetos de nação distintos<sup>42</sup>.

A ideia de projeto nacional é central para entender esse momento. Ocorrida a Abolição e proclamada a República, estava o país diante da necessidade de formar uma nação. Para tanto, era preciso lidar com as teorias raciais segundo as quais o Brasil estava condenado à degeneração por apresentar um povo altamente miscigenado. Lidar com a inviabilidade nacional, declarada por outras nações que eram vistas como modelo de civilização, impulsionou o desenvolvimento de uma reflexão sobre a realidade nacional, a partir de termos raciais, no sentido de se entender aquilo que era típico e a essência do Brasil; isto é, a miscigenação. Desenvolvem-se, então, diferentes análises sobre o país e, conseqüentemente, diferentes projetos para a nação. Dentre estes, destaca-se o projeto de branqueamento.

Nesse capítulo, remontamos ao contexto de finais do século XIX e início do XX para entender quais foram as bases do debate que dá origem ao branqueamento como projeto nacional. De 1850 às primeiras décadas do século XX, o negro foi o elemento nacional eleito para consubstanciar aquilo que era chamado de “problema nacional”. Desta forma, passou de mercadoria (condição de escravizado) a negro (condição de racializado) e, por ser visto como signo do atraso e marca do passado que se buscava esquecer, é interpretado como um elemento em suspenso, ou seja, um elemento de transição que, por meio da miscigenação

---

<sup>42</sup> A pesquisa desenvolvida por Maria Helena Machado (1994) sobre os *Movimentos Sociais na Década da Abolição* ressalta que nas ações desses movimentos se apresentam projetos diferentes dos defendidos pelas elites da época. No mesmo sentido, a pesquisadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (2009) destacou as estratégias desenvolvidas por escravos e forros em São Paulo entre 1850 e 1880. A autora analisa que tais estratégias extrapolavam o âmbito da sobrevivência imediata, configurando-se em projetos de vida.

seletiva com os brancos, desapareceria em algumas gerações, dando origem ao verdadeiro brasileiro, cultural e fisicamente próximo ao homem europeu.

Entender quais foram as discussões que embasaram o projeto de modernidade brasileira presentes nas primeiras décadas do século XX será fundamental para a compreensão do clima intelectual relacionado a esta pesquisa. A partir de agora traçaremos um breve panorama das bases filosóficas que estiveram no cerne dessas discussões.

Desde a época do descobrimento, o encontro do europeu com civilizações presentes na África e no “Novo Mundo” suscitou questões sobre as diferenças humanas e suas origens, debate que preparou terreno para as teorias raciais que, de alguma forma, justificavam a dominação europeia e mesmo a escravização dos povos nativos da África e das Américas.

Esse pensamento pautou o debate no Brasil, mormente a partir do momento em que, em função da pressão inglesa pela abolição do tráfico, o regime escravista precisaria ser extinto. Em finais do século XIX, pode-se perceber esse processo com maior intensidade. Como tem sido frequentemente enfatizado na literatura sobre esse período, a colonização instalou uma estrutura social baseada no trabalho forçado. Tal estrutura, que tinha bases jurídicas, transformou-se a partir da emancipação, em um sistema de hierarquização social em que a categoria “classe social” se imiscuiu no conceito de raça (BERLIN, 2006). Dito de outra forma, a branquitude, enquanto expressão de dominação racista passa, desde então, a orientar as relações sociais, – ainda que nem sempre de maneira explícita.

Ao falar do contexto do século XIX, é possível destacar momentos em que a branquitude alimentada por teorias científicas se torna visível. Entender esse período sob a ótica das relações raciais (particularmente da relação entre brancos e negros) permitirá compreender melhor suas reverberações sobre o século XX.

O século XIX foi palco de transformações prenunciadas pelas Revoluções Francesa e Norte-americana, por isso não é difícil imaginar o temor sentido pelas elites senhoriais ao perceberem que as mudanças almejadas por muitos poderiam trazer, em seu bojo, transformações de papéis desempenhados por brancos e negros. Estava posto o impasse trazido pela “Era das Revoluções”<sup>43</sup> no Brasil: uma das consequências dessas ideias foi a saída da condição de submissão a Portugal.

---

<sup>43</sup> Como denominado por Eric Hobsbawm, em seu livro **A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

No final do século XIX, descontentes com as políticas empreendidas no Império e diante da iminência da emancipação, as elites escravocratas desenvolveram estratégias para assegurar sua posição de privilégios (materiais e simbólicos) e empreender as reformas institucionais que almejavam, sem com isso sacudir de todo a estrutura social mantida desde a colônia. É nesse contexto que se afirma a discussão sobre a formação do povo brasileiro.

No que concerne a este debate, também se associou a ele uma forte preocupação com os negros, que passariam da condição de mercadoria para a condição de elemento representativo do atraso nacional (AZEVEDO, C., 2004; SKIDMORE, 2012). Como resposta, primeiro o Império, depois fazendeiros de São Paulo, apresentam uma solução que em pouco tempo foi oficializada: a imigração europeia. O papel desempenhado, particularmente pela elite paulista no fomento a políticas imigrantistas e, conseqüentemente, na construção do projeto de branqueamento para a população de São Paulo e para o Brasil, é destacado para demonstrar que as ações desenvolvidas neste sentido significaram, sobretudo, a afirmação/visibilização de um projeto nacional no qual a branquitude é um elemento preponderante.

Ver-se-á que as teorias raciais debatidas na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, combinaram-se, no Brasil, com ideias filosóficas relacionadas com o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo. Essas ideias foram instrumentalizadas de modo original para atender às necessidades políticas de uma elite, cujo objetivo principal era manter-se no poder e empreender seus projetos de modernidade. A herança deixada pelo pensamento do século XIX se desdobrará, nas primeiras décadas do século XX, numa interpretação *sui generis* da realidade nacional a partir da leitura eugênica, isto é, a radicalização da ideia de hierarquia racial.

Rever esse debate é fundamental para entender a influência dessas ideias nesse contexto, bem como as propostas e ações de modernização do país apresentadas pela elite intelectual das primeiras décadas do século XX (elite esta à qual pertenceram Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Renato Ferraz Kehl).

## **2.1 Diferença e desigualdade: base filosófica do debate sobre teorias raciais**

O desconhecimento pode incidir em criações fantasiosas sobre uma dada realidade. O continente africano conhece bem esse processo. A literatura produzida sobre a

África e os africanos de longa data já registra visões fantasiosas e preconceituosas sobre o continente e seu povo. Tais concepções forjariam a constituição do imaginário ocidental sobre esse continente, fazendo com que a África por muito tempo tenha sido vista como um lugar habitado por:

[...] seres monstruosos, gigantes, pigmeus, mulheres-pássaros, homens-macacos, povos deformados, sem nariz, sem língua, sem sentimentos, sem alma, com liturgias que cultuavam deus próprios do pensamento animista e um conjunto de crenças em que se destacava a fê na força dos amuletos. (HERNANDES, 2006, p. 06).<sup>44</sup>

Nem mesmo a discussão filosófica apresentada pelo Iluminismo<sup>45</sup> no século XVIII, observada como fundante do pensamento racional, pelo afastamento de explicações teológicas, foi capaz de desconstruir esse imaginário. Ao negar explicações fora do campo experimental e ao desafiar o poder teológico para explicar o mundo, os filósofos daquela corrente também desenvolveram um pensamento no qual estava incutida a ideia de classificação e diferenciação do homem e suas capacidades.

O legado do “Século das Luzes” ao mundo contemporâneo é inegável. Como exposto por Adorno e Horkheimer (1985), o esclarecimento<sup>46</sup> constituiu a base da racionalidade presente no modelo da civilização ocidental. A ciência moderna é obra dessa racionalidade orientada pelo método, pela lógica matemática e, mais tarde, também no positivismo. A razão iluminista torna-se, desde então, sinônimo de verdade e, mais adiante, de progresso e civilização. As instituições modernas são profundamente devedoras do pensamento para o qual a razão científica é interpretada como fonte da verdade em detrimento

---

<sup>44</sup> Para a constituição do imaginário ocidental sobre a África e o africano, destacamos a importância do “mito de Cam”, explicação religiosa para a inferioridade e escravização do africano. Hofbauer (2006) apresenta importante discussão sobre como essa associação aparece nos textos bíblicos. Ver especialmente o capítulo 1: “Do mouro ao negro”, in: **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

<sup>45</sup> Como se sabe, o Iluminismo foi um movimento de ideias, uma mentalidade, uma atitude cultural e espiritual compartilhada por grande parte das sociedades europeia e americanas do século XVIII, sobretudo entre a burguesia e os intelectuais orgânicos. Conforme Paty (2005), foi no século do Iluminismo que a modernidade entrou em cena e com ela a ciência passa a ser debatida em cena pública por filósofos e intelectuais. Os pensadores do século XVIII debatiam teorias, arte, filosofia, mas também o poder absoluto e a intolerância religiosa. Com isso inauguravam as ideias fundamentais à modernidade.

<sup>46</sup> Como explicam Adorno e Horkheimer (1985), o esclarecimento é um movimento de reflexão, de conhecimento sobre os objetos e também de subjetivação. Porém, sendo um movimento dialético, ao mesmo tempo em que é libertador, também pode vir a ser castrador da liberdade quando não se realiza plenamente. No mesmo passo em que progride, pode regredir. Sendo contínuo é um processo em que o posterior não é mais verdadeiro que o anterior, já que aquele se apresenta nesse e vice-versa.

do conhecimento teológico. A verdade dada a conhecer pela ciência positiva tornar-se-á a principal baliza para ações com diferentes objetivos de ordem política, econômica e social.

A despeito dos ganhos obtidos por meio da razão iluminista, Michel-Rolph Trouillot (1995) assinala que filósofos iluministas,<sup>47</sup> ao mesmo tempo em que debatiam a expansão da racionalidade humana, desenvolviam explicações sobre as diferenças baseadas numa concepção particular de homem: europeu e ocidental. Visão que, de certa forma, endossava a estrutura colonial.

Lembra Trouillot que “a colonização propiciou os mais patentes ímpetus para a transformação do etnocentrismo europeu em racismo científico” (TROUILLOT, 1995, p. 03).<sup>48</sup> Para esse autor, o Iluminismo “exacerbou a ambiguidade fundamental que dominou o encontro entre o discurso ontológico e a prática colonial”. Ressalta ainda que, na discussão elaborada pelos iluministas, a perspectiva dominante era a europeia, de sorte que “os grupos não-europeus eram forçados a adotar vários esquemas filosóficos, ideológicos e práticos”, os quais reconheciam “graus de humanidade” (TROUILLOT, 1995, p. 04). As implicações decorrentes dessa imposição na formulação do pensamento e, sobretudo, no embasamento ideológico que originou muitas das instituições surgidas neste contexto foram desastrosas.

No século XVIII e XIX, sob a autoridade do conhecimento científico e da legitimação política, foram construídas explicações, tanto sobre a natureza quanto sobre o próprio homem, tomado agora por objeto entre outros objetos da natureza. Em decorrência dessa perspectiva, houve uma racionalização de antigas teorias que, sob uma interpretação religiosa, baseada em uma determinada interpretação da Bíblia, hierarquizavam as diferenças raciais e justificavam a escravização<sup>49</sup>. A vontade científica e a vontade política justapuseram-se. O pensamento racional descrevia a origem das diferenças entre os homens tendo por base relatos de expedições dos viajantes naturalistas, enquanto líderes nacionais, ao não questionarem a validade das hierarquizações elaboradas (GOULD, 1991), legitimavam-na.

Do contato com outros povos, desenvolveu-se uma lógica para justificar a superioridade dos povos europeus – colonizadores – em relação aos demais. Ainda que no

---

<sup>47</sup> Voltaire e Montesquieu são exemplos de filósofos que debateram o tema.

<sup>48</sup> O racismo científico pode ser entendido como sendo a ciência que se voltou a explicar a raça. Tal ciência e cientistas dissecaram – algumas vezes literalmente – a espécie humana, organizando-a sob uma hierarquia evolutiva na qual, no topo, estavam aqueles que pertenciam à civilização ocidental (europeus) e, na base, encontrava-se as “subespécies” humanas caracterizadas por tudo aquilo que era o oposto do homem ocidental. O caso de Saartjie Baartman, mulher africana pertencente ao povo khoisan, que no século XIX teve seu corpo analisado, dissecado e exposto à curiosidade científica europeia, é exemplar desse modo de pensar e agir. O livro de Barbara Chase-Riboud, *Vénus hottentote* é exemplo desse fato. Cf. CHASE-RIBOUD, Barbara. **Vénus hottentote**. Éditions albin Michel S. A., 2004.

<sup>49</sup> Sobre esse tema, ver: Hofbauer (2006) e Araujo (1994).

debate iluminista encontremos o conceito de “perfectibilidade” e a ideia de “bom selvagem” como característica do ser humano – legado rousseauiano –, tais concepções, quando voltadas à explicação dos africanos, foram relativizadas (TROUILLOT, 1995; SCHWARCZ, 1993).

Sobre os africanos pesava todo um imaginário pessimista construído ao longo de vários séculos. Ser africano significava pertencer à mais baixa gradação humana, abaixo dos povos asiáticos e ameríndios (HERNANDES, 2006). A compreensão deste imaginário ajuda-nos a entender a diferenciação entre o destino dos indígenas e dos africanos no processo de colonização das Américas. Enquanto os indígenas foram interpretados como “bons selvagens”, os africanos eram vistos como bárbaros, isto é, menos humanos ou mesmo, não humanos. Ou seja, sob o efeito de ideias pessimistas sobre África e africanos, os colonizadores demarcaram uma distinção ontológica entre indígenas e africanos, o que por sua vez, possibilitou certa liberdade para uns e a escravidão para outros<sup>50</sup> (TROUILLOT, 1995).

A partir do contato com o “Novo Mundo” o “Outro” passou a ser objeto de investigação da racionalidade europeia. O olhar sobre o continente americano era, quase sempre, pessimista. O fato de ser este continente majoritariamente habitado por indígenas e africanos – povos vistos como primitivos – certamente pesou para compor a avaliação europeia. Reafirmar a suposta inferioridade dos africanos, e estender essa inferioridade a todos os negros, fazia parte de uma lógica que procurou sustentar a longevidade do sistema escravista e, conseqüentemente, do enriquecimento de um pequeno grupo em detrimento da exploração de imensa população negra (BERLIN, 2006).

Um dos mais conhecidos representantes da visão pessimista sobre os homens da América foi o naturalista Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon que, pensando o continente americano em comparação ao europeu, destacava os termos “debilidade” e “imaturidade” de sua população, características apontadas como centrais para a compreensão dos habitantes desse continente<sup>51</sup>. Na esteira de Buffon, Corneille de Pauw<sup>52</sup>, outra figura significativa desse

---

<sup>50</sup> Não há aqui a intenção de minimizar a violência sofrida pelos povos indígenas, praticamente dizimados no processo de colonização. Procuramos apenas destacar a visão que os colonizadores apresentavam sobre os negros. Para entender o desenvolvimento desta visão acerca dos indígenas, ver o debate entre Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda destacado por Kabengele Munanga. In: SANTOS, G. (2002).

<sup>51</sup> Essa tese é defendida no livro *Histoire Naturelle* de 1749. No século XIX, outros nomes também viam o Brasil como laboratório, inclusive para entender os efeitos da mistura das “raças” e as conseqüências para o desenvolvimento da espécie humana. Exemplificam este debate Auguste de Saint-Hilaire, Johann Baptist Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Jean Louis Agassiz e Joseph Arthur de Gobineau (MARTINS, 2009, p. 85).

<sup>52</sup> No ano de 1768 retoma as ideias de Buffon, porém aprofunda-as em *Recherches philosophiques sur les américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’histoire de l’espèce humaine*.

período, apresentava a ideia de “degeneração” como fundamental para entender o novo mundo<sup>53</sup>, ideia esta também presente também em Joseph Arthur de Gobineau (1853)<sup>54</sup> e Le Bon (1894)<sup>55</sup> pensadores que:

[...] acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. (SCHWARCZ, 1996, p. 85).

Esse pensamento também foi expresso na obra do zoólogo J. Baptiste Von Spix e do botânico Carl Friedrich P. von Martius, que estiveram em nosso país entre 1817 e 1820, ocasião em que escrevem *Viagem ao Brasil*, além de *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (1832), textos nos quais está presente a ideia de inferioridade moral dos povos da América. Tais escritos apresentavam o Brasil como exótico e punham em xeque a capacidade de constituir-se em nação (SCHWARCZ, 1996).

Nesse contexto, tanto a ideia de conquista e de submissão dos conquistados como o desenvolvimento de diferentes “justificativas para se estabelecer uma hierarquia entre os grupos sociais de acordo com seus valores inatos” (GOULD, 1991, p. 03), assentam a própria concepção de Ocidente manifestando-se no processo de expansão colonialista. Justificar a exploração colonial por meio de explicações fundamentadas no determinismo biológico<sup>56</sup> foi o caminho seguido pelos colonizadores (TROUILLOT, 1995). Desta forma, tanto a imagem da África como expressão da barbárie, quanto da América como imperfeita e decaída, acabaram por afirmar a própria identidade ocidental europeia como modelo de civilização.

Para a consolidação dessa imagem foi preciso mais do que relatos de viajantes. Seus formuladores precisaram obter o respaldo da ciência que se constituía como verdade incontestável. O desenvolvimento de um sistema aprimorado de classificação tornou-se a pedra de toque nesse processo. Se antes eram vagos os critérios de classificação da humanidade, a partir do século XVIII a cor da pele – entre outras características fenotípicas – tornou-se o

<sup>53</sup> O conceito de degeneração será melhor trabalhado no capítulo seguinte. Contudo, de maneira geral, pode-se entender por degeneração a alteração das qualidades da espécie.

<sup>54</sup> Em: *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Paris, Gallimard-Pleiade, 1853.

<sup>55</sup> Em: *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples*. Felix Lacan, Paris, 1894.

<sup>56</sup> Segundo Jay Stephen Gould (1991, p. 04), o determinismo biológico “sustenta que as normas comportamentais compartilhadas, bem como as diferenças sociais e econômicas existentes entre os grupos humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas, e que, nesse sentido, a sociedade é um reflexo fiel da biologia”.



dado fundamental deste processo. Carl Von Lineé, naturalista sueco que viveu entre 1707 e 1778, ao expandir o conceito de raça (até então circunscrito ao campo da zoologia) para classificar diferentes espécies (de plantas a homens), promoveu uma importante inflexão para a compreensão das diferenças entre os humanos. Foi ele o primeiro a elaborar uma “definição formal das raças humanas, em termos taxonômicos modernos<sup>57</sup>” (GOULD, 1991, p. 21). Para Linné o *Homo Sapiens* estava dividido em quatro raças assim definidas:

Americano: o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado; asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas; africano: negro, fleumático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados; européu: branco, sangüíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas. (MUNANGA, 2004, p. 25-26 – grifo nosso).

Nessa descrição, características culturais, fenotípicas e psicológicas se imiscuem compondo um quadro hierárquico sobre as “raças humanas” com base no determinismo biológico. Embora cause estranheza aos olhos do século XXI, essa associação foi amplamente admitida na época de sua elaboração, tendo sido, inclusive, retomada nos séculos XIX e XX<sup>58</sup>.

O debate científico apresentado no século XIX foi constituído por dois pensamentos que se inter cruzavam: de um lado, a oposição ao modelo igualitário levantado por alguns filósofos da Ilustração, e de outro, as doutrinas raciais. Em outros termos, ao se discutir a vigência ou não da igualdade entre os homens, discutia-se a validade da igualdade de direito. Esta reflexão deu lastro à concepção de Estado democrático (SCHWARCZ, 1996).

Antes do impacto causado pelo evolucionismo de Charles Darwin, as explicações científicas sobre as diferentes raças e a hierarquia racial estavam centralizadas em dois

<sup>57</sup> Na obra *Systema naturae* de 1758.

<sup>58</sup> Na literatura científica sobre raça produzida nesses séculos encontramos, de maneira recorrente, a associação entre negros e mundo natural. A obra de Nott e Gliddon, *Types of Mankind*, de 1854, é ilustrativa nesse sentido. Segundo destaca Gould (1991), esse texto foi o principal documento norte-americano sobre diferenças raciais. Nas primeiras três décadas do século XX, a aproximação entre negro e mundo natural foi discutida pelo viés da eugenia. O principal divulgador desse pensamento, no Brasil, foi Renato Ferraz Kehl, foco de nossa próxima seção. Ao aproximar os negros dos animais, procurava-se, sobretudo, destacar a incapacidade intelectual desse grupo, tanto para se autogerir, quanto para desenvolver um governo regular. No século XIX, essa ideia serviu para justificar, cientificamente, a escravidão; no século XX ela procurava justificar a disciplinarização das massas vistas como prejudiciais ao progresso da nação.

polos<sup>59</sup>: de um lado, o monogenismo, segundo o qual a humanidade teria sido originada de um único tronco (Adão e Eva). Seus teóricos justificavam a existência de diferentes raças a partir de uma maior ou menor degeneração do homem original. Nessa visão, o clima é apontado como o principal fator explicativo. De outro lado, encontrava-se a explicação apresentada pelos poligenistas, defensores da ideia de que a humanidade teria surgido de diversos centros de origem; ou seja, “as raças humanas eram espécies biológicas separadas”, o que por sua vez explicaria as diferenças raciais observadas (GOULD, 1991, p. 26).

Essa explicação se apoiava no conhecimento elaborado pelas ciências biológicas. Segundo (GOULD, 1991), ainda que tenha raízes europeias, o *corpus* teórico do poligenismo foi mais bem desenvolvido pelos norte-americanos a ponto de a poligenia ser reconhecida pelos europeus como sendo “a escola antropológica americana”. Louis Agassiz (1807-1873), naturalista suíço que, em 1840, emigra para os Estados Unidos e passa a lecionar em Harvard, tornou-se o principal porta-voz da poligenia naquele país (GOULD, 1991, p. 30)<sup>60</sup>. Os estudos de Agassiz denotam um pensamento determinista biológico no qual características físicas se misturam a características morais, justificando a hierarquia racial. O maior temor de Agassiz era a miscigenação que, segundo postulava, poderia corromper o vigor da raça branca. O Brasil, para ele, era o retrato dos males ocasionados pela miscigenação. Assim asseverava:

[...] qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (AGASSIS, 1868, p.71 apud SCHWARCZ, 1994, p. 137).

O pensamento poligenista estimulou o nascimento da *frenologia* e da *antropometria*, “teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tendo em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos”<sup>61</sup> (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Samuel

<sup>59</sup> Para Gould (1991, p. 26), o monogenismo e o poligenismo são “estilos pré-revolucionários do racismo científico”.

<sup>60</sup> Como ressalta esse autor: “obviamente não é acidental que uma nação que ainda praticava a escravidão e expulsava os aborígenes de suas terras tenha favorecido o estabelecimento de teorias que sustentavam que os negros e os índios eram espécies à parte, inferiores aos brancos” (GOULD, 1991, p. 30).

<sup>61</sup> Segundo assinala Schwarcz (1993), o debate sobre monogenismo e poligenismo permeou o nascimento de disciplinas no século XIX – a exemplo da antropologia –, como também de sociedades de estudo sobre a diversidade humana – como é exemplo a Sociedade Antropológica de Paris. O nascimento dos estudos antropológicos está diretamente vinculado às ciências físicas e biológicas sob interpretação poligenista; já as análises etnológicas ligavam-se a uma interpretação humanista e de tradição monogenista.

George Morton<sup>62</sup> (1799-1851) representa a expressão desse momento. Com sua imensa coleção de crânios destinada às pesquisas sobre as diferentes raças humanas (GOULD, 1991). Essa teoria, desenvolvida nos Estados Unidos, foi aceita pelos cientistas da Inglaterra e Europa. Sendo o Brasil consumidor desses centros intelectuais, também foi influenciado, pois “os poucos etnólogos e antropólogos em atividade no Brasil entre 1870 e 1914 estavam ligados, sobretudo, a cientistas franceses e alemães”, além do fato de Agassiz ter deixado forte impressão na elite brasileira em passagem pelo país<sup>63</sup> (SKIDMORE, 2012, p. 93-94).

Com a publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, o debate sobre monogenismo e poligenismo ganha novo contorno. A ideia de evolução, presente na obra de Darwin, passa a ser assumida pelas duas escolas que, desde então, “atribuem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Até o início do século XIX, a explicação teológica sobre o surgimento do homem era preponderante. Um dos primeiros grandes questionadores desse modelo de explicação foi Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Lamarck foi um dos primeiros pensadores a trabalhar a ideia de evolucionismo. Como explica Barros, para Lamarck, “as espécies não poderiam ter surgido na Criação e se mantido estáticas desde então, pois se isto ocorresse, não sobreviveriam a mudanças do meio” (BARROS, 2003, p. 10). Sendo assim, postulava que as espécies se alteravam continuamente, ainda que a partir de frequentes pequenas mudanças, o que incorreria na adaptação da vida ao meio. Tem-se daí a ideia da Terra evoluindo continuamente, ainda que lentamente. Segundo Barros (2003, p. 10), “Lamarck foi o primeiro a formular uma teoria da evolução compreensiva e sistemática”.

A ideia de evolução como explicação para as mudanças encontradas nas espécies estava lançada. Contudo, foi a partir das descobertas feitas por três naturalistas, a saber, Alfred Russel Wallace (1825-1913), Charles Darwin (1809-1882) e Henry Walter Bates (1825-1892), que foi possível entender o mecanismo que permitia as alterações contínuas apresentadas na teoria de Lamarck.

As observações realizadas por estes três naturalistas deram a chave para se pensar em um mecanismo que atue sobre os sistemas vivos e que, de alguma forma, selecione as transformações mais adequadas em um certo momento da história da Terra. [Eles reconheciam que] havia uma estreita relação entre

---

<sup>62</sup> Samuel George Morton também foi um grande nome do poligenismo estadunidense. Ganhou fama como cientista devido à sua grande coleção de crânios utilizada para subsidiar a tese da hierarquização das raças. A esse respeito ver: GOULD (1991).

<sup>63</sup> Particularmente com a obra: *Journey in Brazil*, de 1868.

as condições físicas de diferentes habitats e as espécies que sobrevivem. [Concluíram que] uma pressão do meio sobre as espécies poderia ser um mecanismo eficiente para selecionar o que poderia sobreviver daquilo que não encontra os recursos necessários para se perpetuar. (BARROS, 2003, p. 11).

Os estudos elaborados por estes cientistas demonstravam que a luta pela vida exigia um grande esforço de adaptação. Nesse processo:

[...] sobrevive justamente o detentor das melhores condições de adaptação. Este ponto é de fundamental importância: a evolução não leva a uma espécie mais desenvolvida, ela faz com que espécies se adaptem a um mundo mutável não só pela ação de fatores distantes, como pela própria presença de organismos que agem constantemente sobre o meio. (BARROS, 2003, p. 11).

Como destaca Henrique Lins de Barros (2003), a teoria da evolução pela seleção natural teve imenso impacto em toda a sociedade ocidental. Sua aceitação não foi imediata. Ao contrário, encontrou muitas resistências, tendo em vista suas implicações filosóficas e religiosas. Para que fosse aceita, foi preciso “reorganizar todo um quadro cultural” (BARROS, 2003, p. 12). O impacto das ideias de Darwin na teoria cristã encontrou resistências porque a teoria de Darwin abalou alguns dos principais pilares do cristianismo: 1) a crença num mundo constante; 2) a crença num mundo criado; 3) a crença num mundo desenhado por um Criador sábio e bondoso; 4) a crença numa posição única do homem na criação<sup>64</sup>. Além disso, outra razão pode ser acrescentada a essas, o tempo:

A teoria da evolução, proposta por Darwin e Wallace, tem como pilar o tempo. A evolução por seleção natural atua em milhões de anos, não em poucos milhares de anos. Ela introduz a história no mundo biológico. Não uma história das culturas ou a história do homem, mas uma história que tem um tempo muito maior que o tempo da História. (BARROS, 2003, p. 12-13).

A importância de *A origem das espécies*, obra de Darwin publicada em 1859, foi fundamental por trazer à tona uma nova perspectiva de explicação para as diferenças entre as espécies. Mas, acima disso, representou um salto ainda maior, por apresentar uma explicação

---

<sup>64</sup> A esse respeito ver: MAYR (1991).

que atravessava o mundo biológico e o mundo social, descrevendo-os como meios em constante processo linear e contínuo de transformações. Essa obra influenciou diversas áreas de conhecimento, fundamentando diferentes interpretações sobre a sociedade humana. Nas ciências humanas, seu impacto foi sentido de forma veemente. Expressões retiradas da teoria de Darwin, tais como “sobrevivência do mais apto”, “adaptação”, “luta pela sobrevivência”, a partir da interpretação apresentada por Herbert Spencer<sup>65</sup>, passaram a compor o repertório de interpretação da sociedade.

No mundo social, as ideias de Darwin passam a ser relacionadas à ideia de um progresso humano único, linear e inquebrantável. Nascia aí o pensamento que ficou conhecido por “darwinismo social” (SCHWARCZ, 1996).

A extrapolação de idéias evolucionistas para o campo social, ou seja, a utilização de idéias importadas do darwinismo para tempos históricos de apenas alguns milhares de anos, fez surgir uma anomalia no pensamento ocidental, o darwinismo social, que, se utilizando da idéia de evolução por seleção natural, aplicou-a a tempos históricos, associando evolução a desenvolvimento e concluindo ser possível hierarquizar as raças, com a conclusão de que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, aos demais. (BARROS, 2003, p. 13).

A teoria evolucionista apresentada por Darwin postulava “um processo evolucionário que, por definição, começava com uma única espécie”. Nessa perspectiva, a hipótese poligênica não era válida (SKIDMORE, 2012, p. 95). Contudo, os poligenistas adaptaram sua hipótese ao pensamento de Darwin.

---

<sup>65</sup> Hebert Spencer (1820-1903) foi engenheiro e filósofo que apresentava grande interesse pelas ciências naturais, sobretudo, pela biologia. Interpretou os problemas sociais a partir da aproximação entre o biológico e o social. Já acreditava na evolução antes mesmo do impacto da obra de Darwin, pois fora influenciado por Lamarck. Contudo, a partir de Darwin apresenta de maneira sistemática sua percepção sobre a relação entre o mundo biológico e o mundo social. Seu pensamento pode ser sintetizado da seguinte forma: “a Lei da evolução parece-lhe governar não somente as sociedades, mas o universo, não somente o ‘supraorgânico’, mas o orgânico. [Em sua obra] Spencer evoca constantemente as analogias entre os fenômenos biológicos e os fenômenos sociológicos, as noções de função, de estrutura, de equilíbrio, de diferenciação, de órgão que se aplicam aos dois reinos” (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p. 542). Ao escrever o livro *Princípios de Sociologia* (1876), o pensador promove a transposição de regras aplicáveis ao mundo natural para explicar no mundo social, motivo pelo qual ficou conhecido como darwinista social. Sobre o assunto, explica Wieviorka: “no fim do século XIX, em um clima intelectual no qual as ideias de Herbert Spencer chegam a se misturar com a teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o ‘darwinismo social’ promove ideias racistas; na verdade bastante distanciadas do pensamento de Darwin: lá onde esse último se interessa na mudança e na evolução pela seleção natural, Spencer salienta as características fixas da raça que autoriza, segundo ele, um grupo racial a se manter por meio de lutas, eliminando os espécimes impuros” (WIEVIORKA, 2007, p. 22).

Se a evolução no sentido de formas superiores de vida natural resultava da ‘sobrevivência dos mais aptos’ numa competição entre espécies e variedades diversas, era lógico supor que as diferentes raças humanas tinham passado por um processo semelhante. No processo histórico, as raças ‘superiores’ tinham predominado, condenando as ‘inferiores’ a encolher e desaparecer. (SKIDMORE, 2012, p. 95).

O impacto dessa leitura foi deveras significativo para adensar o racismo dirigido aos negros. Nas palavras de Skidmore:

Os darwinistas sociais descreviam os negros como uma ‘espécie incipiente’, o que lhes possibilitava continuar a citar todas as evidências – respigadas na anatomia comparada, na frenologia, na fisiologia e na etnografia histórica – propostas anteriormente em apoio à hipótese poligênica, e ao mesmo tempo conferir uma nova respeitabilidade científica à teoria racista. (SKIDMORE, 2012, p. 95-96).

Como resultado, a imagem que já se fazia dos negros (seres bárbaros, primitivos) passava a ser legitimada pelo conhecimento científico desenvolvido à época, assim como a existência de uma hierarquia racial, na qual a raça branca apresentava-se como exemplo de capacidade humana. Os interesses econômicos por trás do processo de escravização e colonização passam a ser justificados pela superioridade da raça expansionista e a submissão das raças colonizadas era explicada como o processo natural da evolução histórica.

Em paralelo a essas ideias, a escola “evolucionista social” – dentro da nascente antropologia – da qual Morgan, Frazer e Tylor eram os grandes representantes desenvolviam justificativas científicas que:

[...] concebia o desenvolvimento humano a partir de etapas fixas e pré-determinadas, e vinculava de maneira mecânica elementos culturais, tecnológicos e sociais. Dessa forma, tendo a tecnologia como índice fundamental de análise e comparação, para os evolucionistas a humanidade aparecia representada tal qual uma imensa pirâmide – dividida em estágios distintos, que iam da selvageria para a barbárie e desta para a civilização –, na qual a Europa aparecia destacada no topo e povos como os Botocudos na base, a representar a infância de nossa civilização. (SCHWARCZ, 1996, p. 83).

Ao procurarem entender como se dava o desenvolvimento cultural, isto é, “o ritmo de crescimento sociocultural do homem”, os primeiros antropólogos desenvolvem uma metodologia comparativa entre as culturas que, ao final, possibilitava a formulação de

esquemas explicativos sobre o desenvolvimento comum da história humana (SCHWARCZ, 1993, p. 57). Conforme demonstra essa autora, os conceitos de civilização e de progresso foram tomados por estes cientistas como parâmetros para a espécie humana. Destarte, a cultura passa a ser classificada e comparada dentro de uma escala cujos estágios – únicos e obrigatórios – iam do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Schwarcz (1996) resume em linhas gerais a lógica desenvolvida pelos teóricos das raças.

[...] os teóricos das raças partiam de três proposições básicas. A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre esses agrupamentos humanos a mesma distância [que] entre o asno e o cavalo. A segunda instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo em raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto apontava para a predominância do grupo ‘racio-cultural’ ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina da psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo. (SCHWARCZ, 1996, p. 85).

Desse breve panorama ressaltamos pontos fundamentais que, herdados desse pensamento racial, marcaram a concepção das sociedades modernas: a) a imbricação entre mundo biológico e mundo social; b) as diferenças vistas pelo prisma das desigualdades e c) aproximação entre racionalidade científica e ideologia política. Desse amálgama nasceram diferentes interpretações que conduziram os homens dos séculos XIX e XX à formulação do projeto de modernidade ocidental.

No Brasil, esse fenômeno também teve profunda penetração. O projeto nacional brasileiro<sup>66</sup>, para ser constituído, prescindiu da visão pessimista sobre o país desenvolvida pelos teóricos raciais norte-americanos e europeus. As elites de meados do século XIX, formada por homens que, descontentes com os rumos do país, criticavam o Império e desejavam uma nova estrutura para o Brasil, conheciam, debatiam e instrumentalizavam as ideias raciais aqui mencionadas. Como salientou Angela Alonso (2002), essa apreensão foi feita segundo seus interesses políticos e ideológicos.

---

<sup>66</sup> Essa expressão pode ser melhor compreendida quando entendemos o papel desempenhado por nossas elites intelectuais. Sobre esse tema, explica Tania Regina de Luca (1999, p. 41): “Longe de se limitar a uma atitude contemplativa, os intelectuais ansiavam por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação. Por se considerarem os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo [...] parecia-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re)colocar o país em sintonia com os seus verdadeiros valores. Essa vocação para conduzir os negócios públicos, de inspiração nitidamente iluminista, encontra-se manifesta nas explicações, sínteses, balanços, propostas e projetos que arquitetaram.”

## 2.2 Brasil, finais do século XIX: a emergência de uma nova mentalidade

O racismo surge [...] na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados. (GUIMARÃES, 2004, p. 11)

Como destacou o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004, p. 10-11), o racismo moderno – que se distingue pela ideia de que as “desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, na natureza e na constituição mesmas do ser humano” – se expressou no contexto brasileiro a partir da chamada geração de 1870, particularmente nas discussões realizadas pelos intelectuais do nordeste (Bahia e Recife) e do sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

As Escolas de Direito e de Medicina foram sedes principais de onde emergiu um pensamento que se propunha interpretar a realidade nacional e construir um projeto para o país. A base teórica desses intelectuais vinha principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Contudo, com o propósito de pensar o Brasil a partir da realidade local, estes pensadores não se restringiram à mera cópia de tais ideias; para além disso, desenvolveram análises inovadoras que se distinguiam, em certa medida, das fontes originais contribuindo, dessa forma, para a produção do debate racial do período (STEPAN, 2005; ALONSO, 2002).

A crítica desenvolvida pelos intelectuais da geração de 1870 procurava expressar um ar de descontentamento, presente tanto nas elites (econômicas, políticas, intelectuais), quanto na massa, seja urbana, seja rural. O contexto brasileiro de meados do século XIX mostrava traços de uma estrutura político-social em declínio: o regime escravista. Do ponto de vista político, vivia-se um Império com uma monarquia hereditária; do ponto de vista econômico, o escravismo constituía a base de sustentação econômica<sup>67</sup>; do ponto de vista social, a escravidão vinha sendo desafiada, fazendo emergir constantes revoltas e movimentos sociais que agregavam diferentes setores da sociedade (MACHADO, 1994). Embora questionado, o sistema escravista resistia, e com ele toda a lógica que o acompanhava.

Como ressalta o historiador Ira Berlin (2006), as sociedades escravistas – tendo como centro da produção econômica a escravidão – desenvolveram um modelo de relações sociais marcado pelo padrão de relação estabelecida entre senhor e escravo que permearia

---

<sup>67</sup> Como foi característico das sociedades escravistas (BERLIN, 2006).



todas as relações sociais hierarquizadas (homem/mulher, oficial/soldado, mestre/discípulo, inclusive, abarcando as relações entre público e privado e entre a esfera pública e o governo). Desse modo, a ideia de hierarquia de poder, sustentada pela imposição colonialista e escravista, orientava as experiências sociais.

No Brasil, durante o Segundo Império, por muito tempo, e de maneira hábil, o governo havia estabelecido uma política conciliadora entre os dois partidos existentes, o Liberal e o Conservador (SKIDMORE, 2012). Contudo, esse clima de conciliação, e de relativa estabilidade política sofreu transformações com as tensões oriundas da Guerra do Paraguai (1865-70), que pôs em evidência as fragilidades do Império brasileiro: uma estrutura básica debilitada, seja em relação à estrutura social, seja em relação à composição de seu povo.

Foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada ‘geração de 70’, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império, baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos. (SEVCENKO, 1998, p. 14).

Foi nessa conjuntura que, nos anos finais do Império<sup>68</sup>, sob o clima de desestabilização política e social, emergiu um grupo de intelectuais dispostos a pensar o Brasil em comparação com sociedades vistas como modernas. Como vimos, as bases teórico-filosóficas para se compreender a “modernidade”, oferecidas pela Europa e Estados Unidos em fins do século XIX, apresentavam as teorias raciais como centrais para explicar o surgimento das diferenças entre as sociedades, o que explicaria a condição de civilização de umas e de primitivismo de outras.

As elites que despontaram em finais do século XIX, no Brasil, caracterizavam-se por deter um perfil diferente das elites de até então.

As bases de inspiração dessas novas elites [geração de 1870] eram as correntes científicas, o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte. Sua principal base de apoio econômico e político procedia da recente riqueza gerada pela expansão

---

<sup>68</sup> Nas palavras de Dan Borges, tratava-se de “um momento radical nas ideias e políticas brasileiras quando o zelo do romantismo idealista estava sendo combinado com arrogância científica, fervor abolicionista, fanatismo republicano, a rebelião de uma geração jovem e um novo rancor anticlerical” (BORGES, 2005, p. 48).

da cultura cafeeira no Sudeste do país, em decorrência das crescentes demandas de substâncias estimulantes por parte das sociedades, que experimentavam a intensificação do ritmo de vida e da cadência do trabalho. (SEVCENKO, 1998, p. 14).

Tratava-se de indivíduos oriundos de famílias tradicionais da burguesia agrária escravocrata, mas que se distinguiam da geração passada por atuarem num contexto urbano, institucional e letrado.<sup>69</sup> A conjuntura em que viveram favorecia a construção de redes sociais, que eram “definidas umas pela pertinência de classe de seus membros, outras por sua filiação política ou ideológica, outras ainda por lealdades regionais” (CORRÊA, 2001, p. 12).

Ao interpretar a geração de 1870 enquanto “movimento intelectual”, Angela Alonso (2002) chama a atenção para a necessidade de entendê-la a partir das redes sociais em que estava imersa. Nessa perspectiva, ao contrário do que se pode pensar, a geração de 1870 não se limitou à recepção de ideias estrangeiras; antes, foi geradora de novas ideias políticas e sociais. Dessa forma, “categorias como ‘darwinismo’, ‘positivismo’, ‘spencerianismo’, ‘liberalismo’, sofreram apropriações, redefinições, usos políticos” pelo movimento intelectual de 1870, o que demonstra a operação de um jogo de interesses que vai além da explicação simplista de cópia de ideias estrangeiras (ALONSO, 2002, p. 31). Ressalta essa autora:

Argumentos e conceitos de teorias estrangeiras não foram adotados aleatoriamente, sofriram um processo de triagem: havia um critério *político* de seleção. Os agentes elegeram um conjunto de teorias e noções por razões *práticas*: estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas mais eficazes de ação política. (ALONSO, 2002, p. 39 – grifo da autora).

Segundo essa autora, a geração de 1870 deve ser compreendida como “manifestação coletiva” de um grupo de intelectuais-políticos que, ao mesmo tempo em que pensavam a nação – a partir da seleção e reelaboração de teorias vinda de fora –, atuavam na vida política, fazendo de seus textos “formas de intervenção política” (ALONSO, 2002, p. 39). Os subsídios que buscavam para compreender a realidade nacional foram retirados de determinado repertório de ideias; isto é, de “um conjunto de recursos intelectuais disponíveis

---

<sup>69</sup> O estudo de Sergio Miceli (2001) apresenta e analisa o perfil de parte da elite intelectual de finais do século XIX, destacando seu vínculo com a aristocracia tradicional.

numa dada sociedade em certo tempo”<sup>70</sup>. Ao selecionarem, dentro do repertório disponível, as teorias para interpretar a realidade nacional, os homens pertencentes a esse movimento compreenderam sua realidade e se posicionaram a partir de linhas de ação que respondia a seus interesses.

As preocupações que motivavam a geração de 1870 remontam a questões já apresentadas décadas antes. Como explica Skidmore (2012), a partir da década de 1860, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, Recife tornou-se importante centro intelectual a debater novas ideias oriundas, inicialmente, da filosofia alemã, mas também do positivismo, do evolucionismo e do materialismo. Pensadores como Comte, Darwin, Haeckel, Taine e Renan foram lidos em perspectiva de análise da realidade brasileira.

A literatura<sup>71</sup> sobre este período destaca a importância do debate desenvolvido por “escolas de pensamento” centralizadas em duas regiões do país: Nordeste e Sudeste. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as Faculdades de Medicina e de Direito foram os espaços privilegiados que disputaram a hegemonia da construção de um projeto nacional para o país<sup>72</sup>. Os intelectuais dessas instituições, mas também de outras, como, por exemplo, os museus etnográficos<sup>73</sup> e os institutos geográficos, desenvolveram uma reflexão crítica sobre o país com o objetivo de analisar a realidade local, para entender e destacar os rumos que levariam o Brasil ao *status* de nação moderna. Embora desenvolvessem um pensamento crítico, as elites intelectuais daquele momento “oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações” (SCHWARCZ, 1993, p. 240). Naquela empreitada, os conhecimentos gerados pelos modelos jurídicos e da medicina se entrecruzaram e produziram diagnósticos e instrumentos de controle e punição dos indivíduos que fossem classificados como perigosos à constituição da nação desejada (CORRÊA, 2001).

A reflexão elaborada tanto na Faculdade de Medicina da Bahia, quanto na Faculdade de Direito de Recife, apresentou um caráter marcadamente racial. Seja numa instituição ou na outra, a proposta era pensar o Brasil tendo por foco o diálogo com as teorias raciais que condenavam nosso país à degeneração. O pensamento elaborado pelos intelectuais do nordeste (no Direito e na Medicina) desenvolveu-se sob a perspectiva da medicina legal,

---

<sup>70</sup> Como explica a autora, o repertório é composto de “padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas” (ALONSO, 2002, p. 39).

<sup>71</sup> São referências a esse respeito: CORRÊA (2001); SCHWARCZ (1993); SKIDMORE (2012); GUIMARÃES (2004).

<sup>72</sup> SCHWARCZ (1993) ressalta a existência de especificidades regionais, como também de projetos de identidade institucional distintos nas Faculdades de Medicina e nas de Direito. Fato que impactou na elaboração de diferentes projetos para a nação.

<sup>73</sup> Sobre o papel dos museus etnográficos no Brasil ver: SCHWARCZ (1993); DOMINGUES, H. (2003) e, CORRÊA, M. (2001).

da criminalidade e das deficiências físicas e mentais dos brasileiros. As análises desenvolvidas pela “Escola Nina Rodrigues” – na Faculdade de Medicina da Bahia – expressavam uma visão pessimista em relação ao futuro da nação; já as análises elaboradas pela “Escola do Recife” – que tem Sílvio Romero como grande representante – eram mais otimistas e viam que o Brasil poderia, no futuro e por meio do branqueamento, conhecer o verdadeiro brasileiro e a verdadeira cultura nacional<sup>74</sup>.

Uma das características marcantes do pensamento desenvolvido por essas duas instituições foi a preocupação em elaborar uma análise científica, já que a ciência era encarada como único conhecimento isento de interesses políticos e, portanto, capaz de orientar a nação (SCHWARCZ, 1993; CORRÊA, 2001; GUIMARÃES, 2004). Movimento que contribuía para a criação e legitimação da figura do “cientista polivalente”, capaz de responder quais seriam os rumos que o Estado brasileiro deveria seguir na busca por uma nação civilizada.

A Escola de Medicina da Bahia teve na figura de Raimundo Nina Rodrigues o exemplo de intelectual cientista. Nina Rodrigues promoveu estudos inovadores no campo da medicina legal reconhecidos internacionalmente<sup>75</sup>. Tanto ele quanto os intelectuais de sua “escola” elaboraram teorias, propuseram novas leis e criaram instituições – construídas a partir da preocupação em entender as diferenças (e desigualdades) que caracterizam as raças no Brasil – a fim de orientar a ação do Estado (CORRÊA, 2001; MARTINS, 2009).<sup>76</sup>

Por sua vez, as discussões desenvolvidas pelos intelectuais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito de São Paulo tiveram um enfoque menos pessimista em relação ao prognóstico para o futuro do Brasil. Nestas instituições, o tom do debate sobre a realidade nacional era dado pelo modelo político liberal. Um liberalismo com características específicas: “apenas um ‘adorno social’, um ‘privilégio de classe’ ou um ‘discurso estratégico’”, nas palavras de Corrêa (2001, p. 41). Segundo essa autora, o liberalismo no Brasil foi interpretado e utilizado para atender às projeções de poder das elites em ascensão, daí não representar risco de deslocamento das classes dominantes pelos excluídos do poder (CORRÊA, 2001). Ainda que, aparentemente, a raça nem sempre se

---

<sup>74</sup> Segundo Martins (2009), Sílvio Romero manteve essa postura até 1900, depois passou a acreditar na incompatibilidade da mistura entre raças e na superioridade raça ariana (MARTINS, 2009, p. 64-65).

<sup>75</sup> Também é reconhecido como o primeiro antropólogo das relações raciais no Brasil, pois, ao procurar comprovar a tese sobre inferioridade racial dos negros, acaba por colher importante material cultural sobre os diferentes grupos de africanos que foram escravizados no Brasil.

<sup>76</sup> Entre seus discípulos mais famosos estão Oscar Freire, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos.

apresentasse como núcleo do debate elaborado por estas instituições, o tema se fazia presente de modo subjacente, pois a discussão liberal resvalava nos projetos imigrantistas.

As análises sobre a realidade nacional produzidas pelos intelectuais, a partir da geração de 1870, foram formuladas tendo por base, entre outras, a filosofia positivista. Assim, entendê-la nos ajuda a compreender como a ciência tornou-se o paradigma orientador de ações político-sociais.

O positivismo foi uma filosofia elaborada pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Caracteriza-se por apresentar uma explicação sistemática e material para o curso da história humana. Ao voltar-se ao entendimento da história do gênero humano, Comte elaborou uma teoria cuja base centrava-se na lei dos três estados, explicada da seguinte forma:

A humanidade passara pelas etapas *teológica* (primeiro fetichista, depois politeísta, enfim monoteísta), *metafísica* e, finalmente, *positiva*. A última fora propiciada pelas duas revoluções modernas, a política (francesa) e a industrial (inglesa), mas só a filosofia positivista viera inaugurá-la. (BOSI, 2004, p. 18).

Tal teoria ilustrava como se deu o progresso da humanidade a partir de etapas de desenvolvimento sucessivas e tendo como pressuposto o pensamento positivista. Segundo salienta Schwarcz (1996), o positivismo de Comte:

[...] pretendia uma subordinação da filosofia à ciência da imutabilidade. Com efeito, a partir dos três métodos de filosofar – teológico, metafísico e positivo – assumia-se que a humanidade evoluía de formas pré-determinadas de pensar, revelando-se, assim, uma clara correlação com as teorias hegemônicas da época. (SCHWARCZ, 1996, p. 84).

Nesses termos, a ideia de progresso estava associada à de evolução linear da sociedade. Segundo o postulado positivista, somente a ciência positiva seria capaz de fazer conhecer as regras contidas na sociedade. Essa ideia permitia, no limite, pressupor que, de posse do conhecimento sobre as regras sociais, seria possível controlar a evolução social.

Em nosso país, o positivismo se enraíza com a fundação, em 1876, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista. Seu fundador foi o professor de matemática do Colégio D. Pedro II, Oliveira Guimarães. Nomes como Benjamim Constant, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, constavam entre os frequentadores dessa Sociedade.

Em 1881, Miguel Lemos assume a direção da Sociedade Positivista para, em seguida, convertê-la na Igreja Positivista Brasileira. Embora o positivismo fosse bem aceito entre os intelectuais brasileiros, essa aceitação não se dava de maneira uniforme. Havia tanto positivistas ortodoxos – assim chamados aqueles que seguiam o sucessor oficial de Comte, Pierre Laffitte e eram ligados à Religião da Humanidade (BOSI, 2004) –, quanto positivistas heterodoxos, aqueles que se aproximavam dos primeiros estudos de Comte e eram simpáticos à “importância da ciência e do declínio da religião, sem aceitar, contudo, suas teorias esquemáticas da inevitabilidade histórica e suas fórmulas minuciosas de engenharia social” (SKIDMORE, 2012, p. 47). Esse mesmo autor ressalta que:

O positivismo também atraía aqueles membros da elite que ansiavam por desenvolvimento econômico, mas sem mudança social. Considerando a massa da população ‘despreparada’ para uma plena participação na sociedade (em virtude do analfabetismo, da origem racial inferior, etc.), encontravam na face autoritária do positivismo um modelo de modernização que justificava a concentração de poder nas mãos da elite. A tônica dada por Comte à família como a unidade básica da sociedade era outra ideia atraente para os brasileiros ansiosos por modernização, mas preocupados com a forte ênfase no indivíduo característica do pensamento liberal europeu (o que poderia corroer a família). (SKIDMORE, 2012, p. 48).

A influência do positivismo no contexto brasileiro foi marcante, pois a possibilidade de reestruturar a sociedade, tendo na ciência positivista uma perspectiva de conhecimento e controle dos rumos da sociedade, certamente foi um pensamento que arrebatou os descontentes com os rumos do país em fins do século XIX.

Construir uma análise da realidade brasileira embasada na ciência e na filosofia reconhecidamente válida legitimaria os demais estudos elaborados pelos intelectuais brasileiros, seja dentro ou fora do país. Não obstante, essas bases científicas ignoravam a história e as raízes do descontentamento social interno, particularmente no que se refere às demandas do povo (CORRÊA, 2001). Ao se apoiar na legitimação do poder da ciência, parte da intelectualidade nacional afirmava a visão segundo a qual os africanos e seus descendentes eram vistos a partir das lentes dos europeus e norte-americanos. Sendo assim, as análises elaboradas encontravam-se enviesadas, pois distorciam as vivências e experiências culturais, sobretudo, dos negros brasileiros em favor do diálogo com teorias raciais e elaboração do projeto nacional moderno.

Não se pode entender a construção do projeto nacional brasileiro deixando-se de lado o debate racial desencadeado pela pressão causada pelos movimentos sociais abolicionistas das últimas décadas do século XIX. Foi precisamente neste cenário que as teorias raciais foram incorporadas aos discursos das elites. Nesse contexto, emergiu aquele que seria o principal elemento na composição do projeto nacional brasileiro: a ideia de que pelo branqueamento seria possível melhorar o agente nacional a ponto de, no futuro, se constituir o povo brasileiro nos moldes do povo europeu.

### 2.3 Diante da Abolição, a reação

Frente à iminência da Abolição, o imaginário<sup>77</sup> social dos grupos ligados à elite escravocrata será profundamente marcado pelo medo da “onda negra”; isto é, da emergência dos negros na esfera social, não mais na condição de subalternos e escravizados, mas de homens livres (MACHADO, 1994). A questão central estava na preocupação com a ruptura na polaridade senhor-escravo e seus potenciais efeitos. Pairava certo “pânico” entre as elites nacionais devido a recorrentes insurreições e revoltas rurais e urbanas; além das notícias sobre a Revolução haitiana<sup>78</sup> e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. O maior temor era que ocorresse uma “inversão da ordem política e social, de vingança generalizada contra os brancos” (AZEVEDO, C., 2004, p. 29).

Frente a essa situação, nossas elites apresentaram diversas soluções para que o fim da escravidão não ocasionasse o fim da estrutura de poder, então vigente, na qual se apresentavam como “senhores” incontestes. As propostas recaíam sobre a necessidade de desenvolver maior controle sobre os negros. Em meio aos debates acalorados das elites, em dado momento passou-se a considerar que a solução para os problemas estava na vinda de imigrantes europeus.

Embora a imigração fosse justificada, primeiramente, pelo viés da substituição de mão de obra escravizada pela livre, não se entendia que o ex-escravo pudesse constituir a mão

---

<sup>77</sup> Valemos-nos do conceito de imaginário apontado por Azevedo C. (2004) que, por sua vez, recorre a Cornelius Castoriadis, para o qual o imaginário é “criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p. 13, apud AZEVEDO, C., 2004, p. 29).

<sup>78</sup> Sobre a revolução escrava, que levou ao fim da escravidão e a independência do Haiti, pelo comandante negro autodidata François-Dominique Toussaint Louverture, ver: TROUILLOT (1995).

de obra livre. Estudos historiográficos recentes apontam que, ao contrário do que se alegou, não só não havia falta de mão de obra nacional para assumir a transição do trabalho escravo para o livre, como nas regiões em que não houve imigração estrangeira essa transição ocorreu sem maiores problemas. Sendo assim, as políticas imigrantistas devem ser entendidas como uma escolha não necessariamente de ordem econômica (MACHADO, 1994; CORRÊA, 2001; AZEVEDO, C., 2004; WISSENBACH, 2009; SKIDMORE, 2012). Tratou-se de uma escolha que convergia para o objetivo de modernizar o país, conferindo uma aparência de povo branco, principalmente fazendo da população negra um símbolo de atraso.

Como em toda sociedade escravista, no Brasil, as elites nacionais, sobretudo, as escravocratas, justificaram a escravização africana a partir de uma imagem distorcida da África e dos africanos. Assegurar a continuidade do sistema escravista era garantir que o poder econômico oriundo desse sistema desumano se desdobrasse em poder político, e isso interessava as elites. Essa lógica pode explicar as constantes manobras realizadas em sociedades escravistas a fim de manter esse sistema em atividade (BERLIN, 2006).

Havia uma preocupação em manter a ordem no sistema, mas também a de formação de um povo homogêneo, fato que ficou registrado nas memórias<sup>79</sup> dos primeiros reformadores brasileiros de início do século XIX. A visão que nossas elites tinham sobre os negros, antes de meados do século XIX, não fugia da empregada por outras sociedades escravistas. Por aqui também os negros eram vistos como de natureza bárbara, sendo os africanos uma gente “sem moral, sem leis, em contínua guerra, [que] vegetam quase sem elevação sensível acima dos irracionais” (COSTA, J., 1821, p.12)<sup>80</sup>.

Porém, as análises e propostas que surgiram no discurso das elites nacionais a partir de finais do século XIX demonstram uma inflexão nesse pensamento. Se até então os negros eram vistos negativamente sob o prisma da cultura “paganismo”, “barbarismo cultural” a partir de meados do século XIX, são as teorias raciais produzidas na Europa e nos Estados Unidos que aparecem nos discursos dessas elites, legitimando a inferioridade negra e justificando a vinda de imigrantes para o país.

Por sua vez, o movimento abolicionista teve significativa importância na reflexão sobre os rumos do Brasil, elaborada nas últimas décadas do século XIX. Muitos dos

---

<sup>79</sup> Azevedo C. (2004) apresenta rica documentação do século XIX em que é possível perceber a preocupação de parte da elite intelectual brasileira. Ao apresentar tratados sobre a situação econômica e social do Brasil estes intelectuais discutiam sobre como formar uma população homogênea. Vê-se aí a percepção de negros e indígenas como “inimigos internos” que não contribuíam para a elevação do país.

<sup>80</sup> Assim pensava João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz, ao escrever, em 1821, *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o Modo e Condições [sic] com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasional*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821. Cf. Azevedo C. (2004).



intelectuais que discutiam o país fizeram parte, em alguma medida, desse movimento (SKIDMORE, 2012). Contudo, é importante ressaltar que o movimento abolicionista brasileiro apresentava uma fisionomia heterogênea. Afirma Maria Helena Machado (1994, p. 17), que o abolicionismo de 1880 compunha-se de diferentes agentes: de um lado “intelectuais e elite”; de outro, “uma malta de homens desenraizados – imigrantes, viajantes, indivíduos sem pátria e sem família”, sendo estes, por seu perfil, a linha de frente na “arriscada tarefa de estabelecer os laços entre o mundo urbano e as populações escravas”. Desse modo, debaixo do guarda-chuva do abolicionismo, havia diferentes interesses e projetos.

Do ponto de vista das elites (e mesmo entre estas, se encontram distinções relevantes), o abolicionismo era entendido como o passo inicial que levaria às mudanças que modernizariam o país e o alçaria à condição de nação moderna. Com a Abolição, o governo imperial também cairia e, em seu lugar, erguer-se-ia a República almejada por parte das elites. Do ponto de vista da massa, o maior interesse estava na conquista e/ou preservação da liberdade. É preciso lembrar que próximo ao fim do sistema escravocrata, os senhores de escravos procuraram extrair o máximo do trabalho dos escravizados, impondo-lhes um ritmo de trabalho que desarticulava o modo de vida que até então haviam desenvolvido sob as brechas do sistema escravista. Como consequência, verificou-se uma onda de tumultos e fugas das senzalas (MACHADO, 1994).

Entre morrer pela exaustão, imposta por um ritmo de trabalho extenuante, e morrer pela conquista da liberdade de governar seu corpo (e de elaborar seus sonhos e projetos para o futuro), essa população inclinou-se à segunda opção e adensou o coro abolicionista (MACHADO, 1994; WISSENBACH, 2009).

As diversas facetas do movimento abolicionista brasileiro podem ser pensadas compondo duas correntes: uma de caráter mais moderado e outra de caráter radical. Para os abolicionistas da corrente radical<sup>81</sup>, se para empreender a abolição fosse necessário usar de métodos mais extremos, isto é, violentos, estes deveriam ser usados. Já os abolicionistas moderados<sup>82</sup> advogavam que a abolição deveria ocorrer sob a ordem, sendo orientada por um projeto de modernização do país (MACHADO, 1994; SKIDMORE, 2012). Neste grupo destacaram-se Pereira Barreto e Joaquim Nabuco. Não há dúvida de que o movimento abolicionista congregava um leque diversificado de posições, que tanto apontava a maneira

---

<sup>81</sup> Alguns dos seus principais representantes foram Silva Jardim, Antônio Bento, Raul Pompeia e Luís Gama.

<sup>82</sup> Corrente formada por homens da elite ilustrada, tais como Pereira Barreto, José do Patrocínio, Campos Sales e Joaquim Nabuco – este último seu maior representante.

pela qual deveria ser efetivada a extinção do sistema escravagista, quanto o destino dos libertos e as modificações necessárias a serem processadas pela sociedade no sentido da erradicação das mazelas e perversões sociais, econômicas e políticas que eram decorrentes daquele sistema.

Pereira Barreto foi ligado ao jornal *A Província de São Paulo*<sup>83</sup>, veículo nascido em 1875 como um projeto de grandes fazendeiros de café e empresários paulistas para divulgar suas ideias. O jornal tornou-se a voz dos republicanos da época e desempenhou importante papel como divulgador de ideias liberais, segundo os interesses da elite paulista. Em seus artigos, Pereira Barreto defendia um abolicionismo restrito a essa visão, ainda que não fosse consenso para os filiados ao jornal, nem a maneira de se efetuar a Abolição, nem as reformas sociais necessárias para a implantação da República (NOVELLI, 2013).

A figura de Joaquim Nabuco<sup>84</sup> é ilustrativa do modo como alguns intelectuais da época transitaram entre ideias liberais, progressistas e teorias raciais, construindo projetos de modernidade nos quais a aparência progressista e liberal encobria a legitimação da hierarquia racial. Analisando a figura do intelectual e político pernambucano, do ponto de vista das relações raciais, Azevedo C. (2004, p.77) aponta para os limites do abolicionismo por ele defendido. Afirma que políticos como ele e Rui Barbosa procuraram manter o movimento da Abolição dentro da legalidade institucional, o que representava “manter o controle institucional sobre o movimento das ruas”, uma estratégia política que aproveitava o momento histórico para empreender a transição política e as reformas institucionais desenhadas pelas elites. Atuando no parlamento, Joaquim Nabuco se esmerou em provar para as próprias elites do Império que o escravismo era contraproducente.

Em *O Abolicionismo*, de 1883<sup>85</sup> – obra na qual define o que é o movimento abolicionista e traça as características do sistema escravista, bem como o que fazer para sua superação – Nabuco defendia que, para se engendrar a reconstrução nacional, era necessário promover a Abolição de maneira conciliadora, por meio legal e não a partir de revoltas ou revoluções (NABUCO, 2000a). Tendo a abolição como questão urgente na agenda liberal, o foco da crítica de Nabuco voltava-se para o sistema escravista, visto por ele como o cerne que

---

<sup>83</sup> Com o advento da República, esse jornal passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*. O papel desse periódico na elaboração de um projeto nacional, no qual a raça constitui elemento de destaque, será mais bem discutido no sexto capítulo deste texto.

<sup>84</sup> Nabuco pertencia a “uma das mais tradicionais famílias do país ligada à economia açucareira nordestina e à política imperial”. Em 1870, forma-se bacharel em direito na Faculdade de Direito de Recife, tendo passado três anos na Escola de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo (NOGUEIRA, 2000a, p. 07).

<sup>85</sup> Segundo Marco Aurélio Nogueira (2000b), o maior interesse de Nabuco, quando escreve esse livro, era qualificar o discurso político dos que contestavam a escravidão.

deve ser superado para se atingir a modernidade nacional, do ponto de vista político, social e econômico (NOGUEIRA, 2000a).

Neste livro, Nabuco não só compila e apresenta as ideias liberais (e algumas abolicionistas discutidas pela elite), mas o faz apresentando um projeto que deveria conduzir a transição do Brasil tradicional ao moderno. Ainda que este projeto estivesse atento às características perversas do sistema escravista, a figura do negro – em diversas passagens de *O Abolicionismo* – é apresentada sob as lentes da elite escravocrata, a exemplo da passagem que segue:

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana – influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama de leite pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento, podem ser consideradas isoladamente do cativo. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil, em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última. (NABUCO, 2000, p. 108-109).

Nessa longa passagem pode-se notar, atuando no pensamento de Nabuco, a influência das ideias racistas que postulavam o primitivismo dos negros. O africano é apresentado sob o olhar evolucionista que o classifica como primitivo, bárbaro, mentalmente atrasado. Em contato com os brancos, no Brasil, teria contribuído para degenerar o branco, seja física, seja culturalmente. Mas esse cruzamento poderia ter engendrado algo diferente, não fosse a escravidão. A leitura conduz a uma dedução de que em novas condições, isto é, sem o sistema escravista, e ocorrendo a miscigenação entre negros e brancos, seria possível que os negros se civilizassem, tal quais os brancos. Na base desse argumento encontra-se a ideia de uma possível harmonia racial quando finda a escravidão (AZEVEDO C. 2004; SKIDMORE, 2012), mas, sobretudo, destaca-se a ideia de branqueamento. As condições para tanto existiam afinal:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas sempre foi isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. (NABUCO, 2000, p. 38).

O *Abolicionismo* tem figurado como um texto seminal para a compreensão da sociedade brasileira. Do ponto de vista das relações raciais, Gislene Aparecida dos Santos (2002) e Célia Maria Marinho de Azevedo (2004) desenvolveram importantes análises deste que é visto como “texto manifesto”. Santos G. (2002) ressalta que o livro pode ser interpretado de duas maneiras:

Como uma avaliação jurídica e política minuciosa da escravidão, com dados extremamente sérios e relevantes para uma solução racional de um problema poucas vezes pensado de forma tão precisa. Nesse sentido, ele é de fundamental importância para a resolução da questão da produção nacional e do fim da exploração do trabalho escravo. Por outro lado, toda essa reflexão se dá norteadada por conceitos racistas que, por sua vez, não podem apontar soluções satisfatórias para um povo tido naturalmente como inferior. Portanto, como matéria jurídica que avalia a ilegalidade da escravidão é incontestável sua validade, como porta-voz dos interesses dos escravos não o é. (SANTOS, G., 2002, p. 107).

O livro, passou para a história brasileira como representante das ideias do movimento abolicionista e, por apontar um projeto moderno para o país, não deixava, entretanto, de apresentar a velha lógica pela qual o negro é interpretado como incapaz e portador dos “vícios da nação”. Ao negar as estratégias de liberdade desenvolvidas pelos negros<sup>86</sup> – insurreições e revoltas –, Nabuco acabava por afirmar que caberia às elites o papel de guiar o país. O mesmo Nabuco, que proclamava a necessidade da reforma agrária, de promover a educação e de libertar “escravos e os senhores do jugo que os inutiliza, igualmente, para a vida livre”, projetava para o futuro a constituição de uma nova pátria, de um novo povo (NABUCO, 2000, p. 169). Ao finalizar o livro, apresenta o ideal de pátria para os abolicionistas<sup>87</sup>:

---

<sup>86</sup> Os crimes, fugas e outras estratégias utilizadas pelos escravizados apontam o repúdio à escravidão. Nesse sentido, tais ações, que se traduzem na busca da liberdade, são formas de resistência ao sistema escravista. As ações visavam, nas palavras de Wissenbach, “acima de tudo a destruição do regime ou, nos limites de ação individual, a negação da própria condição” (WISSENBACH, 2009, p. 19).

<sup>87</sup> Importante notar que, para Nabuco, só havia um movimento abolicionista, aquele ao qual ele pertencia. Os movimentos que fugiam dos moldes do abolicionismo desenhado por ele não são reconhecidos enquanto parte do

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, *a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo*, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul. (NABUCO, 2000, p. 170 – grifo nosso).

Ao explicar o ideal de pátria objetivado pelos abolicionistas, Nabuco defende um argumento sustentado pelos republicanos: o imigrantismo como solução para o país. Seria a “imigração europeia”, e não outra, que traria o sangue europeu “caucásio vivaz, enérgico e sadio” desejado para compor o povo brasileiro<sup>88</sup>. Com esse argumento, Nabuco respondia ao debate sobre a importação de chineses como mão de obra “provisória” para a transição entre o trabalho escravo e o livre<sup>89</sup>. Nesse debate, diferentes posições afloraram: havia aqueles que, como Nabuco, chamaram a atenção para as características raciais inferiores dos chineses; por outro lado, os abolicionistas ortodoxos, como Miguel Lemos e Teixeira Mendes, viam nessa ação nova tentativa de “colonização, mediante engodo e falsas promessas” (BOSI, 2004, p. 26), e teve ainda quem cogitasse essa possibilidade como maneira de reduzir os impactos causados pelo fim do tráfico.

Para Azevedo C. (2004), o debate sobre a imigração de chineses deixou transparecer nitidamente o viés racial presente no pensamento daquela elite. Nos argumentos levantados, ainda que os chineses fossem vistos por todos como inferiores, os asiáticos eram apresentados como menos inferiores que os africanos, o que explica terem sido cogitados para substituir os escravos. Esta visão permeou os debates sobre o tema ocorridos nas seções da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (ALPSP).

Um país que, muito antes que se desenvolvesse a civilização do ocidente, havia criado uma civilização sua, embora hoje inferior à nossa, mas em todo o caso prodigiosa para aqueles tempos, um país que inventou a imprensa antes da Alemanha, e que inventou a pólvora, um país que criou indústrias (...) não pode de forma alguma ser comparado ao hotentote bruto, ao zulu ou a outro qualquer povo africano. Um país nestas condições, um país

---

movimento; porém, nas palavras de Machado (1994), foram estes “outros” grupos que estiveram na linha de frente das principais ações abolicionistas desde os primeiros momentos desse movimento.

<sup>88</sup> Como se verá ainda nessa pesquisa, essa construção reaparecerá nos discursos dos homens da elite intelectual do início do século XX.

<sup>89</sup> Em 1879 o deputado Ulhoa Cintra apresentou um projeto para criação de um fundo para incentivar a introdução de mil asiáticos em São Paulo. Este fato produziu grande celeuma entre os parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo. Tal debate pode ser acompanhado em AZEVEDO, C. (2004).

independente, que tem governo seu, que tem instituições, não pode produzir homens iguais na inteligência às hordas selvagens da África, que, importados para o Brasil, vieram constituir a fonte de nossa escravatura! (ALPSP, 1880, p. 285 apud AZEVEDO, C. 2004, p. 131).

Não é difícil perceber a lógica evolucionista em ato na qual o africano figurava na base da civilização. Ainda que debatida, a ideia da vinda dos asiáticos não foi a saída eleita como a ideal. Serão os imigrantes europeus os escolhidos para “recolonizarem” o país. No próximo item destacamos o papel de São Paulo na afirmação desse propósito.

## 2.4 São Paulo e o imigrantismo

[...] em função da economia agroexportadora do açúcar e do café, a província de São Paulo apresentou-se como um dos principais bolsões de uma escravidão resistente, vigorosa e extremamente violenta. (WISSENBACH, 2009).

O período de 1850 a 1880 assistiu à desarticulação do regime escravista brasileiro. Foi nesse contexto que a proposta imigrantista emergiu e ganhou espaço como solução para os problemas do Brasil.

A discussão sobre imigração surgiu em São Paulo em fins da década de 1840 e foi uma resposta que emergiu da preocupação da elite escravocrata com as pressões sofridas contra o tráfico africano. A possibilidade da Abolição apresentava aos fazendeiros escravocratas a seguinte questão: como fazer para garantir o trabalho nas *plantations*, uma vez finda a escravidão? A solução não estava longe, já que se poderia recrutar os negros livres para o trabalho assalariado, visto que essa mão de obra estaria fartamente disponibilizada (MACHADO, 1994). Porém, a questão era mais complexa. Para que essa solução fosse aceita, seria preciso que a mentalidade daqueles fazendeiros fosse outra. Mas, acostumados com a relação senhor-escravo, e entendendo os negros como seres inferiores, alegavam a impossibilidade de obrigar os antigos escravizados a trabalharem nas *plantations*. Por outro lado, buscava-se também inundar São Paulo de imigrantes, migrantes, negros e libertos para

poder conseguir a mão de obra barata que pudesse repor, em novos termos, a relação escravista (MACHADO, 1994)<sup>90</sup>.

A partir da década de 1860, o projeto imigrantista foi tomado como solução para os problemas sócio-raciais. Uma figura marcante na divulgação dessa ideia foi Aureliano Cândido de Tavares Bastos que, por meio de artigos em jornais, expressava a necessidade da vinda de imigrantes para o Brasil. Segundo demonstrou Azevedo C. (2004), os textos de Tavares Bastos – assim como os dos demais imigrantistas –, ao tentar justificar a diferença entre o imigrante europeu e a mão de obra nacional, demonstram a sobrevalorização do imigrante europeu em todos os aspectos. Tal exemplo nos permite ver a aproximação entre pensamento liberal e ideias racialistas. Essa relação foi explicitada, segundo assinala Azevedo C. (2004), nos textos de Tavares Bastos:

[...] há uma explícita e até mesmo orgânica relação entre branco e trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento. Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou pela negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação. (AZEVEDO, C., 2004, p. 55).

Nessa interpretação do liberalismo, o branco significava o progresso social e econômico; já o negro significava não só o atraso cultural, mas econômico (daí a aposta no trabalho livre há tempos já empregado nas nações ditas civilizadas) e político (daí a crítica ao modelo vigente).

No decorrer da década de 1870, os deputados da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo debateram assiduamente o tema da substituição da mão de obra escrava. A análise desses documentos indica que o projeto imigrantista paulista, iniciado em finais do século XIX, pode ser entendido como resultado da relação entre condições materiais e imateriais. Das condições estruturais existentes à época (terras novas do oeste paulista e nova possibilidade de estabelecimento de relações de produção) surgiu uma determinada mentalidade política, que não só elaborou projetos, como conseguiu que muitos destes se transformassem em leis que favoreceram a imigração europeia, tanto para o Brasil quanto

---

<sup>90</sup> Sobre a reação dos imigrantes europeus no Brasil da primeira República, ver: SOUZA, M. C. (1994).

para aquela província<sup>91</sup>. O que fez com que São Paulo, segundo Azevedo C. (2004)<sup>92</sup>, recebesse, durante as décadas de 1880-1890, mais de 700 mil imigrantes.

Nesse período, São Paulo também foi palco de sistemáticas revoltas e revoluções pró-emancipacionistas. O “pânico” causado era, quando se podia, amenizado pelas táticas empregadas pelas autoridades que encobriam as notícias e/ou davam-lhes menor significado do que realmente apresentavam (MACHADO, 1994; AZEVEDO, C. 2004). Estratégia de pouco alcance, a ponto de não impedir que o pânico se instalasse entre os fazendeiros, provocando reações políticas. Assim, os representantes desse grupo não só discutiam, mas propunham soluções para aquilo que viam como o grande problema a ser resolvido. Em uma das seções na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, o deputado Leite Moraes registrava o modo como essa elite interpretava a situação:

Sr. presidente, desgraçadamente para nós, pode-se dizer que não se instala uma sessão judiciária a oeste da província de São Paulo sem que, perante ela, como consta dos respectivos anais, represente-se um desses dramas sanguinolentos, onde nós vemos o lar doméstico do fazendeiro lavado em sangue, e onde vemos muitas vezes, de envolta com o crime cometido, ameaça a honra de nossas famílias! Não há dúvida, sr. presidente, que estamos à borda de um abismo, ou pisando sobre um vulcão! (ALPSP, 1878, p. 535 apud AZEVEDO, C. 2004, p. 101).

Esse temor da revolta dos escravizados pode ser explicado tendo em vista as características de São Paulo, província que, desde o final do século XVIII, vinha se tornando grande produtora de café e, conseqüentemente, centralizadora de grande contingente de escravizados. Como assinala Schucman:

[Finais do século XVIII] São Paulo, então foi descoberto como local apropriado para o plantio e a produção se expandiu rapidamente no Vale do Paraíba e, posteriormente, no oeste do estado. O crescimento da produção e da economia foi tão grande que o Estado de São Paulo, no final do século XIX, detinha cerca de 70% da produção mundial do produto. (SCHUCMAN, 2012, p. 60).

---

<sup>91</sup> A autora rebate as teses dos que veem o espírito racional e progressista dos paulistas como explicação para o abandono do trabalho escravo e investimento no imigrante para assumir o trabalho livre. Segundo entende, essa explicação foi formulada tendo em conta a imagem que os próprios paulistas teceram sobre si mesmos. Crítica o fato de essas teses contribuírem para a afirmação da identidade paulista, tal qual pensada pelos paulistas.

<sup>92</sup> A autora pesquisou os Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo para acompanhar os debates dos deputados ao longo das décadas de 1870 e 1880. Procurou entender o que os motivou a desenvolver um projeto imigrantista ao invés de aproveitar a mão-de-obra nacional.



Com a interdição do tráfico de africanos para o Brasil, em meados do século XIX, São Paulo recorre ao tráfico interno. Por cerca de três décadas, essa foi vista como uma solução adequada; contudo, com o conhecimento do aumento das revoltas dos escravizados, os fazendeiros paulistas representados por seus deputados discutiam a continuidade ou não do tráfico interprovincial. Avaliava-se que trazer mais escravizados para a província poderia significar o aumento da condição já preocupante em que se encontravam<sup>93</sup>. No sentido de conter a entrada de escravizados nessa província, foram elaboradas propostas e leis que iam desde a imposição de altos impostos aos novos escravos que nela entrassem, aprovação de leis que facilitavam a saída destes dos territórios paulistas, até a aprovação de leis de fomento à imigração (AZEVEDO C., 2004).

O debate sobre o tema da substituição do trabalho escravo, realizado pelos parlamentares na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, demonstra que temas como nacionalidade, teorias raciais e branqueamento foram pensados de forma entrelaçada. Frente à necessidade de substituição da mão de obra e, diante da situação do “medo da onda negra” vinda do nordeste, os parlamentares paulistas discutiam a imigração como forma de resolução dos problemas (AZEVEDO C., 2004). Nos debates sobre imigração, é possível se perceber nitidamente a preocupação com a raça e seu impacto na nacionalidade.

Nos discursos desses parlamentares, os “nacionais” eram vistos como de “sangue aguado” e “deficiente pelo lado do cinismo, da moralidade, da dignidade”; de maneira inversa, os americanos, alemães e portugueses figuram como as “raças” mais apropriadas para a imigração vindoura. Estes foram vistos como os “homens que nos convém, pois é preciso inocular em nossas veias sangue novo, porque o nosso já está aguado” (AZEVEDO C., 2004, p. 125).<sup>94</sup>

Ao explicitarem as raças que convinha a São Paulo e ao Brasil, também procuravam destacar aquelas que não eram bem-vindas: “À exceção dos chins [sic], da raça malaia e dos africanos, entendo que todos os que vierem para o país contribuirão para a nova aurora de sua felicidade” (AZEVEDO C., 2004, p 126)<sup>95</sup> Segundo analisa a autora, esses discursos demonstram características importantes para se entender como se dava a intersecção entre raça, nacionalidade e branqueamento.

---

<sup>93</sup> Observa Wissenbach (2009) que, nas décadas finais do século XIX, a população escravizada em São Paulo diminuiu, ao passo que a população negra livre aumentou ao longo da segunda metade deste século.

<sup>94</sup> Discursos contidos nos Anais da *Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*. Cf. AZEVEDO, C., 2004.

<sup>95</sup> Discursos contidos nos Anais da *Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*, ALPSP, 1869, p. 2 e 5. Cf. AZEVEDO, C., 2004.

Importa destacar aqui algumas características que parecem inerentes aos discursos nacionalistas da época: a exaltação da pátria em frases abstratas, generalizadoras; a depreciação da pátria nos momentos em que uma argumentação racista aponta para a inferioridade da ‘raça brasileira’; o caráter considerado irrefutável desta inferioridade, responsável por um nacionalismo defensivo, que se omite quanto à questão racial; e, por fim, a demonstração de que amar a pátria significa modificar a sua raça, purificando-a mediante a transfusão de sangue de raças superiores. Enfim, o problema de se forjar uma identidade nacional confluía para a questão insistentemente colocada pelos imigrantistas – a purificação racial, o que queria dizer não só substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora. (AZEVEDO, C., 2004, p. 124).

Salienta Azevedo C. (2004) que, a partir de 1882, vê-se claramente uma preocupação com o negro, mais do que com o escravo, este até então foco da atenção da elite escravocrata. Sem dúvida ocorre, nesse contexto, uma guinada de perspectiva importante por demonstrar de maneira mais explícita a preocupação das elites com a questão racial. A partir de então os problemas nacionais passam a ser associados à figura do negro e não mais à do escravo.

Era, sim, o negro, elemento considerado de raça inferior porque descendente de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias raciais ainda estavam longe de cair em desuso. (AZEVEDO, C., 2004, p. 135).

Receava-se não só pelos perigos imediatos representados pelas insurreições e revoltas, mas, sobretudo, pelos perigos futuros. Segundo entendiam, uma vez ocorrida Abolição, os negros – livres – manchariam o país com seu primitivismo. Assim, argumentava-se sobre a necessidade de promover a “moralização” da cidade de São Paulo. Nesse tocante, a imigração de raças civilizadas, como os europeus, é apontada como solução não só para o problema da mão de obra, como também para o da constituição de uma São Paulo moderna, leia-se branca.

O resultado desses debates foram sentidos no início de 1888, quando essa Assembleia autoriza o presidente da província de São Paulo a acertar com a Sociedade Promotora de Imigração “a introdução de 100 mil imigrantes de procedência europeia,

açoriana e canária, os quais deveriam vir em família, com passagens pagas por aquela mesma entidade fundada dois anos antes” (AZEVEDO, C., 2004, p. 149).

Cabe aqui uma nota sobre a Sociedade Promotora de Imigração, devido a seu importante papel como articuladora de uma estrutura imigrantista, tanto para São Paulo, quanto para o Brasil.

Fundada em 02 de julho de 1886 pela elite cafeeicultora paulista, teve entre seus fundadores destacadas figuras do governo provincial e imperial. Participaram da formação dessa Sociedade o visconde do Parnaíba (presidente da província de São Paulo), Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho (vice-presidente dessa província) e o ministro da agricultura, Antônio da Silva Prado.<sup>96</sup> Foi essa uma organização de interesse particular, mas financiada essencialmente pelo poder público.<sup>97</sup> Durante sua existência (1886-1895), fomentou intenso fluxo de imigrantes europeus ao Brasil e, particularmente, para São Paulo. Estudos apontam que, do final do Império aos primeiros anos da República, essa organização trouxe para o Brasil mais de 260 mil imigrantes de diferentes nacionalidades, sobretudo italianos (SANTOS, I., 2008).<sup>98</sup>

Como projeto de cafeeicultores e políticos paulistas, durante sua existência essa organização foi apresentada como solução para os problemas oriundos do fim do tráfico. Dessa forma, articulou-se uma estrutura na qual os fazendeiros entravam com o papel de organização dos meandros da imigração e o estado paulista com os encargos financeiros necessários. Socialmente, essa relação era justificada pela necessidade dos serviços para o progresso de São Paulo e, conseqüentemente, do país, já que:

[...] sua tarefa não era tão-somente localizar os imigrantes, mas também criar toda a estrutura de um serviço de imigração bem articulado permitindo ao estado manter, e aproveitar, a corrente imigratória européia que começava a se destinar para o estado e para o país. Desta forma, não era somente o serviço puro e simples de contratação, mas também a manutenção das condições para que este pudesse ser continuado pelo estado quando a estrutura estivesse completa. (SANTOS, I., 2008, p. 63).

<sup>96</sup> Segundo Santos I. (2008, p. 62): “Houve uma grande alternância e participação dos membros da Promotora [Sociedade Promotora de Imigração] no poder legislativo de São Paulo e brasileiro, o que garantiu a aprovação dos projetos que criavam as leis que autorizavam o governo a contratar imigrantes pela Promotora”.

<sup>97</sup> Segundo afirma Santos I. (2008, p. 64): “A maior parte do dinheiro entrado nos cofres da Sociedade Promotora era público, oriundo do governo de São Paulo ou do Ministério da Agricultura”.

<sup>98</sup> Cf. Ivison Poletto dos Santos: “O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895)” In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): 55-69, jul.-dez./2008.

Em outras palavras, sua atuação visava construir um aparato para que o estado de São Paulo pudesse promover a imigração continuamente, o que significaria, também, a possibilidade de plena substituição dos negros paulistas – quiçá do Brasil – pelos imigrantes europeus. Como afirma Santos I. (2008), a Sociedade Promotora da Imigração é um exemplo histórico de como os interesses de uma pequena elite, com poder econômico e político, podem influenciar políticas de Estado. Nas palavras desse autor:

[...] a imigração subsidiada foi um grande projeto de classe alicerçado por uma elite política, na figura do PRP<sup>99</sup>; e econômica, na figura dos fazendeiros de café, e depois comissários e outros relacionados com a atividade. Os homens que imaginaram o projeto imigrantista foram os mesmos que o tornaram possível politicamente e economicamente dando todo o suporte estatal existente na época. (SANTOS, I., 2008, p.67).

Foram os fazendeiros paulistas os maiores beneficiários da Sociedade Promotora de Imigração. Estes a justificavam como sendo uma organização desinteressada, um ato patriótico que visava socorrer aqueles que trabalhavam para o progresso da nação, aqueles que salvariam a economia cafeeira de sua ruína pela carência de mão de obra. Mas de que modo? Por meio da imigração, subsidiada pelo estado de São Paulo, cujo controle estava nas mãos da elite de fazendeiros (SANTOS, I., 2008).

Para esse autor, a Sociedade Promotora de Imigração acabou se configurando numa “forma de compensação aos fazendeiros que perderam seus cativos na libertação dos escravos em 1888” (SANTOS, I., 2008, p. 67). Isto porque, antes mesmo da Abolição, estes escravocratas conseguiram organizar uma estrutura que os beneficiou economicamente, tanto antes quanto depois da Abolição. Além disso – assinalamos –, viabilizou o projeto de branqueamento idealizado para o país, tendo São Paulo como grande impulsionador.

Como se pode perceber, o poder dos cafeicultores paulistas, em finais do século XIX, não era pouco. Como demonstrou Skidmore (2012), sua influência ressoou até mesmo na efetuação da Abolição:

O terceiro e último projeto de lei abolicionista, que concedeu emancipação imediata e total aos escravos em 13 de maio de 1888, foi obra de um ministério conservador liderado por fazendeiros (principalmente de São Paulo) que antes haviam lutado pela manutenção da escravidão. No último minuto, viram que a substituição dos escravos por trabalhadores livres

---

<sup>99</sup> Partido Republicano Paulista.

poderia até ser benéfica, porque estes seriam menos caros e mais eficientes do que aqueles. Além disso, conduzir o passo final para a abolição manteria o governo sob o controle da elite agrária, impedindo assim a ascensão ao poder de abolicionistas de longa data que talvez viessem com ideias radicais, como a reforma agrária. (SKIDMORE, 2012, p. 53).

Mas é, sobretudo, no desfecho dado ao projeto imigrantista que podemos perceber a ação enfática de São Paulo assumindo um papel de destaque ao apresentar um projeto para a nação. De maneira sagaz, os fazendeiros paulistas da virada do século souberam inverter uma situação na qual seus privilégios materiais e simbólicos estavam em iminente ameaça para outra situação, na qual não só asseguram vantagens econômicas e políticas, mas, sobretudo, simbólicas. Ao fomentarem as bases para o branqueamento, garantiam a continuidade dos privilégios legados pela branquitude.

Chamamos a atenção para o papel de São Paulo e, particularmente, do Partido Republicano Paulista, na articulação do imigrantismo, que pode ser entendido como uma política pública que cumpria o papel de afirmar a branquitude em nosso país.

## **2.5 A miscigenação como característica e saída para o Brasil**

Ao se fazer referência à expressão “projeto de modernidade”, não se tem a intenção de aprofundar nesse que tem sido um tema caro aos estudos sobre nossa sociedade; essa discussão extrapolaria os objetivos dessa pesquisa. Nossa intenção, ao mencionar o termo “projeto”, está circunscrita ao desejo de evidenciar um movimento intelectual e político voltado para alçar o país ao rol de sociedades vistas como civilizadas.

Cabe, no entanto, refletirmos sobre as acepções do termo “projeto”, que pode significar: “desejo”, “intenção de fazer ou realizar (algo) no futuro”, “plano”, “descrição escrita e detalhada de um empreendimento a ser realizado”, “delineamento”, “esquema”<sup>100</sup>. Partindo dessa compreensão mais ampla, podemos, sem nos determos em uma análise mais profunda, ter uma ideia do significado da expressão “projeto de modernidade” como uma meticulosa estratégia para assegurar um determinado futuro ao Brasil.

---

<sup>100</sup> Segundo o Dicionário Houaiss eletrônico. Versão monusuário 3.0 – Junho de 2009.

Esses projetos, essas ideias para o país, foram manifestas nos discursos e análises realizadas pelos diferentes segmentos daquelas elites, nos quais é possível entrever as ideias que balizavam seus planos para a nação. Os projetos foram pensados tendo por modelo o alvo do desejo: as sociedades ditas civilizadas.

Delinear o projeto nacional foi uma tarefa que se mostrou prioritária aos homens de fins do século XIX e início do XX. Com o fim do regime escravista e a ascensão do país ao patamar de nação republicana, as regras que orientavam as divisões e os papéis sociais vigentes no antigo regime mostravam-se inoperantes. O fim da escravidão implicou no fim da definição do papel social que até então fora construído sob a ideia de propriedade do escravo. Os símbolos (senhor e escravo) que distinguiam as posições e identidades sociais foram derrubados, pois a República pressupunha cidadãos igualmente capazes de desempenhar seu papel junto à jovem nação.

Nesse contexto, a ideia de igualdade passa a ser questionada, pois parte considerável de nossas elites não concebia que negros – até há pouco escravos – pudessem, de uma hora para outra, ser considerados cidadãos. Partindo dessa visão e do entendimento de que os negros eram homens primitivos, conforme postulavam as teorias raciais, as elites – com raras exceções<sup>101</sup> – construíram novas formas para demarcar velhas hierarquias.

Hildeberto Vieira Martins (2009), ao analisar o papel atribuído ao negro na virada do século XIX para o XX, assinala que uma das principais estratégias nesse sentido foi a invenção do que chamou de “elemento negro”, isto é, uma categoria generalizante que tomou os negros tanto como “problema nacional”, quanto como “categoria de identificação (social, política ou racial). Tal imagem é construída a partir da “redução de sua especificidade inicialmente aos aspectos biológicos evolucionistas do modelo científico da época” e, posteriormente, pelo “deslocamento para uma produção mais sofisticada e sutil, calcada na virtualidade do problema”, ou seja, na ideia do negro como perigoso (MARTINS, 2009, p.36).

No contexto da Primeira República, os negros são tomados como “elemento perigoso” (por representarem tanto o passado escravista, quanto a ideia de atraso cultural). Nessa perspectiva, acreditava-se que, devido à sua natureza física e moral, deveria ser observado e disciplinado a fim de – no futuro, a partir de ações no presente – chegar a ter condições de contribuir na formação do povo brasileiro, por meio do branqueamento.

---

<sup>101</sup> Um exemplo de intelectual que conhecia a teoria evolucionista de Darwin, mas que não a associava à raça, ao contrário, criticava quem o fizesse, foi Manuel Bonfim. A esse respeito ver: UEMORI (2008) e SKIDMORE (2012).

As análises elaboradas naquele presente visavam a orientar ações que pudessem, no futuro, contribuir para a formação dos elementos essenciais a uma nação civilizada. Nesse quadro destacamos que o projeto de modernidade nacional nasce imbricado a um projeto racial, no qual o negro é tomado como “elemento” que precisa ser corrigido, enquanto o branco é ressaltado como modelo de civilidade e progresso. O projeto de modernidade buscava construir tanto o povo quanto a nação sobre bases civilizadas – sendo “civilização” um termo chave para entender os discursos produzidos. De acordo com aquelas análises, o Brasil precisava de povo e cultura homogêneos, pressupostos essenciais à ideia de nação civilizada<sup>102</sup>.

Foi exatamente com o propósito de “reconstruir” o país, sobre bases modernas, que as elites nacionais (e particularmente as intelectuais e políticas) olharam para dentro do país, para reconhecer e analisar tudo aquilo que – a seus olhos – impediam a modernidade brasileira. Nesse processo, a raça foi tomada como ponto de partida para pensar o Brasil, como assinala Corrêa:

Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça. Dominante, a noção de raça não excluía no entanto uma reflexão a respeito da economia, da política ou da cultura, mas as subordinava ao âmbito de sua discussão. (CORRÊA, 2001, p. 41).

Destaca essa autora que a noção de raça, embora seja o foco da discussão nesse período, nem sempre é apresentada de maneira explícita; contudo, é possível vê-la através das propostas políticas “indiscutivelmente racistas” elaboradas por parte das elites da época.

O pensamento que surgiu a partir de 1870 (isto é, a crítica ao modelo político-social tradicional, a percepção de que era preciso entender o país a partir das análises produzidas pelos brasileiros e a visão de que era preciso construir uma identidade nacional para a jovem nação) firmou-se como palavra de ordem para grande parte das elites nacionais.

---

<sup>102</sup> No que tange à construção da narrativa fundadora da nação brasileira, houve uma tentativa, ainda no período imperial, que nos ajuda a entender sob qual perspectiva se pensava a identidade nacional. Nas palavras de Schwarcz: “em 1844, o prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizava um concurso intitulado ‘como escrever a história do Brasil’, que premiaria o afamado naturalista alemão Karl Von Martius. [É ele quem explica os parâmetros do concurso no qual a tese defendida]: ‘Devia ser ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida da história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e fim’” (SCHWARCZ, 1996, p. 87). Já nesse momento, procurava-se construir uma história do Brasil em que a ideia de perfeição se apresentava como projeto.

Ocorrida a Abolição da escravatura e proclamada a República, sob influência da discussão científica europeia e estadunidense, que se firmava como realidade inconteste – para a qual o Brasil estava fadado à degeneração –, a elite nacional assume como “missão” desenvolver respostas para demonstrar que o país não estava predestinado ao fracasso. Os primeiros lampejos nesse sentido foram dados – como se viu – ainda antes da Abolição sob a liderança da geração de 1870. O advento da República fomentou, ainda mais, a discussão realizada pelas Escolas de Medicina e de Direito.

[...] no momento mesmo em que se colocavam as questões de cidadania e de nacionalidade na sociedade brasileira, tornava-se também um imperativo político definir mais claramente os critérios de inclusão/exclusão ao estatuto de cidadão nacional. (CORRÊA, 2001, 24).

Essa definição, entendia-se, deveria vir das instituições científicas compreendidas como “entidade neutra e asséptica que tudo vê e tudo sabe com a mais extremada imparcialidade” (MARTINS, 2009, p. 30). No entanto, a ciência produzida pelo aparato institucional, construído no período de análise dessa pesquisa, não se mostrou nada desinteressada; ao contrário, as disputas por legitimidade do discurso e afirmação de uma identidade profissional influenciaram, sobremaneira, as análises e projetos de modernidade elaborados por estes espaços de saber e poder (CORRÊA, 2001; GUIMARÃES, 2004; SCHWARCZ, 1993).

Para os intelectuais ligados às Faculdades de Direito (tanto do Recife, quanto de São Paulo) caberia ao campo do direito fundar a nova imagem para o país, construindo novos modelos que guiariam a nação. Nesse sentido, a Faculdade de Direito do Recife caracterizou-se pela preocupação com a raça. Nessa instituição o grande modelo de análise embasava-se nas escolas darwinista social e evolucionista. Já a Faculdade de Direito de São Paulo debatia as questões nacionais a partir do modelo político liberal (GUIMARÃES, 2004; SCHWARCZ, 1996).

Salienta Guimarães (2004) que o surgimento do racismo brasileiro deve ser compreendido, tanto pela reação das elites frente à igualdade entre cidadãos (que se instala com o fim da escravidão), quanto pelo modo como as elites intelectuais (principalmente de Salvador e Recife) reagiram às desigualdades regionais entre Norte e Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café. Dito de outra forma, a disputa regional e ideológica entre as “escolas” do Nordeste e do Sudeste possibilitou o



desenvolvimento de um pensamento racial que ora se apresentava de maneira explícita, ora implícita, ora se mostrava circunscrito à teoria, ora tomava forma de leis e ações concretas.

Nota Luís Rodolfo Vilhena (1997) que o paradigma racial marcou as interpretações realizadas pela intelectualidade nacional até a década de 1930<sup>103</sup>. Nesse período, a mestiçagem foi vista como “categoria de análise do brasileiro”, tornando-se “um recurso necessário para positivar ou negativizar certas categorias de análise referentes à sociedade brasileira”. Dessa forma, a mestiçagem é manejada por estratégias discursivas na ciência e na política (MARTINS, 2009, p. 90).

Estudiosos desse momento<sup>104</sup> apontam a figura de Sílvio Romero<sup>105</sup> (1851-1914) como aquele que iniciou “a defesa da adoção intransigente de uma perspectiva científica na análise de realidade brasileira” (VILHENA, 1997, p. 130). Romero, dentro do espírito crítico da Escola do Recife, desenvolveu sua interpretação sobre a realidade nacional chamando a atenção para sua dinâmica específica: a mestiçagem. Sua interpretação partia da crítica ao modo como o Brasil e os brasileiros vinham sendo explicados pelo movimento literário romântico, para o qual o índio – aos moldes do bom selvagem rousseauiano – era apresentado como o brasileiro nativo e o Brasil uma terra idílica<sup>106</sup>. Na contramão dessa interpretação, Romero procurou desenvolver sua explicação sobre o Brasil e os brasileiros evocando o pensamento científico europeu disponível à época (positivismo, darwinismo, evolucionismo e as teorias racistas).

A miscigenação era compreendida por Romero como sendo a singularidade do Brasil, por isso, o ponto de partida para sua análise. Autodenominado darwinista social, ele expressava de maneira explícita sua visão sobre o negro:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, maximé a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no

---

<sup>103</sup> O autor ressalta que, a partir do período de 1870, a raça foi o foco da interpretação sobre a singularidade nacional; isto é, o que distinguia o Brasil e o que possibilitaria atingir o *status* de nação civilizada. A partir de 1930, é a “cultura” o paradigma vigente e, em 1950 a “estrutura social” (VILHENA, 1997).

<sup>104</sup> Ortiz (2003); Skidmore (2012); Munanga (2008), para citar alguns.

<sup>105</sup> Tomamos Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues como figuras representativas do pensamento racial desenvolvido à época, bem como de projetos para o país que tinham a raça como foco central. Tais projetos foram desenhados a partir de espaços de reflexão, isto é, as “Escolas” formadas por eles. Sílvio Romero na “Escola do Recife” e Nina Rodrigues na “Escola Baiana de Antropologia” também conhecida por “Escola Nina Rodrigues”. Sobre esta, ver os estudos de: Corrêa (2001) e Martins (2009).

<sup>106</sup> A interpretação romântica produziu uma visão do Brasil e de seu povo como uma “selva-paraiso”, algo mítico. Para uma análise mais refinada acerca da simbologia presente nesta ideia, ver: SOUZA, J. (2000).

velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia! (ROMERO, 1880, p. 53).<sup>107</sup>

Para Romero, o Brasil estava em processo de formação de seu povo e, nessa empreitada, nenhuma das matrizes raciais (europeu, africano, indígena) sozinha teria êxito na formação do brasileiro. Por isso, entendia que o cruzamento racial, já em andamento, seria o mecanismo que resultaria no brasileiro desejado: o “tipo branco”. O projeto de nação desenhado por esse intelectual tem no branqueamento, desencadeado pela imigração europeia, o processo pelo qual se conheceria tanto o caráter nacional brasileiro (a cultura), quanto o tipo brasileiro (o povo) que seria “puro e belo como no velho mundo”.

Em seu discurso, o pensador oferece as etapas desse processo e vai além, ao apontar as ações necessárias para sua efetivação. Como se pode notar, na tese de Romero é perceptível o enlace entre diferentes correntes filosóficas presentes no país naquele momento: o positivismo e o darwinismo social fundamentam o surgimento da tese do branqueamento que, por sua vez, eleva a branquitude já existente (legado colonialista) a outro patamar de afirmação ao obter justificativa científica.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906),<sup>108</sup> contemporâneo de Romero, denominava-se darwinista social. Seus estudos partiam da ideia de evolução das raças. Para ele, os negros estavam num grau de desenvolvimento mental diferente dos brancos. Entendia ser esse um fato que deveria ser compreendido para que as instituições do estado brasileiro pudessem ser eficientes. É nesse sentido que, em 1894, publica o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, no qual propõe mudanças no Código Penal brasileiro para diferenciar a responsabilidade penal atribuída a brancos e a negros<sup>109</sup>. Conhecedor do debate internacional sobre antropologia criminal, particularmente da Escola Criminalista Italiana (de

<sup>107</sup> Em: **A Litteratura Brasileira e a Crítica Moderna**. Rio de Janeiro: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880.

<sup>108</sup> Maranhense, mestiço. No início da década de 1890 torna-se professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Distinguiu-se nas áreas de etnologia afro-brasileira, psiquiatria e medicina legal. É também conhecido como o primeiro antropólogo brasileiro a fazer levantamento dos povos africanos residentes no país. Estudos realizados com um objetivo específico: provar suas teses sobre a “incapacidade mental” das “raças inferiores” (CORRÊA, 2001; SKIDMORE, 2012; HOFBAUER, 2006).

<sup>109</sup> A esse respeito analisa Hofbauer: “Com essa linha de raciocínio, o autor se opunha as visões cristãs e humanistas que, defendendo um modelo de ser humano abstrato, portador de uma racionalidade única, propagavam o ‘livre-arbítrio’ como base da responsabilidade penal [...]. Nina Rodrigues negava que entre as civilizações inferiores (como a negra) houvesse uma consciência do dever, do direito formal, que, para ele, constituía uma precondição da responsabilidade penal. Para o autor, existia uma ‘impossibilidade material, orgânica’ que impedia os representantes das fases inferiores da evolução social de passar bruscamente para o ‘grau de cultura mental e social das fases superiores’ (HOFBAUER, 2006, p. 199).

Lombroso) e da Escola de Medicina Francesa, Nina Rodrigues entendia que a ciência moderna estava desenvolvendo métodos e instrumentos<sup>110</sup> para auxiliar o bom funcionamento do estado (CORRÊA, 2001).

Diferentemente de Sílvio Romero, para Raimundo Nina Rodrigues a mestiçagem era vista como um problema, porque denotava a “possibilidade de o negro transformar o branco, alterá-lo, torná-lo outro” física e culturalmente (CORRÊA, 2001, p. 135 – grifo da autora). Em Nina Rodrigues, a mestiçagem é interpretada como fator de degenerescência.

A despeito das diferentes interpretações, tanto em Sílvio Romero<sup>111</sup>, quanto em Raimundo Nina Rodrigues<sup>112</sup> vemos que teorias raciais formaram o alicerce para a elucidação da realidade nacional. Como vimos, esse uso atendia a necessidade imediata de elaborar uma identidade moderna e civilizada para a jovem nação, ao mesmo tempo em que buscava relativizar a igualdade (e a cidadania) dos brasileiros negros.

Para tanto, seleciona-se, dentro das teorias raciais em voga, elementos para explicar a nação brasileira. Por exemplo, se aceita a ideia de raça como elemento central ao progresso da nação, no entanto, nega-se a ideia de que a mestiçagem levaria à degeneração. Para esse fim, meio e raça deixam de figurar como fatores degenerativos para serem apresentados como aquilo que favorecia a “aclimatização” da raça europeia no Brasil. Essa inversão centrava na figura do europeu como o elemento-chave que levaria – em algumas gerações – à modificação da raça, gestando o brasileiro genuíno (ORTIZ, 2003).<sup>113</sup>

Enquanto para Nina Rodrigues o Brasil estava fadado a conviver com sua condição de inferioridade, o que demandava ações do Estado, para Sílvio Romero – representante do pensamento mais aceito – a saída para o Brasil estava exatamente na sua composição geográfica e racial. A mestiçagem é considerada um fato característico do país e foi interpretada, tanto como elemento de degenerescência (como em Nina Rodrigues) quanto

---

<sup>110</sup> Nina Rodrigues teve a oportunidade de colocar esse seu pensamento em ação quando, ao medir os crânios de Antônio Conselheiro e do quilombola Lucas da Feira, utilizando-se de técnica como, por exemplo, de “índice cefálico” e “ângulo facial”, critérios da frenologia de “dolicocefalia” e “braquicefalia” (HOFBAUER, 2006, p. 201). Nas palavras de Martins (2009), essa ação de Nina Rodrigues “foi uma de suas tentativas de demonstrar que toda uma raça traria a marca da degenerescência e que só a medicina legal tinha os recursos certos para eliminar esse ‘perigo’ social” (MARTINS, 2009, p. 148).

<sup>111</sup> *Cantos Populares no Brasil*. Primeira edição em 1883.

<sup>112</sup> *As raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Primeira edição de 1894.

<sup>113</sup> Nas palavras do antropólogo Renato Ortiz: “O mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 2003, p. 21).

de salvação, quando pensada a partir da possibilidade de branqueamento<sup>114</sup> (MUNANGA, 2008; ORTIZ, 2003).

Assim, o projeto nacional que se delineava apresentava como eixo central “a produção de um discurso racializado” (MARTINS, 2009, p. 22) no qual o negro era tomado como ser inferior, que seria suplantado biológica e culturalmente. Nesse projeto, afirmava-se que havia uma saída para o Brasil e esta estava na dissolução da diversidade racial e na formação de um tipo homogêneo, próximo ao europeu. Observa Martins que, com a miscigenação:

[...] a mistura desejável não é o equilíbrio das três raças e sim a absorção das raças mais ‘fracas’ ou ‘inferiores’ (negro e índio) pela mais forte (branca), resultado de um processo de seleção natural e que redundaria em pouco tempo no surgimento de uma sociedade mais civilizada porque mais branca. (MARTINS, 2009, p. 91).

Estamos diante de um momento fundamental para entender a branquitude em nosso país, a formulação da tese do branqueamento. Esta foi esboçada já nos anos finais do século XIX, quando foi apontada como saída para os possíveis reveses causados pela desarticulação do sistema escravista. Como assinalado, os fazendeiros paulistas desempenharam importante papel para a efetivação desse pensamento. A essa ação prática somava-se uma formulação teórica, que desabrochou nas primeiras décadas da República.

Do ponto de vista teórico, a tese do branqueamento pode ser entendida como a saída encontrada pela elite nacional para justificar a miscigenação em curso como fator positivo, desarticulando assim as teses de degenerescência do mestiço. Para sua formulação foi preciso suprimir, das teorias raciais, dois pressupostos: 1) o caráter inato das diferenças raciais e 2) a degeneração dos mestiços (SKIDMORE, 2012, p.126). A tese do branqueamento recebeu muita aceitação da elite nacional, pois de maneira bem flexível articulava-se às ideias de liberalismo político e econômico, aceitas e propagadas por parte influente das elites. Com o papel desempenhado pelas instituições de finais do século XIX e princípio do XX, a tese do branqueamento foi legitimada cientificamente como o melhor caminho para o país.

---

<sup>114</sup> Houve ainda aqueles que entendiam que a mestiçagem não era a grande questão do Brasil. Nosso problema fundamental era a formação de uma elite alienada das questões de seu país, uma elite que pensava o país a partir de modelos externos e que não via que a educação e o nacionalismo eram a chave para formar a nação brasileira. Alberto Torres e Manuel Bonfim apresentavam ideias dessa natureza, porém, são vistos como dissidentes do pensamento aceito pela sociedade da virada do século (SKIDMORE, 2012)

Como se pode notar, as primeiras instituições nascidas no contexto de formação da modernidade brasileira<sup>115</sup>, bem como seus intelectuais, tomaram o negro como objeto de investigação e produção de saberes, em outros termos, como expressão daquilo que se precisava apagar. A afirmação da racialização do negro produziu, ao mesmo tempo, a neutralidade da dimensão racial dos brancos. Essa estratégia assegurava a manutenção dos privilégios da branquitude legados pelo colonialismo e pela escravidão.

Para os propósitos dessa pesquisa, deve-se assinalar que as instituições modernas, ao procurarem cumprir o papel de orientadoras dos rumos da nação e tendo por lastro as teorias raciais, produziram um “Outro” passível de “captura pelo nosso olhar científico e, conseqüentemente, sujeito a certas formas de homogeneização e controle” (MARTINS, 2009, p. 28).

Nesse capítulo assinalamos a importância das instituições de Medicina e de Direito, pois essas estão diretamente ligadas aos propósitos dessa pesquisa. Entretanto, outras instituições também cumpriram a função de espaços de produção de um discurso racializado, que naturalizava diferenças em nome da construção de um projeto nacional civilizatório.

A nosso ver, esse foi um dos momentos da história brasileira, dos mais significativos para identificarmos as estratégias usadas para afirmar os privilégios da branquitude. As teorias científicas surgidas nos séculos XVIII, XIX e XX, que visavam explicar as diferenças entre os seres humanos, formaram um importante sustentáculo para a legitimação da branquitude como parte da estrutura social moderna, na medida em que forneceram justificativas científicas para a hierarquização das diferenças entre os humanos, colocando no topo dessa hierarquia a “raça branca”.

Particularmente, no Brasil, elas fundamentaram a concepção de nação que foi pensada de modo a afirmar que os brancos eram o modelo de humanidade, de civilização e de progresso. Nessa visão, os indivíduos negros são interpretados como o avesso dos brancos. A eles foram atribuídas inferioridades inatas que justificavam serem observados e controlados para que, assim, se pudesse melhor conduzir o projeto nacional que pressupunha a suplantação da presença negra por meio da miscigenação e, conseqüentemente, do branqueamento.

---

<sup>115</sup> É preciso lembrar que o aparato político-institucional no Brasil nasce com a vinda da família real portuguesa em 1808 e a necessidade de instrumentalização logística, econômica, sanitária e política. Este fato impulsionou a criação, nos anos seguintes, de diversas instituições nacionais. Contudo, as primeiras instituições acadêmicas só floresceram no século XIX. A importância da formação do ensino superior brasileiro será abordada em seção à parte.

Nesse sentido, podemos entender que foi a perspectiva do branco que preponderou no momento da construção do projeto nacional brasileiro e influenciou, não só na construção do projeto nacional, como também na formação de nosso campo científico com significativo impacto em sua produção e, conseqüentemente, no pensamento intelectual e político.

O projeto nacional delineado em finais do século XIX recebeu, nas primeiras décadas do século seguinte, contornos definidores. Naquele momento, era patente a preocupação com a raça, ênfase que pode ser percebida por meio do diálogo travado com as teorias raciais que condenavam o país à degeneração. Nas primeiras décadas do século XX, veremos que algumas das chaves interpretativas de compreensão sobre o projeto nacional/racial<sup>116</sup> sofrem modificações, acompanhando as demandas políticas e científicas do momento. O higienismo, o sanitarismo e a eugenia se firmarão como chaves interpretativas para a nação.

Nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre mestiçagem e branqueamento aparecerá sob o véu de novos conhecimentos científicos. Ao examinar as preocupações e os projetos que motivaram as elites intelectuais desse período (particularmente os intelectuais objetos dessa pesquisa) evidenciamos o diálogo travado com o projeto de nação apresentado a partir de finais do século XIX.

---

<sup>116</sup> Entendemos que, pelo exposto, já é possível afirmar essa aproximação; destarte, trabalharemos com a expressão “projeto nacional/racial”.

### 3 A INFLUÊNCIA DA EUGENIA NO BRASIL

Na seção anterior procuramos assinalar como, a partir dos anos finais do século XIX, foi se constituindo no Brasil um entendimento sobre a necessidade de formulação de um projeto nacional capaz de levar o país à modernização, isto é, à civilização. O resultado da análise elaborada por uma parcela dos intelectuais daquele momento se consolidou na concepção de diferentes propostas para o projeto nacional. Apesar da diversidade de interpretações, uma ideia mostrou-se constante: o branqueamento.

Na primeira década de 1900, as interpretações sobre o país direcionavam o foco para a miscigenação, vista por alguns como meio para se alcançar a conceituação ideal de povo e nação esperados, via branqueamento. João Batista de Lacerda e Euclides da Cunha são exemplos de pensadores que trilharam esta perspectiva. Contudo, ocorre a partir da primeira década do século XX, uma inflexão no modo como se lidava com a questão da raça na formação do povo brasileiro. Esse deslocamento é impulsionado pelo movimento sanitário, que tem na doença – e não na raça – o núcleo de sua explicação para o atraso nacional. Com isso, redireciona-se o debate, até então realizado sobre bases e projeções pessimistas. Contudo, por trás desse novo verniz, é possível perceber que o tema da raça não deixou de orientar o projeto nacional elaborado pelos sanitários e, posteriormente, pelos eugenicistas.

Esse deslocamento foi possível devido à constituição de um pensamento médico higienista que se afirmou, sobretudo, a partir de final do século XIX. Momento em que emerge a associação entre doença e raça e se intensifica o esforço em controlar as “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996). Na esteira desse pensamento, nas duas décadas iniciais do século XX, o movimento sanitário desencadeou uma mobilização político-social que pavimentou o caminho para a ascensão da eugenia.

Nesta seção procuraremos destacar esse movimento, com o objetivo de chamar a atenção para seu impacto no modo como a questão da raça se apresentará, a partir de então, nos projetos de nação desencadeados pelos intelectuais das primeiras décadas da República. Assim, reexaminar esse momento da história nos ajudará na compreensão da estratégia utilizada pelos intelectuais estudados por essa pesquisa para a formulação de seus projetos para a nação: qual seja, a de falar da raça sem que fosse preciso explicitá-la.

### 3.1 Higienismo e raça na virada do século XIX para o XX

A aceitação da eugenia por parte da intelectualidade brasileira nas décadas do início da República pode ser explicada por um processo histórico que vinha se configurando a partir da década de 1870: a preocupação com a construção da ideia de nação. A inserção do tema da eugenia no debate intelectual brasileiro é justificada a partir desse pressuposto. Sua aceitação junto à intelectualidade nacional ilustra o quanto a medicina social fora legitimada como base científica para a orientação dos rumos da nação.

A explicação desse fato deve ser encontrada, sobretudo, na virada do século XIX para o XX, momento em que se consolida, entre nós, o pensamento médico-higienista. Segundo destaca a pesquisadora Carmen Lúcia Soares (1994, p. 88), a preocupação com a higiene, no Brasil, data do período colonial. Naquele contexto, sua atuação justifica-se a partir da necessidade de promover a saúde da “família de elite” (agrária e cidadina) visando sua preservação (devido às precárias condições de saúde e acentuada mortalidade infantil) e distinção social (formação de uma “construção anatômica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade”). No contexto imperial, tais preocupações higiênicas se expandiram. Desde então, a higiene passa a se apresentar através de um discurso acentuadamente “normativo, disciplinador e moral” (SOARES, 1994, p. 86).

Foi no período de transição entre o Império e a República, momento de profundas mudanças sociais e políticas, que médicos, atuando como higienistas, encontraram condições favoráveis para se afirmarem como significativa instância de poder. Como já apontado em seção anterior, os médicos procuravam, a seu modo, afirmar a imagem do Brasil como civilização viável. Entendiam que, para atingir esse objetivo, seria necessário, antes de tudo, controlar o meio social, isto é, os indivíduos, física e mentalmente, para formar o povo adequado para a nação que se pretendia construir.

Próximo à Abolição, os fazendeiros escravagistas preocupavam-se em manter a disciplina social e a organização do trabalho sem lançar mão somente dos costumeiros instrumentos de controle característicos da violência escravista. Naquele contexto, emergiu aquilo que o historiador Sidney Chalhoub (1996) chamou de “teoria da suspeição”, isto é, um pensamento forjado a partir da mentalidade escravocrata que tinha no negro o suspeito preferencial para os males e mazelas sociais. No entender desse historiador, foi a “teoria da suspeição” que deu origem à expressão “classes perigosas” – tão usada na Primeira República – que, por sua vez, desencadeou a institucionalização de novas práticas de controle e



repressão social. Dentro das “classes perigosas” figuravam todos aqueles que representassem “perigo” (seja por propagarem doenças, seja por desafiam as políticas de controle social) ao projeto de civilização almejado pelas elites nacionais.

Segundo Chalhoub (1996), a reação do governo diante dos surtos de cólera e febre amarela, ocorridos no Brasil a partir de 1850, revela a operacionalização de práticas de controle físico e moral engendradas a partir da “teoria de suspeição” para controlar as “classes perigosas”. Controlar significava assegurar que mudanças vistas como necessárias para alcançar uma determinada ideia de progresso fossem efetivadas sem que houvesse correlatas mudanças na estrutura e na hierarquização social. No que concerne à constituição do povo, tais mudanças incluíam uma percepção racista que contava, para validar sua percepção de povo, com o processo de branqueamento da população. Para esse propósito contribuíram as políticas higienistas desencadeadas a partir de meados do século XIX, como destaca o autor:

Ao lidarem com o problema da febre amarela num momento histórico particular, as autoridades de saúde pública dos governos do Segundo Reinado inventaram alguns dos fundamentos essenciais do chamado ‘ideal de branqueamento’ – ou seja, a configuração de uma ideologia racial pautada na expectativa de eliminação da herança africana presente na sociedade brasileira. Tal eliminação se produziria através da promoção da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto demográfico alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia, e também pela operação de malconfessadas políticas específicas de saúde pública. (CHALHOUB, 1996, p. 62).

A ideologia higienista nascida nesse período foi sedimentada por dois princípios fundamentais: o primeiro era o de que haveria um caminho que levaria à civilização (isto é, “um modelo de aperfeiçoamento moral e material”), caminho que poderia ser percorrido por qualquer povo, sendo dever do governo conduzi-lo; o segundo firmava-se na ideia de que seria possível atingir a “grandeza” e a “prosperidade” dos países “cultos” solucionando os problemas de higiene social (CHALHOUB, 1996, p. 35). Sob estes princípios, a ideologia higienista legitimou-se como orientadora de políticas públicas, tendo por foco o controle de uma porção fundamental das “classes perigosas”, isto é, dos negros.

A associação entre higiene e controle da população negra foi estabelecida no contexto dos surtos de febre amarela, entre 1850 e 1870. Se num primeiro momento o foco do discurso higienista esteve centrado no negro enquanto agente portador da doença, num segundo momento tal foco recairia sob o imigrante como vítima dessas doenças, uma vez que, por causa da origem africana do mosquito transmissor, a população negra – por ter mais imunidade – era poupada (CHALHOUB, 1996).

Com a percepção de que a longo prazo a escravidão estaria condenada, os fazendeiros paulistas, como já dissemos, foram buscar na imigração europeia a solução para seu projeto de nação. Projeto que parecia estar ameaçado com o ressurgimento da febre amarela na década de 1870, tendo em vista que a doença mostrava-se mais letal aos imigrantes que aos brasileiros, sobretudo à população negra. Foi nesse contexto que se intensificaram as ações médico-sanitaristas com o objetivo de assegurar as condições de higiene necessárias para favorecer a vinda e permanência dos imigrantes no Brasil. Tal intento garantiria, a um só tempo, um projeto econômico (mão de obra), político (debate sobre a mudança de regime) e racial (branqueamento). A esse respeito assevera Chalhoub:

Conforme nos aproximamos do fim do século XIX, torna-se cada vez mais óbvio que o pensamento médico e as políticas de saúde pública no Brasil estavam profundamente informados por uma ideologia racial bastante precisa: ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, tratava-se de promover o ideal de embranquecimento da população. Todos os esforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, ambas normalmente associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciadas. (CHALHOUB, 1996, p. 62).

Centrando seu discurso na melhoria das condições de higiene do meio ambiente e privilegiando o combate a doenças que acometiam mais os brancos que os negros (como é o caso da febre amarela), os médicos higienistas contribuía para o desenvolvimento de algo que julgavam já estar em processo: o branqueamento do povo, resultante tanto da miscigenação com o imigrante europeu, quanto da supressão física e cultural da população negra. Nas palavras de Chalhoub:

[...] os doutores, na realidade procuravam mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da ‘raça inferior’ – presente na sociedade brasileira. (CHALHOUB, 1996, p. 95).

Com a Abolição e a emergência do regime republicano, o aparato higienista estruturado no contexto anterior continuou a atuar na sociedade que se organizava sob o novo regime. Na nova conjuntura, esse aparato contribuiu, sobretudo, para assegurar a ordem e o progresso, lema positivista da recém proclamada República.

Nesse cenário de prestígio da visão científicista, o pensamento médico-higienista ganhou ainda mais vitalidade com o avanço das pesquisas bacteriológicas e o estudo das doenças tropicais. Nesse momento, “os médicos começam a assumir cargos e a se imiscuir na vida administrativa do país” (SOARES, 1994, p. 117). Dessa forma, elaboraram políticas que foram essenciais para a construção da imagem de um país civilizado e higienizado; isto é, que estaria no caminho do que se entendia por progresso.

Num contexto de aceleração do crescimento urbano, as cidades foram o foco das ações higienistas. Dentre outras, podemos citar medidas como canalização de rios, instalação de esgotos, controle e tratamento de águas e vacinação compulsória. Mas há também aquelas focadas diretamente nas populações menos favorecidas, como derrubadas de cortiços e outras habitações populares. Estas, em especial, devem ser entendidas como ações que colocaram em prática um determinado projeto de civilização construído sob um imaginário no qual o negro é representado como manifestante de um comportamento (e de um legado) primitivo, sendo, portanto, inadequado para este novo cenário.

Controlar a presença do negro naquela nova configuração social pareceu às elites daquele momento algo imprescindível. O pensamento médico-higienista e todo o aparato que este engendrara em décadas passadas, serviram a esse objetivo. Dito de outra forma, procurava-se reorganizar – via explicação científica de uma suposta desigualdade biológica entre as raças – uma estrutura social embasada na ideia de hierarquia racial.

Na primeira década do século XX, com o episódio da Revolta da Vacina, tem-se mais um desdobramento nesse sentido. Como aponta Nicolau Sevcenko (2010), a revolta da vacina expressou o grande descontentamento da população da capital federal em relação a sucessivas práticas que violavam sua dignidade. Sob o ensejo da eliminação de doenças epidêmicas, ocultava-se um projeto que atendia, sobretudo, aos interesses da elite cafeeira paulista, que tinha nos postos representativos da República, a exemplo de Rodrigues Alves, governador do Distrito Federal na época da revolta, uma significativa presença (SEVCENKO, 2010).

As reformas sanitárias empreendidas sob seu comando visaram mudar a imagem do Distrito Federal no mundo – até então, a cidade do Rio de Janeiro estava fortemente associada às doenças e ao atraso. Urgia, entendia a elite paulista, “exibir ao mundo desenvolvido a imagem de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada de instituições sólidas, a imagem de um Estado consolidado e estável” (SEVCENKO, 2010, p. 80).

As reformas empreendidas no governo de Rodrigues Alves foram saudadas, pela imprensa conservadora, como exemplo de “regeneração” do país. Regenerar significava,

naquele contexto, expurgar dos centros urbanos – transformados em espaços para o gozo e saúde da elite branca – os indesejados, as conhecidas “classes perigosas”. As ações desencadeadas com tal propósito impunham uma nova disciplina física, social, ética e cultural. Visavam o controle de tudo aquilo que não era “estável, fixo e imediatamente controlável” (SEVCENKO, 2010, p. 86). A ideia de controle das “classes perigosas”, bem como a de que caberia ao Estado – orientado pela “ciência” – promover a “regeneração” social, foi levada ao ápice pelo movimento do sanitarismo e pelo movimento da eugenia.

### **3.2 Da raça à doença: a inflexão produzida pelo movimento sanitarista**

A eleição da raça como elemento central no processo de construção do projeto nacional, nos moldes em que foi constituído entre finais do século XIX e as primeiras décadas do XX, foi impulsionada, sobretudo, por dois fatores: a) a preocupação de legitimar o Brasil frente às potências externas, estas embasadas em teorias raciais vigentes à época, usando o conceito de raça como argumento para negar a história dos países periféricos, bem como a violência europeia no processo de colonização e, b) a preocupação das elites nacionais após a Proclamação da República, com o fato de ter que considerar todos os brasileiros como cidadãos, apesar das “diferenças raciais” e de posição social. De forma geral, pode-se considerar que esses dois motivos alicerçaram as preocupações, reflexões e projeções de parte considerável das elites no Brasil à época da Primeira República.

Como destacado, a preocupação com a raça esteve no cerne das ações higienistas. Nas primeiras décadas do século XX, a medicina social passou a balizar as ações do Estado, sobretudo, nas políticas em áreas como a da saúde e da educação.

Quando se observa os contornos dos discursos/projetos desenvolvidos por significativa parte das elites nacionais, verifica-se que o caminho apontado para a afirmação do Brasil enquanto nação civilizada envolvia o branqueamento de sua população pela intensificação da miscigenação seletiva com imigrantes europeus. Em 1911, esse caminho foi apresentado oficialmente à comunidade científica internacional, quando o então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda (1846-1925), médico e antropólogo físico, representou o Brasil no Primeiro Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres. Naquela ocasião, Lacerda defendeu a tese de que o “Brasil estava no caminho do

‘branqueamento’: por meio da mestiçagem, seria possível resolver o problema racial brasileiro” (SANTOS, R. V., e MAIO, 2004, p. 62).

O trabalho exposto por Lacerda recebeu o seguinte título: *Sur les métis au Brésil* (Sobre os mestiços do Brasil)<sup>117</sup>. No texto, afirmava que “o Brasil era um país racialmente viável pelo fato de sua população estar no caminho de vir a se constituir em uma ‘raça branca’ (‘latina’), não só devido ao desaparecimento das raças inferiores (índios e negros) via “redução étnica” (baixo índice de reprodução dos negros e índios), mas também em função de uma miscigenação que privilegiava uniões de mestiços com qualidades cada vez mais próximas às dos brancos, o que levaria, num futuro próximo, à constituição de uma população branca tal qual os povos europeus (SANTOS, R. V., 2010, p. 90).

Nesse congresso, Lacerda assumiu o papel de porta-voz oficial do pensamento e da crença no projeto de branqueamento abraçado por parte considerável de nossas elites. Como salientou Skidmore (2012), a apresentação de Lacerda provocou grande celeuma entre os intelectuais nacionais, não tanto pela discordância em relação ao processo de branqueamento como saída para o país, mas pelo prognóstico: que apontava para um futuro muito distante (um século) a finalização desse processo.

A aceitação da tese do branqueamento por grande parte de nossas elites se deu também pelo fato de ser essa uma explicação e um destino para a existência do “mulato” que, dentro da teoria do branqueamento, passava de elemento degenerado<sup>118</sup> para aquele que desempenharia um papel importante no processo de formação do verdadeiro brasileiro (ou do brasileiro desejado), ao miscigenar-se com o branco (SKIDMORE, 2012).

Convém ressaltar que a tese defendida por Lacerda, em 1911, foi apresentada em nome do governo brasileiro e por um representante de uma instituição que tinha como finalidade organizar e divulgar a história do Brasil<sup>119</sup> (SANTOS, R. V. e MAIO, 2004). Ou seja, a ação de Lacerda não era de importância menor, não se tratava de uma espontânea

---

<sup>117</sup> Para ilustrar sua tese de que o Brasil seria branco em apenas três gerações João Batista de Lacerda recorre ao quadro “A Redenção de Can”, pintado por Modesto Brocos y Gómez em 1895. O quadro apresenta uma família composta por membros de cores distintas saindo do negro, passando pelo mestiço e chegando ao branco num nítido processo de branqueamento. Estudos evidenciam que o quadro é carregado de simbologias que dialogam diretamente com teorias raciais vigentes no período. Para conhecer análise aprofundada sobre este quadro ver o trabalho de Tatiana H. P. Lotierzo (2013). Para entender a atualidade do quadro dentro do debate racial brasileiro, ver o artigo de Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio (2004).

<sup>118</sup> Entenda-se decaído do modelo original. Adiante, especificaremos melhor o modo como esse termo foi entendido no contexto do debate eugênico brasileiro das primeiras décadas do século XX.

<sup>119</sup> O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi estabelecido em 1818, com o objetivo de “propagar os conhecimentos e estudo das ciências naturais no Reino do Brasil”. No ano de 1876 foi constituída a seção de antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal da qual foi nomeado subdiretor o médico-antropólogo João Batista de Lacerda. Lacerda dirigiu esse museu no período de 1895 a 1915 (SANTOS, R. V., 2010, p. 86).

comunicação de congresso; antes, sua ida a esse evento e sua defesa da tese do branqueamento expressava uma resposta do Brasil às previsões deterministas e pessimistas que condenavam o país à degeneração. No plano interno, essa ação estava em plena sintonia com a vontade de grande parcela das elites nacionais de promover, o quanto antes, o branqueamento do povo brasileiro – e, para tanto, o papel do imigrante europeu era apontado como fundamental. Nas palavras de Ricardo Ventura Santos: “Aliado à dinâmica interna de transformação racial, Lacerda chamava atenção para o papel da imigração como fator de aceleração do processo de branqueamento, por meio de infusão de ‘sangue europeu/ariano’” (SANTOS, R. V., 2010, p. 91).

Além de Lacerda, outro intelectual que também seguia as linhas mestras desse projeto de nação foi Euclides da Cunha (1866-1909). Na virada do século XIX para o século XX, este escritor causou grande impacto no imaginário de grande parte das elites. O episódio de Canudos e o papel desempenhado por Euclides da Cunha é fartamente discutido pela historiografia e pela crítica literária<sup>120</sup>. Não cabe no escopo desse texto uma revisão pormenorizada dessa literatura. Assim, tomamos por referência leituras que dão suporte à análise sobre o papel da raça na obra de Euclides da Cunha, mais especificamente no livro *Os Sertões*<sup>121</sup>.

A paisagem dos primeiros anos da República foi marcada por instabilidades; algumas delas, como o caso de Canudos, foram tomadas pela suspeição de colocarem em xeque a estabilidade do novo regime (SKIDMORE, 2012; GALVÃO, 1999). Sob uma parcela significativa da sociedade pairava um clima de pessimismo e desconfiança com o modo como o governo estava conduzindo a nação<sup>122</sup>. Parte das elites via-se frustrada com os rumos do novo regime. A questão da afirmação do Brasil enquanto nação civilizada se misturava ao quadro já conturbado.

Naquele contexto, a repercussão da Revolta de Canudos (1896-1897) é ilustrativa das questões que preocupavam parte daquelas elites: a preocupação com as teses pessimistas sobre o Brasil que tinham como fundamento o “meio” e a raça e o distanciamento dessa elite com a população que habitava os sertões e as grandes cidades. A reflexão sobre essas questões engendrou um modelo de nação no qual o povo brasileiro era constituído com o

---

<sup>120</sup> Sobre o tema ver Thomas Skidmore (2012) e Dante Moreira Leite (2002).

<sup>121</sup> Walnice Galvão (1999), Kabengele Munanga (2008), Dain Borges (2005) e Skidmore (2012) serviram de base para essa reflexão.

<sup>122</sup> As críticas se davam particularmente por parte daqueles que lutaram pela instalação do regime republicano e que se viam frustrados com o modo como esse estava sendo conduzido.

suporte de teorias que defendiam a ideia da permanência de uma hierarquia herdada do escravismo, agora vista do ponto de vista racial.

As elites que defendiam as ideias republicanas acompanharam com atenção o desdobramento de Canudos, pois compreendiam que o evento seria uma tentativa de restauração monárquica; isto é, uma conspiração para derrubar a República (SKIDMORE, 2012; GALVÃO, 1999). As notícias sobre Canudos foram seguidas pelos jornais com profundo interesse. O jornal *O Estado de S. Paulo*, veículo representativo das ideias republicanas em São Paulo, teve a iniciativa inovadora de enviar um repórter para acompanhar *in loco* a situação em Canudos. Ao refletir aquele momento, o jornal nos permite vislumbrar o espírito então vigente:

As informações chegam distorcidas. Ninguém pensa no despreparo logístico e nas fardas coloridas, que impedirão os homens do exército de vencer os jagunços. Para todos a explicação é outra, é o apoio que os monarquistas dariam aos rebeldes, as armas que supostamente lhes facilitariam. E ‘O Estado’ também crê na explicação [...]. Logo, porém, o faro jornalístico de Júlio Mesquita faz com que anteveja a importância do drama nordestino e enxergando em Euclides da Cunha ‘um estilo à procura de um tema’, faz com que embarque como enviado especial do jornal para a área do conflito. E Júlio Mesquita prevê também a obra *Os Sertões*, quando anuncia que o trabalho que Euclides vai começar ‘constituirá um valioso documento para a história nacional’.<sup>123</sup>

Como se sabe, uma vez em Canudos, Euclides da Cunha percebeu que a questão era mais complexa do que supunha. Engenheiro de formação militar, conhecia bem as ideias positivistas, deterministas, cientificistas e evolucionistas, bem como o debate sobre teorias raciais em vigor. Tal repertório serviu de embasamento para sua interpretação sobre o que ocorrera em Canudos. As reportagens de Euclides remetidas ao jornal foram a matéria prima para o livro *Os Sertões*, publicado em 1902. Nesse livro, o autor não só narra a guerra de Canudos, mas, sobretudo, analisa os fatores que propiciaram sua eclosão e seu desfecho. Tal análise, apresentada como uma crônica da guerra, dialogava com os principais temas da época: a preocupação política e a necessidade de um projeto de nação (SKIDMORE, 2012; GALVÃO, 1999).

O texto de Euclides da Cunha desferia forte crítica ao desconhecimento (e abandono), por parte do governo, tanto do homem sertanejo, quanto do próprio sertão. A

---

<sup>123</sup> Editorial. Suplemento do Centenário ‘O Estado de S. Paulo’, 04/01/1975, p. 03.

leitura desvenda o diálogo com a ideia de um projeto nacional que defendia a miscigenação como solução para formar povo e cultura desejados. Nota-se que raça e “meio” são elementos que não só estão presentes na obra, mas predominam nela<sup>124</sup>. Em *Os Sertões*, a adaptabilidade do homem ao meio, de certa forma, procurava demonstrar que a natureza brasileira precisava ser conhecida para ser bem conduzida. Nesse sentido, Euclides teve que dialogar com as teses para as quais o “meio” brasileiro não era favorável ao desenvolvimento de uma sociedade moderna e civilizada.

Ao discutir o homem sertanejo, Euclides da Cunha dialogava com a premissa da constituição do tipo nacional. Em seu entendimento, o país ainda não havia completado a formação de seu tipo original. Então, partindo de uma concepção hierarquizada de raça, destacava que o país estava diante não de uma raça finalizada, mas de uma “sub-raça”; isto é, um embrião daquilo que viria a ser a raça nacional. Para ele, o sertanejo expressava os primeiros passos do que se delineava como o brasileiro esperado. Era o sertanejo que representava o resultado da obra entre o elemento da natureza (meio) e o elemento racial (homem) (GALVÃO, 1999, p. 160). No trecho a seguir, Walnice Nogueira Galvão explicita essa relação em *Os Sertões*:

A população do sertão, após três séculos de isolamento, se mostra regressiva com relação ao presente por não ter recebido influências posteriores. Dedicando-se coletivamente ao trabalho nômade do regime pastoril, manifesta os traços psicológicos da índole aventureira dos bandeirantes e da impulsividade indígena. Atento ao tipo físico, ou fenótipo, o autor encontra nele uma grande uniformidade, o que o leva a concluir que o sertanejo é ‘o tipo de uma subcategoria étnica já constituída’. Forte e corajoso, sem dúvida ele é; mas, por ter parado no tempo, igualmente atrasado e supersticioso. (GALVÃO, 1999, p. 160).

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha caracterizou o sertanejo da seguinte maneira, em passagem muito famosa:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o rachitismo exaustivo dos mestiços neurasthenicos do littoral. A sua apparencia, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrario. Falta-lhe a plástica impecavel, o desempenho, a estrutura correctissima das organizações athleticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hercules-Quasimodo, reflecte no aspecto a fealdade typica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo,

<sup>124</sup> Os títulos das três partes da obra sintetizam o determinismo: “A terra” (o meio); “O homem” (produto do meio) e “A luta”, uma ação deste homem neste meio.



quasi gigante e sinuoso, apparenta a translação de membros desarticulados. Aggrava-o a postura normalmente acurvada, num manifestar de displicência que lhe dá um caracter de humildade deprimente. (CUNHA, E., 1905, p. 114).

E segue:

É o homem permanentemente fatigado. Reflecte a preguiça invencível, a atonia muscular perenne, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência longorosa das modinhas, na tendência constante á immobildade e á quietude. (CUNHA, E., 1905, p. 115).

Contudo, logo na sequência ressalta que:

Entretanto, toda esta apparencia de cansaço illude. Nada é mais surprehendedor do que vel-a desaparecer de improviso. Naquella organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o apparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadeiar das energias adormidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firmase-lhe, alta, sobre os hombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os effeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréo achamboado, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titan acobreado e potente, num desdobramento inesperado de força e agilidade extraordinarias. (CUNHA, E. 1905, p. 115).

Ao procurar analisar o ocorrido em Canudos, Euclides da Cunha desenvolve uma narrativa sobre a constituição da sociedade brasileira. Como tem sido amplamente discutido pela literatura a respeito, utilizando da comparação entre características do povo e do meio em diferentes partes do país, o autor reconstrói a história da formação nacional tendo como elemento principal a figura do sertanejo (como o ponto de origem do verdadeiro brasileiro) e do sertão (como o lugar que forjou o caráter desse homem).

A citação acima nos permite perceber como o escritor operou a construção da imagem daquele que identificava como o brasileiro em desenvolvimento: o sertanejo. Em debate com teorias raciais evolucionistas, Euclides da Cunha abre um parêntese em determinado momento de sua narrativa para demonstrar que “a mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial”, pois estas teriam “constituições mentaes diversas”,

misturá-las seria anular em pouco tempo uma seleção que vinha acontecendo naturalmente (CUNHA, E. 1905, p. 108). Argumentava que:

A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brazílio-guarany ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante á reviviscencia dos attributos primitivos dos ultimos. (CUNHA, E. 1905, p. 108).

Em sua visão, o mestiço era um “intruso”, um “decahido”, um “desequilibrado” e quanto a isso não se poderia fazer nada, pois “são inviolaveis as leis do desenvolvimento das especies”. Dessa forma enfatizava que:

[...] se todo o atilamente dos missionarios tem sido impotente para affeçoar o espirito do selvagem ás mais simples concepções de um estado mental superior; se não ha esforços que consigam do africano, entregue á solicitude dos melhores mestres, o approximar-se sequer do nivel intellectual médio do indo-europeu – porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança – como comprehender-se a normalidade do typo anthropologico que apparece, de improviso, enfeixando tendencias tão oppostas? (CUNHA, E. 1905, p. 110).

Ressaltava que os negros estavam em um estágio inferior e que, por isso, toda miscigenação com negros era prejudicial, pois fazia decair a raça. Em seu texto, nota-se o receio da degeneração; isto é, a ideia da decadência de um tipo perfeito, que em sua visão era o tipo “indo-europeu”. Por outro lado, essa observação feita por Euclides reforçava o argumento de excepcionalidade dos “nossos rudes patricios dos sertões do norte” que, devido ao abandono, não teriam se misturado com os negros, o que teria evitado que “descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados”, nos quais a miscigenação com os negros fora um fato (CUNHA, E. 1905, p. 111).

Como é destacado pela literatura que analisa a obra e seu autor, tal construção produziu grande impacto na mentalidade da época. Parte das elites, principalmente aquelas envolvidas na política, valeu-se dessa representação cunhada pelo autor para pensar ações e políticas que desenvolvessem as potencialidades presentes nesse “protótipo” de brasileiro, ao mesmo tempo em que pensavam ações nas quais se extirpasse deste os resquícios dos traços

“primitivos”. Como se verá mais adiante, esse foi o caso de Júlio Mesquita Filho e Fernando de Azevedo.

Ao apontar o sertanejo como uma força nacional em potencial, Euclides da Cunha viabilizava uma mudança na perspectiva de construção do povo brasileiro. O sertanejo, curiboca<sup>125</sup>, mescla de índio e branco forjado a partir das vicissitudes que caracterizam o sertão, apresentava como distintivo as qualidades superiores dessas duas matrizes raciais. Ainda que partilhasse da premissa apresentada por algumas teorias racistas, que entendiam a miscigenação entre raças superiores e inferiores como o motivo da degeneração das raças superiores (MUNANGA, 2008), ao analisar o cruzamento entre brancos e índios, Euclides da Cunha desconsidera essa lógica, deixando entrever seu desejo particular.

Euclides vacila febrilmente entre sua consciência e as teorias racistas, terminando por chegar aproximadamente a uma acomodação. Sua conclusão, inesperada e em contradição com as teorias expostas ali mesmo em seu livro, reaparecendo a todo instante no texto, é a de que o brasileiro do sertão seria o primeiro produto da miscigenação dos bandeirantes brancos com os índios durante três séculos de isolamento. Essa mistura, na qual só entrariam as melhores qualidades das duas raças, e que, na melhor tradição nacional, seqüestra o negro, produziu o sertanejo. Esse primeiro e notável resultado (‘O sertanejo é antes de tudo um forte’) seria a raça brasileira propriamente dita, ou pelo menos uma subcategoria étnica, conforme suas palavras. (GALVÃO, 1999, p. 162).

O que nesse momento nos interessa reter é o fato de que, do repertório teórico disponível em seu tempo, Euclides da Cunha organizou uma nova visão sobre a formação da sociedade brasileira elegendo duas matrizes étnicas como as que expressavam a formação do brasileiro genuíno: o indígena<sup>126</sup> e o europeu. Importante reafirmar que nessa ideia de brasileiro há uma consciente afirmação do branco como raça superior, bem como a afirmação do indígena como o bom selvagem, enquanto o negro é retirado do quadro num movimento

---

<sup>125</sup> Fazendo uma comparação entre o cruzamento racial característico do litoral e do sertão, Euclides da Cunha entende que os cruzamentos no litoral (entre brancos e negros) deram como resultado o “mulato”; já os do sertão (brancos e índios) produziu o “curiboca”. Cf. CUNHA, E. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. 3ª. Edição. Laemmert & C. Livreiros Editores. Rio de Janeiro – São Paulo, 1905.

<sup>126</sup> Ressalta Galvão que: “A preferência pelo índio não é novidade, nem estreia em *Os sertões*. Ela é historicamente datada e assume, no imaginário das elites coloniais, uma função deflagrada pelos movimentos de independência na América Latina. Reivindicar ancestrais indígenas significava opor-se ao colonizador europeu dominante. Na época da independência, era frequente verem-se brasileiros renegar seu nome português e adotar um nome indígena. Essa reivindicação *ab origine* – à qual se soma mais tarde àquela que afirma o autoctonismo do índio, ponto de vista igualmente defendido em *Os sertões* – constituiu uma primeira manifestação de nacionalismo, ou nativismo” (GALVÃO, 1999, p. 163).

que reitera a ideia de branqueamento tão cara às elites desde final do século XIX (SKIDMORE, 2012).

A nosso ver, a construção realizada por Euclides da Cunha foi deveras importante para alicerçar a branquitude brasileira, uma vez que a construção por ele elaborada figurara como referência para aqueles intelectuais voltados a explicar a formação do povo brasileiro.

Como se pode perceber, o livro *Os Sertões* era, de longe, mais do que a narração do ocorrido em Canudos; tratava-se de uma narrativa sobre a formação da sociedade brasileira explicada a partir do diálogo com teorias raciais (com destaque para a desconstrução da visão pessimista sobre o Brasil). Mas também apresentava uma forte crítica ao modelo de gestão do Estado (ou ao que estava se tornando a tão esperada República). Segundo Dain Borges (2005, p. 55), Euclides da Cunha, recorrendo às teorias raciais, em particular à ideia de degeneração, criticou as ações políticas mostrando “a face degenerada da República e seus líderes”.

Não é por acaso que essa obra foi tão bem recebida pela intelectualidade da época. Apresentando uma análise elaborada por quem havia vivido um Brasil até então desconhecido por muitos:

[...] Euclides soube tocar no nervo exposto do sentimento de culpa da elite quanto ao abismo entre seu ideal de nacionalidade e as condições reais de seu país, e sem deixar os leitores incomodados com a contestação de todas as suas presunções sociais básicas. (SKIDMORE, 2012, p. 166-167).

A obra abria esperanças de se libertar o país dos determinismos raciais ao mesmo tempo em que legitimava o projeto de modernidade pela afirmação da República e do branqueamento. A mensagem transmitida era a de que o “elemento nacional” estava em curso: o sertanejo que era “antes de tudo, um forte” (CUNHA, E., 1905, p. 114). É importante marcar esse momento, porque este nos auxiliará na compreensão sobre um projeto nacional no qual o negro é visto, no limite, como foco de observação e controle, e não como parte integrante na formação do povo brasileiro – pensamento que estará no cerne das ações do movimento sanitarista e eugênico do qual participaram intelectuais ligados à fundação da USP.

O impacto das ideias presentes na obra de Euclides da Cunha foi um dos elementos que colaboraram para uma importante inflexão no projeto nacional/racial que se delineará a partir de então com o movimento sanitarista.

Nela [obra de Euclides] sobressaem elementos de força e de fragilidade – o sertanejo é um forte, mas é também rude e carente de civilização. Uma das versões mais recorrentes sobre a sociedade brasileira – aquela que acentua o descompasso entre as áreas urbana e rural – tem em Euclides da Cunha um expressivo porta-voz. Em *Os Sertões* também se destaca a importância do conhecimento empírico do País, o que [...] é uma premissa para os intelectuais que aderem à campanha do saneamento. (HOCHMAN & LIMA, 1996, p. 28).

Euclides da Cunha chamava a atenção para a existência de vários “Brasis” devido ao isolamento dos diversos sertões. A preocupação em constituir um país unificado, no contexto das duas primeiras décadas do século XX, fundamentava-se não apenas numa premissa para a constituição do projeto nacional, mas também no espírito nacionalista que floresceu no contexto da Primeira Guerra Mundial (SKIDMORE, 2012).

A Primeira Guerra Mundial motivou a formação de movimentos nacionalistas que discutiam, entre outros temas, “determinismos e melhoria racial, nas quais as condições de saúde tiveram papel relevante” (HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 24). Por outro lado, entre os nacionalistas havia uma parcela que defendia que os problemas nacionais estariam resolvidos com a entrada de imigrantes europeus (SANTOS, L., 1985)<sup>127</sup>. Ao mesmo tempo em que lutavam pela vinda de imigrantes, deparavam-se com as más condições sanitárias das cidades, o que, por sua vez, ameaçava o projeto imigrantista<sup>128</sup>.

Alinhado ao pensamento de “salvação do Brasil”, desencadeado pelo nacionalismo das primeiras décadas do século XX, e oferecendo uma nova interpretação sobre a realidade brasileira, ao rejeitar as explicações pautadas no determinismo racial e climático, o movimento sanitário focará sua atenção na doença (endemias), que passará a ser vista como principal obstáculo à civilização nacional (HOCHMAN & LIMA, 1996 e 2004; BRITTO, 1995).

---

<sup>127</sup> De acordo com Luiz A. de Castro Santos (1985) naquele contexto: “Havia duas correntes de pensamento nacionalista. Uma sonhava com o Brasil ‘moderno’ e atraía intelectuais que viam no crescimento e no progresso das cidades brasileiras os sinais da conquista da civilização. A outra corrente preocupava-se em recuperar no interior do país as raízes da nacionalidade, e buscava integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional” (SANTOS, L., 1985, p. 02).

<sup>128</sup> Segundo Santos, L. (1985, p. 02): “O alto número de trabalhadores europeus chegados ao Brasil depois de 1904 e até o início da primeira guerra resultou do enorme impulso dado pelo governo central à política imigratória. Aqui se dá o nexo entre imigração e questão sanitária: o terror inspirado pela ameaça da febre amarela nos principais portos brasileiros reduziu drasticamente o número de imigrantes. Entre 1890 e 1899, perto de 120 mil imigrantes chegavam ao Brasil por ano. Entre 1900 e 1904, as entradas anuais baixaram para 50 mil. Em 1903, ano em que Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz iniciavam a campanha pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro, o número de imigrantes caiu a 34 mil. Ao sucesso dos esforços de Oswaldo Cruz segue-se nova curva ascendente da corrente imigratória.”

Formado por médicos e higienistas<sup>129</sup>, o movimento sanitário foi um movimento intelectual e político que durante o período de 1916 a 1920<sup>130</sup> desenvolveu uma ampla campanha em prol do saneamento do Brasil, proclamando a doença como o principal problema nacional (BRITTO, 1995; HOCHMAN e LIMA, 1996)<sup>131</sup>. Este movimento influenciou profundamente o pensamento social da Primeira República.

Em 1918, Belisário Penna (1868-1939), então funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro, lança uma campanha pública pelo saneamento rural fundando a Liga Pró-Saneamento do Brasil<sup>132</sup>. No movimento sanitário, por ele liderado, a apatia do povo e seu atraso são explicados tanto pelo abandono do governo, quanto pela incapacidade física e intelectual decorrente das doenças que sugavam a energia do homem nacional. Argumentava-se que a doença ameaçava o futuro do país sob diferentes aspectos: retirava a força dos brasileiros; ameaçava a soberania nacional (pois a um só tempo causava o despovoamento e gerava um “rebanho doente em lugar de povo”); mas, sobretudo, servia de empecilho às políticas imigrantistas (HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 32).

Destacamos que, ao colocar a doença em primeiro plano, o movimento sanitário repunha em debate questões antes tratadas sob o viés higienista. As características do povo vistas como empecilho para o progresso, atribuídas à raça, passavam a ser explicadas a partir de então pela doença.

Belisário Penna encampava a ideia de que o povo brasileiro poderia apresentar as condições propícias para o progresso nacional desde que fosse realizada uma grande obra de regeneração do povo e da nação. Nesse pensamento estavam contidas as ideias de saúde, moralidade e educação. Para o sanitário: “Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é

---

<sup>129</sup> As descobertas de Louis Paster no campo da microbiologia foram fundamentais para a afirmação da saúde pública e da medicina social, “uma vez que a descoberta dos micróbios possibilitou a criação de vacinas e outras técnicas curativas para as doenças como a tuberculose, a sífilis e a raiva”. Fato que fundamentou as ações higienistas e sanitárias (DIWAN, 2013, p.28).

<sup>130</sup> Seu surgimento é associado à campanha pelo saneamento rural desencadeada pela discussão gerada em torno da frase proferida por Miguel Pereira, em 1916, quando, numa festa promovida pelos médicos da capital federal para homenagear Carlos Chagas, Pereira, então professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, proferiu a seguinte frase: “O Brasil é um imenso hospital” (BRITTO, 1995, p. 27).

<sup>131</sup> A história do movimento sanitário tem sido foco de relevantes estudos. A esse respeito ver: HOCHMAN, G. (2015); HOCHMAN, G. e LIMA (2004) e BRITTO (1995).

<sup>132</sup> A liga teve forte expressão na sociedade. Seus temas foram discutidos, tanto em jornais, quanto em espaços institucionais de poder, a exemplo do Congresso Nacional. Esse movimento conseguiu mobilizar vários setores das elites intelectuais e política. Entre seus sócios fundadores constam, entre outros, “membros da Academia Nacional de Medicina, catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, antropólogos do Museu Nacional, militares, educadores, juristas e o próprio Presidente da República, Wenceslau Brás.” (HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 26).

moralizá-lo” (apud BRITTO, 1995, p. 21)<sup>133</sup>. Nesta nova formulação a associação entre saúde e moralidade é retomada do movimento higienista e ganha força no novo contexto.

Entre as ações empreendidas pelo movimento, destaca-se seu papel na constituição e/ou legitimação do saber médico como orientador do Estado na elaboração de políticas sociais (BRITTO, 1995). Não se pode perder de vista que, no movimento sanitarista das primeiras décadas do século XX, as ideias de civilização e de progresso estavam diretamente ligadas às ideias do saneamento de corpos e mentes. Nesse sentido, Penna destacava o papel da educação na efetivação do saneamento nacional.

Através deste sanitarista, o saneamento chegou à esfera política, reforçando a relação – já apresentada pelos higienistas – entre saber médico, Estado e intervenção social, formulação esta que encontrará na eugenia sua radicalização. É importante frisarmos que com o movimento sanitarista, firma-se um consenso entre as elites<sup>134</sup>, sobretudo médicas, de que o problema do atraso nacional poderia ser resolvido de maneira eficaz por meio do conhecimento médico-sanitarista, em outras palavras, o conhecimento biológico seria a resposta científica à organização do mundo social.

Para grande parte da intelectualidade nacional daquele momento, regenerar era quase europeizar, “civilizar”. As ações de higienização dos espaços públicos, as reformas empreendidas pelos sanitaristas, eram uma resposta ao temor da degeneração. Como ressalta Dain Borges (2005), a ideia de regeneração nacional orientou o modo pelo qual o governo estruturou as políticas públicas.

O governo nunca empreendeu uma reforma educacional nacional em uma magnitude que se dirigisse ao temor de mentalidades díspares. Ao contrário, suas medidas mais ambiciosas focaram-se no saneamento. As reformas urbanas do Rio de Janeiro de 1903 a 1906 construíram drenagens, nivelaram favelas, modernizaram o porto e abriram bulevares no estilo parisiense. Elas incluíram uma campanha tanto simbólica quanto efetiva de saneamento: não apenas água e esgoto, mas também a erradicação de mosquitos e vacina obrigatória contra a varíola em 1903 e 1904. Estas políticas eram, em um sentido amplo, ‘raciais’ ou, mais tarde, ‘eugênicas’. Muitos cientistas argumentavam que melhorias no ambiente levariam a mudanças hereditárias lamarckianas na raça e que a modernização poderia levar ao progresso racial. (BORGES, 2005, p. 55-56).

---

<sup>133</sup> Como analisa Nara Brito: “A campanha do saneamento do Brasil – e não apenas do interior como ressaltava Belisário Penna – constitui um projeto a um só tempo social e moral, pertinente aos indivíduos e à sociedade”. O progresso da nação dependia do trabalho e da produção, mas estas duas alavancas se achavam emperradas por efeito da generalização das endemias que abatiam as energias do homem produtivo (BRITTO, 1995, p. 23).

<sup>134</sup> Com raras exceções.

A educação, nesse momento, foi pensada a partir do ideário higienista, sanitarista e eugênico, num cenário em que a escola serviu de instrumento de divulgação de tais preceitos. Como fica nítido pelo exposto até aqui, a modernização proclamada por grande parte de nossas elites nas primeiras décadas da República, tinha por fundamento um pensamento para o qual os negros “encarnavam a degeneração”, enquanto que os brancos eram a expressão do progresso (BORGES, 2005, p. 56). As ações sanitaristas das primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo em que promoviam – à força – as reformas sanitárias, impingiam à população pobre e, sobretudo, negra, a repressão e a segregação (SEVCENKO, 2010)<sup>135</sup>.

Partindo da concepção de que era possível intervir nas condições de propagação das doenças interferindo no ambiente social, o movimento sanitarista promoveu ações centradas no indivíduo, procurando regular sua ação física e moral, para assim construir a sociedade tal qual desejada por aquelas elites; isto é, a que estivesse mais próxima possível das sociedades ditas civilizadas.

Assim, como no discurso higienista, novamente o tema da natureza se entrelaçava ao da raça. A higiene era vista como o elemento que retiraria o homem do seu estado natural (primitivo) conduzindo-o à civilização. Uma forte imagem que ilustra essa relação é encontrada no personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato<sup>136</sup>, caboclo do interior paulista que, a partir do envolvimento do autor com o movimento sanitarista, sofre uma intervenção positiva e é “absolvido” por estar – e não por ser – doente (HOCHMANA e LIMA, 2004).

É importante frisar que Jeca Tatu, de certo modo, representava o sertanejo a quem Euclides da Cunha se referia. Em outras palavras, Jeca Tatu, como caboclo do interior paulista, não carregava a herança africana. Como se verá adiante, será este tipo social o foco da regeneração proposta, tanto pelo movimento sanitarista, quanto pelo movimento eugênico.

A partir do que foi discutido, é possível perceber que, embora o movimento sanitarista tenha se configurado na esteira do pensamento higienista da virada do século, podemos afirmar que empreendeu uma inflexão fundamental no modo como se configurava o debate sobre a questão nacional/racial na primeira década da República. Ao deslocar o foco da raça para a doença, o movimento empreendeu uma estratégia discursiva que – ao mesmo tempo – desarticulou o discurso pessimista sobre o futuro racial do Brasil. Para além disso – o que é fundamental percebermos – desenvolveu uma trama discursiva pela qual foi possível

---

<sup>135</sup> A esse respeito, ver estudos seminais de SEVCENKO (2010); WISSENBAACH (1997) como também BORGES (2005).

<sup>136</sup> Esse tema já foi ricamente debatido por vasta literatura. Como referência indica-se: HABIB (2003); BORGES (2005) e HOCHMAN, G. e LIMA (2004).



pensar e agir tendo por referência a raça (o descontentamento com a raça), ainda que essa não fosse explicitada. Nesse sentido, a doença pode ser vista como uma metáfora englobante que expressava aquilo que se pensava sobre a raça sem, contudo, trazer a raça ao plano do discurso.

Esse deslocamento contribuiu para redirecionar os discursos sobre a formação da nação e, particularmente, de seu povo. Se até então as teses pessimistas afirmavam que a raça era o problema que impedia o progresso da nação, a partir do movimento sanitalista esse argumento é amenizado. Ao afirmar que o atraso devia-se não à raça, mas à doença, assegurava-se uma solução plausível e relativamente rápida: o saneamento do povo e da nação.

O problema do atraso nacional, a doença, teria, portanto, uma terapêutica, o saneamento do povo. Para tanto, era preciso que o Estado assumisse seu papel e, orientado pelos sanitaristas, empreendesse as ações que levariam ao tão almejado progresso. Segundo se observa, o movimento sanitalista produziu tanto a reafirmação do poder médico na orientação de políticas públicas, quanto a possibilidade de pensar a raça sem necessariamente explicitá-la.

### **3.3 Do sanitarismo à eugenia**

Até o momento buscamos salientar que o pensamento médico higienista e sanitalista colocou em evidência o papel da medicina e do médico como detentores de um conhecimento capaz de conduzir a nação ao progresso. O movimento sanitalista abriu uma nova vertente de explicação para os motivos do “atraso nacional”: a doença que servirá de metáfora para a raça.

Em ambos os movimentos, a ideia de branqueamento, implícita ou explicitamente, norteava o pensamento daqueles que promoviam políticas sociais, o que, no limite, excluía a população negra do projeto de modernidade pensado para o país, ao mesmo tempo em que afirmava a branquitude na medida em que apresentava as vantagens sociais associadas aos brancos.

Ao final da primeira década da República, a medicina social havia conquistado o pensamento das elites nacionais, com raras exceções. A atuação dos higienistas e dos sanitaristas havia atingido todas as dimensões da vida social. Buscava-se a todo custo provar

que o país apresentava as condições necessárias para figurar no rol das nações civilizadas. Para se atingir esse ponto a medicina apresentava respostas científicas, isto é, racionais e exequíveis. Desse modo, poucos eram os que não se alinhavam a tais pressupostos.

No final da década de 1910, na trilha deixada pelo furor causado pelo movimento sanitário, Renato Ferraz Kehl (1889-1974) funda o movimento eugênico nacional, inaugurando um novo capítulo no debate sobre formação da nação, a partir da regeneração de seu povo.

A ideia de degeneração<sup>137</sup> é muito importante para se entender o debate sobre projeto nacional apresentado pelas elites nas primeiras décadas do século XX. O conceito foi debatido no âmbito da medicina mental e passou a servir de explicação para os “males sociais”. A ideia de controle dos indivíduos em prol do bem da nação engendrou o aparecimento de associações e instituições que cumpriram o papel de distinguir os ditos “normais” dos “anormais”. A preocupação da medicina social recaía, sobretudo, sobre o controle físico, moral e psíquico do povo. Formar um povo saudável física, moral e psiquicamente era visto como pressuposto para se atingir o progresso nacional (REIS, 1994; MARQUES, 1992).

No contexto das primeiras décadas do século XX, as doenças físicas e morais foram interpretadas como o mal que estava degenerando as forças nacionais. O remédio apontado para reverter esse quadro e produzir a “regeneração nacional” seria aquele prognosticado pelos sanitários. Contudo, no final da década de 1910, firmava-se um novo discurso, eugênico, o qual asseverava que sanear o meio e o povo não era suficiente para garantir o futuro da nação. O eugenismo chamava a atenção para a necessidade de maior controle sobre a geração futura por meio do controle hereditário.

No Brasil, a eugenia nasceu sob a égide de um movimento já consolidado, o sanitário. Ao chamar a atenção para a necessidade de garantir o futuro das próximas gerações, a eugenia recoloca a raça novamente em primeiro plano. Essa nova ciência

---

<sup>137</sup> O termo ganha respaldo na medicina a partir dos escritos do médico alienista Benedict-Augustin Morel (1809-1873), que, sob o impacto dos efeitos sociais causados pela Revolução Industrial (e particularmente preocupado com a loucura e o suicídio na Inglaterra), escreveu o livro *Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana e das causas que produzem essas variedades doentias*, publicado em 1857. No livro, definiu o conceito de degeneração entendido sob o registro “bioantropológico” que expressava a ideia de decadência de um tipo primitivo perfeito (SERPA, 2010). Conforme Martins, H. (2009): “A grande contribuição de Morel para a difusão do conceito de degenerescência foi vincular seu uso ao campo da patologia mental” (MARTINS, H., 2009, p. 163). Morel chamou a atenção para algumas características essenciais da degenerescência e do degenerado, dentre elas: a transmissão hereditária da degenerescência; os estigmas físicos e morais “tamanho da cabeça, altura, cor dos cabelos e da pele, temperamento, fertilidade, capacidade intelectual, inclinações morais e controle dos instintos”. Os estudos de Morel também destacavam o “meio” como fator de “maior importância na geração das condições degenerativas”, pois entendia que este poderia causar a maior parte das degenerescências adquiridas (SERPA, 2010, p. 451).

encontrava seu espaço no cenário nacional como “ciência do aprimoramento racial” (STEPAN, 2005).

Como é sabido, o nascimento da eugenia está contextualizado na Inglaterra do século XIX<sup>138</sup>. O termo foi cunhado em 1883, pelo cientista, viajante, geógrafo e estatístico Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin<sup>139</sup>. A palavra *eugenia* (do grego *eugen-s*, “bem nascido”) foi concebida para “representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter uma desejada ‘melhor reprodução’” (STEPAN, 2005, p. 09).

As ideias de Galton encontraram um terreno fértil para seu desenvolvimento num contexto em que havia expressiva preocupação com os efeitos sociais negativos oriundos das mudanças produzidas pela Revolução Industrial, que foram particularmente agravadas em finais do século XIX. Do entusiasmo com o progresso via-se o “pessimismo em relação à vida moderna e seus males”. Naquele contexto a metáfora da evolução deu lugar à da “degeneração, cuja causa se atribuía alternadamente a vício, crime, imigração, trabalho feminino e ambiente urbano” (STEPAN, 2005, p. 31-32).

Doenças como tuberculose, sífilis, alcoolismo e doenças mentais eram vistas como hereditárias. Por atingirem majoritariamente os pobres (e estando estes a se reproduzirem com mais velocidade do que as elites vistas como sadias e produtivas), entendia-se que o risco de legar ao futuro uma sociedade degenerada era grande. Tal risco se agravava com as preocupações voltadas a amparar aqueles que eram fracos e que, em situação de competição social, se não fossem ajudados seriam naturalmente eliminados<sup>140</sup>. As multidões de empobrecidos, as condições precárias de higiene, a exaustão física e psicológica da maioria dos indivíduos, além de todas as mudanças econômico-sociais que impunham

---

<sup>138</sup> Sobre a história da eugenia há uma longa lista de estudos. Apoiamo-nos, sobretudo, em Nancy Stepan (2004 e 2005); Diwan (2013); Serpa (2010) e Souza, V. (2006).

<sup>139</sup> Segundo Diwan (2013, p. 38), nascido no seio de uma família burguesa próspera, “Francis Galton cresceu num ambiente ligado aos estudos científicos. Era neto de Erasmus Darwin e Samuel Galton, ambos membros da Sociedade Lunar, sociedade cultural e científica que reunia integrantes da classe média vitoriana, formada por médicos, advogados, grandes comerciantes e industriais, e era influente, além de economicamente forte.”

<sup>140</sup> As ações filantrópicas e políticas assistenciais eram encaradas pelos eugenistas como “contraproduzidas” na medida em que impediam a eliminação natural daqueles que pesavam social e economicamente sobre os ombros dos indivíduos produtivos. No Brasil, esse pensamento foi amplamente divulgado por Renato Kehl como argumento a favor de ações eugênicas no nosso contexto. Em seu livro *Aparas eugênicas: Sexo e civilização (novas diretrizes)*, de 1933, Kehl desenvolve esse argumento de maneira bem contundente. Santos R. (2011) desenvolve argumento que localiza a origem da eugenia relacionando-a ao contexto de afirmação dos direitos sociais. Em suas palavras, “a origem da eugenia está na conquista dos direitos sociais. Com o surgimento da proteção social (Assistência Médica, Filantropia, Previdência Social), os fracos e degenerados alcançavam uma sobrevida. Isso acarretaria uma série de problemas. O pensamento eugenista afirmava que a seleção natural eliminava os indivíduos menos adaptados. Afinal, para os intelectuais alinhados com esse pensamento, a ajuda dos fortes, belos e saudáveis aos necessitados só prejudicaria o progresso da raça” (SANTOS, R., 2011, p. 04).

nova organização mental e social, desenhavam o quadro de horror que produzia ondas de suicídio e loucura (DIWAN, 2013; SERPA, 2010).

A despeito desse quadro, também foi essa uma “era da moderna ciência da hereditariedade” (STEPAN, 2005, p. 29). A confiança na ciência era plena. Ainda que pairasse uma grande preocupação em relação ao futuro das sociedades, as explicações “científicas” organizavam o pensamento e as práticas no âmbito público e no privado. A ideia de que a sociedade deveria ser compreendida enquanto corpo social é um exemplo da importância que foi dada ao conhecimento das leis biológicas. Sobre o assunto, assinala Nancy Stepan que:

O eventual entusiasmo pela eugenia manifestado por cientista, médicos, juristas e higienistas mentais tem de ser visto como o apogeu de um longo processo de transformação intelectual e social que se desenvolveu ao longo do século XIX no qual a vida humana foi cada vez mais entendida como resultado de leis biológicas. (STEPAN, 2005, p. 29).

A interpretação que se tinha era a de que a sociedade deveria ser observada e controlada a fim de se estancar a degeneração e de atingir um estágio de perene progresso, o que Francis Galton, pai da eugenia, declarava que viria a partir da “seleção social”, isto é, o controle “deliberado da reprodução com o objetivo de melhorar a espécie humana” (STEPAN, 2005, p. 29). Para tanto, contribuiu a ideia de evolução concebida em meados do século XIX, que lançou as bases para o desenvolvimento e ascensão da eugenia. Conforme essa autora:

A evolução apresentou a Galton idéias que, agrupadas de nova maneira, constituíram o cerne da eugenia: a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e natural. Em 1869, as implicações das seleções domésticas e natural para a sociedade humana foram elaboradas de forma mais substancial, ainda que substantivamente falha, no *Hereditary Genius (O gênio hereditário)*, livro ainda hoje considerado o texto seminal da eugenia. (STEPAN, 2005, p. 30 – grifo no original).

Segundo Diwan (2013), a teoria evolucionista foi a inspiração para Galton no desenvolvimento de uma teoria social cujo objetivo principal era a evolução da raça. No livro mencionado na citação acima, Francis Galton procurou demonstrar que a aptidão humana (o talento) seria fruto da hereditariedade e não o resultado do meio ambiente (da educação). Galton deixava assim evidente seu questionamento em relação às ideias de Lamarck sobre a

influência do meio ambiente na transmissão de caracteres<sup>141</sup>. A principal mensagem presente na teoria eugênica de Galton era a de que:

[...] a sociedade poderia fazer com rapidez o que a natureza vinha fazendo mais lentamente: aprimorar o estoque genético humano por meio da seleção deliberada dos adequados, em detrimento dos inadequados. (STEPAN, 2005, p. 32).

Para que a teoria de Galton fosse aceita pela comunidade científica foi fundamental o desenvolvimento dos estudos sobre hereditariedade e, nesse particular, duas teorias tiveram destaque: aquelas desenvolvidas por Gregor Johan Mendel (1822-1884) e por Friedrich August Weismann (1834-1914).

A partir de meados de 1880, August Weismann desenvolveu uma série de estudos sobre a hereditariedade procurando identificar a fonte das variações dos organismos. Conforme nos explica a historiadora Regina Cândida Ellero Gualtieri:

Em seus trabalhos, o zoólogo alemão negou, de modo categórico, a possibilidade de que qualquer alteração decorrente dos efeitos do uso ou desuso de partes ou órgãos de um organismo pudesse ser transmitida às gerações seguintes. Ao verificar que as células germinativas (germe), responsáveis pela transmissão das qualidades hereditárias dos seres vivos, separavam-se em um estágio bem inicial das demais células dos tecidos embrionários que iriam constituir outras partes do corpo (soma), passou a defender a idéia de que o germe era totalmente independente do soma, de modo que as alterações nos tecidos somáticos (do corpo) não interferiam no germe, eram transitórias e desapareciam com o indivíduo, sem serem transferidas para os descendentes. (GUALTIERI, 2003, p. 84).

A ideia fundamental presente na teoria de Weismann continha a afirmação de que o que afetava o “soma” não poderia afetar o “plasma”. Tal princípio refutava a herança dos caracteres adquiridos de Lamarck<sup>142</sup>. Até as primeiras décadas do século XX ainda era forte a

---

<sup>141</sup> Em 1875, no livro: *A Theory of Hereditary*, Galton publicou sua própria teoria sobre a hereditariedade que se baseava na ideias sobre o plasma germinal de Friedrich August Weismann. Destaca Diwan que, depois de duas décadas de estudos voltados para a comprovação de que o talento era herdado (estudos que realizou a partir de dados coletados na elite inglesa), Galton se volta a “mostrar que a doença mental, o crime e a marginalidade eram também resultados da herança genética. O livro *Inquires into Human Faculty and its Development (1883)* reúne uma série de análises sociológicas e material antropológico recolhido pelo autor e expõe claramente a eugenia”. O termo *eugenia* era entendido por Galton como sendo “a boa linhagem, dotada hereditariamente com nobres qualidades [...] a ciência do melhoramento da linhagem” (DIWAN, 2013, p. 41- 42 – grifo no original).

<sup>142</sup> Para se conhecer o impacto desse debate na formação dos estudos sobre genética no Brasil, ver estudo de HABIB (2010).

aceitação da comunidade científica em relação à tradição lamarckiana que postulava que as “influências externas ao longo da vida de um indivíduo poderiam alterar permanentemente o plasma germinativo, o que confundia a distinção entre plasma germinativo e somaplasma”<sup>143</sup> (STEPAN, 2005, p. 32). A mesma autora destaca que, ao negar a teoria lamarckiana, Weismann acabou contribuindo para o surgimento do neolamarckismo<sup>144</sup>.

A teoria de Weismann foi encorajada com a redescoberta, em 1900, das ideias do monge, botânico e meteorologista austríaco Gregor Johan Mendel sobre as leis da hereditariedade. Mendel, ao analisar o cruzamento de ervilhas, havia concluído que “as combinações dos caracteres das partes cruzadas eram imutáveis, podendo ser dominantes ou recessivas, dependendo da combinação dos pares” (DIWAN, 2013, p. 31). Com as leis de Mendel se teve o conhecimento do caráter dominante e do recessivo (latente) e ainda foi possível conhecer a proporção da variação entre estes. Sobre o impacto das leis de Mendel na aceitação da teoria de Weismann, explica Stepan:

A estabilidade dos caracteres mendelianos durante os cruzamentos genéticos, ressurgindo inalterados em várias gerações subsequentes e em proporções numéricas definidas, parecia confirmar a noção de Weismann sobre a autonomia e a inviolabilidade do plasma germinativo em que o material hereditário era transportado. (STEPAN, 2005, p. 33-34).

Com os estudos de August Weismann e de Gregor Mendel, o debate sobre hereditariedade é posto em novo patamar. Essas teorias fundamentaram a crítica às ideias de Lamarck, ao mesmo tempo em que fundaram as bases para uma nova interpretação sobre a hereditariedade e o posterior desenvolvimento da genética (STEPAN, 2005; HABIB, 2010; DIWAN, 2013).

No plano social, essas descobertas no campo da hereditariedade foram interpretadas como saídas para desenvolver o controle social a partir do controle do indivíduo. A eugenia conquistou cada vez mais espaço dentro do discurso científico de finais do século

---

<sup>143</sup> Nancy Stepan afirma que a persistência na aceitação da teoria de Lamarck, mesmo após a teoria de Weismann, explica-se pelo fato da teoria lamarckista oferecer “uma alternativa razoável às persistentes incertezas na genética e ao que muitos biólogos pensavam ser reivindicações exageradas dos weismannianos” (STEPAN, 2005, p. 79). Assinala Souza V. (2006, p. 46) que o pensamento neolamarckista prevaleceu entre os eugenistas nacionais até final da década de 1920. Depois as ideias de Weismann receberam mais atenção.

<sup>144</sup> Segundo Stepan (2005, p. 79): “Weismann foi particularmente importante para a história do lamarckismo, porque parecia oferecer provas experimentais de que a herança dos caracteres adquiridos não ocorria. Por conseguinte, a hereditariedade seria ‘dura’, não ‘suave’, como se acreditava tradicionalmente.” Como resposta ao questionamento trazido por Weismann, os lamarckianos tiveram que refinar suas teorias e afirmavam que as características às quais se referiam não deveriam ser entendidas como “brutais mutilações”, mas lentas e “sutis alterações internas do organismo adaptando-se ao meio ambiente”.

XIX e início do XX. Mobilizando diferentes saberes (das ciências biológicas às sociais), as ideias de Galton deram origem a um movimento social e científico, o movimento eugênico (STEPAN, 2005).

Na América Latina os movimentos eugênicos tiveram contornos específicos que procuravam responder às preocupações políticas e culturais características de cada país. Por esse motivo, diferenciaram-se dos movimentos eugênicos da Europa e dos Estados Unidos (STEPAN 2004 e 2005). Essa historiadora enfatiza que, apesar das diferenças contextuais, os movimentos eugênicos latino-americanos apresentaram uma característica em comum: a preocupação com a construção de uma “verdadeira nacionalidade”. Dito de outra forma, os movimentos eugênicos latino-americanos surgiram da preocupação com a superação da heterogeneidade da “população mestiça” que, segundo se entendia, deveria ser homogeneizada para que se atingisse a identidade nacional tal qual o modelo das nações ditas civilizadas.

Assinala Stepan que uma das características dos movimentos eugênicos latino-americanos era a inclinação pela eugenia de base neolamarckiana. Como consequência, erigiu-se uma eugenia de viés mais social do que biológico; isto é, preocupada com reformas sociais e com a adaptação do homem ao “meio” (STEPAN, 2004 e 2005). Elementos que justificavam o controle social e político em prol do almejado progresso. Como se pode perceber, os pressupostos defendidos pela eugenia apresentavam consonância com aqueles defendidos pelo higienismo e pelo sanitarismo e contribuíam para orientar os caminhos que levariam à formação da desejada nação.

Os estudiosos do movimento eugênico nacional, contudo, destacam que este movimento teve por característica a heterogeneidade (SANTOS, R. 2009; HABIB, 2010; SOUZA, V. 2006; LUPPI, 2009; DIWAN, 2003). Nesse sentido, relativizam a afirmação da historiadora Nancy Stepan quanto à predominância da eugenia neolamarckista. Ressaltam que o movimento eugênico em nosso país conviveu tanto com a teoria baseada nas ideias fundadas por Lamarck, como com aquela de base mendeliana, sendo que o maior ou menor consenso sobre essas bases teóricas esteve relacionado a interesses contextuais (SOUZA, V., 2006).

Para os objetivos desse estudo entendemos que é importante atentarmos para a configuração desse movimento tendo em vista seu alcance na intelectualidade paulista no período que este estudado abrange. Nesse sentido, a atenção se volta, sobretudo, para Renato

F. Kehl (1889-1974)<sup>145</sup> devido ao papel que desempenhou junto ao movimento eugênico brasileiro.

O médico e farmacêutico Renato F. Kehl<sup>146</sup> é o principal nome da eugenia no Brasil. Grande articulador, foi quem fomentou o surgimento do movimento eugênico nacional. Durante sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Kehl teve contato com ideias e intelectuais que exerceriam forte influência em sua carreira. Nesse mesmo contexto, no campo pessoal, conhece figuras importantes como Belisário Penna – de quem se tornará genro, posteriormente –, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Miguel Couto, entre outros importantes intelectuais da época. No campo das ideias, toma conhecimento das teorias de Lamarck, Darwin, Spencer, Broca, Lapouge, Agassiz, Galton e Weismann, autores que despertaram seu interesse sobre raça, hereditariedade, evolução, degeneração e eugenia (SOUZA, V. 2006)<sup>147</sup>.

A vida de Renato F. Kehl se confunde com sua trajetória intelectual e seu papel no movimento eugênico nacional. Sua trajetória também foi marcada pela participação em cargos de destaque na administração pública brasileira, ocasião em que trabalhou em prol da institucionalização da eugenia, pela via do higienismo e do sanitarismo:

Durante os anos em que exerceu cargos na administração pública (1919-1927), dentro do Serviço de Profilaxia Rural e no Departamento Nacional de

---

<sup>145</sup> Com isso, não desconsideramos a importância dos demais eugenistas brasileiros que também estruturaram esse movimento em nosso país (ao contrário, procuramos com a pesquisa ora apresentada, evidenciar a participação de outros intelectuais brasileiros na constituição da rede eugênica nacional). Nesse sentido, concordamos com a crítica elaborada por Santos (2009, 2011) e Diwan (2003; 2013) em relação aos estudos sobre eugenia no Brasil. Esses pesquisadores destacam que há uma tendência em focar na figura de Renato F. Kehl como expressão do eugenismo nacional e, ao se fazer isso, se deixa de assinalar a importância dos demais eugenistas na constituição de um movimento que estendeu-se por, no mínimo, quatro décadas. A nosso ver, esse fato tem colaborado para o processo de “apagamento” da história eugênica em nosso país, contribuindo para a negação dos efeitos sociais gerados por ações eugenistas que, ainda hoje, fazem-se presentes como problemas sociais, a exemplo da permanência do racismo e da ideia de branqueamento como sinônimo de “bom”, “belo” e moralmente confiável.

<sup>146</sup> Filho de Joaquin Maynert Kehl e Rita Cássia Kehl, imigrantes alemães que chegaram ao país na primeira metade do século XIX, Renato F. Kehl nasceu em Limeira, interior de São Paulo, em 22 de agosto de 1889. Sua educação foi influenciada pelos valores da classe média paulista de início do século XX (SOUZA, V., 2006). No ano de 1905, Kehl ingressava na Faculdade de Farmácia de São Paulo, obtendo seu diploma em 1909. No ano seguinte iniciava os estudos em Medicina na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1915.

<sup>147</sup> Ao refletir sobre sua formação, Renato F. Kehl assinala o surgimento de seu interesse sobre hereditariedade: “em 1912, comecei a me preocupar com as questões de regeneração pela doutrina de Galton. Desde essa época, após o memorável Congresso de Eugenia de Londres, que esta *sciencia* representa a *occupação predilecta* dos meus lazes e, mesmo, dos meus *affazeres*” (KEHL, 1929, p. 13). O congresso a que Kehl se refere é o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia ocorrido em Londres, em 1912. Evento organizado pela Eugenics Education Society, que reuniu “médicos, biólogos e eugenistas como Leonard Darwin, Karl Pearson, Charles Davenport, August Weismann e mais de 750 cientistas de vários países” (SOUZA, V., 2006, p. 70). Segundo esse mesmo autor, o evento foi fundamental para a propagação das ideias eugênicas pelo mundo, influenciando o campo médico e o político.



Saúde Pública (DNSP), ajudou a organizar o Serviço de Educação Sanitária da Inspeção da Lepra e das Doenças Venéreas, subordinado ao DNSP, tendo sido também o responsável pelo Museu de Higiene que esse setor apresentou na exposição comemorativa do Centenário da Independência (1922). No Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural (DNSP) trabalhou durante três anos (1919-1922) como inspetor sanitário rural e como chefe do posto médico-sanitário em Merity, passando depois para o serviço de Educação e Propaganda Sanitária (1923-1924). Tendo-se exonerado do DNSP em 1927, ingressou na companhia Bayer. (SANTOS, R. 2009, p. 04).

Segundo Souza (2006), é possível identificar dois momentos centrais para a compreensão do pensamento eugênico de Renato F. Kehl<sup>148</sup>. O primeiro corresponde ao período de 1917 a 1927, e o segundo de 1928 a 1932. No primeiro período, Kehl aproximou-se das ideias higienistas e sanitaristas e, a partir dessa associação, funda as bases para a aceitação da eugenia no cenário nacional. Nessa fase, em consonância com as ideias correntes apresenta uma eugenia de base neolamarckiana, para a qual mudanças no meio exterior implicariam em mudanças no ser biológico. As ideias eugênicas desenvolvidas nesse contexto são de caráter “preventivo”<sup>149</sup>, próximas à medicina social e à educação higiênica e eugênica.

A partir do final da década de 1920, o pensamento eugênico de Renato F. Kehl sofre uma inflexão<sup>150</sup> influenciada pela aproximação com a eugenia desenvolvida sobre base mendeliana. Nesse contexto, passava a empreender ações para melhor delimitar o campo da eugenia, diferenciando-a da higiene e do sanitarismo. Assim, inicia uma campanha de divulgação de uma concepção de eugenia que se afastava dos pressupostos neolamarckistas para se aproximar daqueles defendidos pela tradição eugênica alemã e norte-americana, que partiam da teoria de August Weismann sobre a continuidade do plasma germinativo.

Defende, a partir de então, um projeto de “eugenia negativa”, isto é, com medidas de intervenção sociais “duras”, a exemplo do “controle matrimonial e da reprodução humana,

<sup>148</sup> Na visão de Santos, R. (2009, p.12), o pensamento eugênico de Renato F. Kehl não deve ser entendido como uma trajetória marcada por momentos de rupturas, mas como um contínuo, pois mesmo quando seu pensamento se mostra mais radical (eugenia negativa) ele não abandonou a validade das ações regeneradoras contidas na tríade “saneamento-educação-eugenia”. A despeito dessa crítica, lançamos mão da interpretação de Souza, V. (2006) por concordar que Kehl apresenta maior ênfase na “eugenia positiva” nos primeiros anos de sua trajetória. Nesse mesmo período estabeleceu interlocução com figuras importantes para a concepção do *Projeto USP*, como é o caso de Fernando de Azevedo.

<sup>149</sup> Luzia Aurelia Castañeda (2003, p. 915) nos ajuda a entender o pensamento eugênico brasileiro ao identificar três categorias em seu interior: a *eugenia preventiva* (constituída na higiene da raça, na preocupação com a puericultura, com a educação sexual e a orientação pré-nupcial), a *eugenia positiva* (preocupada com o incentivo do casamento eugênico e com a procriação de indivíduos eugênicos) e *eugenia negativa* (a qual cabia a função de evitar a prole degenerada, por meio da esterilização).

<sup>150</sup> Segundo Souza, V. (2006, p. 198) essa ruptura foi ocasionada pela influência de três fatores: 1) a expansão do movimento eugênico nacional e internacional; 2) a saída de Kehl do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1927, e 3) a viagem de Kehl à Europa, sobretudo à Alemanha, em 1928.

a restrição da imigração, a segregação racial e a esterilização dos indivíduos considerados ‘inaptos’ para a ‘boa geração’” (SOUZA, V., 2006, p. 199). Seja na primeira fase, seja na segunda, Renato F. Kehl encontrou muitos adeptos para suas ideias e conseguiu implantar muitas delas.

Para o escopo dessa pesquisa, é importante destacar a formação do movimento eugênico, tendo em vista a participação de importantes intelectuais paulistas, entre eles Fernando de Azevedo. Tanto a formação do movimento eugênico como a formação da chamada “rede eugênica”<sup>151</sup> construída por seus membros, datam de 1917. Seu início foi narrado por Renato F. Kehl da seguinte forma:

Permittam, meus senhores, que vos relate, sem alardes, como teve origem em São Paulo a cruzada em prol da Eugenia. Uma tarde appareceram em meu consultorio dois sympathicos americanos que me convidaram para fazer conferencia no salão da ‘A.C.M’, [Associação Cristã dos Moços], associação da qual eram directores. Esquivei-me por motivos de occasião. Não houve meio de dissuadi-los. Eram insistentes e persuasivos. Acabei vencido e acceitando a prebenda. Disseram-me que voltariam no dia seguinte para saber o titulo da conferencia e marcar a data para a sua realização. Havia tomado notas e feito um rascunho para um trabalho sobre Eugenia. Disse-lhes incontinenti: - ‘podem levar o titulo ‘Eugenia’ e marcar o dia’. A 13 de Abril de 1917 teve logar a conferencia, a primeira sobre Eugenia, realizada no paiz [...]. (KEHL, 1929a, p. 19).

Na referida conferência, Kehl discorreu sobre “hereditariedade como fundamento da *sciencia* de Galton”, “factores dysgenicos”, além da “doutrina de Malthus” e do “direito relativamente á Eugenia”. Ao finalizar, fazia um apelo aos ouvintes e “aos estudiosos para a divulgação e pratica das ideias e preceitos eugênicos no nosso país, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira” (KEHL, 1929a, p. 19).

---

<sup>151</sup> O termo “rede” faz referência à imagem de articulação entre fios e constituição de uma trama. Nesse sentido, a expressão “rede eugênica” pode ser entendida como uma trama, um tecido composto pela articulação de intelectuais em prol da institucionalização da eugenia no país. Nessa interpretação, cada agente (adepto das ideias eugênicas) corresponderia a um fio da trama. Quanto maior a quantidade de fios, mais extensa é a rede, mais forte é a trama, mais legitimidade ganha o campo e maior é a influência das ideias eugênicas na sociedade. No Brasil, a “rede eugênica” foi composta a partir da relação com diferentes agentes sociais (intelectuais, jornalistas, políticos, educadores, médicos, sanitaristas, advogados, enfim, “homens de ciência” e de “letras”). Por isso, o alcance dessa rede foi expressivo, tanto do ponto de vista geográfico quanto simbólico (STEPAN, 2005; SOUZA, V., 2006). Outros pesquisadores já se dedicaram a entender os efeitos das relações entre Renato F. Kehl com intelectuais nacionais e estrangeiros. Souza, V. (2006) destaca que, ao se relacionar com intelectuais eugenistas da América Latina, Kehl legitimou o movimento eugênico nacional, bem como a sua posição de liderança neste movimento. Diwan (2003) interpreta as relações estabelecidas entre os eugenistas brasileiros a partir da ideia de “rede de poder”. Segundo essa autora, tal rede delimitou as características específicas da eugenia produzida no Brasil e na América Latina.

Segundo afirmou, posteriormente, foi a partir dessa conferência que decidiu fundar uma “associação eugênica na qual fossem congregados médicos, advogados e outros interessados no estudo e difusão das questões biológicas e sociais em benefício da nacionalidade” (KEHL, 1929a, p. 20).

No ano de 1917, estava em debate na sociedade brasileira a revisão do código matrimonial civil. Dentro dessa discussão, a questão sobre casamentos consanguíneos (casamentos entre parentes) chamava a atenção da intelectualidade médica. Renato F. Kehl viu nesse fato a possibilidade de divulgar a eugenia à intelectualidade nacional e com esse propósito procurou um importante intelectual da época, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), para expor seu projeto de formação de uma organização para discussão de questões eugênicas no Brasil. Assim nos relata Renato F. Kehl:

Arnaldo Vieira de Carvalho merece uma referencia especial. Não me conhecia senão de nome, por ter lido, segundo me declarou, a conferencia que sobre Eugenia que realizára na ‘Associação Christã de Moços’, a convite de dois americanos, seus incansáveis directores. Procurei, sem qualquer apresentação, aquelle professor em seu escriptorio; expuz-lhe o meu projecto. Arnaldo Vieira de Carvalho, intelligencia esclarecida, coração de patriota, declarou immediatamente que poderia contar com seu apoio, apoio que se verificou sempre inestimavel e sincero. [...] Foi muito devotado á campanha em prol da Eugenia, pela qual tinha verdadeiro entusiasmo, como revelou, muitas vezes, entre ellas na sua memoravel lição inaugural de gynecologia, na Faculdade de Medicina de S. Paulo. (KEHL, 1929a, p. 16-17).

Sob o prestígio do famoso médico Arnaldo Vieira de Carvalho, figura que se mostrou essencial para a constituição da rede eugênica, dada sua importância no cenário intelectual<sup>152</sup>, Renato F. Kehl convidou um grupo de médicos paulistas para discutir a proposta de modificação do código matrimonial. Na ocasião, debateu o tema da consanguinidade sob o enfoque eugênico. Suas ideias foram bem aceitas, o que o encorajou a formar a Sociedade Eugênica de São Paulo (Sesp)<sup>153</sup>, primeira instituição do gênero na

---

<sup>152</sup> Oriundo “de família com sólida inserção nos meandros do poder oligárquico”, Arnaldo Vieira de Carvalho diplomou-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro em 1888. Logo após, inicia seus trabalhos em São Paulo no contexto de transformações motivadas pela expansão cafeeira. Carvalho foi fundador do Instituto Vacinogênico de São Paulo (que em 1925 foi incorporado ao Instituto Butantã), dirigindo-o em 1892. A partir do ano de 1897, passa a trabalhar no corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia. Em 1913, funda a Faculdade de Medicina de São Paulo, sendo seu diretor até seu falecimento em 1920. Arnaldo Vieira de Carvalho fez parte também do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista. Era genro de Julio Mesquita, fundador do jornal *O Estado de S. Paulo*. (DIWAN, 2003, p 37).

<sup>153</sup> Há uma significativa quantidade de estudos que analisam o papel da Sociedade Eugênica de São Paulo na constituição da eugenia brasileira e da América Latina. São referências os estudos de Stepan (2004 e 2005); Santos, V. (2006) e Diwan (2003 e 2013).

América Latina. Em 15 de Janeiro de 1918, ocorria a “solenidade inaugural” no “grande salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, onde se reunia a Sociedade de Medicina e Cirurgia, achando-se presente grande número de médicos da capital e do interior paulista” (KEHL, 1929a, p. 20).

Havia sido dado o primeiro passo para a composição da rede eugênica brasileira a partir da articulação feita por Renato F. Kehl, com o apoio de Arnaldo Vieira de Carvalho. Com esse ato, São Paulo passaria à história como *locus* de origem do pensamento eugênico nacional. Mais uma vez<sup>154</sup>, São Paulo se apresentava como pioneiro na concepção de um projeto que servia de modelo para o país. Mais uma vez esse projeto apresentava viés racial e pretendia promover o branqueamento do povo e da nação. Afirmando o protagonismo paulista, logo após a instalação da Sesp, em 1918, Kehl se dirigia aos membros da elite paulista para asseverar que:

A classe medica de S. Paulo deve orgulhar-se de ter aqui fundado a primeira sociedade eugenica no Brasil. Esta, diffundindo com Miguel Pereira, Placido Barbosa, Belisario Penna e muitos outros, a maneira como se propagam as moléstias e como se as evitam, prestará ao nosso país o maior de todos os serviços. [...] Em São Paulo, orgulhamo-nos em dizer, nasceu a primeira agremiação eugênica, cujos intuitos são o de propugnar pelo combate contra muitas endemias que com progressivo recrudescimento vem ceifando desapiadosamente a nossa gente. É do seu programma disseminar por meio de conferencias, artigos, folhetos, conhecimentos elementares, mas indispensaveis, entre a nossa leiga população, de modo que ella se acautele, não se enfraqueça, ao contrario, se avigore<sup>155</sup>.

No discurso, Renato F. Kehl vinculava o movimento eugênico ao movimento sanitário. A eugenia aparece como meio para o revigoramento da população numa explícita referência às preocupações que motivavam aquela intelectualidade. Nesse momento Kehl trabalhava incessantemente para constituir a rede eugênica e estabelecer a eugenia no país. Seu grande esforço esteve centrado na divulgação da eugenia aos intelectuais, particularmente do campo da medicina. Seus discursos procuravam despertar o interesse dos intelectuais para os preceitos eugênicos. Nessa toada, lançava mão do espírito nacionalista em ebulição, apresentando a eugenia como meio para constituir uma raça “forte e sadia”. Nesse sentido afirmava:

---

<sup>154</sup> Depois do papel desempenhado pelo estado na estruturação da imigração europeia.

<sup>155</sup> *Movimento Associativo - Sociedade Eugênica de São Paulo*. Nota. *Jornal O Estado de São Paulo*, 04 de abril de 1918, p. 03. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

Pregar principios de hygiene e eugênicos, não é pregar doutrinas num deserto. Alguem ouvirá e entenderá o alcance dessas predicas scientificas. As dificuldades são grandes estímulos e na expressão de Ruy Barbosa, cumpre plantar carvalho e não couves, e pois, se assim fizermos, altruisticamente, emprestando o nosso esforço á causa do saneamento do Brasil, equivalerá a prestarmos culto ao vigor, a robustez, e contribuiremos assim para que a nossa raça em vez de se enfraquecer, venha a ser forte e sadia, para merecer a rica terra da promessa que possui.<sup>156</sup>

Apresentando a adesão à rede eugênica como um compromisso altruísta e nacionalista, Kehl valia-se da percepção, vigente na elite daquele contexto, para a qual os intelectuais deveriam desempenhar o papel que lhes cabia frente ao desenvolvimento do país. Dessa forma, atingia não só a intelectualidade médica, cercada de prestígio, mas todo um conjunto de intelectuais e indivíduos preocupados com os rumos da nação.

A constituição da Sesp foi de fato um grande acontecimento que chamou a atenção “da classe média da própria cidade de São Paulo e das cidades vizinhas” (STEPAN, 2005, p. 55). Como se pode notar, a aceitação das ideias eugênicas não ocorreu por acaso. Havia um terreno político, social e ideológico propício, fundado pelo pensamento higienista. Como visto, a preocupação com os fatores higiênicos na constituição da imagem nacional já se fazia presente desde final do século XIX, no contexto dos desafios da imigração e da intenção de aproveitar ao máximo o potencial dos imigrantes na miscigenação com os nacionais (SANTOS, L., 1985).

Segundo Stepan (2005), a Sesp foi pensada tendo por base o modelo de organização eugênica francesa. Essa historiadora afirma que sua “principal função era divulgar a ideia da eugenia e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro” modificando a perspectiva sobre temas tradicionais da medicina (alcoolicismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose) que passaram a receber uma interpretação dentro do escopo da “purificação” e da “eugeniização da nação brasileira” (STEPAN, 2005, p. 56).

O objetivo dessa associação foi manifesto no primeiro artigo de seu Estatuto:

**Art 1º** - A sociedade Eugênica de S. Paulo tem por objecto:  
1º) - O estudo e a applicação das questões de hereditariedade, descendencia e evolução para a conservação e melhoria da especie humana.

---

<sup>156</sup> *Movimento Associativo - Sociedade Eugênica de São Paulo*. Nota. *Jornal O Estado de São Paulo*, 04 de abril de 1918, p. 03. Disponível: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

- 2º) - O estudo e applicação das questoes relativas a influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações successivas e sobre as aptidões phisicas, intelectuaes e moraes.  
 3º) - O estudo da sciencias que se relacionam com a Eugenia.  
 4º) - A divulgação entre o publico de conhecimentos hygienicos e eugenicos, para o bem do individuo, da collectividade e das gerações futuras.  
 5º) - O estudo para a regulamentação do meretricio.  
 6º) - Concorrer para o exame pre-nupcial dos nubentes.<sup>157</sup>

Em suma, a Sesp procurava interpretar e orientar a sociedade a partir dos pressupostos eugênicos. Em outros termos, o pensamento eugênico serviria de esquadro guiando as ações sociais. Desse modo, todas as esferas da sociedade seriam passíveis de intervenção eugênica.

Na organização da Sesp constaram importantes nomes do pensamento médico social da época, além de figuras com destacado poder junto à intelectualidade nacional. A diretoria esteve composta da seguinte forma: Arnaldo Vieira de Carvalho (presidência); Olegário de Moura (vice-presidente); Renato Kehl (secretário geral); T. H. de Alvarenga e Xavier Silveira (segundos-secretários); Argemiro Siqueira (tesoureiro arquivista); Arthur Neiva, Franco da Rocha e Rubião Meira (conselho consultivo) (DIWAN, 2013).

Mais de uma centena de intelectuais aderiram a essa “agremiação”<sup>158</sup>. A quantidade de adeptos traduz o interesse e envolvimento da intelectualidade paulista em prol de “regenerar a raça”. Contudo, com a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho e a mudança de

<sup>157</sup> ESTATUTO DA SOCIEDADE EUGENICA DE S. PAULO, 1918. Documento constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – COC - Fio Cruz.

<sup>158</sup> Foram sócios fundadores: Arnaldo Vieira de Carvalho, Ovidio Pires de Campos, Celestino Bourroul, Franco da Rocha, Arthur Neiva, Vital Brasil, Rubião Meira, E. Rodrigues Alves, Diogo de Faria, Clemente Ferreira, Sergio Meira Filho, Victor Godinho, Theodoro Bayma, Synesio Rangel Pestana, Renato Kehl, Thomé de Alvarenga, E. Vampré, Alves de Lima, Caetano Duarte Nunes, Xavier da Silveira, Adolpho Lindenberg, Pinheiro Cintra, G. H. Paula Souza, Ayres Netto, Zepherino do Amaral, Hungria, Olegario de Moura, Schmidt Sarmento, Raul Vieira de Carvalho, Luciano Gualberto, Tarcisio Leopoldo e Silva, Roberto Gomes Caldas, Campos Seabra, Nuno Guerner, Octavio de Carvalho, Oswaldo Portugal, Roberto Oliva, Mario Ottoni, Domingos Define, Pedro Dias da Silva, Francisco Lyra, J. Luiz Guimarães, Eduardo Monteiro, Angelo Vespoli, Raphael de Barros, Raul Cavalheiro, Mario Porchat, Rezende Puech, Lemos Torres, Mario E. S. Aranha, Henrique Lindenberg, Pereira Gomes, Luiz Paes Leme, David V. Cavalheiro, Macedo Forjaz, Gabriel Monteiro, Cassio Motta, Argemiro Siqueira, Peixoto Gomide, Paulo Santos, Vieira Marcondes, Romeiro Sobrinho, Siqueira Zamith, J. Ramos, Octavio Gonzaga, Sylvio Aranha, V. Browne, Afrisio Gouvêa, Floriano de Lemos, Godofredo Wilken, João Egydio, Flavio M. Campos, José Maria Gomes, Salles Gomes Junior, Maximiano Ferraz Souza, Cantidio Moura Campos, José Augusto Arantes, Aluisio Fagundes, Alcides Nova Gomes, Dorival C. Penteado, Edgard Costa Pereira, Paulo de Araujo, Afranio Amaral, João Florencio Gomes, Anastacio Vianna, Luiz Campos Moura, Cesidio da Gama e Silva, Ulhoa Cintra, Alcides Leal da Costa, Julio Ribeiro da Silva, N. Scaff, Americo Brasiliense, Christiano de Souza, Bernardo de Magalhães, Luiz Narcizo Gomes, Corrêa Dias Filho, A. Sucupira, Mario de Sanctis, Luis Pereira Barretto, Emilio Ribas, Proença de Gouvêa, Fernandes Figueira, Ulysses Paranhos, Souza Paraizo, Joaquim Domingos Lopes, A. Vieira Bittencourt, J. Garcia Braga, J. Cassio de Macedo Soares, P. Corrêa Netto, Raul Briquet, Eduardo Martinelli, F. Figueira de Mello e Vasconcellos. ESTATUTO DA SOCIEDADE EUGENICA DE S. PAULO, 1918. Documento constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – COC - Fio Cruz.

Renato F. Kehl para o Rio de Janeiro, a Sesp deixou de existir, a despeito dos esforços de alguns de seus membros. Como explica Renato F. Kehl:

[...] infelizmente a associação eugênica que tive a honra de fundar sob os auspícios de Arnaldo Vieira de Carvalho, depois da morte deste ilustre patricio e depois da minha transferência para esta capital, caiu em estado de latência, para não dizer que morreu devido á inconstancia no entusiasmo que despertam as iniciativas sérias e altruisticas em nosso paiz. [...] Nascida sob os melhores influxos, após memoraveis sessões, esta agremiação científica deixou-se ficar paralisada. De nada valeram os meus esforços, ao deixar S. Paulo, para que ella tivesse um modesto agasalho e o valioso bafejo da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Ninguem quis arcar com os encargos de a manter em actividade. (KEHL, 1929a, p. 24-25).

Ainda que não tivesse logrado êxito em dar continuidade à associação<sup>159</sup>, Renato F. Kehl havia fincado as bases de um movimento que conseguiu não só seu espaço junto à intelectualidade nacional, mas, sobretudo, influenciou durante várias décadas a formação de políticas sociais, tendo em vista que seus adeptos assumiram importantes cargos na área da saúde e da educação (MARQUES, 1992).

### 3.3.1 Movimento eugênico: raça e educação nas primeiras décadas da República

Após o fim da Sesp o movimento eugênico brasileiro encontrou na figura de Renato F. Kehl nova base de atuação no Rio de Janeiro, na década de 1920. A rede foi ampliada com a participação de importantes intelectuais cariocas, como Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Souza Lima, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo, entre outros (SOUZA, V., 2006).

Uma nota se faz necessária para refletirmos sobre a complexidade da ideologia racial presente naquele contexto histórico. Juliano Moreira era negro. Filho de pais pobres, aos 13 anos ingressou como interno na Faculdade de Medicina da Bahia. Aos 23 anos, já era professor na mesma instituição. Seu nome figura entre aqueles que sedimentaram o campo da psiquiatria no Brasil. Foi responsável por inserir na psiquiatria nacional nova interpretação e

<sup>159</sup> Entre sua fundação, em 1918, e seu fechamento, em 1919 (após a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho e a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro), a Sesp realizou quatro seções, além de conferências sobre o tema da eugenia. Sua produção pode ser verificada em sua revista *Annaes de Eugenia*, que compila conferências realizadas por seus membros. Segundo Diwan (2013), o conteúdo dos *Annaes* é caracterizado pela mensagem de intervenção direta no corpo do indivíduo para mudar o corpo coletivo, e assim atingir a formação da nacionalidade (DIWAN, 2013; STEPAN, 2005).

práticas desenvolvidas na Alemanha no século XX. Segundo assinala Russo (2002), Juliano Moreira foi um dos responsáveis por modernizar esse campo, seja por apresentar novas interpretações sobre a doença mental, seja por reorganizar a assistência ao doente (problematizando o paradigma francês calcado em Pinel e na concepção moral da doença mental), como também por figurar como um dos precursores da psicanálise brasileira.

É interessante pensar a presença de Júliano Moreira dentro do quadro intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil. Parece ser mais uma exceção que confirma a regra. Como outros negros<sup>160</sup> brasileiros, pertencer à elite e ser reconhecido por ela, implicava no fato de destacar-se ao ponto de não ser lembrado por sua cor/raça, mas por sua obra.

De volta à discussão sobre a eugenia, enfatizamos que a década de 1920 é apontada, pela literatura acerca do tema como aquela em que a eugenia se consolida, tanto pelas publicações de Renato F. Kehl, como pela vinculação com higienistas mentais –, sobretudo, a partir da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)<sup>161</sup>, mas também pela associação com intelectuais ligados à medicina legal.

A higiene mental e a medicina legal foram campos privilegiados para a penetração das ideias eugênicas. Particularmente, entre as décadas de 1920 e 1930, houve maior inserção do pensamento eugênico nesses campos. A associação entre doenças mentais e raça deu o tom das campanhas empreendidas nesse período (COSTA, J. F., 2006). A população negra e mestiça foi destacada como propícia, hereditariamente, às patologias degenerativas (a exemplo do alcoolismo e da sífilis). Desse modo, tornou-se foco privilegiado da atuação nesses campos (REIS, 1994; STEPAN, 2005; COSTA, J. F., 2006).

Ao identificar e controlar o modo de nascer, viver e morrer daqueles classificados como degenerados, entendia-se que se prestava um importante serviço à nação. Nessa categoria estava uma ampla gama de indivíduos, sobretudo negros, empobrecidos que sofriam as agruras de uma ordem social e econômica excludente.

As instituições psiquiátricas surgidas nesse período contribuíram para afirmar um argumento já conhecido, mas que agora era legitimado pelo conhecimento científico substanciado na figura do especialista, qual seja, aquele que postulava uma diferença biológica entre as raças que, por sua vez, justificava uma hierarquia entre elas.

---

<sup>160</sup> Tais como, André Pinto Rebouças, Machado de Assis, Nina Rodrigues, entre outros.

<sup>161</sup> Constituída em 1923, essa entidade reunia a elite psiquiátrica nacional, além de médicos, educadores, juristas, intelectuais e empresários (REIS, 1994, p. 49). Para análise da relação entre eugenia e a LBHM ver o estudo de José Roberto Franco Reis: *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1920)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1994. Ver ainda: Jurandir Freire Costa: *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



A segunda década do século XX nos permite perceber como a associação entre raça, educação e doença se consolidou no pensamento da intelectualidade nacional e fomentou políticas públicas de base higiênica e eugênica, inclusive na área da educação. Particularmente, no tocante à educação, fazia-se uma leitura de que seria pela escola que se empreenderia, de maneira mais rápida e eficaz, a regeneração do povo por meio de práticas higiênicas e eugênicas aplicadas tanto nas crianças quanto nos professores (MARQUES, 1992; MÜLLER, 2008).

Conforme Maria M. Chagas de Carvalho (1989), na década de 1920, a escola foi vista pela intelectualidade nacional como o lugar onde se plasmaria o povo brasileiro segundo os princípios higiênicos e eugênicos. Para parte da intelectualidade nacional, o atraso do país estava diretamente relacionado aos altos índices de analfabetismo do povo. Por esse motivo, nas décadas de 1920 e 1930, o tema da educação aparece recorrentemente associado ao progresso da nação.

Partindo do pressuposto de que o povo estava em formação, entendia-se que a escola seria o espaço para homogeneizar o tipo nacional. Assim, caberia à escola regenerar a população, tornando-a saudável, disciplinada e produtiva. Conforme Marques (1992, p. 128), para higienistas e eugenistas, a escola foi tomada como “santuário da aquisição de hábitos eugênicos moralizadores e disciplinadores”. Nessa perspectiva, a função da escola era moldar o povo física e moralmente. O discurso higiênico e eugênico foi defendido por importantes educadores, principalmente aqueles ligados à medicina, especialmente a paulista. A autora ainda demonstra que, na medida em que a escola se torna foco de irradiação das práticas higiênicas, o professor é visto como agente de transmissão de tais preceitos.

Maria Lúcia Rodrigues Müller (2008, p. 39) destaca que a escola primária da Primeira República foi interpretada como “espaço privilegiado para a modelagem da população que aqui vivia”. Segundo a autora<sup>162</sup>, nas primeiras décadas do século XX é possível perceber, particularmente no tocante ao ensino primário, um processo de embranquecimento do corpo docente. Para parte das elites daquele contexto, os professores deveriam expressar física e moralmente a imagem do brasileiro que se pretendia desenvolver, isto é, aquele mais próximo possível do povo europeu.

---

<sup>162</sup> A pesquisadora investigou escolas da Primeira República no Rio de Janeiro e em Mato Grosso.

Também no tocante à higiene escolar, São Paulo mostrou-se precursor. A partir da década de 1910<sup>163</sup>, com a emergência de higienistas no comando de importantes aparelhos públicos de saúde, seguiram-se leis que instituíram a intervenção do saber médico na escola, por meio da higiene escolar. Na década de 1920, o higienista Geraldo Horácio de Paula Souza, na condição de Diretor do Serviço de Saúde Pública do Estado de São Paulo<sup>164</sup>, constituiu as condições ideais para, por meio da escola, educar o povo para atingir a “consciência sanitária” da população. É nesse bojo que se fundou o “primeiro Curso de Educadores Sanitários, destinado a professores primários, categoria estratégica para atuar na recém-criada Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde” (MARQUES, 1992, p. 104). As ações empreendidas pelos inspetores de saúde e “educadoras sanitaristas” estiveram em conformidade com um projeto de controle e formação do brasileiro futuro partilhado por higienista, sanitaristas e eugenistas (MARQUES, 1992).

Como se pode observar pelo exposto, na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, a eugenia apresentava-se como uma ciência capaz de intervir na constituição hereditária do povo brasileiro e, com tal propósito, adentrou nas diferentes áreas de conhecimento, com particular ênfase na medicina, nicho com tradição em debater o futuro do país por meio de teorias biológicas.

No que concerte à formação do povo para a jovem nação republicana, a eugenia apresentava a possibilidade de engendrar homens fortes, sadios e belos, sobretudo para as futuras gerações. O referencial de beleza e saúde, como se verá a seguir, estava intrinsecamente relacionado ao modelo apresentado pela civilização europeia, particularmente referenciada no ideal de beleza greco-romana.

---

<sup>163</sup> Nesse sentido são significativas as ações do higienista Emílio Ribas que, em 1911, como Diretor Geral do Serviço Sanitário, promoveu a reorganização do Serviço Sanitário do Estado criando novos serviços, entre eles o que regulamentava a presença de inspetores sanitários nas escolas (MARQUES, 1992).

<sup>164</sup> Cargo que ocupou de 1922 a 1927.

#### 4 COMPARTILHANDO UM PROJETO EUGÊNICO PARA O PAÍS: A CORRESPONDÊNCIA DE RENATO F. KEHL COM INTELECTUAIS DE SEU TEMPO

Como destaca os estudiosos<sup>165</sup> sobre eugenia no Brasil, a figura de Renato F. Kehl foi muito importante na constituição e efetivação do movimento eugênico em nosso país. Por sua liderança, Kehl passou para a história como o grande eugenista nacional. Esse protagonismo contribuiu também para ocultar a participação de outras figuras importantes que desempenharam significativo papel no processo de institucionalização do tema entre nós.

Nos dias atuais, fora dos meios acadêmicos, poucas pessoas sabem quem foi Renato F. Kehl e o que este representou para o nosso país, tampouco quem foram os intelectuais que compartilharam de suas ideias e projetos eugênicos. Como ressalta Regina Gualtieri (2008, p. 106), essa “amnésia” histórica pode ser explicada pela ação desencadeada após o fim da Segunda Guerra Mundial, “momento em que se intensifica o veto a esse ideário e se desencadeia um processo sistemático de apagamento da memória” de movimentos que tiveram a raça e o racismo como centro de suas pesquisas científicas. Dessa forma, como resultado, vê-se um processo de negação histórica do movimento ligado à eugenia e de tudo o que se relacionava a ele. Não obstante, uma investigação atenta sobre as primeiras décadas do século XX no Brasil mostrará que o movimento eugênico brasileiro não foi obra de uma só pessoa, mas de muitas.

Conforme assinalado anteriormente, o eugenismo desempenhou um papel central para a época, seja ao contribuir para a afirmação do saber médico como único capaz de guiar a nação ao progresso, seja por colaborar para a constituição de instituições de controle social e ainda pela influência desenvolvida junto à implantação de políticas públicas de cunho eugênico.

Partindo do fato de que São Paulo fora, nas primeiras décadas do século XX, o berço do movimento eugênico nacional, e de que a intelectualidade paulista mostrava-se receptiva a tais ideias (e ainda tendo em vista que a USP fora pensada naquele contexto), procuramos investigar as possíveis ligações entre esses fatos com o objetivo de vislumbrarmos quais as prováveis influências daquele pensamento no núcleo das ideias que conceberam a Universidade de São Paulo.

---

<sup>165</sup> Por exemplo: Diwan (2003 e 2013); Souza, V. (2006); Stepan (2004 e 2005) e Santos, R. (2005, 2009 e 2011).

Nesta seção buscaremos assinalar os momentos em que é possível visualizar a extensão da influência das ideias eugênicas sobre o pensamento de importantes intelectuais brasileiros, dentre os quais encontram-se algumas figuras que, não só estiveram ligadas à história da USP, como também foram protagonistas do projeto que deu origem a essa instituição. Tal reflexão também nos ajudará a compreender o alcance da eugenia no campo educacional e, particularmente, no ensino superior paulista<sup>166</sup>.

Antes de adentrarmos na questão, julgamos que algumas palavras sobre a composição do *corpus* documental<sup>167</sup> apresentado nesta seção se fazem necessárias. Os documentos que compõem o cerne da análise ora apresentada fazem parte dos arquivos pessoais de dois intelectuais, Renato F. Kehl<sup>168</sup> e Fernando de Azevedo<sup>169</sup>. A pesquisa realizada nesses arquivos priorizou a análise de suas correspondências<sup>170</sup>. Como já destacado

---

<sup>166</sup> Destacamos que ainda são raros estudos sobre a influência da eugenia no ensino superior nacional. O tema aliado à educação vem recebendo a atenção dos pesquisadores nacionais – mas essa produção tem se concentrado na educação básica e não na superior. A ausência de estudos sobre a influência do debate eugênico no ensino superior é um fato que chama a atenção, tendo em vista que o período de maior intensidade da discussão do assunto em nossa sociedade (primeiras décadas do século XX) foi também o momento em que se discutia o modelo de ensino superior no Brasil, com destaque para o nascimento das primeiras universidades (CUNHA, L., 2007; SCHWARTZMAN, 1979). A respeito do tema da eugenia no ensino básico, ver: MARQUES (1992); NALLI (2000); CARVALHO, M. (1998 e 2003).

<sup>167</sup> O *corpus* documental foi composto por documentos dos arquivos pessoais de Renato F. Kehl e Fernando de Azevedo, com ênfase em suas correspondências (mas também por alguns livros e textos por eles produzidos durante o período estudado, desde que tivessem alguma relação com o tema em estudo). No que concerne às correspondências, foram selecionadas cartas, bilhetes, postais e telegramas que, por um lado, demonstrassem a extensão da rede eugênica brasileira, com ênfase no campo da educação e, por outro, apontassem para a ligação entre Kehl e intelectuais ligados à história da USP. Ao final, listamos 133 correspondências (ativas e passivas) que se estendem entre o período de 1918 a 1954. Para fins de análise, e para a compreensão sobre o tema abordado por essa pesquisa, foram utilizadas as mais significativas.

<sup>168</sup> O arquivo pessoal de Renato F. Kehl encontra-se sob os cuidados da Fundação Oswaldo Cruz, na “Casa de Oswaldo Cruz”. Esse arquivo é uma fonte inestimável para o conhecimento sobre eugenia tanto no Brasil quanto no exterior. O arquivo contém um grande volume de material que se encontra organizado em temas. Cabe ressaltar que fora a pesquisa ora apresentada, outros estudos foram realizados com material desse arquivo. Citamos alguns estudos dos quais tivemos conhecimento: Diwan (2003) foi a primeira a deter-se no estudo das correspondências de Kehl; Santos, V. (2006) analisou as correspondências que Kehl trocou com intelectuais nacionais e estrangeiros para entender a construção e evolução do pensamento desse eugenista; Habib (2010) recorreu ao arquivo para compreender a relação entre Kehl e os professores Piza Jr. e Octávio Domingues; Silva, A. (2010), procurando entender a relação estabelecida entre eugenia e educação física, destacou a ligação entre Fernando de Azevedo e Renato Kehl. Esses são estudos que atestam a riqueza do material contido no acervo pessoal do eugenista Renato F. Kehl. A pesquisa ora apresentada recorre a esse arquivo para entender a relação de Kehl com intelectuais ligados a USP.

<sup>168</sup> Pesquisadoras que também trabalharam com correspondências de Renato F. Kehl. A pesquisa ora apresentada amplia o conhecimento sobre o arquivo pessoal de Renato Kehl, bem como sobre a abrangência da eugenia em nosso país ao apresentar e analisar correspondências ainda não estudadas anteriormente.

<sup>169</sup> Atualmente sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo.

<sup>170</sup> Particularmente, a correspondência de Renato F. Kehl é algo que impressiona, seja pelo volume do material, seja por seu conteúdo, como também pela metódica organização. O arquivo foi minuciosamente constituído e ordenado pelo próprio eugenista (provavelmente com a ajuda de sua esposa). A correspondência está organizada em três livros de cartas denominados, respectivamente, por *Livro I* (1912-1929); *Livro II* (1929-1932) e *Livro III* (1933). Contudo, há ainda no conjunto cartas da década de 1940 e 50. Quem tem acesso a esse material pode constatar que para sua elaboração houve um trabalho minucioso e metódico. É possível que sua produção tenha

por outros pesquisadores (DIWAN, 2003; SOUZA, V., 2006; SILVA, A., 2008 e 2013), o conjunto de correspondências do arquivo pessoal de Renato F. Kehl compõe um fascinante campo de pesquisa, mas que ainda é pouco conhecido e analisado. O interesse por esse material foi fomentado pela compreensão do gênero correspondência como muito significativo para o estudo e análise de determinada configuração social. Como advertem Diwan (2003) e Habib (2003)<sup>171</sup>, as cartas são gêneros de escrita importante para a compreensão das relações sociais. Mesmo sendo sua elaboração produto de relações pessoais mais ou menos formais, o conteúdo das cartas muitas vezes evidencia a reflexão do autor sobre uma época.

O gênero “carta” pode revelar aspectos do debate nem sempre evidenciados em outros escritos. Como observa Diwan (2003, p. 79), muitos “remetentes aproveitam a fórmula epistolar para expor suas opiniões políticas, morais, filosóficas ou religiosas”, pois se sentem seguros para desvelarem-se. Assim, na relação estabelecida entre emissor e receptor há uma interação, uma interlocução que diz muito sobre um e outro. Nas palavras de Diwan: “Essa interação pressupõe uma ratificação recíproca, ou seja, responder à carta de alguém é declarar que se está aberto ao outro e vice-versa” (DIWAN, 2003, p. 79). Responder a carta de alguém também indica interesse pelo emissor e pelo assunto tratado.

Partindo desse entendimento, avaliamos que as cartas de Renato F. Kehl poderiam ser compreendidas como documentos capazes de contribuir para a melhor compreensão do tema da eugenia e sua possível relação com o *Projeto USP*. Uma vez que também evidenciavam as relações pessoais e institucionais de Renato F. Kehl, essas epístolas ainda revelam o alcance da rede eugênica brasileira<sup>172</sup>.

Após análise do conjunto das correspondências foi possível perceber que as cartas que compõem o arquivo de Renato F. Kehl (por nós analisadas) apresentam um padrão: são

---

obedecido ao propósito de deixar registrado para a posteridade o empenho do autor em favor da institucionalização da eugenia no Brasil.

<sup>171</sup> Pesquisadoras que também trabalharam com correspondências de Renato F. Kehl. A pesquisa ora apresentada amplia o conhecimento sobre o arquivo pessoal de Renato Kehl, bem como sobre a abrangência da eugenia em nosso país ao apresentar e analisar correspondências ainda não estudadas anteriormente.

<sup>172</sup> Tendo em vista o grande volume de correspondências presentes nesse arquivo, o primeiro procedimento realizado foi refinar o material para compor o *corpus de análise*. Este foi constituído por cartas que, por um lado, demonstrassem a extensão da rede eugênica brasileira com ênfase no campo da educação e, por outro, apontassem para a ligação entre Kehl e intelectuais ligados à USP. Ao final, listamos 133 correspondências (entre ativas e passivas) que se estendiam entre o período de 1919 a 1954. Para fins de análise, esse conjunto foi reorganizado em duas categorias elaboradas para atender aos objetivos da pesquisa. Foram elas: 1) *correspondência de Renato F. Kehl com intelectuais de seu tempo: um projeto eugênico para a educação*; 2) *correspondência de Renato F. Kehl com intelectuais ligados a história da USP*. Essas categorias fundamentam o texto apresentado nessa seção.

geralmente passivas, isto é, foram enviadas a Kehl<sup>173</sup> em resposta a contato anterior realizado pelo eugenista. A maioria das cartas passivas analisadas apresenta em seu conteúdo a acusação de recebimento e agradecimento por livros de autoria de Renato F. Kehl ofertados aos remetentes.

Em relação às cartas ativas, foi possível perceber que se destinavam, sobretudo, à expansão da rede eugênica. Nesse sentido, o assunto principal estava relacionado à troca de materiais sobre eugenia (livros, artigos, revistas), ou ainda a algum pedido no sentido de expandir a rede eugênica (como por exemplo, o contato de editores e possíveis interessados no tema), além de convite para palestras.

A maioria das cartas analisadas foi escrita por (e para) pessoas físicas. Contudo, verificam-se algumas correspondências trocadas com instituições públicas<sup>174</sup>, a exemplo do Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>175</sup>; do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>176</sup>; Ministério das Relações Exteriores<sup>177</sup>; Serviço Sanitário do Estado de São Paulo<sup>178</sup>; Gabinete do Secretário do Interior do Estado de Pernambuco<sup>179</sup> e Gabinete da Presidência da República<sup>180</sup>, para citar algumas. Na subcategoria “instituições públicas” também se encontram cartas de instituições da área de educação e cultura, como por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>181</sup>, Colégio Militar<sup>182</sup>; Biblioteca da Escola Normal Modelo<sup>183</sup> e a Biblioteca do Instituto de Educação<sup>184</sup>. A interlocução com tais órgãos atesta o interesse de Renato F. Kehl em expandir a rede eugênica para a esfera das instituições públicas, particularmente, as voltadas à educação.

---

<sup>173</sup> Do total de 133 cartas analisadas, 108 (aproximadamente 81,20%) eram passivas enquanto 25 (aproximadamente 18,79%) eram cartas ativas. Diwan (2003) ao analisar cartas do período de 1919 a 1946 também observou maior presença de cartas passivas que ativas.

<sup>174</sup> Essas somam o número de 23 cartas, sendo 22 passivas e 01 ativa.

<sup>175</sup> Cartas de 1934, 1937, 1938 e 1939.

<sup>176</sup> Cartas de 1936 e 1939.

<sup>177</sup> Carta de 1935.

<sup>178</sup> Carta de 1936.

<sup>179</sup> Sem data.

<sup>180</sup> Carta de 1939 e outra carta sem data.

<sup>181</sup> Carta de 1923.

<sup>182</sup> Carta de 1937.

<sup>183</sup> Carta de 1939.

<sup>184</sup> Carta de 1934.

#### 4.1 Um projeto eugênico para a educação

Num processo em que o país debatia com muita exaltação o papel da educação na formação do brasileiro esperado para uma nação, o movimento eugênico e, particularmente, Renato F. Kehl, defenderam um projeto eugênico para a educação nacional. A educação deveria atender aos interesses da eugeniização do brasileiro, essa seria sua principal função. Nesse sentido, uma das estratégias, entendiam Renato F. Kehl e outros eugenistas, era que se ensinasse eugenia em todos os níveis educacionais.

Como assinalado anteriormente, a educação foi percebida, especialmente nas primeiras décadas do século XX, como instrumento importantíssimo à concretização da mudança física e cultural dos brasileiros e, conseqüentemente, da nação<sup>185</sup>. Entendia-se que seria por meio da educação que se promoveria a mudança física e moral do brasileiro por meio da educação higiênica, sanitária e eugênica (MARQUES, 1992; CARVALHO, 1989).

Essa compreensão sobre a educação também fazia parte do projeto de regeneração nacional apresentado por Renato F. Kehl nas primeiras décadas da República. Segundo entendia esse eugenista:

[...] saúde e instrução são dois elos que se interdependem; com a primeira mais facilmente se adquire, como se conserva e se amplia a segunda. Com isso chega-se a conclusão, pura e simples, que o grau de civilização de um povo mede-se pelo grau de saúde e da instrução popular<sup>186</sup>.

Saúde, instrução e projeto nacional caminhavam juntos na visão de parte significativa dos intelectuais das primeiras décadas do século XX no Brasil, entre os quais Renato F. Kehl. Como assinala Souza V. (2006, p. 110), para Kehl a identidade do homem brasileiro estava intrinsecamente relacionada à saúde e “seu grau de civilidade dependeria da

<sup>185</sup> É vasto o campo de estudos sobre o papel da educação no pensamento higienista, sanitarista e eugenista. A esse respeito ver: MOTA, A.; MARINHO, G. S. M. C. (Orgs.). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CDG Casa de Soluções e Editora, 2013; GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000; MARQUES, V. R. B. **Eugenia e Disciplina: o discurso médico pedagógico nos anos 20**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

<sup>186</sup> KEHL, R. F. Educação e Instrução. **Revista Nacional**. Rio de Janeiro, 1923, p. 716. Recorte avulso, documento constante no Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

associação entre as ideias eugênicas, as práticas educacionais e as reformas sanitárias”.

Durante a década de 1920:

Renato Kehl entendia que a educação se constituía como uma prática eugênica essencial para a regeneração dos corpos e das mentes dos indivíduos. O nível de instrução da população nacional, em especial a educação higiênica e eugênica, caracterizava-se, no modelo de eugenia por ele defendido no início dos anos 1920, como uma ferramenta política essencial não apenas para elevar o grau de civilização de um povo, mas também para aprimorar a saúde e ‘extinguir as doenças’ do meio social, colaborando de maneira valiosa aos esforços médicos e sanitários. (SOUZA V., 2006, p. 110).

Ao analisar o discurso médico-pedagógico desenvolvido pelos eugenistas nos anos de 1920, Vera Regina Beltrão Marques (1992, p. 21) destaca que “a eugenia marcaria o discurso da medicina, psiquiatria, educação, relações do trabalho, constituição das famílias, pautadas através de um mesmo eixo articulador: as práticas sexuais travestidas em normatividade moral”. Em termos eugênicos, isso representava o controle da reprodução de acordo com o tipo do indivíduo; ou seja, para aqueles classificados como “disgênicos”, esse controle representava “contenção eugênica de sua proliferação” (que ia desde os exames pré-nupciais até a defesa da esterilização); para aqueles pertencentes à “classe aristogênica”, representava a garantia de uma “boa e crescente prole hígida” (NALLI, 2003, p. 178). Tanto para um grupo quanto para o outro, a educação era tomada como o meio pelo qual se conscientizaria sobre preceitos e práticas eugênicas.

Renato F. Kehl foi um dos que defenderam o papel da educação como fundamental para a formação de uma nação regenerada, isto é, forte física e culturalmente. A associação entre educação-saúde-civilização-nação, era algo preponderante em seus discursos. As ações de Kehl caminhavam nesse sentido. Como demonstrou Souza V. (2006, p. 105), enquanto esteve no Departamento Nacional de Saúde Pública, Renato F. Kehl foi responsável pelos serviços de “educação e propaganda higiênica e antivenérea, bem como das atividades educativas em prol do saneamento e da profilaxia rural”. Naquele momento, desenvolveu campanhas pela imprensa além de:

[...] organizar conferências públicas, elaborar boletins, folhetos e cartazes educativos que orientassem a população quanto aos preceitos da higiene e do saneamento. Em 1922, Renato Kehl foi indicado também para organizar o Museu de Higiene, apresentado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública durante a Exposição Nacional realizada em comemoração ao centenário de independência. (SOUZA, V., 2006, p. 105).



As campanhas que empreendeu nessa instituição foram, sobretudo, voltadas para a instrução do povo. O foco principal das ações estava nas doenças vistas como “venenos raciais”, a exemplo da sífilis e do alcoolismo, mazelas que eram associadas a uma má postura moral. Como já discutido anteriormente, o saber médico, ao focar nos ditos “venenos sociais” ou “males sociais”, procurava controlar os “indesejáveis”; isto é, aqueles que sofriam os reveses da instituição de uma nova configuração social, a qual apresentava, particularmente para a população negra, poucas ou quase nenhuma chance de usufruto das benesses proclamadas. Sofrendo com os inúmeros problemas sociais decorrentes da nova estrutura social, foram os negros tomados como doentes físicos e mentais. O modo como reagiram às violências de toda ordem foi interpretado, pelo olhar médico, como sinal de degenerescência característico da raça (REIS, 1994; COSTA, J. F., 2006).

Mas os eugenistas também se preocupavam com as crianças, vistas por eles como a aposta no futuro. Ensinando os pequenos a terem uma “consciência eugênica”, o futuro das próximas gerações e do Brasil estaria assegurado (MARQUES, 1992). Na década de 1920, as publicações de Renato F. Kehl apontam para a preocupação com o papel da educação na formação do povo desejado<sup>187</sup>, preocupação que encontrava respaldo tanto no pensamento higienista quanto no sanitário.

Nessa década, Kehl publica *Fada Hygia* (1923), “considerado o primeiro livro sobre educação e moral dirigido às crianças”. O livro foi bem recebido pela intelectualidade e, a partir de 1924, era adotado como “material didático para o ensino de higiene em escolas públicas de vários estados brasileiros, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro” (SOUZA, V., 2006, p. 112).

A empreitada de Kehl no campo educacional continuou também nas décadas seguintes. Considerável parte das cartas “institucionais” analisadas data da década de 1930, e foram enviadas em nome de instituições educacionais.

A partir da década de 1930, a influência da rede eugênica foi sentida na formulação de leis de caráter eugênico<sup>188</sup>. No livro *Aparas eugênicas: Sexo e civilização* (1933), Renato F. Kehl destacava 31 “conclusões” tiradas no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), que podem ser interpretadas como verdadeiras indicações para a constituição

<sup>187</sup> São exemplos os livros *A cura da fealdade* (1923), *Como Escolher um bom Marido* (1923), *Fada Hygia* (1923), *Como Escolher uma Boa Esposa* (1924), *Bíblia da Saúde* (1926) e *Formulário de Beleza* (1927). Como assinalou Souza, V. (2006, p. 112) a maioria destes livros foi publicada e republicada pela Livraria Francisco Alves e pela editora Monteiro Lobato & Co..

<sup>188</sup> Vale ressaltar que na década de 1920 houve legislações com base em preceitos eugênicos, como foi o caso do DECRETO Nº 4.247, DE 6 DE JANEIRO DE 1921 que regulava a entrada de estrangeiros no território nacional. Conhecida como “Lei dos indesejáveis”, pois por meio dela “inconvenientes eugênicos e morais são apontados no que se refere à presença de imigrantes de origem asiática no Brasil” (COSTA, N. 1977, p. 67).

de uma legislação eugênica no país. A seguir apresentamos algumas dessas “conclusões” que, como se verá adiante, chegaram a compor o espírito da Constituição Federal de 1934.

1ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia solicita do Congresso Nacional uma legislação destinada a preparar um meio ambiente que ofereça condições favoráveis ao aperfeiçoamento da raça.

2ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia solicita do Congresso Nacional a adoção de uma lei que cerque o casamento das condições eugênicas indispensáveis ao aperfeiçoamento da raça.

3ª. O Congresso recomenda a necessidade da divulgação e do ensino especializado de Eugenia.

4ª. Os princípios de Eugenia e a observancia dos seus preceitos não excluem a influencia benéfica da educação escolar ou extra-escolar, física, intelectual e moral, convenientemente orientada.

5ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, reconhecendo o alto valor da educação moral como fator eugenico, pede aos poderes publicos que desenvolvam essa educação na escola primaria e particularmente na secundaria.

6ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da Republica, ás casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em fôco os gravissimos perigos da imigração promiscua sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança politica e social da Republica.

[...]

8ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que ao processo de seleção de imigrantes sejam levados em conta os atributos coletivos das populações donde provierem as correntes imigratorias.

[...]

22ª. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha ao governo facilite o mais que for possivel a imigração européia para o Nordeste Brasileiro, preferencialmente, de colonos agricultores (KEHL, 1933, s/p).

Percebe-se, pela citação acima, a preocupação dos eugenistas nacionais com a inserção dos preceitos eugênicos na composição das leis nacionais. Seja no âmbito da reprodução dos indivíduos, seja no da educação, como também no da imigração.

Conforme Souza, V. (2006), a partir de 1929, Renato F. Kehl, e de certa forma também o movimento eugênico nacional, sofreu uma guinada em seu pensamento passando a se sintonizar com a percepção eugênica elaborada pelos países de língua alemã e inglesa, problematizando assim a interpretação neolamarckista sobre a hereditariedade. Há então uma defesa explícita de um projeto de “eugenia negativa”<sup>189</sup>, com acentuado viés na segregação racial.

---

<sup>189</sup> Como exposto, a “eugenia negativa” dizia respeito a medidas de “controle sobre os meios de reprodução humana, proibindo o matrimônio de indivíduos considerados ‘inaptos’ ou ‘anormais’”. Dentre as medidas destacavam-se também aquelas voltadas para a “formulação de leis que restrinjam a imigração e que apliquem a esterilização” (SOUZA, V., 2006, p. 55).

Na década de 1930, mais especificamente em 1º. de Abril de 1931, Kehl fundava a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE)<sup>190</sup>, entidade filiada à Federação Internacional das Associações Eugênicas, que se caracterizava pelo “Estudo e Propaganda da Eugenia” e se propunha, nas palavras de Souza, V. (2006, p. 174), a “contribuir efetivamente para a elaboração de políticas públicas governamentais que visassem o aperfeiçoamento racial da população”.

Nesse sentido, a Comissão Central Brasileira de Eugenia aproveitou o debate que se fazia sobre a Constituição Federal para divulgar, na imprensa, princípios eugênicos que julgava essenciais à formação da nacionalidade (KEHL, 1937). Entre as onze “proposições” defendidas destacam-se duas. Uma das proposições apresentadas dizia respeito a:

Seleção rigorosa para os candidatos a cursos acadêmicos e para os cargos públicos, tendo em vista premiar os indivíduos somatopsiquicamente superiores, de moral reconhecida e de boa linhagem no sentido eugênico. (KEHL, 1937, p. 95).

Como já discutido, os indivíduos de moral reconhecida não figuravam entre os pobres, tampouco entre os negros. Em outras palavras, para os eugenistas da CCBE, o Estado deveria garantir, por lei, que os espaços de poder da sociedade fossem ocupados por indivíduos racialmente eugênicos, o que implicava ser branco e ter algum prestígio social. Nessa proposição está manifesta a intenção de selecionar eugenicamente os candidatos a cursos acadêmicos e a cargos públicos. Tal seleção tinha por objetivo aparente “premiar” os indivíduos eugenicamente superiores de moral reconhecida e de “boa linhagem”.

A expressão boa linhagem pode ser traduzida por indivíduos de famílias que apresentassem características que se enquadrassem nos preceitos defendidos pela eugenia, quais sejam: boa qualidade hereditária (mensurada pela beleza, saúde física e psíquica) e boa qualidade moral (mensurada pelo pertencimento a família que apresentasse boas qualidades vocacionais, morais e intelectuais).

---

<sup>190</sup> Sobre essa entidade, destaca Souza, V. (2006, p. 174): “Com a criação desta associação, Kehl objetivava reunir tanto os interesses dos segmentos mais radicais do movimento eugenista, quanto a atenção dos intelectuais e das autoridades públicas ligadas ao movimento sanitarista. Entre os membros da Comissão apareciam os nomes de Ernani Lopes e Porto Carrero, respectivamente presidente e vice-presidente da LBHM; o psiquiatra e eugenista Cunha Lopes, da Assistência a Psicopatas do Rio de Janeiro; os eugenistas Toledo de Piza Junior e Octávio Domingues, ambos professores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz; e o higienista Achilles Lisbôa. A comissão era formada também por intelectuais e autoridades diretamente ligados ao DNSP, como Gustavo Lessa, Caetano Coutinho e o próprio Belisário Penna, nomeado semanas antes pelo Presidente Getúlio Vargas para dirigir o referido Departamento.”

Com as propostas apresentadas pela CCBE, vê-se uma ampliação do papel da educação. Se na década de 1920 o foco da educação eugênica estava, sobretudo, no domínio do corpo e da moral (MARQUES, 1992), na década seguinte a atenção recaía também numa educação que propiciasse o despertar da “consciência eugênica”, isto é, que criasse condições para que os jovens desenvolvessem responsabilidade frente à constituição de uma sociedade regenerada.

Em outra proposição defendida pela CCBE, como medida que deveria constar na magna-carta, percebe-se a reafirmação da educação eugênica como pressuposto para a condução da consciência eugênica, ou seja, para a formação de indivíduos cientes de seu papel em relação ao futuro da sociedade.

[...] impõem-se a imediata instrução e educação eugênica nas escolas primárias e nos ginásios sobre assuntos de biologia humana, hereditariedade e eugénia. Nas escolas normais e superiores será obrigatório êsse ensino, acompanhado da organização de árvores genealógicas de indivíduos sãos e de indivíduos degenerados, para provar a necessidade imperiosa da campanha eugênica e evidenciar a responsabilidade inerente ao ato de geração. (KEHL, 1937, p. 95).

Novamente afirma-se a importância da educação (em todos os níveis) para a consolidação do projeto eugênico. Através do ensino dos preceitos eugênicos os indivíduos seriam pouco a pouco doutrinados sobre o valor da herança biológica que carregavam. O que, por sua vez, contribuiria para o controle da miscigenação, vista nesse momento, por parte dos eugenistas nacionais, dentre eles Renato F. Kehl, como fator de degenerescência.

Em debate com as diferentes propostas para a educação desenvolvidas pelos educadores nacionais a partir da década de 1920 (CARVALHO, 1989), Renato F. Kehl asseverava que os “metodos educativos modernos” sem o encaminhamento eugênico não trariam bons resultados. Em suas palavras:

Os metodos educativos modernos baseam-se nas indicações fornecidas pela psicologia. Isto não nos parece suficiente. Torna-se necessario conhecer tambem os seus caracteres somaticos e constitucionais. A individualidade, como a personalidade, – o modo de sentir, de agir, as tendências, os costumes, a capacidade intelectual ou fisica são reflexos desses caracteres inatos. Eis porque a educação esbarra, impotente, em muitos casos, não conseguindo domesticar um indocil, cuja constituição é resultante de um processo hereditario irremovível. (KEHL, 1937, p. 49-50).

Daí, afirmar que “Quem é bom já nasce feito!” (KEHL, 1937). O trecho acima é exemplar de sua filiação à eugenia de base mendeliana, para a qual o indivíduo era o que sua constituição biológica, hereditária, lhe permitisse ser. Renato F. Kehl, fazendo distinção entre os indivíduos, afirmava que para determinados tipos a educação não surtiria efeito, dada sua constituição hereditária. Justificava desse modo a importância e o papel da eugenia em orientar também o campo da educação, tornando-o, assim, mais eficaz.

Uma afirmação dessa natureza, proferida num contexto em que a educação era tomada pela intelectualidade nacional como fundamental para construir a nação ambicionada, provavelmente causou celeuma, já que se vinha empreendendo muitas campanhas em prol da erradicação do analfabetismo e da expansão do ensino como pressuposto para a regeneração do país.

Fato é que os eugenistas brasileiros não ficaram no debate de ideias. Articulados pela rede eugênica, conseguiram transformar muitas de suas propostas em leis. No que concerne à educação, o espírito das reivindicações eugênicas propaladas desde 1929 esteve presente na composição da magna-carta. No texto da Constituição Federal de 1934, no artigo 138, encontra-se a seguinte redação:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934 – grifo nosso)<sup>191</sup>.

Como se pode notar, as ideias eugênicas chegaram à Constituição nacional, o que demonstra a força do movimento, bem como a aceitação dos preceitos eugênicos como instrumento para regenerar o povo brasileiro. Como ressalta Simone Rocha (2011), o artigo da Constituição que faz referência à educação eugênica deve ser interpretado à luz da concepção que a eugenia tinha de educação; isto é:

---

<sup>191</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acessado em: 24/06/2015.

[...] a educação era defendida como um fator de conscientização para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos, visando o matrimônio entre pessoas de uma mesma classe social e etnia e não apenas o conhecimento de teorias e leis sobre hereditariedade. (ROCHA 2011, p. 169).

Ou seja, o projeto de educação defendido pelos eugenistas abarcava o ensino de áreas ligadas ao estudo da hereditariedade com um objetivo de formar a “consciência eugênica”, o que significava, em outras palavras, a segregação racial.

O movimento eugênico brasileiro conseguiu assegurar, pela Constituição de 1934, que a educação nacional validasse preceitos eugênicos <sup>192</sup>. Dito de outra forma, os preceitos postulados pela pedagogia higiênica da década de 1920 foram ampliados pelo olhar eugênico, e legitimados por lei com força nacional.

Como já foi assinalado, na década de 1930, Renato F. Kehl apresentava posições radicais em relação a temas caros à intelectualidade nacional. Além da educação, também se posicionava sobre raça, miscigenação e imigração, todos esses temas caros à constituição do projeto nacional. Contrariando sua posição em década anterior (de visão neolamarckista), Kehl destacava que os problemas do país estavam relacionados à herança racial; por isso, enfatizava a importância de se promover a consciência racial como uma das medidas para se alcançar a regeneração nacional. Nesse sentido, orientava como medida eugênica individual:

Evitar casamento com pessoa de classe inferior, e, sobretudo, com indivíduos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações. Está provado que tais casamentos são disgenicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente. (KEHL, 1937, p. 65).

Como também:

Procurar fazer casamentos de classe, sobretudo entre indivíduos da mesma classe social, com idênticas propensões favoráveis, isto é, entre famílias de iguais aptidões vocacionais. Será um recurso eugenico para reforçar os bons caracteres hereditarios, sobre os quais repousam tais particularidades e vocações. (KEHL, 1937, p. 66).

---

<sup>192</sup> Ainda na Constituição de 1934, no Título V: “Da Família, da Educação e da Cultura”, capítulo 1: “Da Família” consta no artigo 145 a seguinte redação: “A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País”, tema debatido intensamente pelo movimento eugênico nacional, pois como declarava Renato F. Kehl, “Não ha duvida de que uma das principais causas agravantes da degeneração, entre os ‘civilizados’, é a falta da selecção natural” (KEHL, 1933, p. 240).

Tais “recursos eugênicos” visavam, por um lado, garantir a formação de uma elite eugênica capaz de usufruir da educação a ela direcionada e, por outro, obter uma massa de indivíduos “domesticáveis”, pois como assinalava:

Cada vez mais me inclino a aceitar como axioma o velho ditado “quem é bom já nasce feito” e, assim considerando, avançar talvez um paradoxo, dizendo que a humanidade se compõe de tres especies de gente: gente inata e intrinsecamente humana, gente domesticavel e gente doente ou indomavel, esta ultima intangível a todos os processos e esforços educativos. A grande maioria, certamente, pretence ás duas ultimas especies. (KEHL, 1937, p. 47).

Trabalhando com o pressuposto de hierarquização racial<sup>193</sup>, Renato F. Kehl chegava a admitir que, para uma parcela da humanidade, a educação era inatingível devido à sua constituição hereditária. A humanidade, segundo afirmava, compunha-se de uma pequena parcela de “gente inata e intrinsecamente humana” e uma grande parcela de “gente domesticável e gente doente ou indomável”. Os indomáveis eram aqueles que não correspondiam aos preceitos eugênicos, ou seja, aqueles portadores da “fealdade” física e moral, aqueles que fugiam dos padrões de beleza e moral estabelecidos pelas sociedades “avançadas”<sup>194</sup>.

Se nas décadas de 1910 e 1920 Kehl se mostrara otimista em relação à composição racial do Brasil (pois apostava no branqueamento, pela imigração europeia), na década de 1930, tornava-se pessimista em relação à miscigenação. Como esclarece Souza, V. (2006):

As próprias discussões sobre raça, miscigenação racial e imigração também ganharam um tom mais radical e racista no pensamento de Renato Kehl. Se durante os anos 1910 e 1920 este autor apresentava, de maneira geral, uma concepção otimista e assimilacionista sobre a questão racial brasileira - já que acreditava que o processo de miscigenação conduziria ao branqueamento da nacionalidade -, a partir do final dos anos 1920 seus

<sup>193</sup> No pensamento de Renato F. Kehl, é possível perceber uma recorrente hierarquização dos indivíduos. No *Livro do chefe de família*, de 1930, por exemplo, classifica os indivíduos em três categorias: alta (composta por magistrados, intelectuais, autoridades governamentais, deputados e senadores); média (composta por comerciantes, guarda-livros, industriais, professores) e baixa (composta por trabalhadores braçais), cf. MARQUES (1992, p. 71).

<sup>194</sup> Em *A cura da fealdade – eugenia e medicina social*, livro de 1923, Kehl assim definia a fealdade: “A fealdade é vista não somente como uma questão plástica, mas sob o viés eugênico. No sentido claro de ‘dysgenesia’ o ‘cacogenia’. Em outros termos, ‘anormalidade’, ‘morbidez’”. Já a beleza: “A beleza é vista como normalidade, saúde integral. A saúde integral corresponde a ‘formula de Juvenal mens sana in corpore sano’, isto é, na hygidez do corpo e do espirito, na robustez e na belleza” (KEHL, 1923, p.05 e 06).

pressupostos eugênicos se caracterizariam por um certo pessimismo quanto ao futuro racial da nação, chegando a contrariar veementemente o processo de miscigenação. Em suas palavras, a ‘mistura racial’ entre indivíduos de ‘raças diversas’, sobretudo entre a ‘raça branca’ e a ‘raça negra’, era desmoralizante e inaceitável, pois formava uma prole mestiça, híbrida e degenerada. (SOUZA, V., 2006, p. 200).

Como se pode notar, na década de 1930, Renato F. Kehl – embora encontrando resistência por parte considerável dos eugenistas nacionais<sup>195</sup> – apresentava posições mais radicais em relação à solução dos problemas apresentados pela sociedade brasileira. Naquele contexto, seu projeto de nação preconizava uma radicalização racial que em muito se aproximava da segregação vivida em outros países.

Segundo Souza, V. (2006, p. 202 – grifo do autor), em 1933, após a segunda viagem à Alemanha, Kehl expressa sua radicalização eugênica de forma ainda mais preponderante. Nesse mesmo ano, lançava o livro *Sexo e Civilização – Aparas eugênicas*, onde explicitava de forma ainda mais contundente a aproximação com ideias eugênicas “autoritárias e racistas, ao estilo da ‘higiene racial’ alemã. Nesta obra, Kehl manteria sua crença no pressuposto de que o ‘grande mal do Brasil é um mal de raça’”<sup>196</sup>.

Também no que diz respeito à educação podemos perceber um projeto racial em desenvolvimento. Se o interesse de Renato F. Kehl, na década de 1920, estava, sobretudo, na educação primária<sup>197</sup>, na década seguinte é possível identificar que seu interesse se amplia atingindo a educação de nível superior. Nesse sentido, destacamos que Renato F. Kehl recebeu, no ano de 1934, mesmo ano de fundação da USP, uma correspondência que indica investimento de sua parte na expansão da eugenia no ensino superior. A carta tem data de 28 de março de 1934 e foi enviada por Almeida Nogueira, responsável pela Biblioteca do Instituto de Educação de São Paulo.

---

<sup>195</sup> Destaca Souza, V. (2006, p. 201) que “o projeto eugênico de Renato Kehl encontrou uma forte oposição mesmo no interior do campo eugênico, como as severas críticas levantadas pelos antropólogos Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca. Para estes e outros intelectuais ligados ao movimento eugênico, os problemas da nação não estavam relacionados à questão racial e ao ‘estoque genético’ da população - já que os ‘tipos brasileiros’ seriam formados a partir de uma ‘miscigenação eugênica’ -, mas sim as péssimas condições de vida em que se encontrava a grande maioria dos brasileiros.”

<sup>196</sup> A ascensão do nazismo na Alemanha, a partir da década de 1930, certamente influenciou o pensamento de Renato F. Kehl no que diz respeito ao posicionamento do Estado frente ao controle eugênico da população.

<sup>197</sup> Como destacam estudiosos desse período a exemplo de Santos, R. (2009 e 2011); Castañeda (2003); Souza, V. (2006) e Rocha (2011).



Atenciosos cumprimentos

Vimos agradecer-lhe o seu precioso livro - "Conduta" que acabamos de receber e que veio preencher uma lacuna da nossa biblioteca.

Não tivemos ainda tempo de o ler, folheamos-o apressadamente e já podemos prever o sucesso que vai causar entre os nossos leitores, que são em média 1300 mensalmente, número que se elevou a 2506 em março último.

Permita-nos felicitar-o pela sua excelente obra e mais uma vez agradecer-lhe a sua valiosa oferta.

D. de Almeida Nogueira  
Praça da República, 53  
São Paulo.<sup>198</sup>

Convém ressaltar a data da carta, 28 de março de 1934, porque demonstra que o Instituto de Educação já pertencia à recém-fundada Universidade de São Paulo<sup>199</sup>, o que pode nos ajudar a entender a previsão do aumento dos consulentes. Dois meses após a integração do Instituto de Educação à USP, Renato F. Kehl recebe carta da biblioteca desse Instituto confirmando o recebimento de seu livro. Tal dado sugere que o autor teria enviado a essa instituição carta e livro, o que indica, por sua vez, interesse na divulgação da eugenia também para aquele público específico.

O livro foi bem recebido. Como afirmado na carta, preencheria uma “lacuna” da biblioteca. Nogueira projeta que seria um livro bem aceito e atingiria um contingente considerável de leitores, dado o fato do vertiginoso aumento do número dos consulentes (provavelmente pela incorporação à USP).

Esse interesse pela expansão da eugenia no ensino superior pode ser explicado pelo fato de Renato F. Kehl perceber a eugenia como um conhecimento que deveria respaldar cientificamente todas as áreas da sociedade. Dessa forma, todo e qualquer campo deveria ser atravessado pelo pensamento eugênico para que fosse assegurado o projeto de regeneração do Brasil<sup>200</sup>.

---

<sup>198</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>199</sup> A USP foi instituída em Decreto de 25 de janeiro de 1934. Nesse documento constava que o “Instituto de Educação” compunha, juntamente com outros institutos, Escolas e Faculdades, a Universidade de São Paulo.

<sup>200</sup> Uma das características do movimento eugênico nacional era sua plasticidade. Nas palavras de Souza, V. (2006, p. 198): “Para os eugenistas brasileiros, a eugenia era compreendida como uma ciência sem fronteiras delimitadas, o que lhe possibilitava servir aos mais diferentes saberes, como a medicina social, a psiquiatria e a medicina legal, sendo apropriada inclusive nas formulações de diversos projetos de construção da nação. Apesar de não possuir um espaço exclusivo de atuação e de ser, ao mesmo tempo, um movimento científico e social, a força do movimento eugênico ganhava destaque exatamente devido a esta capacidade camaleônica de servir aos diferentes saberes ‘bio-sociais’”.

Sendo assim, é possível pensar que Renato F. Kehl teria agido do mesmo modo em relação à nova universidade nascida em São Paulo. O envio da carta e de livro para a biblioteca do Instituto de Educação pode indicar uma estratégia de aproximação com instituições de ensino e formação de professores. Divulgar os preceitos eugênicos em tais espaços contribuiria para seu projeto de regeneração do país, por meio de seu povo.

A próxima carta permite-nos perceber que Renato F. Kehl utilizava-se de toda oportunidade para propalar a necessidade de divulgação da eugenia nas “escolas superiores”:

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1934.

Meu caro amigo e mestre Prof. Austregesilo.

Só hoje pude concluir a leitura do seu magnífico livro “Lições da Vida”, que me ofereceu com amável dedicatória. É uma obra que merece larga divulgação, sobretudo entre os jovens das nossas escolas superiores, porquê nas suas páginas encontrarão eles além de grandes verdades, belas sugestões para o idealismo galtoniano do melhoramento integral da especie. Esplêndido, especialmente, o capítulo XV em que trata da moral biológica com muito brilho e elevação.<sup>201</sup>

Ao tecer elogios sobre o livro de Antonio Austregésilo, um adepto das ideias eugênicas e membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, Renato F. Kehl não deixa de frisar que seu conteúdo deveria receber “larga divulgação”, especialmente entre os jovens das escolas superiores.

No ano de 1937, Renato F. Kehl lançou o livro *Por que sou Eugenista: 20 anos de Campanha Eugênica (1917-1937)*. Neste, fazia revisão da campanha eugênica e passava a limpo questões sobre a eugenia dirimindo possíveis dúvidas sobre os preceitos eugênicos<sup>202</sup>. Naquele contexto, o autor mostrava-se mais enfático quanto à compreensão da eugenia, isto é, procurava especificar seu campo, distinguindo-a do domínio do higienismo e do sanitarismo. Sua postura é de negação da influência do “meio” à hereditariedade. Como no livro *Lições de Eugenia*, de 1929, defendia uma eugenia mais “radical”, marcadamente centrada na hereditariedade entendida sob o enfoque das teorias de Wiesmann e Mendel.

O que ressaltamos nessa obra é a relevância que foi dada ao tema da educação e, sobretudo, à educação superior. Logo nas primeiras páginas do livro, como se buscasse

<sup>201</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. (Grifo nosso).

<sup>202</sup> O livro especifica questões já apresentadas no primeiro livro, que expõe a radicalização do pensamento de Kehl: *Lições de Eugenia*, de 1929.

destacar que o Brasil figurava entre os países civilizados, mas também para chamar a atenção dos intelectuais de diferentes campos, afirmava que a “Alemanha tem um programa de política racial baseado na eugenia”<sup>203</sup>. Na sequência, ressaltava que também outros países, como os “Estados Unidos do Norte”, a Inglaterra, a Suécia, a Dinamarca e a Noruega “estabeleceram o ensino obrigatório da Eugenia nas escolas”. Por fim, destacava que com o artigo 138 da Constituição “também o ensino da Eugenia entra a fazer parte do programa educativo nacional” (KEHL, 1937, p. 14)<sup>204</sup>.

Ou seja, ao aproximar o Brasil de países vistos como “os povos mais adiantados do planeta”<sup>205</sup>, Kehl ressaltava que as medidas eugênicas já concretizadas em nosso país, colocam-no em patamar de igualdade em relação aos países modernos. A educação eugênica era apresentada como parâmetro para aferir o progresso do país. Em seguida, chamava a atenção para a necessidade do conhecimento das ideias eugênicas por parte de todos, inclusive dos educadores das escolas superiores. Em suas palavras:

Os **educadores**, sejam das escolas superiores, secundarias, normais e primarias, os médicos, advogados, engenheiros, farmacêuticos, dentistas e sobretudo os **legisladores** devem, pois, capacitar-se das bases e das verdadeiras finalidades da Eugenia. (KEHL, 1937, p. 14 – grifo do autor).

Ao grifar “educadores” e “legisladores”, demarcava a importância desses para – uma vez conhecedores da eugenia – formar indivíduos com “consciência eugênica”. Os “legisladores” teriam o papel de garantir a transmissão do conhecimento sobre eugenia nos estabelecimentos escolares a partir de leis com tal objetivo. Nas escolas, os “educadores” deveriam cumprir o papel de formar indivíduos conscientes do valor da eugenia. E como garantir essa formação? Segundo Renato F. Kehl, um passo importante nesse sentido consistiria no aprendizado de uma área do conhecimento que – diferentemente de outras – contribuía com a família, com a raça e com o Estado; qual seria: “as teorias da hereditariedade e da seleção e a sua aplicação pratica: – a Eugenia ou a Higiene da Raça” (KEHL, 1937, p. 37). Para atingir tal escopo, assinalava as ações necessárias:

A introdução dum ensino de biologia geral e de eugenia nos liceus, ginasios, colegios e escolas; a criação de cadeiras para esta ciencia nas universidades; a anexação destas teorias aos ensinamentos que fazem o objeto de todos os

<sup>203</sup> E aqui a referência ao nazismo é patente.

<sup>204</sup> Como vimos, a Constituição de 1934, no artigo 138, discorria sobre “estimular a educação eugênica”.

<sup>205</sup> KEHL (1937, p. 70).

exames (compreendendo-se o exame de direito e de economia política) constitui a reivindicação mais premente da Eugenia. (KEHL, 1937, p. 37).

Como expresso acima, na década de 1930, Renato F. Kehl postulava ser fundamental que o governo legislasse sobre o ensino de biologia geral e de eugenia em todos os níveis educacionais. No tocante ao ensino superior, especialmente na universidade, ressaltava a necessidade da criação de cadeiras para “essa ciência”, e ainda que essas “teorias” compusessem o conteúdo de “todos os exames”, e destacava o de “direito e de economia política” como campos de destaque na condução da sociedade.

Em seção específica sobre a educação eugênica, essa ideia é reforçada. Afirma que nos “países de vanguarda” a escola estava contribuindo para a formação do ideal eugênico. Com tal afirmação, criticava a forma com que a educação brasileira era conduzida, sem atentar para os preceitos eugênicos em todos os níveis de ensino. Em suas palavras: “A educação, como atualmente é feita, torna-se incompleta, porque não se preocupa com o *sentido melhorista* de orientar os indivíduos para a regeneração racial” (KEHL, 1937, p. 83 – grifo do autor).

Prossegue asseverando que universidades na Alemanha e nos Estados Unidos já tinham cadeiras, cursos e laboratórios de eugenia. Ao trazer essa informação, é possível inferir que Kehl procurava fazer com que seus leitores se indagassem sobre a necessidade de implantar tal modelo também no Brasil. Convém ressaltar que nesse momento, no Brasil, já se delineava certo modelo de universidade que tinha na USP um exemplo mais bem definido. É possível entendermos as proposições de Kehl como uma crítica (e sugestão) ao modelo brasileiro.

Convicto dessas ideias, Renato F. Kehl procura concretizá-las. Assim, de maneira recorrente, envia cartas para pessoas e estabelecimentos ligados a instituições educacionais. As cartas funcionavam como uma porta de entrada para a discussão da eugenia nessas instituições. As missivas são acompanhadas da oferta de livros de sua autoria. Possivelmente teria sido essa uma forma de garantir que os preceitos eugênicos fossem conhecidos e, quiçá, implantados na educação nacional.

Tal estratégia pode ser percebida em carta datada de 17 de setembro de 1937, assinada por Gustavo Ambrust, então Presidente da Cruzada Nacional de Educação<sup>206</sup>. Na

---

<sup>206</sup> Nas décadas de 1920 e 1930 a educação recebe grande atenção por parte dos intelectuais e dos governos. Entendia-se que o alto grau de analfabetismo era a causa preponderante das mazelas sociais. A educação foi interpretada, por grande parte da intelectualidade, como meio de intervenção e mudança social. Em 15 de Agosto de 1932, o decreto n. 21.731 torna a Cruzada Nacional de Educação de utilidade pública. A Cruzada tinha por objetivo: “Extinguir o analfabetismo e, conseqüentemente, elevar o nível cultural das massas, dignificá-las pela

missiva este agradece a Kehl “pela gentileza da oferta dos livros de sua autoria ‘Cartilha de Higiene’ e ‘Educação Moral’ com delicada dedicatória”. A seguir apresento seu julgamento sobre os livros ofertados:

Apreciei-os de tal forma que só me cumpre dizer-lhe: “Lamento a Cruzada Nacional de Educação não ter fundos para adquirir milhares de exemplares e espalhar-os gratuitamente por todo o nosso Brasil”.

Essas suas duas obras vêm preencher um grande vacuo em materia de educação physica e da educação moral em nosso paiz. Ellas são tão preciosas e de tal monta educacional que todos os governos deviam adquirir grande quantidade de exemplares e fornecel-los ás escolas publicas.

Infelizmente a situação financeira da Cruzada não permite que se adquira as suas obras. O meu illustre collega bem sabe como é miseravel a situação dos nossos patricios nos sertões; é para lá que temos enviado dezenas de milhares de cartilhas, cadernos, lapis e taboadas, alem de grande quantidade de medicamentos contra o impaludismo e verminose<sup>207</sup>.

A epístola aponta para estratégias utilizadas por Renato F. Kehl para se promover no campo intelectual e político nacional. Ela também permite vislumbrar os caminhos que esse eugenista traçava para promover os preceitos eugênicos no campo da educação. Permite-nos perceber, ainda, como Kehl procedia para expandir a rede de adeptos das ideias eugênicas. É possível também aferir que Kehl buscasse colocar novos livros de sua autoria em circulação no cenário educacional nacional (como já havia acontecido com o livro *Fada Hygia*, em 1923).

Essa ideia está exposta no parágrafo que – não por acaso – foi sublinhado pelo receptor. O grifo nos conduz a inferir que a observação de Gustavo Ambrust coincidia com a intenção de Renato F. Kehl, o que sugere que a intenção de Kehl – ainda que não expressa – ficava subentendida em suas cartas e era compreendida por seus interlocutores. Gustavo Ambrust parece entender a mensagem, assim como outros intelectuais que receberam cartas de Renato F. Kehl. Estes, ao responderem a Kehl deixam entrever o desejo de propagandear as ideias eugênicas no campo da educação pública, em larga escala.

A despeito de não ter conseguido a resposta que possivelmente esperava, ao enviar carta e livros para o representante de uma entidade que tinha por missão “extinguir o

---

educação e pela consciência de sua individualidade, para que cresça a força do Brasil, a força espiritual do Brasil, baluarte de sua grandeza” (BICA e CORSETTI, 2011, p. 179-180).

<sup>207</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. No original o grifo encontra-se em cor vermelha.

analfabetismo”, Kehl não deixou de investir nessa estratégia. Sua insistência nem sempre era frustrada; ao contrário, às vezes lograva êxito, como se observa em carta enviada pelo Secretário do Interior do Estado de Pernambuco (s/d) na qual se lê:

Ilmoº patricio e amº dr. Renato Kehl.

Acusando o recebimento dos oitenta exemplares de sua conferencia realizada na Escola Normal de Pernambuco, vindos por intermedio da Casa Bayer quero agradecer-lhe cordialmente tão valiosa dadiva.

Fiz distribuir varios exemplares desse seu trabalho entre os membros do magisterio local e espero que os sabios conceitos neles contidos exercerão salutar influencia na mentalidade de nosso professorado.<sup>208</sup>

Pelo que se depreende do conteúdo acima, Kehl, ao focar na educação, alcançou não só as crianças, mas também os jovens e professores. Suas ideias estavam sendo disseminadas para o “professorado” que, por sua vez, retransmitiria aos estudantes e seus familiares.

No que concerne ao alcance dos jovens, destacamos carta de Heitor de Faria, Diretor Geral do Expediente do Ministério da Educação e Saúde Pública, datada de 13 de setembro de 1937, na qual se lê o seguinte:

Meu caro Renato Kehl

Seu livro - "EDUCAÇÃO MORAL"- vale bem o nome do autor. Reflete as virtudes deste, constituindo o melhor exemplo que se pode apontar á juventude.

Li-o cuidadosamente, meditando a cada passo. Não encontrei senões. Isso me fez suspeitar de mim proprio. Sei quão exaltada é a minha admiração pelo autor. Deixei-o, então, ao facil alcance dos filhos e lhes não disse palavras a respeito, mantendo-me em observação. O primeiro que o leu solicitou a atenção dos outros. Todos se empenharam interessadamente na leitura: tres rapazes e uma menina. Ao meu julgamento, porém, isso não bastou ainda. Esperei, sempre atento. Pude, afinal, verificar o que considero importante no caso: - a eficaz influencia do livro no espirito dos leitores. Entusiasmei-me. Confirmara-se o que eu supusera de inicio. Estou satisfeitissimo. Você prestou mais um assinalado serviço á mocidade!

“EDUCAÇÃO MORAL” passará á posteridade como "Cuore" de Amicis<sup>209</sup>: - instruindo e formando bons caracteres.

---

<sup>208</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

Aceite, meu caro Renato, os meus fervorosos cumprimentos e os sinceros agradecimentos que, como bom patriota, lhe envia o seu amigo certo.<sup>210</sup>

Outro exemplo que confirma como a estratégia traçada por Kehl aferiu êxito, ao fazer com que o tema da eugenia fosse discutido nas escolas nacionais, vem da carta de Abar Renault, então Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, datada de 25 de maio de 1939 cujo texto transcrevemos a seguir:

Acusando o recebimento de "Pais, Médico e Mestres" e de "Meu Guia", agradeço-vos cordialmente a gentileza de oferta e manifesto, com prazer, minha admiração por essas duas obras de vossa autoria, às quais auguro a repercussão que merecem em nossos meios educacionais.<sup>211</sup>

Há nessas cartas nítida aprovação e intenção, por parte dos representantes do Ministério da Educação e Saúde, de que as obras de Renato F. Kehl tivesse grande alcance nos “meios educacionais”. Fato que aponta para o conhecimento e aceitação – por parte dos representantes de órgãos educacionais – dos preceitos eugênicos.

Determinado a empreender seu projeto eugênico e influenciar com medidas eugênicas a condução do país, como se percebe, Renato F. Kehl centrou esforços na concretização do ensino de eugenia a fim de promover a “consciência eugênica” a partir dos centros educacionais. Seu interesse pelo ensino superior torna-se manifesto, mais uma vez, em carta datada de 27 de Julho de 1938, escrita por ele e destinada ao Departamento de Cooperação Internacional da União Panamericana.

Exmo. Snr.  
Diretor do Departamento de Cooperação Internacional da UNIÃO  
PANAMERICANA  
Washington

<sup>209</sup> Refere-se ao livro “Cuore” (Coração), escrito pelo italiano Admondo de Amicis (1846-1908) em 1886. Segundo Bastos, M. (2004, s/d), o livro foi escrito para crianças e jovens e apresenta a intenção de ensinar as virtudes cívicas como o amor à pátria, o respeito pela autoridade e para os pais, o espírito de sacrifício, heroísmo, a caridade, a piedade, obediência e resistência a desgraças. No Brasil foi editado pela Livraria e Editores Francisco Alves sob o título: “Coração. Diário de um menino” no ano de 1891. Essa mesma editora o reedita até o ano de 1968, quando registra a 53ª edição. No Brasil do contexto da Primeira República, em que era imperativo manter o controle das relações e das estruturas sociais, como pressuposto para regenerar o país o livro foi tomado como “notável livro de educação moral e cívica - obra-prima dos livros de leitura”. Seu sucesso foi imediato, sendo recomendado para leitura nas escolas.

<sup>210</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>211</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

America do Norte.

Atenciosas saudações,

Na qualidade de médico e de publicista, venho solicitar de V.S. a gentileza de mandar incluir o meu nome na lista dos que recebem, periodicamente, as publicações desse Departamento.

Tenho especial interesse pelo fasciculo nº 1 em que o Dr. Dooth escreveu importante trabalho sobre “A fundação da Universidade no Mundo Moderno”.

Estou pronto a retribuir estes favores com a remessa de alguns trabalhos de minha autoria, pelos quais V.S. verificará a minha atuação publicitaria no meu País.<sup>212</sup>

Por meio dessa carta também podemos conhecer mais uma estratégia do eugenista para expandir sua rede de relações e de divulgação dos preceitos eugênicos. Trata-se, dessa vez, da permuta de trabalhos sobre eugenia. Na epístola, Kehl manifesta desejo em conhecer uma publicação que tinha por assunto “A fundação da Universidade no Mundo Moderno”. Vê-se um interesse em conhecer a história da instituição universidade. Talvez o interesse tenha se dado com o propósito de se aprofundar e conhecer outros modelos de universidades. Isso poderia ser-lhe útil para pensar novas propostas para a educação superior nacional, tendo por foco a implementação da eugenia nesses espaços. Conjecturas à parte, o fato é que a carta demonstra um forte interesse em conhecer mais sobre o ensino superior, particularmente sobre universidade.

Cinco meses depois, em 16 de dezembro de 1938, Renato F. Kehl concede entrevista intitulada “Brasil de amanhã” ao periódico do Rio de Janeiro “A noite”. O mote da entrevista era a “possibilidade de organizar um Departamento da Criança, coordenador de todas as atividades nesse setor, ligado aos serviços de puericultura em todo o país”. Renato F. Kehl, apresentado pelo jornal como “Dr. Renato Kehl, conhecido medico e eugenista brasileiro, que de longa data vem se dedicando, também, a questões de educação, tendo publicado sobre o assunto uma série de livros de larga divulgação no país”, é chamado a dar sua opinião sobre o tema. Na entrevista, o eugenista discute o assunto a partir do ponto em que é especialista. A educação é interpretada pela lente da “educação eugênica” e da “educação moral”.

---

<sup>212</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.



Dos problemas de educação, [a] só dois poderia referir-me com alguma experiência: da educação eugênica e da educação moral. Em livros, folhetos e conferências tenho expandido, longamente, o meu ponto de vista a tal respeito. Ainda há pouco tempo, em conferência realizada em Recife, a convite da Escola Normal, dessa capital, referi-me á importância da interferência do médico nos problemas de educação, em vista dos novos ensinamentos da biotipologia. Disse, então, que cada criança a educar equivale a um problema psicológico a resolver. Com isto aprendi também evidenciar que, para a educação de um povo, é imprescindível a formação de mestres, de profissionais á altura da nobre e difícil missão que eles têm em vista.

Sou de opinião que o professorado existente no país é deficiente em numero e de certo modo, não corresponde á moderna concepção pedagógica<sup>213</sup>.

Dessa forma, afirmava que um dos grandes problemas da educação à época era a formação de professores. Essa deveria ser distinta da tradicionalmente empregada. Em suas palavras:

Precisamos de professores competentes, não para alfabetizar, tão somente, mas para abrir a consciência dos jovens para as realidades da vida prática, e isto a começar nas escolas primárias, nas de artes, nas secundárias e superiores. Sou, nem poderia deixar de ser, francamente partidário da alfabetização em grosso do povo brasileiro. Isto, porém, não basta. Apenas saber ler e escrever, não dá personalidade. Para alcançá-la é necessário ter “consciência” do papel que representa na sociedade, dos deveres de cidadão, ter uma profissão definida, apresentar justa e equilibrada ambição para ser “gente” no meio das gentes. Não basta, pois, alfabetizar.<sup>214</sup>

Por trás de um discurso comum na época, Renato F. Kehl buscava justificar a presença da eugenia como orientadora da educação. Deixava claro que já não bastava só alfabetizar – e assim debatia com os educadores e intelectuais de seu tempo – era preciso que a escola fosse o local para formar “personalidades” e “consciências”. Os “jovens” são retratados como aqueles que devem “ter consciência do papel que representa na sociedade”, isto é, a consciência eugênica, como defendia Kehl na década de 1930.

Para tanto, deveriam ser ensinados desde cedo – sobretudo na escola – a contraírem matrimônio apenas com raças e classes sociais semelhantes. Deveriam também contribuir para a formação de uma elite nacional eugênica. Nesse sentido, precisariam casar

<sup>213</sup> Jornal avulso constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>214</sup> Jornal avulso constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

com maior brevidade para gerar muitos filhos, invertendo a equação até então vista na qual os indivíduos de boa qualidade eugênica geravam poucos filhos enquanto os degenerados geravam muitos filhos o que, a seu ver, comprometia a regeneração nacional.

A crítica que desferia à escola estendia-se aos professores:

Na escola, pois, deve-se adquirir uma “personalidade”, tornar-se alguma coisa definida na classe a que se pertence. Infelizmente, o mal está na raiz. No professorado, como disse existem ainda pessoas sem vocação sem o fogo sagrado para exercer o nobre mister educativo e isto também, nas escolas secundárias e superiores. Nestas últimas, então, a situação é calamitosa, como deixou evidente o Dr. Silva Melo no seu livro: “Problemas do Ensino Médico e da Educação”.

Existem professores que não dão senão duas aulas por ano, a inaugural e a final; as restantes ficam entregues a jovens assistentes, ainda não formados, sem conhecimento nem experiência.

Com tal exemplo, que se poderá esperar da mocidade que sai das escolas superiores para exercer profissões de alta responsabilidade, como é, por exemplo, a médica?

Eis, pois, que a formação de mestres é urgente, a bem das gerações futuras<sup>215</sup>.

A crítica lançada aos professores do ensino superior, possivelmente, tinha a função de fazer com que os leitores se indagassem sobre a qualidade (e a modernidade) do ensino que era ofertado nas instituições nacionais, bem como o impacto dessa formação no futuro do país. Como se nota, a crítica pública à universidade brasileira dava-se em consonância com a afirmação de que muitas universidades da Europa e Estados Unidos há tempos já haviam percebido que a eugenia era um conhecimento que deveria ser reconhecido como ciência.

Afora as cartas apresentadas, outras tantas foram enviadas a Renato F. Kehl por personalidades de destaque, como por exemplo, Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Gilberto Freyre<sup>216</sup>, Gustavo Lessa<sup>217</sup>; Candido Fontoura<sup>218</sup>, Monteiro Lobato<sup>219</sup> entre outros. A escrita

<sup>215</sup> Jornal avulso constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>216</sup> Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), mais conhecido por Gilberto Freyre, escritor e ensaísta da sociedade brasileira a qual analisou pelo ponto de vista da sociologia e da antropologia. Foi autor de livros que contribuem para interpretar a sociedade brasileira, a exemplo de "Casa Grande & Senzala", "Sobrados e Mucambos" e "O Luso e o Trópico". De família tradicional, viveu muitas das experiências sociais contadas em seus livros. Talvez uma das principais contribuições que deixou para a compreensão da sociedade brasileira foi a imagem de harmonia racial fixada em seu livro Casa Grande & Senzala, de 1934.

da maioria dessas cartas foi motivada pelo agradecimento da remessa de livros oferecidos por Renato F. Kehl. Mas além desse motivo aparente, muitos desses missivistas expõem a admiração que nutriam por esse eugenista e, não raramente, uma relação de afeição e amizade. Qualificam-no de “benfeitor publico”, “mestre”, “D. Quixote Cientifico”. A carta a seguir, de Candido Fontoura, evidencia outro aspecto da rede de Kehl: a troca de favores pessoais.

13 de Fevereiro de 1939

Meu caro Amigo  
Dr. Renato Kehl

Recebi seu amavel cartão e não sei como agradecer a bondade com que acolheu e facilitou ao meu filho Olavo tão proveitosas visitas nos departamentos technicos de seu modelar estabelecimento.

Sinto-me feliz em ver prolongada no Amigo a minha grande amizade por seu Pae e lastimo sinceramente que elle ja não esteja presente<sup>220</sup> acompanhando a sua gloriosa missão de bandeirante da eugénia, tão necessaria á nossa terra e á nossa gente.

Seus innumerados e bellos trabalhos sempre fitando o bem geral, reflectem com toda a nitidez a sua alma generosa e bôa.

Com a expressão do meu sincero agradecimento pelo bem que proporcionou ao Olavo, abraça-o cordealmente o

Amigo e admirador  
C. Fontoura<sup>221</sup>

A carta aponta para uma das formas com que se constituíam os vínculos entre os intelectuais e a expansão da rede eugênica. A rede eugênica também funcionava na esfera das

<sup>217</sup> Gustavo Lessa (1888-1962), médico e sanitarista. Participou nas ações para promover a profilaxia rural; tendo atuado no Departamento da Criança, no Serviço de Epidemiologia, no combate à febre amarela e no aperfeiçoamento de técnicos sanitaristas. Foi membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), na qual pertenceu a diretoria em várias ocasiões.

<sup>218</sup> Cândido Fontoura Silveira (1885-1974) formou-se em 1905, pela Escola de Farmácia, em São Paulo. Em 1915, funda o Instituto Medicamento Fontoura S/A. Fundou também as Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth S/A, produzindo penicilina e inseticidas entre outros produtos. Seu nome é associado ao xarope para abrir o apetite “Biotônico Fontoura”. Produto que ficou conhecido devido à propaganda realizada por Monteiro Lobato e seu personagem Jeca Tatu.

<sup>219</sup> José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), mais conhecido por Monteiro Lobato, advogado, contista, ensaísta, tradutor, editor.

<sup>220</sup> O pai de Renato F. Kehl, o farmacêutico Joaquim Maynert Kehl, faleceu em 1931.

<sup>221</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. (Grifo nosso).

relações sociais, como visto acima. É possível que os “favores” trocados garantissem não só a ação imediata, mas um compromisso que poderia abrir portas no futuro.

Nessa carta, Renato F. Kehl é visto como aquele que desempenha uma “missão”. É, pois, um “bandeirante da eugenia”. A imagem do bandeirante é muito cara aos intelectuais paulistas da época. Como visto, esteve presente em Euclides da Cunha e, como se verá ainda nessa pesquisa, foi recorrente nos discursos de Júlio Mesquita Filho e Fernando de Azevedo. Em todos esses momentos, a imagem do bandeirante é associada ao homem desbravador, forte, descendente de europeu, aquele que abriu caminho para o futuro de São Paulo.

A correspondência que segue é também ilustrativa do modo como a ação de Renato F. Kehl em prol de eugenzar o Brasil foi percebida por parte dos intelectuais. Quem a enviou foi um dos missivistas frequentes de Kehl: Monteiro Lobato<sup>222</sup>.

New York, 9 de Out, 929

Meu caro Renato,

Recebi tua comunicação do 1º Congresso de Eugenia e li-a... Meu caro, dá-me a impressão de um D. Quixote científico, com todo o nobre entusiasmo do manchego mas sem a loucura delle, a pregar para legião de panças. O que dizes é o que ha de sensato, de sabio, de util, de interessante, mas haverá quem te ouça? Haverá quem acorde? O nosso pobre paiz dorme o sonno da lambança mais completa e sordida. Não vê nada, não quer ver nada, procura illudir-se com um milhão de mentiras e só recompensa aos que lhe mentem e lhe lisongem as fraquezas. O livro do Prado<sup>223</sup> é terrivel, é retrato fidelissimo. Prado portanto deve estar muito mal visto. Falar a verdade passou a ser crime entre nós. Voce vae-lhe nas aguas. Diz tudo o que é preciso dizer. Cuidado! Elles acabam te linchando. Nossa gente quer dopes, cocainas – illusão. Está apodrecendo e em vez de curar-se, perfuma-se. É vivendo num paiz como este que se pode alcançar em toda a sua extensão a miseria economica, physica, biologica e moral da nossa pobre terra.

Rasgue esta incontinentemente, meu caro, antes que alguém meta o nariz nella. Tudo o que te digo é estrictamente confidencial e só pode ser dicto a um espirito superior como o teu.

<sup>222</sup> Para maior aprofundamento da relação entre Renato F. Kehl e Monteiro Lobato, ver: HABIB, Paula A. B.B. **“Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou”: raça, eugenia e nação**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

<sup>223</sup> Provavelmente refere-se a Paulo da Silva Prado (1869-1943), mais conhecido por Paulo Prado. Representante de uma das mais tradicionais famílias de cafeicultores paulistas. Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1889, foi representante de São Paulo no Comitê de Valorização do Café (1913-1916). Tornou-se presidente do Conselho Nacional do Café, de 1931 a 1932. Em 1928 escreve *Retrato do Brasil: Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*. O livro apresenta uma tentativa de interpretação do caráter nacional brasileiro. Prado assinala que a origem do atraso econômico e cultural do país, bem como dos vícios do regime político, estão relacionados à sua formação étnico-cultural. Raça e história são as bases para explicação dos traços marcantes da psicologia social brasileira.

Adeus. Um abraço do desilludido

Lobato<sup>224</sup>

A despeito da desilusão de Monteiro Lobato, característica na correspondência desse autor (HABIB, 2003), o texto da carta aponta para um subtexto presente em outras cartas: o desejo de que o país se eugenizasse; porém, a percepção de que talvez ainda não estivesse suficientemente maduro para tanto. As correspondências trocadas entre Renato F. Kehl e Monteiro Lobato são um retrato nítido de uma visão compartilhada por um grupo relativamente pequeno de intelectuais da primeira metade do século XX no Brasil. Eram esses homens que apresentavam um projeto racial radical, isto é, partiam da interpretação de que o grande problema nacional era a raça e a única solução para tanto era eugenizá-la. Contudo, essa radicalização por vezes era contornada, como indica carta de Monteiro Lobato:

New York, 3, Setembro, 930

Meu caro Renato,

Recebi o teu novo passo em beneficio do nosso povo concretizado no livro Pae de família. Optimo.

Está feito com a intelligencia e criterio scientifico que distingue toda a tua obra. Apesar da pequena receptividade da nossa gente, prevejo que esse livro vae metter sciencia em muitos lares, despertando curiosidade para uma serie de medidas hygienicas e eugenicas que sem elle nunca seriam lembradas. É um processo indirecto de fazer eugenia e tenho commigo que os processos indirectos, no Brasil, “work” muito mais efficientemente que os directos.

Estou num dia de trapalhada hoje. Uma filha e uma neta – a primeira, uma americanizinha nascida seis mezes ago, parte(m) hoje para o Brasil. Como vês, estou avô. É o cumulo. E avô duma miss newyorkina...

Adeus, meu caro. Continue no teu intelligente fecundo trabalho de abrir os olhos do nosso povo. Os resultados não serão apparentes e nem immediatos – mas um dia todos te abençoarão.

Do velho camarada

Lobato.<sup>225</sup>

Para fazer com que a “sciencia” eugênica chegasse ao povo, o processo mais eficaz, segundo Lobato, era o “indirecto”. Não se tratava só de um conselho, mas de uma

<sup>224</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. (Grifo do autor).

<sup>225</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. (Grifo nosso).

estratégia seguida com êxito por Monteiro Lobato. Diferentemente de Renato F. Kehl, a obra de Lobato reflete um projeto eugênico para o país sem, contudo, ser necessariamente reconhecida por tal fito (HABIB, 2003). O romance escrito por esse autor no qual explicita sua veia racista (*O presidente negro*, de 1926) não teve boa aceitação, ao contrário do que aconteceu com seus artigos, livros de contos e livros de literatura infantil (HABIB, 2003; 2013). Não que nos demais textos não houvesse abordado o tema, mas, como afirma a Kehl, o teria feito de modo “indirecto”.

A preocupação com a educação eugênica para o povo é um tema mencionado em várias cartas. Entre as correspondências de Renato F. Kehl e intelectuais de seu tempo se pode notar que esse foi um assunto que movimentava o debate. Havia, inclusive, especial atenção ao papel da mulher<sup>226</sup> em prol da educação eugênica. Em *Perguntas a um eugenista* (1927), Renato F. Kehl assim explicava o papel da mulher:

A mulher, em face da biologia humana, representa o elemento de garantia conservadora por excellencia, enquanto o homem representa o factor activo da evolução. São forças cruzadas para o indispensavel equilibrio do todo. A mulher constitue, em outros termos, o reservatorio das energias potenciaes da especie, enquanto o homem é a energia activa, em permanente estado de impulsão. [...] a influencia feminina sobre a prole é, digamos, de 75% em relação a 25% da influencia masculina. (KEHL, 1927, p. 03).

Em seu conjunto, as correspondências aqui apresentadas confirmam o fato de muitos intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX terem debatido e, não raramente, compartilhado do projeto eugênico como projeto nacional. Pelo exposto, podemos concluir que dentro do projeto eugênico defendido pelos eugenistas nacionais, particularmente por Renato F. Kehl, encontrava-se esboçado um projeto eugênico de educação, isto é, uma concepção de educação construída sob os preceitos da eugenia. Uma visão de educação instrumentalizada para atender aos propósitos de construção de uma nação eugenizada, o que era apresentado como sinônimo para civilizada, adiantada, moderna como as europeias. Acompanhando a dinâmica do movimento eugenista, o projeto elaborado para a educação foi sendo lapidado conforme a interpretação que se tinha da eugenia.

Vimos o projeto, sobretudo, em seu momento mais radical: a década de 1930. Nesse contexto percebe-se um maior interesse pela educação superior, o que é possível

---

<sup>226</sup> Em relação ao papel da mulher na rede eugênica brasileira ver Diwan (2003).

perceber devido à recorrente campanha pela inserção da eugenia em todos os níveis de ensino. O tema da educação como parte de um projeto eugênico para o país aparece também nas correspondências entre Renato F. Kehl e intelectuais ligados à história da USP, assunto tratado a seguir.

#### **4.2 A rede eugênica brasileira e os intelectuais envolvidos na concepção da USP**

A pesquisa no arquivo documental de Renato F. Kehl foi realizada com o objetivo de verificar a extensão e a característica das relações entre este eugenista e determinados intelectuais de seu tempo. De forma mais específica buscava-se identificar entre eles nomes ligados à história da USP. Tal proposição mostrava-se viável tendo em vista a importância da participação de São Paulo (particularmente a partir das Faculdades de Direito e de Medicina) na produção de uma reflexão sobre a construção de um projeto de nação.

Como é sabido, o campo do direito e da medicina foram, tradicionalmente, espaços privilegiados para a discussão de tais teorias bem como da produção de respostas à questão nacional/racial. Não por acaso, foi em São Paulo que nasceu o movimento eugênico nacional, fato que ilustra como a intelectualidade paulista mostrava-se receptível a explicações que fossem “científicas” e que apresentassem respostas à grande e incômoda questão: a formação da nação tal qual sonhada por grande parte de nossas elites.

Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da intelectualidade paulista não só aceitava como orientava suas práticas (acadêmicas e institucionais) tendo por horizonte intelectual teorias do campo da medicina social, do sanitarismo e da eugenia.

Pensando que São Paulo, nesse momento, abrigava duas das poucas Faculdades do Brasil, Medicina e Direito (que seriam, posteriormente, integradas à Universidade de São Paulo), e que estas eram espaços onde se debatia o futuro da nação, pareceu-nos provável encontrar, nos documentos do principal eugenista nacional (Renato F. Kehl), referências às ideias e intelectuais ligados àquelas faculdades.

Analisando a frequência das correspondências que formaram o *corpus* de análise dessa pesquisa foi possível verificar que mais da metade destes documentos, compostos por

cartas, apresentava nomes de intelectuais ligados à história da Universidade de São Paulo<sup>227</sup>. Essas correspondências se distribuíam entre as primeiras cinco décadas do século XX. A interpretação do conteúdo da correspondência mostrava o acompanhamento – por parte desses intelectuais – do debate eugênico em seus diferentes momentos, isto é, desde propostas mais afinadas com o pensamento higienista e sanitarista até aquelas que defendiam uma “eugenia negativa”.

A aproximação de intelectuais pertencentes às Faculdades e Institutos de São Paulo com o movimento eugênico encabeçado por Renato F. Kehl pode ser explicada, primeiramente, pela preocupação que parte da elite intelectual paulistana do início do século XX compartilhava em relação à formação da nação brasileira enquanto uma nação moderna e civilizada (leia-se branca física e culturalmente). Além disso, tendo em vista que o grupo de intelectuais desse período era diminuto, numa cidade provinciana e relativamente pequena, não é difícil supor que estes homens mantivessem certo grau de relacionamento, se não pessoal, pelo menos em trocas intelectuais.

Ademais, como tem sido reforçado nesse texto, a intelectualidade brasileira de forma geral naquele momento formulava seus projetos para a nação tendo por base o debate com teorias raciais. Ou seja, a raça foi um tema central de preocupação e debate naquele contexto. Contudo, diversos foram os enfoques apresentados, como foram diversos as interpretações e projetos elaborados. Da medicina social, do pensamento médico-sanitarista à eugenia marcadamente racista houve diferenças acentuadas. A adesão a uma (ou mais) dessas vertentes diz muito sobre o pensamento e a ação dos intelectuais daquele contexto, bem como sobre a própria dinâmica do movimento eugênico nacional. Nesse sentido, destacamos as palavras de Souza, V. (2006):

O contato e a rede institucional formada por Renato Kehl junto com cientistas ligados às diferentes áreas intelectuais, como o pensamento social, sanitarista, psiquiátrico e da medicina legal brasileira, além de corroborarem para confirmar o estabelecimento do movimento eugênico no Brasil, demonstram também a maneira pela qual essas idéias estavam se conformando com os pressupostos relacionados ao campo médico e social como um todo. Assim, associando-se aos diversos saberes que formavam o campo científico nacional, a eugenia confundia-se, sobretudo durante os anos 1920, não apenas com a higiene e o saneamento, mas também com o próprio pensamento social, moral e político brasileiro. (SOUZA, V., 2006, p. 82 – grifo nosso).

<sup>227</sup> Das 133 correspondências listadas, 67 (aproximadamente 50,37%) foram trocadas entre Renato F. Kehl e intelectuais ligados a história da USP. Sendo que 14 foram correspondências ativas e 53 passivas. Destacamos que o reconhecimento desses intelectuais deu-se tanto pelo conhecimento da pesquisadora sobre a história dessa instituição, quanto pelo fato de algumas cartas apresentarem a insígnia da Universidade de São Paulo.



Sendo assim, entendemos que o perfil dos participantes do movimento eugênico brasileiro é um dado importante para entender o alcance e a formação da mentalidade das elites daquele momento. Mas não só a mentalidade, como também a ação prática desses intelectuais que, não raramente, ocuparam cargos em importantes instituições.

Os correspondentes de Renato F. Kehl analisados nesse momento fazem parte de um perfil comum aos intelectuais “polivalentes” (CORRÊA, 2001) de finais do século XIX e início do seguinte, qual seja, homens de formação ou na área da medicina, ou no direito e/ou na educação, que discutiam projetos para o Brasil a partir dos pressupostos científicos que estivessem em conformidade com suas visões sobre o futuro da nação (ALONSO, 2002).

As primeiras décadas da República também foram marcadas pela consolidação de alguns campos científicos (REIS, 1994; CORRÊA, 2001; STEPAN, 2005; SOUZA, V. 2006) como, por exemplo, o da saúde, da educação e da medicina legal, campos estes que foram fortalecidos na relação estabelecida com o pensamento higiênico e eugênico que então se afirmava como símbolos de ciência e de modernidade.

Além desse fato, pairava sobre grande parte das elites um desejo de “regenerar” o país; isso significava, especialmente, modelar seu povo e cultura, além das instituições políticas e sociais. Esse era o objetivo final das ações desenvolvidas pelas associações que surgem nesse momento (REIS, 1994; CORRÊA, 2001).

Nessa conjuntura, para que um projeto fosse legitimado e, conseqüentemente, também um campo de conhecimento, era estratégico estabelecer redes de contato e, mais que isso, conseguir adesão de figuras de destaque em postos importantes da sociedade. É nesse quadro que podemos entender as investidas de Renato F. Kehl documentadas por suas correspondências.

O fato de mais da metade das correspondências analisadas representarem a ligação entre Renato F. Kehl e importantes figuras do cenário médico, político e do ensino superior paulista, aponta para os instrumentos e meios utilizados pelo movimento eugênico nacional para chegar a influenciar esferas fundamentais de nossa sociedade. O que, por um lado, salienta a perspicácia de Kehl, bem como sua determinação de pôr em debate suas ideias e projetos para o Brasil; por outro, reafirma o envolvimento de importantes figuras nacionais com o debate racial inscrito no debate eugênico do período. Chamamos a atenção, ainda, para o investimento de Renato F. Kehl numa instância de poder em que era *outsider*, a academia.

No conjunto de cartas trocadas com figuras ligadas à história da USP, verificou-se um perfil dos documentos semelhante ao analisado anteriormente, ou seja, novamente a

predominância de correspondências passivas em face de ativas<sup>228</sup>. Tais cartas também revelaram a reincidência de temas como: agradecimento pelo envio de livros (de autoria de Kehl), manifestação de admiração por Kehl e por sua obra; relações de amizade; troca de favores pessoais e declaração de apoio à divulgação das ideias de Kehl por meio de comentários sobre sua obra em periódicos e revistas. Todavia, nesse tocante, novo tema foi verificado: a troca de informações sobre eugenia (eventos, livros e endereços de pessoas ligadas ao tema), o que demonstra mais uma função da rede em prol da divulgação do tema.

As cinquenta e três correspondências recebidas por Renato F. Kehl foram enviadas por dezesseis importantes figuras da intelectualidade paulista nas primeiras cinco décadas do século XX: Fernando de Azevedo (1894-1974)<sup>229</sup>, Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971)<sup>230</sup>, Raul Carlos Briquet (1887-1953)<sup>231</sup>, Antonio Calvo<sup>232</sup>, André Dreyfus (1897-1952)<sup>233</sup>, Salvador de Toledo Piza Jr. (1898-1988)<sup>234</sup>, Octávio Domingues (1897-1972)<sup>235</sup>, Waldemar Martins Ferreira (1885-1964)<sup>236</sup>, Flaminio Fávero (1895-1982)<sup>237</sup>, Francisco Borges Vieira (1893-1950)<sup>238</sup>, Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898- 1988)<sup>239</sup>,

<sup>228</sup> O que indica que Renato F. Kehl guardou em seu arquivo maior volume de cartas recebidas que enviadas. No conjunto ora analisado das 67 (100%) correspondências, 53 (79,10%) eram passivas, enquanto 14 (20,89%) eram ativas.

<sup>229</sup> Professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo. Um dos principais mentores do *Projeto USP*, do qual foi redator.

<sup>230</sup> Educador e professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo nas décadas de 1920 a 1962. Foi também graduado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1921, quando defendeu a tese: *O Saneamento pela Educação*, na qual defende a educação higiênica (MARQUES, 1992).

<sup>231</sup> Médico, filósofo, ensaísta, músico, poeta, dedicou-se também ao estudo da psicologia educacional.

<sup>232</sup> Aluno representante do Centro Acadêmico XI de Agosto – Faculdade de Direito/USP. Colou grau em 16/01/1940.

<sup>233</sup> Médico e biólogo, considerado um dos principais fundadores da genética no Brasil.

<sup>234</sup> Engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em 1921. No ano de 1931, torna-se professor catedrático da 9ª cadeira (Zoologia Geral e Especial, Anatomia e Fisiologia Comparada dos Animais Domésticos).

<sup>235</sup> Formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” em 1917. De 1924 a 1935 lecionou nessa instituição. Sobre a carreira desse professor na Esalq nos elucida Habib: “em 1924, foi ajudante de Gabinete da 5ª cadeira (Zootecnia Geral, Zootecnia Especial, Exterior e Raças, Bromatologia Animal, Laticínios, Noções de Higiene e Veterinária), sob o comando de Nicolau Athanassof. No ano seguinte, substituiu Odilon Ribeiro Nogueira como professor auxiliar da disciplina. Não foi possível determinar as datas, mas Octavio Domingues lecionou também na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba” (HABIB, 2010, p. 121).

<sup>236</sup> No ano de 1908, é graduado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade do Largo de São Francisco. Em 1920, torna-se professor substituto de direito comercial nessa faculdade para cinco anos depois, por meio de concurso, graduar-se livre-docente e, em 1927, professor catedrático.

<sup>237</sup> Foi discípulo do professor Oscar Freire de Carvalho, catedrático de medicina legal. Formado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1913-1919). Em 1923 assume, por concurso, a cátedra de Medicina Legal. Foi diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

<sup>238</sup> Doutourou-se em Saúde Pública em 1920, pela Universidade John Hopkins. Em São Paulo, na década de 1920, foi preparador da cadeira de higiene no Instituto de Higiene. Lecionou sobre higiene na Faculdade de Medicina, no Instituto de Higiene, na Escola de Enfermagem e na Escola de Serviço Social. Foi o 1º. vice-diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo (LACAZ e MAZZIERI, 1995).

<sup>239</sup> Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1920. No ano de 1923 torna-se diretor do Hospital do Juqueri, por indicação de Franco da Rocha. Em 1930 criou a Assistência Geral dos Psicopatas do Estado de São Paulo. Inaugurou e dirigiu o manicômio judiciário de 1933 a 1938. Em 1936 torna-

Affonso D'Escragnolle Taunay (1876-1958)<sup>240</sup>, Samuel Barnsley Pessôa (1898-1976)<sup>241</sup>, Cantídio de Moura Campos (1889-1972)<sup>242</sup>, Fidelino de Figueiredo (1889-1967)<sup>243</sup> e João Cruz Costa (1904-1978)<sup>244</sup>. Personalidades de destacada imagem pública nas áreas do Direito, da Medicina e da Educação paulista. Eram figuras que desempenhavam não apenas a profissão para a qual foram formados, mas percebiam-se imbuídos da missão de construir um novo país. Por esse motivo encontramos muitos desses nomes não só envolvidos em articulações políticas, mas também assumindo postos na administração pública, bem como se agregando a instituições de classe fundadas sob o argumento de discutir os problemas nacionais a partir de determinado ponto de vista científico – mas que não deixavam de visar à institucionalização de seus campos de conhecimento<sup>245</sup> (REIS, 1994; SOUZA, V. 2006).

---

se professor catedrático de clínica psiquiátrica da USP, posição que ocupou até 1967. Conforme (LACAZ e MAZZIERI, 1995, p. 81) foi fundador do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

<sup>240</sup> Professor, historiador, tradutor, lexicógrafo, biógrafo, ensaísta e romancista. Filho de Alfredo D' Escragnolle Taunay, visconde de Taunay. No ano de 1900 forma-se engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi professor substituto da Escola Politécnica de São Paulo (1904), tornando-se professor catedrático em 1910. Foi também diretor do Museu Paulista por 28 anos, desde 1917. Em 1924, publicou o 1º. dos 11 volumes do livro “História das Bandeiras”. Entre 1934 a 1937, foi professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi membro do Conselho Universitário da USP em 1934, como um dos representantes do Museu do Estado. Segundo Lacaz e Mazzieri: “Quando criada a Universidade de São Paulo, previa-se, para o currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma cadeira de história da civilização brasileira, lugar reservado a Taunay, que pela distribuição das matérias começou a lecionar no 3º. Ano, em 1936, no curso de geografia e história” (LACAZ e MAZZIERI, 1995, p. 49).

<sup>241</sup> No ano de 1922 é graduado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Em 1931, tornou-se Professor de Parasitologia Médica na Faculdade Medicina de São Paulo. Entre 1939 e 1942 chefiou uma Comissão de Estudos e Profilaxia da Leishmaniose Tegumentar, organizando postos de saúde e tratando doentes no interior de São Paulo (HOCHMAN, 2015).

<sup>242</sup> Formou-se em 1912 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em São Paulo, passou a exercer funções docentes na Faculdade de Medicina na qual foi preparador, professor substituto e catedrático de Fisiologia até 1929, quando passou para a Cátedra de Terapêutica Clínica. Foi ainda diretor da Faculdade de Medicina da USP (1932-1935), secretário da educação de São Paulo (1935-1937), reeleito chefe do corpo clínico do Hospital de Clínicas da FMUSP (1946-1959), vice-reitor e reitor em exercício da USP, membro da Academia de Medicina de São Paulo e da Academia Nacional de Medicina.

<sup>243</sup> Professor que veio na “missão estrangeira” contratado de Portugal, em 1938, para ministrar curso de literatura luso-brasileira, na Universidade de São Paulo. Professor, historiador e crítico literário. Nas palavras de Antônio S. Amora: “Fidelino de Figueiredo ainda participou do programa de difusão cultural para que também estava voltada a Universidade de São Paulo e, neste sentido, deu regular colaboração à imprensa. Em 1939, para atender ao interesse de grande audiência de profissionais do ensino, da crítica e da biblioteconomia, deu, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, quatro conferências sobre as últimas tendências da bibliografia, da historiografia e da crítica literárias, logo editadas num volume, Aristarchos, de sabida influência na crítica brasileira e portuguesa, bem como no ensino da literatura, que então começava a expandir-se no Brasil, no curso superior, ou de Letras” (AMORA, 1994, p. 424).

<sup>244</sup> Ensaísta, crítico, sociólogo, biógrafo, além de filósofo. Em 1934, João Cruz Costa matriculou-se no curso de Filosofia, da USP, licenciando-se em 1937. Foi professor contratado para a cadeira de Filosofia nessa instituição. Tornou-se professor do Instituto de Educação e, mais tarde, assistente de Jean Maugüé, na Cadeira de Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Escreveu em importantes periódicos tais como *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Jornal de São Paulo*, *Minerva*, de Buenos Aires e *Jornadas*, do México.

<sup>245</sup> Para dar exemplos dessas associações, citamos a “Liga Brasileira de Higiene Mental” (1923); a “Sociedade Eugênica de São Paulo” (1918) e a “Comissão Central Brasileira de Eugenia” (1931).

A troca de correspondência entre Kehl e figuras ligadas às principais instituições de ensino superior paulista, segundo arquivo desse eugenista, foi iniciada no final da década de 1910 e, pelo que se verificou, estendeu-se até a década de 1950. O quadro a seguir sistematiza essas correspondências.

Remetente	1910-1919	1920-1929	1930-1939	1940-1949	1950-1954	Total
<b>Fernando de Azevedo</b>	31/07/1919 20/10/1919	07/09/1920 15/09/1922 22/07/1923				05
<b>Antônio Ferreira de Almeida Júnior</b>			23/05/1939	20/12/1941 06/12/1941		03
<b>Raul Carlos Briquet</b>			22/10/1931		05/03/1951	02
Antonio Calvo (Centro Acad. XI de Agosto – Fac. Direito/USP)			20/09/1938			01
<b>André Dreyfus</b>		29/07/1929				01
Salvador de Toledo Piza Jr			16/10/1930 16/08/1930 06/03/1931 20/02/1932 06/01/1933 27/05/1933 23/08/1935 25/09/1935 19/03/1937	01/03/1942 27/03/1945	15/02/1954	12
Octávio Domingues		22/07/1929 17/11/1929	15/01/1931 01/03/1931 09/02/1932 05/03/1932 10/04/1932 19/05/1932 27/12/1932 09/05/1932 03/05/1932 30/07/1935			12
<b>Waldemar Martins Ferreira</b>			13/09/1938			01
Flamínio Fávero			06/03/1933			01
Francisco Borges Vieira		23/04/1929				01
Antonio Carlos Pacheco e Silva			09/05/1939	05/07/1940 17/09/1940	25/03/1952	04
Affonso D'Escragolle Taunay			07/06/1930 05/10/1931 10/04/1937	11/03/194?		04
Samuel Barnsley Pessôa				05/08/1941		01
Cantídio de Moura Campos				24/04/1942		01
Fidelino de Figueiredo			03/08/1938 06/05/1939	26/12/1941		03
João Cruz Costa				09/08/1946		01
<b>Total</b>	02	07	30	11	03	<b>53</b>

**Figura 1: Quadro de Correspondência entre Renato F. Kehl e intelectuais ligados a história da USP (1919-1954)**

Como indicado, para os propósitos dessa pesquisa o foco da análise recai sobre os nomes em destaque no **Quadro** (Fernando de Azevedo, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Raul Carlos Briquet, André Dreyfus e Waldemar Martins Ferreira), por serem estes signatários do *Projeto USP*<sup>246</sup>. Contudo, devido à significativa presença de alguns intelectuais constantes desse mesmo quadro, dar-se-á atenção às suas correspondências mais representativas com o objetivo de refinar a compreensão sobre a inserção da eugenia em determinadas instituições de ensino superior paulista importantes para a história da USP.

Dois critérios orientaram a formulação dos períodos de análise: de um lado, as fases do debate eugênico nacional (neolamarckista e mendeliana); de outro, a fundação da USP. Esses recortes temporais buscam auxiliar na compreensão sobre o alcance das ideias eugênicas na história da USP.

Nesse sentido, o primeiro recorte (sob o critério do debate eugênico) abrange o período de 1919 a 1928 (momento de maior aceitação da teoria de base neolamarckistas); o segundo vai de 1929 a 1954 (período de inserção e defesa da teoria de base mendeliana). Tomando por referência a fundação da USP, tem-se os intervalos de 1919 a 1933 (antes da fundação) e o de 1934 a 1954 (depois da fundação).

Dito isto, passemos a análise do **Quadro**. Numa observação geral, o primeiro dado que chama a atenção refere-se à frequência das correspondências. É possível constatar que entre as décadas de 1910 a 1940 houve maior intensidade de correspondências com pico na década de 1930. Essa é uma informação importante, pois a década de 1930, como demonstrado, foi muito significativa para o movimento eugênico sob a liderança de Renato F. Kehl.

Em 1929, após ter retornado de viagem à Europa, o eugenista escreveu um dos seus livros mais polêmicos, *Lições de Eugenia*, no qual defendia um projeto de eugenia mais radical, “eugenia negativa” (SOUZA, V., 2006). Nesse mesmo ano ocorre o “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”<sup>247</sup>, no Rio de Janeiro, evento que reuniu a elite intelectual científica com interesse nas ideias eugênicas. Ainda em 1929, Renato F. Kehl lança o *Boletim de Eugenia*, publicação que visava à vulgarização da eugenia. Em 1931, Kehl fundava a Comissão Central Brasileira de Eugenia com objetivo de influenciar na formação de políticas sociais, isto é, de institucionalizar as políticas eugênicas em nossa sociedade.

---

<sup>246</sup> Nomes apontados pela literatura sobre a história da Universidade de São Paulo. A exemplo de: Cardoso (1982) e Salone (2009).

<sup>247</sup> O Congresso aconteceu entre 01 e 07 de Julho, na cidade do Rio de Janeiro, em 1929, no edifício da Faculdade de Medicina e no Instituto dos Advogados. Foi convocado pelo Prof. Dr. Miguel Couto, que na ocasião do 99º. aniversário da Academia Nacional de Medicina conclamou aqueles interessados nos problemas nacionais a darem suas contribuições.

Esses eventos expressam uma inflexão ocorrida a partir de final da década de 1920, no movimento eugênico nacional: o deslocamento da concepção eugênica de base neolamarckista para a adoção e discussão da teoria mendeliana sobre hereditariedade, fato propagado principalmente por Renato F. Kehl. Nesse sentido, podemos entender o dado sobre maior frequência de correspondências a partir de final da década de 1920, como indicativo de uma estratégia utilizada por esse eugenista para ampliar (e/ou consolidar) sua nova posição frente à intelectualidade que ocupava cadeiras nas principais instituições de ensino superior de São Paulo.

Pensemos agora sobre as datas e o período das correspondências recebidas. Há correspondências desde final da primeira década do século XX até meados da década de 1950. Dado que indica que Renato F. Kehl encontrou alguma ressonância de suas ideias eugênicas entre figuras do destacado cenário acadêmico paulista nas diferentes fases de sua trajetória intelectual e de eugenista.

Ele encontrou simpatizantes seja na fase que defendeu uma eugenia de base neolamarckista (1917 a 1928), seja na fase de defesa da eugenia de base mendeliana (a partir de 1929). No entanto, é importante frisar que entre as 53 correspondências recebidas por ele, apenas cinco datam da primeira década do século XX até 1928, período em que Renato F. Kehl defendia um projeto de “eugenia positiva” no qual considerava que o meio social interferia na constituição hereditária do indivíduo. Momento em que também é possível perceber uma defesa, igualmente por parte deste eugenista, em relação ao projeto de branqueamento como meio de “depurar” aquilo que entendia ser “os caracteres recebidos das raças negras e selvícola” (KEHL, 1923, p. 172). Nessa ocasião, se corresponde com Fernando de Azevedo e André Dreyfus, que figurariam posteriormente como signatários do *Projeto USP* e, mais que isto, como figuras importantes na institucionalização da USP.

Do ano de 1929 a 1954, verificamos a troca de 48 correspondências. Dado significativo, porque é o período em que Kehl divulga e defende um projeto de eugenia de caráter racial mais acentuado, aos moldes daquela empregada na Europa e Estados Unidos. Nesse momento se corresponde com Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Raul Carlos Briquet e Waldemar Martins Ferreira, também signatários do *Projeto USP*.

Classificando as correspondências tendo por critério o ano de 1934 (ano de fundação da USP), constata-se que entre o período de 1919 a 1933, Renato F. Kehl se correspondeu com oito figuras de destaque no círculo científico intelectual e acadêmico paulista. Foram elas: Fernando de Azevedo (educador e jornalista), Raul Carlos Briquet (Faculdade de Medicina), André Dreyfus (Faculdade de Medicina), Salvador de Toledo Piza

Jr. (Esalq), Octávio Domingues (Esalq), Flaminio Fávero (Faculdade de Medicina), Francisco Borges Vieira (Instituto de Higiene) e Affonso D'Escragnolle Taunay (Museu Paulista). Intelectuais estes que, quando se correspondem com Kehl, ou já pertenciam às Faculdades e Institutos que posteriormente seriam integrados à USP (Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Esalq e Museu Paulista), ou vincular-se-iam à USP por outro via – como foi o caso de Fernando de Azevedo<sup>248</sup>.

Como salientado, a década de 1920 foi o momento em que Kehl, aproximando-se do pensamento médico-sanitarista, apregou sua posição no cenário médico-científico da época como o principal representante da eugenia no Brasil. Naquele contexto, assim como os sanitaristas, Kehl entendia que a eugenia era um importante instrumento na melhoria do homem – e, conseqüentemente, da nação. Seus discursos procuravam afirmar a eugenia como ciência capaz de contribuir juntamente com as ações sanitárias para a regeneração do país. Não obstante, em finais da década de 1920, a partir do contato com uma eugenia mais radical, de vertente alemã, norte-americana e inglesa (para a qual a eugenia estava imperiosamente ligada à raça), esse eugenista passa a defender a institucionalização de um projeto mais radical de eugenia, bem como busca alçá-la à categoria de ciência autônoma (SOUZA, V., 2006).

Como demonstrou a historiadora Nancy Stepan (2004, p. 361), a eugenia, na década de 1920, já havia conquistado muitos adeptos entre a intelectualidade nacional. O movimento eugênico mostrava-se, a partir de final de 1920, matizado. Divisões dentro dele sinalizavam para uma disputa, tanto do ponto de vista científico (oposição entre a visão neolamarckiana e a mendeliana), quanto de ordem ideológica (que dizia respeito à centralidade ou não da raça como foco de ação eugênica).

Renato F. Kehl representava uma vertente do movimento que buscava defender a necessidade de melhor especificação do que consistia a eugenia como ciência. Nesse sentido, em *Lições de Eugenia* (1929) procurou explicar o conceito de eugenia e de eugenismo. Ao eugenismo se vinculavam ações de viés higienista e sanitarista (SOUZA, V., 2006). Kehl debatia<sup>249</sup> com outra vertente dentro do movimento eugênico nacional que defendia a eugenia de base neolamarckista<sup>250</sup>. Mas, o que nos importa reter desse debate é a discussão a ele implícita: evidenciar (ou não) a raça como a grande questão nacional.

---

<sup>248</sup> Em virtude da importância desse intelectual para os propósitos dessa pesquisa, suas correspondências, bem como sua ligação com o movimento eugênico brasileiro serão analisados à parte, ainda nessa seção.

<sup>249</sup> Segundo analisa Souza, V. (2006), a postura de Kehl também indica uma estratégia desse eugenista para, ao se distinguir do movimento médico-sanitarista, afirmar a eugenia num espaço científico próprio.

<sup>250</sup> Sobre o debate travado entre essas duas vertentes, ver análise de Rosa (2005).



Ao abrir mão do foco na doença (na concepção neolamarckista), estar-se-ia abrindo mão da ideia de que era possível modificar a raça por meio da intervenção no meio social, o que colocaria em dúvida as ações até então realizadas. Em seu lugar assumir-se-ia a centralidade do Estado na promoção de políticas de controle racial, tal qual empreendidas em outros países. Ademais, pelos preceitos mendelianos (que chamavam a atenção para a impossibilidade de alteração dos caracteres hereditários de cada indivíduo via mudanças externas) era necessário defender a pureza racial, o que punha em jogo uma questão cara à intelectualidade nacional, o projeto de branqueamento pela miscigenação.

Renato F. Kehl, a partir de final da década de 1920, vai pouco a pouco se distanciando da interpretação feita pelo pensamento médico-sanitarista (para o qual a eugenia estava associada às reformas sociais e ambientais), passando a radicalizar uma eugenia de base explicitamente racial. Ou seja, na década de 1930 havia uma forte vertente dentro do pensamento eugênico nacional que – de maneira explícita – recolocava a raça como foco de preocupação nacional.

Um dos principais momentos em que esse debate é apresentado dentro do movimento eugênico nacional foi o “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”, ocorrido em 1929, no Rio de Janeiro. Sobre esse congresso, tratar-se-á mais adiante, porém é importante destacar – nesse momento – que o evento serviu de vitrine para que Kehl apresentasse sua nova interpretação sobre a eugenia. No discurso proferido por ele neste evento, chamava a atenção para os novos estudos sobre hereditariedade que colocavam em xeque as ações dos sanitaristas até então desencadeadas com o objetivo de regenerar o indivíduo e a nação; destacava Kehl que estas ações não promoviam a “regeneração biológica” do indivíduo, atuando apenas no plano superficial (ROSA, 2005).

Foi em finais da década de 1920, assinala Stepan (2004), que intelectuais voltados ao estudo da Biologia (e especialmente da Genética) adentram ao movimento eugênico brasileiro, fato que contribuiu para fomentar o debate sobre hereditariedade de um ponto de vista mais especializado. Nesse contexto, a interpretação mendeliana passa a fazer frente à concepção até então mais aceita entre os eugenistas nacionais, qual seja, de base neolamarckiana.

Na década de 1930, um dos poucos espaços científicos no qual havia intelectuais voltados ao conhecimento da genética mendeliana era a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (FORMIGA, 2007; HABIB, 2010). Nessa instituição, dois professores se

destacavam nesse tocante: Octávio Domingues<sup>251</sup> e Salvador de Toledo Piza Jr.. O que nos ajuda a entender um dos dados apresentados no **Quadro**: a maioria das correspondências é trocada entre Renato F. Kehl e os professores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), Salvador de Toledo Piza Jr. e Octávio Domingues<sup>252</sup>.

Como esclarece Habib (2010), as cartas trocadas entre Kehl e os professores da Esalq indicam a aproximação entre a produção acadêmica realizada na tradicional Escola de Agricultura e o movimento eugênico encabeçado por um dos principais – senão o principal – eugenista brasileiro. Essa pesquisadora destaca que Renato F. Kehl figurou como aquele que facilitou a aproximação desses professores ao movimento eugênico brasileiro e acentua que a relação entre Kehl e esses intelectuais eugenistas fundou-se num interesse mútuo. Segundo Habib:

[...] para Renato Kehl, a relação com Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. era interessante para o movimento eugênico brasileiro. Poder contar com colaboradores que eram pesquisadores e professores de uma das principais instituições de ensino superior no Brasil no período ofereceu o respaldo científico e institucional para a argumentação em prol da implementação da eugenia no Brasil. [...] Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. ofereceriam a ciência mais avançada, a genética, para os argumentos eugênicos mais radicais de Renato Kehl. (HABIB, 2010, p. 268).

Por outro lado, para os professores da Esalq:

A eugenia pode ser interpretada como mais uma possibilidade vislumbrada por eles de transformar a ciência pura produzida nos laboratórios da Escola, seus experimentos com plantas e animais e a genética ensinada nas salas de aula em uma ciência aplicada, nesse caso, ao melhoramento da sociedade. Melhoramento esse que refletiria em “homens mais saudáveis” para a agricultura brasileira. Além disso, podemos entender também que, crer e divulgar a genética mendeliana no Brasil era uma forma de colocar e equiparar a ciência nacional às mais avançadas pesquisas científicas. Isso significa dizer que Domingues e Piza, para além de questões políticas internas, estiveram preocupados com o desenvolvimento da ciência nacional perante o resto do mundo e, com a “correta” utilização das teorias biológicas em voga, como fica claro no artigo de Piza Jr. sobre o livro *Lições de Eugenia*. (HABIB, 2010, p. 266-267).

<sup>251</sup> Segundo Stepan (2004, p. 363), Octávio Domingues foi uma figura importante dentro do movimento eugênico nacional. Seus livros: *A hereditariedade em face da educação* (1929), *Hereditariedade e eugenia* (1936) e *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (1942) contribuíram para propagar as ideias da eugenia de base mendeliana.

<sup>252</sup> Essas correspondências já foram foco de análise anterior (HABIB, 2010), mas dada a significativa frequência com que aparece no conjunto de documentos ora analisado, pensamos ser importante pontuar algumas de suas características, além de apontar para o papel que desempenharam no movimento eugênico brasileiro.

Assim, afirma Habib (2010) que o interesse dos professores da Esalq pelo movimento eugênico nacional deu-se, primeiramente, pela proximidade com o estudo da genética a partir da “crença de que a genética mendeliana poderia aperfeiçoar o homem nacional, sendo utilizada pela eugenia, e colocar o Brasil no rol das nações desenvolvidas” (HABIB, 2010, p. 267). Sem perder de vista essa preocupação, é perceptível, seja na correspondência trocada por esses eugenistas, seja em seus artigos no *Boletim de Eugenia*<sup>253</sup>, o interesse que Domingues e Piza Jr. mostravam pelo debate de temas caros à intelectualidade nacional como, por exemplo, o papel da educação e o da miscigenação. Temas esses debatidos no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (DIWAN, 2003; STEPAN, 2004; SOUZA, V., 2006)<sup>254</sup>.

Assim, como outros eugenistas, Octávio Domingues também apostava na educação como instrumento para a divulgação dos preceitos eugênicos e a escola seria importante espaço para tanto:

Segundo o mendelista, a genética era mais conhecida nos meios relacionados com a melhoria de plantas e gados, mas era preciso ampliar os conhecimentos básicos dos indivíduos para a melhor compreensão da eugenia e seus propósitos. O mecanismo de hereditariedade era visto com muitos preconceitos oriundos do pouco conhecimento da teoria genética dificultando muito o seu entendimento. (ROSA, 2005, p. 108).

Entendia que por meio da educação se transmitiriam conhecimentos da Biologia, “alicerce e razão da eugenia”, assegurando assim que os conhecimentos oriundos da Genética fossem compreendidos, o que facilitaria a ação dos eugenistas. Nas palavras de Habib, a “genética, nesse momento, entrou como coadjuvante da eugenia”; isto é, “como ponto de apoio essencial para a compreensão da importância da eugenia” (HABIB, 2010, p. 287).

Nesse tocante, merece que se ressalte o modo com que a educação foi pensada pelo movimento eugenista brasileiro; isto é, como instrumento para divulgação dos preceitos eugênicos, tanto por aqueles que defendiam uma “eugenia preventiva”, quanto pelos que

---

<sup>253</sup> Segundo Habib (2010), o *Boletim de Eugenia* circulou entre janeiro de 1929 a abril-junho de 1933, somando o total de 42 números. Foi uma publicação que tinha por objetivo divulgar as ideias eugênicas. A partir do n. 37 a revista é assumida pelos professores eugenistas Salvador de Toledo Piza Jr. e Octávio Domingues, momento em que a publicação ganha ares de revista acadêmica. Sobre o perfil do *Boletim de Eugenia*, ver estudo de Alessandra Rosa (2005).

<sup>254</sup> Segundo Stepan (2004), a preocupação com a miscigenação renasce num contexto de queda da imigração europeia para o Brasil. Novamente vem à tona a preocupação com o futuro da nação, tendo em vista que parte de nossa elite apostava no branqueamento via miscigenação com europeus como medida para alcançar o povo desejado.

preconizavam a “eugenia negativa”. Novamente temos exemplos de que a educação, especialmente a pública, foi tomada pelos eugenistas nacionais, como campo de atuação da eugenia<sup>255</sup>.

Os documentos apresentados nessa pesquisa comprovam esse interesse e apontam para o empenho em atingir o ensino superior, direcionamento explicitado, sobretudo, a partir de final da década de 1920. Uma possível explicação para essa incursão estaria, tanto na percepção de que o aprendizado de Biologia e mais especialmente das leis de hereditariedade, facilitaria a aceitação dos ideais e práticas eugênicas (ROSA, 2005; HABIB, 2010), como no investimento na formação de professores para ensinar os preceitos eugênicos.

Como demonstrou Habib (2010), parte dos cientistas envolvidos no estudo da genética no Brasil, nas primeiras décadas do século passado, se interessava em transpor os conhecimentos de genética produzidos nos laboratórios das instituições de ensino para a sociedade. Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. são exemplos desse interesse. Nas palavras dessa pesquisadora:

[...] Octavio Domingues afirmou em 1931 que o melhoramento genético realizado em plantas e animais poderia e deveria ser aplicado ao homem, Salvador de Toledo Piza Jr. também naturalizou tal relação, oferecendo à eugenia, um movimento social e político, as bases científicas da genética mendeliana e apontando a ciência como definidora de uma questão social mais complexa. (HABIB, 210, p. 307).

Nesse sentido, em artigo no *Boletim de Eugenia* de 1930, Octávio Domingues defendia que o ensino de genética deveria ser ministrado nas escolas secundárias, normais e superiores. Em sua visão, o ensino de genética nas escolas ainda traria o benefício de “elevar o nível cultural da elite brasileira” e prepará-la para aceitar as ideias eugênicas (HABIB, 2010, p. 288). Dizia ele:

Mas, por exemplo, para que um farmacêutico saber as Leis de Mendel? Se com elas o seu xarope não sairá mais perfeito? Não se trata disso. Trata-se de elevar primeiramente o nível intelectual das nossas classes cultas, em geral, e depois, de tornar essas mesmas classes mais porosas às idéias que suspeitamos serem boas para o nosso melhoramento eugênico. (DOMINGUES, 1930, p. 02-03).

---

<sup>255</sup> A esse respeito ver estudos de Dávila (2006); Marques (1992); Carvalho M.M.C (1987 e 1998) e Müller (2008).

Como vimos assinalando, o conhecimento das leis de hereditariedade e da genética e, conseqüentemente, da eugenia, foram vistos não só por Octávio Domingues, mas também por outros eugenistas<sup>256</sup> como um conhecimento que deveria ser integrado à cultura dos brasileiros.

Nas palavras de Renato F. Kehl, tal conhecimento favoreceria a efetivação de uma “consciência eugênica” nas elites – algo que era visto como fundamental ao sucesso da eugenia segundo seus defensores, tendo em vista que uma elite com consciência eugênica conduziria a significativas mudanças na sociedade, em prol da institucionalização de um projeto eugênico (nesse momento) marcadamente racializado.

As ideias de Octávio Domingues e Renato F. Kehl aproximavam-se em vários pontos, inclusive na visão da educação como elemento fundamental para derrubar a “ignorância dos propósitos eugênicos [que] afetava, inclusive, aqueles que deveriam conduzir as práticas de melhoria da população brasileira” (ROSA, 2005, p. 113).

Tal qual Octávio Domingues, Salvador de Toledo Piza Jr. também apresentava consonância com o pensamento eugênico defendido por Renato F. Kehl a partir de 1929. Como destaca Habib (2010), a maior preocupação de Piza Jr. ligava-se à discussão genética e sua relação com a eugenia. Embora aparentemente circunscritos à esfera teórica, seus trabalhos permitem perceber sua preocupação com temas que estavam na ordem do dia, como a miscigenação. Nesse tocante, é ilustrativa sua reflexão nas páginas do *Boletim de Eugenia* de 1933, sobre as implicações hereditárias envolvidas no casamento entre indivíduos brancos e negros.

O branco e o preto são tão diferentes sob tão variados aspectos, que bem poderiam ser considerados como pertencentes a espécies distintas. Em verdade, para um grande número de animais, temos sido bem menos rigorosos incluindo em espécies diferentes seres muito mais afins. Assim sendo, o casamento do branco com o preto e dos mulatos entre si, é como um cruzamento inter-específico, ou seja, um verdadeiro polihibridismo complicado por um elevado grau de heterozigose de um grande número de fatores de cada uma das fontes iniciais. De fato, tanto o branco como o preto vem, há milênios, reproduzindo-se numa verdadeira promiscuidade de raças, tribos, famílias ou clãs, de modo que na prole dos mestiços pode verificar-se o encontro fortuito de genes recessivos, determinando o reaparecimento brusco de traços característicos dos mais antigos povos de permeio a caracteres atuais. Resultados os mais imprevistos e inexplicáveis podem aparecer em conseqüência disso. (PIZA JR., 1933, p. 06).

---

<sup>256</sup> Cabe lembrar que no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), evento que reuniu médicos, sociólogos e educadores, ao final se apresentavam recomendações e entre elas a “necessidade da divulgação e do ensino especializado de Eugenia” (KEHL, 1933, s/p).

Para o eugenista Salvador de Toledo Piza Jr., professor catedrático da cadeira de zoologia da tradicional e reconhecida Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – que integrará a USP, no ano seguinte a essa reflexão –, havia uma significativa diferença entre brancos e negros a ponto de sugerir que essas raças deveriam ser consideradas como “espécies distintas”. Em sua visão, a miscigenação guardava em si surpresas que poderiam não ser das mais positivas, pois poderia trazer à tona características indesejadas de povos primitivos, por esse motivo ela deveria ser evitada.

Afirmações como as apontadas aqui, ditas por professores de reconhecida instituição de ensino e pesquisa – como era o caso da Esalq –, certamente contribuíram para afirmar, do ponto de vista científico, uma suposta desigualdade entre as raças que povoaram o país. Dito de outra forma, a mensagem subscrita que vinha carimbada com o selo da ciência era a de que havia diferenças fundamentais entre brancos e negros e, por isso, dever-se-ia evitar a miscigenação.

Essa postura estava em conformidade com a visão racializada da eugenia de herança europeia e estadunidense, divulgada por Renato F. Kehl a partir de final de 1929, que propagava a necessidade de se evitar a miscigenação, ao mesmo tempo em que buscava afirmar a ideia de que era possível interferir no melhoramento hereditário a partir da intervenção eugênica de maneira sistemática, isto é, assegurando a reprodução “controlada”, a esterilização, o controle de imigrantes, entre outras medidas. Esse controle deveria ser realizado, sobretudo, pelo Estado. Como declarava Kehl em *Lições de Eugenia* (1929): “Chegará um dia em que o Estado assumirá o ‘controle’ do ‘crescei e multiplicai-vos’; começando por organizar a genealogia de toda gente” (KEHL, [1929] 1935, p.32).

Como é perceptível, Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., professores da Esalq na década das correspondências listadas, não só adentraram ao movimento eugênico encabeçado por Renato F. Kehl como também participaram ativamente de sua divulgação na fase de defesa da eugenia mais radical, que justificava a intervenção do Estado nos corpos e mentes dos indivíduos vistos como racialmente indesejáveis – leia-se negros. Dessa forma, é possível afirmar que os professores da Esalq encontraram na eugenia não só uma forma de debaterem e ventilarem suas pesquisas, como também de divulgarem sua forma de pensar problemas centrais para a formação do país. Pelas suas posições percebe-se que compartilhavam da visão segundo a qual a população negra era vista como espécie humana primitiva e degenerada que deveria, por isso, ser suprimida para que fosse possível construir um povo (e nação) forte biológica e culturalmente.

Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., além de assumirem o *Boletim de Eugenia* também fizeram parte, na mesma década de 1930, da “Comissão Central Brasileira de Eugenia”<sup>257</sup>, organização que tinha por pressuposto pensar o problema da raça e orientar a constituição de políticas públicas focadas nos preceitos eugênicos. Dentre as correspondências trocadas entre os esalquianos e Renato F. Kehl destacam-se as cartas a seguir como ilustrativas do entusiasmo com que os esalquianos aceitam o convite para participar dessa comissão.

Piracicaba, 1 de março de 1931.

Imo. Snr.  
Dr. Renato Kehl  
Rio

Prezado colega,

Respondo sua prestimosa carta de 27 de fevereiro, na qual me convida para fazer parte, como membro efectivo, da C. C. Brasileira de Eugenia, recentemente fundada nessa cidade. Seria não ser sincero si recusasse o meu concurso humilde a tão elevado empreendimento. É que, completamente convicto dos bens que a Eugenia oferece à Humanidade, só poderei é receber com alegria a um chamamento desta ordem. E também me sinto com isso muito honrado, seja pelo apreço e consideração que me merece o signatário do convite, seja pelos irmãos de ideal que vão constituir esse núcleo de disseminação eugenica desinteressada, em nosso caro Brasil.

Aqui tem o meu sincero e caloroso consentimento dado com muito orgulho e com muita fé.

Atenciosamente, sou de  
V. S.  
col. amº e admor.  
Octavio Domingues<sup>258</sup>

Poucos dias depois, em 06 de março de 1931, Salvador de Toledo Piza Jr. responde a Kehl também agradecendo o convite que lhe fora feito.

<sup>257</sup> Segundo destaca Souza, V. (2006, p. 174): “Com a criação desta associação, Kehl objetivava reunir tanto os interesses dos segmentos mais radicais do movimento eugenista, quanto à atenção dos intelectuais e das autoridades públicas ligadas ao movimento sanitaria. Entre os membros da Comissão apareciam os nomes de Ernani Lopes e Porto Carrero, respectivamente presidente e vice-presidente da LBHM; o psiquiatra e eugenista Cunha Lopes, da Assistência a Psicopatas do Rio de Janeiro; os eugenistas Toledo de Piza Junior e Octávio Domingues, ambos professores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz; e o higienista Achilles Lisbôa. A comissão era formada também por intelectuais e autoridades diretamente ligados ao DNSP, como Gustavo Lessa, Caetano Coutinho e o próprio Belisário Penna, nomeado semanas antes pelo Presidente Getúlio Vargas para dirigir o referido Departamento.”

<sup>258</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’  
Piracicaba - Est. de São Paulo

Piracicaba, 6 de março de 1931.

Illmo. Snr. Dr. Renato Kehl  
Rio de Janeiro

Em resposta a sua prezada carta de 27 de Fevereiro p. p. declaro-lhe aceitar, muito bem honrado, o convite que me dirigiu para colaborar com o Sr. e com outros intellectuaes illustres na intensificação da propaganda da Eugenia no Brasil. Ponho, pois, ao seu inteiro dispor, o meu modesto auxílio.

[...]

Sem mais, com os meus agradecimentos, subscrevo-me

De V. S.  
Amº. Agrº.  
S. de Toledo Piza Junior.<sup>259</sup>

Essas cartas corroboram o compromisso desses intelectuais com as ideias eugênicas divulgadas por Renato F. Kehl a partir de final da segunda década do século XX. Como assinalou Habib (2010), os eugenistas da Esalq, na década de 1930, contribuíram significativamente para legitimar as intervenções mais radicais da eugenia nacional, seja legitimando cientificamente as ideias de Renato F. Kehl, seja assumindo o *Boletim de Eugenia*, ou ainda participando da Comissão Central Brasileira de Eugenia.

Não se pode deixar de notar que as ideias defendidas por Kehl, Domingues e Piza Jr., dada sua visão em relação à possibilidade de degeneração da raça nacional, se aproximavam de um discurso longamente debatido pela intelectualidade brasileira na década de 1930. Trata-se do debate sobre a legitimidade da “eugenia preventiva”, inspirada na versão radicalizada da eugenia com forte viés racista, que encontrou sustentação dentro da Esalq a partir das figuras de Domingues e Piza Jr..

No ano de 1933, isto é, antes da fundação da USP, destaca-se também a correspondência entre Flamínio Fávero e Renato F. Kehl, significativa para demonstrar a investida desse eugenista para arregimentar prosélitos ocupantes de cargos em instituições de destaque em São Paulo, como a Faculdade de Medicina de São Paulo. Também significativa por marcar a relação entre a Medicina Legal paulista e as ideias eugênicas. A carta, datada de março de 1933, parece ser uma resposta à intenção de Kehl de organizar, nessa cidade, um núcleo de eugenia como ramificação da CCBE, tendo Flamínio Fávero como presidente.

<sup>259</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.



FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO PAULO  
 Caixa Postal 2921  
 SÃO PAULO - BRASIL

Em 6 de março de 1933.

Meu caro e velho amigo.  
 Atenciosas saudações

Recebi sua amavel carta. Muito obrigado.  
 Você sempre em plena e fecunda actividade. Bravos pelo seu entusiasmo e pela brilhante operosidade em prol da Eugenia.

Bôa a sua idea de criar em São Paulo uma Commissão de Eugenia. E grande a sua gentileza para commigo.

Para a importante missão eu lembraria, entretanto, o Dr. Geraldo de Paula Souza, professor de Hygiene. Que acha? É sympathico à Eugenia. Seria um optimo presidente.

Naturalmente não me recusaria a trabalhar, desde que eu pudesse fazer alguma cousa, e ficasse sob as ordens do meu bom amigo Kehl, o grande pioneiro brasileiro.

Aguardo sua resolução para saber o que devo fazer.  
 Receba o abraço cordial do

seu coll. amº. admº. obrº.  
 Dr. Flaminio Favero<sup>260</sup>

A “resolução” veio dias depois em carta de Kehl:

Rio de Janeiro, 14 de Março de 1933.

Ilmo. Snr. Prof. Flaminio Favero.  
 Atenciosas saudações

Tenho a honra de comunicar ao distinto amigo e colega que os membros da Comissão Central Brasileira de Eugenia, tendo em conta o seu acendrado proselitismo pelos ideais galtonianos, resolveu, em bôa hora, nomea-lo presidente da “Comissão Paulista de Eugenia” da referida Comissão Central conferindo-lhe poderes para escolher os membros para a sua completa instalação nessa Capital.

Fazendo votos pela feliz instalação da “Comissão Paulista de Eugenia” e pela perfeita comunhão de idéas e de propositos entre os seus membros, subscrevo-me seu amigo, colega e admirador.

---

<sup>260</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

A troca de correspondência entre Fávero e Kehl nos apresenta alguns pontos que merecem destaque: o envolvimento do médico e professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo (e discípulo de Oscar Freire que, por sua vez, foi discípulo de Raimundo Nina Rodrigues) com as ideias propagadas por Kehl em sua fase de eugenia radicalizada; a informação trazida por Fávero sobre o interesse eugênico de Geraldo de Paula Souza<sup>262</sup>; e a proposta de organização de uma “Comissão Paulista de Eugenia”, que seria um ramo da CCBE em São Paulo, sob direção do professor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Como fica patente na carta de Flamínio Fávero, Kehl era um “caro e velho amigo”, ou seja, tratava-se de uma relação constituída anteriormente e que gozava de certo grau de intimidade, pois Fávero o chama de “amigo”. Essa relação possivelmente tenha se constituído pelo interesse comum entre medicina legal e eugenia. Segundo Corrêa (1998), a medicina legal no Brasil, ao aproximar os conhecimentos da medicina e do campo jurídico, figurou como importante campo disciplinador da sociedade, particularmente nas primeiras décadas da República.

Como visto em capítulo anterior, uma das principais figuras da medicina legal brasileira foi Raimundo Nina Rodrigues, defensor das ideias preconizadas pelo darwinismo social. Acreditando na existência de uma hierarquia entre as raças (na qual os negros figuraram num patamar inferior em relação aos brancos), Nina Rodrigues foi um grande defensor da necessidade de intervenção do Estado na formulação de políticas adequadas às condições raciais do país. Tanto Nina Rodrigues quanto seus seguidores procuraram responder à questão sobre a definição de povo e de nação brasileira. Essa questão orientou desde a “criação de critérios de acesso aos direitos da cidadania” até a “construção de imagens ideais do país” (CORRÊA, 1998, p. 15).

---

<sup>261</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>262</sup> Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951), médico higienista fundador do Instituto de Higiene e da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, ambos os núcleos que deram origem à atual Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. No ano de 1914, iniciou a carreira de docente na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, inicialmente como assistente de química médica e, posteriormente (1922), assume o cargo de professor catedrático (Begliomini, s/d). Segundo Marques (1992, p. 103) Geraldo H. de Paula Souza foi responsável pela Reforma do Código Sanitário do Estado de São Paulo, ocorrida em 1925, que instituiu a Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde.

A tradição do pensamento de Raimundo Nina Rodrigues ressoou em São Paulo<sup>263</sup> com a vinda de seu discípulo Oscar Freire para organizar – a convite de Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo – o departamento de Medicina Legal da recém-criada Faculdade.<sup>264</sup> Com a morte de Oscar Freire, sua cadeira de Medicina Legal foi assumida por seu discípulo, Flamínio Fávero (CORRÊA, 1998).

Fávero foi bastante atuante no cenário paulista. Professor e diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, figurou entre os nomes dos fundadores da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, na qual tornou-se presidente. Foi ainda membro do Conselho Penitenciário do Estado, fundador e primeiro presidente do Sindicato dos médicos paulistas e secretário geral dessa organização desde 1923. Além disso, foi redator da revista *Archivos da Sociedade de Medicina e Criminologia de São Paulo* (CORRÊA, 1998).

Transitando entre o Direito e a Medicina, Flamínio Fávero, assim como muitos dos intelectuais de seu tempo, entendia ser papel da elite pensar e propor soluções para os problemas da nação. Compreendia, dentro da tradição da escola de Nina Rodrigues, que a Medicina e o Direito deveriam orientar o Estado num projeto que objetivasse a ordem social, pois, segundo entendia, a “humanidade precisa de paz, a fim de que a ordem social permaneça”. Segundo ele, com esse objetivo a medicina legal deveria agir “de preferência na elaboração e na execução de certas leis que demandem conhecimentos de ordem biológica”<sup>265</sup>.

Assim, é a partir de sua formação e visão sobre a constituição da nação brasileira que podemos entender a importância da participação de Flamínio Fávero no movimento eugênico nacional. Participação destacada por Renato F. Kehl – no livro *Lições de Eugenia* (1929) – quando o menciona entre aqueles que haviam contribuído para o movimento com publicações sobre eugenia e/ou questões dessa mesma natureza<sup>266</sup>.

Essas cartas contribuem para a compreensão da maneira com que os eugenistas se articulavam em favor da implantação de seus projetos particulares e do projeto de nação. É perceptível não só a aceitação das ideias eugênicas radicais, por parte de Fávero, como

<sup>263</sup> Embora Corrêa assinale certa distância no que concerne à forma e aos métodos com que o mestre e seus discípulos responderam a essa questão. Diferenças que tinham relação com os interesses pessoais e com as condições apresentadas pela época.

<sup>264</sup> Criada em 1912 e implantada a partir de 1913.

<sup>265</sup> Discurso proferido por F. Fávero ao inaugurar a Primeira Semana Paulista de Medicina Legal, em 1937, quando era diretor da Faculdade de Medicina, que nesse momento já estava incorporada à USP citado por CORRÊA, 1998, p. 224.

<sup>266</sup> A publicação mencionada no livro é uma entrevista sobre o tema “Exame pré-nupcial”, concedida ao jornal “O globo” em 30 de março de 1926. Cf. Kehl (1935, p. 61).

também a identificação de quadros aderentes ao pensamento eugênico que, segundo entendia, poderia fomentar novos braços da eugenia em São Paulo, como é o caso do higienista Geraldo Horácio de Paula Souza, importante figura daquele momento com forte atuação, tanto na academia, quanto na sociedade.

Em relação à referida “Comissão Paulista de Eugenia”, ainda que tenhamos buscado nas fontes mais informações sobre ela, não identificamos mais nenhuma referência a seu respeito. É provável que essa organização não tenha se concretizado, tendo em vista que não consta no memorial das ações do movimento eugênico escrito por Renato F. Kehl.<sup>267</sup>

Voltando a análise do **Quadro**, pensando agora no recorte posterior a 1934, isto é, depois da fundação da Universidade de São Paulo, deparamo-nos com cartas enviadas por: Antônio Ferreira de Almeida Jr (Faculdade de Direito-USP), Raul Carlos Briquet (Faculdade de Medicina da USP), Antonio Calvo (Centro Acadêmico XI de Agosto – Faculdade de Direito-USP), Salvador de Toledo Piza Jr. (Esalq-USP), Octávio Domingues (Esalq-USP), Waldemar Martins Ferreira (Faculdade de Direito da USP), Antonio Carlos Pacheco e Silva (Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da USP), Affonso D’Escragnolle Taunay (Museu Paulista - USP<sup>268</sup>), Samuel Barnsley Pessôa (Faculdade de Medicina da USP), Cantídio de Moura Campos (Faculdade de Medicina- USP), Fidelino de Figueiredo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP) e João Cruz Costa (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP). A seguir são apresentadas algumas considerações acerca das correspondências desse grupo.

Não foi observada nenhuma correspondência datada de 1934, ano de fundação da USP. Ainda que sua fundação tenha sido motivo de ampla divulgação pelos principais jornais do país, o tema não foi tratado por Kehl em correspondências<sup>269</sup>. É fato merecedor de destaque a continuidade de correspondências com alguns intelectuais, iniciadas antes da fundação da USP, como é o caso dos professores da Esalq, de Raul Carlos Briquet e de Affonso D’Escragnolle Taunay. Destaca-se ainda a participação de Antonio Carlos Pacheco e Silva, figura proeminente na defesa de ideias eugênicas, tendo participado de importantes ações nesse sentido – por exemplo, esteve entre os participantes do Primeiro Congresso

<sup>267</sup> Se essa comissão tivesse sido levada adiante certamente estaria elencada entre as ações em prol da eugenia mencionadas por Renato F. Kehl em: “*Por que sou Eugenista: 20 anos de Campanha Eugênica (1917-1937)*”, particularmente na seção “Sumula da campanha eugenica realizada de 1917 a 1937 – 20 anos”. Livro de 1937, no qual o eugenista apresenta um balanço das ações eugênicas desenvolvidas sob sua direção.

<sup>268</sup> No decreto de fundação da USP (N. 6.283, de 25 de janeiro de 1934), o Museu Paulista figura como instituição complementar da universidade.

<sup>269</sup> Pelo menos nas que tivemos acesso.

Brasileiro de Eugenia, em 1929<sup>270</sup>. Pacheco e Silva também foi representante da bancada paulista no debate sobre a Constituinte, em 1933, tendo desempenhado papel fundamental na aprovação do artigo 138b, que versava sobre o estímulo à educação eugênica<sup>271</sup> e colaborou com a Liga Brasileiro de Higiene Mental – da qual Kehl também participou – na qual defendeu ideias como “rígido controle imigratório, obrigatoriedade do exame pré-nupcial e até a esterilização” (REIS, 1994, p. 340).

Nas cartas enviadas a Renato F. Kehl, Pacheco e Silva agradecia pelo envio de livros bem como assinalava grande admiração que nutria em relação ao eugenista e à sua obra de “melhoramento eugênico e cultural do nosso povo”<sup>272</sup>. Destacava, ainda, que: “muito embora não tenha a satisfação de vê-lo com frequência, acompanhamento sempre com grande interesse as suas atividades que são até certo ponto paralelas às que venho exercendo no propósito de difundir a Higiene Mental”<sup>273</sup> – importante marcar que, nesse momento, Pacheco e Silva já era professor da Faculdade de Medicina da USP.

Numa análise ampla, as correspondências desse grupo têm como temas recorrentes o recebimento de livros de Kehl; a troca de materiais sobre eugenia, elogios à obra de Kehl vista como “tão patriótica quanto humanitária”<sup>274</sup>, além de assinalar publicidade para as ideias eugênicas presentes em seus livros, como é o caso de João Cruz Costa, que em carta ao eugenista, agradece a remessa de livros declarando: “Hei de lê-los com o devido cuidado e, em se me apresentando oportunidade, de escrever alguma coisa sobre os mesmos.”<sup>275</sup>

Feito esse panorama geral das correspondências listadas no **Quadro**, dedicamos, doravante, atenção às correspondências trocadas entre os signatários do *Projeto USP* e Renato F. Kehl.

Como destacado, durante o período de 1910 até 1928, Kehl se corresponde com Fernando de Azevedo e André Dreyfus. Cabe destacar o conteúdo da carta de Dreyfus, de julho de 1929.

<sup>270</sup> Apresentando o trabalho: “Quadros demonstrativos das molestias mentaes observadas no Hospital de Juquery, de 1925 a 1928”.

<sup>271</sup> Voltaremos a esse tema quando discutirmos a relação entre o jornal OESP e a eugenia.

<sup>272</sup> Carta de Pacheco e Silva para Renato F. Kehl datada de 05 de julho de 1940. Arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>273</sup> Carta escrita em papel timbrado, onde se lê: “A. C. Pacheco e Silva Professor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo”. Carta datada de 25 de março de 1952. Arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>274</sup> Carta de Taunay para Renato F. Kehl datada de 10 de abril de 1937. Arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>275</sup> Carta de João Cruz Costa para Renato F. Kehl datada de 10 de abril de 1937. Arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

LABORATÓRIO DE HISTOLOGIA DA FACULDADE DE  
MEDICINA E CIRURGIA DE SÃO PAULO

São Paulo, 29 de julho de 1929

Sr. Dr. Renato Kehl

Doença em pessoa da minha família e depois em mim mesmo impediu-me de procurá-lo, como era intenção minha, ao voltar da Bahia.

Tendo sabido que o meu amigo Prof. Mello Leitão fôra encarregado de desenvolver no Congresso de Eugenia o assunto que me cabia tratar, fiquei na dúvida sobre a oportunidade da publicação nos Anais do Congresso, da Conferência que não fiz. Eis porque venho perguntar-lhe sobre se devo ou não enviar para ali a Conferência em questão, pois não desejo criar dificuldades para o Sr., talvez oriundas da existência de duas conferências sobre o mesmo assumpto.

Dado que provavelmente as memórias do Congresso hão de levar um certo tempo para serem impressas e admitida a hypothese de ter meu trabalho nellas publicado, queira informar-me também sobre se me seria permitido dar a conferência para ser publicada em jornal medico que m'a [?] pediu. Como verifiquei que numerosas theses do Congresso têm sido publicadas mesmo em jornais leigos, creio que não haverá inconveniente neste pedido. Esperando sua resposta subscrevo-me

amg. adm. aldo.  
[assinatura manuscrita do autor]<sup>276</sup>  
Rua Ipiranga, 13 – São Paulo<sup>277</sup>

A carta escrita em tom formal buscava resposta para uma questão de cunho intelectual e acadêmico: a possibilidade de publicação nos anais do referido congresso. No entanto, quando observada de maneira mais pormenorizada, essa carta diz mais do que o explicitado.

Em primeiro lugar destacamos que o mencionado congresso é o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, evento de significativa importância para o movimento eugênico nacional e para o alcance da eugenia em nossa sociedade, como assinalado ao longo dessa seção. Tal congresso, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1929, foi um evento que reuniu a fina flor da intelectualidade, tanto do Rio, quanto de São Paulo<sup>278</sup>. Entre seus participantes havia médicos, educadores, antropólogos, sociólogos, advogados, enfim, a elite intelectual

<sup>276</sup> Há uma anotação em vermelho, logo abaixo da assinatura onde se lê: “Dreyfues”.

<sup>277</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>278</sup> É vasta a literatura que analisa esse congresso. São referências: Stepan (2005); Souza, V. (2006) e Rosa (2005).

voltada à discussão sobre os “males nacionais” e os caminhos para a regeneração do país. Nas palavras de Vanderlei Sebastião de Souza (2006), o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia:

[...] contribuiu tanto para reafirmar o interesse e a consolidação da eugenia como uma das principais discussões intelectuais do campo médico brasileiro, quanto para definir os novos rumos que o movimento eugênico seguiria durante a década de 1930. (SOUZA, V., 2006, p. 120).

Isso porque o congresso debateu – sob diferentes perspectivas – temas vistos como essenciais ao projeto de regeneração do país, temas esses organizados em três seções: Antropologia, Genética, Educação e Legislação. O debate sobre os rumos do movimento polarizou-se de um lado pela defesa da orientação neolamarckista e de outro pela defesa da orientação mendeliana (STEPAN, 2004). Debate que suscitava outro, agora de cunho ideológico: as orientações em relação às políticas públicas explicitariam (ou não) a raça como foco de ação – em outras palavras, chegar-se-ia à raça desejada apostando em ações de longo prazo ou em ações com resultados mais imediatos?

Os intelectuais ligados ao campo da saúde mental e da medicina defendiam a orientação neolamarckista; já os intelectuais voltados ao estudo da biologia e, mais especificamente da hereditariedade, procuravam demonstrar que as medidas de viés social não surtiam efeito tendo em vista os males da transmissão hereditária. Portanto, sua eficácia era restrita. Segundo eles, era superficial, ligava-se à mudança de hábitos e não a uma real mudança de natureza biológica, que agiria na hereditariedade, crítica que colocava em xeque não só as ações, como também as instituições até então cultivadas pelos sanitaristas e eugenistas de orientação neolamarckiana.

É nesse contexto que a carta de Dreyfus deve ser interpretada. Como explicitado na carta que enviou posteriormente a Kehl, Dreyfus não compareceu ao congresso; contudo, nas “Actas e Trabalhos” do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido por Roquette-Pinto e secretariado por Renato F. Kehl, na seção de “Conferencias”, consta o texto “O estado actual do problema de hereditariedade”<sup>279</sup>, assinado pelo “Dr. André Dreyfus,

---

<sup>279</sup> Em nota no final da primeira página do texto há a seguinte informação: “*Não tendo podido comparecer ao Congresso de Eugenia o Prof. A. Dreyfus, para ler este trabalho, escripto a convite da Presidencia, encarregou-se de fazer uma palestra sobre o assumpto o Prof. C. de Mello-Leitão*”.

assistente de Histologia e Embryologia da Faculdade de Medicina de S. Paulo” (KEHL, 1929a, p.87)<sup>280</sup>.

Interessante observar que mesmo não comparecendo ao congresso, André Dreyfus teve seu texto publicado nos anais desse evento na seção de conferências. Ou seja, suas ideias foram divulgadas, ainda que posteriormente, já que pelo indicado na carta outra pessoa o teria substituído, gerando assim a “existencia de duas conferencias sobre o mesmo assumpto”. Tendo em vista que outra pessoa tinha desenvolvido o tema, e que já existia outro texto, podemos nos indagar qual teria sido o critério para que fosse o texto de Dreyfus o escolhido para constar nos anais do congresso? Uma possível resposta para essa indagação pode ser encontrada quando tomamos conhecimento do conteúdo da palestra de Dreyfus.

Em seu texto, André Dreyfus afirmava que “As descobertas de Mendel permittiram estabelecer uma theoria biologica conduzindo a previsões que a observação e a experiência confirmaram”; ou seja, fazia a defesa do mendelismo como base científica, passível de comprovação, da hereditariedade. De maneira didática, explicava a validade das leis de Mendel e sua aplicabilidade e eficiência. Procurava demonstrar que as leis do geneticista eram válidas, tanto para o controle da hereditariedade dos animais e vegetais, quanto para a dos homens. Nesse sentido, declarava: “O estudo de hereditariedade, cuja base é o Mendelismo, constitue um dos mais solidos e grandiosos capitulos da biologia actual” (DREYFUS, 1929, p. 88).

Ao final de seu texto Dreyfus ainda declarava:

Outra crença de varios eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a de que um meio favoravel, boa alimentação, instrucção desenvolvida, poderão influir sobre o patrimonio hereditario. Este é um dos aspectos do grande problema da transmissão dos caracteres adquiridos, hypothese de trabalho já apresentada por Lamark. [...] Um meio favoravel, no sentido mais lato, compreendendo prophylaxia de toda a sorte de doenças contagiosas, boa alimentação, instrucção desenvolvida, é utilissimo para o *individuo*, e taes praticas só podem merecer nossa inteira approvação, mas não seria justo que com isto se pretendesse modificar a *especie*, pois si um meio favoravel permite a exteriorisação de caracteres que sem elle permaneceriam latentes, este meio favoravel *não cria nem destróe* factores hereditarios. (DREYFUS, 1929, p. 96 – grifo do autor).

---

<sup>280</sup> Em 1927, Dreyfus foi contratado, por Pedro Dias da Silva, então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, para assistente da cadeira de histologia e embriologia (LACAZ, 1995).



Ou seja, o texto de André Dreyfus ia ao encontro do que Renato F. Kehl defendera em sua conferência no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Dreyfus demonstrava, com riqueza de detalhes, o que Kehl havia explanado em sua conferência e que, diga-se de passagem, foi questionado por parte dos participantes (SOUZA, V., 2006). A mensagem passada por Kehl e Dreyfus era a de que a eugenia científica era aquela que tinha efeitos sob a hereditariedade. Todas as ações que não pudessem comprovar impacto na transmissão dos caracteres hereditários não poderiam ser chamadas de eugênicas e tampouco representavam a solução para o progresso da espécie.

Ao defender a eugenia de base mendeliana, André Dreyfus<sup>281</sup>, assim como Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. – todos intelectuais voltados ao estudo da biologia e da hereditariedade –, validava cientificamente as posições defendidas por Renato F. Kehl.

A carta de André Dreyfus, enviada a Renato F. Kehl em 1929, contribui para confirmar o argumento de que a eugenia esteve na base do nascimento dos estudos de genética no Brasil. Dito de outra forma, como as escolas de agricultura e de medicina contribuíram para a institucionalização da fase mais racializada da eugenia em nosso país (FORMIGA, 2007; HABIB, 2010).

É importante ressaltar que o debate trazido à tona pelos intelectuais do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi, a nosso ver, um momento para percebermos a lógica racial em ação. Sob o debate apresentado (disputa entre validade ou não de determinada visão sobre a eugenia) o que estava em discussão era algo mais denso que uma orientação científica; estava em discussão um projeto racial/eugênico para o país, um projeto de regeneração racial para o país. Que esse deveria ocorrer não se discutia, a questão era qual deveria ser sua inclinação, uma “eugenia branda” ou uma “eugenia radical”. Tanto uma perspectiva, quanto a outra defendiam a regeneração racial; ou seja, partiam do pressuposto de que o país estava se degenerando. Para alguns daqueles intelectuais a degeneração poderia ser alterada a partir de mudanças nos hábitos dos indivíduos, apostavam que ao modificar o meio físico e cultural se estariam modificando as futuras gerações.

De outra parte havia quem defendesse que a mudança só seria possível pelo controle dos caracteres hereditários. Para tanto, alertavam que era preciso assegurar o controle dos mecanismos de hereditariedade. Assim, defendiam que somente tendo consciência das

---

<sup>281</sup> Para análise da proximidade entre as conferências de Renato F. Kehl e André Dreyfus nesse congresso ver estudo de Alessandra Rosa: *Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)*. Rio de Janeiro, 2005.

leis de hereditariedade se poderia assegurar a verdadeira proteção da espécie. Para estes, a miscigenação representava perigo e, por isso, deveria ser evitada. O que se via era um debate que, no limite, discutia um projeto que apostava no branqueamento e outro que defendia a seleção biológica, ou seja, racial.

A importância de Dreyfus nesse debate não é menor. Já à época da carta, ele lecionava e pesquisava sobre hereditariedade<sup>282</sup>. Segundo os estudiosos da história da genética no Brasil, André Dreyfus foi um dos principais responsáveis pela disseminação do conhecimento sobre a hereditariedade com base em Mendel (FORMIGA, 2007; HABIB, 2010). Por isso, ficou conhecido como “o homem que ensinou aos brasileiros a genética e as modernas doutrinas evolucionistas” (LACAZ e MAZZIERI, 1995, p. 108). Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, Dreyfus já era um nome importante no círculo intelectual, particularmente paulista.

Em relação à sua contribuição à história da USP é *mister* enfatizar que participou da fundação e institucionalização dessa universidade em diferentes momentos: como assistente da cadeira de Histologia e Embriologia (1927); ao contribuir para a discussão sobre uma universidade em São Paulo, debatida pela Comissão de 1931<sup>283</sup>; como regente da cadeira de Biologia geral da Faculdade de Medicina de São Paulo (1932); como signatário do projeto que funda a USP (1933); como membro do Conselho Universitário (1934); como chefe do Departamento de Biologia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934); como professor catedrático de histologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo; como professor catedrático de Biologia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1937); como Diretor dessa mesma Faculdade entre 1943-1947. Tal currículo não deixa dúvidas quanto à importância desse intelectual que, já em finais dos anos 1920, debatia o papel da eugenia na melhoria da nação brasileira.

Retomando os documentos apresentado no **Quadro**, pensemos mais um pouco sobre o período de 1929 a 1954, para destacar quais foram os signatários do *Projeto USP* que trocaram correspondência com Renato F. Kehl na fase em que esse eugenista busca afirmar uma visão racializada da eugenia. Nesse contexto, encontramos as correspondências de Antônio de Almeida Jr., Raul Carlos Briquet e Waldemar Martins Ferreira.

---

<sup>282</sup> Conforme Lacaz e Mazzieri (1995, p. 106), entre 1919 a 1925, André Dreyfus “manteve curso privado de histologia, tendo lecionado a mais de mil alunos. E, 1927, a convite de Pedro Dias da Silva, então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, foi contratado para assistente da cadeira de histologia e embriologia”.

<sup>283</sup> Segundo Lacaz e Mazzieri (1995).

Almeida Jr. enviou três correspondências a Renato F. Kehl (uma em 1939 e duas no ano de 1941). Destacaremos duas destas pelo significado de seu conteúdo. A primeira é uma carta de 23 de maio de 1939, na qual diz:

Prezado Amigo Dr. Renato Kehl

Venho agradecer-lhe o envio do seu último livro, “Pais, Médicos e Mestres”. Li-o todo, de uma assentada, com grande interesse e muito proveito. O novo trabalho põe de manifesto, mais uma vez, o ânimo doutrinador de quem, há tantos anos, vem encabeçando, no Brasil, uma vigorosa campanha pela seleção do plasma germinativo do nosso povo.

Devo dizer-lhe que fiquei muito satisfeito por achar inteira concordância entre a maioria dos preceitos recomendados pelo distinto Amigo, e os que eu próprio divulgo, em minhas aulas e meus livros. Vejo que estou em excelente companhia.

Entretanto, preciso confessar também algumas divergências... Elas não impedem, porem, a minha admiração pelo seu magnífico trabalho, que merece ampla disseminação pelo país.  
Com o maior apreço e estima,

Almeida Jr.<sup>284</sup>

Antônio de Almeida Jr., na década de 1930, era um reconhecido intelectual que atuava tanto na academia quanto na esfera pública. Formado educador e, posteriormente, médico, esteve entre aqueles que se preocupavam com os rumos da nação e faziam de sua profissão também um meio para responder à questão nacional/racial. Como outros intelectuais com tal perfil, na década de 1920 debateu as ideias sobre saneamento e educação a partir de sua tese *O Saneamento pela Educação*<sup>285</sup>, defendida na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1921(BEGLIOMINI, s/d). Dois anos depois trabalhava como assistente no laboratório de higiene, vinculado à Faculdade de Medicina de São Paulo.

No ano de 1928, tornava-se livre-docente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ocupando a cadeira de Medicina Legal. Na década de 1930, teve passagem pelo serviço público como chefe do serviço médico escolar do Estado de São Paulo, tendo colaborado na elaboração do Código de Educação do Estado de São Paulo (1933). Esteve ainda entre os intelectuais que assinaram o anteprojeto de fundação da USP (1933). A partir da fundação da USP (1934), passa a integrar a Congregação da Faculdade de Filosofia,

<sup>284</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz. Grifo nosso.

<sup>285</sup> Para conhecer mais sobre esse tema, ver: Bertucci (2013) e Marques (1992).

Ciências e Letras e nesse mesmo ano torna-se membro do Conselho Universitário da instituição, como um dos representantes da Faculdade de Direito (CAMPOS, E. 1954). Foi ainda diretor de ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1936-1938).

Como se pode perceber, Antônio de Almeida Júnior foi uma figura importante na história da USP. Seja pela afinidade de ideias, seja pelo contexto intelectual em que estava inserido, é fato sua consonância em relação ao pensamento eugenista defendido por Renato F. Kehl. O conteúdo de sua carta conta de seu interesse pelas ideias eugênicas e sua satisfação em saber que estava de “inteira concordância” com os preceitos divulgados por Kehl e que, inclusive, também eram divulgados por ele em suas aulas. No ano de referência da carta, Antônio de Almeida Jr. lecionava Medicina Legal na Faculdade de Direito da USP. Ainda que indicasse “algumas divergências” em relação ao livro ofertado por Kehl (sem, contudo apresentá-las), encerra o texto afirmando sua admiração pelo eugenista e pelo “magnífico trabalho” que assinala, “merece ampla disseminação pelo país”.

A segunda correspondência que destacamos é um cartão manuscrito, de 26 de dezembro de 1941, no qual Antônio de Almeida Jr. dirige-se:

Ao prezado colega e ilustre amigo Dr. Renato Kehl, a quem tanto devem as letras médica do país. Agradeço as duas interessantes publicações – ‘Catecismo para adultos’ e ‘Sexualidade e Degeneração’, – onde mais uma vez se afirmam as altas qualidades do líder brasileiro da Eugenia.

O texto foi escrito tendo por suporte o cartão de visita de Almeida Jr. O que pode sugerir certo grau de impessoalidade para com o eugenista, que possivelmente não iria se incomodar com o imprevisto da correspondência, já que se tratava da correspondência de alguém que o via como “prezado colega” e “ilustre amigo”. Ainda que o conteúdo da mensagem seja curto, destacamos, além de certo grau de intimidade entre os missivistas, o reconhecimento de Kehl como “líder brasileiro da Eugenia”. O remetente ainda acentua que “as letras médicas do país” devem muito ao eugenista.

Importante notar, também, a data do cartão, pois corresponde ao ano em que Antônio de Almeida Jr. torna-se professor catedrático da USP. É dentro dessa condição que reconhece o eugenista Renato F. Kehl como um líder da eugenia no Brasil. A correspondência permite percebermos que Almeida Jr. era admirador de Renato F. Kehl, sobretudo admirador de sua obra. Mostrava-se divulgador de suas ideias. Nesse sentido, a admiração era mútua,

tendo em vista que em seu livro *Lições de Eugenia* (1929), Kehl elenca um texto de Antônio de Almeida Jr. entre as publicações nacionais que contribuíram a obra da eugenia<sup>286</sup>. Frisamos que a carta remete a um momento em que Kehl propagava uma eugenia mais radicalizada em que fazia a defesa de ideias marcadamente racistas.

A próxima carta que apresentamos é a de Raul Carlos Briquet, destacado intelectual e professor que, desde 1925, atuava na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e que, no ano de 1934, torna-se professor catedrático de Clínica Obstétrica, por concurso, na Universidade de São Paulo. Raul Carlos Briquet envia duas cartas a Renato F. Kehl, com um espaço considerável de tempo entre elas (a primeira na década de 1930 e a segunda na de 1950). Na carta de 22 de outubro de 1931, solicita a Renato F. Kehl um favor junto ao sogro deste, Belisário Penna. Segue o conteúdo da carta:

Meu caro Renato,

Tenho o prazer de apresentar-lhe o nosso distinto colega Dr. João Pereira Mattos, meu velho e particular amigo, que tem uma justa pretensão junto ao Departamento Nacional de Ensino.

Ficar-lhe-ia sumamente grato se pudesse ajuda-lo, recomendando-o ao nosso eminente patricio-o Ex. Sr. Dr. Belisario Penna que, estou certo, atenderá a solicitação do seu amavel genro.

Agradecendo-lhe mais esse obsequio, assino-me como sempre  
Adro. Amigo. E Col. Obr.<sup>287</sup>

Essa carta é interessante, pois aponta para uma faceta a ser destacada para se entender a rede eugênica brasileira: a relação entre o público e o privado e seu impacto social. A carta tem um tom de impessoalidade, Briquet pede um favor a Kehl: que este indique seu “velho e particular amigo”, Dr. João Pereira Mattos<sup>288</sup> ao sogro, Belisário Penna. Em 1931, Penna dirigia o Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>289</sup>, em substituição a Francisco

<sup>286</sup> Trata do texto: “O exame médico pré-nupcial”. Ed. Typ. Inst. Anna Rosa – São Paulo apud KEHL, [1929] 1935, p. 61.

<sup>287</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>288</sup> Não foi possível identificar de quem se trata.

<sup>289</sup> No ano de 1931, Belisário Penna assumiu, por três meses, a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em substituição a Francisco Campos. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 14 de novembro de 1930, seu primeiro ministro foi Francisco Campos. Foi instituído como órgão estatal privilegiado para implementação das reformas educacionais. Dentro do âmbito educacional, engendrou reformas educacionais em todos os níveis de educação.

Campos (THIELEN, 2002), ou seja, o sogro de Kehl ocupava o cargo máximo na área da educação e da saúde pública no país.

É interessante pensar qual seria essa “justa pretensão junto ao Departamento Nacional de Ensino”, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, poderia ser um cargo ou talvez tratasse de uma atividade para a qual o aval desse departamento fosse essencial. Mas são essas apenas conjecturas, com efeito, o que importa é atentar para o que está nas entrelinhas do texto, isto é, o *modus operandi* da rede eugênica sob a órbita de Kehl. Segundo essa carta, o elemento de parentesco e de “coleguismo” parecem como dispositivos de troca simbólica entre os participantes. Nesse sentido, podemos inferir que a rede eugênica de Kehl funcionou também como articuladora para posicionar determinados indivíduos em determinados postos, o que poderia se configurar como uma estratégia para conseguir que se assegurasse o debate da eugenia em determinadas instâncias de poder.

Essa interpretação ganha força quando verificamos a presença do pensamento racial em instituições públicas nacionais das primeiras décadas do século XX. Como assinalado pelo historiador Jerry Dávila (2006), o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), concebido como o órgão estatal privilegiado para implementação das reformas educacionais, refletia uma preocupação candente nas elites nacionais desde final da década de 1910, qual seja, a relação entre educação e saúde. Assim como anunciado no nome do ministério, educação e saúde foram campos pensados de forma interligada.

Como tem sido assinalado, nas primeiras décadas do século XX, educação e saúde foram áreas pensadas em termos raciais e com o Ministério da Educação e Saúde Pública não foi diferente. Segundo Dávila (2006), nas décadas de 1930 e 1940, esse órgão federal foi influenciado por importantes intelectuais e educadores nacionais, particularmente na gestão de Gustavo Capanema (1934 - 1945). Eram intelectuais que discutiam o futuro do país também em termos raciais. Monteiro Lobato, que como vimos foi um simpatizante das ideias eugênicas, foi um intelectual que participou desse órgão<sup>290</sup>.

Esse dispositivo de troca – nesse caso material – também se mostrou presente em outra correspondência de Briquet a Kehl, datada de 1951. Nessa, Raul Carlos Briquet agradece pelo empréstimo de um livro de Kehl. De modo geral, as duas correspondências apresentam indícios de uma relação de proximidade e confiança. Importante evidenciar dois fatos ocorridos entre o envio da primeira carta (1931) e da segunda (1951). No ano de 1931,

---

<sup>290</sup> Como ele, outros importantes intelectuais. A esse respeito, ver Dávila (2006). Na gestão de Francisco Campos (1931-1932) a preocupação com a constituição racial do povo brasileiro também se fez presente, fato que abordaremos mais adiante.

Raul Carlos Briquet participou, juntamente com Alcântara Machado, Lúcio Martins Rodrigues, Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, de uma comissão constituída a pedido de Antonio de Almeida Prado, então Secretário de Educação, para estudar as bases de uma universidade paulista.

A comissão não chegou a efetivar um projeto, contudo é interessante pensar que essa participação se deu no mesmo ano em que Briquet se corresponde com Kehl. Outro fato a destacar dentro do período entre as cartas é a sua participação como signatário do projeto que deu origem à USP em nova comissão, agora no ano de 1933. Fundada a USP, em 1934, Briquet torna-se membro de seu Conselho Universitário como um dos representantes da Faculdade Medicina (CAMPOS, 1954; LACAZ e MAZZIERI, 1995). Ou seja, em sua carta a Kehl, datada da década de 1950, Briquet já figurava como professor da USP.

Outro professor da USP que se correspondeu com o eugenista Renato F. Kehl foi Waldemar Martins Ferreira. Sua epístola foi enviada a Kehl no ano de 1938. A missiva foi escrita em papel timbrado no qual se lê: “Dr. Waldemar Martins Ferreira - Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”. O conteúdo da carta é transcrito a seguir.

São Paulo, 13 de setembro de 1938.  
Exmo. Sr. DR. RENATO KEHL,  
Rio de Janeiro.

Devo-lhe, desde muitos dias, uma palavrinha de agradecimento. E outra de felicitações. Aquela e esta razão de sua gentileza, oferecendo-me o seu, por mais de um título, interessante livro – Bio-Perspectivas, cuja leitura me deixou ressaibo de uma bala de hortelã-pimenta, por largo tempo e gostosamente ruminada...

Por tudo isso, fico-lhe muito agradecido e exprimo-lhe os protestos de muita estima,

Waldemar Ferreira<sup>291</sup>

A carta apresenta algumas das características frequentes em outras correspondências. Nesse sentido, é mais um documento que ilustra o que tem sido dito. Contudo, é interessante pelo fato de nos permitir conhecer o interesse de Waldemar M. Ferreira na obra de Kehl num momento em que este defendia ideias eugênicas nas quais predominava um projeto racial mais acentuado.

<sup>291</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz – grifo do autor.

Essa correspondência, assim como as demais, demonstra que a intelectualidade paulista das primeiras cinco décadas do século XX (inclusive aquela que lecionava na Universidade de São Paulo) não só conhecia, mas participava do debate eugênico nacional. Esse envolvimento dava-se por um lado pela relação da eugenia com as ciências médicas, biológicas e sociais e, por outro, por fazerem coro àqueles que viam na eugenia uma resposta científica aos problemas nacionais, pois fornecia meios práticos para promover a tão desejada “regeneração física, moral e mental da espécie”<sup>292</sup> e, conseqüentemente, da nação.

As correspondências aqui apresentadas e analisadas manifestam que o eugenista Renato F. Kehl manteve contato com importantes figuras do meio científico e acadêmico do círculo paulista e da Universidade de São Paulo nas primeiras cinco décadas do século XX. Por meio da leitura e interpretação das cartas foi possível perceber que os missivistas constituíram uma rede de interesses mútuos e que essa favoreceu a “vulgarização” das ideias eugênicas nos meios científicos, com destaque para as Faculdades e Institutos paulistas, mas também na esfera pública como um todo, atingindo, o âmbito educacional e político no qual propuseram e asseguraram legislações de cunho eugênico.

É possível afirmar que, da parte de figuras que estavam vinculadas às Faculdades e Institutos ligados a USP, houve uma boa receptividade para com as ideias eugênicas e para com o eugenista Renato F. Kehl. Fato ocorrido, seja antes da fundação dessa universidade, seja após sua fundação. O que nos conduz a pensar que, tanto pelo vínculo científico, quanto pela crença ideológica defendida pela eugenia, os intelectuais e, conseqüentemente, as instituições que representavam não só estiveram ligados, mas contribuíram para a expansão do movimento eugênico nacional e, particularmente, para a validação das ideias de Renato F. Kehl. Nesse tocante, ressaltamos que grande parte da correspondência data de um período em que Kehl defendia um projeto eugênico radical focado na hereditariedade e na pureza racial, que deveria se assegurado por uma legislação e uma “política biológica” (KEHL, [1929] 1935, p. 50).

As correspondências apontam que Kehl influenciou e foi influenciado pelos intelectuais ligados à história da USP, sobretudo, a partir de 1929. Por não pertencer à academia e, nesse sentido, ser um *outsider*, seguramente, a relação com essas figuras foi muito significativa em termos pessoais e intelectuais, mas, sobretudo, por dar estofô ao seu projeto eugênico. Nesse sentido, destacamos ainda que trechos de algumas das cartas aqui

---

<sup>292</sup> KEHL, R. F. Lições de eugenia. **Lições de Eugenia**. 2ª. Edição refundida e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935, p. 196.



apresentadas, bem como outras (que não fizeram parte do *corpus* documental dessa pesquisa), serviram como propaganda para as publicações de Renato F. Kehl.

Ao se pesquisar a documentação desse eugenista, identificaram-se textos datilografados e folhetos impressos nos quais encontravam-se trechos selecionados de cartas nas quais o remetente dava sua “apreciação” em relação ao livro que lhe fora enviado pelo eugenista. Tal dado indica que Renato F. Kehl separava os trechos das cartas para servirem de propaganda a seus livros, seja por meio dos próprios (via folhetos da Livraria Francisco Alves), seja via periódicos nacionais<sup>293</sup>.

Os documentos do arquivo pessoal de Renato F. Kehl sinalizam para o modo como parte de nossa elite intelectual do século XX, sobretudo aquela ligada às Faculdades de Medicina e de Direito de São Paulo, procurando superar as explicações sobre o atraso nacional brasileiro explicado por teorias racialistas deterministas, encontrou no pensamento médico-sanitarista e, particularmente na eugenia, uma resposta científica para as suas indagações sobre o futuro da nação que – em suas palavras – estava degenerada por ter sido composta por uma matriz racial primitiva: a “raça negra”, os “africanos”, os “miscigenados”.

Como procuramos assinalar, as preocupações apresentadas pela intelectualidade da virada do século foram reelaboradas sob as bases de uma ciência nova, que congregava ciências biológicas e sociais e o conhecimento atual sobre hereditariedade, para interferir na composição racial do povo a partir de práticas de controle e exclusão dos indesejados e estímulo ao “depuramento” dos desejáveis.

Embora seja possível perceber uma inflexão entre as ideias pessimistas sobre o futuro nacional (tão bem representadas por Raimundo Nina Rodrigues) e o discurso higienista, sanitarista e eugênico das primeiras décadas do século XX, não se pode deixar de notar que em ambos os momentos – com diferente grau de visibilidade – o “problema racial” esteve no cerne do debate. Ou seja, o foco das ações recaiu, sobretudo, sobre a população negra, que outrora fora vista como “selvagem” e “primitiva”, passava (no contexto das primeiras décadas do século), a ser vista como “viciada”, “doente” e “degenerada”, pois portadora de “taras” hereditárias.

Essa interpretação, como procuramos assinalar, pautou o debate intelectual, mas também as ações políticas e sociais nas primeiras décadas do século passado. Instituições públicas foram permeadas pelo pensamento eugênico, seja em sua vertente neolamarckista, seja na mendeliana. Intelectuais que acreditavam e propagavam as ideias eugênicas ocuparam

---

<sup>293</sup> Apresentamos esse material nos anexos dessa pesquisa.

importante espaço em importantes instituições que não só produziam conhecimento, mas também o transmitiram para as novas gerações. Procurando entender uma possível penetração dessas ideias na concepção do projeto que deu origem à Universidade de São Paulo, na sequência discutimos a influência das ideias eugênicas em Fernando de Azevedo, um dos principais mentores do projeto formador dessa instituição.

#### **4.2.1 Fernando de Azevedo e o debate racial/eugênico nas primeiras décadas do século XX: higienismo, eugenia e educação**

O papel desempenhado pelas elites nacionais, sobretudo, a intelectual, nas primeiras décadas da República é central para entendermos as bases ideológicas e institucionais que formaram o que conhecemos por Brasil moderno. Os pesquisadores Ariclé Vechia e Michael Lorenz destacam que naquele contexto:

Homens ilustres, como Oliveira Vianna, João Baptista de Lacerda, Joaquim Maria de Lacerda, Monteiro Lobato, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues e Renato Kehl, além de muitos outros intelectuais que se congregavam em Institutos Históricos e Geográficos, Museus Etnográficos, Faculdades de Direito e Medicina e em várias associações, tais como a Associação Brasileira de Higiene, Associação Brasileira de Educação, Sociedade de Eugenia, comungavam com as teorias do determinismo racial, mas diante da realidade brasileira – um país com uma população mestiça, tentavam traçar um ideal de ‘raça brasileira’ e propor políticas e práticas sociais para seu aprimoramento. (VECHIA e LORENZ, 2009, p. 60).

Fernando de Azevedo (1894-1974) pode perfeitamente constar no perfil acima apresentado. Ao evidenciar sua participação no debate racial e eugênico presente nas primeiras três décadas do século XX, rumamos em busca de respostas para a questão motivadora dessa pesquisa.

É sabido que Fernando de Azevedo é uma figura de muita importância no quadro educacional do país, pois esteve à frente e/ou participou de importantes episódios que redimensionaram o campo da educação brasileira. Sua trajetória tem sido motivo de muitos

estudos que o analisam sob diferentes perspectivas<sup>294</sup>. Para o escopo dessa pesquisa tomaremos como foco de análise, sobretudo, o início de sua carreira intelectual, por entender que esse foi o momento em que ele delineou uma resposta à questão nacional/racial, que – como se verá – dialogou, a partir da educação, e especialmente da educação física, com o debate sobre raça, higiene, sanitarismo e eugenia então vigente. Tendo um importante papel no projeto que deu origem à Universidade de São Paulo, na década de 1930, entender sua participação no debate racial-eugênico mostra-se fundamental para os propósitos dessa investigação<sup>295</sup>.

Nascido em 2 de abril de 1894, em São Gonçalo do Sapucaí (MG), Fernando de Azevedo estudou, ao longo de cinco anos, letras clássicas, poética e retórica, língua e literaturas grega e latina. Em 1918, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Largo de São Francisco (VECHIA e LORENZ, 2009; SILVA, A. 2012;). Ganhou notoriedade, particularmente, por sua atuação na área da Educação. Entre 1926 e 1930, ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e, em 1933, em São Paulo. Nestas ocasiões, foi um dos principais responsáveis pela reforma do Ensino nesses estados.

Destacam-se, dentro da sua atuação na educação brasileira, dois fatos: o primeiro é que Fernando de Azevedo foi um dos grandes expoentes do movimento escolanovista no Brasil, sendo redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932; o segundo é que foi uma importante figura na concepção do projeto que deu origem à USP (GUALTIERI, 2008; SILVA, A. , 2012; CARDOSO, 1982; AZEVEDO, F., 1937).

---

<sup>294</sup> Para os propósitos dessa pesquisa nos apoiaremos em estudos que destacam a aproximação de Fernando e Azevedo com a questão racial e a eugenia. São eles: Vechia e Lorenz (2009); Gualtieri (2008); Góis Junior (2009); Silva, A. (2007, 2008 e 2012); Soares (1994).

<sup>295</sup> Com tal objetivo serviram de *corpus* de análise: além da correspondência enviada por Fernando de Azevedo a Renato F. Kehl, seus seguintes textos e livros: AZEVEDO, F. de. **Da Educação Physica: o que ella é – a que tem sido – o que deveria ser**. São Paulo: Weisflog Editores, 1920a; AZEVEDO, F. de. Antinoüs – estudo da cultura atlética [1920b]. In: \_\_\_\_\_. **Da Educação física. O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. Obras completas, v.1. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos 1960; AZEVEDO, F. de. O Segredo da Marathona: Apologia da Cultura Athletica. Conferência proferida na Sociedade Eugênica de São Paulo [1919]. In: \_\_\_\_\_. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960; AZEVEDO, F. de. *Atlética antiga e atlética moderna*. In: \_\_\_\_\_. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960; AZEVEDO, F. de. *A evolução do esporte no Brasil* [1930a]. In: \_\_\_\_\_. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960; AZEVEDO, F. de. *Praças de jogos para crianças ensaio de hygiene social* [1930b]. In: \_\_\_\_\_. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960; AZEVEDO, F. de. **A educação pública em S. Paulo: Problemas e discussões – Inquérito para ‘O Estado de S. Paulo’ em 1926**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937. AZEVEDO, F. de. Ouvindo um apóstolo da educação physica no Brasil: Fernando de Azevedo fala a nossa revista. **REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA**, 1936, n.5, p. 45-47 e AZEVEDO, F. de. *O Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932). In: **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. AZEVEDO, F., [et. al.]. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Assim como outros pensadores de seu tempo, Fernando de Azevedo procurou responder à grande questão que motivava as elites das primeiras décadas do século XX: a construção da nação brasileira. Sua reflexão foi edificada sobre o repertório intelectual disponível que, naquele momento, correspondia às interpretações produzidas dentro do arcabouço da medicina social, isto é, da higiene, do sanitarismo e da eugenia (SOARES, 1994).

Em harmonia com os pressupostos da medicina social – que desde meados do século XIX ganhara espaço na sociedade como detentora de um discurso de poder sobre os corpos e mentes, bem como promotora de ações de controle social (SOARES, 1994) –, Fernando de Azevedo apostou na educação como instrumento para promover a mudança no povo e, conseqüentemente, no país. Nesse processo, a Educação Física teve um papel importante.

No ano de 1915, aos 21 anos inicia a campanha em prol da Educação Física. Na ocasião, era professor substituto de latim no Ginásio do Estado da capital de Minas Gerais. Nessa condição, propõe à instituição a criação de uma cadeira de Educação Física. Para concorrer ao posto elaborou a tese *A Poesia do Corpo*. Como ele próprio explica:

A cadeira não me foi dada, mas o livro ficou, e, o que é mais importante, ficou-me até hoje por esse grande problema um interesse vivo e irrequieto, que me tem animado nas campanhas que empreendi ou de que tomei parte, pela educação physica no Brasil. (AZEVEDO, F., 1936, p. 45).

Embora não tenha logrado êxito na obtenção do cargo, a obra foi bem recebida pela intelectualidade e, em 1920, foi reeditada sob novo título: *Da educação física, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser*<sup>296</sup>. Nesse livro, Azevedo manifesta sua visão sobre a relação entre higiene, eugenia e nação a partir do conceito de educação física integral. Mas antes de nos determos na análise dessa obra é preciso frisar a importante participação de Fernando de Azevedo na institucionalização do movimento eugênico nacional.

---

<sup>296</sup> A esse respeito explica Fernando de Azevedo: “A sympathia com que foi recebida a ‘Poesia do Corpo’ – these com que concorri á cadeira de Educação Physica no Gymnasio do Estado, em Minas, e na qual, tanto a imprensa unanime como a commissão julgadora se compraziam em reconhecer um trabalho de educação physica, que vinha preencher sensivel lacuna em nossa pobrissima litteratura pedagogica, animou-me a publicalla, em 2ª. Edição, augmentada de uma dezena de capitulos, completamente refundida, e sob outro titulo, que, á primeira vista pudesse, com clareza e concisão, suggerira materia, que debate, o fim preciso a que se destina” (AZEVEDO, F., 1920b, p.08).

Como já foi assinalado pela literatura sobre eugenia nacional, Fernando de Azevedo foi membro e 1º. Secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo, instituída em 1918. Já assinalamos em outro momento a importância dessa associação, bem como sua estrutura de funcionamento. Embora não figure na lista dos sócios fundadores, Azevedo ali cumpriu um papel importante. Em pesquisa realizada em seu arquivo pessoal<sup>297</sup> foi possível identificar documento que explicita sua participação na estrutura da entidade:

São Paulo, 18 de Janeiro de 1919<sup>298</sup>  
Exmo. Snr. Fernando de Azevedo

Tenho a maior satisfação em comunicar a V. Ex. que, em reunião effectuada a 15 do corrente, foi V. Ex., pelos socios presentes, unanimamente eleito e considerado empossado no cargo de 1º. Secretario da Sociedade Eugénica de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. os protestos de minha estima e elevada consideração.

De V. Ex.  
Amigo e Admirador<sup>299</sup>  
Presidente effectivo<sup>300</sup>

Como exposto, Fernando de Azevedo foi escolhido, por unanimidade entre os sócios da Sesp, para o cargo de 1º. Secretário da entidade que institucionalizava a eugenia em nossa sociedade. Sua contribuição a essa associação não esteve restrita a esse cargo. Atuou também como debatedor e conferencista, como esclarece Renato F. Kehl em 1929, ao rememorar os primeiros passos do movimento eugênico nacional.

Naquela ocasião, Kehl destacava a participação de Fernando de Azevedo já na primeira seção da Sociedade Eugênica de São Paulo ocorrida “no dia 13 de Junho de 1919, sob a presidência do Prof. Arnaldo Vieira de Carvalho, servindo de secretários os Drs. Renato Kehl e Fernando de Azevedo” (KEHL, 1929a, p. 20). Nessa seção, alguns dos presentes expuseram pontos de vista diferentes sobre o tema em debate (reforma do Código Civil em

<sup>297</sup> Pesquisa realizada na Seção de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP. Fundo consultado: Fernando de Azevedo, seções: “correspondência ativa”, “correspondência de terceiros” e “documento pessoal”.

<sup>298</sup> Carta com timbre da Sociedade Eugênica de São Paulo, onde se lê também o endereço da sociedade: Rua Libero Badaró 119 – São Paulo – Brasil.

<sup>299</sup> Não foi possível ler o nome assinado devido à caligrafia. Contudo, é possível afirmar que se tratava de Arnaldo Vieira de Carvalho, pois este esteve na presidência da Sesp durante todo o período em que ela existiu.

<sup>300</sup> Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP. Fundo consultado: Fernando de Azevedo, seção “documento pessoal”.

relação ao artigo 183-IV – casamento entre tio e sobrinho), o último a se pronunciar foi Fernando de Azevedo, que se colocou “a favor da corrente anticonsanguinista” (KEHL, 1929a, p. 21).

Fernando de Azevedo secretariou Renato F. Kehl nas seções da Sociedade Eugênica de São Paulo ocorridas em 26 de Junho de 1919 e 10 de Julho do mesmo ano. Esta seção foi iniciada com a fala de Azevedo, como afirma Renato F. Kehl, segundo este eugenista:

[...] o Dr. Fernando de Azevedo pediu a palavra e procedeu á leitura de uma moção a ser submettida á approvação da assembléa, na qual fez votos para que, a bem da familia brasileira, deixe o Congresso Federal de realizar a projectada reforma, que além de ferir os interesses eugenicos não teria a justificational-a nenhuma razão moral ou poderoso motivo de natureza collectiva. (KEHL, 1929a, p. 22).

A moção de Fernando de Azevedo foi votada e recebeu apenas um voto contrário. O que já demonstrava a afinidade de pensamento e o poder de persuasão desse intelectual junto ao pensamento de grande parte da elite médica paulista. Ao lembrar-se da primeira ação de intervenção social realizada pelo movimento eugênico, do qual foi um dos principais mentores, Renato F. Kehl frisa que: “Os eugenistas obtiveram, assim, a primeira victoria no terreno da defesa de uma das medidas de prophylaxia, matrimonial existente no nosso Codigo Civil” (KEHL, 1929a, p. 23).

Além de promover o debate sobre temas sociais a partir da interpretação eugênica no seio da intelectualidade paulista e, dessa forma, buscar influenciar na orientação de políticas públicas nacionais, a Sociedade Eugênica de São Paulo promoveu conferências para “vulgarizar” o pensamento eugênico entre a intelectualidade nacional. A terceira dessas foi realizada por Fernando de Azevedo. A palestra proferida teve por título *O segredo de Marathona*. Segundo Kehl: “O conferencista discorreu brilhantemente sobre a necessidade do desenvolvimento integral do homem a fim de constituir uma nacionalidade composto de individuos são e patriotas” (KEHL, 1929a, p. 23-24).

Essa conferência será motivo de análise mais adiante, porém nesse momento o que importa destacar é o papel que Fernando de Azevedo desempenhou na institucionalização e organização do movimento eugênico brasileiro. A esse respeito as correspondências que envia a Renato F. Kehl no ano de 1919 são ilustrativas da preocupação com a afirmação das

ideias eugênicas enquanto instrumento de regeneração do país. Em 31 de julho de 1919 Fernando de Azevedo, acompanhado por Oscar Freire, envia carta manuscrita a Renato F. Kehl na qual discute questões internas à Sesp. No mês de outubro do mesmo ano, escreve novamente a Renato F. Kehl, dessa vez manda-lhe um cartão no qual se lê:

S. Paulo, 20 de Outubro de 1919.

Renato amigo

Recebi e agradeço tua carta. Folgo em saber que estás para visitar S. Paulo. Espero que, em chegando aqui, me communiques logo para não me escapar a ocasião de abraçar-te e trocar ideias contigo. Ando por aqui occupadissimo. Depois que daqui sahiste, fez-se silencio sobre a Sociedade Eugénica! Nada de conferencias; nada de reuniões!...

A proposito da Sociedade Eugénica, em que deu a discussão na Associação Nacional de Medicina sobre a questão dos casamentos consanguineos? Foi afinal aprovada a moção do Fernando de Magalhães contra a reforma do código? Adeus. Escreva-me sempre.

Abraça-te com saudades teu  
Fernando<sup>301</sup>

Não foi possível localizar as respostas escritas por Renato F. Kehl a Fernando de Azevedo. Contudo, em suas correspondências Azevedo não deixa de assinalar que recebe as cartas enviadas pelo líder eugenista, o que indica que estes intelectuais estiveram – pelo menos durante um período – em contato constante, mesmo após o fechamento da Sociedade Eugênica de São Paulo e mudança de Renato F. Kehl para o Rio de Janeiro.

A correspondência acima apresenta alguns elementos que merecem destaque. Há na carta um “espírito” mais fraterno, de amizade e até mesmo de intimidade, como se observa na sentença “abraço-te com saudades teu Fernando”. O que sugere que a relação entre Azevedo e Kehl não esteve circunscrita a uma relação de trabalho, mas também permeou o plano da amizade. Outro elemento importante a ser observado está expresso na frase: “Espero que, em chegando aqui, me communiques logo para não me escapar a ocasião de abraçar-te e trocar ideias contigo”, isto é, fica patente a troca de influência intelectual entre os dois eugenistas. Ainda é possível perceber certa ansiedade de Azevedo em saber notícias sobre os

---

<sup>301</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz – grifo do autor. Ao final da carta está escrito a lápis “Fernando Azevedo”.

encaminhamentos de tema tratado pela Sesp. O que reforça a percepção sobre seu interesse na inserção das ideias eugênicas em nossa sociedade.

Na década de 1920, Fernando de Azevedo envia a Renato F. Kehl três correspondências. Nestas percebe-se a admiração que nutre pelo amigo. Segue o conteúdo dessas correspondências:

S. Paulo, 7 de Novembro de 1920  
Rua Bella Cintra, 275

Meu carissimo Renato

Acabo de conversar com o nosso commum e querido amigo Rangel, porque soube que estás magoado commigo por falta de cartas. Pelo mesmo motivo andava eu por aqui muito sentido contigo. Do que me disse o Rangel inferi não teres recebido minhas ultimas duas cartas, que dirigi para a Rua Carvalho Monteiro, 56 e que foram por mim mesmo postas no correio.

Não tens, pois, motivo justo de ressentimentos. Tenho-te escripto. Poderias tu dizer o mesmo? Alegraram-me muito as noticias, que de ti me trouxe o Rangel, e entre ellas, particularmente a de teu casamento e a do convite, que te foi feito para dirigir o serviço de Prophylaxia de molestias venereas. Deves reconhecer sincero prazer e pura alegria com que acompanho todos os passos que dás para a felicidade, e todos os progressos de tua já rapida e brilhante carreira medica.

Felicito-te pelo teu casamento e dou à tua gentilissima noiva os mais cordiais parabens pela felicidade, que a espera, no lar, que terá por chefe o Renato. Escreve-me. Abraço-te com muita amizade teu ex corde

amigo e admirador  
Fernando de Azevedo<sup>302</sup>

A carta acima aponta, novamente, para a relação de amizade entre Azevedo e Kehl. Percebe-se que o ato de trocar missivas era importante na relação a ponto de se mostrarem magoados pela ausência dessas. É possível que o distanciamento tenha explicação no fato da mudança de Kehl de São Paulo para o Rio de Janeiro<sup>303</sup>.

Essa carta expressa uma questão muito relevante aos propósitos dessa pesquisa, qual seja, Fernando de Azevedo admite acompanhar com “alegria” “todos os passos” de Renato F. Kehl, seja no âmbito pessoal, seja no intelectual. Por fim, nota-se a afeição com que

<sup>302</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz – grifo no original.

<sup>303</sup> Sobre a trajetória pessoal e intelectual de Renato F. Kehl, ver: Souza, V. (2006).



Azevedo trata Kehl ao despedir-se enfatizando – em latim – ser “teu de coração”, assinando como amigo e admirador. Embora aparentemente a expressão em latim pareça sem maior significância, ela alude a mais uma afinidade entre esses dois intelectuais, a admiração pela cultura clássica.

Já na correspondência de 15 de setembro de 1922, percebe-se a investida de Kehl na divulgação de suas publicações.

Ao querido amigo Renato Kehl

Fernando de Azevedo agradece a remessa e oferta de um exemplar de seu livro “Melhoremos e prolonguemos a vida”, sobre o qual terá muito prazer de escrever (provavelmente no Correio Paulistano) o que é de justiça se escrever sobre trabalhos cujo assumpto seja Eugenia e cujo auctor: Renato Kehl. Desde já, com grande abraço de felicitações do

Fernando<sup>304</sup>

O texto tem por suporte um cartão bilhete postal. Neste, Azevedo agradece a Kehl pela remessa de seu livro. Têm-se aqui mais um exemplo da estratégia de Kehl em divulgar seus livros sobre eugenia. Fernando de Azevedo parece entender o intuito do eugenista e se compromete a ampliar a divulgação das ideias ali contidas por meio de sua apreciação pública, via periódico. Segundo Azevedo, é de justiça assim fazê-lo desde que se trate do tema eugenia e do escritor Renato Kehl.

A última correspondência verificada nos arquivos de Kehl data de 22 de Julho de 1923, nela se lê:

Meu Caro Renato. Recebi, com um cartão de felicitações pela minha ultima conferencia, um exemplar de teu livro “Como Escolher um Bom Marido”. Pelos parabens e pela remessa gentil, muito obrigado. Continuo a acompanhar, com vivo interesse, tudo que te diz respeito. Livro teu, não ha um que não tenha lido com sympathia. Este ultimo deve ser dos que se lêem de um folego. Pequeno, traz já no titulo promessa de solução de um dos maiores, senão o maior problema, que possa agitar o coração feminino. Certo, sua leitura me trará grande prazer e me firmará (se é que possa consolidar-se mais) o mais alto conceito, em que tenho teu espirito, e tua cultura. Escreve-me sempre. Teu, do coração.

---

<sup>304</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

Não era só Fernando de Azevedo que acompanhava a vida de Renato F. Kehl. Este também interessava-se pela vida daquele, como fica subentendido na carta. Novamente, Azevedo enfatiza ao amigo que o acompanha em tudo o que lhe dizia respeito, com “vivo interesse”. Ressalta que “Livro teu, não ha um que não tenha lido com *sympathia*”. Esta frase reafirma que Azevedo acompanhava com “grande prazer” e “*sympathia*” a produção intelectual de Kehl. Vê-se ainda sua admiração pelo “espírito” e pela “cultura” do eugenista. Novamente, convoca-o para seguir com as correspondências e se despede com afeto.

Embora em todas as correspondências Fernando de Azevedo tenha procurado dar continuidade em sua relação com Renato F. Kehl, a partir da troca de missivas é possível inferir que esse desejo não se concretizou. A literatura sobre Fernando de Azevedo e Renato F. Kehl<sup>306</sup> destaca que a relação entre eles, a partir da década de 1930, parece ter arrefecido. Pelo menos, atinente à esfera pública. Embora ambos tenham assumido postos de destaque na sociedade e terem seguido com suas carreiras públicas, seus nomes deixam de estar associados, como nas décadas de 1910 e início de 1920.

O que não significa que o interesse pelo tema da eugenia – e pelo eugenista – tenha desaparecido do pensamento de Fernando de Azevedo. Sua produção intelectual entre as décadas de 20 e 40 do século XX atesta proximidade – em maior ou menor grau, conforme a década – com as ideias eugênicas propagadas por Kehl (GUALTIERI, 2008; SILVA, A., 2008; 2012 e VECHIA e LORENZ, 2009) – o que, por sua vez, acena para o fato de que Azevedo teria cumprido sua palavra, quando dizia ao amigo que se interessava por sua carreira intelectual e que tinha vivo interesse por seus livros.

Como apontam as correspondências analisadas, é possível afirmar que houve uma troca de influência intelectual entre Renato F. Kehl e Fernando de Azevedo. A seguir, procuraremos apontar essas afinidades com o objetivo de evidenciar a influência do debate racial e, particularmente, de viés eugênico no pensamento de Fernando de Azevedo, sobretudo no que diz respeito a sua visão sobre a educação.

Já assinalamos que a educação (particularmente a escola), nas primeiras décadas do século XX, foi interpretada como campo de intervenção privilegiado, tanto pela medicina

---

<sup>305</sup> Carta constante no arquivo pessoal de Renato Kehl. Fundo Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) Fio Cruz.

<sup>306</sup> Particularmente os estudos citados neste trabalho.

social, quanto pela eugenia. Compreendida a um só tempo como instrumento para formar mentes e corpos, foi pensada como meio para promover a regeneração física e cultural dos brasileiros (SOARES, 1994; SILVA, A., 2008 e 2012; SOUZA, V., 2006).

Dessa forma, nos discursos de grande parte dos intelectuais de início do século passado é perceptível a relação entre saúde, educação e nação. Fernando de Azevedo aproxima-se da eugenia num momento em que era forte a associação do conceito com as práticas de higiene física e social, da valorização do saneamento e revigoramento dos nacionais por meio de práticas de saúde que transbordavam o plano biológico e invadiam o plano cultural e moral. Conforme Carmen Lúcia Soares (1994), pesquisadora da história da educação física no Brasil, Azevedo participava de um contexto em que o “pensamento médico higienista, em sua vertente eugênica, atravessa o pensamento pedagógico e influencia fortemente a construção da Educação Física no Brasil” (SOARES, 1994, p. 142). Assinala a autora que o educador foi um dos intelectuais que contribuíram para a concretização desse quadro. Em suas palavras:

Fernando de Azevedo é um desses intelectuais que explicita em seu discurso a crença nos poderes da eugenia, e, ao mesmo tempo, revela uma preocupação ‘pedagógica’ em traduzi-la para que a sociedade, de modo geral, a compreenda e possa dimensionar a sua importância. (SOARES, 1994, p. 147).

De fato, quando se analisam os textos de Fernando de Azevedo, produzidos nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que assim como Renato F. Kehl ele agiu de maneira a propagar “didaticamente” a eugenia como ciência capaz de dar uma resposta definitiva à questão de como regenerar o Brasil.

Em 1919, em conferência na Sesp, Fernando de Azevedo apresentava a eugenia da seguinte forma:

Eugenia é a ciência ou disciplina que tem por objeto ‘o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar, física ou mentalmente, as qualidades raciais das gerações futuras’, ou, por outras palavras, o estudo das medidas sociais, - econômicas, sanitárias e educacionais que influenciam, física e mentalmente, o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos e, portanto, das gerações. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 231).

Para Azevedo, a eugenia estava relacionada ao “estudo das medidas sociais” que influenciavam o “desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos”. Nessa definição vê-se a compreensão de base neolamarckista, então amplamente aceita pela intelectualidade brasileira – sobretudo, médica e paulista. Importante destacar que na apreensão de Azevedo eugenia e educação estão intimamente relacionadas, como se verifica a seguir:

[...] eugenia não é só a intervenção da profilaxia contra o meio biológico representado pela matéria viva, patogênica [...] nem é somente a engenharia sanitária, melhorando o meio físico [...] nem é apenas a defesa contra a perturbação tenebrosa das taras hereditárias, na adoção de medidas tendentes a proteger a procriação contra a degenerescência [...] a eugenia, como ser tudo isto, é também a aplicação de uma educação enérgica para a conquista da plenitude das forças físicas e morais, tirando-nos deste plano inclinado do depauperamento e da decadência, onde pouco a pouco escorregamos para as deformações e toda espécie de doenças; é o revigoramento do povo, por sábia política de educação, de defesa sanitária e de cultura atlética, que o impulsiona, a todo pano, dos lagos mortos onde jaz estacionário, para o esplêndido tumultuar da vida intensamente vivida em pleno ar, acrisolada no ouro do sol. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 231-232 – grifo nosso).

A eugenia é “também a aplicação de uma educação enérgica para a conquista da plenitude das forças física e morais”. Com essa afirmação, Fernando de Azevedo procurava assinalar que à obra da eugenia, isto é, ao “revigoramento do povo” estava associada uma educação diferente da que se tinha até então. Uma educação provinda de “sábia política” e que fosse enérgica e capaz de dar ao povo as forças físicas e morais necessárias para reconstruir, isto é, regenerar a nação.

Falava de um modelo de educação que, a partir de então, será constantemente defendido em seus textos, qual seja, uma “educação integral” que equivalia a uma educação que cultivasse de forma equilibrada o corpo e a mente. Em suas palavras, esse conceito de educação estaria expresso na “sentença romana *mens sana in corpore sano*, que sintetiza o mais brilhante e estupendo ideal educativo” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 297 – grifo do autor)<sup>307</sup>.

---

<sup>307</sup> Essa expressão aparece também em seu texto *Antinoüs: Estudo da cultura atlética*, também da década de 1920. Texto em que discute o legado grego para a educação destacando o equilíbrio entre moral, saúde, força e beleza.

Esse ideal (e modelo) de educação, que fora delineado tendo por lastro a Antiguidade clássica, foi uma referência constante na obra desse autor, bem como na obra de Renato F. Kehl. Importante assinalar que esse mesmo lema foi usado por Renato F. Kehl em seu livro *A cura da fealdade – eugenia e medicina social*, publicado em 1923. Neste livro, Kehl faz ampla defesa da eugenia como complementação fundamental às ações higiênicas e sanitárias em prol da cura da fealdade (leia-se das degenerações). No livro, o eugenista afirmava que os “gregos são os precursores do aperfeiçoamento humano” (KEHL, 1923, p. 14), pois:

Na Grécia dominava o criterio salutar de ‘mens sana in corpore sano’ de Juvenal. A cultura physica era uma arte nacional, cultuada com amor acendrado nos ‘gymnasios’, onde espartanos e athenienses se reuniam, não só para palestrarem, como para se exercitarem e para cultuarem, nos dias de grandes festas, as divindades da força e da belleza. (KEHL, 1923, p. 14).

Tanto em Kehl, quanto em Azevedo as referências à Antiguidade Clássica são usadas no sentido de se estabelecer um modelo de comparação entre o ideal que se buscava para a sociedade brasileira e o que se tinha no presente. Esse modelo de perfeição era obra dos autores, isto é, nascia a partir de uma interpretação que reconstruía mitos gregos para que servissem de modelo ao país (SILVA, A., 2008)<sup>308</sup>. Nas citações acima nota-se que, tanto em Fernando de Azevedo, quanto em Renato F. Kehl há uma alusão ao modo como os gregos cultuavam a saúde (física e mental) a partir dos exercícios físicos.

No caso de Fernando de Azevedo, particularmente, a educação física será o eixo central pelo qual adentra ao debate sobre raça e nação, tal qual apresentado pela intelectualidade das primeiras décadas do século passado<sup>309</sup>. No livro *Da educação física, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser* (1920)<sup>310</sup>, Azevedo apresenta sua explicação sobre a origem do atraso nacional conhecido pela sociedade de sua época. Lançando mão de vasta fonte bibliográfica sobre “fisiologia, anatomia e física médica” (GUALTIERI, 2008, p.

<sup>308</sup> Afirma esse autor que “Renato Kehl constrói uma ponte que liga a Antiguidade Clássica ao seu tempo, utilizando valores que popularmente foram vinculados à cultura grega para operar uma transposição ao contexto da década de 1920. Refere-se à beleza, a partir daquilo que se sedimentou como exemplo de perfeição plástica e do modo de ver grego” (SILVA, A., 2008, p. 83). Entendemos que Fernando de Azevedo também seguiu nesse sentido.

<sup>309</sup> No ano de 1919, Fernando de Azevedo fora assim apresentado por um jornal do Rio de Janeiro: “O Sr. Fernando de Azevedo não é só um decidido apóstulo da educação eugênica e atlética, é também, por harmonia de ideias, um cultor da civilização antiga.” (João Ribeiro, no Jornal Imparcial, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1919 apud AZEVEDO, F., 1960, p. 224).

<sup>310</sup> Para análise da estrutura do livro ver: SILVA, A. (2008 e 2012).

100), mas também de Medicina, Higiene de crianças e Psicologia infantil, procura demonstrar que a Educação Física é uma “sciencia biologica exacta”.

Para ele, era sustentada por bases de conhecimento da ciência moderna – de um lado a “bio-mecanica, ou mecanica do movimento”, de outro, a “transmissão hereditaria dos caracteres assim adquiridos” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 20). Por esse motivo, teria uma importante função na obra de regeneração do povo brasileiro. Isto é, reafirmava o argumento de que seria a ciência, vista como expressão do progresso e de civilização, que deveria ser a norteadora de todas as ações em prol da regeneração do país. Dentre essas ações destacava a importância da educação, que segundo apontava, estava sendo negligenciada, pelo menos no tocante ao seu fator de regeneração social.

Cabe aqui enfatizarmos a recorrência do termo “regeneração” na obra de Fernando de Azevedo. Em todos os textos analisados esse termo mostrou-se frequente, seja como “regeneração social”, “regeneração physica”, “regeneração nacional” ou “regeneração da raça”. Tal recorrência indica a preocupação do autor com a ideia oposta, isto é, a degeneração social, física, nacional e racial. Quando observamos com atenção, esse é um dado que sugere não só consonância com a mentalidade de seu tempo, mas, sobretudo, sua visão (projeto) sobre a nação e seu povo.

No texto *O Segredo da Maratona: apologia da cultura atlética*, apresentado na conferência que deu na Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1919, fica manifesto seu diálogo com o debate sobre a questão nacional/racial. Buscando afirmar que o país poderia ser regenerado dialoga com as visões pessimistas que afirmavam o contrário. Acompanhem, pois seu raciocínio:

Mas, em que pese ao ar sombrio, com que encaram os pessimistas o futuro do país, de que se amesquinham, e a ciência, que escarnecem, a mim não me exalta o espírito qualquer devaneio convizinho da utopia, mas tão-só a esperança na ação eugênica, educativa e social, que lentamente, decisivamente, por um conjunto sistemático de medidas, irá integrando numa nacionalidade, característica e vigorosa, estas flutuantes correntes étnicas, caldeadas pelo dinamismo mesológico e pelo cruzamento e trabalhadas, através de gerações sucessivas, pela força modeladora da educação física. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 247).

Azevedo – como a questionar os pessimistas nacionais – perguntava quais seriam os motivos para tal pessimismo. Seria “a raça?” E argumentava:

Mas não é obstáculo a raça. Antes, quanto ao sertanejo, sob a quietude de cuja fisionomia aparentemente fatigada, músculos em distensão, há um trabalho íntimo, um dinamismo nervoso, acumulando forças, que se desencadeiam sempre que é preciso vencer; quanto ao sertanejo, que, apesar da falta de harmonia morfológica, apesar de sua fragilidade aparente, é capaz de esforço atlético considerável, ninguém pode contestar ser ainda ele a matéria-prima, o barro plástico, o sólido cimento da nacionalidade brasileira. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 247).

Se não fosse a “raça”, seria então a “imigração” o problema do Brasil? Nesse sentido argumenta:

Ao contrário, a adaptação de uma família às condições étnico-sociais dum povo diferente determina quase sempre uma geração mais válida, forte, destinada até a exercer uma espécie de hegemonia na nova região em que se aclima. Não há, pois, razão para admitir-se que só entre nós a raça sucumbiria ao meio. As leis de adaptação e imunidade nativa, que geram o mais forte no sentido do mais apto, como entende Félix Le Dantec, vão selecionando esse tipo racial, que se delineia a traços inconfundíveis nos sertões da república, em que – diga-se de passagem – deve-se arrolar também ‘o fator representado pelas vastas regiões absolutamente indenes de toda e qualquer infecção parasitária’. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 247-248).

Ainda questionava qual outro argumento usava os pessimistas? Seria “O clima?”

Sobre este declara:

Mas que importa o clima, embora excitante e menos propício ao vigor, se o exercício do arco e vida ao ar livre, sob as ardências deste mesmo céu litorâneo, conquistaram aos indígenas, como a face requemada pelo sol e curtida pela salsugem, esta robustez excepcional, que, no dizer de Lery, lhes armava o braço musculoso para vergar e pôr a tira setas tão longas que os melhores arqueiros europeus não as manejavam, desfechando estes com os arcos menores apenas seis vezes quando aqueles asseteavam o dôbro com facilidade relativa? À eugenia compete, pois, por meio de uma ação multiforme e contínua, consolidar nossa resistência à umidade enervante, ao calor depressivo e às variações bruscas de temperatura. As leis psíquicas vêm substituir, segundo Bucke, as primitivas leis físicas. Não há clima inóspito ante o poder da ciência. (AZEVEDO, F., [1919] 1960, p. 247-248).

Os trechos apresentados acima evidenciam sua inserção no debate nacional/racial de seu tempo a partir do debate com a visão pessimista sobre o Brasil. Demonstram um esforço em desarticular os argumentos que condenavam o país à degenerescência. Nesse sentido, é importante frisar que a resposta a todos os argumentos estava na eugenia, pensada sob o prisma neolamarckista. Por meio dela se operaria a obra de formação do povo e este seria “integrado numa nacionalidade, característica e vigorosa”. A educação física completaria obra moldando-o física e moralmente.

É imperativo destacar que ao responder sobre a “a raça”, Fernando de Azevedo ressalva que “quanto ao sertanejo” não havia problema. Está aqui uma questão aparentemente sutil, mas que aponta para uma estratégia importante e, de certa forma recorrente, em seu pensamento: a rejeição ao negro e sua associação com a ideia de primitivismo e de degeneração. Azevedo recorre a Euclides da Cunha para demonstrar que a raça não era um entrave ao Brasil, porque o sertanejo era a expressão da raça nacional que, embora não aparentasse, trazia consigo traços necessários para a formação de um povo forte, capaz de erguer uma nação robusta e civilizada.

Como visto anteriormente, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, apresentava à intelectualidade o sertanejo (miscigenação entre o europeu – bandeirante – e o índio) como a gênese da “raça brasileira”. Nessa construção, pautada numa leitura hierarquizada das raças, o negro, bem como o produto de sua miscigenação, são apresentados como inferior, física e mentalmente – em outros termos, eram eles os degenerados.

Podemos entender que ao recorrer a Euclides da Cunha para pensar a viabilidade da raça nacional, Fernando de Azevedo concorda com o pensamento desse autor. Ao falar “quanto ao sertanejo”, parece querer distinguir que a raça não era um problema quando se pensava no sertanejo (fusão entre português e índio), mas seria fora dessa equação. É o negro, o elemento ausente. Sendo assim, podemos inferir que o negro não é o povo a quem Azevedo se refere quando argumenta sobre seu projeto de brasileiro e de nação. Ao mesmo tempo, Azevedo reafirma a hierarquia racial já presente em Euclides quando conclui que o imigrante (europeu) já teria se aclimatado e sob ele já se aplicava a lei de seleção natural (darwinismo social), motivo que o colocava como dominador do meio e das demais raças. Novamente, o sertanejo é reafirmado como o resultado mais acurado da miscigenação – em outras palavras, do branqueamento.

A valorização do europeu, particularmente do português, em detrimento do africano e do negro, reaparece em outros textos de Fernando de Azevedo. Em *A evolução do*



*esporte no Brasil (1822-1922)*<sup>311</sup>, publicado em 1930, o autor reconstrói momentos da história do Brasil procurando assinalar a evolução da atlética (isto é dos esportes) entre nós. O texto é ilustrativo de como Azevedo pensava a formação do povo brasileiro a partir da hierarquia entre brancos e negros.

Afirmava que “A luta contra a natureza havia de imprimir seu cunho próprio aos colonizadores do país e aos desbravadores do sertão, que tantas vêzes na vida se viram com a morte tragada”. Asseverava que esses, vistos como “nossos antepassados”, haviam sido forjados nos exercícios físicos a eles impostos pela natureza e por suas necessidades sociais. Novamente retomava o pensamento de Euclides da Cunha e declarava que naquele contexto o “corpo se adaptou ao terreno. Traz a marca do clima”. O que chamava de “nossos antepassados”, dizia, tratava-se de “figuras antigas de músculos salientes queimados de sol, e de máscara duras, em que se incrustavam sombras, a rudeza de uma fôrça autêntica” eram, contudo, “distante do ideal de saúde, vigor e beleza dos jogos gímnicos celebrados no frontão dos tempos da Helênia” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 283).

As jornadas ao sertão, “essa ginástica natural”, havia fixado:

[...] notáveis caracteres dos portugueses conquistadores, que constituiriam a base étnica da família brasileira. A energia, a iniciativa pessoal e a tenacidade postas à prova rude e ainda mais consolidadas com dispêndios inauditos de vigor nos rasgos das bandeiras e das entradas, formavam a sólida estrutura moral das primitivas populações [...]. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 283).

As virtudes físicas e morais que compunham a “base da família brasileira”, na visão de Fernando de Azevedo eram um legado dos portugueses, primeiros desbravadores. E, posteriormente, essa característica é identificada nos bandeirantes. Estes são apresentados como verdadeiros pioneiros. Deles teria surgido todo o progresso de São Paulo, fosse durante a colônia, fosse durante o império.

Os bandeirantes paulistas, e êsses homens que por tôda parte realizaram o notável esforço da penetração sertaneja [...] Crescia-lhes a ousadia empreendedora na proporção das dificuldades. As vilas, que se semearam por tôda parte atingida pelos bandos colonizadores, se coroavam de um

---

<sup>311</sup> Segundo Azevedo (1960, p. 281), esse texto foi primeiramente apresentado como “Ensaio de crítica e de história feito para a edição especial d’*O Estado de S. Paulo*’, comemorativa do 1º. Centenário da Independência do Brasil”.

diadema de núcleos, fazendas e engenhos, que ou ficavam ligados ao primitivo foco civilizador ou dêles se desprendiam pelas largas distâncias. Formou-se então a aristocracia dos fazendeiros entre cujos descendentes se iam buscar os elementos hígidos para constituição, nas cidades, de novas famílias em que se projetava e reafirmava a sua vitalidade enrijecida na vida rural ou nas pequenas aglomerações urbanas. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 284).

Fernando de Azevedo arquiteta uma narrativa na qual a figura do bandeirante é exaltada como “nossos heróicos antepassados” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 298). É dessa raiz que descenderia a aristocracia rural e urbana de São Paulo. Importante notar que não raramente Azevedo entremeava momentos da história do Brasil com a história de São Paulo. Os colonizadores portugueses são relacionados aos bandeirantes e estes à aristocracia paulista.

Podemos entender ser esta uma estratégia discursiva para contar a história (a origem desbravadora) das elites paulistas. É *mister* dizer que o texto foi escrito para uma edição especial do jornal *O Estado de São Paulo* que comemorava o primeiro centenário da Independência do Brasil. Este jornal – como se verá adiante – procurou construir sua identidade relacionando-a aos interesses de São Paulo. Como apresentado na segunda seção desse trabalho, os interesses paulistas giravam em torno de dois importantes pressupostos: sua liderança política nacional e seu projeto liberal. No texto de Azevedo, a identidade paulista era exaltada recorrentemente e apresentada como símbolo do progresso da nação, o que se explicava por sua origem europeia.

Ainda nesse sentido é importante comentar que em *A evolução do esporte no Brasil (1822-1922)* Fernando de Azevedo abre uma seção, intitulada “A herança e o meio social até 1888”. A “herança” representava o legado físico e cultural dos portugueses. O “meio social” é aquele do período colonial e imperial, momentos que, segundo Azevedo, foram propícios para a prática de atividades que promoviam a higiene e a saúde física e mental do paulista. A data, 1888, é colocada com o limite da situação por ele descrita.

Em sua narrativa, tem-se a impressão de que nesses períodos vivia-se uma situação quase paradisíaca. As intempéries são apresentadas como ocasionadoras do desenvolvimento e “ousadia empreendedora” dos paulistas. A força, a saúde e o caráter dos “nossos antepassados”, afirmava Azevedo, estavam relacionados à “vida ao ar livre, nas fazendas e cidades”. Em sua visão, tudo congregava para a saúde, a higiene e o progresso. Em nenhum momento da narração Fernando de Azevedo faz referência à escravidão, tampouco

aos escravizados. O discurso enfoca a presença dos “portugueses” e “bandeirantes” – ainda que fale do “povo”, este não passa de coadjuvante e expectador do desenvolvimento das elites rurais e urbanas (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 284).

A impressão que causa ao leitor é que nesse tempo (período entre a colonização e o império) havia uma confluência entre homem e meio a ponto de compor um sentido de ordem que levava ao progresso. Todavia, apontava que essa ordem fora modificada a partir de 1888, data da Abolição da escravatura.

Na seção que segue intitulada: “A transformação do meio social e o veículo”, Azevedo afirmava que, em decorrência da Abolição, ter-se-ia a derrocada dos fazendeiros, o que produziu o “êxodo crescente” dos rapazes das fazendas para as cidades, processo que é visto como o momento em que a juventude (a próxima geração) passa a se “degenerar” perdendo o “vigor”, mas também “a honestidade de costumes”, caindo num “relaxamento moral” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 292).

Ao falar das práticas esportivas das épocas colonial e imperial, Fernando de Azevedo ressaltava o legado dos portugueses e de sua cultura na formação do que chamou de “festas de caráter esportivo”. Assinala a herança dos portugueses na “cavalhada”, festa descrita como uma herança da cavalaria medieval. A manifestação cultural teria cumprido a função de promover as condições de saúde e de diversão dos “jovens ricos”, bem como fora um “divertimento” para o povo “que então despertava, extremunhado, de sua pasmaceira, para assistir a êsses memoráveis torneios de origem aristocrática. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 286-287).

Se por um lado os portugueses são alçados como símbolo de força, bravura e moral, por outro o legado dos africanos – tratado uma única vez no texto – aparece de maneira depreciativa. A seguir, transcrevemos os trechos em que se nota esse fato. Ainda que sejam longas as passagens, entendemos que são cruciais para a apreensão de como Fernando de Azevedo compreendia os negros e seu legado cultural.

Discorrendo sobre “festas de caráter esportivo”, destacava a capoeira como uma “luta popular”. Asseverava que esta:

[...] foi durante muito tempo na arraia-miúda, a terrível luta, como que no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro se faziam temidos os desordeiros, pela violência inesperada de seus golpes decisivos. Os capoeiras chegaram a constituir-se em uma espécie de casta, com seu traje característico, seus costumes, suas tradições e sua gíria pitoresca. (AZEVEDO, F., [1930] 1960, p. 288).

Os capoeiras eram caracterizados por Fernando de Azevedo como “desordeiros”, “temidos” pela “violência inesperada de seus golpes”. Na sequência, asseverava: “De origem africana, a copoeiragem – terror da fôrça pública, não tardou em ganhar foros de cidade e ascender [...] da camada popular às eminências da política”. O efeito da inserção dos capoeiras na política é por ele descrito: “Oradores agredidos e até frades desrespeitados não se desprezavam de varrer, a cabeçadas e a rasteiras, os indivíduos que os provocavam...” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 288). Os capoeiristas são descritos como símbolos da desordem e da violência, em suas palavras:

Em quase todos os bairros do Rio até a Guerra do Paraguai, pulularam capoeiras como cogumelos em dias de chuva. Organizaram-se em maltas que disputavam entre si a primazia nos prodígios de agilidade e de destreza. Multiplicaram-se escolas em tôdas as freguezias. Cresceram os distúrbios em número e violência. A necessidade dos conflitos, a que se habituaram os capoeiras e às vêzes faltava o motivo, criou uma casta bizarra de indivíduos, a dos *coxinguelês*. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 289).

A luta de origem africana é apresentada como fator de desordem, coisa de “arraia-miúda”, de africanos. Sendo assim: “Depois... caiu de moda. Tinha de cair” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 289). Sendo africana, “tinha” de cair. Não é forçoso ver nessa frase a percepção da imagem do africano, do negro e do mestiço como decaídos, suplantados por uma raça mais forte. Imagem essa recorrente no imaginário das elites nacionais – como se tem procurado ressaltar nesse trabalho.

Segundo o educador a “queda” da “capoeiragem” fora sentida pelo historiador Melo Moraes Filho que, em suas palavras, teria sugerido a capoeira como “a luta nacional, em cuja prática o brasileiro podia transformar-se num Hércules de Puget, nas formas e na força”. Azevedo explica que ele próprio, “a princípio”, chegara a pensar da mesma forma, “do mesmo parecer hão de estar, como eu estava, os amigos das tradições do país, que, com ter tão poucas, vai assistindo o descalabro destas, ao sopro renovador da civilização moderna” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 289). Acreditando que a “civilização moderna” renovaria as tradições do país, assim se pronunciava desfavorável à ideia de ter a capoeira como símbolo do esporte nacional:

Mas, em primeiro lugar, a capoeiragem nunca foi pròpriamente uma luta nacional: não passou, a não ser em certa época, das rodas de mestiços e africanos, entre os quais teve a sua origem e os seus melhores dias de glória. Demos porém que o tivesse sido. Não deveria continuar a sê-lo. A

copoeiragem é um violento exercício de agilidade, equilíbrio e fôrça. Ela cria, como aliás todos os esportes, um tipo particular e inconfundível de ginasta. É ‘o Mandica da Praia’, reforçado e gibento, de andar oscilante que, lá se vê, estaria longe de evocar o *Auriga* de Delfos, e só poderia agradar a quem desconhece a fôrça orgânica, as linhas estéticas, ‘o valor social do tipo escapulovertebral e sacro-abdominal, que constitui o cânone da beleza e da fôrça grega e sueca’. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 289).

A capoeira não poderia ser aceita como esporte nacional, pois era coisa reduzida a africanos e mestiços, e por isso era – segundo Azevedo – fator de desordem e de violência, além de produzir homens de físico e de caráter duvidosos. E aqui novamente vemos o padrão de homem desejado por Fernando de Azevedo (e Renato F. Kehl): o padrão apresentado pela Grécia e Suécia.

A sobrevalorização do português e desvalorização do africano também está presente em escritos de Renato F. Kehl. Em *A cura da fealdade – eugenia e medicina social* (1923), ao falar da composição dos “elementos principaes dos tres troncos ethnicos”, destacava esse eugenista que “o luzitano, de raça forte e destemida, foi o colonizador destas plagas e a elles devemos o que fomos e o que somos” (KEHL, 1923, p. 173). Em relação aos negros afirmava:

Considero todas as raças susceptiveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor gráo, guardando, porém certa restricção, em relação á raça negra, que parece-me, é de gráo intellectual um tanto inferior a todas as outras. O facto de se contarem, entre individuos de raça negra, exemplos de intelligencia brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença ou melhor essa verdade. São excepções e rarissimas que não servem para invalidar a regra. (KEHL, 1923, p. 175).

Como se pode notar, o pensamento de Renato F. Kehl e de Fernando de Azevedo se assemelhavam em relação à compreensão sobre as características dos grupos que constituíram o povo brasileiro. Em ambos vê-se a exaltação do português em detrimento do negro<sup>312</sup>, visto como degenerado em todos os aspectos. Em ambos a Educação Física é vista como medida eugênica.

Segundo entendia Fernando de Azevedo a Educação Física era: “No conjunto das medidas eugênicas, prepostas a melhorar as condições de saúde e vitalidade de um povo, é,

---

<sup>312</sup> Afirmava Renato F. Kehl que seus “O mulato, o mameluco e o cafuso são typos plasticamente feios na sua generalidade. Conhecem-se mulatas e mulatos bellos, mas como excepção e não como regra” (KEHL, 1923, p. 178).

certamente, uma das mais importantes e eficazes” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 281-282). Pensando dessa forma, declarava: “Se a mim, pois que não a outros, coubesse em sorte de traçar um plano brasileiro de educação física, havia de refugar das escolas a capoeiragem” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 290).

Como se pode notar, a visão de Fernando de Azevedo sobre os africanos e seus descendentes não estava em desacordo com aquela apresentada por grande parte das elites desde meados do século XIX. No processo de ressaltar as qualidades positivas dos colonizadores europeus, escolhe como contraponto os negros e tudo a eles relacionado. Essa equação está explicitada na sentença a seguir:

[...] da situação esportiva que se prolongou quase inabalável pelo Império durante a qual, enquanto os capoeiras enchiam de bulício os bairros escusos do Rio e punham, em debandada, com suas proezas de valentões, uma procissão pacata ou um pugilo de soldados, os heróis das cavalcadas arrancavam estrépitos de palmas nas grandes festas e, pelo interior, homens de tôdas as camadas sociais interrompiam com as longas caçadas a vida bocejante das cidades e das fazendas. (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 290).

Essa visão, como ele próprio afirmava, influenciaria um projeto de educação física que viesse a construir. Como deixava explícito em dependendo dele, a capoeira não teria espaço nas escolas devido às suas características. Podemos inferir que, com isso, refugaria o legado cultural africano, por ele entendido como uma tradição primitiva que seria renovada com as novas tradições que já apontavam no horizonte paulista.

Segundo assinalam os estudiosos sobre Fernando de Azevedo, a Educação Física foi o caminho de ligação entre este intelectual e o pensamento eugênico das primeiras décadas do século XX no Brasil (SOARES, 1994; SILVA, A., 2008 e 2012). Ressaltamos que seu projeto de Educação Física procurava responder ao problema de degeneração do país. Essa degeneração era devido à “heterogeneidade de elementos ancestrais, que, fusionando-se, deram o produto híbrido e impreciso da nossa *gens*”, isto é, o mestiço (AZEVEDO, F., 1920a, p. 294). Mas, acreditava Azevedo:

O nosso paiz atravessa um periodo de *plasticidade e elasticidade*, porque, não tendo uma civilização homogênea e antiga, para manter um *typo* anteriormente adquirido, e devendo resultar *de uma fusão de raças este typo psychico-morphologico*, o ‘homem novo’ será entre nós (para usar a expressão de Taine) ‘uma argila toda molle e flexível ainda em capaz de

dobrar-se e adaptar-se *sob a pressão physica* (a pressão do meio, do regimen alimentar e do exercício), contra a qual seu passado não lhe fornece sufficiente apoio.’ (AZEVEDO, F., 1920a, p.186, grifo do autor).

Por isso, era preciso agir sem demora. No livro *Da educação física, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser*, a última seção recebe o seguinte título: “Regeneração ethnico-social pela educação physica”<sup>313</sup>. Não por acaso, é a última seção, pois nela Fernando de Azevedo enfatizava – debatendo novamente com os teóricos pessimistas – que a regeneração viria pela eugenia e pela ação da educação física. O Brasil conheceria esse “homem novo”, que já despontava no sertanejo, que mesmo não apresentando as qualidades presentes nos homem europeu poderia ser regenerado, regenerando também a sociedade.

É um problema complexo o da regeneração social. Para se conseguir, porem, o rejuvenescimento d’uma nação, de que depende a existencia d’um povo autonomo, de ser factor precipuo a educação physica scientifica e generalizada. Não ha senão seguir estas tendencias modernas, “em que triunfa o principio associativo, o principio de fusão de todas as sciencias para um perfeito ideal educativo - os syncretismo, que tem por objecto “o homem em formação nas varias manifestações da sua personalidade somática e moral”. A phrase de Duruy: “*Não queremos fazer bachareis, mas homens*”, deveria ser entre nós o critério e a alma da refórma de educação, que tivesse por fim levantar a estrutura d’um exhuberante paiz ethnologico sobre a pujança incontrastavel do nosso paiz geographico , um povo, emfim, cuja superioridade moral tornasse o ambito d’este territorio demasiado estreito para conter as expansões de seu dominio, e pequeno demais par as suas ambições de gloria e patriotismo. (AZEVEDO, F., 1920a, p. 297 – grifo no original).

Como se pode perceber, seu plano de regeneração social estava associado a um plano educacional pautado numa visão de educação científica e “integral” que levasse às escolas a ação regeneradora do exercício físico, este visto como uma “maravilhosa acção mecânica” capaz de corrigir e modelar a estrutura humana a ponto de criar um novo tipo étnico.

Quando, pois, persistindo a causa durante varias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatomicas assim

---

<sup>313</sup> Essa seção fortemente marcada pelo debate com teorias raciais foi “revista” na terceira edição do livro (em 1960). Com a revisão, o título da última seção passa a ser: “Organização nacional e educação física”, não só o título foi modificado, mas também os termos relativos à raça são atenuados quando não substituídos.

produzidas tornam-se permanentes e chegam á constituição de espécies novas, de maneira que uma adaptação a uma função util póde definitivamente fixar-se sob fôrma de um caracter ethnico, assim como a atrophya de certos órgãos póde chegar ao desaparecimento ethnico. (AZEVEDO, F., 1920a, p. 22-23).

A educação física, ao mesmo tempo em que liberaria “o inventario das forças do individuo” de maneira racional, também neutralizaria “o inventario de suas taras”, que são de ordem “physicas hereditarias ou adquiridas”, “moraes e sociaes” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 23-24). Sua visão de Educação Física, construída sob base neolamarckista, afirmava que o uso racional do corpo traria beneficios, tanto físicos, quanto morais e estes seriam transmitidos às próximas gerações.

A força de regeneração da educação física seria, para ele, tão forte que poderia até mesmo formar um “character ethnico”, isto é, um povo novo<sup>314</sup>. Pautado numa concepção darwinista social, declarava: “Progredir ou desaparecer”, que significará isto, senão regenerar ou desaparecer! A regeneração physica é incontestavelmente um dos maiores factores do progresso, se não fôr, talvez, este próprio progresso (AZEVEDO, F., 1920a, p. 297).

Ressaltamos que Fernando de Azevedo, nesse contexto, pensava a educação a partir da Educação Física que, por sua vez, tem por base teórica concepções raciais que informavam a mentalidade nacional desde fins do século XIX. Em suas palavras: “a educação mais propria é a que seja capaz de preparar o jovem para a lucta, tornal-o superior ás impressões desagradaveis e aos attritos dolorosos e educar-lhe a vontade” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 32), seria uma educação pensada para regenerar corpos e mentes. A escola é assim apresentada como espaço para propagação de hábitos higiênicos e eugênicos contidos também na educação física.

Seria prioritariamente na escola – mas não só nela – que deveria ocorrer a obra de regeneração “orgânica e esthetica”, promovida pela “sciencia galtoniana”, que apresentava “papel regenerador da esthetica facial”, mas também agia “contra as deformações anatomicas, viciosas attitudes physicas e enfermidades que d’ellas resultam, como também contra as irregularidades das funcção estaticas e mecânicas” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 99).

---

<sup>314</sup> Citava os Estados Unidos como exemplo. “A criação do *typo americano*, por transformação progressiva do *typo inglez* primitivamente invasor, é mais um exemplo frisante d’estas *regras androtechnicas*, pelas quaes, transportado a um meio differente, submettido a outro regimen alimentar e sob influencia depurativa e apuradora do exercicio, *tende o typo ethnico primitivo* a modificar-se, apresentando modelos anthropologicos de personalidades inconfundiveis e, na architectura somatica e nas tendencias psychicas, perfeitamente discriminadas d’aquelles *typos ethnicos*, que o produziram” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 296).



Fernando de Azevedo concebia a educação como algo integrado às necessidades do meio social. A ideia era de que a educação deveria estar “amalgamada à realidade e aos fatos sociais” seria uma “educação consoante às tradições, ao meio físico e às necessidades nacionais” (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 282). Essa ideia estava contida no seu projeto de educação cujo princípio fundamental era o da educação integral, nela implicada a presença da educação física, nos moldes aqui apresentado.

Em sua visão a educação não deveria priorizar formar “bachareis”, mas indivíduos capazes de enfrentar a luta social, de desenvolver uma consciência higiênica e eugênica, de saber fazer o uso racional de suas capacidades físicas, intelectuais e morais, não somente em seu benefício, mas, sobretudo, da nação<sup>315</sup>. Pensamento também defendido por Renato F. Kehl e pelo movimento eugenista como um todo.

Como se nota Fernando de Azevedo não só participou do debate sobre eugenia, sanitarismo e higienismo, mas também produziu sua resposta à questão de como transformar o Brasil numa nação moderna.

Ao analisar seu pensamento da primeira e segunda década do século passado, foi possível perceber que desenvolveu sua visão sobre o Brasil dentro de uma perspectiva “otimista” em consonância com o pensamento médico-sanitarista e eugênico. Em sua análise sobre o país é possível perceber a sobrevalorização do europeu em detrimento, particularmente, do africano e de seus descendentes. Nesse sentido, é possível vislumbrar que também em Fernando de Azevedo a estratégia da doença como metáfora para a raça se fez presente. A ênfase recaía sobre a regeneração dos corpos e das mentes, para tanto a educação física é apresentada como essencial.

Essa percepção avançou para a década de 1930 e 1940. Segundo Gualtieri (2008), Góes Júnior (2009), Vechia e Lorenz (2009) e Silva, A. (2008 e 2012), a partir de finais da década de 1920 é possível identificar uma mudança significativa nos escritos de Fernando de Azevedo. Na análise de Vechia e Lorenz (2009), o pensamento de Fernando de Azevedo é marcado pela oscilação:

[...] entre o que se caracterizou como o ramo ‘duro’ da Eugenia atribuindo ao fator racial os problemas físicos, intelectuais, psíquicos e morais do povo brasileiro e o ramo ‘brando’ que se baseava na teoria de Lamarck, de que

---

<sup>315</sup> Nesse sentido, apresenta capítulos específicos sobre a Educação Física de meninos e de meninas. As mulheres são vistas como importante instrumento de regeneração do povo, por isso deveria receber uma educação corporal e moral. Sobre a análise da educação feminina, nessa obra remetemos o leitor ao estudo de Vechia e Lorenz (2009); Silva, A. (2008 e 2012).

alguns caracteres poderiam ser adquiridos. (VECHIA e LORENZ, 2009, p. 63).

Asseveram esses autores que mesmo “claramente alinhado ao movimento eugenista”, Fernando de Azevedo mostra proximidade com o pensamento médico-higienista e sanitariano. Para ilustrar, destacam sua obra *Novos Caminhos e Novos Fins: a nova política de Educação no Brasil*, de 1932, na qual Azevedo “atribui, em parte, aos fatores geográficos, sociais e econômicos a fraqueza das crianças e jovens brasileiros”; mas, por outro lado, “atribuía aos problemas da raça a debilidade que favorecia a aquisição de vermes, viroses, enfim de inúmeras doenças” (VECHIA e LORENZ, 2009, p. 67-68).

Mesmo oscilando entre a eugenia “branda” e a “radical” é possível afirmar que a questão nacional/racial esteve presente em seu pensamento de maneira preponderante. A defesa da higiene escolar e higiene social ainda aparecem em textos publicados nas décadas de 1930 e 1940<sup>316</sup>. Por exemplo, no texto *Praças de jogos para crianças: ensaio de higiene social* [1930], sua preocupação está voltada, sobretudo, para a higienização dos filhos dos operários<sup>317</sup>.

Segundo Gualtieri (2008, p. 103), a partir de fins da década de 1920, Azevedo “passa a ancorar o processo pedagógico no determinismo biológico, nas diferenças individuais reveladas por aptidões naturais, decorrentes da composição hereditária.” Foi nesse mesmo período que o movimento eugênico nacional passou a discutir as concepções mendelianas que desacreditavam o lamarckismo. Ainda que não tenha expressado publicamente sua adesão a essa nova forma de pensar a questão da hereditariedade, é possível afirmar que Fernando de Azevedo a conhecia e esse conhecimento influenciou sua forma de pensar a educação, pois desde então atualiza seu pensamento deixando de defender que mudanças no meio poderiam interferir na herança biológica (SILVA, A., 2008 e 2012; GUALTIERI, 2008).

<sup>316</sup> A exemplo dos textos: *A evolução do esporte no Brasil*, *Praças de jogos para crianças: ensaio de higiene social*; *Congresso Brasileiro de Educação Física* e *Novos Caminhos e novos fins*, publicados em 1930.

<sup>317</sup> Preocupação já manifesta no livro *Da educação física...*, de 1920, como se nota em trecho deste: “Se se considera, com justa razão, a escola *um agente de moralização, que deve contribuir para despovoar as prisões, podemos igualmente encarar-a, diz Jaussens, como destinada a alliviar o orçamento dos hospitaes e dos hospícios*. É certo que, em sua casa, o filho do operário, affecto de moléstia chronica que o retenha ao leito ou a ella claramente predisposto, não é objecto senão raramente de cuidados hygienicos indispensáveis, emquanto que n’uma escola, sob os olhos de homens competentes e dedicados, pôde ser submettido a uma vigilância incessante e a cuidados assíduos, que as mais das vezes serão corôados do mais satisfactorio resultado. Cuidar dos meninos, na escola, para que *não se transformem em nulidades na officina social ou nas fileiras dos defensões da patria*, para que não constituem a sobre-carregar o orçamento já pesado da caridade official” (AZEVEDO, F., 1920a, p. 289 – grifo do autor).

Em entrevista à “Revista Educação Physica”, realizada em 1936, pode-se notar essa mudança. Ao ser indagado sobre o papel da Educação Física na formação do povo brasileiro, afirmava que ela desempenhava papel fundamental e que, por isso, deveria ser “ministrada a todos os indivíduos, desde as escolas pré-primarias (jardins de infancia) até as universidades” (REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA, 1936, p. 45). Contudo, esclarecia:

Mas, entendamo-nos bem por maiores que sejam, e são imensos os benefícios, que se podem esperar de um systema de educação physica extensivo a todos, elles não attingem senão os ‘indivíduos’ e a obra de educação physica tem de se repetir em cada geração. A educação physica tomada no seu sentido restricto ou amplo, começa onde a acção da eugenia acaba, e os seus benefícios são sempre reduzidos ás possibilidades e nos limites fixados pela natureza biologica do individuo e pelas condições sociaes e economicas do meio em que vive. Ella age sobre o individuo, dentro do seu equipamento bio-psychologico; não age sobre a raça. (AZEVEDO, F., 1936, p. 46).

Vê-se assim que Fernando de Azevedo faz questão de explicar que os efeitos da Educação Física favorecem o que o indivíduo já carrega em sua constituição biológica. Ainda realçava que esses efeitos não eram transmitidos às demais gerações, tendo que ser repetidos a cada geração. Ao destacar que a ação da Educação Física começava quando terminava a da eugenia, deixava claro sua compreensão sobre os preceitos mendelianos de hereditariedade. Ou seja, demonstrava estar atualizado sobre as teorias mais recentes acerca da hereditariedade, abrindo mão da explicação pautada em ideias neolamarckistas para propagar a de viés mendeliana, para a qual o indivíduo apresenta uma “natureza biologica” que não sofre influências do meio.

Como assinalou André Luiz dos Santos Silva (2012), percebe-se que Fernando de Azevedo, após a década de 1920, esteve em sintonia com as atualizações do campo da eugenia no Brasil, ainda que não estivesse “transitando” no movimento eugenista a partir de meados dessa década<sup>318</sup>.

Contudo, e isso é muito importante que se destaque tendo em vista a data da entrevista, vemos que a eugenia continuava a ser considerada como importante elemento na formação do povo brasileiro, o que indica continuidade em sua percepção sobre a constituição

---

<sup>318</sup> Destaca esse pesquisador que: “Nas ‘Actas e Trabalhos’ referentes ao I Congresso Brasileiro de Eugenia, apesar de seu nome estar registrado entre os inscritos do evento, Fernando de Azevedo não assina nenhuma das conferências nem compõe a ‘comissão directora’. Azevedo também não consta na lista de colaboradores do ‘Boletim de Eugenia’ e também não publica artigos no referido periódico. Por fim, seu nome também não compõe o restrito grupo de eugenistas constituintes da Comissão Central Brasileira de Eugenia (SILVA, A. 2012, p. 108).

do povo. Nessa mesma entrevista, ao ser perguntado sobre o que pensava a respeito da propagada ideia de inferioridade do povo brasileiro, responde:

Existe sem duvida uma ‘inferioridade physica’, que se prende, porém, não ‘á raça ou melhor, ás raças que entraram na composição de nossas populações ruraes, sertanejas, ou praieiras. A ‘inferioridade physica’ do nosso povo não é uma ‘questão racial’, mas um ‘problema social e economico’, de saude publica e de educação. A solução desse problema está numa politica de engenharia sanitaria ou de saneamento das regiões em que vegetam e se arruinam as nossas populações sertanejas, de viação e de transporte, de habitação, de hygiene alimentar, de elevação do padrão de vida das classes populares, ruraes e urbanas, e, por fim, de aquisição, pela educação, de hábitos higienicos, entre os quaes, o gosto e o habito da água e dos exercicios physicos. (AZEVEDO, F., 1936, p. 46).

Assim como em seus escritos anteriores, Fernando de Azevedo afirmava que havia uma inferioridade física no povo brasileiro, mas essa não poderia ser explicada pelas raças e sim por um problema social e econômico, de falta de higiene e de educação. E aqui ainda se percebe a relação entre saúde e educação. Ou seja, mesmo num discurso em que já não explicitava a raça como problema, apresentava a questão a partir do enfoque higiênico e sanitário.

Em 1936, vê-se seu diálogo com a visão pessimista presente – ainda nos anos de 1930 – no imaginário da intelectualidade nacional. Importante notar que – assim como nos seus escritos anteriores – Azevedo, ao falar do povo brasileiro, faz referência direta ao sertanejo. O que impele a interpretação de que ainda apostava no brasileiro esboçado por Euclides da Cunha, isto é, um brasileiro mestiço entre branco e índio que estava sendo “depurado” pelo sangue europeu. Na década de 1930, Azevedo destacava que a inferioridade do sertanejo não estava associada à raça, mas ao abandono pelo Estado, na esfera social e econômica, na saúde e na educação.

Defendia que a melhora do brasileiro viria por meio do saneamento que seria reforçado pela educação, ou seja, ainda em 1936, esse intelectual entendia a educação como meio de transmissão dos conhecimentos sobre higiene, em outros termos, a educação ainda era pensada pelo viés biologizante.

Esse pensamento sobre nação, higiene e educação foi posto em prática em determinados momentos de sua atuação na área educacional. Um exemplo pode ser destacado na sua atuação como diretor da instrução pública no Distrito Federal e em São Paulo.

Naquelas ocasiões buscou colocar em prática sua concepção sobre educação, como revela em entrevista concedida em 1936 à revista *Educação Physica*.

Nas duas reformas educacionais de que tive a iniciativa e a responsabilidade, na do Distrito Federal (1928) e depois, na do Estado de S. Paulo (Codigo de Educação, 1933), foi dada a devida importância à educação física, que passou ao primeiro plano das cogitações da administração e cujos serviços, creados por lei, segundo uma orientação moderna, foram vigorosamente atacados. (AZEVEDO, F., 1936, p. 45).

Não só a educação física foi dada a devida atenção, mas também a formação do corpo docente. Como assinalou Müller (2008), Fernando de Azevedo, assim como outros intelectuais de seu tempo, partia de uma visão hierárquica na qual os negros eram vistos como inferiores. Para essa autora, a diferença entre Azevedo e os demais intelectuais do período estava no poder de por em prática tal percepção, ressalta que “foi Azevedo quem estabeleceu as políticas de acesso ao magistério, que restringiram as oportunidades das moças não-brancas” (MÜLLER, 2008, p. 85).

Em sua administração no Distrito Federal foram empreendidas políticas que, no limite, visavam selecionar um determinado perfil (físico e psicológico) para atuar no magistério público. As candidatas, pois a prioridade era dada ao público feminino, deveriam – além de comprovar domínio dos conhecimentos específicos na área de atuação – demonstrar ter “hábitos higiênicos e de personalidade”, isto é, “boa conduta social e vocação individual e familiar – pais, tios ou irmãos no magistério”. Na seleção de ingresso ao magistério no Rio de Janeiro os exames de saúde física e psicológica figuraram como condição imprescindível no acesso à carreira (MÜLLER, 2008, p. 83 - 85)<sup>319</sup> o que restringiu, significativamente, a presença de negros no magistério.

Ao analisar a reforma realizada no Distrito Federal, Gualtieri (2008) enfatiza que Fernando de Azevedo colocou em prática uma concepção de escola adaptada a servir o meio social, isto é, às necessidades do indivíduo como cidadão. Também nesse momento é possível perceber a influência do pensamento mendeliano, uma vez que a reforma partia do princípio de “respeito às diferenças individuais estabelecidas biologicamente”. Assinala essa autora que nos artigos 446 e 447 da lei de Reforma do Distrito Federal estava exposto que a organização das classes deveria ser realizada segundo a “seleção dos alunos por suas aptidões mentais” (GUALTIERI, 2008, p. 103-104). Destaca ainda essa autora que o princípio da “escola sob

---

<sup>319</sup> Sobre as características da Reforma empreendida por Fernando de Azevedo ver: Vidal (2001).

medida” esteve na base do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Azevedo em 1932.

No texto do Manifesto é possível perceber certa manutenção de princípios educacionais presentes desde a primeira década do século XX. Nesse documento, afirmava Fernando de Azevedo, que a educação deixava de:

[...] constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assegurar um ‘caráter biológico’, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova assume sua verdadeira função social, preparando-se para formar ‘à hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’ recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (AZEVEDO, F., [1932] 2010, p. 40 – grifo nosso).

Podemos identificar no trecho acima que a proposta de educação defendida nesse documento parte de uma concepção biológica das capacidades dos indivíduos. A partir desse princípio é estabelecida a verdadeira função da educação que é formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’. De maneira aparentemente democrática e igualitária, a educação – adaptada ao meio social, isto é, as suas necessidades – cumpriria a função de formar uma hierarquia a partir das capacidades biológicas dos indivíduos. Essa ideia, como também a de uma educação integral (no sentido moral, físico e intelectual), assim como sua percepção sobre o povo brasileiro, permaneceu em seu pensamento, pelo menos até a década de 1940, como apontam os estudos de Gualtieri (2008), Vechia e Lorenz (2009) e Silva, A. (2012)<sup>320</sup>.

Como se assinalará na próxima seção, essas ideias manifestam-se também no livro *A Educação Pública em S. Paulo: Problemas e discussões – Inquerito para ‘O Estado de S. Paulo’, em 1926*, documento elaborado a pedido de Júlio de Mesquita Filho, que, segundo Fernando de Azevedo, foi base do projeto de criação da USP. Como intelectual ligado ao Grupo do Estado (intelectuais que orbitavam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*), conquistou cada vez mais espaço no campo educacional brasileiro, impulsionado, particularmente, pelo projeto de construção da Universidade de São Paulo.

<sup>320</sup> A esse respeito ver também o estudo de Marcus Vinícios Fonseca (2007), no qual o autor destaca o papel desempenhado por Fernando de Azevedo no livro *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, [1943] na construção de uma imagem – que desde então passa a ser repetida – na qual o negro “desaparece” da historiografia educacional. Do mesmo autor ver também: *A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira*. **Revista brasileira de história da educação**. n. 13, jan./abr. 2007.

## **5 A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o nascimento da USP. Iniciamos destacando o vínculo entre educação e as ideias sobre projeto nacional pensadas nas primeiras décadas da República. Na sequência, procuramos assinalar a continuidade desse debate no ensino superior. Para tanto, apresentamos um breve panorama do ensino superior em nosso país. Destacamos, sobretudo, a experiência paulista para marcar como se apresentava o quadro do ensino superior antes da fundação da Universidade de São Paulo.

### **5.1 A educação sob o enfoque do projeto nacional**

O contexto das primeiras décadas do século XX, no Brasil, favoreceu a ação política e social de homens de ciências e de letras que se legitimavam como intelectuais ilustrados, capazes de analisar, bem como propor, soluções para os problemas da nação. Sobre o direcionamento ideológico da elite intelectual brasileira nas primeiras décadas do século XX elucidada Cunha (2007, p. 220): “Os membros das elites intelectuais [eram] em geral, positivistas ou evolucionistas”. Homens que atuavam num contexto marcado por fragilidades apresentadas por um país que acabara de sair do modelo de sociedade escravista para viver o modelo republicano sem, contudo, ter se preocupado em construir bases sociais para essa transição.

A partir da Proclamação da República, vivia-se um novo regime, porém, sob os efeitos deixados pela estrutura social anterior. Para além dessa questão interna, o cenário mundial também estava vivenciando processos que lançavam reflexos sobre o Brasil agravando ainda mais o cenário interno.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, induziu uma onda de nacionalismo no Brasil, que teve importantes repercussões no campo educacional. Primeiro, a ‘nacionalização’ do ensino primário nas áreas de mais intensa presença estrangeira, nos estados do Sul. Depois, as campanhas pela difusão do ensino primário com o fim próximo de acabar com o analfabetismo, campanhas essas orientadas por um ‘entusiasmo’ consistente na crença de que a instrução pública seria o mais importante remédio para os ‘males da nação’. (CUNHA, L., 2007, p. 195).

O “entusiasmo pela educação” (expressão utilizada pelos primeiros historiadores que se dedicaram ao período) traduzia-se, sobretudo, pelo atendimento das demandas apresentadas pelas classes trabalhadoras e camadas médias urbanas, representadas pela burguesia industrial (oriunda da antiga oligarquia) que tinha interesse político em jogo. A educação pública promovida à época foi, assim, pensada a partir dos interesses das camadas urbanas oriundas do intenso processo de modernização econômica que então se realizava, particularmente em São Paulo (NADAI, 1982).

Como a Constituição de 1891 vedava o direito de voto dos analfabetos, e as oligarquias rurais detinham o controle da maioria do eleitorado interiorano, aquela classe via na difusão do ensino primário um instrumento capaz de ampliar o corpo de eleitores, pela incorporação de setores das classes trabalhadoras urbanas que lhe seriam favoráveis ou, pelo menos, passíveis de controle eleitoral. Com isso, imaginava conseguir a recomposição do poder político, dentro dos marcos da democracia liberal, retirando o controle do aparelho de Estado da aliança dos latifundiários com os comerciantes ligados ao comércio exterior, controle esse essencial como elemento propiciador das condições de favorecimento da acumulação industrial de capital. (CUNHA, L., 2007, p. 195).

As ações educacionais empreendidas no período têm sido comumente identificadas pelos historiadores da educação como promovidas por um espírito de “entusiasmo pela educação”, expressão cunhada por Nagle. (NAGLE, 2009; CUNHA, L., 2007). Essa análise (tanto a nosso ver, como na visão de outros historiadores), no limite, idealiza os agentes – e as ações – educacionais do período. Nesse sentido, cabe rever alguns aspectos ideológicos e contextuais que, colocados em foco, problematizam essa imagem (tão entusiasta) das origens das políticas educacionais empreendidas neste período histórico e que, de certo modo, orientaram (e orientam) o modelo de educação escolar contemporâneo<sup>321</sup>.

No que concerne à educação paulista, o contexto das décadas de 1920 e 1930 foi marcado por reformas no ensino.

Especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, foram implantadas várias reformas no ensino elementar paulista, responsáveis pela introdução de importantes inovações que acabariam por erigir a escola primária do

---

<sup>321</sup> Não estamos desconsiderando as diversas mudanças ocorridas na história da educação brasileira, no que concerne a legislações e mesmo ao desenvolvimento de uma cultura educacional. Desconsiderar essa história e postular que vivemos a educação pensada naqueles moldes, seria grave erro interpretativo. O que procuramos é chamar a atenção para a influência deixada por aquelas ideias educacionais que no decorrer do processo histórico têm suscitado, não raramente, um sentimento de nostalgia por um momento em que se tinha um projeto para a educação. Vide as diversas publicações e eventos realizados comemorando ou relembando este período.



Estado em modelo para o resto do país. Entretanto, ainda que entre 1890 e 1927 a quantidade de alunos matriculados no curso primário tenha aumentado vinte vezes, ante um crescimento populacional de 4,3 vezes, São Paulo ainda ostentava em 1920 um índice global de analfabetismo de 70%, cifra que decrescia para 42% na capital. (DE LUCA, 1999, p. 59).

As políticas educacionais empreendidas em São Paulo resultaram também da pressão exercida pelos imigrantes estrangeiros, que já na década de 1920 enxergavam na educação o caminho para alcançarem ascensão social. Por outro lado, parte da elite que se opunha à maneira como a República vinha sendo conduzida, destacava o papel da alfabetização dentro do projeto nacional.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial houve, em São Paulo, um deslocamento de estratégia de recomposição política. A aposta paulista de influência no governo federal, segundo Cunha, não se dá mais pela expansão do voto, mas pelo campo político-militar. Os “entusiastas da educação” são privados de importante suporte político-ideológico (CUNHA, L., 2007). Com o crescimento dos sistemas de ensino e o novo contexto político, o autor observou a entrada em cena daqueles que denominou de “profissionais da educação”, que se distinguiam dos “entusiastas da educação”, na medida em que esses novos atores se preocupavam não tanto com a expansão da escola, mas, sobretudo, com a “remodelação dos sistemas estaduais de ensino”. Essas reformas foram pensadas a partir de um ideário técnico que se denomina, com grande generalização, de princípios da Escola Nova.

Durante os anos de 1920, os profissionais da educação foram responsáveis por reformas do ensino em diversos estados, todos em direção contrária à de Sampaio Dória: Lourenço Filho no Ceará, em 1923; Anísio Teixeira na Bahia, em 1925; Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais, em, 1927; Fernando de Azevedo no Distrito Federal, em 1928. (CUNHA, L., 2007, p. 196-197).

Explica ainda este autor que os “profissionais da educação” divulgaram “técnicas e teorias psicológicas”, além de produzirem “obras didático-metodológicas, ao estudo da Pedagogia como “ciência experimental”. A atuação desses educadores, de diferentes matizes ideológicos, foi amplificada pelo fato de terem ganhado espaço na Associação Brasileira de Educação, órgão que, como apontado, teve importante alcance nacional (CARVALHO, M., 1989 e 1998).

Como demonstraram os trabalhos de Marta Maria Chagas de Carvalho (1989 e 1998) e Jerry Dávila (2006), o debate sobre educação desenvolvido no início do século XX, embora apresentasse preocupação em atender a demanda de modernização e industrialização do país, relacionava-se a outro “problema” de fundo, um fantasma antigo: a “armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo por causa de sua vasta população não-branca” (DÁVILA, 2006, p. 26).

Temos assinalado que houve, sobretudo, na década de 1920, uma forte associação entre as categorias “meio” e “raça” como elementos explicativos da sociedade brasileira. Esse debate se estendeu ao campo da educação. Segundo Dávila (2006), para os educadores das primeiras décadas do século XX, raça funcionava como uma “categoria social”, isto é, “o modo como os membros de uma sociedade classificam-se uns aos outros pelas características físicas”<sup>322</sup>. Desse modo, se “naturalizava” as características sociais, pois os parâmetros de classificação eram aqueles presentes nas teorias racialistas para as quais o branco era a expressão mais aperfeiçoada, biológica e culturalmente de civilização.

Como já foi discutido, vários grupos das elites brasileiras da primeira metade do século XX tendiam a acreditar que os pobres e não-brancos eram, em sua grande maioria, degenerados (BORGES, 2005; DÁVILA, 2006). Definindo esse estado de degeneração em termos médicos, científicos e científico-sociais, eles clamaram para si próprios o poder de remediá-lo e elegeram a educação como um dos instrumentos centrais para o êxito dessa empreitada. Nesse contexto, a escola torna-se uma “clínica” ou um “laboratório” onde se processaria a “cura”; isto é, a regeneração do povo brasileiro. As frequentes investidas do movimento eugênico brasileiro na área da educação – como assinaladas nessa pesquisa – são exemplos desta afirmação.

Importante ressaltarmos que os educadores que empreenderam as grandes mudanças educacionais nas décadas de 1920 e 30 faziam parte de um setor da sociedade que se caracteriza como:

[...] uma elite branca média, científico-social e intelectual emergente [que] transformou suas posições sobre raça em políticas educacionais. Essas políticas não apenas refletiam as visões da elite sobre degeneração; elas projetavam essas visões em formas que geralmente contribuíam para a desvantagem de brasileiros pobres e não-brancos, negando-lhes acesso equitativo aos programas, às instituições e às recompensas sociais que as políticas educacionais proporcionavam. Como essas políticas estavam imbuídas de lógica médica e científico-social, elas não pareciam,

---

<sup>322</sup> “Raça social” é um conceito elaborado por Charles Wagley em *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952, apud Dávila (2006, p. 26).

superficialmente, prejudicar nenhum indivíduo ou grupo. Em conseqüência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando a capacidade dos afro-brasileiros de desafiarem sua injustiça inerente. (DÁVILA, 2006. p. 21-22).

Sendo assim, reafirmarmos que a educação brasileira construída nas primeiras décadas do século XX participou de um projeto nacional que tinha como um de seus principais pilares a resolução do “problema” nacional/racial. Esse processo se estendeu também ao ensino superior.

## **5.2 O contexto em que surge a Universidade no Brasil**

Como nos aponta Fávero (2006), foi preciso uma articulação político-social para construir as condições necessárias ao surgimento das primeiras universidades em nosso país. Essa articulação levava em consideração tanto o aspecto histórico (experiência sobre o ensino superior) quanto questões presentes à época.

Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente. De 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. ‘Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891’ [...]. Tal orientação é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que institui também o ensino livre. Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de ‘desoficialização’ do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados. Nesse contexto surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná [...] como instituições livres. (FÁVERO, 2006, p. 21).

As primeiras universidades brasileiras nasceram a partir da aglomeração de Faculdades e Escolas Superiores já existentes. Por essa característica, não se pode afirmar que se tratavam de instituições como as que conhecemos atualmente. Esse modelo vigora, mesmo

sob críticas, até a fundação da USP, instituição que apresenta um modelo de universidade que servirá de referência desde então.

É possível afirmar que o ensino superior no Brasil constituiu-se a partir de uma disputa de poder no campo político e ideológico, particularmente de uma elite que se via responsável por construir um projeto de modernização pautado na racionalização científica que trazia em seu bojo ideologias políticas (e raciais).<sup>323</sup>

Como sublinhado, as teorias raciais no Brasil influenciaram sobremaneira a formação de nossa cultura orientando práticas sociais cotidianas e a instituição de políticas públicas, inclusive no campo da educação superior. Tanto no plano material (com destaque para as instituições), quanto no plano individual (subjetividades), a raça (primeiro legitimada pela ciência depois pelo social) se fez presente em nossa sociedade construindo ou reafirmando hierarquias.

A ideia de projetar soluções para o Brasil foi levada adiante particularmente por homens de letras, mas não só estes. Como demonstrado, neste contexto, o saber médico ganha *status* importante. Como apresentado, nos primeiros anos do século XX, ciência e modernidade tornam-se palavras-chave que se fizeram presentes em diferentes formas de expressão da opinião pública. Para aqueles homens, era preciso transformar o país como um todo, civilizá-lo das indústrias aos quadros do governo, passando por suas principais instituições, cultura e povo. Seus projetos foram debatidos por diferentes meios de comunicação, mas tiveram maior visibilidade em periódicos e pelas conferências promovidas por instituições construídas por aquela própria elite, a exemplo do jornal *O Estado de S. Paulo* e da Associação Brasileira de Educação (SCHWARTZMAN, 2001).

Os projetos, embora se diferenciassem no conteúdo de suas propostas, tinham em comum o fato de a educação ser adotada como estratégia para se obter a mudança desejada (SCHWARTZMAN, 2001). O foco na educação era justificado, seja por sua capacidade de formar especialistas, seja por seu alcance na tarefa de regenerar o povo, seja ainda, pela função de educar as massas descontentes, tornando-as mais dóceis e menos aderentes a ideologias vistas como desagregadoras (CARVALHO, M., 1998; TENCA, 1994).

Como assinalado, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelo esforço em empreender a expansão do ensino público, estratégia que visava, entre outras coisas, erradicar o analfabetismo da população brasileira fornecendo-lhe o ensino básico gratuito, ação vista como essencial para a regeneração do país. Nagle (2009), assim como Dávila (2006), referem-

---

<sup>323</sup> Sobre o assunto, ver: Tenca (1994); Nadai (1982); Cardoso (1982) e Carvalho, M. (1989).

se a este momento como aquele em que o ensino público foi legitimador de uma estratégia política de cunho nacionalista, no que tange à construção do povo brasileiro a partir do afastamento do estigma da ignorância das sociedades pouco civilizadas.

A educação tornou-se foco de debate e ação tanto nos meios de comunicação, quanto nos órgãos ligados aos governos municipais, estaduais e federais. Instituições foram criadas com o objetivo de promover e controlar a expansão do ensino, a exemplo do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), órgãos que tinham plenos poderes para colocar em prática projetos apresentados como necessários.

Ressaltamos que num contexto de exaltação fervorosa do discurso eugênico, como a década de 1930 no Brasil, não por acaso saúde e educação dividem o mesmo espaço na preocupação do Estado. Como assinalado, essas duas dimensões foram pensadas de modo a se complementarem na obra de regeneração do povo e da cultura. Em 1933, assim afirmava o presidente Getúlio Vargas a esse respeito:

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde públicas – já tive ocasião de dizer – só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social, si, por efeito de causas congênicas ou adquiridas, estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, impróprio à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva. (BRASIL, 1978, p. 166).

Com tal espírito, no âmbito educacional, o poder público engendrou reformas, tanto na educação fundamental (elementar), quanto na educação secundária e superior. As reformas empreendidas pelo ministro Francisco Campos (1931-1932)<sup>324</sup>, seguiram a perspectiva de priorizar a ciência em relação aos estudos clássicos, tendo por foco principal o ensino secundário.

Em conformidade com o pensamento expresso na citação acima, foi em sua gestão que a Educação Física passou a ser instituída como disciplina obrigatória “em todas as classes das instituições de ensino secundário (corresponde atualmente do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio)” (CORRÊA, D., 2008, p. 226). Ação que, de certo modo, acolhia a demanda de higienistas e eugenistas.

---

<sup>324</sup> Sobre as reformas ver Moraes (1992).

Como visto, desde finais da primeira década do século XX e, mais especificamente na década de 1920, aumentava o coro daqueles que apostavam no potencial da Educação Física como medida eugênica complementar à ação de regeneração do povo brasileiro – e, por isso, defendiam a sua presença nas escolas, tendo em vista sua influência sobre a constituição física, moral e cultural do indivíduo, particularmente em idade escolar.

A justaposição entre educação e saúde pairava sobre a sociedade e era legitimada também pelo poder público como meio para se atingir o progresso. Nesse sentido, asseverava Getúlio Vargas em 1933:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo, por base, a instrução primária e de letras e a técnica e profissional. (BRASIL, 1978, p. 156).

Esse modo de compreender a educação estava muito próximo daquele defendido por Fernando de Azevedo quando se referia à “educação integral”, o que nos permite perceber o espraiamento das ideias eugênicas na década de 1930. Alcance que seguramente deveu-se ao resultado das campanhas empreendidas pela rede eugênica nacional<sup>325</sup>.

Seguindo essa mesma linha de atuação, na gestão do ministro Gustavo Capanema (1934 - 1945) também foi atribuída especial atenção à educação. No que diz respeito à Educação Física, ocorreram novas orientações. Conforme nos explica Corrêa, D. (2008), as reformas educacionais desse período foram marcadas por uma orientação de cunho nacionalista.

Com a premissa da ‘educação patriótica’ a reforma referencia a educação física como ‘prática educativa’, porém a aborda exclusivamente na vertente do adestramento físico, como forma de preparar fisicamente a juventude masculina para atuarem como ‘defensores da pátria’[...]. (CORRÊA, D., 2008, p. 233).

---

<sup>325</sup> Importante lembrar o papel desempenhado por Renato F. Kehl nessas campanhas, sobretudo na década de 1930. Em incursão ao seu arquivo, identificamos duas correspondências, datadas da década de 1930, nas quais o eugenista oferece seus livros ao presidente Getúlio Vargas. As cartas são respostas do oficial do gabinete de Vargas que diz: “O PRESIDENTE GETULIO VARGAS incumbiu-me de transmitir-lhe agradecimentos pela oferta dos seus livros – PAIS, MEDICOS E MESTRES e MEU GUIA”. E ainda, “O PRESIDENTE GETULIO VARGAS incumbiu-me de transmitir-lhe agradecimentos pela oferta de um exemplar do seu livro- CATECISMO PARA ADULTOS”. Entendemos que essas cartas demonstram o empenho de Renato F. Kehl em levar as ideias eugênicas à esfera federal.

Dessa forma, institui-se diferenciação à Educação Física voltada para o público masculino e para o feminino. Tal qual a indicação de eugenistas, como por exemplo, Renato F. Kehl e Fernando de Azevedo, a Educação Física é vista como meio para formar, no caso masculino, o “soldado para a nação” e, no caso feminino, o bom desempenho da missão da mulher; qual seja, “gerar filhos fortes e saudáveis” (CORRÊA, D., 2008, p. 233).

Com a reforma de Francisco Campos e, particularmente, a partir da obrigatoriedade da Educação Física nas escolas, podemos perceber a expansão, em âmbito nacional, de preceitos higienistas e eugênicos que passavam a ser institucionalizados (nas escolas) por orientação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Voltando ao âmbito do ensino superior, destacamos que no ano de 1931, Francisco Campos apresentou o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituía o Estatuto das Universidades Brasileiras. A partir desse documento, as universidades poderiam ser públicas (em qualquer das três esferas), ou privadas e deveriam oferecer, pelo menos, três dos seis cursos considerados principais à época: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. A Faculdade de Educação era vista como possível polo agregador das diversas humanidades, ciências e letras, pois atendia à necessidade de formar quadro de professores para educar as massas (TEIXEIRA, 2003).

Como elucidava Fávero na década de 1930:

[...] o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. (FÁVERO, 2006, p. 23).

Neste período, as ações do Estado estavam mais voltadas à expansão da escola pública e suas consequências, o que motivou duras críticas, por parte da oposição, que reclamava a falta de incentivo público para o desenvolvimento do ensino superior (NAGLE, 2009). As críticas eram centradas na inexistência de uma verdadeira universidade, já que o que se tinha eram Faculdades isoladas, isto é, um ensino superior caracterizado pela falta de articulação entre as faculdades e institutos, e destes em relação aos diferentes níveis e graus de ensino.

Acentua Nadai que na República, o “projeto de ensino superior” é pensado a partir do conceito de Universidade e não mais de Faculdades isoladas (NADAI, 1982). Nas primeiras duas décadas do século XX, a conjuntura político-social permitiu a constituição de diversas iniciativas de universidades em diversos estados. Ações que, na contramão da centralização do ensino pelo Estado, intentaram construir universidades engendradas pela iniciativa privada. Algumas dessas tiveram “vida curta”, como assinalou Cunha, L. (2007). Por exemplo, a Universidade de Manaus (1909 – 1926), Universidade de São Paulo privada (1911 – 1917) e a Universidade do Paraná (1912 – 1920).

Dentre essas, apresentamos o caso da Universidade de São Paulo – de cunho particular –, fundada em 1911, principalmente pelo fato de essa experiência ter sido “um divisor de águas, no sentido de se amadurecer a ideia de ‘padrão de ensino superior’ que se pretendia concretizar em São Paulo” (NADAI, 1982, p. 151).

Essa universidade era de caráter privado e sua criação está relacionada à demanda de um grupo de profissionais liberais que reuniu “nomes expressivos da burguesia e da intelectualidade paulista” defensores da desoficialização do ensino pelo Estado (NADAI, 1982, p. 151). Embora tenha recebido o mesmo nome dado mais tarde à Universidade de São Paulo, (de caráter público) em 1934, seu projeto é em tudo distinto. Sobre o assunto, aponta Cunha:

Aproveitando o ensejo da lei orgânica de abril de 1911, surgiu em São Paulo, sob a liderança de Eduardo Guimarães, uma curiosa sociedade. Vinte profissionais de nível superior (11 médicos, 4 farmacêuticos, 3 dentistas e 2 advogados) uniram-se a Luís Antônio dos Santos, denominado ‘sócio capitalista’<sup>326</sup>, e fundaram uma sociedade civil, a Universidade de São Paulo. (CUNHA, L., 2007, p. 180).

Fundada em 19 de novembro de 1911, foi inaugurada oficialmente em 23 de março de 1912. Na ocasião de sua inauguração já contava com 300 candidatos habilitados para iniciar os cursos. De proposta abrangente, essa universidade projetava como parte de sua estrutura as escolas superiores de Belas-Artes; Ciências, Filosofia e Letras; Agronomia e Zootecnia; Medicina Veterinária; Comércio; Farmácia; Odontologia Medicina e Cirurgia;

---

<sup>326</sup> A figura do sócio capitalista correspondia ao sócio que emprestava o capital para o investimento, sendo, portanto, administrador deste, enquanto a dívida não fosse quitada.



Engenharia; Direito (CUNHA, L., 2007). Seu projeto não estava circunscrito apenas à universidade:

A Universidade de São Paulo [...] foi fundada com o objetivo de oferecer ensino de todos os graus: primário, secundário, superior e ‘transcendental’. Para isso, previa-se a existência de uma escola primária e uma escola secundária, que pouca vida tiveram; uma escola de Cultura Física, para todos os graus; dez escolas superiores profissionais; e uma curiosa escola superior de Filosofia, História e Literatura. Esta última deveria promover, por conferências, a ‘cultura mental transcendente’, abrangendo assuntos de interesse geral. (CUNHA, L., 2007, p. 180-181).

Essa instituição procurava apresentar uma proposta inovadora, nesse sentido. Seus idealizadores teciam críticas aos métodos (na visão deles) rudimentares, empregados nas instituições superiores mantidas pelo Estado. Como contraponto, valiam-se de novos métodos de ensino que priorizavam “a realização da experiência, a apresentação do fato ou da demonstração, papel que antes só cabia à explanação do professor” (CUNHA, L., 2007, p. 183).

Sendo um empreendimento de caráter privado, a Universidade de São Paulo apresentava um projeto de educação competitivo que disputava interessados pela posse do diploma universitário. Para frequentar essa instituição os estudantes eram recrutados por exames vestibulares. Contudo, mesmo aqueles que não fossem aprovados integralmente nestes (mas tivessem aproveitamento em pelo menos metade do conhecimento exigido), poderiam fazer matrícula como ouvintes e frequentar as classes, tendo a obrigação de prestar os exames que faltavam até o final do curso. Tal medida contribuiu para garantir grande número de interessados nos cursos oferecidos. Em pouco tempo essa universidade cresceu em número de alunos, docentes e estrutura física (CUNHA, L., 2007; NADAI, 1982).

Em 1915, já contava com cerca de 700 alunos e 100 professores, além de diversos laboratórios instalados. Em 1916, uniu-se à Academia de Ciências de São Paulo e à Associação Beneficente Universitária. As três instituições passaram a compor uma associação mais abrangente.

Todavia, nem todos reagiam bem à existência dessa universidade. Ao contrário, ela recebeu duras críticas, particularmente dos intelectuais que discutiam o ensino superior e a necessidade de uma universidade que cumprisse realmente essa função, ou seja, que tivesse um “padrão de excelência” – isto é, que fosse “seletiva, elitista, eficiente e de excelente nível” (NADAI, 1982, p. 152). Essa crítica expressava, ao mesmo tempo, a insatisfação com o

modelo de ensino superior construído de forma fragmentada e com enfoque técnico e, na sua negação, já delineava o modelo de universidade almejada por parte da elite paulista reunida em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O jornalista Paulo Pestana, de ‘O Estado de São Paulo’, interpretando as aspirações de frações da burguesia paulista, em 1913, traduziu-as da seguinte maneira: ‘... nós queremos uma universidade eficiente, real, digna, com todos os elementos científicos e financeiros, como já a pode possuir o prospero Estado de São Paulo. Queremol-a mesmo como antídoto dos malefícios dessa liberrima palhaçada universitaria, que inconscientes pretenciosos estão espalhando pelo paiz, para illudir os parvos e degradar a cultura nacional. Queremol-a, em summa, nas condições de contrariar a vergonhosa industria de falsificar doutores e bachareis por algumas dezenas de mil réis, para satisfazer a vaidade de imbecis, que mais prezam um diploma do que o saber (...) Cumpre reagirmos, enquanto é tempo, em benefício do nosso prestígio no mundo civilizado. E reagiremos, fundando esses focos de luzes que são as universidades verdadeiras’. (PESTANA, apud NADAI, 1982, p. 152 – grifo nosso).

Aqui percebemos o contexto político que envolveu o surgimento da Universidade de São Paulo, em 1934. Um projeto da elite política e intelectual paulistana, congregada no Grupo do Estado. A citação acima nos permite inferir as teorias e conceitos que estavam na base da construção de tais discursos. No trecho grifado podemos perceber a vigência do discurso sobre o reconhecimento do Brasil como uma nação civilizada pelo “mundo civilizado”, imagem que nos remete às ideias presentes no debate nacional/racial à época – o que admite pensar que o modelo que se queria ver construído não atendia apenas a um projeto de ensino superior, mas visava à concretização de um projeto político-ideológico e (por que não dizer?) racial, a ser implantado na nação a partir de São Paulo. A universidade almejada por essa fração da burguesia paulista – que foi chamada por Cardoso (1982) de “Comunhão Paulista” – tornou-se o projeto de ensino superior que vigorará como modelo de “verdadeira universidade”, como se verá adiante.

Recebendo várias críticas e envolvida em rumores de que seus diplomas não seriam reconhecidos posteriormente, a Universidade de São Paulo (de caráter privado) aos poucos foi perdendo alunos para a Escola de Medicina do governo federal instituída em 1913. Como resultado, a projeção de matrículas feitas com base no curso de Medicina não se concretizou, levando aquela instituição privada a uma situação financeira crítica, a ponto de, em 1917, ter de ser extinta.

Poucos anos mais tarde, via-se surgir a “primeira instituição de ensino superior no Brasil que vingou com o nome de universidade”; isto é, que teve vida mais longa que as anteriores. Tratava-se da Universidade do Rio de Janeiro (CUNHA, L., 2007, p. 189).

No significativo dia 7 de setembro de 1920, o decreto 13.343, elaborado pelo ministro do Interior, Alfredo Pinto, e promulgado pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, determinou a criação da Universidade do Rio de Janeiro, conforme autorização de 1915. (CUNHA, L., 2007, p. 190).

Nascida por iniciativa do governo federal, essa universidade foi pensada para estabelecer balizas às demais. Sua criação foi ainda um ato que procurava reagir às iniciativas particulares de “desoficialização” do ensino (CUNHA, L., 2007). Contudo, a Universidade do Rio de Janeiro ainda estava organizada a partir da aglutinação de “algumas escolas profissionais preexistentes, a saber, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito que resultou da junção de duas escolas livres já anteriormente constituídas” (MENDONÇA, 2000, p.135).

Reunir instituições já existentes em uma universidade não foi algo bem recebido pelos envolvidos no debate sobre a universidade no Brasil. As críticas tinham por fundamento o fato de que não se havia realmente criado uma universidade, no real sentido da palavra, mas um aglomerado ou uma justaposição de faculdades que continuavam a funcionar de maneira isolada.

Seja do ponto de vista estrutural, seja do ponto de vista didático, funcionavam “sem qualquer alteração nos seus currículos, bem como nas práticas desenvolvidas no seu interior” (MENDONÇA, 2000, p.136).

A Universidade do Rio de Janeiro, não obstante, procurava estabelecer um modelo de universidade instituído pelo governo na tentativa de conter a multiplicação de diferentes modelos de instituições de ensino superior que surgiam nos estados “dificultando o controle do poder central” (CUNHA, L., 2007, p. 191). Em relação a isso, sucederam-se diversas críticas que enfatizavam a imposição de um modelo de universidade que, além de centralizador, não resolvia questões entendidas como fundamentais. A base do descontentamento estava na existência de um modelo “atomizado”, que não representava o projeto de educação superior almejado pela elite paulista, sobretudo.

A despeito das críticas, a Universidade do Rio de Janeiro teve o mérito de ter sido a “primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal”. Afora este fato,

“sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país” que marcou os anos de 1920 (FÁVERO, 2006, p. 22).

Conforme (SCHWARTZMAN, 2001, p. 141), as décadas de 1920 e 1930 foram profícuas no que concerne a “renovação da ciência e da educação”. Contribuíram para tanto, duas instituições em particular, a Academia Brasileira de Ciências (ABC)<sup>327</sup> e a Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>328</sup> com sede no Rio de Janeiro. Instituições em torno das quais se reuniam educadores e intelectuais que entendiam que a educação brasileira, sobretudo, o ensino superior, carecia de um projeto.

Segundo esse autor, a ABE representava um amplo campo de interesse anunciado pela diversidade de suas seções, a saber, “educação primária e de professores, educação secundária, educação superior, educação profissional e artística, educação física e higiene, educação moral e cívica e cooperação familiar” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 142). Os tópicos evidenciam o entrelaçamento da educação com a higiene e o controle moral, temas caros ao pensamento eugênico.

A ABE desempenhou um papel de destaque no fomento do debate sobre educação ao promover inquéritos (pesquisas de opinião) sobre educação e especialmente sobre universidade no Brasil<sup>329</sup>. Em relação ao ensino superior, o debate promovido, tanto pela ABC, quanto pela ABE apontava para uma discussão sobre a “concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil” (FÁVERO, 2006, p. 22). Discussão que ensejava construir um projeto de universidade, como destacou Fávero:

---

<sup>327</sup> Constituída em 1922, como desdobramento da Sociedade Brasileira de Ciências, esta fundada em 1916. Segundo SCHWARTZMAN (2001, p. 142): “A Academia desempenhou uma função cultural e intelectual, agindo para promover a ciência, mais do que para praticá-la, e não promovia ou patrocinava programas de pesquisa. Em certa medida, a Academia representava a ‘antifaculdade’, em contraste com a Escola Politécnica – uma reação contra o atraso na penetração das idéias modernas na Escola.”

<sup>328</sup> Nascida em 1924, após uma experiência malsucedida de fundação de um partido político, a ABE foi uma instituição que reuniu intelectuais com o propósito de arremeter poder político para empreender mudanças vistas como necessárias à nação. Esse propósito, contudo, não era declarado. Ao contrário, como demonstrou Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), houve um esforço por parte da instituição para apagar seu passado ligado à disputa política e, em seu lugar, afirmar-se como “defensora desinteressada do progresso nacional através da educação”. Segundo a mesma autora, a partir de 1927, ao promover Conferências Nacionais sobre a educação brasileira, a ABE consolida-se como entidade nacional. As campanhas empreendidas pela ABE visavam reformar a mentalidade das elites nacionais “convencendo-as da necessidade de regenerar pela educação as populações brasileiras, moldando-as como povo saudável e produtivo” (CARVALHO, M., 1998, p. 54).

<sup>329</sup> Explica Schwartzman (2001, p. 143 e 144) que as pesquisas consistiam “essencialmente em uma série de perguntas preparadas por um grupo de especialistas e dirigidas a uma ampla amostra de instituições e figuras públicas bastante conhecidas. As respostas eram depois publicadas pelos principais jornais do País ou como estudos independentes.” Em 1927, segundo o autor, foram realizadas pesquisas sobre a “educação secundária e a questão da universidade brasileira” apoiadas pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *O Jornal do Comércio*.

No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, há duas posições: os que defendiam como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação de ciência nova. (FÁVERO, 2006, p. 22-23).

São Paulo teve forte representação no debate sobre educação e particularmente sobre universidade. O estado, em matéria de elaboração de novas estratégias para a educação pública, era vanguardista, a exemplo da Escola Normal, passando pela Escola Modelo, pelos Grupos Escolares até reorganização de órgãos voltados para a educação pública que, por sua vez, engendraram todo um aparato administrativo e burocrático específico ao ambiente escolar, estendido para todo o estado (CARVALHO, M., 1989). Tal histórico impelia ainda mais a continuidade desse espírito de vanguarda também na elaboração de uma universidade que fosse modelo para todo o país.

Representantes da elite intelectual paulista não só participavam do debate sobre universidade como também defendiam seu próprio projeto, em cuidadoso processo de delineamento. Como nos explica Elza Nadai (1982):

Organizada a República, em São Paulo, a burguesia cafeeira tratou de consolidar o seu projeto político no qual definia certa prioridade para a educação – tanto a fundamental quanto a superior. Desta forma, o ensino foi, ao lado da Organização Municipal, da Judiciária, do Sistema Eleitoral e da Força Pública, objeto privilegiado das preocupações dos detentores do poder, revelando a importância que lhe atribuíam no seu projeto de dominação. (NADAI, 1982, p. 144).

O “Projeto de Ensino Superior” (NADAI, 1982) empreendido por parte da elite paulista, desde o início da República:

[...] atendeu às necessidades bem concretas. As escolas superiores deveriam ser instituições a serviço do progresso e da modernização, ideologia essa que legitimou sobretudo na Primeira República, a burguesia cafeeira, em suas diversas frações, como classe hegemônica. (NADAI, 1982, p. 147).

Ainda que inicialmente o projeto implicasse a instalação de escolas isoladas (Engenharia, Medicina e Agronomia), nunca se perdeu de vista a formação de universidades (NADAI, 1982). A despeito das disputas sobre o modelo de universidade, tinha-se, em São Paulo, uma “bandeira comum à maioria dos atores em luta: educação, racionalização, revolução e industrialização” (TENCA, 1994, p. 35), temas entendidos como centrais à promoção das reformas demandadas pelas elites.

Defendia-se que, reformular o ensino significava, por um lado, “garantir, sobretudo, a formação de elites competentes e trabalhadores produtivos e interessados na produção” (TENCA, 1994, p. 35); por outro, era um meio de “criar as condições mínimas de efetivação concreta do novo regime político [isto é, o verdadeiro espírito da República] que demandava a consulta regular à população alfabetizada, sem que isso, entretanto, interferisse no sistema de dominação” (NADAI, 1982, p. 144).

Na década de 1930, vemos florescer em São Paulo dois projetos de universidade que ilustram bem as diferentes posições defendidas nesse debate: Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP).<sup>330</sup>

O projeto universitário da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), nascida em 1933, foi uma tentativa de resposta elaborada pelos empresários paulistas aos problemas brasileiros apresentados nas primeiras décadas do século XX. Tal instituição objetivava “produzir conhecimento sobre o universo social brasileiro e formar elites competentes capazes de conduzir eficiente e corretamente os desafios do país” (TENCA, 1994, p. 39).

A principal diferenciação em relação ao projeto da Universidade de São Paulo (que viria a ser concretizado em 1934, mas que já era de conhecimento público, tendo em vista sua constante defesa no jornal *O Estado de S. Paulo*) foi quanto ao princípio norteador da Escola Livre de Sociologia e Política: o ensino a partir da “competência técnica e divisão profissional do trabalho na gestão das coisas públicas” (TENCA, 1994, p. 42). Visão esta fundamentada na administração industrial e num discurso que valorizava a racionalidade científica em favor da transformação do meio, isto é, empreender pesquisas para conhecer e atuar sobre o universo social brasileiro. Nas palavras de um de seus idealizadores:

E essa escola tem que possuir um tal programa, que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos,

---

<sup>330</sup> Por ser o cerne dessa pesquisa, trataremos o caso da USP no próximo capítulo.

incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo (SIMONSEN, 1933, p. 13 apud TENCA, 1994, p. 41 – grifo do autor).

Assim, ciências como antropologia, sociologia, psicologia, estatística foram vistas como aquelas que apresentavam avanços ao conhecimento social, sendo eleitas para explicar o “meio” social brasileiro. Contudo, seu surgimento representou também a vontade de neutralizar o projeto político subscrito no projeto da Universidade de São Paulo, que se concretizaria em pouco tempo, mas que já estava em curso. No diálogo, ou melhor, na negação do projeto elaborado pelos intelectuais do Grupo do Estado, foi constituído o projeto da Escola Livre de Sociologia e Política (TENCA, 1994). Podemos notar esse fato ao refletir sobre o pensamento presente nas falas de seus fundadores apresentadas nas primeiras solenidades de formatura, ocasiões que serviram de palco para discursos de afirmação do papel social dessa instituição.

Ao invés de um instituto de simples divagações acadêmicas, a escola de que aqui cogitamos se destina precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática. (SIMONSEN, 1933, p. 7 apud TENCA, 1994, p. 39).

Ao enfatizar as ciências, sobretudo sociais, apostava-se na constituição de uma elite técnica preparada “racionalmente” para conduzir as principais instituições do país. A preocupação em formar uma “elite técnica”, de certo modo, se contrapunha ao projeto apresentado pelo Grupo do Estado, que enfatizava ter a universidade o papel de promover os “estudos desinteressados”.

Não obstante, segundo Álvaro Tenca (1994, p. 40), o que se destacava como preocupação dos fundadores da ELSP era “disciplinar as massas, impedindo que elas contribuíssem para aumentar a ‘ameaça comunista’”. Para tanto, era preciso conhecer, cientificamente, essa massa para então agir disciplinarmente sobre ela e restabelecer o equilíbrio do corpo social. Ao mesmo tempo, o empresariado paulista procurava aumentar a produtividade e exercer controle, particularmente sobre os trabalhadores, o que exigia

conhecimento mais profundo destes. Deste modo, as ciências sociais<sup>331</sup> foram eleitas como aquelas que, por seu rigor científico, poderiam contribuir com tal função.

Para contemplar o amplo e diversificado leque temático de suas pesquisas, a ELSP, sob ascendência norte-americana, contratou sociólogos e antropólogos estrangeiros, tais como: Horace Davies, Samuel Lowrie, Donald Pierson, Radcliffe Brown, e recebeu a visita temporária de outros: Franklin Frazier, Melville Herskovits, Charles Wagley. Inspirando-se na Escola Sociológica de Chicago, a ELSP adotou perspectiva interdisciplinar como nas relações entre Antropologia e Sociologia ou Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Fez dos problemas urbanos e rurais seus laboratórios. (MAIO, 2010, p. 314).

Como explica Marcos Chor Maio (2010), essa instituição recebeu apoio de importantes intelectuais da área da medicina e da psiquiatria brasileira – que, inclusive, participavam do debate sobre raça e eugenia – tendo em vista que desenvolvia estudos com interface entre ciências humanas e biológicas.

Os temas que figuraram nos estudos realizados pela ELSP apontam diversas interfaces entre medicina e sociologia entre os anos de 1930 e 1950. [...] professores da Escola Paulista de Medicina, como Pacheco e Silva, Andre Dreyfus e Walter Leser, assinaram o manifesto de fundação da ELSP e ministraram disciplinas na instituição. (MAIO, 2010, p. 314).

Entre os temas de estudos desenvolvidos pela Escola Livre de Sociologia e Política constavam: “estudos sobre o negro” – a exemplo do Estudo sobre Atitudes Raciais de Virgínia Bicudo –; “padrão de vida e assistência filantrópica na cidade de São Paulo”; “enquetes sobre preconceito e atitudes raciais”; “pesquisas de opinião pública”, “imigrantes”, “condições de trabalho e personalidade dos operários”; “higiene mental e psicanálise”; “experiência social de doenças”; “estudos de comunidades rurais”; “projetos de desenvolvimento de comunidade”, “etnologia indígena” (MAIO, 2010).

No perfil da ELSP, exposto acima, identificamos temas candentes à sociedade naquele momento. Questões que motivaram intelectuais e empresários, além de políticos, homens de letras e de ciências a procurarem diferentes maneiras para respondê-las. A ELSP

---

<sup>331</sup> Como explica Tenca (1994, p. 38), “Roberto Simonsen insiste na necessidade de se investir nas ciências sociais como garantia para o eficiente funcionamento de uma sociedade moderna. Antropologia, sociologia, psicologia, e Estatística e até mesmo a filosofia, constituíam-se em avanços do conhecimento da vida humana, numa relação muito íntima com o desenvolvimento técnico”.



tinha como principal objetivo construir conhecimento sobre “o universo social brasileiro e formar elites competentes” capazes de reestabelecer a “harmonia do corpo social” (TENCA, 1994, p. 39). Foi formulada por homens que buscavam pensar o Brasil a partir de um referencial de cultura, métodos e respostas europeus e norte-americanos.

Dentre os “problemas” que procuravam resolver, destacamos a inquietação da massa, sobretudo urbana, a modernização econômica e, a persistente necessidade de construção da nacionalidade brasileira (que como temos afirmado implicava na solução do “problema racial”). Segundo entendemos, estes não eram temas característicos do projeto dos fundadores da ELSP; antes, constavam – explícita ou implicitamente – nos diferentes projetos apresentados pelos diferentes grupos (empresários, intelectuais e/ou educadores) que participavam do debate sobre universidade em nosso país.

Como afirma Tenca (1994), tanto no projeto da ELSP, quanto no da USP é possível perceber dois objetivos comuns: a disciplinarização das massas e a capacitação de elites dirigentes. Contudo, o modo como esses princípios norteadores foram conduzidos dentro do projeto de cada uma dessas instituições se deu de forma muito distinta. Além de apresentar estudos de caráter, digamos, mais práticos, a ELSP figurava como uma instituição menos elitista, já que nela se encontravam o “operariado da ciência”, isto é, “gente mais trabalhadora que coincidia de ser humilde também” (BICUDO apud MAIO, 2010, p. 344). Fato que não era verdade no caso da USP<sup>332</sup>, como se verá no próximo capítulo.

No capítulo que segue procuramos entender os principais contornos do projeto que deu origem a Universidade de São Paulo, fundada em 1934.

---

<sup>332</sup> Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) ingressou, em 1936, no curso de graduação em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política. Em entrevista concedida a Marcos Chor Maio (2010), justifica sua opção pela ELSP enfatizando seu caráter menos elitista em comparação com a USP.

## 6 USP: UM PROJETO REGENERADOR

A presente seção tem por objetivo refletir sobre as ideias que originaram o *Projeto USP* (ideias estas que, de certa forma, foram consolidadas com o Decreto Estadual n.º. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que instituiu a Universidade de São Paulo), além de destacar o projeto político-ideológico do jornal *O Estado de S. Paulo* particularmente quando este passa a ser representado por Júlio de Mesquita Filho. Ao assinalar o projeto do jornal e as bases filosóficas em que se apoiava o pensamento de Júlio de Mesquita Filho, procuramos entender, sobretudo, como a questão racial se apresentou no discurso do jornal e, particularmente, no pensamento desse jornalista e, depois, empresário. Ou seja, procuramos destacar como o veículo e Júlio de Mesquita Filho se posicionavam no debate nacional/racial tal como era posto à época. Posteriormente, nos detemos em entender possíveis ressonâncias entre esse pensamento e o *Projeto USP*.

É sabido o peso da influência exercida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no processo da criação da Universidade de São Paulo (CAPELATO e PRADO, 1980; CARDOSO, 1982; SALONE, 2009). Tendo em perspectiva tal fato, entendemos que para melhor apreendermos as linhas mestras do *Projeto USP* é preciso recuar no tempo e resgatar elementos do projeto editorial sobre o qual o jornal se firmou como porta voz dos anseios de certos setores da elite paulista.

### 6.1 O pensamento e o instrumento: jornal *OESP*

Nas últimas décadas do século XIX, num contexto de agitação política e intelectual ante a possibilidade da Abolição e da Proclamação da República – época em que os cafeicultores paulistas se articularam para construir estratégias que assegurassem a permanência de alguns de seus benefícios materiais e simbólicos, e em que intelectuais procuravam formular o projeto da nação que incluía o debate com as teorias raciais – foi fundado, no ano de 1875, o jornal *A Província de S. Paulo*, posteriormente denominado *O Estado de S. Paulo*<sup>333</sup>.

---

<sup>333</sup> Em seu primeiro número, o jornal assim declarava: “Essa folha e seu estabelecimento tipográfico pertencem à uma sociedade em comandita com o capital de 50:000\$000”. A sociedade, segundo afirma Thiago Alves Valente

O jornal *A Província de São Paulo* havia sido concebido na Convenção Republicana de Itu, em 1870, como órgão de divulgação do Partido Republicano Paulista. O diário só passou a circular em 4 de janeiro de 1875, sob a direção de Francisco Rangel Pestana e de Américo de Campos. Em seus primeiros quinze anos, salvo durante a direção do positivista radical Alberto Sales (irmão de Campos Sales), a folha seguiria mais a vigorosa orientação editorial de Rangel Pestana que o do núcleo político do Partido Republicano Paulista. JMF definiria a *Província* daqueles primeiros tempos como um ‘jornal quase maçom, quase ateu e muitíssimo republicano’. (SALONE, 2009, p. 72 – grifo do autor).

Assinala Thiago Alvez Valente que o jornal *A Província de São Paulo* nasceu na Convenção de Itu<sup>334</sup>, “quando a maioria dos participantes da convenção concordou acerca da necessidade de se ter um órgão de imprensa na capital”, pois o grupo de Itu<sup>335</sup> identificava que a imprensa não só legitimaria sua voz, como também “poderia criar a ideia da própria necessidade de sua existência”. Ao analisar as origens do jornal, Valente afirma que, como representante das ideias republicanas – ainda que não assumisse abertamente essa posição<sup>336</sup> – é “explícita a vinculação do periódico à linha política dos fazendeiros do Estado de São Paulo” (VALENTE, 2010, p. 61-62).

Assim, de caráter eminentemente republicano, *A Província*, ainda que buscando a neutralidade como sinônimo de seriedade, estará envolvida, desde o início, com causas políticas, no que o termo tem de mais amplo: *politizar*, pois, o leitor, e lhe trazer o ponto de vista de uma imprensa pretensamente democrática e republicana. (VALENTE, 2010, p. 66).

Como assinalado no segundo capítulo desse texto, no final do século XIX o Brasil vivia um momento de grande fervor intelectual e político. A preocupação com a raça permeava as discussões sobre economia, política e cultura (CORRÊA, 2001). Os cafeicultores paulistas, particularmente aqueles reunidos em torno do Partido Republicano Paulista, articulados em defesa de seus interesses, desempenharam papel político de destaque ao fomentarem o imigrantismo e ao defenderem um projeto republicano liberal no qual raça,

---

(2010), era formada por “fazendeiros, capitalistas e profissionais liberais”, sendo que dos “21 comanditários, dez são fazendeiros, sendo um com o título de ‘capitão’; quatro são capitalistas (empresários); sete são profissionais liberais – dentre os quais, apenas um é apresentado como jornalista” (VALENTE, 2010, p. 61).

<sup>334</sup> A Convenção de Itu ocorreu em 18 de abril de 1873, na cidade de Itu.

<sup>335</sup> Valente o apresenta como “grupo que representava o interesse de uma ex-aristocracia de todas as regiões produtoras de café, dentre elas o Vale do Paraíba, desejosa por assumir o topo da pirâmide política” (VALENTE, 2010, p. 63).

<sup>336</sup> Afirma Valente (2010, p. 63) que: “A neutralidade do jornal nascido em 1875, assim, se configurando, entre outras coisas, também como cautela diante do poder monárquico ainda vigente”.

nacionalidade e progresso se entrecruzavam, produzindo uma relação direta entre branco-progresso-civilização.

Em 1885, Júlio Mesquita (1862-1927) entra para o quadro de funcionários do jornal *A Província de São Paulo*. Primeiramente assume o cargo de redator político, em 1888 o cargo de diretor-gerente, em 1891 torna-se diretor editorial do jornal e, em 1902, seu proprietário (SALONE, 2009).

Com sua morte, ocorrida em 1927, o periódico passa a ser comandado por Júlio Mesquita Filho. Tendo exercido forte influência sobre o pensamento do filho é importante compreendermos como se deu seu processo de formação. Egresso da Faculdade de Direito de São Paulo, Júlio Mesquita foi homem de destacada atuação política e social. Sua vida foi marcada pela coexistência entre “o jornalismo e a política” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. XX). Como assinala De Luca:

Formado pela tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, republicano desde a primeira hora, participou ativamente da política paulista. Elegeu-se vereador em Campinas (1887), cidade em que nasceu; deputado federal por São Paulo (1892), deputado estadual (1891, 1894, 1898, 1907 e 1910) e senador estadual (1912). Foi líder na Câmara paulista (1892 e 1907), tendo integrado a poderosa comissão executiva do Partido Republicano Paulista (1892 a 1894 e em 1896). Figura de destaque nas várias cisões partidárias, esteve entre os fundadores do Partido Democrático. Ao prestígio que emanava da sua condição de homem público, deve-se acrescentar o que provinha do seu sucesso como jornalista e do controle de um dos órgãos mais importantes da imprensa. (DE LUCA, 1999, p. 38).

Como homem público, participou ativamente da articulação política e do debate intelectual de seu tempo, tendo seu nome associado aos abolicionistas. Segundo afirma Henrique L. Alves (1964), o jornalista teria participado da famosa “Ordem dos Caifazes”, que ajudava na fuga de escravizados<sup>337</sup>. Por meio de *OESP*, apoiou e defendeu ideias republicanas, liberais e cientificistas. Nas primeiras décadas da República defendeu a Campanha Civilista e foi membro da Liga Nacionalista de São Paulo<sup>338</sup>.

<sup>337</sup> Fato interessante por nos fazer refletir sobre as contradições do racismo no Brasil. O fato de ter sido abolicionista não significava ser antirracista ou estar isento de preconceitos. Seu preconceito é manifesto em editoriais em seu jornal, como se verá adiante.

<sup>338</sup> Entidade que desenvolveu atividades entre 1917 a 1924. Segundo Silvia Levi Moreira (1982), a Liga Nacionalista de São Paulo “apresentava uma proposta política alternativa de poder – num momento de descontentamento político e social – visando manter a hegemonia da classe dominante paulista no seio do Estado e da Federação. Essa proposta dependia de um projeto político de bases liberais” (MOREIRA, S., 1982, p. 03). A Liga estava vinculada à Faculdade de Direito de São Paulo e teve como presidente Frederico Vergueiro Stendel, professor catedrático de Direito Comercial da instituição. Entre os 91 integrantes que compunha sua Diretoria e

Sua participação na vida política teria sido guiada, segundo Júlio de Mesquita Filho, por princípios que também orientariam seu periódico. Na base desses princípios estava o pensamento liberal, tal como entendiam os políticos paulistas da época. Sobre tais princípios, imbuídos de fé na ciência, caracterizando um liberalismo próximo ao positivismo, esclarece Júlio de Mesquita Filho:

E em que consistem tais princípios? No respeito ao liberalismo, tomado êste, não como querem os seus piores adversários, isto é, como um feixe rígido de dogmas imutáveis, mas, no seu sentido real, no sentido que lhe imprimiu o espírito do século XIX, em que nasceu e prosperou. Êsse espírito, vós o sabeis, fôra, uma consequência do enorme progresso das ciências matemáticas, físicas e naturais nos primórdios daquela centúria, e se caracterizou por uma confiança ilimitada no poder da experimentação. Experimentar era o *mot d'ordre*, e só acreditar naquilo que a Ciência afirmasse, o postulado lógico da inteligência. Eis a natureza fundamental do liberalismo. (MESQUITA FILHO, [1948] 1969, p. 71).

Uma concepção de liberalismo assim extremamente imbricada no cientificismo. Essa visão de liberalismo, a nosso ver, é um elemento essencial para se entender o projeto do jornal e a visão de seus dirigentes: essa concepção de liberalismo que combinava aspectos econômicos com teorias científicas se expressava, sobretudo, por uma leitura evolucionista da sociedade (SALONE, 2009).

Estabelecendo-se como desprendido da defesa de uma ideologia política, o jornal *OESP* procurou se afirmar como uma voz estritamente racional, isto é, suas interpretações eram guiadas pelos parâmetros ditados pelo que se entendia na época por conhecimento científico. Em outras palavras, a sociedade seria interpretada pelas teorias científicas disponíveis.

Importante frisar que a ciência daquele momento, como discutido nesse texto, estava intimamente ligada aos interesses das potências colonizadoras. Transpondo leis do mundo natural para o mundo social, produziu teorias que justificavam a existência de uma hierarquia social pautada numa teoria racial naturalizada, cujas bases seriam estendidas ao desenvolvimento social.

A partir de 1º. de janeiro de 1890, o jornal *A Província de São Paulo* passa a se chamar *O Estado de S. Paulo*. A mudança do nome não significou uma mudança em seu

---

Conselho Deliberativo nos anos de 1917 a 1919 encontram-se os nomes: Júlio Mesquita, Júlio Mesquita Filho, Mário Pinto Serva, Nestor Rangel Pestana, Amadeu Amaral, Armando de Salles Oliveira, Arnaldo Vieira de Carvalho, José Bento Monteiro Lobato, Reynaldo Porchat, todas essas figuras ligadas ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Para conhecer o perfil dos integrantes da Liga ver: MOREIRA, S. L. (1982).

caráter ideológico (SALONE, 2009; VALENTE, 2010). No novo quadro político ditado pela República sua importância junto à intelectualidade, sobretudo paulista, intensifica-se, impulsionada mormente pelas acentuadas mudanças do contexto social no qual o rádio e os jornais figuravam como os principais meios de comunicação (CAPELATO e PRADO, 1980; VALENTE, 2010). Sobre a importância desse veículo assinala De Luca:

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. (DE LUCA, 1999, p. 36-37).

Nesse cenário, o jornal *OESP* tornou-se um importante “instrumento de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade brasileira” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 22). Segundo essas autoras, o jornal *OESP* apresentava um “projeto político” bem delineado, cuja base filosófica apoiava-se na concepção evolucionista da sociedade, bem como em alguns princípios liberais.

Em seu projeto político, fazia-se presente uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio liberal de autonomia dos Estados e na experiência prática de alguns países, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 26).

Ainda que o jornal *OESP* tivesse nascido com alguns propósitos político-ideológicos bem demarcados (VALENTE, 2010), que se ligavam aos interesses de uma parte da elite paulista republicana e liberal, foi a partir da liderança de Júlio Mesquita e, posteriormente de Júlio de Mesquita Filho, que se evidenciou o delineamento de um projeto político-ideológico como projeto paulista para a nação.

Visando a concretização desse projeto, o jornal *OESP* desenvolverá estratégias sofisticadas para incutir em seus leitores as ideias por ele defendidas. Uma dessas estratégias foi a construção de uma posição de aparente imparcialidade política, condição que lhe possibilitava interpretar a sociedade a partir de um suposto lugar neutro, pois assegurado pelo conhecimento científico. Outra estratégia foi arvorar-se em intérprete da “opinião pública brasileira”, quando na realidade:

[...] os representantes do jornal faziam-no apenas com o intuito de reforçar e justificar sua posição frente à política vigente, pois, a rigor, compreendiam-na como algo que ‘prepara-se, manipula-se, seduz-se, atrai-se, cria-se’, e acreditavam ainda que ‘o instrumento mais aperfeiçoado para formá-la é a imprensa’[...]. Essa afirmativa evidencia claramente a posição de doutrinadores, de formadores e modeladores da ‘opinião pública’ em que se colocavam esses liberais. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 95).

Afirmam essas autoras que o jornal *OESP* não concebia a opinião pública como uma força independente; antes se colocava como seu intérprete, modelando-a conforme valores “que entendiam como válidos para todo o conjunto da sociedade”. Dessa forma, valores transformadores tais como “liberdade”, “razão”, “justiça”, “moral”, no discurso desse jornal, transformam-se em forças de estabilidade, de conservação, uma vez que compreendiam o conflito social como anomia e, por isso, defendiam mudanças passíveis de ocorrer somente dentro da ordem existente (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 95).

Ressaltamos que no projeto de *OESP* o evolucionismo de Spencer foi um alicerce importante que orientou a interpretação da realidade nacional do ponto de vista político, econômico e social (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 85). Nas ideias defendidas por esse periódico encontram-se, ainda, princípios da Sociologia de Durkheim, princípios do positivismo comtiano (“a ordem é condição básica do progresso”) e a ideia de progresso fundamentada em concepção apoiada no cientificismo (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 96). Nesse tocante ressaltam essas autoras que:

No século XIX o ‘progresso’ passou a ser entendido como uma força inerente ao mundo, com funcionamento nas teorias de Darwin da sobrevivência do mais apto. Evolucionistas sociais, como Spencer, acreditavam que as mudanças sociais eram lentas, graduais e contínuas e que levavam, em todos os domínios do universo, ao desenvolvimento de formas progressivamente mais altas. A incorporação dessa concepção pelos representantes do jornal fazia-os crer que o período, por eles caracterizado como de ‘desordem’, e ‘ausência de progresso’, seria transitório e que, uma vez superado, a evolução retomaria seu curso normal, caminhando no sentido da plena democratização do país, da realização dos ideias liberais. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 96).

Pautando-se nas teorias científicas da época, o jornal *OESP*, assim como grande parte da elite intelectual brasileira, procurou explicar nossa realidade a partir das interpretações nascidas da leitura particular que faziam das teorias científicas em voga.

Dada a presença dessas bases filosóficas na constituição do projeto de *OESP*, não é surpreendente que o problema da raça fizesse parte desse conjunto de propósitos. Cabe assim indagar, atentamente, de que forma ele teria se apresentado. Conforme Capelato e Prado (1980), a questão raça raramente se mostrou de forma explícita no discurso do jornal *OESP*. Apesar disso, é possível perceber sua presença a partir do uso de categorias que faziam referência ao tema. Uma dessas foi o elitismo, que constava como um dos componentes do projeto, conforme explica essas autoras:

A ideologia dos representantes do jornal perfaz sua forma mais acabada com a presença de componentes elitistas. A incorporação do evolucionismo, a explicação da realidade social através da ‘ideologia do caráter nacional’ explicam o elitismo de ‘OESP’. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 117).

De acordo com Capelato e Prado (1980), no discurso apresentado pelo jornal *OESP* a realidade social era interpretada a partir da “ideologia do caráter nacional”. Destacam que o conceito de caráter nacional, tão caro à intelectualidade brasileira desde a virada do século XIX para o XX, e, particularmente nas primeiras décadas deste, estava enraizado no surgimento do etnocentrismo e do nacionalismo que justificaram ideologicamente, a consolidação dos Estados nacionais, ao mesmo tempo em que coroavam a “política imperialista e de propagação das doutrinas ‘científicas’ da superioridade racial” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 117).

Nesse processo, raça e a mistura de sangue tornaram-se, para muitas nações americanas, explicação para a formação do caráter nacional. No caso do Brasil, isso não se deu de forma diferente. Entre nós, como foi discutido, raça foi um elemento fulcral na concepção do projeto de nação.

Como analisam Capelato e Prado (1980, p. 117), a “aceitação dessa concepção pelos representantes do jornal explica um dos componentes elitistas de sua ideologia – o racismo”. Em outras palavras, ao partirem da ideia de nação desenvolvida sob bases raciais, o jornal *OESP* acolhia o pensamento que defendia a importância da raça na formação da nação. Seguindo as teorias científicas de então, no projeto do jornal *OESP* se encontrará a afirmação da existência de uma hierarquia racial na qual os indivíduos de descendência europeia estariam no topo, constituindo uma “elite” capaz de orientar os demais, isto é, a massa.



Ainda que a visão sobre raça nem sempre se mostrasse de maneira explícita no jornal *OESP*, sua presença pode ser identificada por meio de “dispositivos raciais”<sup>339</sup> presentes no discurso desse periódico. Para além do fato de que o jornal *OESP* apresentava uma percepção de elite fundamentada numa ideia de nação para a qual a raça mostra-se central (CAPELATO e PRADO, 1980), destacamos como dispositivo racial a atuação do jornal na divulgação, a partir do final da década de 1910, de campanhas higienistas, sanitaristas e eugênicas.

A acolhida pelo jornal de intelectuais diretamente envolvidos no debate sobre raça e questão nacional, tais como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Belisário Penna, Renato F. Kehl (para citar apenas alguns dos principais debatedores do tema), pode ser interpretada como identificação, por parte do jornal, com algumas posições desses autores<sup>340</sup>.

Em diferentes momentos de sua carreira, Renato F. Kehl contou com espaço nesse periódico para a divulgação de suas ideias<sup>341</sup>, como atestou nossa consulta ao arquivo do eugenista bem como no acervo do jornal. Essa ligação fica mais explícita a partir de 1918, momento em que se noticia a formação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Essa associação recebeu significativa divulgação por parte do periódico. Em ocasiões anteriores, alguns membros dessa sociedade já teriam utilizado o jornal para divulgar campanhas empreendidas, como exemplo, Arnaldo Vieira de Carvalho, que se tornaria presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>342</sup>. Nesse sentido, as reuniões ocorridas na Sesp foram transcritas e publicadas em *OESP*, o que nos leva a perceber a importância dada ao assunto por parte do jornal, a ponto de ceder significativo espaço em suas páginas para colocar seus leitores a par dos assuntos tratados na Sociedade Eugênica<sup>343</sup>.

Ainda destacamos como um terceiro “dispositivo racial” que nos permite perceber a visão sobre raça defendida pelo jornal *OESP*, o modo como esse periódico se posicionava em relação à imigração. A título de exemplo, citamos o editorial de 08 de junho de 1926,

---

<sup>339</sup> Com o termo, procuramos expressar um conjunto de posições ideológicas que visavam, no limite, reforçar a ideia de hierarquia racial na qual a raça branca, particularmente os paulistas, legitima-se como superior física, moral e culturalmente e, por isso, deveria conduzir o país.

<sup>340</sup> A campanha sanitarista empreendida por Monteiro Lobato pelas páginas do jornal é exemplar nesse sentido. Sobre o tema há uma vasta bibliografia que se concentra, sobretudo, nas mudanças de perspectiva de Lobato antes e depois de ter conhecimentos da campanha sanitarista. Para uma análise sobre a relação de Lobato com o jornal *OESP*, ver De Luca (1999) e Valente (2010).

<sup>341</sup> O Anexo B – “Comentários dos livros de Renato F. Kehl em *OESP*” exemplifica essa afirmação.

<sup>342</sup> Cabe ressaltar que, segundo o site do jornal *OESP*, havia um parentesco entre Arnaldo Vieira de Carvalho e Júlio Mesquita, já que Carvalho era sogro de Júlio de Mesquita Filho e de Francisco Mesquita. Segundo Diwan (2003) em 1917, Mesquita teria utilizado seu jornal para arrecadar fundos para projetos defendidos por Arnaldo Vieira de Carvalho.

<sup>343</sup> O Anexo C – “Divulgação da Sociedade Eugênica de São Paulo no jornal *OESP*” apresenta a íntegra de uma dessas transcrições.

quando, ao comentar carta de alguns moradores de Manaus acerca da pretensão da empresa Ford em trazer negros estrangeiros para trabalhar na região amazônica, assim se posicionava o jornal:

[...] não é das mais desejáveis a contribuição de pretos americanos para o caldeamento de raças no Brasil. [...] o contingente preto, nesse momento, será mais nocivo do que útil á obra de civilização em que estamos empenhados. Precisamos de gente para os nossos sertões, mas de gente capaz de melhorar, em todos os sentidos, a população do paiz. Não temos preconceito de cor, mas somos obrigados a confessar que os pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça typos aperfeiçoados physica, mental e moralmente. [...] Será muito formosa, mas sem dúvida é mais arriscada que formosa, a missão de hospedeiros de raças decahidas, retardatárias, perseguidas ou infelizes. Não a queremos para nós, que recebemos da Providencia a tarefa de povoar um território riquíssimo e de constituir uma grande nação, coisas que só poderão ser logradas com massas humanas de primeira qualidade que já provassem a sua capacidade civilisadora. Aos pretos de real valor poderíamos abrir as nossas portas, mas esses, naturalmente, não deixarão os Estados Unidos, nem serão em número tal que bastem para o povoamento de largas zonas... (OESP, 08-06-1929, p. 03)<sup>344</sup>

A citação acima fala por si só. Ressaltamos, contudo, alguns de seus aspectos que indicam as marcas da branquitude, isto é, de um pensamento no qual se procurava afirmar a superioridade dos indivíduos brancos. O trecho acima aponta com nitidez a crença no pensamento evolucionista e na hierarquização das raças. Afirmava-se que o país precisava de imigrantes, mas não como “os pretos”, pois, seriam esses elementos fracos e gerariam tipos “physica, mental e moralmente” decaídos. Na visão defendida pelo jornal o país precisava de “fortes elementos de civilização”, “massas humanas de primeira qualidade” oriundas de civilização comprovada. Em outras palavras, os imigrantes desejados para o Brasil eram aqueles de origem europeia, de civilização cotada em alto grau. Contudo, ressaltava-se que essa visão não deveria ser entendida como um “preconceito de cor”, pois se admitia “pretos de real valor”, ainda que de antemão já se postulasse que esses existiam em número muito baixo.

O jornal, apoiando-se na neutralidade científica, via-se no papel de afirmar a incapacidade “dos pretos” à obra civilizadora. Os argumentos apresentados fazem parte do repertório do debate racial empregado desde final do século XIX para justificar a superioridade – e os consequentes privilégios – de brancos sobre negros. Assim sendo, o

<sup>344</sup> Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acessado em: 12/09/2014.

jornal, ao se apresentar como voz lúcida guiada pela ciência, reforçava interesses há tempos defendidos pela elite paulistas que havia dado a partida, em finais do século XIX, à obra de branqueamento do país ao fomentar a imigração europeia. O trecho citado aponta para a crença no projeto de branqueamento, entendido como “obra de civilização” na qual o jornal também estava “empenhado”.

Essa visão ainda aparece nas colunas do jornal *OESP* na década de 1930, como ilustra o editorial de 09 de maio de 1934, ano em que foi fundada a USP. Ao discutir o fenômeno da corrente imigratória inversa, isto é, do retorno à terra natal pelos imigrantes, o editorial do jornal destacava que no caso brasileiro esse fenômeno não se verificava. No entanto, sendo o Brasil ainda um atrativo para os imigrantes, asseverava-se que não se podia deixar de refletir a qualidade dos que aqui aportavam. Assim, deveria ser “prudente a selecção das raças, cujos caracteres ethnicos e tendencias ideologicas mais se aproximem das raças a que devemos a nossa formação política e social” (*OESP*, 09-05-1934, p. 03).

Mas esse pensamento racial já se fazia presente no projeto político-ideológico de *OESP* desde a primeira década do século XX. É possível vê-lo manifesto em uma importante publicação de 1915<sup>345</sup>, a *Revista do Brasil*. Ao estudar essa revista, nascida pelas mãos de Júlio de Mesquita sob influência do clima nacionalista do período, Tania Regina de Luca (1999, p. 46)<sup>346</sup> demonstra que essa publicação apresentava um verdadeiro “manifesto-programa que ensaiava um diagnóstico a respeito dos problemas do país, propondo caminhos para solucioná-los”.

A revista fora criada por Júlio Mesquita, desse modo pode ser entendida como um instrumento para dar visibilidade ao pensamento defendido pelo jornal. Em outros termos, o projeto da elite paulista representada por Júlio de Mesquita se apresentava, na *Revista do Brasil*, como um projeto para a nação.

Como analisa De Luca, segundo essa revista o problema primordial do país era a “ausência de uma consciência nacional” que fosse capaz de transformar o país num todo orgânico (DE LUCA, 1999, p. 46). Daí o objetivo principal da publicação: discutir a questão

---

<sup>345</sup> Em 25 de janeiro de 1916, data do aniversário da fundação da cidade de São Paulo, surgia o primeiro número da *Revista do Brasil*. A estratégia de vincular uma obra impulsionada por *OESP* com o nascimento de São Paulo foi novamente utilizada na fundação da USP, como demonstraremos ainda nessa seção.

<sup>346</sup> A autora analisa o primeiro período da *Revista do Brasil*, que vai de 1916 a 1925. Nesse intervalo, a revista passa da direção de Júlio Mesquita para a de Monteiro Lobato, que a compra em 1918. Destaca De Luca (1999) que a mudança não alterou o “projeto político cultural” da revista, embora a direção de Lobato tenha dado ênfase no “periódico como meio para a realização de seus negócios” (DE LUCA, 1999, p. 71).

nacional que preocupava, sobretudo, a intelectualidade paulista<sup>347</sup> das primeiras décadas da República.

Tal qual o jornal *OESP*, a *Revista do Brasil*:

[...] fora concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir. (DE LUCA, 1999, p. 77).

Apresentado o diagnóstico, as soluções apontadas pela revista afirmavam a necessidade de dar:

[...] um sentido de conjunto ao país, incutir no seu povo a consciência do próprio valor, estabelecer uma ‘corrente de idéias e pensamentos’, tais os remédios que se pretendia ministrar ao paciente a fim de combater o seu ‘estado mórbido’ e equipará-lo ‘às raças adultas, emancipadas e sadias’. (DE LUCA, 1999, p. 47).

Esse “sentido de conjunto” foi chamado por Júlio de Mesquita Filho, nas páginas da *Revista do Brasil*, de “comunhão nacional”, isto é, um sentimento de colocar os interesses nacionais acima dos interesses particulares, algo que era apontado como característico dos paulistas.

Como se pode perceber, o projeto apresentado pelo jornal *OESP*, em alguma medida, se encontrava também na *Revista do Brasil*, publicação voltada, sobretudo, à formação da elite intelectual paulista. Tanto a publicação, quanto o periódico serviram ao papel de modeladores da consciência pública. Tendo por foco analisar e apresentar soluções científicas para a “questão nacional”, a revista abordava temas concernentes a esse debate e que figuravam como “verdadeiras campanhas”. Assevera De Luca que durante “os primeiros anos da *Revista do Brasil* (1916-1925) pensar a nação significava, antes de tudo, enfrentar a tortuosa questão do estatuto étnico dos habitantes” (DE LUCA, 1999, p. 132).

Nesse sentido, a publicação abria espaço para intelectuais que debatiam a “qualidade étnica do povo brasileiro” seja pela perspectiva higiênica, sanitária ou eugênica

---

<sup>347</sup> Segundo De Luca (1999, p. 45), em sua primeira edição a revista publicou a relação de nomes de seus acionistas. Entre estes encontram-se “médicos, engenheiros, professores, advogados, políticos importantes e jornalistas pertencentes, em sua maioria, à elite paulista, o que permite caracterizar o periódico como um empreendimento desse segmento social.”

(DE LUCA, 1999, p. 49). Escreveram na revista, entre outros, intelectuais diretamente ligados ao debate racial do período tais como Belisário Penna, Fernando de Azevedo, Renato F. Kehl, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Carlos Chagas. Nas páginas da *Revista do Brasil* esses intelectuais discutiam sobre teorias raciais cogitadas como caminhos para regenerar o país. Deste modo afirma De Luca (1999) que:

A análise do extenso material publicado na Revista do Brasil a respeito da questão étnica deixa patente, por um lado, a centralidade do tema para o periódico e, por outro, alerta para a complexidade de que ele estava revestido. [...] é possível identificar um viés de forte ascendência racista, que admite a desigualdade e a hierarquia entre os seres humanos mas que, confiante numa determinada leitura do darwinismo, previa um amanhã branco para o país. (DE LUCA, 1999, p. 233).

Acreditando nessa perspectiva de regeneração racial do país, as páginas da revista atestavam “o afã de banir o negro do cenário nacional”, almejava-se “não só que ele desaparecesse do palco [...] como também que não deixasse qualquer rastro de sua passagem. Esse desejo de invisibilidade não era apenas físico, mas também psicológico” (DE LUCA, 1999, p. 172).

Dessa forma:

[...] a revista acolheu em suas páginas lamentos a respeito de uma inferioridade inerente; discursos esperançosos quanto às possibilidades de um breve branqueamento; sonhos embalados pelo ideal de revalorização higiênico-sanitário do homem brasileiro e sombrias propostas eugênicas. (DE LUCA, 1999, p. 186).

Os intelectuais que escreveram na revista procuravam fornecer análise e respostas para a relação nação/raça. Para tanto, avaliavam os componentes étnico-raciais que compunham o país com uma visão “caucionada menos nos méritos ou atributos individuais de cada um dos elementos do que na certeza de que a superioridade inata do branco acabaria, mais cedo ou mais tarde, por também triunfar nos trópicos (DE LUCA, 1999, p. 175). No que podemos concluir que a *Revista do Brasil*, obra fundada pelos Mesquita, contribuiu para a afirmação de um pensamento racial que, no limite, legitimava a branquitude como ideologia de dominação de um grupo sobre os outros.

Seja na *Revista do Brasil*, seja no jornal *OESP*, a partir de uma interpretação evolucionista da sociedade, defendia-se um projeto para o país no qual São Paulo era apresentado como o estado que havia atingido o maior patamar na escala evolutiva da sociedade brasileira. Em outros termos, o estado de São Paulo figurava como o modelo de realização do progresso almejado para o país. O diferencial de São Paulo era explicado, principalmente, pela origem étnica de seus fundadores. A origem étnica dos paulistas, como determinante explicativa para seu progresso, deve ser entendida como mais um “dispositivo racial” que nos permite entender como a raça se fez presente no projeto político-ideológico do jornal *OESP*. Esse dispositivo foi assaz utilizado por Júlio de Mesquita Filho, a partir da década de 1920.

Se, nas primeiras duas décadas do século XX, Júlio Mesquita foi aquele que à frente de *OESP* defendeu, por meio do jornal, um projeto político-ideológico para o Brasil, a partir de 1927, devido ao seu falecimento, será Júlio de Mesquita Filho quem continuará o legado por ele deixado. Sob a direção de Mesquita Filho o jornal *OESP* consolidou sua posição de representante da elite paulista ilustrada. Sob a órbita desse intelectual formou-se um grupo que legitimaria o projeto defendido pelo jornal como modelo para o país. Os primeiros lampejos do projeto que daria origem à USP foram delineados no contexto do Grupo do Estado, liderado por Júlio de Mesquita Filho.

## **6.2 Efetivando o legado: o pensamento de Júlio de Mesquita Filho**

Como assinalado, o jornal *OESP* nasce e ganha envergadura afirmando um projeto político-ideológico fundado sob alicerces que dialogavam com um corpo de teorias que partiam de postulados biológicos para explicar o mundo social. Sendo assim, no projeto político-ideológico desse jornal é possível identificar uma concepção de sociedade assentada na compreensão evolucionista da sociedade (CAPELATO e PRADO, 1980; DE LUCA, 1999; SALONE, 2009). Seguindo essa mesma perspectiva, é possível distinguir nesse projeto a existência de um pensamento racial coadunado com o projeto político e econômico apontado pela elite paulista, representada pelo jornal e oferecido como o caminho que levaria o país ao progresso e reconhecimento enquanto nação moderna e civilizada.

Nesse momento procuramos destacar as implicações do pensamento evolucionista na concepção de sociedade e de Brasil delineadas por Júlio de Mesquita Filho e sustentada pelo jornal *OESP*.

Ao estudar o pensamento de Júlio de Mesquita Filho, Roberto Salone (2009) assim o descreve:

Contraditório, Mesquita Filho foi um republicano que admirava a monarquia, um democrata que conspirou em 1964, um dos arquitetos do Partido da Ordem que, em quase toda vida, manteve-se na oposição. [...] Em Mesquita, o velho e o novo coabitavam o pensamento de um intelectual complexo, rigoroso e obstinadamente fiel a suas ideias. (SALONE, 2009, p. 64).

Mesquita Filho herdou de seu pai o papel de jornalista, de intelectual e de figura atuante na política de seu tempo. Com o falecimento deste, no ano de 1927, assumiu a direção de *OESP*. A partir daquele momento, o jornalista tomava para si a “missão” de dar continuidade ao projeto nacional defendido pelo periódico, para o qual trabalhou incessantemente. Em suas palavras:

[...] desde que me vi investido na honrosa mas delicada missão de suceder a meu Pai na cadeira que antes havia sido ocupada por vultos da envergadura moral de um Rangel Pestana ou de um Américo de Campos, nada mais fiz do que traçar-me um linha de conduta que me permitisse manter as tradições do velho órgão no plano elevado em que elas sempre pairaram, desde os dias já remotos de sua fundação. (MESQUITA FILHO, [1948] 1969, p. 68).

Os princípios estabelecidos pelo jornal, a partir da direção de Júlio Mesquita, foram assim assegurados por seu filho. Uma figura que em finais da década de 1920 já havia conquistado o respeito da elite paulista seja por pertencer à família Mesquita, seja pelo vínculo que havia estabelecido com a intelectualidade paulista, ao estudar na Faculdade de Direito no Largo São Francisco (e nela se destacar como líder da sociedade secreta dos alunos conhecida por “Bucha”)<sup>348</sup>, seja ainda por sua atuação social (SALONE, 2009).<sup>349</sup>

<sup>348</sup> Em prefácio ao livro de Salone (2009), Celso Lafer afirma que nessa ocasião Mesquita Filho teria formado uma importante rede de influência que lhe seria útil em sua atuação política.

<sup>349</sup> Em 1915, era lançada a edição vespertina de *OESP*, que ficou sendo conhecida por “Estadinho” – era a iniciação de Júlio de Mesquita Filho na carreira de jornalista. Enquanto estudante da Faculdade de Direito, Júlio

Tendo recebido grande parte de sua formação na Europa, Júlio de Mesquita Filho desenvolveria profunda admiração pela cultura da *Belle Époque*. Na década de 1940, ao discorrer sobre o contexto de sua formação, assim se pronunciava:

Pertenço a uma geração que conheceu o mundo tal qual era antes que sobre ele desabasse o cataclismo de 1914. Conheci, portanto, êsse período da história, em que o liberalismo imperava sem contraste e o socialismo não assumira ainda o feitio agressivo, totalitário e predador que lhe imprimiria a vitória definitiva das tendências marxistas sobre as soluções profundamente humanas defendidas pela escola francesa. O espetáculo de ordem e precisão que nos ofereciam as sociedades européias de então; as conquistas pacíficas que se sucediam no terreno social; os surpreendentes progressos realizados pela ciência e, graças a eles, a rápida expansão das indústrias e do intercâmbio entre os povos, davam a todos a impressão de que, afinal, a humanidade havia encontrado o caminho capaz de levá-la à paz e à solidariedade entre as nações. (MESQUITA FILHO, [1948] 1969, p. 63-64).

Conhecedor dos principais pensadores e teorias vigentes em seu tempo, Júlio de Mesquita Filho partilhava da orientação filosófico-científica defendida pelo jornal *OESP* com ênfase na ideia de evolução, de progresso sucessivo e harmônico (CAPELATO e PRADO 1980). Sua admiração pela cultura europeia e a crença num progresso que obedeceria a uma seqüência sucessiva de etapas, o fazia defender uma ideia de progresso na qual os conflitos eram vistos como desordens e prejudiciais ao “organismo social”. Essa visão também marcou sua interpretação sobre a constituição étnico-racial dos brasileiros.

Podemos ter um exemplo desse pensamento analisando a citação apresentada acima, na qual se reforça a impressão de que antes da Primeira Guerra Mundial vivia-se sob um mundo de ordem, paz e harmonia entre os povos, no qual o liberalismo avançava sem interferências. Nessa interpretação, as ações dos países colonizadores são apresentadas como exemplos de “ordem e precisão” que teriam impulsionado o progresso científico e cultural. Os efeitos catastróficos provenientes dos conflitos gerados pelo processo de colonização não são mencionados. Essa estratégia nos remete à justificativa “científica” utilizada pelos países colonizadores para explicar as invasões e atrocidades cometidas no colonialismo africano e asiático.

---

de Mesquita Filho integrou a Liga Nacionalista de São Paulo. Segundo Silvia Levi Moreira (1982, p. 23), pesquisadora do tema, ao analisar a atuação do jornal *OESP* nessa campanha, afirma que: “através dos artigos do O Estado de São Paulo, [...] a ‘regeneração da nacionalidade’ era colocada como dependente, em larga medida, do trinômio escola-reforma do voto-serviço militar.” Mesquita Filho também ficara conhecido por sua atuação como mediador entre patrões e empregados, na da greve que de 1917 em São Paulo (SALONE, 2009).



Conforme entendemos, no discurso de Júlio de Mesquita Filho os povos colonizados aparecem somente como aqueles que existem para afirmar o protagonismo dos europeus colonizadores. Essa mesma linha de raciocínio se manifesta em diferentes momentos de seu pensamento, servindo tanto para explicar a história mundial quanto a brasileira.

Voltando à formação intelectual de Júlio de Mesquita Filho, ressaltamos o legado de sua passagem pela Faculdade de Direito no Largo São Francisco como um importante momento em sua formação já que foi lá que conheceu autores que marcaram profundamente seu pensamento como, por exemplo, Émile Durkheim, Auguste Comte, Jacques Novicow, Nicolas de Condorcet, Montesquieu, Stuart Mill e Herbert Spencer (SALONE, 2009).

Em discurso de posse como sócio honorário da Academia Paulista de Medicina<sup>350</sup>, Júlio de Mesquita Filho, ao refletir sobre sua formação, destacava a influência que recebera também de figuras nacionais. Enfatizava que o título com o qual estava sendo agraciado possivelmente era-lhe concedido devido tanto a sua participação na fundação da Faculdade de Medicina quanto ao seu interesse pela biologia. Afirmava que os fundadores daquela instituição conheciam:

[...] do meu entusiasmo pela obra que realizavam e o desinterêsse com que punha a disposição daquela grande causa o prestígio social da fôlha que dirijo, não desconheciam ainda os meus pendores pelas ciências biológicas, a avidez com que sempre procurei seguir a evolução dos conhecimentos humanos atinentes aos mistérios da vida como fenômeno natural. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 209).

Na mesma ocasião enfatizou que seu “espírito” havia se formado, tanto pela influência de figuras ilustres do Império, quanto por “ilustres fundadores da Sociedade de Medicina de São Paulo”. Em seus termos:

Com efeito, na minha formação intelectual, sofri a influência decisiva de espíritos tais como êsses grandes do Império, que se chamaram José Bonifácio, Paulino de Souza, Marquês de São Vicente, Saraiva, Nabuco e Rio Branco e da República, Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Pedro Lessa, Júlio Mesquita e João Mendes Júnior. [...] Seria incompleta a relação das fontes de onde promana o melhor de mim mesmo, as minhas mais sólidas convicções culturais, se não vos falasse do que devo ao convívio com alguns

---

<sup>350</sup> Texto constante na coletânea de sua autoria **Política e cultura**, de 1969.

dos mais ilustres fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a Pereira Barreto, a Bittencourt Rodrigues, a Matias Valladão, e particularmente a Arnaldo Vieira de Carvalho e Franco da Rocha. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 209).

Ainda justificava seu interesse pelas ciências biológicas e, conseqüentemente, a utilização dessas para pensar a sociedade da seguinte forma:

Pertenço a uma geração cujas convicções filosóficas tinham por fundamento as concepções spencerianas. Ora, não conheceis que estas se inspiravam diretamente nas ciências positivas e sobretudo na Biologia. Era na quase identidade que julgava existir entre os organismos de natureza biológica e as sociedades humanas que Spencer baseava tôda a sua Sociologia. A teoria da evolução por êle deduzida das leis que regem o desenvolvimento dos organismo animais applicava-se às sociedades pròpriamente ditas. E nós a seguíamos com confiança e a fé dos neófitos, pois seduzia-nos a ordem, a disciplina, a lógica que, vistas através dos seus ensinamentos, pareciam presidir ao desenrolar dos fatos no movediço terreno social. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 209-210)

Spencer o teria guiado, segundo asseverava, até irromper a Primeira Guerra Mundial, já que a partir de 1918, seu pensamento teria sofrido um revés:

[...] pouco após as primeiras batalhas da luta terrível que só em 1918 conheceria a sua primeira trégua, lia eu, nas colunas do 'Estado', os artigos em que Arnaldo Vieira de Carvalho expunha, pela primeira vez no Brasil, os fundamentos do mendelismo, que tão profundamente abalaria as concepções vigentes sôbre o evolucionismo, e que, por isso mesmo, destruiriam pela base, talvez, tôda a esplêndida construção filosófico-científica do mestre da Sociologia organicista. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 210).

A despeito dessa afirmação, conforme Salone (2009), e como se verá adiante, a teoria evolucionista spenceriana foi uma constante no pensamento de Júlio de Mesquita Filho. Cabe destacar do trecho citado acima, dois pontos: o primeiro contribui à afirmação que fizemos anteriormente sobre a colaboração do jornal *OESP* na divulgação de ideias eugênicas por meio da publicação de artigos que debatiam o tema. Notemos que, tanto Arnaldo Vieira de Carvalho, quanto Franco da Rocha eram importantes representantes do pensamento médico das primeiras décadas do século XX.

O segundo ponto a ser destacado, que se relaciona ao primeiro, é a influência exercida por Arnaldo Vieira de Carvalho no pensamento de Júlio de Mesquita Filho. Sobre o assunto Mesquita Filho afirmava:

Podeis por aí avaliar o que representou para a minha formação cultural o contacto com aquêle grande espírito, a leitura de seus artigos do ‘Estado’ e em sua residência, com aquêle que tantas vêzes presidiu aos destinos de nossa Academia e ergueu em São Paulo êsse monumento que é hoje em dia a Faculdade de Medicina da Universidade dêste Estado. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 210).

Pode-se entender que entre os dois intelectuais havia uma confluência de ideias e, possivelmente, de projeto para a nação. Júlio de Mesquita Filho destacava, ainda, como importante influência em sua formação intelectual, a figura de Franco da Rocha.

Mas, dentre os fundadores desta comunhão [Faculdade de Medicina], não coube apenas a Arnaldo Vieira de Carvalho decidir dos rumos que tomariam as minhas convicções espirituais. Franco da Rocha, também concorreria decisivamente para o aperfeiçoamento da minha cultura. Éramos amigos, embora grande diferença de idade houvesse entre nós. Espírito dos mais finos, seguia o ilustre psiquiatra com extraordinária sagacidade as últimas conquistas da Ciência. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 210).

Vale ressaltar que a ligação de Júlio de Mesquita Filho com Arnaldo Vieira de Carvalho, como se pode notar no trecho citado acima, escapava ao âmbito pessoal familiar para atingir o âmbito público, a ponto de influenciar a formação de instituições como a Faculdade de Medicina de São Paulo<sup>351</sup> e a Sociedade Eugênica de São Paulo. Esta, uma instituição que, como já vimos, nasce no ano de 1918, a partir dos esforços de Arnaldo Vieira de Carvalho e de Renato F. Kehl.

---

<sup>351</sup> Sobre a sua relação com a Faculdade de Medicina de São Paulo, assim se pronunciava Júlio de Mesquita Filho: “Há, realmente, se não um próximo parentesco, pelo menos profundas afinidades entre mim e esta ilustre Casa. Não são apenas os laços da amizade que a ela me prendem, mas os da gratidão pelo muito que sempre dela recebi” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 211).

Entendemos que pela proximidade de ideias, podemos supor que Júlio de Mesquita Filho tenha se mantido em sintonia com o debate que se fazia na Faculdade de Medicina de São Paulo – um *lócus* do debate higiênico, sanitarista e eugênico – desde os primórdios de sua existência.

Antes de adentrarmos a uma análise mais profunda das implicações do pensamento racial no pensamento de Júlio de Mesquita Filho e, conseqüentemente de seu jornal, cabe ainda ressaltar um importante elemento que nos ajuda a entender os caminhos que esse jornalista se utilizou para expor sua visão sobre o país: a formação do Grupo do Estado.

O termo Grupo do Estado foi definido por Cardoso como sendo uma:

[...] denominação que aqueles jornalistas, intelectuais e políticos, reunidos em torno do jornal, davam a si mesmos e, com a qual, simultaneamente, eram identificados pelos demais, no período que demarca o projeto da Universidade. (CARDOSO, 1982, p.44).

Na década de 1920, o jornal *O Estado de S. Paulo* encontrava-se organizado da seguinte maneira:

Na década de 20, enquanto Júlio Mesquita era ainda diretor presidente de O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio de Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926. (CARDOSO, 1982, p.43).

De acordo com Cardoso, pode-se “supor que estes diretores e principais redatores do jornal, que transitavam num universo político e ideológico assemelhado, constituíam o núcleo do ‘grupo do Estado’ (CARDOSO, 1982, p.43)”. Além deste núcleo central, o grupo agregava outros intelectuais que de alguma forma compartilhavam das ideias defendidas por

ele. Estas ideias foram manifestas, tanto nos editoriais e colunas de opiniões do jornal, quanto em campanhas que o veículo promovia.<sup>352</sup>

Nessas ocasiões, além dos intelectuais do núcleo central do Grupo do Estado outros eram incorporados. De acordo com Cardoso (1982), os intelectuais que participavam das campanhas promovidas pelo jornal *OESP* desfrutavam de maior autonomia em relação aos intelectuais do núcleo duro do Grupo do Estado. Nesta situação encontramos nomes como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Paulo Pestana, Monteiro Lobato, entre outros<sup>353</sup>. Havia ainda nomes que apareciam eventualmente como membros do grupo por frequentarem assiduamente a redação do jornal, é o caso de Arthur Neiva e Rocha Lima (ambos do Instituto Biológico de São Paulo).

No que concerne à figura de Fernando de Azevedo, a autora entende que ele não seria:

[...] tipicamente um elemento do núcleo, dada a sua participação autônoma em outros empreendimentos desvinculados do ‘grupo’. Seria, mais, um intelectual incorporado, porém, com lugar de muito destaque por causa de suas ligações de amizade pessoal com Júlio de Mesquita Filho e da sua participação relevante na condução da ‘Campanha da Universidade’. (CARDOSO, 1982, p.43-44).

Segundo entendemos, ainda que Fernando de Azevedo tivesse maior autonomia de pensamento em relação ao “núcleo duro” de *OESP*, ele deve ser considerado como uma importante figura no projeto do Grupo do Estado, pois, se, por um lado, sua ação na articulação política deste não foi tão marcante, por outro, desempenhou significativo papel

---

<sup>352</sup> São exemplos as seguintes campanhas: “Campanha pela República”; “Campanha contra a deturpação do espírito do regime republicano”, “Campanha civilista”, “Campanha pela regeneração dos costumes políticos da nacionalidade”, que reunia a “Campanha pelo voto secreto” e a “Campanha pela Universidade”; “Campanha pela reconstrução nacional”; “Campanha pela reconstitucionalização” e “pela autonomia de São Paulo”; e “Campanha pela implantação da verdadeira democracia” (CARDOSO, 1982, p.46).

<sup>353</sup> Monteiro Lobato escreveu artigos no jornal durante o período de 1913 a 1923. Ao analisar a relação de Lobato com o *OESP*, Thiago Alves Valente (2010, p. 13-14) entende que Lobato foi “um escritor em fina sintonia com o veículo do qual participava e ajuda a construir, fosse na esfera dos ideais, fosse no círculo das atividades exercidas dentro do jornal. Lobato é, com efeito, um jornalista participando ativamente dos ideias políticos e sociais de um grupo cuja influência extrapolava a tão autoproclamada neutralidade do jornal. Havia um projeto de país em boa parte comum a escritor e jornal, ou melhor, entre o publicista atento e o periódico bem-sucedido. ‘Uma velha praga’, ‘Urupês’ ou o quase não lembrado ‘Entre duas crises’ são textos que, postos lado a lado e lidos na sequência e frequência com que surgem em *O Estado*, compõem um mosaico esclarecedor da visão projetada por Lobato e por um grupo de intelectuais cuja ação pública, política, identifica-os como ‘grupo do Estado’”. A relação entre Monteiro Lobato e *OESP* também foi foco de análise de Tânia Regina de Luca (1999).

nas questões relacionadas à educação e, particularmente, na concretização da Universidade de São Paulo.

Arriscamos dizer que Fernando de Azevedo desempenhou papel central na obra de legitimação da ideia de universidade tal qual pensada pelo que Cardoso chamou de “Comunhão Paulista Ilustrada”, isto é, o Grupo do Estado. Essa afirmação é feita com base na constante presença de Fernando de Azevedo nas principais ações realizadas pelo Grupo do Estado, por meio do jornal *O Estado de S. Paulo* como, por exemplo, no Inquérito de 1926, na “Campanha pela Universidade”, na comissão que elaborou o *Projeto USP* e na direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Dito de outra maneira, ao contribuir para a institucionalização da USP, Fernando de Azevedo validava o projeto de nação desenvolvido pelo Grupo do Estado, isto é pela “Comunhão Paulista Ilustrada”. E nesse sentido é preciso destacar que, como apontado no quarto capítulo desse texto, Fernando de Azevedo esteve em diálogo com um dos principais eugenistas brasileiros, Renato F. Kehl.

Como explica Cardoso (1982), o Grupo do Estado era a materialidade de algo maior denominado pela autora por “Comunhão Paulista Ilustrada”. Esta, por sua vez, seria uma espécie de “alter ego” do Grupo do Estado. Era a ideologia da comunhão que ressoava nas ações desse grupo. A “Comunhão Paulista Ilustrada” foi definida pela autora como:

a) A Comunhão é constituída por aqueles elementos que têm ‘visão política’, isto é, visão dos grandes problemas da nacionalidade (a política militante partidária seria destituída desta visão); b) a Comunhão é paulista porque apenas alguns Estados da Federação teriam capacidade política, dado o seu nível de desenvolvimento; dentre estes, São Paulo seria chave; c) a Comunhão é paulista, ainda, porque de São Paulo deverá partir, porque sempre partiu, por uma ‘fatalidade histórica’, um projeto político para a nacionalidade: ‘é o mesmo ideal a absorver o mesmo paulista’, na realização de um ‘legado do passado’. (CARDOSO, 1982, p. 40).

O Grupo do Estado considerava-se a própria “Comunhão Paulista Ilustrada”, já que nas crises das oligarquias teria sido o “grupo que não perde a visão política da nacionalidade e que tem uma continuidade histórica na vida política brasileira” por meio do jornal *OESP* (CARDOSO, 1982, p.41). Assim, “pode-se dizer que a Comunhão Paulista ilustrada é a representação ideológica que o ‘grupo do Estado’ faz de si mesmo, quando assume a postura do partido ideológico” (CARDOSO, 1982, p.46).

Destaca essa autora que as ações do Grupo do Estado eram guiadas por dois princípios: o liberalismo e a democracia, ambos tomados de um ponto de vista particular. Para aquele grupo:

A concepção liberal da sociedade está ligada a um ‘novo liberalismo’, que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais ‘democráticos’ do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um ‘Estado forte’, nas situações de perigo de sobrevivência da ‘democracia’. (CARDOSO, 1982, p. 51).

Como já assinalado, o liberalismo era compreendido pelos representantes do jornal *OESP*, particularmente por Júlio de Mesquita Filho, em intersecção com o espírito cientificista vigente. Assim, por ser inspirado no espírito científico, o liberalismo repudiaria as afirmações categóricas. Com isso, justificava Mesquita Filho, a “intervenção do Estado, neste ou naquele setor das atividades humanas, segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe” (MESQUITA FILHO, [1948] 1969, p. 72).

Desse modo o grupo apresentava, nessa época, uma visão de liberalismo na qual o Estado aparecia como ator a viabilizar as ações desencadeadas pela iniciativa privada reunida e representada por uma “elite orientadora” capaz de estabelecer o equilíbrio entre o indivíduo e o Estado<sup>354</sup>.

Como nos explica Luiz Antônio Cunha (2007), o sistema de ideias que foi chamado de liberalismo baseia-se em cinco princípios: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. No Brasil, as ideias liberais ganharam interpretação singular tendo sido submetido a toda sorte de arranjos ideológicos, dessa forma “conviveu com as idéias que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na Primeira República, serviu admiravelmente bem para legitimar a ditadura das oligarquias” (CUNHA, L., 2007, p. 231).

Na análise de Cardoso (1982), a “Comunhão Paulista Ilustrada” foi portadora de um projeto para a nacionalidade, visto como democrático e liberal. O liberalismo era pensado sob uma interpretação particular, a democracia também seguiu uma interpretação *sui generis*:

---

<sup>354</sup> Essa lógica foi exercida com êxito em finais do século XIX quando a elite cafeeicultora paulista consegue o que Estado subsidie a vinda de imigrantes para trabalharem nas fazendas paulistas, como demonstramos no segundo capítulo.

Trata-se de uma concepção de democracia que só pode ser realizada por uma elite, onde o jogo democrático é caracterizado pela possibilidade sempre aberta de renovação, e que afirma a incompetência das massas de se autogovernarem. É um modelo de democracia, que supõe uma divisão do ‘trabalho político’ em que as massas não têm a competência para participar da elaboração das decisões do interesse coletivo. (CARDOSO, 1982, p.91).

Ou seja, tanto na concepção do liberalismo, quanto na da democracia pensada pela “Comunhão Paulista”, a ideia de uma “elite orientadora” é utilizada para conduzir a nação de maneira autônoma, mas com o apoio institucional do Estado. Como demonstrou Cardoso (1982), o Grupo do Estado partia do entendimento de que apenas uma elite ilustrada poderia e deveria orientar os rumos do país levando-o ao progresso. Essa elite seria formada por indivíduos possuidores de predicados especiais, apresentadas apenas por uma seleta elite paulista.

O ‘grupo do Estado’ assume a postura de um ‘partido ideológico’, de um ‘Estado-Maior intelectual’, e constrói uma imagem de unidade ideológica de pensamento e ação que pode ser muito bem captada na idéia da Comunhão Paulista. Pertencer à Comunhão implica a existência de um ‘sentimento de solidariedade de casta e uma certa coesão’. Casta porque se refere a uma imagem de superioridade racial, regional e intelectual. Reforça a definição da Comunhão Paulista ilustrada, a ideologia da continuidade histórica, onde ganha especial relevo a utilização do passado e da tradição para a justificação da existência do ‘grupo’. (CARDOSO, 1982, p. 52-53 – grifo nosso).<sup>355</sup>

O grupo apresentava um ponto de vista segundo o qual se colocava como representante de um núcleo superior ideológico, regional e racial legitimado pela tradição. Essa construção pode ser visualizada no discurso sobre a identidade paulista e sua relação com os bandeirantes, foco da discussão a seguir.

---

<sup>355</sup>Esclarece a autora que não se tratava de partido no sentido de “estrutura partidária”, mas no sentido de um “partido ideológico”, fato que lhe permitia estabelecer alianças com diferentes partidos políticos. O “partido ideológico” funcionava como uma “força dirigente superior aos partidos”. Podemos entender o “grupo do Estado” como correspondente à prática política deste partido ideológico (CARDOSO, 1982).



### 6.2.1 Bandeirantes, raça e identidade paulista em Júlio de Mesquita Filho

Delineado os principais contornos das filosofias e práticas que guiaram o pensamento de Júlio de Mesquita Filho na condução de um determinado projeto para a nação, defendido pelo jornal *OESP*, cabe analisar de forma mais detida como a raça se apresentava no pensamento desse jornalista.

Como procuramos argumentar, o projeto nacional defendido por Júlio de Mesquita Filho relacionava-se com os princípios fundadores do jornal de sua família. Tratava-se, na realidade, de um projeto político-ideológico que visava atribuir a São Paulo (devido à sua liderança econômica) liderança política e legitimidade para guiar a nação ao idealizado progresso. Para instituir esse projeto tornou-se fundamental justificar por que a São Paulo caberia a liderança do país. Essa justificativa foi sedimentada não só pelo papel econômico desempenhado pelo estado, mas também por uma suposta superioridade étnico-racial. A origem étnico-racial dos paulistas serviu de importante elemento para a construção de uma narrativa que explicava a excepcionalidade paulista. Nessa estratégia discursiva o bandeirante<sup>356</sup> figurou como mito de origem central na construção da identidade paulista (WEINSTEIN, 2006)<sup>357</sup>.

Essa construção apresenta em suas bases os mesmos princípios filosóficos presentes no pensamento de Júlio de Mesquita Filho. Apoiado nos estudos historiográficos “bandeiristas” desenvolvido por representantes da elite paulista do início do século XX<sup>358</sup> (ABUD, 1985), Júlio de Mesquita Filho construiu uma narrativa que, ao ressaltar a ligação entre bandeirantes e paulistas, destacava as qualidades europeias herdadas pelos paulistas como explicação para sua excepcionalidade e sua missão de liderança nacional.

Em *A Comunhão Paulista*, texto de 1922, publicado na *Revista do Brasil*, Júlio de Mesquita Filho já procurava ressaltar que, embora nem todos percebessem, em São Paulo havia um espírito (uma comunhão) que extrapolava interesses partidários e individualistas.

<sup>356</sup> Há uma vasta bibliografia que trata da figura do bandeirante, além dos estudos historiográficos do século XVIII e do século XX que foram centrais para a propagação da imagem deste como símbolo paulista. Citamos os estudos que analisam essa imagem como os desenvolvidos por Joseph L. Love (1982); Marilena Chauí (1978) e Maria Helena Capelato (1981). Para nosso estudo foram referências estudos que apresentam uma leitura racial do tema bandeirante, como é o caso do estudo de Barbara Weinstein: **Racializing Regional Difference: São Paulo vs. Brazil, 1932**, de 2006 e a pesquisa de Katia Maria Abud intitulada: **O sangue intomato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante**, de 1985.

<sup>357</sup> A figura dos bandeirantes, que nas palavras de Júlio de Mesquita Filho (1956, p. 163) são apresentados como uma “quase ordem de cavalaria sertaneja” relacionava-se às “bandeiras”, “grupos de homens que tinham suas bases em São Paulo, de onde organizavam expedições de longa distância para explorar o interior brasileiro durante o século XVII e início do XVIII, principalmente na busca de metais preciosos e escravos indígenas” (WEINSTEIN, 2006, p. 284).

<sup>358</sup> Tais como: Alfredo Ellis Jr., Taunay, Alcântara Machado e Paulo Prado.

Afirmava que, pela tradição histórica, São Paulo estava predestinado a cumprir a “missão” legada pelos bandeirantes, vistos como os desbravadores e os primeiros unificadores da nação, já que:

[...] da mesma maneira que os anglo-saxões, arrastados por seguro e singular instinto, chegaram a se apossar de tudo quanto na superfície da terra ha de melhor e mais aproveitavel, traçando, em suas linhas geraes, as determinantes definitivas da politica britannica o paulista assignalou, com a marca indelevel da sua passagem, os contornos, tambem definitivos, dentro dos quaes a nacionalidade completaria a sua evolução. (MESQUITA FILHO, 1922, p. 375).

Assinalava Júlio de Mesquita Filho que havia sido pelas mãos dos primeiros habitantes de Piratininga que teria ocorrido a obra de ampliação e integração do território nacional, fundando assim a unidade nacional. Esse argumento era defendido por historiadores paulistas que desde final do século XVIII, mas, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, se empenharam em apagar a imagem negativa do bandeirante, tornando-o símbolo de positividade, de progresso e de unidade nacional (ABUD, 1985).

Ao analisar a construção do símbolo bandeirante como símbolo paulista, Katia Maria Abud (1985) destacou o papel desempenhado por historiadores como Alfredo Ellis Jr., Afonso de E. Taunay, Alcântara Machado e Paulo Prado para a efetividade de tal construção. Em suas palavras:

Esses estudiosos compuseram um quadro das bandeiras e do bandeirante, onde reforçaram as linhas já esboçadas pelos seus antecessores do final do século XVIII. Suas pesquisas levaram-nos à construção da figura do bandeirante como um mestiço de ‘sub-raça superior’, que havia aliado às qualidades do europeu, as virtudes do índio, e que com serenidade, bravura e austeridade conquistara a maior parte do território que forma o Brasil. Deram também a esse produto do conhecimento um sentido de continuidade, de herança daquelas qualidades pelos habitantes do estado. (ABUD, 1985, p. 207).

Lançando mão de tal interpretação, Júlio de Mesquita Filho reforçava a identidade paulista como formada por indivíduos de ímpeto expansionista e de liderança, qualidades legadas pelos bandeirantes. Esse mesmo espírito de “ação civilizadora” se mostrava no momento presente a partir de iniciativas dos paulistas nas lavouras ou nas cidades. Dessa

forma procurava ressaltar a “visão política” característica dos paulistas, manifesta já nos bandeirantes e que se perpetuava no presente.

Em sua visão, o estado de São Paulo estava predestinado a desempenhar um papel de liderança no país por meio de um “imperialismo benéfico”, imperialismo que agia “em contraposição a inercia”. Nesse imperialismo residiria “todo um ideal, que por muitas gerações ainda deverá ser o único a manter o estímulo de uma *communhão* a cujo destino está entregue o destino do Brasil” (MESQUITA FILHO, 1922, p. 375).

Como assinalou De Luca (1999, p. 102), essa ideia também se manifestava na *Revista do Brasil* em discursos nos quais a figura do bandeirante é apresentada como “modelo exemplar que enfeixava as virtudes de diferentes heróis – bíblicos, homéricos, medievais –, repousaria a *origem* da nação”. Na revista:

[...] o bandeirante, ou seja, desbravador, destemido, altivo, determinado, independente, leal, líder inato, vai se tornando sinônimo de paulista: ‘foi pois, movidos por essas várias razões de ordem topográfica, econômica e atávica, que os paulistas se tornariam, quase unanimemente bandeirantes. (DE LUCA, 1999, p. 102-103).

A identidade paulista era assim associada a essa figura heroica que, segundo afirmavam, teria tracejado as primeiras linhas de grandeza do país expandindo seu território e forjando sua gente. Ao analisarmos a construção da identidade paulista pode-se perceber não só as sucessivas tentativas de afirmação da excepcionalidade deste, mas – e o que nos é mais significativo – a relação que é estabelecida com a ideia de raça. As características acentuadamente positivas dos paulistas eram explicadas a partir de uma suposta constituição racial.

Segundo Júlio de Mesquita Filho, respaldando-se nos escritos de Paulo Prado<sup>359</sup>, a origem dos paulistas remetia-se a um núcleo de indivíduos formado por:

‘Alemães e italianos, e homens que foram à Índia e franceses’. Sobrelevava-os, é evidente, em número, os portugueses, entre os quais, assinala ainda Paulo Prado, ‘os genealogistas citam 27 cavaleiros fidalgos, como Góis, Lemes, Pintos, etc., tronco primitivo de quase tôdas as 52 famílias paulistas de ascendência conhecida’. (MESQUITA FILHO, 1956 p. 161).

---

<sup>359</sup> No ensaio *Paulística*, de 1925, publicado pela editora de Monteiro Lobato.

Estes:

[...] cruzando o seu com o sangue indígena, formariam a estirpe mameluca do paulista. No jôgo de combinações cromossômicas que o enlace do português com o tupi-guaianás e demais componentes da população de S. Paulo provocaria, os fatores básicos do tipo lusíada atuariam como elemento dominante. Daí a homogeneidade físico-psíquica da população, ainda mais acentuada por ser notório ‘no histórico das famílias do planalto o cruzamento entre parentes’. (MESQUITA FILHO, 1956, p. 161).

Importante notarmos que o mito bandeirante admitia a ideia de miscigenação, mas – assim como em Euclides da Cunha – essa era pensada positivamente quando associada ao indígena e, negativamente, quando associada ao negro. Dito de outro modo, a elite paulista se via como fruto da miscigenação entre europeus e indígenas. Ou seja, admitiam a miscigenação, mas com restrições. No mito bandeirante, o índio não carregava os estigmas do primitivismo, estes eram atribuídos aos negros. É interessante notar que a própria ideia de miscigenação, nesse contexto, serve como instrumento para destituir o negro da história, estratégia também observada em textos de Fernando de Azevedo. Destituir de que modo? Ao afirmar que a miscigenação entre indígenas e europeus apresentava resultado positivo enquanto a com negros produzia degenerações físicas e morais.

A origem dos paulistas é ainda vista como fruto de uma miscigenação na qual haviam prevalecido os “fatores básicos do tipo lusíada”, fato que explicava sua “homogeneidade físico-psíquica” conservada pela argúcia em manterem-se “puros” por meio dos casamentos consanguíneos. Como podemos notar, a referência a Euclides da Cunha é evidente, e como este, Júlio de Mesquita Filho também explicava a identidade paulista em contraposição àquela forjada nos estados nos quais o branqueamento não conseguira lograr tanto êxito.

Em contraponto à imagem do bandeirante apresentada pelos paulistas, Barbara Weinstein (2006, p. 284) destaca que os bandeirantes não foram vistos com tamanho entusiasmo pelos grupos que conviveram com eles. A autora destaca que na “‘Lenda Negra’ escrita pelos missionários espanhóis, o bandeirante tem um caráter cruel e moralmente inaceitável”. Porém,

[...] nas mãos dos publicistas paulistas no início do século XX, ele é resgatado como um empreendedor proto-capitalista. Em contraste com o parasitário, decadente e tradicional plantador de açúcar do nordeste colonial,

o *bandeirante* é um empreendedor e um aventureiro. (WEINSTEIN, 2006, p. 284 – grifo no original).

Na interpretação dos paulistas se suprimia:

[...] o crucial ‘interregno’ da *Plantation*. Inclusive, podem-se ler relatos populares ou acadêmicos sobre a história de São Paulo e não perceber o fato de que a região, por várias décadas, na segunda metade do século XIX, foi a mais importante do Brasil no que se refere a uma economia de *plantation* escrava. (WEINSTEIN, 2006, p. 288).

Nessa interpretação, as ações devastadoras dos bandeirantes, sobretudo, a violação dos corpos de mulheres indígenas e negras, foram minimizadas e apontadas como parte do processo da ação civilizadora. Nesse particular, os feitos são justificados dessa forma por Júlio de Mesquita Filho:

[...] consequência necessária não apenas da natureza humana, mas do regime escravocrata. O que se havia verificado em todos os tempos e em tôdas as latitudes, na Ásia como na África, na Grécia, em Roma, na América do Norte e ainda na Idade Média, onde o regime de castas reconhecia ao senhor direitos sôbre a virgindade das servas, no Brasil colonial os chefes de ‘clã’ em seus domínios dariam largas aos seus instintos poligâmicos. A concubinação, a procriação desordenada e desenfreada, desempenharia, porém, na América, papel da maior relevância. Caber-lhe-ia suprir a falta de uma corrente de imigração contínua, povoando de elementos adaptados ao meio os territórios conquistados. (MESQUITA FILHO, 1956, p. 163-164).

Desse modo:

As incursões pelo sertão nas quais se consumiam anos da vida do bandeirante, a base escravocrata da sociedade, o poder praticamente absoluto do ‘pater familias’, admitem, consentem e estimulam, ao lado da existência conjugal, relações sexuais dos elementos masculinos da ‘gens’ com a escravaria, conquistada em lutas cruentíssimas; e com a clientela, que ao seu redor e sob sua proteção pulula nos latifúndios. (MESQUITA FILHO, 1956, p. 165).

Adotando a estratégia de afirmação da moralidade e da obra bandeirante, Júlio de Mesquita Filho, entre outros que procuraram retratar os feitos bandeirantes e relacioná-los com a identidade paulista, construía e/ou reafirmava a excepcionalidade que marcava os paulistas distorcendo ou, no mínimo recortando, segundo seus interesses, dentro da história desses homens o que lhe parecia fundamental para formar o mito paulista.

A exaltação dessa identidade “superior”, que era a paulista, teve seu ápice, segundo Weinstein (2006), na década de 1930. Isso porque:

A despeito do declínio do prestígio do racismo biológico ou científico nos anos 20, certas características ‘imutáveis’ continuariam a ser atribuídas aos brasileiros de acordo com suas regiões de origem, tanto a cultura popular quanto a da elite. Mesmo como discurso de civilização – a modernidade e o progresso substituíram preocupações com a mistura racial e a degeneração – noções de diferença baseadas na raça (amplamente construídas), longe de desvanecer, floresceram em novos contextos discursivos. (WEINSTEIN, 2006, p. 283-284).

Conforme assinala a autora, na década de 1930, o conceito de raça se apresenta sob nova feição. Em São Paulo a afirmação do regionalismo serviu de suporte para a atuação do pensamento racial em vigor na elite paulista. Era uma ideia de regionalismo que se pretendia ser ao mesmo tempo de abrangência nacional e estava “identificado com as classes média e altas, brancas, de São Paulo” (WEINSTEIN, 2006, p. 297).

Na década de 1930, nas mãos de Getúlio Vargas, o país viveu a consolidação do Estado. O governo de Vargas operou não só na centralização “da política e da economia, mas também promoveu uma identidade nacional homogênea que transcendeu às variações e aos costumes” (WEINSTEIN, 2006, p. 281). A despeito desse processo de homogeneização, argumenta a autora que “continuou existindo uma pluralidade de discursos sobre raça” e que esses estavam intimamente ligados a identidades regionais as quais, inclusive, “persistiram além dos anos Vargas” (WEINSTEIN, 2006, p. 282). Exemplifica o fato analisando a identidade regional paulista e sobre esta afirma que:

[...] a identidade regional no Estado de São Paulo, identidade *paulista*, passou a ser associada, na cultura brasileira, não apenas à indústria, à modernidade e ao progresso econômico, mas também ao embranquecimento e a uma narrativa particular na história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação. (WEINSTEIN, 2006, p. 282 – grifo no original).

O contexto da Revolução Constitucionalista de 1932 tem sido analisado como aquele em que se processou uma íntima relação entre a identidade paulista e a brasileira (WEINSTEIN, 2006; ABUD, 1985). Nas palavras de Weinstein:

Utilizando liberalmente as teorias do Darwinismo Social acerca da adequação de diferentes raças para o progresso e a modernidade, bem como as teorias históricas aparentemente contraditórias acerca dos estágios da civilização, jornalistas e intelectuais paulistas celebraram as virtudes cívicas da população regional, que eles atribuíam ao seu caráter mais ‘civilizado’. Discurso após discurso, ensaio após ensaio, os paulistas exaltavam a fibra cívica e moral do povo bandeirante, o caráter culto e civilizado do povo paulista, e a direta associação entre o ‘estágio da civilização’ da região e a sua obediência às regras da lei. (WEINSTEIN, 2006, p. 289).

Afirma essa autora que o discurso regionalista paulista construiu seu “Outro” conforme os propósitos políticos, de grupo e/ou de indivíduos. A narrativa que edificou a “identidade paulista era, explícita ou implicitamente, racializada no contexto das lutas políticas regionais visando ao poder nacional” (WEINSTEIN, 2006, p. 291). Conforme assinala, a Revolução Constitucionalista de 1932 foi o momento em que se processou uma íntima associação entre a identidade paulista e a brasileira, isto é, a identidade paulista era apresentada como a identidade ideal do brasileiro. Como ressalta:

[...] os escritores, intelectuais e políticos que construíram a identidade de São Paulo dentro da nação brasileira, tipicamente, viam a sua região como culturalmente e economicamente superior, como a vanguarda do progresso e da civilização, enquanto o resto da nação aparecia como o ‘Outro’, numa relação cultural remanescente daquela entre colonizador e colonizado. (WEINSTEIN, 2006, p. 283).

No decorrer da Campanha Constitucionalista e da Revolução de 1932, foram produzidos uma “profusão de textos, polêmicas, poesias, cartazes, músicas e artefatos por meio dos quais os paulistas procuraram delinear e clarificar sua identidade regional (mas ao mesmo tempo nacional)” que serviram para “justificar suas pretensões de domínio nacional” (WEINSTEIN, 2006, p. 286). Vale ressaltar que a identidade paulista era pensada a partir da matriz racial europeia presente nos portugueses colonizadores que, mais tarde, se expressava no homem sertanejo nascido da miscigenação entre portugueses e indígenas e, ainda, com os imigrantes estrangeiros. Ou seja, o paulista era o homem sertanejo tal qual ilustrado por

Euclides da Cunha. Na formação dessa identidade afirmava-se a ascendência europeia e indígena dos paulistas ao passo que se menosprezava e se invisibilizava a herança africana.

São Paulo – ressaltamos – que havia dado o passo inicial para a imigração europeia, que havia se tornado um dos principais polos de debate racial (tanto do ponto de vista jurídico, quanto da medicina social) buscava, no contexto da década de 1930, ao associar seu progresso político e econômico à ideia de raça, oferecer também um projeto racial como modelo para a nação.

Como ressalta Weinstein (2006):

[...] foi precisamente a insistência dos paulistas em uma *hierarquia*, (e não em uma diversidade) de identidades regionais que forneceu o maior impedimento para uma cultura nacional democrática mais progressiva no início dos anos 30. (WEINSTEIN, 2006, p. 297 – grifo da autora).

Para essa autora tal “estrutura hierárquica” estava assentada “sobre conceitos racializados” de modo que as referências à civilização e à modernidade “serviam facilmente para um discurso racializado sem precisar fazer referência à raça e cor” (WEINSTEIN, 2006, p. 297). Isto é, a própria identidade paulista já carrega implicitamente a hierarquia racial, ou em outros termos, a branquitude.

Ainda que o projeto político de São Paulo tenha encontrado resistência a ponto de ter sido sufocado com a derrota de 1932, no plano racial a identidade paulista foi afirmada e resistiu levando consigo um projeto racial subjacente.

Embora a derrota de São Paulo soasse como a morte para as máquinas políticas com bases regionais da República Velha, sua posição duradoura como centro econômico dominante no Brasil permitiu que uma construção particular e racializada da identidade paulista sobrevivesse e florescesse depois que as forças Constitucionalistas depuseram suas armas. (WEINSTEIN, 2006, p. 283).

A identidade paulista consolidou-se ainda mais após a derrota pelas armas sofrida em 1932. Como resultado desse processo, o “povo bandeirante” estabilizava-se como sinônimo de “povo paulista”, devido ao fato dos “bandeiriologistas” terem “criado uma bem sucedida ‘etnicidade imaginária’, baseada numa grandiosa *narrative of descent*” (WEINSTEIN, 2006, p. 289 – grifo no original)<sup>360</sup>.

<sup>360</sup> Expressão que significa tanto “descendência” quanto “dissenso”, cf. Barbara Weinstein (2006).



A narrativa criada pela elite paulista sobre si mesma aponta para o fato de que graças “aos paulistas, era possível propor uma leitura redentora do passado”. Nesse sentido, os bandeirantes cumpriam o papel de reconstruir o passado marcado pela escravidão. São Paulo, tanto por seu pretense vínculo europeu, quanto pela prosperidade econômica, se apresentava como exemplo de que o futuro do país poderia ser promissor, desde que se seguisse o modelo paulista liberal e racial. Dessa forma, o “Estado e sua dinâmica capital tornavam-se então o modelo, o grande farol que derramava sua possante luz sobre todo o país” (DE LUCA, 1999, p. 298). Adverte essa autora que na “sua versão mais restritiva, essa representação conferia dignidade apenas aos bandeirantes e seus descendentes, exaltados como uma raça natural e estruturalmente superior” (DE LUCA, 1999, p. 298).

Vale dizer que esse pensamento se manifestou também na posição que os paulistas apresentaram na discussão sobre a constituinte, na década de 1930. Ao estudar a participação do jornal *OESP* no debate da Constituinte, Capelato e Prado destacam que: “As emendas apresentadas pela bancada ao anteprojeto da Constituição foram amplamente apoiadas pelo jornal para quem o anteprojeto apresentava características centralizadoras, que ameaçavam a autonomia dos Estados” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 54). A bancada paulista não questionava apenas a pouca autonomia dos estados, mas também o modo como o governo tratava de questões centrais para o progresso nacional, a exemplo da educação. Desse modo ofereceram propostas que afirmavam uma concepção de sociedade na qual a raça branca ou branqueada, isto é, os paulistas representavam o progresso e a ideia de nação almejada pelas elites nacionais.

Em prefácio à segunda edição de *Lições de Eugenia*, publicado em 1935, Renato F. Kehl reconheceu o importante papel desempenhado pelos paulistas na aprovação de lei eugênica na Constituição Federal. Assim expunha:

A despeito da vulgaridade do nosso meio e vencendo a indecisão dos ‘que raciocinam como logica dos outros’, alguns membros da Assembléia Constituinte, atendendo aos anseios da época, conseguiram incluir na nova Constituição da Republica alguns dispositivos de alcance galtoniano. A bancada paulista, na qual se destaca o ilustre deputado A. C. Pacheco e Silva, deve-se a inclusão, entre outros, do art. 138 b, que diz: Incumbe á União, aos Estados e aos Municipios, nos termos das leis respectivas, estimular a educação eugénica’. (KEHL, 1935, p.13 – grifo nosso).

Pacheco e Silva – como demonstrado – foi importante figura do círculo médico paulista nas primeiras décadas do século XX. Defensor de ideias higienistas e eugênicas, transitou entre o meio médico e o político defendendo que o país deveria seguir a orientação apresentada por tais pressupostos médicos.

Enfim, o que se percebe, por parte de São Paulo, é a construção de estratégias, em diferentes momentos de sua história, que visavam afirmar seu poder e capacidade de gerir o país. A essa proposta colava-se a ideia de nação aos moldes daquelas vistas como “civilizadas” que, dentro do arcabouço teórico vigente à época, denotava a garantia da civilidade, do progresso, de uma cultura e de um povo branco.

Para a afirmação da identidade paulista (como o estado mais próspero, mais civilizado, mais moderno), sob o prisma evolucionista, São Paulo “dependia de um agudo contraste com outras regiões do Brasil, especialmente o nordeste, com sua grande e empobrecida população não branca, representada como atrasada, inculta e semi-civilizada” (WEINSTEIN, 2006, p. 297-298).

Como assinalou Salone (2009), embora haja uma tendência, por parte dos analistas<sup>361</sup> de Júlio de Mesquita Filho, em explicar seu pensamento e posições condizentes com o pensamento racista como sendo resultados do repertório teórico-cultural vigente nas primeiras décadas do século XX, não se pode deixar de frisar que o pensamento racista presente em sua obra extrapolou o tempo de legitimidade científica dessas teorias transparecendo, anacronicamente, nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Para ilustrar essa afirmação apontamos dois exemplos: uma entrevista concedida a Gilberto Freyre na década de 1940 e editoriais sobre o nordeste, reunidos no livro *Nordeste*, de 1963.

Por ocasião de uma pesquisa sobre a sociedade patriarcal no Brasil, Gilberto Freyre (na década de 1940), realizou entrevistas<sup>362</sup> com alguns personagens significativos

---

<sup>361</sup> Como por exemplo, Antonio Candido que atribui à postura de Júlio de Mesquita Filho às “ambigüidades por vezes angustiosas, cuja solução para muitos era o ‘branqueamento’ por meio da imigração”, ponto de vista defendido por muitos intelectuais das primeiras décadas da República. Assim, segundo Candido, Mesquita Filho teria, como outros de seu tempo, “navegado nesse mar de preconceito antropológico disfarçado de verificação objetiva” (Antonio Candido em entrevista concedida a Salone, 2009, p. 399).

<sup>362</sup> Sobre a metodologia utilizada para recolher os depoimentos que compõe o lastro de seu livro, explica Gilberto Freyre: “Com relação à atitude dos brasileiros de então para com as raças diferentes da sua, pediu-se a cada biografado que fixasse essa atitude – quase sempre respondendo ele não alimentar preconceito algum nem de raça nem de cor. Foi-lhe então feita outra pergunta: como receberia o casamento de filho ou filha, de irmão ou de irmã, com pessoas de cor mais escura? As respostas recolhidas à última pergunta são interessantíssimas, quer do ponto de vista antropológico, quer do psicológico. E nos fazem por vezes participar de um período brasileiro, de cujos extremos nos distanciam de um, quase meio século, de outro pouco menos de um século, como se fosse ainda atualidade, tal a projeção das atitudes ou dos sentimentos aí revelados sobre um futuro já agora transformado em passado” (FREYRE, 2000, p. 49). Sobre a colaboração de Júlio de Mesquita Filho afirmou Freyre: “Júlio de Mesquita Filho, especificando com relação às suas respostas francas e até desassombradas: ‘Faça delas... o uso que entender’” (FREYRE, 2000, p. 59).

para a compreensão daquele momento histórico. Júlio de Mesquita Filho esteve entre os entrevistados<sup>363</sup>. Ao ser inquirido sobre “o problema sociológico das relações de brancos com pretos e mulatos” em nossa sociedade, expõe seu ponto de vista sobre o tema nos seguintes termos:

[...] pode-se afirmar, categoricamente, que os ‘valores ocidentais’ são cada vez mais fortemente determinantes de nossa maneira de encarar os problemas que se nos deparam. Pois bem. Entre os valores que essa fatalidade nos impõe se contam tanto os étnicos como os estéticos. Por outras palavras, aumenta constantemente o desejo de vermos um dia atingir o Brasil – por cruza, está claro – o tipo branco puro. Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a Nação, são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí o nos afastarmos, cada vez mais, dos valores africanos. (MESQUITA FILHO apud FREYRE, 2000, p. 532).

Orientando-se pelos “valores ocidentais”, o jornalista defendia, na década de 1940, uma posição nitidamente em favor da branquitude, isto é, da superioridade dos brancos. É possível perceber que sua concepção de valores e de identidade é construída na oposição com o “Outro” materializado, em seus termos, nos “africanos” e “pretos”. Daí manifestar o desejo de ver o “tipo branco” predominar no Brasil. O branqueamento e a afirmação da superioridade física e moral dos brancos são, nos parece, marcas perenes no pensamento de Júlio de Mesquita Filho que, ora se mostra de forma explícita, ora de forma implícita.

Nessa mesma entrevista chega a argumentar que o desejo de branqueamento era algo difundido em nossa sociedade almejado, inclusive, pelos próprios negros.

A mais superficial observação demonstra a verdade do que acabamos de afirmar. Não tem mesmo outra origem o esforço desesperado que fazem os mulatos por parecerem, a todo custo, brancos e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características de sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Outra prova do que afirmamos: os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o meio. Isto pelo menos em São Paulo e nos Estados do Sul, onde tendem a viver em grupo e em oposição aos brancos. (MESQUITA FILHO apud FREYRE, 2000, p. 532).

---

<sup>363</sup> O resultado desse trabalho Gilberto Freyre apresenta em seu livro *Ordem e Progresso* publicado pela primeira vez na década de 1950.

Para Júlio de Mesquita Filho os “pretos” brasileiros reconheciam a superioridade estética e mental dos povos brancos de ascendência europeia, motivo que os levavam a tentar disfarçar “as características da raça”. Mas, as “provas” da ineficácia desses recursos mostravam-se contundentes e os recalques explicavam a desgraça e a tendência à marginalidade presente em “mulatos indisfarçáveis” e pretos. Segundo entendemos, a visão apresentada por Júlio de Mesquita Filho, na década de 1940, trazia à baila o cerne do pensamento defendido pelos eugenistas das primeiras décadas do século XX. De forma contundente vemos esse pensamento vigente mesmo num contexto em que o paradigma racial deixava de figurar como explicativo da realidade nacional, substituído pelo paradigma cultural.

Porém, como em outros momentos de seu pensamento, Júlio de Mesquita Filho procura explicar, com fatos demonstráveis, que a inferioridade dos negros era uma realidade científica, um dado irrefutável. Implícita a essa afirmação estava a ideia de que, o branqueamento era a saída para o país. Pensando dessa forma, respondia a Freyre que:

Por todas essas razões, é óbvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro da minha família com gente indisfarçadamente de cor. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viesse ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência, são uns infelizes. (MESQUITA FILHO, apud FREYRE, 2000, p. 532).

Em suas palavras, o “preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil” são “uns infelizes”. Quais seriam essas condições sociais é uma questão que nos salta aos olhos. Estaria se referindo ao racismo? Júlio de Mesquita Filho não explicita. Contudo, nos indica que a situação dos negros não era fácil.

Em *Nordeste*<sup>364</sup>, livro que reuniu editoriais de Júlio de Mesquita Filho publicados em *OESP* na década de 1960, temos outros exemplos do impacto que as teorias raciais teriam

---

<sup>364</sup> O livro foi constituído pela reunião de quatorze editoriais de Júlio de Mesquita Filho, publicados em *OESP*. Todos os editoriais tratavam de discutir o “problema do Nordeste”. Os textos foram escritos após Mesquita Filho ter viajado – a convite dos respectivos governadores – para Bahia, Pernambuco e Ceará. Segundo o organizador do livro, Paulo Duarte, nos editoriais se percebia, “de um lado, o real interesse dos paulistas em acorrer em auxílio dos seus irmãos daquelas subdesenvolvidas regiões, mas advertindo, de outro, sobre a inanidade de quaisquer esforços, desde que desenvolvidos sem o amparo do bom senso e sem a orientação, no seu mais alto sentido, da ciência, da técnica e, sobretudo, das conveniências verdadeiras da Nação” (DUARTE, 1963, p. 08).

exercido na formulação do pensamento e, conseqüentemente, da interpretação social formulada por esse jornalista e empresário.

Para Júlio de Mesquita Filho o problema do Nordeste não estava, como apontava autores da sociologia rural, no latifúndio. Antes, se situava no “estado mental do homem do Nordeste e com as conseqüências que o choque de três culturas tem na sua psique decadente e profundamente mórbida” (MESQUITA FILHO, 1963, p. 24).

Lançando mão das categorias “meio” e “raça”, Júlio de Mesquita Filho procurava demonstrar que o problema presente nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará se explicava menos pelas condições do meio (das características do solo) do que pela raça (composição racial desses estados). Dessa forma, destaca que, particularmente na Bahia e em Pernambuco o “problema rural”, isto é, a “baixa produtividade agrícola” se explicava pela intersecção entre dois fatores: de um lado a ausência de técnica e de outro a composição racial do povo.

Ao analisar o estado da Bahia, afirmava que a questão do meio físico poderia ser remediada com o auxílio de bons braços e orientação técnica adequada, já a do homem:

No que tange ao outro aspecto da questão – o do homem – já se não poderá dizer a mesma coisa. Tanto em relação às camadas superiores da população, como ao trabalhador pròpriamente dito, as circunstâncias são muito menos favoráveis. Não se descobre no baiano, por exemplo, o sentimento comum no paulista pela terra e seus problemas. Enquanto em São Paulo todo velho paulista se sente apegado à terra e nela vê a sua verdadeira vocação, na Bahia não vemos que ela desperte em seus filhos qualquer espécie de interesse. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 13).

Afirmando a proximidade entre paulistas e europeus, procurava demonstrar que era característico do povo paulista o amor à terra, sentimento legado da “velha estirpe”, isto é, dos filhos de “Portugal, da Espanha e da Itália que para aqui vieram traziam no sangue o amor à cultura agrícola” (MESQUITA FILHO, 1963, p. 09). Já na Bahia:

A porcentagem de homens de côr – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 14).

E segue:

Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente que o fato de subsistir na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de ‘mentalidade primitiva’ a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas. O universo em que vive é de todo em todo diferente daquele que caracteriza a formação das populações do Sul, por exemplo. Falta-lhes a constância, a perseverança, a obstinação e o desejo de vencer na vida, que distinguem as raças ocidentais que colonizaram as zonas meridionais do País. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 14).

Apoiando-se no argumento científico, sociológico, afirmava que a descendência africana, vista como “primitiva”, teria legado ao povo baiano características que justificavam seu subdesenvolvimento. Devido a esse fenômeno, reafirmava que o problema agrícola do estado da Bahia residia:

Sem dúvida à incontestável inferioridade do trabalhador rural baiano, cuja transformação em elemento útil e eficiente não será fácil, tais as proporções dessa inferioridade. Trata-se de uma questão de mentalidade, que faz que o camponês da Bahia permaneça mais próximo das suas origens africanas do que do estágio social há muito atingido pelas populações do Sul. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 16).

Novamente podemos perceber a presença do evolucionismo social em seu pensamento. Para Júlio de Mesquita Filho os descendentes de africanos encontravam-se, na década de 1960, num estágio social primitivo, enquanto os paulistas já haviam alcançado a posição mais elevada da escala de progresso social, cultural e econômico.

Na visão do jornalista, o baiano era um “elemento” primitivo que estava longe do grau de civilidade apresentado em outros estados, como por exemplo, São Paulo. Argumentava que na Bahia:

O analfabetismo e a deformação mental provocados pelo choque entre a ancestralidade africana e a mentalidade européia transplantada para o trópico transformaram o elemento humano dessa região num ser híbrido que ainda está longe de se integrar definitivamente na estrutura essencialmente econômica da civilização contemporânea. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 16).

Em clara referência ao brasileiro de Euclides da Cunha, destacava que, no caso da Bahia, a miscigenação mostrava-se ainda inacabada e, por isso, o que se tinha era um ser híbrido, com características predominantemente primitivas. Dessa forma completava:

Podemos por aqui avaliar o que é na realidade o problema agrário na Bahia. Com o elemento humano de que presentemente dispõe, que poderá fazer o Estado para aumentar sensivelmente a produção agrícola? Tão cedo, como é óbvio, não se pode pensar em dirigir para ali correntes emigratórias válidas; e dado o atraso social em que vive a quase totalidade das populações do interior, não será também tão cedo que se poderá modificar sensivelmente a precária situação do grande Estado. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 15).

A solução deveria, se possível, seguir o modelo desenvolvido por São Paulo, isto é, a formação de uma nova população a partir da miscigenação com imigrantes europeus. Porém, essa solução destacava que já não se mostrava possível devido à incapacidade de promover um fluxo imigratório como verificado em outros tempos.

Também no caso de Pernambuco, acentuava o autor que, como na Bahia, se observava as dificuldades impostas pelas terras áridas bem como pelo alto grau de analfabetismo – entretanto – o verdadeiro problema ainda residia na formação “do braço em Pernambuco” que “não é muito superior à do baiano” (MESQUITA FILHO, 1963, p. 21). Assim, destacava que:

Embora incontestavelmente mais ativo, o pernambucano da zona rural acha-se ainda numa fase social de extraordinário atraso. A sua mentalidade média não evoluiu nos últimos cinquenta anos. O choque verificado no encontro das três raças básicas de que descende reduziu-o a um estado de primitivismo que tôda uma excelente literatura nos descreve. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 21).

Enfim, dada essas características, qualquer tentativa de melhorar o nordeste deveria, segundo Júlio de Mesquita Filho, ter por alvo “refundir-lhe totalmente a mentalidade” (MESQUITA FILHO, 1963, p. 24). Destarte destacava que serviria ao nordeste a mesma solução empregada em São Paulo:

[...] o que urge fundamentalmente criar no Nordeste é uma universidade digna do nome, em moldes semelhantes àqueles em que a Universidade de São Paulo foi concebida por Armando de Salles Oliveira. Há naqueles

Estados arremedos de escolas superiores que, ao reunirem-se, ostentam o título pomposo de universidades. Na realidade, porém, do que por lá existe muito pouca coisa se poderá esperar. A necessidade maior que se faz sentir na imensa região é de uma elite de formação universitária capaz de contribuir para a criação de uma consciência nordestina. (MESQUITA FILHO, 1963, p. 51).

Por “consciência nordestina” entendia “uma percepção perfeita do problema, um conhecimento total dos seus múltiplos aspectos e a capacidade da sua formulação dentro do mais rigoroso espírito científico” (MESQUITA FILHO, 1963, p. 51). Essa instituição deveria seguir o apresentado no *Projeto USP*, particularmente no que se refere ao papel da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras como órgão que, constituído por “velhos quadros culturais do Ocidente europeu”, isto é, uma missão europeia teria como função ensinar às novas gerações “métodos de pesquisa a que a civilização ocidental deve o seu brilho e o seu poder”, assim contribuindo para a formação de indivíduos capazes de orientar a massa da população (MESQUITA FILHO, 1963, p. 51).

Como se pode notar, no projeto político-ideológico defendido pelo jornal *OESP* e, particularmente por Júlio de Mesquita Filho, o conceito de nação foi segundo o modelo de nação europeia, para a qual a raça branca era o exemplo melhor definido de civilização.

### **6.3 A universidade como parte de um projeto político-ideológico (e racial)**

A história da USP já foi contada diversas vezes, por diferentes historiadores e sob diversos enfoques. Ao realizarmos o levantamento dos livros que recontam essa história, observamos que estes poderiam ser classificados em duas categorias: os “comemorativos” e os “analíticos”. Chamamos de “comemorativos” livros escritos com o intuito de celebrar ou solenizar determinadas datas marcantes para a universidade, ou ainda, comemorar eventos relacionados à vida acadêmica uspiana. Nesta categoria, podemos destacar como marco inaugural a obra *História da Universidade de São Paulo* (1953), de Ernesto de Souza Campos.



Este livro, concebido a partir de encomenda realizada pela Universidade de São Paulo em 1951, cumpria o objetivo de “contar a história da Universidade de São Paulo, por ocasião do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo”.<sup>365</sup>

Seguindo esse mesmo objetivo, ou seja, o de “comemorar” a criação da USP, podemos citar outras obras<sup>366</sup>: *USP/50 anos: registro de um debate* (WITTER, 1984)<sup>367</sup>; *A Faculdade de Medicina e a USP* (LACAZ e MAZZIERI, 1995)<sup>368</sup>; *Universidade de São Paulo: Alma Mater Paulista- 63 anos* (SANTOS, M., 1998)<sup>369</sup>; *USP 70 anos: Imagens de uma História vivida* (MOTOYAMA, 2006)<sup>370</sup> e *Trajatória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”*(MARINHO e MOTA, 2012)<sup>371</sup>.

Estes livros apresentam algumas semelhanças: foram encomendados pela USP; seus escritores pertencem ou pertenceram ao quadro de docentes da USP; apresentam textos carregados de elogios à instituição e que procuram ressaltar a figura dos fundadores como intelectuais de espírito distinto dos demais; os textos se valem de documentação histórica da instituição (Atas, fotos, Regimentos, etc.); é nítida a tentativa de afirmação da excelência de todas as Faculdades da USP, mesmo antes de estas pertencerem a esta instituição. Um fato que merece destaque é a ausência, em todos estes livros, do tema da raça (ou seja, em todos não há menção a um dos importantes debates ocorridos à época da fundação da instituição). Mas um ponto deve ser assinalado: é recorrentemente a exaltação da ascendência dos fundadores da USP numa tentativa de reconstruir suas biografias destacando a herança tradicional paulista e bandeirante.

Todas essas características, a nosso ver, são estratégias discursivas que, no limite, podem ser entendidas como meios para reforçar determinada imagem da Universidade de São Paulo. Imagem esta que, como apontou Cardoso (1982), foi construída ideologicamente a partir de determinadas escolhas que tiveram como resultado a retirada de elementos que

---

<sup>365</sup> Cf. Ernesto de Souza Campos: *História da Universidade de São Paulo*.

<sup>366</sup> Citamos apenas algumas mais conhecidas. Para cada Faculdade é possível encontrar diversos livros comemorativos que recontam sua história antes e após integração à USP.

<sup>367</sup> Segundo José Sebastião Witter a obra foi “contratada pela Universidade de São Paulo no contexto das comemorações do seu Cinquentenário” (WITTER, 1984, p.05). O autor reconta a história dessa instituição a partir de fragmentos de reportagens de jornais de época.

<sup>368</sup> O livro busca comemorar os 60 anos da USP evidenciando a contribuição da Faculdade de Medicina à construção a USP.

<sup>369</sup> O Livro tem por proposta apresentar as realizações de cada uma das unidades da USP na década de 1990.

<sup>370</sup> O livro busca recontar a história dessa instituição a partir de depoimentos de alguns dos reitores que passaram por ela.

<sup>371</sup> Em dois volumes, o livro é comemorativo do centenário da Faculdade de Medicina da USP.

demonstrariam sua origem autoritária<sup>372</sup>. O mesmo entendemos ter ocorrido com o elemento raça, pois os livros, nessa categoria, – aqueles destacados por nós – não problematizam questões que poderiam apontar para a presença do tema racial nessa história, a exemplo da participação de alguns de seus fundadores no debate racial posto no contexto de fundação da USP.

Já os livros classificados por nós como “analíticos” têm por proposta analisar a história da Universidade de São Paulo de um ponto de vista crítico e sob o olhar acadêmico. Predominantemente, são livros originalmente apresentados como dissertações e teses produzidas dentro da própria instituição, a partir da década de 1970. A título de exemplo, citamos: *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma* (ANTUNHA, 1971)<sup>373</sup>; *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo* (CARDOSO, I., 1982) e *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo* (FÉTIZON, 1986)<sup>374</sup>. Estes estudos vão além da proposta de recontar a história da USP, já que procuram analisar a própria concepção de universidade representada por esta instituição.

Em *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*, Heladio Cesar Gonçalves Antunha procura entender a concepção de universidade presente na USP. Para tanto, o autor elege dois momentos que julga serem fundamentais para a compreensão do papel da instituição: sua Fundação e sua Reforma. Seu foco está, sobretudo, na compreensão sobre a tentativa de se “implantar uma autêntica universidade liberal em nosso meio e das resistências que se levantaram a êsse projeto” (ANTUNHA, 1971, p. 03).

No estudo *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*, Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon se propõe a “reunir os subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo” (FÉTIZON, 1986, p. 05). Em extensa pesquisa, a autora compila e analisa documentos que contribuem para o entendimento da história dessa instituição, seu papel social e sua relação com o meio sócio-político-ideológico da década de 1930 à década de 1980.

Já o estudo de Cardoso (1982), *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*, dá atenção às ideias e ideologias que fundamentaram a concepção dessa universidade. A autora, como já vimos destacando, analisa a constituição da USP como um projeto do Grupo do Estado. Dos estudos elencados nessa categoria, Cardoso (1982) se destaca por ser a única a mencionar – ainda que de maneira

---

<sup>372</sup> Para Cardoso (1982), ao pactuar com Getúlio Vargas, o Grupo do Estado, por certo tempo, defendeu a ideologia autoritária daquele governo.

<sup>373</sup> Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

<sup>374</sup> Tese de Doutorado em Educação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

tangencial – a dimensão racial como componente da identidade do Grupo do Estado. Nossa pesquisa dialogou, sobretudo, com esse estudo, na medida em que partimos dos indícios raciais presentes na identidade do Grupo do Estado para compreender a presença da dimensão racial no *Projeto USP*.

Como assinalado anteriormente, o projeto dessa instituição emergiu num contexto de intenso debate sobre o ensino superior e, particularmente, sobre a universidade em nosso país. A esse debate somavam-se lutas políticas e ideológicas lideradas, principalmente, pela elite intelectual paulista, tão bem representada pelo jornal *OESP*.<sup>375</sup>

Para alcançar aspectos ainda não explorados nesta história percebemos que é preciso ler as entrelinhas, isto é, identificar o não dito. Assim, para realizar análise das ideias que deram origem à Universidade de São Paulo lançamos mão de um conjunto de documentos históricos que, a nosso ver, apontam as linhas fundamentais que orientaram o *Projeto USP*. Falamos, particularmente, do livro *A crise nacional*, escrito por Júlio de Mesquita Filho em 1925; além de conferências por ele realizadas após a fundação da USP, nas quais o jornalista apresenta o pensamento dos fundadores dessa universidade; do Inquérito promovido por Fernando de Azevedo em 1926, a pedido do jornal *OESP*; além do próprio decreto de fundação dessa universidade e dos Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935 e 1936).

Ao observar atentamente esses documentos, nos esforçamos para entendê-los como parte integrante do imaginário social presente nas primeiras décadas do século XX, assinalando, sobretudo, a relação com a questão racial. Estratégia semelhante foi desenvolvida por Cardoso (1982) para entender a articulação entre a criação da USP e a ideologia política desenvolvida à época de sua criação. Nosso enfoque, contudo, segue em outra direção. Visamos apreender se o pensamento racial apresentado por alguns dos fundadores da USP (particularmente Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho) ecoou, em algum grau, nas ideias que deram origem a essa universidade.

---

<sup>375</sup> Esse clima foi antecedido por importantes aspectos da política interna e externa, como assinala Orso, “junto com a crise econômica, sobreveio a crise social e política. Vide as disputas para a presidência da república que questionavam a chamada ‘política do café com leite’ (1921); a Semana da Arte Moderna, que reagia à importação de modelos (1922); o Levante do Forte de Copacabana, que tentava realizar uma revolução política e social (1922); o primeiro Levante dos Tenentes, movimento de reação às oligarquias e de luta pela renovação política, que se inicia em 1922 e concretiza-se em 1930; a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922); o segundo Levante dos Tenentes, que foi um desdobramento do primeiro levante (1924); o início da Coluna Prestes (1924); o estado de sítio decretado durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926); a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, em função das disputas políticas; a cisão das oligarquias e o surgimento do Partido Democrático (SP), do Partido Liberal (RS); a formação da Aliança Liberal, que rompia com a ‘política do café com leite’ (1929); enfim, a crise econômica de 1929” (ORSO, s/d, p. 02-03).

No nosso entendimento, dois momentos são privilegiados para nos ajudar a compreender a possibilidade de haver uma possível vinculação entre o projeto político-ideológico (e racial) defendido pelo jornal *OESP* (especialmente representado pelo Grupo do Estado) e o *Projeto USP*. Em 1925, Júlio de Mesquita Filho escreve o livro *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*, no qual apresenta, pela primeira vez, a ideia de universidade como medida para a formação da “mentalidade nacional” que, por sua vez, traria a saída para os problemas políticos por ele identificados. Nessa obra a universidade é apontada como o instrumento privilegiado para formar uma nova mentalidade, uma “opinião pública” capaz de orientar os rumos do país.

Em 1926, Fernando de Azevedo, a pedido de Júlio de Mesquita Filho, organizou um *Inquérito sobre a educação pública* cujos resultados foram publicados no jornal *OESP*. Tal inquérito é fonte de numerosa bibliografia que trata da história da educação. Para efeito desse estudo, cabe destacar que, no cerne desse Inquérito, encontrava-se a discussão sobre a universidade no Brasil.

Iniciemos pelo livro *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data* (1925). O objetivo do livro era explicar as origens da decadência dos preceitos republicanos levados a cabo pela política da Primeira República. Escrito num contexto em que o debate sobre nação/raça estava em pleno desenvolvimento e que as teorias raciais eram mobilizadas para interpretar a questão nacional, o livro abraça essa lógica. A obra apresenta as ideias fundantes do projeto de *OESP* e algumas daquelas que guiarão, posteriormente, o Grupo do Estado. Para os propósitos dessa pesquisa assinalamos: 1) a visão sobre a Abolição e sobre os negros; 2) a universidade como órgão integrante do projeto de “regeneração social”.

Valendo-se das concepções raciais postuladas pela ciência de sua época, Júlio de Mesquita Filho abre o livro com a seguinte questão:

Se é incontestavel a melhoria operada nas condições ethnicas da nação; se os meios de communicação, quase nullos no tempo do Imperio, se alargaram de maneira imprevista, permittindo que a acção das élites se tornasse muito mais efficaz no seio das massas esparsas pela vastidão territorial do paiz; se o numero de escolas primarias centuplicou, de então para cá; como explicar-se a brusca deserção dos elementos intellectuaes, da vida publica nacional? (MESQUITA FILHO, 1925, p. 05).

Ao apontar para o contexto social de sua época, Júlio de Mesquita Filho destacava que aquele momento reunia algumas das condições necessárias para o florescimento dos verdadeiros princípios republicanos (tendo em vista a “incontestável melhoria operada nas condições étnicas da nação”, mas também o desenvolvimento da imprensa e a consequente ação das elites, bem como o aumento no número das escolas). Porém, não era isso que se verificava.

Logo no título do livro temos um exemplo de como o jornalista percebia as relações raciais. Em seu pensamento a questão racial mostra-se como um elemento fundante da sociedade brasileira capaz de explicar os entraves ainda vividos. O pensamento racial marcado pelos signos da branquitude se manifesta por todo o texto, partindo do título, no qual faz analogia a crise nacional (crise política) com a data de 13 de maio de 1888. Como se nota no decorrer do texto, para o autor, a origem da “crise política” relacionava-se com a Abolição da escravatura.

O autor argumentava que antes da Abolição a sociedade se encontrava organizada a partir de uma estrutura na qual as instituições funcionavam sob o império de determinada ordem social e política. Cita que na monarquia essa ordem se sustentava em dois pilares:

De um lado, mantida á distancia a fracção semi-barbara da população, tornou-se possível a formação de uma opinião publica esclarecida, a cuja sombra propicia florescerem aquelles talentos parlamentares, que tanto relevo imprimiam á historia politica do segundo reinado. Por outro lado, a presença de Pedro II, espirito liberal e culto, no supremo posto do executivo, neutralisou os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inherentes á tendência auto-cratica do brasileiro, herdada de Portugal e transmittida, de geração em geração, pelo trato diario e secular com o escravo. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 07-08).

A exclusão da “fracção semi-barbara da população” dos espaços de poder, o espírito liberal de Pedro II e a atuação da “opinião pública”, isto é, da elite intelectual, proporcionava o sustentáculo da sociedade e de seu progresso. Mas, para o autor, o cenário mudou quando promulgado o decreto de 13 de maio, quando, em seus termos, “entrou a circular no systema arterial do nosso organismo politico a massa impura e formidavel de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionaes” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 09).

A esse affluxo repentino de toxinas, provocado pela subversão total do metabolismo politico e economico do paiz, haveria necessariamente de succeder grande transformação na consciencia nacional que, de alerta e cheia de ardor civico, passou a apresentar, quasi sem transição, os mais alarmantes symptomas de decadencia moral. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 11).

Num exercício de reflexão podemos, invertendo o argumento do jornalista, ponderar que a estrutura escravocrata era apropriada, pois promovia um quadro de “ordem” e “estabilidade” em que as massas eram afastadas da participação política. Porém, com a Abolição, seguida da Proclamação da República, o cenário se modifica a partir do investimento de “prerrogativas constitucionaes” a todos os brasileiros, inclusive aos negros.

A Abolição representava, em seu pensamento, a subversão do “metabolismo politico e economico do paiz”, a ela devia-se a “decadencia moral” do sistema político e da sociedade. Ou seja, aponta uma relação direta entre a origem daquilo que entendia serem os problemas políticos do Brasil (oligarquia e a tendência à centralidade do poder) com a presença de uma raça semi-barbara, os negros. Afirmava que a Abolição teria propiciado uma relação danosa à política nacional, tanto por causar o afastamento das elites intelectuais, (isto é, da “opinião publica”), quanto ao favorecer o poder das oligarquias que manipulavam o sistema político para manterem-se no poder.

Chamamos a atenção para a visão sobre os negros. Segundo o que Júlio de Mesquita Filho afirma, a inserção dos negros, na condição de cidadãos, no ambiente político-social brasileiro teria motivado a decadência moral do país. Como assinalou Salone (2009, p. 101), Júlio de Mesquita Filho em *A crise nacional*, refere-se ao negro como o grande portador do “atraso sociopolítico brasileiro”. Tal ponto de vista pode ser observado no trecho a seguir:

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fôra assignada e que os seus beneficiarios haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nivel moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contacto do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento civico, além de quebrar a unidade psychica indispensavel ás vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 13).

Se por um lado o “elemento negro” é destacado como fator de desestabilização da sociedade, por outro, o “elemento branco” se destacava pela capacidade de limpar o país da “toxina africana”.

E se a acção do elemento branco, oriundo do ultra mar, se tornava pernicioso enquanto se não dava a sua integração na nacionalidade, a sua presença em determinadas regiões ia afastando a toxina africana, de todo em todo incapaz de participar da nova phase de actividade em que entraremos. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 23).

Temos aqui, exemplo contundente de como as relações raciais foram dimensionadas por Júlio de Mesquita Filho na década de 1920, a partir da interpretação evolucionista sobre as raças na qual o africano e seus descendentes são vistos como primitivos e incapazes de participar ativamente de um sistema político-social moderno – o que, por sua vez, abria a necessidade de que fossem guiados por aqueles mais capazes, isto é, uma elite orientadora. Na ausência dessa elite, o lugar teria sido assumido pelas oligarquias que vinham corrompendo os verdadeiros princípios republicanos.

Destacava, contudo, que esse quadro poderia ser modificado com um plano de “regeneração social” que pregava o fim do poder oligárquico, a volta da “opinião pública” (isto é, das elites intelectuais) e a emergência do voto secreto<sup>376</sup>. Identificava que esse plano teria sido iniciado com a campanha civilista empreendida por Ruy Barbosa. Desde então, afirmava, vivia-se uma fase de “regeneração social”. Assim explicava que:

A crise actual nada mais é, pois, do que o resultado da resistência que, á eclosão definitiva das novas energias nacionaes, pretende oppor o elemento remanescente da época em que o Brasil soffreu o colapso a que não podia fugir, dada a libertação repentina de dois milhões de africanos, em 1888. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 39-40).

A seu ver, a era democrática viria a partir da substituição do grande latifúndio por pequenas propriedades e pela regeneração da atuação da opinião pública e do aparelho político. É nesse contexto que, pela primeira vez, aponta a universidade como instrumento importante para a efetivação desse projeto político-ideológico (e racial).

Restabelecido o jogo natural das instituições constitucionaes pelo advento da opinião publica, restar-nos-ia dar inicio á construcção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os paizes de organização social completa, pelas universidades. Sem o concurso dessa

---

<sup>376</sup> Entendido por Júlio de Mesquita Filho como um “conjuncto de medidas tendentes a assegurar a verdade do voto, isto é, a permittir que cada cidadão, cercado de absoluta garantia, manifeste, sem pressão de qualquer especie, a sua maneira de pensar a respeito dos problemas publicos em discussão, através da escolha dos candidatos ás representações municipaes, estaduaes e federaes” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 57-58).

instituição secular a que a humanidade deve o melhor das suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 75).

A universidade é vislumbrada como uma instituição fundamental para a “emancipação” política e para a obra de regeneração do país. Pensada como um “organismo concatenador da mentalidade nacional”. A ela caberia a obra de formar a mentalidade nacional e a de orientação dos rumos da nação.

Na Inglaterra, como no Japão, na França, como na Itália, nos Estados Unidos, como já se vai verificando na Argentina, o político, o jornalista e todos os que directa ou indirectamente intervêm na direcção dos negocios publicos, actuam no terreno das realisações praticas sob as vistas vigilantes das elites intellectuales, que num trabalho incessante de investigações e estudos preparam a solução dos problemas infinitamente complexos com que lutam as sociedades modernas, impedindo, ou melhor, reduzindo ao minimo as possibilidades de erros irreparaveis. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 75-77).

A universidade fora pensada como um “maravilhoso organismo de cultura”, que:

hierarchicamente se compõem dos centros de altos estudos theoreticos e doutrinarios, dos estabelecimentos chamados de ensino secundario, ou de humanidades, e, por ultimo, do systema de educação primaria a que cabe a função de elemento de contacto entre a massa popular e as elites pensantes. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 83-84).

Júlio de Mesquita Filho apresentava uma visão ampla do sistema de ensino, pensado hierarquicamente de modo que toda e qualquer ação repercutiria em todo o “organismo”. Afirmava que a ausência dessa instituição favorecia a “anarchia” generalizada em nossa sociedade, anarquia essa explicada também pela confusão intelectual que nos incapacitava de definir “um sistema de idéas, de princípios, um ideal, em summa, que lhe insuffle o entusiasmo indispensavel ás realizações colletivas” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 77).

A universidade é vista, ao mesmo tempo, como um “aparelhamento tecnico” necessários para os homens de Estado e como um organismo capaz de “regenerar” a sociedade.



O papel principal nessa obra de regeneração caberia, evidentemente, aos institutos de ensino secundario que, disseminados de norte a sul do Brasil, criassem a mentalidade media nacional e se constituissem em reserva permanente de elementos para a constituição das indispensaveis elites intellectuaes, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor efficiencia na luta pela existencia. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 87).

Se lembrarmos que na década de 1920 o tema da expansão do ensino estava candente, entenderemos o enfoque dado ao ensino secundário. A expansão do ensino secundário poderia representar a concretização de um determinado projeto para o país. Na visão de Júlio de Mesquita Filho, o “ensino das humanidades” deveria dar o tom na formação do ensino secundário. A preocupação com o ensino das humanidades fazia menção a uma formação aos moldes da empregada pelos europeus. Desse modo asseverava:

[...] chegamos á conclusão de que não poderemos fugir á criação de universidades, talhadas nos moldes dos institutos similares europeus. Ahi iriamos buscar professores que nos ensinassem os methodos de cultura geral; com a ajuda de suas luzes, formariamos, então, o corpo docente capaz de remodelar efficientemente o nosso ensino de humanidades. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 89-90).

Propunha a formação de três universidades (no centro, no sul e no norte do país) com “personalidades seleccionadas entre os elementos tão abundantes nos velhos centros de cultura da Europa”; assim, concluía que em cerca de dez ou quinze anos ocorreria uma “milagrosa transformação na mentalidade brasileira” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 90-91). Estava esboçado, ainda que em traços iniciais, algumas das principais ideias contidas no projeto da USP. Afirmava que, seguindo a tradição histórica, caberia a São Paulo a liderança nessa obra de “regeneração social” na qual a universidade figurava como elemento de destaque.

Uma fatalidade histórica quiz que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil, nos momentos mais afflictivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quaes haveriamos de desenvolver; [...] Porque, pois, faltarmos á nossa secular missão e não darmos agora inicio á autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democraticos do Universo? (MESQUITA FILHO, 1925, p. 63-64).

As ideias apresentadas em *A crise nacional*, particularmente no que se refere à universidade, serão reapresentadas e melhor delineadas no *Inquérito* de 1926<sup>377</sup> promovido pelo jornal *OESP* e publicado ao longo de quatro meses neste periódico.

Convidado por Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *OESP*, Fernando de Azevedo – colaborador deste veículo de comunicação – aceitou realizar uma pesquisa sobre as condições e problemas da instrução pública em São Paulo<sup>378</sup>. Seu trabalho consistiu na elaboração de um questionário direcionado às personalidades ligadas ao quadro educacional brasileiro<sup>379</sup>. No que concerne ao ensino superior, responderam ao Inquérito Rui Paula Souza, Mário de Souza Lima, Amadeu Amaral, Ovídio Pires de Campos, Raul Briquet, Teodoro Ramos, Reinaldo Porchat e Arthur Neiva (AZEVEDO, F., 1937).

As questões apresentadas a essas personalidades continham, de maneira melhor delineada, as ideias presentes no projeto de “regeneração social” oferecido por Júlio de Mesquita Filho em *A crise nacional*. Todas as doze questões foram redigidas de modo a induzir a afirmação do diagnóstico e soluções apontadas por Júlio de Mesquita Filho um ano antes (PONTES, 2010). De modo geral nota-se, pelas questões formuladas, crítica à maneira como o governo federal se posicionava em relação à educação. Procurava-se destacar que as políticas, até então empregadas, eram ineficientes e desarticuladas, o que traduzia uma inteira falta de visão da educação como o “maior problema nacional”. O exame das questões aponta para alguns temas também presentes em *A crise nacional*, são eles: a) preocupação com o ensino secundário; b) autonomia dos estados, quer para cooperar com o poder federal, quer “tomando iniciativas para incrementar o ensino secundário e superior, dentro dos seus limites”; c) mudança no sentido do ensino secundário que era apontado como sem finalidade

---

<sup>377</sup> Fernando de Azevedo o publica posteriormente, sob o título: *A Educação Pública em S. Paulo: Problemas e discussões – Inquerito para ‘O Estado de S. Paulo’, em 1926*. Companhia Editora Nacional, 1937. São Paulo-Rio de Janeiro – Recife.

<sup>378</sup> A aceitação não ocorreu sem certa resistência como explicou, posteriormente, Fernando de Azevedo: “Em 1926 ainda fazia n’ “O Estado de S. Paulo” a critica litteraria que me fôra confiada desde 1924 e cujos estudos, ahi divulgados, se enfeixaram mais tarde no meu livro ‘Ensaaios’. [...] Espantou-me a principio a tarefa para a qual, sem vislumbres de madestia, não sentia realmente preparado. [...] Não me parecia, porém, que, com um esforço equal, conseguisse habilitar-me a tratar de materia ainda mais difficil e complexa, como a de educação e ensino que, envolvendo questões de filosofia, politica e technica, não podia ser abordada senão com informações precisas sobre os systems educacionaes modernos e especialmente sobre o de S. Paulo e do Brasil, em geral. Nesses dominios, os meus conhecimentos não ultrapassavam ainda as fronteiras de duas especialidades: da educação physica a que me dedicára durante alguns annos, desde 1916, e da literatura e lingua latina de que exercia o magisterio na antiga Escola Normal de S. Paulo. Todas essas razões com que me obrigada a consciencia a declinar do convite para organizar e orientar inquerito de tal vulto, annullaram-se deante da vontade resoluta dos directores d’ “O Estado” a cuja confiança afinal era preciso corresponder” (AZEVEDO, F., 1937, p. XXV-XXVI).

<sup>379</sup> Responderam ao Inquérito professores do ensino normal e secundário, das escolas superiores de Medicina, Direito e Engenharia, além de jornalistas.

em si e sem articulação no “plano geral da educação” (ressaltamos que o tema do ensino secundário ocupou várias questões do Inquérito, questões estas que iam desde a constituição do conteúdo a ser ensinado até o seu papel na formação da “mentalidade e do carácter nacional); d) a formação das elites intelectuais como “problema capital” em uma democracia; e) a universidade como elemento central a resolução, tanto do problema político, quanto do cultural do Brasil e f) a autonomia de São Paulo na área da educação (AZEVEDO, 1937, p. 304-305). A esse respeito, o Inquérito chamava a atenção para a:

[...] necessidade em São Paulo, [d]a criação de uma secretaria autonoma, e, no governo federal, de um ministerio de saude e instrucção publica, sob cuja direcção unica, respectivamente no Estado e na Republica, fique todo o aparelhamento do ensino de qualquer natureza e em todos os seus graus? (AZEVEDO, 1937, p. 306).

Ideia que foi colocada em prática na década de 1930, em âmbito federal, com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, como apontado anteriormente. Como se pode notar, o Inquérito organizava e apresentava concepções que eram caras ao projeto político-ideológico (e racial) defendido por Júlio de Mesquita Filho em 1925.

Cabe destacar algumas das respostas dos inquiridos, pois elas denotam ligação com o tema racial posto à época. Raul Briquet, médico e professor de Medicina em São Paulo ao emitir sua opinião sobre o ensino secundário enfatizava que era favorável a sua atualização e sugeria que nesse “particular, entre outras, ocorrem-nos duas innovações, que viriam integrar o espirito de universidade. Referimo-nos ao ensino da ‘Arte’ e ao da ‘Educação sexual’” (BRIQUET apud AZEVEDO, 1937, p. 393). Assinalava que os conhecimentos sobre educação sexual deveriam ser ministrados em idade oportuna e por pessoas capazes de demonstrar a “grandeza da eterna transmissão da vida” (BRIQUET apud AZEVEDO, 1937, p. 394). Esse ensino deveria integrar várias cadeiras, como por exemplo, a de “Instrução moral”, mas também na:

[...] de ‘Biologia’ e na de ‘Physiologia’, respectivamente, e quando não existam, na de ‘Historia Natural’, a reproducção como base da perpetuidade da especie, a doutrina da hereditariedade, as reacções da puberdade (physicas, psychicas, moraes, etc.); na de ‘Sociologia’, a instituição da familia, seus obstaculos e perigos, consequencias physicas e moraes de desvios e anomalias da funcção. Estabelecem-se, desse modo, sequencia e unidade na educação do sexo, cujas peculiares manifestações já occorem, de ordinario, antes do periodo de admissão gymnasial (12 annos, em média), e

se prolongam além do termo do mencionado curso. (BRIQUET apud AZEVEDO, 1937, p. 394-395).

Vê-se uma preocupação com a educação moral dos jovens, por isso, em seu entender, o ensino secundário deveria abordar o tema de maneira a preparar o indivíduo para seu papel social. Sendo um importante médico em São Paulo, seu interesse pelas questões de higiene e eugenia, como se percebe, faziam com que pensasse a intersecção com a educação. Como apontado no quarto capítulo desse texto, Raul Briquet esteve entre aqueles que pertenceram à rede eugênica de Renato F. Kehl. Briquet também esteve entre os signatários do *Projeto USP* de 1933.

Por sua vez, Reynaldo Porchat julgava ser “excellente a idéa da criação de uma universidade de S. Paulo” e avançava afirmando que:

As condições actuaes em que se acha a materia do ensino, e attendendo-se á imperiosa necessidade de cuidal-a com o carinho que merece, é indispensavel que haja, no Estado, o Departamento Estadual de Educação, e no Governo Federal o Departamento Geral de Educação Nacional, compreendendo a educação physica, moral e intellectual, e dotado da mais ampla autonomia na administração do ensino. (PORCHAT apud AZEVEDO, 1937, p. 421 – grifo nosso).

Porchat concordava com as ideias disseminadas pelo Inquérito e chamava a atenção para a necessidade de assegurar, nos órgãos educacionais, a vigência da educação “physica, moral e intellectual”. A educação para Porchat, assim como Briquet e Fernando de Azevedo, era pensada em consonância com os temas debatidos à época, dentre eles a higiene e a eugenia como orientações científicas que contribuíam a obra de regeneração do país.

Ao apresentar os resultados do Inquérito, Fernando de Azevedo ressaltava os princípios fundantes do projeto defendido por Júlio de Mesquita Filho. Assim, em harmonia com o pensamento desse jornalista, Azevedo criticava o modo como a educação vinha sendo conduzida, isto é, de maneira desarticulada carente de “convicções de uma elite orientadora” (AZEVEDO, F., 1937, p. 04).

Fazendo distinção entre os conceitos de instrução e educação, afirmava que as escolas existentes não educavam, antes instruíam. E ressaltava que só “a educação cria forças vivas; a instrucção não pode servir senão para dirigil-as”. Asseverava que “á obra de instrucção e educação é elemento indispensavel a iniciativa privada” (AZEVEDO, 1937, p.

05-06) desse modo “os governos não somente terão de reduzir ao mínimo a interferência política nos departamentos técnicos, como deverão procurar, fomentando-a por todas as vias, a colaboração imprescindível das iniciativas particulares” (AZEVEDO, 1937, p. 07). No projeto de educação defendido no Inquérito, o papel da iniciativa privada ganhava relevo.

Pensando a relação entre ensino secundário e superior, Azevedo afirmava que o problema do ensino secundário poderia ser solucionado com a resolução do problema universitário.

É de fato o ensino universitário que vem resolver a questão fundamental da formação do professorado secundário e superior, constituído hoje quase somente de auto-didactas que devem a sua especialidade a esforços puramente individuais. (AZEVEDO, 1937, p. 300).

Caberia à universidade não só o papel de formar professores, mas também a:

[...] função superior e inalienável que é a formação, isto é, o preparo e o aperfeiçoamento das classes dirigentes. As verdadeiras democracias, se não quiserem permanecer no regime do empirismo, no manejo dos negócios públicos, precisam, para constituírem suas classes conductoras e para as orientarem, a actividade prática e a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar de alto, de um ponto de vista idealista e científico, as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas, que os governos são chamados constantemente a enfrentar e a resolver. (AZEVEDO, 1937, p. 301-302).

A visão de universidade que apresenta e defende no texto do Inquérito será aquela que, posteriormente, se verá afirmar no Projeto da USP. A universidade assim pensada cumpriria “basicamente duas funções dentro da sociedade: formação do professorado secundário e superior” e a formação, “isto é, o preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes” (CARDOSO, 1982, p. 29).

Significativo é o fato de que, embora se tratasse de um inquérito, seu principal objetivo não era elaborar um plano para a educação a partir das informações coletadas, tendo em vista que o plano já estava delineado antes mesmo do Inquérito ser aplicado. Assim, o Inquérito cumpria a função de recolocar em debate princípios do projeto que vinha sendo constituído pelos intelectuais ligados ao jornal *OESP*. Desta forma, segundo entendemos, o

Inquérito tratava de legitimar publicamente um projeto que era de um grupo, mas que tinha pretensões de servir para a nação.

Elaborado a partir de fortes marcas ideológicas, o Inquérito apresentava questões redigidas de modo a legitimar a visão defendida por Fernando de Azevedo, em nome da “Comunhão Paulista”. Como destacou Pontes (2010), a escolha dos informantes, somada à formulação das perguntas, produziu o resultado esperado: concordância quase total com o diagnóstico-projeto de Fernando de Azevedo e de Júlio de Mesquita Filho.

#### **6.4 O Projeto USP e sua efetivação**

Segundo demonstrou Cardoso (1982), o Grupo do Estado elaborou e defendeu – durante anos –, a partir do jornal *O Estado de S. Paulo*, um projeto de universidade. Como demonstramos, esse projeto nasceu em meados da década de 1920, quando pela primeira vez Júlio de Mesquita Filho apresentou a universidade como órgão fundamental à obra de “regeneração social” do país.

Cardoso (1982) ressaltou três momentos em que a “Comunhão Paulista Ilustrada” apresentou a criação da USP como foco de seu projeto ideológico. Segundo essa autora, entre 1925 e 1930, a “Comunhão” explicita sua crítica à sociedade e identifica a necessidade de promover uma “‘regeneração dos costumes políticos da nacionalidade’ cujo significado seria a superação da ‘crise das oligarquias’, e a solução principal a criação de uma universidade em São Paulo” (CARDOSO, 1982, p. 22). As campanhas do jornal *OESP* (porta-voz da Comunhão) desenvolvidas neste período expressam esse entendimento, bem como o livro *A Crise Nacional* escrito por Júlio de Mesquita Filho.

O segundo período, que vai de 1930 a 1934, foi identificado pela autora como sendo o momento da “Reconstrução nacional”, ou seja, momento no qual a “Comunhão Paulista” apresenta uma nova configuração do projeto da Universidade. A “reconstrução nacional passa necessariamente pela ‘reconstitucionalização do país e pela recuperação da ‘autonomia de São Paulo’” contra o arbítrio do Governo Provisório. A partir deste momento, a “Comunhão” incorpora a seu projeto de “reconstrução nacional” temas presentes no ideário do “movimento da renovação educacional” e passa a entender que a “reconstrução nacional” implicaria também a “reconstrução educacional” (CARDOSO, 1982, p. 22).

Como vimos anteriormente, as ideias educacionais da década de 1920 e 1930 mobilizaram grande parte da sociedade, particularmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho estiveram entre os intelectuais que projetavam na educação grande parte da solução dos problemas nacionais. Com efeito, para o Grupo do Estado a incorporação de temas debatidos naquele contexto representava conseguir aumentar o campo de apoio às ideias defendidas pela “Comunhão” e, conseqüentemente, a afirmação de seu projeto para a nação.

Por fim, o período de 1934 a 1937 representou, segundo Cardoso (1982), aquele em que ocorre a “Criação da mística nacional”. Momento em que a “Comunhão” chega ao poder a partir de um pacto firmado com Getúlio Vargas. Uma vez criada a USP, a “Comunhão” busca fazer com que esta cumpra sua missão: formar as elites que dirigiriam o país e promoveriam a sua “regeneração”.

No período de 1925 a 1930 deu-se o delineamento do Projeto da USP a partir da “campanha pela Universidade”, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo* como projeto da “Comunhão Paulista”. Os resultados do Inquérito de 1926, divulgados por cerca de quatro meses no jornal fizeram parte dessa campanha. Como assinalado, tratava-se, sobretudo, de uma estratégia para legitimar um projeto político-ideológico (e racial) para o país pensado pelos representantes de uma parte da elite paulista representada pelo jornal.

Como destacado, nas primeiras décadas do século XX no Brasil viu-se emergir importantes instituições educacionais, entre estas, a universidade. No capítulo anterior apontamos alguns projetos de universidade surgidos naquele contexto. Dentre os projetos apresentados pelos intelectuais preocupados com a criação da universidade no Brasil, um se sobressaiu aos demais: o projeto da Universidade de São Paulo. No entanto, observamos que o Projeto da USP, embora tenha entrado para a história como um projeto educacional (CARDOSO, 1982), guarda relação com um determinado projeto da elite paulista para a nação, mais do que propriamente educacional, como podemos concluir da fala de Júlio de Mesquita Filho<sup>380</sup>.

[...] num belo dia, recebi um telegrama de meu cunhado, Armando de Salles Oliveira, comunicando-me que havia sido nomeado interventor em São Paulo. Recobrei o ânimo: ‘Quem sabe se agora poderíamos realizar alguma coisa de proficuo para nossa terra’. Logo que cheguei, fui convocado por Armando para nos reunirmos em sua casa quando nos relataria o que vinha

---

<sup>380</sup> Discurso de Julio de Mesquita Filho em 21 de setembro de 1961, na Faculdade de Ciências Econômicas, quando do encerramento do Ciclo de Debates promovido pela Associação dos Auxiliares de Ensino, cujo tema era: “Conceito de Universidade”. Texto transcrito de uma minuta datilografada. Cf. PONTES, 2010, p. 156-157.

fazendo, pois há seis meses que já estava no governo. Foi nessa ocasião que me perguntou o que faria se eu fosse governo.

Perguntou-me: – ‘O que você acha do que já realizei?’

– ‘Você está certo. Aporia minha assinatura sobre todos os seus atos’

– ‘E se você estivesse no meu lugar o que é que você faria?’

– ‘Armando você quer minha opinião pessoal?’

– ‘Quero sua opinião pessoal’.

– ‘Meu primeiro gesto seria fazer entrar em São Paulo 100 mil fuzis, 3 a 4 mil metralhadoras e os mecanismos para fazer munição’.

– ‘Você está louco’.

– ‘Nós vamos ter que lutar com este homem que aí está (Getúlio Vargas).

Em seguida, eu criaria uma universidade. Depois da experiência com as revoluções, colhi os ensinamentos que me indicavam a necessidade premente de se formar uma elite política brasileira. Estes ensinamentos mostravam que o Brasil precisava se dispor a criar uma elite capaz de reger seus destinos’.

– ‘Como você concebe uma universidade?’

Eu disse: – ‘Primeiro criaria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ela teria duas missões: primeiro, realizar pesquisas de ciência pura em todos os terrenos do conhecimento humano; segundo, se dedicar à preparação de professores que se devotarão à formação de brasileiros que serão os futuros alunos desta universidade’.

– ‘Você acha que as despesas seriam excessivas, muito grandes?’

– ‘Não me parece. Vou estudar o problema e no prazo de 3 a 4 dias trarei a você uma resposta’.

– ‘Você tem liberdade...’.

Fui de novo reunir-me com meus companheiros e delineamos o projeto da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Armando o aceitou imediatamente e disse-me:

– ‘Pois você então reúne um grupo de comissões e estude o plano de nossa futura universidade’.

Foi então que convidei estes elementos a que se referiu o Dr... (orador anterior: provavelmente Julinho referia-se a Fernando de Azevedo e Theodoro Ramos). Com estes elementos, após dois meses de trabalho assíduo, apresentava a Armando as linhas gerais do Decreto de 25 de Janeiro de 1934. (Isto se passava em dezembro do ano anterior, 1933). Em seguida era promulgada a lei que instituía a Universidade de São Paulo.

Em 1933, Armando de Salles Oliveira era nomeado interventor de São Paulo<sup>381</sup>.

Em meados de 1933, [Getúlio Vargas] convidou para interventor em São Paulo o engenheiro Armando de Salles Oliveira, casado com Raquel Mesquita, filha de Júlio Mesquita e irmã dos exilados Julinho e Francisco. Armando só aceitou o cargo sob duas condições: anistia aos revoltosos de 1932 e convocação de uma assembleia constituinte, compromissos aceito por Vargas. (PONTES, 2010, p. 92).

<sup>381</sup> A partir desse ato o jornal *OESP* passava a apoiar as ações de Getúlio Vargas. No periódico, Vargas deixava de ser apresentado como um ditador para ser chamado de presidente provisório (CAPELATO e PRADO, 1980).



De posse do poder, Oliveira passa a dispor das condições necessárias para a efetivação do projeto político-ideológico defendido pelo jornal *OESP*, isto é, pela “Comunhão Paulista”. Como se pode perceber, a ideia de universidade é aquela defendida por Júlio de Mesquita Filho em *A crise nacional*. Ou seja, a universidade é vista como um órgão integrante à obra de regeneração social. Assim, alcançado o poder, implantá-la seria o próximo passo para a efetivação desse projeto. À universidade caberia o papel de formar a “elite política” que guiaria o destino do país. Se não pelas armas, o projeto da “Comunhão” se efetivaria pela universidade:

Tanto êle [Armando de Salles Oliveira] como nós, os seus colaboradores imediatos, tínhamos por escopo legar a São Paulo os meios de criar uma elite que o conduzisse, com mão segura e através das imensas dificuldades que lhe embaraçavam a caminhada, aos seus grandes destinos. Saíamos de uma crise extremamente grave, que nos custara o sangue generoso de alguns milhares de jovens e a autonomia do Estado. Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltariamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gôsto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabara de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade? (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 198-199).<sup>382</sup>

A derrota de 1932 marcou profundamente o projeto apresentado pela “Comunhão Paulista”, porém, pacientemente o grupo se reorganizou e traçou um plano arrojado voltado para o futuro visando assegurar a efetivação dos propósitos por eles defendidos. Sua concepção era justificada a partir da crítica ao perfil das Faculdades existentes em São Paulo.

Tomaríamos como ponto de partida o fato de contar o Estado com apenas cinco escolas, a que se atribuíam características de faculdades de ensino superior, mas que, na realidade, mal desempenhavam as funções de institutos de formação profissional. Eram elas as Faculdades de Direito, de Medicina, a Politécnica e as Escolas de Agronomia, de Piracicaba, de Farmácia e de Odontologia. Se excetuarmos a de Medicina, a de mais recente fundação e à qual Arnaldo Vieira de Carvalho dera indubitavelmente um cunho científico e onde, e por isso mesmo, desde a sua fundação, era intensa a vida de laboratório, as demais se limitavam a um trabalho de rotina, transmitindo as cátedras ao corpo discente rudimentos de ciência colhidos na leitura

---

<sup>382</sup> Em: “Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo”, aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958.

apressada de compêndios inexpressivos. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 188).

A percepção de universidade presente nos fundadores é descrita por Júlio de Mesquita Filho do seguinte modo:

Concebemo-la como um todo orgânico, que, apanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restitui à sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa Universidade. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 184).

Tal qual apresentado no Inquérito de 1926, a concepção de universidade articulava o ensino secundário ao ensino superior num “todo orgânico” em que uma parte alimentava a outra e juntas elas promoveriam a regeneração do país, ao promover a mudança de mentalidade do povo. Procurou-se um modelo de universidade que conseguisse atender, ao mesmo tempo, tanto a formação de uma elite dirigente do país, quanto à formação do professorado capaz de educar os jovens nacionais. Na concepção “integral” de universidade, o ensino secundário associava-se ao ensino superior na medida em que o primeiro tornava-se alimentador do segundo.

Nessa concepção de universidade dava-se ênfase à valorização das ciências experimentais<sup>383</sup> e, desse modo, se propunha uma mudança na maneira como o ensino (secundário e universitário) vinha sendo conduzido. A crítica ao modelo de ensino superior empreendido pelas faculdades existentes (vistas como institutos profissionais) servia para reforçar o argumento da necessidade de um novo modelo de universidade capaz de integrar os conhecimentos e gerar o que chamavam de “espírito universitário” que seria o:

---

<sup>383</sup> A esse respeito afirmava Júlio de Mesquita Filho, ao explicar os motivos pelos quais os fundadores teriam formulado o plano da universidade: “O método clássico havia feito a suas provas, incluindo-se a preparação dos espíritos a que se devia o imenso surto das ciências verificado na segunda metade do século XVIII e no decorrer de todo o século XIX. Nêle, além do mais, haviam encontrado os povos ocidentais as fontes de onde promanava o melhor de suas ‘elites’, os ideais que sustentavam as mais puras aspirações dos povos ocidentais [...] logo nos deixássemos empolgar pelo poder de convicção dos argumentos aduzidos em favor dos métodos cuja defesa residia exatamente nos incomparáveis progressos realizados pelo espírito humano no decorrer dos séculos XVII e XVIII, mercê das obras de Descartes, de Voltaire, de Diderot, de tãda a Enciclopédia, em suma” (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 183).

[...] alto espírito que a consciência de que participam de um esforço coletivo e indivisível em benefício da comunhão a que pertencem e do progresso geral da ciência concede aos que a êle se dedicam. É êsse generoso sentimento, íamos dizer, êsse generoso orgulho que constitui o verdadeiro espírito universitário de que tantos falam e tão poucos compreendem! (MESQUITA FILHO, 1969, p. 202).

O “espírito universitário”, segundo Júlio de Mesquita Filho, fazia parte da verdadeira concepção de universidade.

[...] o que caracteriza uma universidade e constitui a sua principal razão de ser é a sua natureza eminentemente orgânica, em uma palavra, é a conjugação das suas partes componentes, de tal modo que a vida dos órgãos participe íntima e necessariamente da vida do todo. E para que isso se verifique, indispensável se torna que todos que tenham de cursar determinada disciplina, embora visando fins diversos, o façam sob os mesmos mestres, pelos mesmos métodos e segundo a mesma doutrina científica. (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 171).

Com tal perspectiva, entendia o ensino universitário como sendo “aquêle que abrange a universidade dos conhecimentos humanos e no qual predominam os chamados estudos desinteressados.” Nesse modelo, “uma mesma doutrina dominava então todas as cátedras, como um mesmo espírito animava toda a comunhão” (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 195).

Nesse projeto de universidade existia um elemento concatenador: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), “*alma mater*” da universidade. Sobre sua concepção explicava Júlio de Mesquita Filho:

Anelávamos oferecer à Nação o meio capaz de permitir-lhe integrar-se no sistema cultural dos povos do Ocidente. E êsse seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se tornaria o centro do organismo, a sua alma mater, em tórno da qual se reuniam as demais, as Faculdades profissionais já existentes e as outras que se fundassem. Da Matemática à Filosofia se desdobrariam as suas cátedras. Nos seus laboratórios, nas suas bibliotecas, nos seus centros de experimentação forma-se-iam as jovens inteligências, as melhores, para constituir as primeiras gerações de homens

de real saber da nacionalidade. Êsse o plano, e, essa a meta. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 190-191).

Esse plano e essa meta foram pensados com o objetivo de constituir elites intelectuais diferenciadas:

Ao idearmos o plano geral, tínhamos sobretudo em vista criar elites dotadas tanto quanto possível daquele *esprit de finesse* a que Pascal não hesita em atribuir o melhor de que é suscetível o homem. E êsse só se adquire, como já ficou dito, no exercício aprofundado e rigoroso dos programas de Humanidades. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 193).

Nesse sentido, o estudo das humanidades foi visto como base para a formação universitária. Seria por meio dele que se formaria “uma sólida elite dirigente” (MESQUITA FILHO, [1937] 1969, p. 163) e não apenas profissionais liberais. Na década de 1940, ao palestrar para licenciados da FFCL, Júlio de Mesquita Filho explicou como Armando de Salles Oliveira, juntamente com os demais fundadores, haviam idealizado a USP e nela o papel da FFCL:

No pensamento do fundador desta Faculdade e no dos seus companheiros de luta [as matérias básicas], seriam desagregadas das diferentes escolas em que são obrigatoriamente ministradas para passar a ser exclusivas de uma Faculdade central, da Faculdade a que pertenceis, *alma mater* do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos desinteressados, os quais são a finalidade precípua de uma universidade realmente digna dêsse nome, à cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais. (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 173).

O conceito era assim explicado:

[...] vejamos um exemplo concreto: admitamos que a Química, a Física, a Biologia Geral e a Zoologia fôssem matérias ensinadas nos cursos não somente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde procurariam seus diplomas os que se destinassem ao doutoramento em ciências, mas ainda nas de Medicina, Farmácia e Odontologia. Pois bem, segundo a concepção que presidiu à redação do decreto de 25 de janeiro de 1934, seriam elas eliminadas dêsses diferentes institutos para que os alunos tanto de Medicina

quanto de Farmácia e Odontologia as cursassem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [...] Assim, as Faculdades dedicadas à formação de profissionais de Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia, Direito, Agricultura etc. veriam os seus cursos reduzidos exclusivamente às cadeiras práticas e técnicas pròpriamente ditas. (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 173).

A FFCL, no propósito dos fundadores da USP, fora desenhada para ser o cerne do projeto de construção de uma nova mentalidade cultural. Sua concepção fora pensada em detalhes partindo dos princípios apontados em *A crise nacional*, a exemplo da vinda de professores europeus. Além disso:

Ora, éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal. Era essa, de resto, a resultante do propósito em que sempre estivéramos de tentar o impossível para mantê-la dentro das mais legítimas tradições da nossa grei e de fazer dela um reduto daquilo que fôra invariavelmente, e desde os tempos do Brasil-Colônia, uma constante na nacionalidade. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 192).

Constava no projeto desenhado para a USP a vinda de professores europeus para assumirem as cadeiras que seriam lecionadas na FFCL, cerne da instituição por ter o papel de formar a mentalidade das elites vindouras. Nas palavras de Júlio de Mesquita:

A determinação em que nos achávamos de realizar obra tanto quanto possível perfeita colocávamos na contingência de reconhecer a imperiosa necessidade de recorrer às nações de velha cultura, de lhes solicitarmos o concurso de especialistas nas diferentes disciplinas que iam ser pela primeira vez professadas no Brasil. Solução sem dúvida nenhuma arrojada, única porém em condições de permitir-nos levar a cabo a revolução em profundidade com que sonhávamos. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 191).

Recorre-se à Europa por se entender que a intelectualidade nacional não estava capacitada para desenvolver tamanho projeto. Em entrevista a Solone (2009), Ruy Mesquita, filho de Júlio de Mesquita Filho, ressaltou o pensamento de seu pai a esse respeito:

Ele [JMF] fez a USP dizendo que o Brasil só poderia ser uma democracia como ele imaginava que tinha que ser, se tivesse uma universidade que produzisse quadros que uma democracia exige. Foi com esse objetivo que ele pensou e fez a USP. Ele tinha tanto desprezo pelas elites brasileiras, que partiu do princípio de que não havia no Brasil nenhum professor em condições de ocupar uma cátedra no núcleo-central da universidade, que ele imaginava que seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde se estudaria a Ciência Pura. [...]. Para essa faculdade ele não aceitava nenhum professor brasileiro. Aceitou um, por exceção, o André Dreyfus, de Genética. (RUY MESQUITA apud SALONE, 2009, p. 170).

Sobre o modo como o projeto da USP foi desenhado por seus fundadores cabe ainda ressaltar um derradeiro aspecto importante para os propósitos dessa pesquisa: a concepção da cidade universitária. Para muitos poderia parecer uma “questão de somenos”, mas para Armando de Salles Oliveira, afirmava Júlio de Mesquita Filho, foi uma “questão capital” (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 175). Da fala do jornalista entende-se que a cidade universitária fora pensada com o objetivo de promover o “espírito universitário”.

A concentração de todos os institutos escolares no mesmo recinto tornaria forçoso o convívio diuturno da população escolar, e dessa com os mestres. Realizáramos, dêsse modo, a condição necessária para atingir-se aquela colaboração tão desejada para que a consciência do trabalho coletivo se tornasse um fato. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 197-198).

Com esse propósito, Armando de Salles Oliveira teria localizado a fazenda Butantã como o local destinado a atender as necessidades da cidade universitária. Após a localização do espaço, voltou-se a uma questão “capital”: o estilo arquitetônico das construções. Sobre o fato nos conta Júlio de Mesquita Filho:

Se tivermos bem em mente o espírito geral em que vimos procurando explanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitário, chegaremos, logicamente, à conclusão de que um único estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: aquele que lembre a todos os momentos, tanto a estudantes como a professores, as nossas origens latinas e ibéricas mais particularmente. Uma universidade valerá pelo espírito que nela venha a palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 175-176).

Um olhar mais detido nesse projeto indica que havia outras questões presentes, que não só a necessidade de promover um “espírito universitário” atuando na idealização da

cidade universitária. A preocupação com o estilo arquitetônico que deveria pautar a cidade universitária aponta para uma preocupação de ordem étnico-racial. A cidade universitária deveria corroborar para a obra de valorização das origens “latinas” e, particularmente, “ibéricas”, isto é, deveria lembrar a todos o vínculo com a Europa, com a civilização, com o progresso. A esse respeito explicava Júlio de Mesquita Filho que:

A ciência, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porém, que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saiba dedicar às suas origens, às suas tradições. Se isso constitui um imperativo absoluto para todos os países sem exceção, muito maior o será para os que, por circunstâncias especiais, se vêem procurados por volumosas correntes emigratórias de todos os matizes, como acontece particularmente com o Brasil. Por isso mesmo, impõem-se às suas elites não perder nunca a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade aos nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que, se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem dentro de seus muros em suas próprias casas? (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 176).

Os trechos citados acima são ricos em significados e nos permitem vislumbrar princípios presentes no projeto da “Comunhão Paulista”, a exemplo da afirmação de uma identidade de traços europeus como compondo a identidade paulista, a preocupação com a heterogeneidade racial presente na sociedade brasileira e o “desaparecimento” da cultura (e tradição) de origem africana, tendo em vista que afirmar o passado era afirmar a origem europeia. Assim, a cidade universitária foi idealizada, pelos fundadores, para ser a casa dos antepassados paulistas.

Outro ponto importante a ser destacado em relação ao projeto desenhado para a cidade universitária é a preocupação em relação a educação física:

Na ideação urbano-arquitetônica da cidade universitária prevista pelo governo de Armando Salles, constituía preocupação de primeiro plano o problema da educação física da juventude e, portanto, dos parques de esportes. (MESQUITA FILHO, [1945] 1969, p. 175).

Ressalta-se que para os fundadores da USP o “problema da educação física da juventude” constituía “preocupação de primeiro plano”. Como exposto nesse estudo, Fernando de Azevedo, um dos mentores do projeto USP, defendia que a Educação Física

contribuía, sobremaneira, para a formação integral dos brasileiros e que, por isso, deveria ser ensinada em todos os níveis escolares como um elemento que contribuiria para a regeneração física e moral da juventude.

Dessa forma, o fato de a Educação Física constar como preocupação de primeiro plano dos fundadores da USP indica, a nosso ver, uma referência à preocupação higiênica e eugênica propalada nas décadas de 1920 e 1930 em nossa sociedade. Nesse sentido, podemos inferir que a preocupação de “primeiro plano” devia-se ao papel que a educação física desempenharia na formação física e moral da elite nacional. Embora Júlio de Mesquita Filho não explicita o motivo de a Educação Física figurar como grande preocupação para Armando de Salles Oliveira, podemos inferir que a presença de Fernando de Azevedo entre os fundadores da USP teria fomentado o debate sobre o potencial regenerador da disciplina e, quiçá, o tema teria sido analisado e incorporado ao projeto. Lembremos que a proposta de se lecionar Educação Física em todos os níveis escolares já havia sido aventada no Inquérito, em 1926.

Como podemos perceber, o Projeto da USP foi pensado em detalhes para expressar a concepção ideológica de seus fundadores, isto é, o projeto de nação que defendiam. Seja pela presença da missão europeia a frente da FFCL, seja na preocupação com a Educação Física da juventude, ou ainda a preocupação com a escolha do modelo arquitetônico da cidade universitária, evidenciam um pensamento que partia da sobrevalorização da cultura europeia. Nesse projeto, a instituição deveria exalar por todos os poros um projeto de nação que partia de uma concepção de sociedade hierarquizada na qual uma elite (paulista, branca e liberal) orientaria a nação.

Como destacou Cardoso (1982, p. 55), a campanha pela universidade desenvolvida pelo jornal *OESP*, entre a década de 1920 e 1930, não pode ser pensada como resultado de um “movimento de renovação educacional” (como passou a história), pois isso implicaria a anulação de sua dimensão político-ideológica. Em concordância com essa autora, entendemos ainda que o jornal – porta voz da “Comunhão Paulista” –, ao lançar essa campanha, não discutia um modelo fundamentalmente educacional, mas sim um projeto político-ideológico (e racial), no qual a educação (e dentro desta a Universidade) era instrumento fundamental para atingir o modelo de nação que desejavam.

Contudo, não foi essa a visão que ficou sendo conhecida oficialmente como a origem da USP. Como ressalta Cardoso (1982):



*A posteriori*, a problemática central da fundação da Universidade, qual seja a da formação das elites dirigentes, aparece de forma muito atenuada ou não aparece. Na obra de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, por exemplo, a criação da Universidade aparece na exposição sucedendo às inúmeras iniciativas educacionais da época, sem o destaque da formação das elites dirigentes, esvaziada do conteúdo político e caracterizada pela ‘convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental, ou em poucas palavras, ‘para viver da verdade e de sua investigação’. (CARDOSO, 1982, p.55).

De fato, é possível perceber que no discurso *a posteriori* dos fundadores, o caráter político-ideológico (e racial) é esvaziado e, em seu lugar, se afirma um projeto de indivíduos preocupados com a “cultura” e com a formação de uma “ciência desinteressada”. Na década de 1950, o *Projeto USP* é explicado como resultado da “aspiração” de alguns “espíritos inconformados” com a situação da cultura brasileira.

Como presidente da comissão a que o governador Armando de Salles Oliveira cometeu a tarefa de elaborar o projeto que meses depois se transformaria na Universidade de São Paulo, dir-vos-emos das vicissitudes por que passou aquilo que a princípio fôra uma aspiração informe de alguns espíritos inconformados com o primarismo sem horizontes em que se vinha arrastando a cultura brasileira, e pouco a pouco ela se foi transformando numa idéia definida, de contornos nítidos, e animada por uma doutrina perfeitamente amadurecida. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 181-grifo nosso).

Assim, a USP passaria para a história como um projeto de caráter científico e ilustrado. Destarte, concordamos com Cardoso (1982) que o discurso dos fundadores da USP, realizado *a posteriori*, procurou situá-la num projeto educacional pensado por homens preocupados com a modernização cultural do país. Se no discurso de Fernando de Azevedo, como assinala essa autora, a USP apareceria como resultado do movimento pela renovação educacional da década de 1920, em Júlio de Mesquita Filho ela é associada à obra de renovação cultural do país. De elemento essencial do projeto político-ideológico (e racial) formulado na década de 1920, ela passa a ser associada a um projeto cultural.

Em discurso para a primeira turma de formando da FFCL, em 1937, Júlio de Mesquita Filho explicava a concepção da USP como produto de sua visão após 1932, momento em que passara a entender que “o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí, a fundação da nossa Universidade e conseqüentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (MESQUITA FILHO, [1937] 1969, p. 164). Ou

seja, a preocupação com a cultura é ressaltada como propulsora da criação do *Projeto USP*. Nessa perspectiva, o enfoque é dado ao papel da universidade enquanto instituição de cultura e de ciência, esvaziando a dimensão político-ideológica (e racial) que fez parte de sua concepção.

Essa mudança passava por uma estratégia utilizada pela “Comunhão”, a partir da década de 1930, quando agregou os temas presentes no debate educacional ao seu projeto de universidade. Como destacou Cardoso (1982), a “Comunhão Paulista Ilustrada” recuperou as proposições presentes no “movimento pela reconstrução educacional” expresso em iniciativas tais como o *Manifesto de 32, o Plano Nacional de Educação e anteprojeto do Capítulo da Constituição* e as articulou com o seu projeto de Universidade. Desse modo, as concepções de universidade do período de 1930-1934, “estar[ão] marcada[s] pelos temas e posições do Manifesto”. Se em 1925-1930, a universidade era vista pela “Comunhão” como a principal solução para a crise das oligarquias e o grande instrumento do processo de regeneração política da nacionalidade, a partir de 1930, estará associada ao tema da “reconstrução da nacionalidade, da luta pela autonomia educacional e pela descentralização” (CARDOSO, 1982, p. 114), mas não deixava de apresentar – ainda que de modo implícito – a preocupação com a raça.

#### **6.4.1 Do projeto a concretização**

Como assinalado na seção anterior, na década de 1930 ocorreu uma disputa de projetos de universidade. No ano de 1931 houve uma primeira tentativa de criação de uma universidade em São Paulo pensada sob os parâmetros defendidos pela “Comunhão Paulista”.

Como secretário de Educação na interventoria de Laudo de Camargo (1931), Antonio de Almeida Prado (1889-1965), professor de clínica médica, já havia indicado uma comissão, constituída pelos professores Alcântara Machado, Lúcio Martins Rodrigues, Raul Carlos Briquet, Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, para estudar as bases de uma universidade paulista. (LACAZ e MAZZIERI, 1995, p. 17).

Contudo, devido ao afastamento de Laudo de Camargo do governo, a ideia não foi levada adiante. Posteriormente, nova comissão é formada e, em 1933, o projeto da Universidade de São Paulo foi concebido.

A historiografia sobre a Universidade de São Paulo demonstra que a criação dessa instituição deu-se por articulação de dois atores sociais. De um lado, um grupo de intelectuais reunidos em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* que ficaram conhecidos como Grupo do Estado, de outro, o governo de Getúlio Vargas. Nessa relação, marcada por momentos de tensão e de apoio mútuo, criaram-se as condições políticas que viabilizaram a concretização de um plano político-ideológico (e racial) iniciado nos anos finais da década de 1920, por Júlio de Mesquita Filho e que, em 1934, com a aliança entre o Grupo do Estado e Getúlio Vargas, vê-se, até certo ponto, concretizado<sup>384</sup>.

A Universidade de São Paulo foi criada por ato de Armando de Salles Oliveira, em 25 de janeiro de 1934, a partir de um projeto elaborado por uma comissão composta por Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antonio Almeida Jr., A. de Sampaio Dória, Agesilau A. Bitancourt, Vicente Rao, F. A. de Fonseca Telles, Cristiano Altenfelder Silva e Henrique Rocha Lima.<sup>385</sup> (WITTER, 1984, p. 11).

O projeto que deu origem à USP foi redigido por Fernando de Azevedo a pedido de Júlio de Mesquita Filho. Posteriormente, o texto foi discutido e legitimado por uma comissão composta por representantes das Faculdades e Institutos que seriam integrados à universidade. Fernando de Azevedo é quem narra os meandros desse acontecimento:

Com Armando Sales, no poder, e Júlio de Mesquita Filho, na direção *d'O Estado de S. Paulo*, pareceu-nos ter chegado, afinal, a oportunidade de criar a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que seria integrada no sistema. Júlio de Mesquita e eu lutávamos por isso desde 1923: foi entre esse ano e o de 1926 que escrevi no Estado artigos e estudos a respeito e promovi nesse jornal em 1925 um largo inquérito, que durou meses, sobre a instrução pública em S. Paulo e em que novamente levantava o problema do ensino superior e universitário em nosso Estado. [...] Júlio de Mesquita Filho, o nosso Julinho, como o tratávamos na intimidade, telefonou-me logo que voltou do exílio, para me convocar para a luta que vínhamos sustentando havia tantos anos. Pus-me inteiramente à

<sup>384</sup> Para conhecer os meandros políticos dessa relação, ver estudo de Cardoso (1982).

<sup>385</sup> Segundo Cardoso (1982), formaram a comissão: Fernando de Azevedo (redator e autor do projeto), Vicente Rao (Faculdade de Direito), Júlio de Mesquita Filho, Fonseca Telles e Teodoro Ramos (Escola Politécnica), Raul Briquet, André Dreyfus (Faculdade de Medicina), Henrique Rocha Lima, Agesilau A. Bittencourt (Instituto Biológico), Almeida Júnior (Instituto de Educação). Witter reporta-se a informação contida no “Manifesto ao Povo e ao Governo” publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 29 de maio de 1952.

disposição dele, para tudo em que lhes pudesse ser útil. Pediu-me então, em seu nome e no nome de Armando Sales, que elaborasse o projeto de decreto-lei, com que se criaria a Universidade de S. Paulo. Em menos de quatro dias já havia escrito, em redação final, o referido projeto de decreto-lei com sua introdução e exposição de motivos. Estávamos em dezembro de 1933, e como o Júlio de Mesquita me comunicara a disposição de Armando Sales de assinar o decreto naquela semana, solicitei ao Armando, por intermédio do Julinho, que não o fizesse, dando-lhe as razões de minha opinião. (FERNANDO DE AZEVEDO, 1971, p. 119-120 – Grifo do autor).

Reunidas as condições políticas, o *Projeto USP* não tardou em ser elaborado como decreto-lei; afinal seu redator conhecia, há muito, o plano de universidade defendido pela “Comunhão Paulista” por meio de *OESP*. Calculando como garantir sua efetivação, Fernando de Azevedo solicita a Júlio de Mesquita Filho e a Armando de Salles Oliveira uma ação cautelar e, ao mesmo tempo, simbólica:

Dizia-lhes então que me parecia melhor não precipitar, e pelas seguintes razões que eu submetia à apreciação de ambos. Como o decreto-lei, em preparo criando a Universidade, teria de incorporar nela as escolas superiores preexistentes, de formação profissional – Faculdade de Direito, de Engenharia, Medicina e Escola Superior de Agricultura –, não seria prudente baixar esse decreto, antes de ouvi-las. Para quebrar ou reduzir essa resistência, devia o Governo constituir uma comissão de catorze membros – dois de cada uma das escolas referidas, dois do Instituto Agrônomo de Campinas, dois do Instituto Biológico de S. Paulo, e dois da Faculdade de Educação – para examinar o projeto de decreto-lei. As antigas escolas superiores não poderiam então alegar que não haviam sido consultadas, e o decreto-lei sairia com sua sanção dada pelos representantes na aludida comissão. Além disso, o dia mais indicado para a assinatura desse decreto-lei, da maior importância para a educação e a cultura de S. Paulo, seria, a meu ver, o dia 25 de janeiro, data da fundação da cidade de S. Paulo. (FERNANDO DE AZEVEDO, 1971, p. 120)

Com tal estratégia o grupo teria conseguido dissolver, pelo menos momentaneamente, as resistências ao projeto por eles desenhado, além de associar o surgimento da USP ao surgimento de São Paulo.

O projeto foi discutido e assinado por uma comissão composta por: o redator e autor do projeto, Fernando de Azevedo, e mais Vicente Rao (Faculdade de Direito); Júlio de Mesquita Filho; Fonseca Telles e Teodoro Ramos (Escola Politécnica); Raul Briquet e André Dreyfus (Faculdade de Medicina); Rocha Lima e A. Bittencourt (Instituto Biológico); Almeida Júnior (Instituto de Educação). Estes são os nomes que constam no original do projeto do

Decreto. Afirma ainda Fernando de Azevedo, em *A Educação entre Dois Mundos* [...] ter feito parte desta comissão, Waldemar Ferreira (Faculdade de Direito). (CARDOSO, 1982, p. 96).

Ainda que as ideias centrais já estivessem prontas, coube a essa comissão legitimá-las. Assim, o “texto final do preâmbulo da universidade seguia, na essência, o pensamento-diretor de seus fundadores, mantendo intacto o espírito que se queria conferir à nova instituição” (SALONE, 2009, p. 167).

A Universidade de São Paulo foi instituída pelo Decreto estadual nº. 6.283 de 25 de janeiro de 1934, assinado por Armando de Salles Oliveira, interventor federal em São Paulo. Era aquele um contexto em que a “Comunhão se sentia parte do poder” (CARDOSO, 1982, p. 121). O jornal *OESP* apresentava ao Brasil a Universidade de São Paulo da seguinte forma:

A ação da Universidade é eminentemente civilizadora, pois que tende a fazer da mocidade uma força de renovação social e de regeneração política. [...] Dotando São Paulo desse órgão insubstituível de educação moral e cívica e de cultura espiritual, o sr. Interventor deu público testemunho de que não ignora os deveres primordiais dos governos modernos, de que o seu espírito está familiarizado com os mais graves problemas do nosso tempo e de que não lhe falta energia para enfrentá-los com o ânimo de resolvê-los. (OESP, 27- 01- 1934).

A primeira frase já demarca a visão sobre a universidade e sua função em nossa sociedade. Os termos “ação civilizadora” e “regeneração política” merecem destaque por aludirem ao pensamento que Júlio de Mesquita Filho apresentava em *A crise nacional*, momento que, a nosso ver, é privilegiado para entender o pensamento racial do jornalista, tendo em vista que revela sua interpretação sobre a sociedade brasileira construída na interseção entre raça e política. Vale destacar ainda que a USP é vista como um “órgão insubstituível de educação moral e cívica” – novamente identificamos uma referência a elementos presentes no debate sobre nação/raça tão caro aos intelectuais das primeiras décadas do século XX no Brasil.

Esse mesmo espírito pode ser observado no próprio Decreto de fundação da USP<sup>386</sup>. Esse documento é iniciado com as seguintes considerações:

---

<sup>386</sup> Para análise pormenorizada desse documento ver estudo de Antunha (1971) no qual o autor também se dedica a analisar os primeiros Estatutos da Universidade de São Paulo. Nossa leitura procurou interpretar o documento tendo por referência o debate racial posto à época.

Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

Considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

Considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de população heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

Considerando que, em face do grau de cultura atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreta:

## **TÍTULO I** **Da Universidade de São Paulo**

**Art. 1º** – Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

**Art. 2º** – São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres.<sup>387</sup>

Conforme destacou Cardoso (1982, p 122-123), no Decreto percebem-se os grandes temas debatidos pela “Comunhão Paulista ilustrada”: a) a formação das classes dirigentes e a democracia; b) a função primordial da universidade de ‘afetar a consciência social’; c) a universidade voltada para a resolução dos problemas da nacionalidade; d) os altos estudos e a cultura livre e desinteressada, expressando a função superior, a da formação capaz de ver a sociedade sob o prisma do ‘interesse geral’; e) a preparação para o exercício de todas

---

<sup>387</sup> Decreto de Fundação da Universidade de São Paulo. Decreto n. 6283 de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: < <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acessado em : 30/09/2015.

as profissões, expressando, dentro de uma concepção de divisão do trabalho intelectual a função do preparo dos quadros profissionais; para as ‘sociedades secundárias’ ou ‘grupos ocupacionais’; f) o Estado responsável pela função educacional.

Desse modo, podemos entender que o Decreto de fundação da USP expressou as linhas principais do projeto político-ideológico defendido pela “Comunhão Paulista”. Cabe refletir sobre a relação com o componente racial. Novamente, trata-se de exercitar a leitura do não dito. Chamamos a atenção para dois momentos específicos do Decreto que, a nosso ver, indicam a vigência do pensamento racial. O primeiro são as “considerações” que abrem o Decreto; o segundo, o papel da FFCL.

Já nas “considerações” temos alguns sinais que nos indicam consonância com preocupações presentes no imaginário social das elites brasileiras em relação ao projeto de nação/raça. Em primeiro lugar, destacamos que o modelo de nação e de sociedade considerada pelos fundadores é aquele que valoriza o desenvolvimento da cultura como base que assegurava a “liberdade” e a “grandeza” do povo. Dito de outro modo, um povo que não tivesse assegurado esses pressupostos estaria fadado à dependência de outros mais desenvolvidos.

Está presente também a preocupação com a condução da sociedade em um país como o nosso marcado por uma população heterogênea. Nesse tocante, ressalta-se o papel das “classes dirigentes” e a importância da Universidade como instrumento de formação dessa classe que conduziria o país rumo à modernidade<sup>388</sup>. São Paulo é então apresentado como o estado que havia atingido maior “grau de cultura” e, por isso, caberia a ele o papel de instituir a universidade para “elevar” o nível cultural do profissional, do homem, do cidadão. A referência ao pensamento evolucionista aqui se mostra de maneira mais contundente. Lembremos que no projeto da “Comunhão Paulista” e, particularmente, no pensamento de Júlio de Mesquita Filho, a afirmação da identidade paulista pressupunha uma ideia de evolução cultural e racial. Assim, a afirmação de São Paulo como o estado com o “grau de cultura” mais elevado tem como subtexto a afirmação de uma hierarquia racial.

Importante notar que as “considerações” ocupam um lugar de “preâmbulo” no Decreto. Assim, o primeiro e o segundo artigo do primeiro título criam e estabelecem os “fins” da universidade. Nesse momento, a redação procura apresentar a universidade como

---

<sup>388</sup> Está como pano de fundo uma visão de sociedade organizada de maneira estratificada na qual os verdadeiros intelectuais estariam no topo (e se reproduziriam a partir da universidade), abaixo deles as classes médias (a quem seria destinado o ensino secundário) e, por fim, as classes populares (a quem estaria destinado o ensino primário). A esse respeito ver Cardoso (1982).

uma obra de caráter cultural cujo papel fundamental é o desenvolvimento da ciência e do ensino.

Conforme o Decreto, a universidade compunha-se das principais Faculdades, Institutos e Escolas existentes no Estado de São Paulo, a saber:

- a) Faculdade de Direito<sup>389</sup>
- b) Faculdade de Medicina, do governo estadual, criada em 1912 (implantada em 1923);
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia, do governo estadual, criada em 1898;
- d) Escola Politécnica, do governo estadual, criada em 1893;
- e) Instituto de Educação (antigo Instituto Caetano de Campos, transformado em Instituto de Educação em 1933, na reforma Fernando de Azevedo, que participaria da USP exclusivamente pela sua Escola de Professores);
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pelo decreto de 1934;
- g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (que deveria ser instalado em momento oportuno, dependendo das condições econômicas financeiras do Estado e viria a ser criada em 1946);
- h) Escola de Medicina Veterinária, do governo estadual, criada em 1928;
- i) Escola Superior de Agricultura, do governo estadual, criada em 1901.
- j) Escola de Belas Artes.

Além destas Escolas, Faculdades e Institutos, concorreriam para ampliar o ensino da USP:

- a) O Instituto Biológico;
- b) O Instituto de Higiene;
- c) O Instituto Butantã;
- d) O Instituto Agrônomo de Campinas;
- e) O Observatório Astronômico e Geofísico;
- f) O Museu de Arqueologia, História e Etnografia (Museu do Ipiranga);
- g) O Serviço Florestal;
- h) Quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado.

---

<sup>389</sup> Única das instituições pertencentes ao governo federal e criada em 1827 – o Decreto previa entendimentos com o governo federal para a sua incorporação à Universidade de São Paulo, como apontado no Título VIII – Das disposições gerais, Art. 49.



Com uma composição dessa natureza, ressaltamos que a USP já nasce inserida no debate sobre raça e nação do qual tomavam parte instituições como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito, o Instituto de Higiene e a Esalq. Tal como demonstrado no quarto capítulo desse texto, intelectuais vinculados a essas instituições não só conheciam como também pertenciam a uma rede que debatia ideias e projetos raciais eugênicos para o país tendo como referência de diálogo Renato F. Kehl. Intelectuais dessas faculdades se corresponderam com o eugenista antes e após sua incorporação à USP. Desse modo, podemos entender que essa universidade acolheu e absorveu em sua estrutura instituições e intelectuais comprometidos com ideias raciais e eugênicas debatidas como respostas científicas para conduzir o país ao progresso.

Numa outra chave interpretativa, realçamos o papel desempenhado pela FFCL enquanto peça central para a realização do espírito presente no projeto da “Comunhão Paulista”. Sua existência foi assegurada pelo Decreto n. 6283, de 25 de janeiro de 1934, (Capítulo II) que também delineava sua estrutura. Nesse particular, destacamos a concretização de um ideia fundamental, aos olhos de Júlio de Mesquita Filho, a contratação de professores estrangeiros “de notória competência nas matérias para as quais não se encontrarem especialistas no país”<sup>390</sup>.

Essa estratégia era algo há muito meditado. A admiração que Júlio de Mesquita Filho nutria pela Europa e, particularmente pela França, tê-lo-ia motivado a “selecionar o que havia de melhor do ambiente acadêmico” para “completar o projeto civilizatório a que se propunha há tempos” (SALONE, 2009, p. 174).

As “missões”<sup>391</sup> de professores europeus cumpririam essa função, isto é, de formar a mentalidade da elite nacional. No que concerne à “missão francesa da USP”, afirma Patrick Petitjean (1996, p. 260) que essa “se situa em continuidade com uma influência cultural antiga” da França sobre o Brasil que remete a missão artística de Debret no início do século XIX. Frutos dessa relação cultural entre França e Brasil foram vistos na década de 1920, com a criação do Liceu Franco-paulista, obra de George Dumas, professor de psicologia da Universidade de Paris<sup>392</sup>.

---

<sup>390</sup> Decreto de Fundação da Universidade de São Paulo. Decreto n. 6283 de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acessado em: 30/09/2015.

<sup>391</sup> “Para a instalação dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram contratados na Europa, pelo governo do Estado, professores para várias cadeiras da Faculdade. Três foram as missões: a de alemães, de cinco professores; a francesa, de sete; a italiana, de seis; mais um professor português e um espanhol, para língua e literatura” (CARDOSO, 1982, p. 182).

<sup>392</sup> Foi Dumas o fundador dos institutos franco-brasileiros de altos estudos no Rio (1922) e em São Paulo (1925).

A contratação dos professores franceses para a recém-fundada universidade ocorreu da seguinte forma:

Theodoro Ramos parte em março de 1934 para a Europa com uma dupla missão: estudar o funcionamento das universidades e contratar professores. Substitui Julio de Mesquita Filho, inicialmente previsto, mas retido por uma campanha eleitoral. Ele é o diretor nomeado da FFCL a ser constituída. (PETITJEAN, 1996, p. 263).

Ressalta Petitjean que: “Quando o decreto da fundação da USP foi publicado, em janeiro de 1934, já havia, portanto uma herança de cooperação entre a França e o Brasil” (PETITJEAN, 1996, p. 260). Antes da fundação da USP Georges Dumas já havia conversado com Mesquita Filho sobre o perfil da Universidade que este intentava fundar. Após a efetivação do Decreto, Dumas desempenhou papel fundamental na arregimentação de professores franceses para a FFCL em três ocasiões diferentes: em 1934, em 1935 e em 1938<sup>393</sup>.

Durante os primeiros anos da FFCL, os professores estrangeiros constituíram a maior parte do corpo docente da nova Faculdade<sup>394</sup>. A escolha desses professores para assumirem cadeiras na FFCL obedeceu a um princípio básico: a orientação liberal dos fundadores (PETITJEAN, 1996). Para manter o espírito liberal, os fundadores da USP delinearão com bastante cautela a distribuição e alocação das disciplinas para os professores europeus procurando assim evitar que algumas disciplinas fossem lecionadas por docentes de inclinação não liberal. Dessa forma:

<sup>393</sup> Sobre os meandros da contratação dos professores, ver: Petitjean (1996).

<sup>394</sup> A estrutura da FFCL (1934-1935) se apresentava da seguinte forma: Reitor da Universidade o Prof. Dr. Reynaldo Porchat; Vice-reitor e Diretor da FFCL Prof. Dr. A. de Almeida Prado. **Corpo docente da FFCL:** Jean Maugüé (Filosofia); Luigi Fantappiè (Análise Matemática e Geometria); Teodoro Ramos (Mecânica Racional precedida de Calculo Vectorial); Gleb Wataghin (Física Geral e Experimental); Luiz Cintra do Prado (Física); Antonio Soares Romêo (Física); Heinrich Rheinboldt (Química); Ettore Onorato (Minerologia e Geologia); Felix Rawitscher (Botânica Geral); Paulo Sawaya (Zoologia Geral); André Dreyfus (Biologia Geral); Pierre Monbeig (Geografia Física e Humana); Fernand Paul Braudel (História da Civilização); Afonso d E. Taunay (História da Civilização Brasileira); Plínio Ayrosa (Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Graraní); Paul Arbousse-Bastide (Sociologia – 1ª. Cadeira); Claude Lévi-Strauss (Sociologia – 2ª. Cadeira); Edgard Otto Gothsch (Economia Política); Michel Berveiller (Filologia Grega e Latina); Francisco Rebêlo Gonçalves (Filologia Portuguesa); Pierre Hourcade (Língua e Literatura Francesa); Francesco Piccolo (Língua e Literatura Italiana). **Assistentes técnicos da FFCL:** Omar Catunda (Análise Matemática); Ernesto Luiz de Oliveira Junior (Geometria); Fernando Jorge Larrabure (Física Geral e Experimental); Heinrich Hauptmann (Química); Herbert Stettiner (Química); Reinaldo Saldanha da Gama (Minerologia e Geologia); Mauricio Rocha e Silva (Biologia Geral); Paulo Sawaya (Zoologia Geral, Fisiologia Geral e Animal); Gertrud Siegel (Zoologia Geral, Fisiologia Geral e Animal). Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2009, p. 13).

Contornamos a dificuldade oferecendo à Itália algumas das cadeiras de ciência pura – Análise Matemática, Geometria, Estatística, Geologia, Minerologia e Língua e Literatura Italianas. Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos: Filosofia, Sociologia, Economia Política, Política, Geografia Humana, Letras Clássicas e Língua e Literatura Francesas. As demais – Química e História Natural – seriam preenchidas por alemães expulsos ou em vésperas do o ser de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra do sentido liberal da evolução brasileira. As futuras ‘elites’ não seriam vítimas da deformação intelectual resultante da prédica, nas cátedras, de teorias esdrúxulas, que repugnavam à índole e às tendências inatas da nossa gente. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 192).

Como se pode notar, a FFCL, coração do *Projeto USP*, foi delineada minuciosamente por seus fundadores. Da estrutura dos cursos à ideologia dos professores, tudo se tentou controlar para que os frutos que dela florescessem fosse tal qual desejado pela “Comunhão Paulista”.

No depoimento de um dos primeiros professores da FFCL temos registrado que essa faculdade representava uma aspiração da “Comunhão Paulista”:

Aqui, nós professores tivemos a impressão de que algo de novo ocorria em São Paulo. Foi só aos poucos que conseguimos interpretar o fenômeno fora de seu parâmetro curricular. A fundação da Faculdade de Filosofia, pouco depois da Revolução de 1932, possuía o valor simbólico da afirmação cultural do ‘patriotismo paulista’. É como se a USP integrasse uma estratégia ideológica pela qual se procurava demonstrar aos outros Estados da Federação que São Paulo não era apenas a locomotiva econômica de um trem pouco produtivo. Era preciso forjar uma vanguarda para a cultura paulista. Era essa, pelo menos, a consciência predominante entre os primeiros alunos. Os professores estrangeiros entraram sem querer nesse processo de bandeirantismo. (Paul Arbousse Bastide In: LOPES e SANTOS, 2005, p. 34).

Vale ressaltar que, na interpretação de Júlio de Mesquita Filho, o liberalismo estava associado à ideia de evolução e de progresso ao modo de Spencer. Assim, ao tentar garantir para a obra da universidade e, especialmente para a FFCL, um espírito “irredutivelmente liberal” seus fundadores estavam, implicitamente, corroborando para a construção de um perfil de universidade guiado por um pensamento no qual se entendia a cultura europeia como sinônimo de conhecimento científico e de progresso. Os professores

estrangeiros deveriam transmitir esse conhecimento à fina flor da elite nacional dotando-a de um aparato teórico-metodológico do qual esta se servisse para formular e resolver os problemas nacionais.

As implicações, sobretudo culturais, que envolvem esse modelo de formação, desde então, têm sido foco de debate acalorado: de um lado, procura-se refletir sobre o legado do que se entende como um “colonialismo cultural”; de outro, há um esforço em desconstruir esse argumento, valorizando a presença dos professores estrangeiros e sua contribuição à formação do pensamento científico entre nós<sup>395</sup>. Na análise de Petitjean:

O que se passou no momento da criação da USP é de fato irredutível a uma explicação simplificadora, quer seja aquela do colonialismo cultural, ou aquela da neutralidade dos ensinamentos dispensados (os mais recentes conhecimentos ‘internacionais’ mais o espírito de pesquisa e o espírito crítico). E é sem dúvida por isso que [...] anos mais tarde, os primeiros estudantes da USP ainda discutem o assunto. (PETITJEAN, 1996, p. 260).

Contudo, entendemos que a presença de professores europeus na FFCL pode ser tomada como elemento que remete ao diálogo com uma ideia de nação pautada na visão para a qual a Europa destacava-se como modelo de civilização e de progresso. Assim, a vinda de professores europeus para a FFCL, reduto do projeto da “Comunhão Paulista”, pode ser interpretada como uma estratégia para trazer um pouco dessa civilização para o Brasil.

Não obstante, se por um lado a vinda destes docentes evidenciava a relevância da cultura europeia, por outro, esses trouxeram traços críticos presentes em sua cultura que foram fundamentais para redimensionar o modo como se entendia alguns elementos da cultura nacional. É sabido que parte desses professores se interessou por estudar aspectos de nossa cultura que até então não tinham recebido a devida atenção de nossos intelectuais. Diferenciavam-se, sobretudo, pelo modo como interpretavam nosso país, isto é, destituídos do viés patrimonialista da cultura do favor, da valorização do que era de fora, bem como da complacência em relação às heranças coloniais e escravistas. Essa nova perspectiva de interpretação, fomentaram as condições para que o racismo, presente em nossa sociedade, fosse tomado como foco de análise por estudos posteriores<sup>396</sup>.

---

<sup>395</sup> Sobre a polêmica ver Petitjean (1996).

<sup>396</sup> Cabe destacar a experiência produzida pelo Projeto UNESCO na década de 1950. Projeto estimulado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desenvolvido para estimular a produção de conhecimento científico a respeito do racismo com o objetivo de promover a superação deste fenômeno. Entre os cientistas sociais participantes do projeto estavam: Thales de Azevedo, Charles Wagley, Luis de Aguiar, Costa Pinto, Oracy Nogueira, René Ribeiro, Roger Bastide e Florestan Fernandes (MAIO, 1999). As

Professores como Roger Bastide, Arbousse Bastide, Lévi Strauss, Pierre Monbeig, entre outros, como ressalta Antônio Candido, “ensinaram a ver o Brasil” ao fazerem seus alunos pensarem “os temas brasileiros”.<sup>397</sup> Estando esses professores em diferentes momentos de suas carreiras, desenvolveram um projeto de trabalho que impulsionou, tanto o desenvolvimento de suas carreiras, quanto daqueles que foram formados por eles, mas, sobretudo, o campo científico nacional (PEIXOTO, 2000). Entre os temas brasileiros que passam a ganhar novo enfoque sob o olhar dos professores estrangeiros destacamos os estudos sobre religiões afro-brasileiras desenvolvidos por Roger Bastide<sup>398</sup>. Bastide foi um, dentre outros professore estrangeiros, a formar um quadro de intelectuais nacionais que, posteriormente, fundariam uma importante área de estudos sobre relações raciais no Brasil<sup>399</sup>.

Contudo, no projeto inicial da USP, o papel que fora atribuído à FFCL era, entre outros, o de constituir uma elite culturalmente hegemônica. Imagem que se sobrepunha a outra na qual se percebe que essa hegemonia não apresentava só a dimensão cultural, mas também racial.

Em 25 de janeiro de 1937, ao discursar como paraninfo da primeira turma de licenciados da FFCL, Júlio de Mesquita Filho deixava explícita a relação entre o papel da FFCL em relação à obra de homogeneização do país. Destacava que no país se repetia “a própria história da evolução das sociedades humanas”, na medida em que se encontravam diferentes patamares de evolução nos estados brasileiros. Acrescido a esse fato estava o da extrema miscigenação das populações. Em dado momento assevera:

Até aqui nenhuma referência fiz ao grau de extrema miscigenação que se verifica nas populações que ocupam o país, da fronteira norte de São Paulo ao Amazonas. Entretanto, estou em que valem tanto para o homem como para qualquer outra espécie as conclusões a que chegaram no terreno da biologia experimental Mendel, De Vries, Morgan e Goldschmidt. E a diferença de mentalidade, consequência necessária da variedade de estrutura

---

pesquisas produzidas dentro desse projeto foram fundamentais para problematizar a imagem do Brasil como sendo modelo de democracia racial. Os estudos de Florestan Fernandes tiveram papel de relevo ao perceber a democracia racial como mito cuja função era dificultar a modificação do padrão tradicional brasileiro de relações raciais. Essa interpretação abriu caminho para que, nas décadas de 1980 e 90, novas pesquisas evidenciassem os instrumentos pelos quais a discriminação racial se concretizava. Nesse sentido pesquisas como as de “Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1980), assim como as de Telles (1992), Lovel (1989), Andrews (1992), entre outras, desmontaram de vez a imagem de uma discriminação suave, atestando a existência de discriminação em graus e esferas diferentes” (SCHWARCZ, 1993, p.287). Sobre o Projeto UNESCO ver: Guimarães, A. S.A. (2004).

<sup>397</sup> Em entrevista a Sônia Maria de Freitas em: **Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP: 1934-1954**. 1992, 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

<sup>398</sup> Sobre o impacto dos estudos de Roger Bastide no Brasil ver estudo de Peixoto, F.A. (2000).

<sup>399</sup> A exemplo de Florestan Fernandes aluno e, posteriormente, colega de profissão de Roger Bastide.

dos diversos segmentos sociais em que se decompõe o organismo nacional. (MESQUITA FILHO, [1937] 1969, p. 158).

Lançando mão de intelectuais da Biologia que discutiam as leis da hereditariedade para explicar a sociedade, realçava que, a seu ver, havia uma “diferença de mentalidade” que explicava a condição de evolução dos “diversos segmentos sociais”. Desse modo, afirmava que aos paulistas – mais evoluídos – caberia a obra de remodelação do país. E assim convocava os formandos para cumprirem com seu papel de bandeirante, de paulista:

Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema pôsto pelas Bandeiras; e, ou nós paulistas de hoje e de amanhã o resolvemos, ou teremos irremediavelmente falido na missão que nos legaram os nossos antepassados. Quanto mais avançardes na meditação da realidade que nos rodeia, mais profundamente vos convencereis de que é na integração do problema brasileiro, tomado êste vocábulo na sua acepção spenceriana, que devemos buscar o ânimo para enfrentar as vicissitudes que porventura nos queira ainda reservar a História. E que admirável mística: tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida! (MESQUITA FILHO, [1937] 1969, p. 166-167).

Esse era o papel esperado pelos fundadores da USP em relação à elite formada pela FFCL. Deveriam entender que eram parte de uma “grei” distinta das demais, porque mais evoluída em todos os aspectos. Lembremos que o bandeirante, na visão de paulistas como os da “Comunhão”, era o ancestral que, no limite, vinculava os paulistas aos europeus.

O papel de reformulação (regeneração) do país só poderia ser desempenhado por uma elite como aquela, pois como afirmava Júlio de Mesquita Filho:

Sois na quase totalidade nascidos em São Paulo e se porventura alguns dentre vós não viram pela primeira vez a luz do Sol dentro de nossas fronteiras, aqui formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliques a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte a sobre de uma dúvida sôbre a rota a indicar às gerações de amanhã. Se a tanto vos dedicardes, vereis que ao paulista de hoje o destino cometeu uma única tarefa: a de completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração. (MESQUITA FILHO, [1937] 1969, p. 166).

O símbolo paulista novamente emergia para suscitar nos paulistas um sentido de identidade, de unidade em prol de um objetivo maior – no caso, a missão de guiar o país. Não por acaso, Júlio de Mesquita Filho evocava o espírito paulista dos formandos da FFCL. Com isso, disseminava no espírito daqueles (e dos posteriores) a essência do projeto político-ideológico (e racial) da “Comunhão Paulista” que, dessa forma, poderia se perpetuar pelas diferentes gerações.

#### 6.4.2 Ver e rever: marcas do não dito

Desde finais do século XIX uma parte da elite paulista articulou-se para que sua voz e seus projetos fossem ouvidos e atendidos. O jornal *OESP* surge como porta-voz desse grupo que reivindicava maior autonomia e poder para São Paulo. Nas mãos de Júlio Mesquita essas ideias foram condensadas num projeto político-ideológico (e racial) que, sob o comando de seu filho ganha tons acentuados e é associado à criação de uma universidade. Entre finais da década de 1920 e a seguinte o projeto vai sendo modelado. Em meados da década de 1930, enfim o projeto da “Comunhão Paulista” encontra as condições propícias para emergir. A USP, e, sobretudo a FFCL, representa uma instância da materialização desse projeto. Como afirma Cardoso (1982), o projeto da Universidade e o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras apresenta um:

[...] significado especial dentro do projeto político ideológico mais amplo da Comunhão: é o da formação e reprodução do ‘público novo’, das elites dirigentes, e ao mesmo tempo a condição da conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política de São Paulo e da Comunhão, dentro da nacionalidade. [...] A Universidade e a sua Faculdade de Filosofia são as herdeiras<sup>400</sup> do projeto da Comunhão. (CARDOSO, 1982, p. 156).

No entanto, deve-se destacar que o *Projeto USP* tal qual esboçado por seus fundadores não conseguiu atingir plena efetivação devido a resistências encontradas pelo caminho. Como salienta Salone:

---

<sup>400</sup> Explica Cardoso (1982) que o caráter de herdeira fica expresso no tratamento que o jornal dá a essa instituição e sua Faculdade. A título de exemplo, na mesma época de criação da USP foi criada a Escola de Sociologia e Política (1933) e, ainda que constasse com o nome de Armando de Salles Oliveira no manifesto de sua fundação, o jornal *O ESP* não dedicou muita atenção à sua criação, em comparação a publicidade dada à fundação da USP.

A despeito de muitos dos planos iniciais terem sido frustrados por forças endógenas (o Conselho Universitário, a pressão das faculdades tradicionais) e exógenas (a repressão do Estado Novo, chefiado em São Paulo pelo gatuno-interventor Ademar de Barros que, em 1938, cogitou o fechamento da Faculdade de Filosofia), a Universidade de São Paulo sobreviveu às forças reacionárias. Criada para formar uma nova elite dirigente, pautada no espírito liberal de seus idealizadores, a USP [...] acabou assumindo uma nova configuração. (SALONE, 2009, p. 207).

As resistências à implantação do projeto se deram, sobretudo, devido às disputas ideológicas e de diferentes projetos então vigentes (BONTEMPI JÚNIOR, 2008). Ressalta Motoyama (2006) que o *Projeto USP* deve ser entendido como uma espécie de “variante paulista”, isto é, uma proposta de uma dada elite paulista do modelo de universidade instituído pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931<sup>401</sup> (MOTOYAMA, 2006, p. 125).

Ao falar para os alunos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em aula inaugural de 21 de março de 1958, Júlio de Mesquita Filho analisava que o projeto de universidade desenhado pelos fundadores da instituição não foi plenamente concretizado devido aos “desvios metodológicos que alteraram fundamentalmente os objetivos que tinham em vista os que há precisamente um quarto de século lançaram as suas bases” (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 180).

E as resistências eram, sobretudo, direcionadas à FFCL, o cerne do *Projeto USP*. Na ideia inicial esta congregaria as disciplinas comuns aos cursos de modo que:

As ciências básicas tornar-se-iam, pois, privilégio desta Faculdade, sem que seus alunos passariam a conviver pelo menos um ano com os das escolas profissionais. Solução sedutora, que oferecia aos que se beneficiassem do ensino superior uma visão mais ampla do seu papel na comunhão nacional e uma noção ainda mais elevada e exata da sua função na sociedade. Defendemo-la veementemente pelas colunas do ‘Estado’, sem entretanto lograr que fosse adotada. Levantaram-se contra ela os pequeninos interesses das escolas profissionais. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 197).

---

<sup>401</sup> Promulgado por Getúlio Vargas por meio do Decreto n. 19.851, de 2 de abril de 1931. O estatuto foi elaborado pelo então ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos.



A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, fundada em 1934, entrava em pleno funcionamento no ano de 1935<sup>402</sup>. A principal dificuldade encontrada na fase de sua implantação foi manter o plano concebido por seus fundadores, no qual a FFCL deveria centralizar todos os cursos das disciplinas básicas ministradas nas demais faculdades. Para que isso fosse possível era preciso obter a aprovação das congregações de cada faculdade, consentimento que não se efetivou (MOTOYAMA, 2006). Na tentativa de implantar o projeto original da universidade muitos foram os conflitos gerados<sup>403</sup>, como exemplifica Motoyama:

Um exemplo dessa dificuldade foi o conflito, entre a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica, que surgiu em decorrência das tentativas de se implantar o regime de unificação das cadeiras básicas em 1937. Um dos pais da idéia de unificação dos cursos básicos era o professor Fonseca Telles, que na época ocupava o cargo de diretor da Escola Politécnica. Quando o governo estadual contratou dois professores estrangeiros, Gleb Wataghin e Luigi Fantappiè, para a Faculdade de Filosofia, ambos foram encarregados de ministrar os cursos de Física (Wataghin) e Cálculo (Fantappiè) aos alunos de FFCL e da Escola Politécnica também, com o aval do professor Fonseca Telles. Entretanto, após o início das aulas, a Congregação da Escola Politécnica vetou a medida, justificando que havia uma ‘diferença de nível’ entre o curso de uma faculdade de ‘ciências’ e o nível requerido pelas exigências técnicas de um curso especializado, como o da Escola Politécnica. O conflito aumentou de proporções, culminando numa áspera troca de hostilidades entre Júlio de Mesquita Filho, uma das figuras mais importantes na fundação da Universidade de São Paulo e o grupo politécnico. (MOTOYAMA, 2006, p. 126).

A reação das faculdades tradicionais passa a ser interpretada como “conservadorismo”, porém, segundo assinala Bruno Bontempi Júnior (2008), a não aceitação do *Projeto USP* por parte das demais faculdades representava uma disputa de projetos de modernização para o país. Como explica esse autor:

Essa reação, diferentemente da interpretação pretendida na FFCL, não era motivada por conservadorismo e apego ao passado, mas pela pretensão dos

<sup>402</sup> “Os cursos iniciaram-se ainda em 1934, tendo funcionado, contudo, apenas algumas secções: as de Filosofia, Ciências Sociais e Política, Ciências Matemáticas, Geografia e História, e Letras. A não ser a sub-secção de Ciências Matemáticas, que funcionou na Escola Politécnica, todas as demais funcionaram no prédio da Faculdade de Medicina. Enquanto isso, completavam-se as instalações destinadas às demais secções, isto é, as de Ciências Naturais e de Ciências Químicas, em salas cedidas pela Faculdade de Medicina, e a de Ciências Físicas na Escola Politécnica” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2009, p. 225).

<sup>403</sup> A esse respeito ver estudo de Antunha (1971).

grupos rivais em tornar viáveis os seus próprios projetos de modernidade, dos quais as instituições de ensino superior eram portadoras. (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 178).

Isto é, enquanto o Projeto da USP visava formar uma elite para formular e resolver os problemas nacionais apostando que na FFCL se “formariam os cientistas sociais responsáveis pelo equilíbrio do organismo social” (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 179), a Politécnica “ensaiara o seu próprio projeto universitário no início dos anos de 1930, ao incorporar em seu regulamento profundas inovações”. Fazia parte de seu projeto a “formação e a consolidação de uma elite técnica e científica capaz e responder a uma perspectiva de *modernização*, então em curso na vida brasileira, ainda sob o regime imperial” (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 179-180 – grifo do autor). Projeto que foi suplantado quando ocorre sua integração à USP.

Como analisa Motoyama:

A tortuosa relação das escolas já existentes com a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras envolvia muitos interesses divergentes, que, apesar dos esforços, não foram totalmente dirimidos. Alguns objetivos intentando a formação da universidade, no sentido emprestado pelos fundadores da USP, foram alcançados, outros, todavia, seriam objetos de polêmica por muitos anos. (MOTOYAMA, 2006, p. 126).

Avaliando a USP, na década de 1950, Júlio de Mesquita Filho ressaltava que do projeto inicial muito havia se perdido. Nem mesmo o projeto arquitetônico teria seguido o projeto dos fundadores<sup>404</sup>. A esse respeito destaca Salone:

JMF protestaria ante o projeto vencedor, levado adiante pelo arquiteto Rino Levi, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil em São Paulo. A concepção urbanística e arquitetônica da cidade universitária seguia as tendências modernistas infundidas no Brasil por Le Corbusier, das quais os principais discípulos no país eram Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Para Mesquita, a arquitetura modernista e o funcionalismo bruto dos edifícios, construídos entre as décadas de 1950 e 1960, em nada se assemelhavam à identidade brasileira. (SALONE, 2009, p. 191).

---

<sup>404</sup> Segundo Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.), depois de criada a FFCL, “depois de algumas mudanças, fixou sua sede no famoso prédio da rua Maria Antônia. Somente em 1968, após vários conflitos políticos e atritos ocorridos entre estudantes da USP e do Mackenzie, instalou-se definitivamente no *campus* da Cidade Universitária” (SANTOS, M., 1998, p. 110-111).

Frustrado por não ter conseguido implantar o *Projeto USP* tal qual desejavam os fundadores, Júlio de Mesquita Filho declarava aos alunos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, durante aula inaugural de 21 de março de 1958:

[...] não logramos convencer os que, apoderaram-se da obra por nós ideada, lançaram-se à sua realização sem pelo menos compreendê-la, sem penetrar o seu verdadeiro e íntimo significado, para só atender ao egoísmo estreito dos detentores de cátedras, na sua maioria sem a inteligência necessária para alcançar a beleza e a magnitude do plano primitivo. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 198).

E arrematava:

Não na quiseram tal qual a ideamos. Nem por isso, entretanto, estamos certos, deixou o decreto de 25 de janeiro de 1934 de assinalar nos fastos da Nacionalidade o maior acontecimento cultural da sua história. (MESQUITA FILHO, [1958] 1969, p. 199).

Mas, a despeito dos objetivos não consolidados, no que concerne ao aspecto simbólico (e ideológico) presente no Projeto da USP e, particularmente no da FFCL, podemos afirmar que, de certa forma, o projeto dos fundadores foi efetivado, pelo menos em dois aspectos: na formação de uma universidade que servisse de modelo para o país e na formação de uma elite intelectual com perfil predominantemente homogêneo.

Ainda que o segundo aspecto não figure na história contada e recontada sobre a USP, entendemos que ele pode ser observado quando unimos alguns elementos dessa história. Esses conformam símbolos da instituição, que aparecem, sobretudo, relacionados à afirmação da identidade da USP.

Como observou Bontempi Júnior (2008), sessões solenes de formatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo são circunstâncias privilegiadas para a afirmação da identidade da instituição, tendo em vista que são espaços de “construção de emoções distintivas em torno de símbolos e repetição da memória que os amalgama” (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 169). Destaca o autor que, assim como para outros grupos, também para os intelectuais os símbolos estão fortemente ligados ao pertencimento do grupo e as atividades que desenvolve. Assim, os símbolos dos grupos intelectuais:

[...] são criados em comunidades que se alargam internamente, orientando-se para as trocas entre os próprios membros, em vez de fazê-las com estranhos, e assim reivindicam o direito exclusivo de decidir sobre a validade de suas próprias idéias. (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 169).

Nessa chave de interpretação destacamos que as sessões solenes de formatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo são repletas de símbolos que nos ajudam a entender o grupo intelectual em questão e, particularmente, a ligação deste com o tema racial.

Conforme assinala Bontempi Júnior:

Desde 1937, ano em que Júlio de Mesquita Filho proferiu discurso na formatura da primeira turma, as sessões de abertura e de encerramento dos cursos da FFCL-USP tornaram-se intensos ‘rituais de interação social’. Reunindo periodicamente autoridades, personalidades públicas, diretores, mestres e alunos, tais cerimônias consagravam os participantes em torno de uma causa (o esclarecimento e sua conversão em processo civilizador), de uma identidade (a de intelectuais) e de uma memória (a história reverente da USP e de sua FFCL). (BONTEMPI JÚNIOR, 2008, p. 169).

Como destacamos, nessa conferência Júlio de Mesquita Filho pedia aos formandos que estes não se esquecessem da missão bandeirante que lhes fora conferida, a missão de remodelar o país, isto é, de civilizá-lo. Naquele momento se instaurava um *ethos*, isto é, uma identidade, tanto para a instituição, quanto para aqueles que passariam por ela. Esse *ethos*, como demonstrou Bontempi Júnior (2008), foi sendo reafirmada em novas sessões de formatura dos alunos da FFCL da USP.

E qual era a mensagem que foi sendo transmitida? Como discutido, a ligação entre os licenciados e a identidade paulista bandeirante ressalta a dimensão racial presente no projeto da “Comunhão”. Isto é, São Paulo era apresentado como o estado mais evoluído, em termos spencerianos. Somente nesse território é que se poderia conceber a USP e, particularmente a FFCL. Ou seja, afirmava-se uma relação direta entre São Paulo e a USP. Em 1937, o paraninfo Júlio de Mesquita Filho confiava aos alunos da FFCL a missão bandeirante paulista de remodelar (regenerar) o país. Para reforçar a ligação entre a identidade paulista e a USP foram suscitados outros símbolos, além da imagem formulada pelos “bandeiristas” paulistas (ABUD, 1985).

Como meio de reforçar a identificação da USP com o Estado de São Paulo recorreu-se, intencionalmente, à celebração de importantes eventos da universidade na data em que se comemorava o aniversário de São Paulo. Assim, em 25 de janeiro de 1934, quando se comemorava o aniversário de São Paulo, o decreto de fundação da USP foi assinado. Em 25 de janeiro de 1937 ocorrera a sessão de formatura da primeira turma de formandos da FFCL.

No mesmo sentido, destacamos a simbologia presente em duas importantes imagens cunhadas para representar a USP. A primeira é o Brasão da USP e a segunda seu *ex libris*.

O “Brasão de armas” da Universidade de São Paulo foi criado em 1934, pelo artista plástico e historiador José Wash Rodrigues (1891 - 1957), que também foi responsável pela criação do *ex libris* do jornal *OESP*, do Brasão da Cidade (em 1917)<sup>405</sup> e do Estado de São Paulo (1932). O artista já era conhecido pelo Grupo do Estado por intermédio de Monteiro Lobato<sup>406</sup>. Ao apresentar composição do Brasão de armas da USP explicava o artista:

*BRAZÃO D'ARMAS DA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*

Em um escudo antigo o apóstolo São Paulo, sentado numa cátedra guarnecida de ouro encostada a um muro ameiado, acompanhado à direita pelo escudo do Estado de São Paulo e à esquerda pelo da Capital, ambos com seus timbres. O apóstolo de encarnação, vestido de vermelho e com o manto azul, empunha com a direita uma espada em riste e mantém com à esquerda um livro. A cátedra é firmada sobre dois degraus e estes sobre o chão em ponta. Tudo tem a sua cor. Timbre: esfera armilar sainte de ouro. Listão de vermelho com a divisa: “Scientia vinces” – Vencerás pela Ciência, em letras de prata.

São Paulo, 12 – 1934.  
José Wash Rodrigues inv, et del.<sup>407</sup>

<sup>405</sup> Com Guilherme de Almeida.

<sup>406</sup> Na década de 1920, José Wash Rodrigues despertou o interesse de Monteiro Lobato a ponto de este escrever sobre a obra do artista no jornal *OESP*. Lobato então convida o artista a ilustrar a Revista do Brasil, bem como a criar a capa do livro *Urupês*. O artista plástico também ilustraria a capa do livro *A vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado. Com algumas de suas obras, o artista contribuiu para constituir o imaginário do bandeirante paulista, tendo, por isso, algumas obras adquiridas por Affonso de E. Taunay, enquanto este foi diretor do Museu Paulista. Cf. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1867/wash-rodrigues>>. Acessado em: 18/11/2014.

<sup>407</sup> Fonte do texto: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <[http://www.scs.usp.br/identidadevisual/?page\\_id=10](http://www.scs.usp.br/identidadevisual/?page_id=10)>. Acessado em: 03/10/2015.

O texto e a imagem do Brasão de armas exacerbam a relação entre a USP e São Paulo. Com essa imagem a universidade passaria à história como uma instituição que representava a vitória daqueles paulistas que, derrotados pelas armas, venciam pela ciência.



Figura 2: Brasão de armas da Universidade de São Paulo

Uma leitura concisa da imagem nos indica que a USP, centralizada, vincula-se intrinsecamente, tanto ao Estado, quanto à cidade de São Paulo. Na figura, o homem representado é o apóstolo São Paulo: ele mesmo representa forte ligação com o conhecimento, não por acaso, porta um livro em uma das mãos. Na outra, porém, carrega uma espada, o que nos alude a uma associação entre conhecimento e batalha. Há na cena uma irrefutável expressão de força e imponência. Toda a cena parece querer comprovar a imponência dos paulistas herdeiros de uma raça superior. Ao mesmo tempo, a USP se apresenta como produto desse estado e, como tal, se mostra superior a ponto de se elevar do chão.

A segunda imagem que destacamos é aquela que foi escolhida para ilustrar a capa dos primeiros anuários da FFCL. Imagem que posteriormente aparece como *ex libris* da USP.



**Figura 3: Capas dos anuários da FFCL-USP (1934-1935, 1936, 1937-1938)**

Como se pode notar, alguns dos símbolos apresentados na imagem do Brasão de armas da USP se repetem nessa figura. Dessa vez, o livro, símbolo do conhecimento e também da USP, é o elemento que se encontra entre os símbolos do estado e da cidade de São Paulo. A USP parece emergir como continuidade do colégio jesuíta fundado em 1554. Fato significativo é o símbolo escolhido para dar unidade ao conjunto, uma árvore forte e frondosa cujas raízes parecem estar bem presas ao solo. A figura da árvore chama-nos a atenção por nos remeter à figura da “árvore genealógica” que, por sua vez, indica uma relação hierárquica de ascendência e subordinação. Nessa leitura, a USP representaria o ápice do conhecimento produzido por São Paulo.

Segundo Bontempi Júnior (2008), a imagem acima foi apresentada pelos fundadores em 25 de janeiro de 1937. Conforme assinala esse autor:

A sessão de formatura foi realizada a 25 de janeiro de 1937, pois o dia do aniversário da cidade já havia sido escolhido pelos mentores para marcar a fundação da USP e para compor o seu brasão, que traz, ao fundo o Colégio dos Jesuítas e, à frente, uma árvore frondosa, a cujo tronco se enlaça uma faixa com os dizeres ‘Collegio 1554’, e em cuja copa se inscreve, sobre as páginas de um livro aberto, ‘Universidade 1934’. Na composição, a fundação da universidade reedita a da própria cidade, que, supostamente nascida de um colégio, mostrou neste seu primeiro ato a vocação e o fado de civilizar o país pela educação. (BONTEMPI, 2008, p. 170 – Grifo nosso).

Embora Bontempi Júnior (2008) analise a imagem como sendo o “brasão” da USP, na historiografia sobre esta universidade é denominado brasão apenas o “Brasão de

armas”. A despeito da denominação, entendemos que a imagem tem em si grande força, pois busca afirmar que seria por meio da educação nascida em São Paulo que se civilizaria o país.

Como apresentado nesse texto, a educação nascida em São Paulo esteve, não raramente, associada a um projeto higienista e eugênico que, no limite, procurava a homogeneidade do povo paulista por meio de práticas higiênicas e eugênicas (que, também no limite, convergiam para a afirmação do branqueamento).

Pensando nesses termos, a escolha da imagem de uma árvore frondosa (como elemento central da composição), em plena década de 1930, para simbolizar a “herança” da USP inevitavelmente nos conduz a pensar o símbolo maior da eugenia exibido na III Conferência Internacional de Eugenia, ocorrida em 1932, nos Estados Unidos.

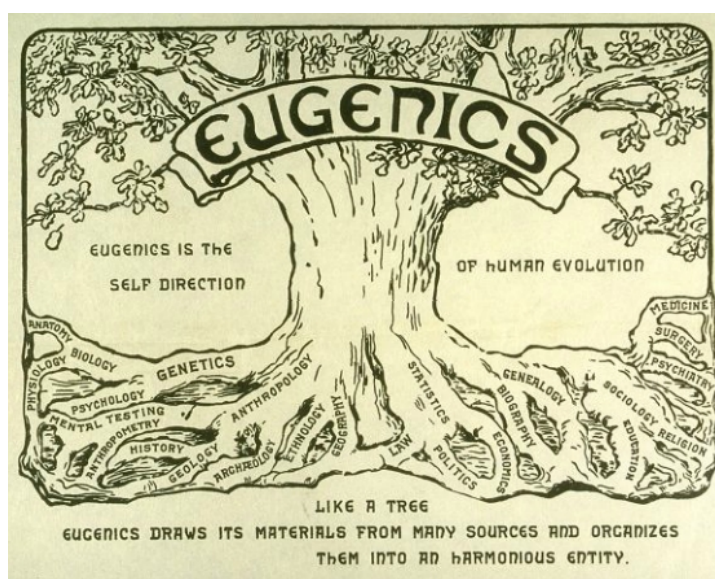


Figura 4: Eugenics tree logo<sup>408</sup>

Participante dessa conferência, Renato F. Kehl fez referência a esse logo em seu livro *Aparas Eugênicas: Sexo e civilização*, de 1933. A seguir, apresentamos a imagem tal qual aparece no livro de Kehl:

<sup>408</sup> Disponível em: <<http://www.eugenicsarchive.org/eugenics/list2.pl>>. Acessado em: 03/10/2015.



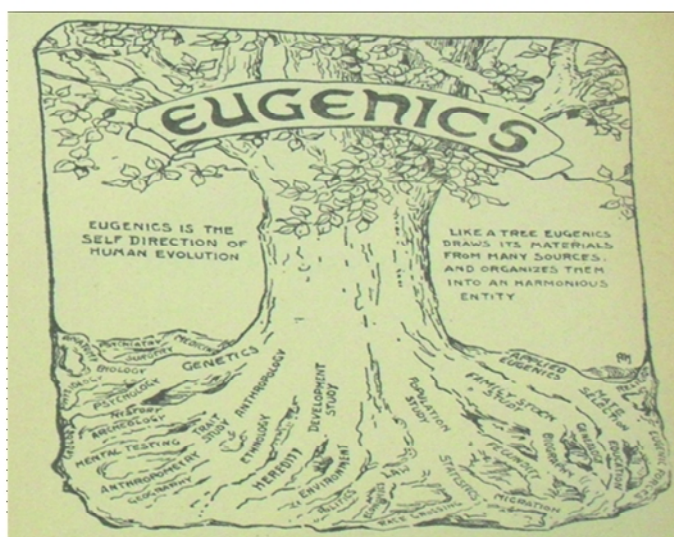


Figura 5: Árvore eugênica presente no livro *Aparas eugênicas: Sexo e civilização*, de Renato F. Kehl.

Na árvore apresentada no livro de Renato F. Kehl percebe-se uma maior quantidade de ramificações e, conseqüentemente, de conhecimentos que estariam nutrindo a eugenia. Como demonstramos, na década de 1930, Kehl se esforçava em divulgar uma eugenia mais radical associada ao modelo norte-americano e Alemão. Sua campanha envolvia o envio de seus livros para destacados intelectuais, sobretudo, aqueles ligados à educação. Como visto em seus projetos eugênicos desse período, Kehl destacava a importância do ensino de eugenia em todos os níveis educacionais.

Apresentadas lado a lado, as três imagens exibem certa semelhança, seja em relação aos símbolos de que lançam mão para sua composição, seja nos significados que inspiram.



Figura 6: Comparação entre três logos.

Voltando a figura 3 destacamos que ela também tem sido utilizada como *ex libris*<sup>409</sup> em algumas Faculdades da USP, como se pode verificar a seguir:



Figura 7: Ex libris usado pela USP

Tanto o Brasão de armas, quanto o *ex libris* usado pela USP são, a nosso ver, imagens muito significativas, por evocarem uma mensagem cara ao projeto da “Comunhão Paulista”: a imagem de São Paulo (e da USP) como fundador(a) do que havia de mais civilizado, mais evoluído no país, o conhecimento, a ciência.

Nessa mesma perspectiva e procurando unir os elementos que nos ajudam a entender reminiscências da raça na fundação da USP, ressaltamos, por fim, dois personagens de proeminência para a história dessa instituição, especialmente em seus primeiros momentos,

<sup>409</sup> De origem latina, significa “livros de”. Conforme Gisele Pottker (2006, p. 16), os *ex libris* são definidos “sinteticamente como etiquetas ou pequenos selos que colados aos livros identificam seu proprietário. [...] os *ex libris* traduzem a personalidade de seu titular (ou utente), valendo mais do que se pode imaginar a primeira vista, constituindo um emblema sintético da expressão psicológica individual”.

são eles: Antônio de Almeida Prado (segundo Diretor da FFCL) e André Dreyfus (professor da cadeira de Biologia Geral e, posteriormente diretor da mesma faculdade)<sup>410</sup>.

No discurso de abertura dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 11 de março de 1935, Antônio de Almeida Prado, seu então diretor, traçava um panorama sobre o país no qual enfatizava que o país apresentava um “crescimento social desarmônico”, pois, se por um lado o país estava em pé de igualdade com outros países em relação (por exemplo, ao trabalho individual, a produção agrária e industrial), por outro, quando a questão ia para o cunho social, tudo ainda estava por se fazer. E afirmava:

As questões que interessam à saúde, ao vigor da raça, à eugenia, em seus múltiplos aspectos étnicos e sanitários; a assistência social, dada ao homem são e ao doente; a formação política dos homens de estado; a compreensão científica dos fenômenos financeiros e econômicos; a ingerência da higiene na pedagogia, na administração e na orientação do trabalho proletário; o problema da determinação da aptidão profissional nas carreiras liberais e assalariadas; o aproveitamento racial das nossas riquezas, são incógnitas que até agora não tinham sido propostas à solução dos nossos homens públicos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, p. 20).

Esses eram os problemas que estavam colocados para os egressos da USP, particularmente da FFCL. Pois, como afirmava dos “seus anfiteatros, dos seus gabinetes, dos seus laboratórios, das suas salas de conferência, é que sairão as gerações destinadas à renovação cultural e a colocar bem alto o Brasil no círculo dos povos civilizados” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, p. 26).

Para tanto, era preciso que os estudantes se apropriassem do conhecimento. Era o que chamava a atenção o professor André Dreyfus em sua “Lição inaugural do Curso de Biologia Geral da FFCL”, realizada em 13 de março de 1935. Depois de apresentar um histórico do nascimento da ciência biológica, explicava aos ouvintes o plano que traçara para os dois anos de curso. No conteúdo, o tema hereditariedade aparecia como “um dos capítulos fundamentais de nossa cadeira”, pois, como identificava “Poucas questões biológicas têm preocupado tanto a humanidade, como a descoberta das leis da hereditariedade” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, p. 104-105).

---

<sup>410</sup> André Dreyfus dirigiu a FFCL após a saída de Fernando de Azevedo desse cargo, isto é, entre 1943 a 1947. Cf. Campos, E. (1954).

De acordo com o Anuário da FFCL (1934-1935), o curso de Biologia Geral ministrado pelo Prof. André Dreyfus foi pensado da seguinte maneira:

O programa da Cadeira de Biologia será estudado em 2 anos letivos.

Na 1ª. parte, far-se-á, em aulas teóricas, o estudo dos problemas gerais sobre os seres vivos (caracteres próprios dos seres vivos, origem da vida, etc.) da citologia, abrangendo: teoria celular, morfologia e fisiologia celulares, reprodução dos seres vivos e problemas sobre o sexo.

O curso prático versará sobre microscópio, técnica microscópica, técnicas citológicas gerais e citologia prática.

Na 2ª. parte as aulas teóricas dirão respeito à hereditariedade, variação, evolução, organização geral dos metazoários e metafitos, nutrição e crescimento, mecanismos de integração nos metazoários e metafitos.

As aulas práticas serão dedicadas não só ao estudo prático dos assuntos estudados teoricamente mas ainda ao estudo da história dos vertebrados. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2009, p. 284-285)

Como já assinalamos, André Dreyfus tinha especial interesse sobre o estudo da hereditariedade e suas aplicações na sociedade. Lembremos que elaborou uma conferência para o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929. Ao assumir o cargo na USP, já era reconhecido como figura de destaque nessa área.

Seguindo o plano de estudo no ano de 1936, no curso teórico, entre outras matérias, sobre hereditariedade lecionou: 1) Histórico – Micromerismo e organismo – Weissmann; 2) O Mendelismo – Mono –, di – e polihybridismo. A descontinuidade do patrimônio hereditário; 3) Fatores modificadores e complementares. Alelomorfos múltiplos. Pliotropia. Polimeria. Flutuação. Tipos especiais de dominância. Herança em mosaico. Meio e fatores; 4) Telegonia; 5) Estado estatístico da hereditariedade. Leis de Galton; 6) Teoria cromossômica. Individualidade dos cromossomas; 7) Hereditariedade da espécie humana. Eugenia; 8) Teorias gerais da hereditariedade. Natureza do gens. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, p. 244- 245 – grifo nosso).

Esses dois elementos, a fala de Almeida Prado e o programa de André Dreyfus, nos indicam que os primeiros alunos da FFCL<sup>411</sup> compartilharam de uma atmosfera na qual havia uma preocupação com o conhecido problema da formação da nação e de seu povo, tema que – como visto – estava diretamente ligado à preocupação com a raça.

Os elementos reunidos e destacados por nós apontam para a efetivação, pelo menos em certa medida, do componente racial presente no projeto desenhado para a USP.

---

<sup>411</sup> Como os alunos da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina, da Esalq e do Instituto de Higiene.

Como se pode concluir, o tema racial não esteve ausente nem da concepção, nem da fundação da USP; ao contrário, povoou o imaginário de figuras importantes nesse processo. Essas figuras o compreenderam não só pelo seu papel científico, mas também pelo social, isto é, o que ela poderia fornecer ao país.

Não há como não pensar nas campanhas de Renato F. Kehl e no alcance de sua rede eugênica que, como visto, penetrou a USP, seja nas suas Faculdades e Escolas tradicionais, seja na FFCL, nascida em 1934.

Se em alguns aspectos o projeto da “Comunhão Paulista” não prosperou, em outros podemos perceber que ele foi aceito. Se houve resistência frente à dimensão político-ideológica, essas certamente foram menores no tocante à dimensão racial do projeto.

Uma possível explicação para esse fato, a nosso ver, viria do interesse de significativa parte da elite paulista em construir uma nação nos moldes daquelas aceitas como civilizadas. Ou seja, a dimensão racial presente no projeto da “Comunhão” era, de certo modo, compartilhada por importantes representantes da elite, sobretudo, paulista.

Na década de 1930 a USP nascia com o propósito de civilizar a nação. Deveria se tornar um modelo do padrão de elite desejada para um país civilizado. Particularmente, a FFCL, construída como um reduto da intelectualidade europeia, socialmente passava uma mensagem que, embora não estivesse associada diretamente a raça, não deixava dúvidas sobre o perfil daqueles que deveriam passar por seus bancos.

A nosso ver, um possível resultado desse conjunto de informações foi delinear as bases para uma seleção social e racial de seus quadros, que se não interditava a entrada de negros, colocava-os em situação de sentirem-se pouco a vontade naquele espaço. Fato observado já nos primeiros anos de sua fundação, como nos aponta depoimento da intelectual Virgínia Bicudo.

Em entrevista concedida a Marcos Chor Maio (2010), Virgínia Bicudo (educadora negra que na época de 1930 buscava completar seus estudos com mais uma formação) justifica sua opção em cursar a Escola Livre de Sociologia e Política ao invés da FFCL. Sua fala explícita o que tentamos demonstrar ao assinalar alguns elementos sobre a história da USP, isto é, o peso da dimensão racial nessa instituição. Transcrevemos a seguir um trecho dessa entrevista, devido a seu potencial elucidativo do modo como a sociedade e, sobretudo, os negros, percebiam a USP, particularmente a FFCL nos primeiros anos de sua existência.

**C. Maio:** Porque a senhora não foi fazer o curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP?

**Virgínia:** Ah, porque lá eram os grã-finos e eu não era grã-fina. Pensa que eu era boba? [risos]. Eu sabia escolher. Eu vi lá, tudo era filho de papai, Almeida Prado e eu não. A Escola de Sociologia é gente operária, é lá que eu vou. É isso. Sabe, a gente tinha esse *feeling*. Na Filosofia... Lá não era o meu lugar.

**C. Maio:** A Escola de Sociologia e Política foi criada por uma elite empresarial e intelectual com o interesse em desenvolver uma sociologia de caráter aplicado. Que tivesse uma aplicação direta, por exemplo, na indústria.

**Virgínia:** É, mas uma forma indireta de acudir os pequenos. A indústria produzindo meios para que se pudessem trazer os pequenos para cima. Eu senti isso na Escola de Sociologia. Por isso eu fui para Escola de Sociologia. Eu sentia que ali a gente podia ter um apoio para subir, para crescer. E na USP... ali eu sentia que já precisava ter respaldo social. Eu não tinha. (MAIO, 2010, p. 344 – grifo do autor).

Embora Bicudo não mencione a questão do preconceito racial, deixa-nos entrever sua existência imiscuída com a questão da classe. Ou seja, ainda que a raça não fosse explicitamente um empecilho, ela se colocava de outras formas, por exemplo, a partir do perfil dos frequentadores da USP.

Falando em “mérito” e em “ciência desinteressada”, a FFCL, bem como a USP como um todo, soube transmitir à sociedade a mensagem que comunicava a quem pertencia àquela universidade, isto é, para quem fora pensada; em outras palavras, a quem caberia ocupar seus bancos. Do mesmo modo, como não fora preciso explicitar a dimensão racial no projeto da “Comunhão Paulista”, também não era preciso fazê-lo no *Projeto USP*. Não era preciso falar em raça, porque bastava falar em “bandeirante”, em elite, em São Paulo. Todos esses símbolos já falavam aquilo que não precisava ser dito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com 8 décadas de existência, a Universidade de São Paulo tem se firmado como o grande modelo de universidade para o país. Somando quatro *campi* na cidade São Paulo, conta ainda com unidades em Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga e Ribeirão Preto, além de duas em São Carlos. Dela fazem parte 6.090 docentes, sendo 3.778 (62,04%) homens e 2.312 (37,96%) mulheres, dos quais 6.051 (99,36%) têm titulação de doutor, ou acima. No ano de 2015, recebeu 94.875 alunos em seus cursos de graduação e pós-graduação<sup>412</sup>.

Reconhecida socialmente como a instituição acadêmica mais importante do país, tem figurado entre os *rankings* das melhores universidades do mundo, destacando-se ainda como a mais qualificada da América Latina<sup>413</sup>.

Afirmada como orgulho da nação por ser referência no ensino e na pesquisa desenvolvidos no Brasil, a USP tem sido historicamente apresentada como um projeto pensado pela elite ilustrada, moderna, liberal e visionária de início da República. As publicações que contam sua história raramente deixam de enfatizar o pioneirismo de seus fundadores. É necessário ressaltar que toda essa excelência também se presta à formação de elites, que não raramente, assumem postos de comando no país.

Com uma importante estrutura física e humana, é inegável a importância social dessa obra pensada por um significativo grupo da elite paulista e concretizada a partir da década de 1930.

Apesar dessas conquistas, a USP apresenta um quadro anacrônico em relação à diversidade étnico-racial de seu corpo docente e discente, corpo este que tem sido formado com um perfil extremamente homogêneo. Ao se observar mais detidamente o perfil dos diversos grupos que constituem a instituição, fica evidente o quanto a universidade ainda conserva do contexto em que se gerou seu projeto inicial.

---

<sup>412</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO USP em Números 2015, base de dados 2014. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>>. Acessado em 20/10/2015.

<sup>413</sup> Como exposto em seu site, no ano de 2015, a “USP subiu quatro posições no *Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities 2015* (também conhecido como *NTU Ranking*)” sendo a universidade latino-americana melhor classificada, em 58º lugar. Constatou ainda na segunda edição do *ranking U.S. News Best Global Universities [Melhores Universidades Globais]*, como a 117ª melhor universidade do mundo e a primeira da América Latina. Figurou também no *ranking*, o *World University Ranking 2015-2016*, no qual constou como a instituição brasileira mais bem colocada. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=53164>>. Acessado em: 16/10/15.

Como assinalamos no início desse texto, recentemente o debate sobre diversidade étnico-racial nas universidades tem estabelecido discussões em instituições de ensino superior brasileiras que, durante várias décadas, se mostraram indiferentes à ausência da população não-branca em seus quadros docente e discente. Tal debate tem sido extremamente importante, tanto em termos teóricos – sobretudo, ao questionar o modo como as relações raciais têm sido interpretadas –, quanto em termos de representação dessa população nesse espaço de poder. Por outro lado, no bojo dessa discussão têm sido registradas denúncias de que nestas instituições ocorrem, com regular frequência, atos racistas, praticados tanto por docentes como por discentes e funcionários<sup>414</sup>.

O modo como o tema raça tem sido tratado pela USP sugere, a nosso ver, que parte significativa dessa comunidade (administradores, professores e corpo discente) ainda não se conscientizou de que a questão racial é uma questão ética que vai além do objeto de estudo. Sendo a questão racial um elemento constituinte da sociedade brasileira, tal problema também reverbera no âmbito da universidade. No entanto, sendo este um ambiente de questionamento e de formação, é de se esperar que nele seja estimulada a disposição para enfrentá-lo e ressignificá-lo e não a de fortalecer sua capacidade de produzir desigualdades e violências.

Nos últimos anos, a discussão sobre o tema racial nas universidades brasileiras tem produzido significativos avanços a ponto de algumas importantes instituições se empenharem no desenvolvimento de mecanismos para a superação de desigualdades oriundas da herança racial. Contudo, muitas delas ainda resistem em discutir e introduzir mudanças em seus projetos pedagógicos. A Universidade de São Paulo pode ser classificada como aquela que lidera essa corrente.

Foi procurando entender melhor como se deu a configuração dessa cultura de resistência ao debate do tema na USP que realizamos o estudo acerca das ideias que possibilitaram a formação desta instituição. Como outras instituições universitárias

---

<sup>414</sup> Tais denúncias podem evidenciar, tanto um movimento de explicitação do racismo, quanto o aumento da sensibilidade social e o papel do movimento negro em não permitir que essas manifestações sejam silenciadas. Em relação a USP ver as seguintes matérias: “**Aluna denuncia caso de racismo na USP de Ribeirão Preto**” – Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/aluna-denuncia-caso-de-racismo-na-usp-de-ribeirao-preto.html>>. Acessado em: 23/10/15. “**Mais uma denúncia de racismo na USP**”. Jornal do Campus | 425 | maio de 2014 | primeira quinzena. Disponível em: <[www.usp.br/cje/acervo/jc/pdf/425\\_9.pdf](http://www.usp.br/cje/acervo/jc/pdf/425_9.pdf)>. Acessado em: 23/10/15. “**Bateria da medicina da USP Ribeirão Preto é acusada de racismo em hino**”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/11/bateria-da-medicina-da-usp-ribeirao-preto-e-acusada-de-racismo-em-hino.html>>. Acessado em: 23/10/15. “**Aula magna de preconceito, na USP**”. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,aula-magna-de-preconceito-na-usp,1684577>>. Acessado em: 23/10/15.



brasileiras, a USP surgiu num momento em que a discussão sobre raça norteava o debate sobre a formação da nação a ponto de direcionar políticas públicas, sobretudo, na esfera da educação. Há, contudo, uma característica específica em sua história, o fato de nascer em São Paulo, estado que, ao incentivar, subsidiar e acolher a imigração estrangeira promoveu políticas públicas no sentido de direcionar efetivamente a composição racial e étnica de sua população.

Por esta razão, essa pesquisa procurou rever alguns momentos da história dessa instituição a fim de entender melhor sua concepção e com isso examinar a existência de possíveis implicações do debate racial posto na sociedade brasileira nas primeiras décadas da República nas ideias que deram origem a essa universidade.

Buscávamos entender seu projeto, isto é, as ideias que fomentaram o Decreto de sua fundação. Tratava-se assim, de abrir um caminho de interpretação sobre a história da USP, colocando em destaque a dimensão racial até então raramente tratada na literatura – fato que, a nosso ver, é um dado importante sobre o modo como essa instituição lida com seu passado e, conseqüentemente, com seu presente, no que tange à questão racial.

Para iniciar essa investigação, entendemos que era preciso compreender melhor a formação das relações raciais em nossa sociedade. Assim, voltamo-nos para a história do Brasil, particularmente para o momento em que as elites nacionais iniciaram discussão sobre a constituição do país como uma nação, isto é, um povo e uma cultura. Tal discussão recebeu destaque, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, com a iminência da Abolição, tendo em vista a preocupação e o “medo da onda negra”, ou seja, da falta de controle sobre os negros até então escravizados.

Procurando assegurar privilégios e interesses particulares, naquele momento grupos da elite ligados aos interesses da cafeeira e da indústria lançaram mão do imaginário que se tinha sobre a África, sobre os africanos e seus descendentes para justificar uma pretensa desigualdade natural entre brancos e negros. Em outras palavras, em finais do século XIX, o receio de perder os privilégios assegurados pela estrutura social escravista (aliado à defesa de interesses econômicos e, principalmente, ao desejo de formar um povo nos moldes das nações ditas civilizadas) mobilizou esses grupos para a defesa de mudanças de ordem social e política que culminaram na configuração social apresentada nos primeiros anos da República.

Como discutimos nos três primeiros capítulos, as primeiras décadas da República foram momentos decisivos para a compreensão da formação das relações raciais em nossa sociedade. Entendemos que, pelo exposto, foi possível perceber que a branquitude (que estava

no cerne da sociedade escravocrata) permaneceu intocada nos primeiros tempos da sociedade republicana brasileira, mormente paulista. Na República, sob o véu do cientificismo, a hierarquia racial, que justificava a superioridade dos brancos em detrimento dos não brancos e, sobretudo, dos negros, atuou de maneira a organizar a sociedade de modo que os privilégios materiais e simbólicos usufruídos por esse grupo fossem assegurados também no novo regime.

Especialmente a partir de finais da década de 1870, com as mudanças ocorridas na esfera material e cultural, assiste-se à institucionalização do pressuposto racial associado ao projeto nacional brasileiro. As Faculdades de Direito e de Medicina, ambas lugares de formação da elite intelectual paulista, partiram da discussão sobre raça para apresentar saídas para a visão pessimista que se tinha sobre um país formado majoritariamente por descendentes de negros e índios.

Na formulação das diferentes propostas de projeto nacional, então desenvolvidas desde finais do século XIX, já era possível perceber estratégias que buscavam destacar a superioridade da raça branca e seu papel de liderança frente às demais raças aqui existentes.

Como vimos, o branqueamento foi um elemento constante nos projetos nacionais apresentados por grande parte das elites tendo encontrado respaldo, inclusive, em instituições governamentais. Nas primeiras décadas do século XX, o branqueamento foi aceito como salvação para a visão pessimista sobre a nação brasileira. Branquear era então a palavra-chave. Para tanto, a miscigenação com europeus foi vista como necessária ao progresso da nação. Com o branqueamento, víamos uma forte expressão do poder da branquitude brasileira.

Ao discutir o branqueamento, destacamos o papel de liderança desempenhado por São Paulo no que tange às ações de incentivo à imigração europeia iniciada em finais do século XIX. Em nenhum outro lugar do país esse projeto adquiriu tamanho contorno de realidade. Desde então São Paulo passou a ser referência em ações que, no limite, cogitavam promover o branqueamento físico e cultural da população brasileira.

Nas primeiras décadas da República, tanto São Paulo quanto Rio de Janeiro foram centros do debate sobre raça e nação, debate que esteve circunscrito à interpretação realizada pela medicina social, com destaque para o higienismo, o sanitarismo e a eugenia. O controle sobre as “classes perigosas” (leia-se negros e pobres) foi intensificado e políticas públicas de controle foram criadas por órgãos que, por outro lado, promoviam reformas para moldar a sociedade segundo seu imaginário pretensamente civilizador.

A partir de finais da primeira década do século XX a eugenia auferiu, gradativamente, legitimidade entre intelectuais, sobretudo paulistas, passando a ser vista como importante instrumento para a regeneração do país. Sua aceitação deu-se principalmente pela crença de que se tratava de uma resposta científica capaz de assegurar o tipo nacional desejado. O grande diferencial da eugenia estava na possibilidade de controlar também as próximas gerações. Seu alcance foi enorme, atingindo esferas como a da cultura, da saúde e da educação.

Como apontou essa pesquisa, a aceitação da eugenia como meio para regenerar o povo brasileiro compôs o imaginário de grande parte das elites nacionais por décadas. Tal como assinalamos, até a década de 1930 sua aceitação foi ascendente, ainda que encontrasse quem questionasse sua eficácia. A partir de então, devido, sobretudo, à radicalização de suas propostas (isto é, a aproximação com a política racial empregada, tanto pelos Estados Unidos, quanto pela Alemanha), a eugenia vai perdendo espaço e adeptos sem, contudo, desaparecer de todo.

Esse foi o caminho percorrido por nós para alcançar a compreensão sobre as questões propostas por essa investigação bem como da hipótese aventada. A pesquisa se propunha a responder as seguintes questões: 1) Os intelectuais envolvidos com o *Projeto USP* conheciam e teriam participado da discussão sobre raça e, particularmente sobre eugenia? 2) É possível ver traços dessa discussão e desse pensamento no projeto de universidade? Dito de outro modo, é possível encontrar conexões entre o debate sobre raça e o *Projeto USP*? Essa implicação apontaria para elementos que nos ajudam a compreender o perfil étnico-racial sistemático dos docentes dessa instituição. Trabalhávamos com a hipótese de que havia uma ligação entre aquele contexto histórico-social e os intelectuais mentores do *Projeto USP*.

Com os resultados da pesquisa, podemos afirmar a validade da hipótese. Os intelectuais envolvidos no *Projeto USP*, particularmente Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, não só conheciam como também participavam do debate sobre raça e eugenia desenvolvido nas primeiras décadas do século XX.

Como foi demonstrado, Fernando de Azevedo participou da institucionalização da eugenia em nosso país em finais da primeira década da República, assumindo o cargo de secretário da primeira Sociedade Eugênica do Brasil e da América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Esteve ainda entre os intelectuais que (particularmente, nas primeiras décadas da República) defenderam pressupostos higiênicos e eugênicos como meios privilegiados para se atingir a constituição do povo desejado para a nação brasileira, ou seja, para promover a regeneração do país iniciando pela regeneração de seu povo.

Amigo de Renato F. Kehl, Fernando de Azevedo iniciou sua carreira em consonância com as ideias desse eugenista. Posteriormente, sua produção intelectual e sua carreira pública revelam que os pressupostos raciais estiveram presentes orientando suas interpretações sobre a sociedade e a cultura brasileira. Desse modo, sua visão foi influenciada por uma concepção hierárquica de raça. A nosso ver, o impacto desse repertório teórico deixou profundas marcas em seus projetos, inclusive no *Projeto USP*.

Como foi assinalado nessa pesquisa, em diferentes momentos da obra desse educador podemos perceber uma visão negativa em relação ao negro e, por outro lado, uma sobrevalorização dos paulistas. Em muitos de seus textos, estes aparecem como produto de uma mestiçagem particular, pois diferenciada positivamente, mas da qual estariam excluídos os negros.

Ao estudarmos parte da produção intelectual de Fernando de Azevedo destacamos como merecedora de atenção a estratégia que desenvolveu para diminuir ou mesmo tornar invisível a participação dos africanos e seus descendentes na história nacional. Para tanto, primeiramente advogou práticas higiênicas e eugênicas que, aliadas à educação física integral, deveriam, por meio das escolas, formar um povo assemelhado ao europeu, o que significava suplantar em número e cultura a população negra. A partir da década de 1930, seu discurso deixa de ser tão enfático em relação à defesa da eugenia, mas sua visão sobre brancos e negros ainda seguia o viés hierárquico.

No tocante à participação de Júlio de Mesquita Filho no debate racial e eugênico das primeiras décadas da República, destacamos – para além do envolvimento do jornal de sua família na fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo – seu papel na elaboração de um projeto de nação político-ideológico e racial centrado na percepção paulista de nação e de progresso.

Como assinalamos no decorrer desse texto, o jornal *OESP* contribuiu em diferentes momentos e de diferentes formas para a efetivação de um projeto eugênico para o país. O envolvimento de seus diretores extrapolou o âmbito familiar tendo repercussões públicas importantes. Arnaldo Vieira de Carvalho e Renato F. Kehl contaram com o suporte do jornal *OESP* e com o apoio, tanto de Júlio Mesquita, quanto de seu filho e sucessor, Júlio de Mesquita Filho, para institucionalizar a Sociedade Eugênica de São Paulo e os princípios da eugenia.

Desse modo, podemos dizer que, no limite, tanto no projeto eugenista, quanto no projeto defendido pelo jornal *OESP* temos um ponto em comum: a afirmação do branqueamento físico e cultural e, conseqüentemente, da branquitude. Com diferentes

envergaduras e distintos interesses, esses dois projetos de relevo causaram impacto na sociedade paulista. Mesmo não tendo sido concretizado em sua plenitude, em alguma medida alcançaram êxito, seja na aprovação de leis eugênicas, seja assegurando a formação de uma determinada mentalidade cultural.

Sobre o impacto da participação de Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho no debate racial nas primeiras décadas do século XX, podemos dizer que é nítido um distanciamento, e até mesmo uma aversão em relação à ideia de que negros, enquanto etnia e coletividade, teriam espaço dentro do Brasil desejado pelas elites. A recorrente estratégia de afirmação do que é ser paulista é, a nosso ver, um importante sinal nesse sentido. Essa mesma estratégia se manifestou em diferentes momentos da origem da USP, tal como analisamos em dois documentos fundamentais para o entendimento das ideias que deram origem à universidade: nos livros *A crise nacional* e *A educação pública em S. Paulo: Problemas e discussões – Inquérito para ‘O Estado de S. Paulo’*.

Assim como Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, outros intelectuais envolvidos direta ou indiretamente na fundação da USP também tiveram participação ativa no debate racial e eugênico do período estudado. Nesse sentido, nossa incursão no arquivo pessoal de Renato F. Kehl, de alguma forma, confirma essa hipótese. As correspondências por nós analisadas apontam que o apoio à rede eugênica liderada por Kehl veio, sobretudo, da elite médica e intelectual paulista. Nesse sentido, destacamos o envolvimento de pensadores pertencentes a instituições de ensino que, posteriormente, integrariam a Universidade de São Paulo, com destaque para a Faculdade de Medicina de São Paulo, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Intelectuais como Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Raul Carlos Briquet, André Dreyfus e Waldemar Martins Ferreira, correspondentes do principal eugenista nacional, estiveram entre os signatários do “Decreto de fundação da USP”, no ano de 1934.

O envolvimento de intelectuais ligados a essas importantes faculdades com a rede eugênica liderada por Renato F. Kehl acompanhou as diferentes fases de radicalização das ideias deste eugenista. Tais fases contemplam desde aquela que aproximava a eugenia do higienismo até aquela, de base mendeliana, que propunha a intervenção do Estado no perfil racial da população, nos moldes das práticas aplicadas nos Estados Unidos e na Alemanha durante o nazismo.

Dessa forma, é possível afirmar que o envolvimento dos fundadores da USP com o debate racial posto nas primeiras décadas do século XX no Brasil repercutiu no *Projeto USP*, uma vez que esses intelectuais partiam de concepções que defendiam a existência de

uma hierarquia racial que, por sua vez, explicaria a evolução social e, conseqüentemente, os diferentes graus de civilização e de progresso das nações. Nesse sentido, o projeto de nação apresentado pela “Comunhão Paulista Ilustrada”, do qual a USP é parte integrante, apoiava-se numa visão de sociedade comprometida com teorias raciais para as quais a raça branca era superior à raça negra, ou seja, entendia-se que os brancos eram superiores aos negros seja física, moral e culturalmente.

Entendemos que, pelo que foi apresentado e discutido no decorrer desse texto, podemos asseverar que traços desse envolvimento manifestaram-se no projeto de universidade pensado pelos fundadores da USP. Essa universidade nasceu como parte de um projeto que foi sendo delineado pelo Grupo do Estado que, em 1934, foi materializado pelas mãos de Fernando de Azevedo, educador com histórico de defesa da eugenia.

Como assinalamos no sexto capítulo desse texto, ainda que o projeto de universidade, tal qual traçado pelos fundadores da USP, não tenha se efetivado plenamente, algumas de suas ideias encontraram terreno fértil e germinaram, outras se remodelaram conforme as condições apresentadas. Fato é que passadas 8 décadas e vividas algumas reformas, ainda é possível sentir na atmosfera da USP elementos que remetem ao seu projeto primário.

O modo como a questão racial foi tratada pelos fundadores da USP e como aparece, seja no *Projeto*, seja nos primeiros anos dessa instituição (isto é, a partir da ideia de hierarquia racial), a nosso ver, marcou profundamente a identidade e, conseqüentemente, as relações presentes nessa instituição. Entendemos que tais marcas ainda se mostram visíveis, como traços tênues, mas ainda efetivos. Como sinais do tempo, marcam a face da USP e, de maneira paradoxal, expõem aquilo que se procura negar e que parece fazer parte de um código interno ligado à identidade da instituição. São os traços sobre os quais nos referíamos há pouco e que ajudam a explicar a afirmação e o orgulho defendido por parte significativa dos membros dessa universidade em manter sua identidade associada à identidade bandeirante (que, como vimos, apresenta uma fusão com a ideia de raça); estes mesmos traços desenvolvem um pressuposto, de certa forma, presente no projeto dos fundadores: a cultura endógena, meio pelo qual se vem assegurando a ideia da USP como lugar de formação da “elite orientadora”.

A despeito do relativo silêncio do envolvimento do tema raça com a história da USP, como foi possível perceber com essa pesquisa, a questão racial deve ser vista como um elemento importante para se entender como se deu a construção da universidade, uma vez que esse preceito esteve presente na visão de seus fundadores (a partir da preocupação com a

formação da nação). Sendo assim, moldou o modo como esses compreendiam sua percepção da sociedade e manifestou-se na constituição da identidade (e identificação) entre a USP e São Paulo e está presente em seus símbolos. O que evidencia que há nessa instituição uma cultura racial, isto é, uma tradição em lidar com a raça de modo implícito, por metáforas, por subterfúgios de toda ordem. Mas o fato é que a questão racial perpassa a USP como perpassa toda a nossa sociedade. Não encará-la de frente contribui para a manutenção de mecanismos de reprodução de desigualdades com base na ideia de hierarquia racial.

A Universidade de São Paulo, assim como outras instituições nascidas nas primeiras décadas do século XX, foi delineada a partir da preocupação com os rumos da nação brasileira, o que naquele momento implicava discutir a formação do povo e da cultura. Ressaltamos que no histórico de São Paulo em relação à construção do projeto nacional, poucos lugares foram tão influentes na definição e efetivação de um ideal de branqueamento como a elite cafeeira paulista. Coube a esta elite a sustentação da ideia de que a crise propiciada pela extinção do escravismo só poderia ser solucionada pela oferta abundante de mão de obra branca. Também dela se origina a formulação de que o trabalhador nacional, (leia-se negro) não estaria apto ao modelo de trabalho assalariado, seja na lavoura, seja na indústria. Lançando mão de teorias raciais e adaptando-as para o contexto e interesses nacionais, parte da intelectualidade paulista procurou estratégias para lidar com aqueles grupos sociais que fugiam do modelo físico e cultural desejado para a nação. Uma dessas estratégias era falar da raça sem necessariamente explicitá-la, isto é, falar da raça a partir de metáforas como doença, saúde e cultura. Essa estratégia também foi seguida pelos intelectuais que formularam o *Projeto USP*.

Se as implicações políticas da palavra raça (em um momento em que era visível na Europa a ascensão do nazismo e de teorias totalitárias) fizeram com que se evitasse o uso do termo, este não deixou de orientar práticas sociais baseadas na crença em uma hierarquização racial/social. Sendo assim, é preciso dar atenção a elementos não aparentes presentes em instituições nascidas nesse contexto, isto é, às práticas e mecanismos que podem ter agido para manter a discriminação a partir de uma concepção de raça que permanece subentendida em determinada visão de classe, cultura e elite. O não aprofundamento e difusão dentro de si mesma da própria crítica que a universidade gerou mais tarde, através da obra de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, e os estudos sociológicos das décadas de 70, 80 e 90 do século XX<sup>415</sup>, mantêm a produção e reprodução de um elitismo social e racial e de uma

---

<sup>415</sup> São exemplos as pesquisas de Hasenbalg, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979; Hasenbalg, Carlos. *Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do*

meritocracia que desconhece as diferenças de pontos de partida e os efeitos do peculiar racismo brasileiro. Entendemos que é imperativo estarmos atentos às formas de reprodução e/ou atualização de estruturas discriminatórias se quisermos produzir uma sociedade equitativa.

Essa pesquisa evidenciou que a história da USP apresenta uma história de sua relação com a questão racial que sofreu um processo de esquecimento, tanto intencional, como não intencional. A timidez com que, particularmente, as tradições históricas e políticas denunciam a discriminação racial vem contribuindo para que se mantenha o mito de que as relações raciais em São Paulo não envolvem conflitos. O mito das relações raciais não conflituosas esteve presente na fundação da USP e ainda hoje se manifesta mesmo nos seus núcleos mais críticos, como é o caso de alguns cientistas sociais para os quais o mito continua a exercer uma função sedutora. Apenas um círculo restrito tem protestado contra a discriminação racial existente dentro e fora dos muros da Universidade, seja mediante denúncias públicas, seja mediante seus estudos<sup>416</sup>. A nosso ver, essa estratégia tem contribuído para a afirmação da imagem de uma instituição de excelência pautada por regras estritamente meritocráticas quando pudemos ver que a USP emerge de um projeto no qual a produção de “elites orientadoras” incluía um processo de hierarquização racial. No limite, visava a contribuir para uma nação cultural e fisicamente mais próxima possível das sociedades europeias.

Sabemos que a USP não é a mesma em todas as suas unidades e em todos os momentos de sua história. Contudo, com essa pesquisa procuramos chamar a atenção para a necessidade de se ampliar o olhar sobre essa universidade. Ao levantar ideias e possibilidades para interpretar a história dessa instituição, consideramos, sobretudo, sua articulação com um dos temas centrais para a compreensão da sociedade brasileira: a questão racial.

Entendemos que reconhecer a dimensão racial na história da USP é o primeiro passo para o reconhecimento de um elemento que sempre esteve presente, mas que, por não ter sido tratado de maneira explícita, tem causado mal estar e distorção todas as vezes em que, na instituição, a questão racial é levantada. Encará-lo de frente é o primeiro passo para se entender a cultura que está por trás do perfil étnico-racial extremamente homogêneo de seu

---

fracasso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p.25-26, nov. 1987 e HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-91, 1990, entre outros.

<sup>416</sup> Destacamos, sobretudo, os estudos desenvolvidos pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neab's) presente em diversas universidades, inclusive na USP, bem como os estudos sobre a inserção de ações afirmativas nas universidades, alguns citados no decorrer deste texto.



corpo docente e discente, está por trás de práticas discriminatórias aí engendradas e está por trás de uma identidade "bandeirante" ou "paulista" não suficientemente discutida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. Paulistas, uni-vos! **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, jul. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/paulistas-uni-vos>. Acessado em: 15/01/15.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALONSO, A. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALVES, H. L. A abolição e Júlio Mesquita. In: **Centenário de Júlio Mesquita.** São Paulo: Editora Anambi S.A. (Edição Comemorativa), 1964.

AMORIM, C.C. Território usado e instituições de Ensino Superior no Brasil - A Expansão dos Sistemas Técnicos. In: **SCRIPTA NOVA REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES.** Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. vol. XVI, n. 418 (35), 1 de nov. de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-35.htm>>. Acessado em: 02 Out.2013.

AMORA, A. S. Fidelino de Figueiredo na origem dos estudos de Literatura Portuguesa no Brasil. In: **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 8, n. 22, p. 423-426, 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300055&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300055&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 09/07/2015.

ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma.** Tese de Livre-Docência da Disciplina Filosofia da Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz: Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

AZANHA, J. M. P. A pesquisa educacional na FEUSP. **Revista Faculdade de Educação**, 9(1/2): 41-44, 1983.

AZEVEDO, C. M.M. de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, H. L. de. Prefácio do livro: **A Recepção do Darwinismo no Brasil.** BERTEL, H. M. (Org.) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BASTOS, M. H. C. Cuore, de Edmundo De Amicis (1886): Um sucesso editorial. Comunicação apresentado no XXVII **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre, 2004. v. 1. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/69860478521258430832067372732759813984.pdf>>. Acessado em: 06/07/2015.

Begliomini, H. **José Olegário de Almeida Moura** [Biografia]. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/204/BIOGRAFIA-JOSE-OLEGARIO-DE-ALMEIDA-MOURA.pdf>>. Acessado em: 05/07/15.

\_\_\_\_\_. **Geraldo Horácio de Paula Souza** [Biografia]. Disponível em: <<http://academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/61/BIOGRAFIA-GERALDO-HORACIO-DE-PAULA-SOUZA.pdf>>. Acessado em: 15/07/15.

\_\_\_\_\_. **Antonio Ferreira de Almeida Júnior** [Biografia]. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/305/BIOGRAFIA-ANTONIO-FERREIRA-DE-ALMEIDA-JUNIOR.pdf>>. Acessado em: 05/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Raul Carlos Briquet** [Biografia]. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/173/BIOGRAFIA-RAUL-CARLOS-BRIQUET.pdf>>. Acessado em: 15/07/15.

BELUCHE, R. Eugenia na América Latina: Ciência e Sociedade. **Revista Teoria e Pesquisa**, n. 47, Jul/Dez. de 2005.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. e BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BERLIN, I. **Gerações de cativoiro**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BERTUCCI, L. M. Sanear a Raça pela Educação. Teses da faculdade de medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. André Mota, Gabriela S. M. C. Marinho (Orgs.). – São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: C.D.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

BICA, A.C. e CORSETTI, B. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação – RHE**, v. 15 n. 33 Jan./abr. 2011 p. 170-180.

BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. Série Temas, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOMENY, H. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993, p. 24-39.

BONTEMPI JÚNIOR, B. As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXIV, n.2, p. 168-187, dezembro de 2008.

BORGES, D. “Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte”: A Degeneração no Pensamento Social brasileiro, 1880-1940. **Teoria e Pesquisa**, n. 47. Jul./Dez. de 2005. São Carlos, pp. 43-70.

BOSI, A. O positivismo no Brasil. Uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, L. (Org.). **Do positivismo à desconstrução. Ideias francesas na América**. São Paulo: Edusp, 2004.

BOURDIEU, P. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

BRITTO, N. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRIQUET, R. **Psicologia, ciência e profissão**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 168, mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932005000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 16/07/2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000100013>.

BRASIL (Presidente). **Mensagens presidenciais 1933-1937**, Getulio Vargas. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. (Documentos parlamentares, 126).

CABECINHAS, R. **Preto e Branco: a naturalização da discriminação racial**. Campo das letras, Editores, S.A. 1954.

CAMPOS, E. de S. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Saraiva, 1954.

CAPELATO, M. H. **O Movimento de 1932. A Causa Paulista**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. e PRADO, M. L.. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”**. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

CARDOSO, I. A. R. de. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antiracista. **Revista Latino americana de ciencias sociales, niñez y juventud**. v. 8, p. 607-630, 2010.

\_\_\_\_\_. **O branco diante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil.** 2014. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2014.

CARONE, I. e BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COROSSACZ, V. R. Entre cor e classe: definições de branquitude entre homens brancos no Rio de Janeiro. In: **Dossiê Branquitude. Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

CARVALHO, J. J. de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino "superior"**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924- 1931).** Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 1998.

CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **Revista História, ciência, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v. 10(3), p. 901-30, set-dez., 2003.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, E. S. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira.** Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COSTA, J. S. M. da. **Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA, N. do R. Prática médica e pensamento autoritário: notas de pesquisa. **Revista Saúde em Debate.** Rio de Janeiro, n. 5, out-dez. 1977, p. 65-70.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acessado em: 24/06/2015.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001 [e edição de 1998].

CORRÊA, D. A. A educação física escolar nas reformas educacionais do ensino secundário no governo de Getúlio Vargas. In: VIII Congresso Nacional de Educação - Educere:

Formação de Professores - Edição Internacional, 2008, Curitiba. **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE: Formação de Professores edição internacional.** Curitiba: Champagnat, 2008. v. 1. p. 221-234. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/479\\_427.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/479_427.pdf), acessado em: 02/09/2015.

CUNHA, E. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** 3ª. Edição. Laemmert & C. Livreiros Editores. Rio de Janeiro – São Paulo, 1905.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** 3ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARLES, C e VERGER, J. **História das universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHASE-RIBOUD, B. **Vénus hottentote.** Éditions Albin Michel S.A: 2004.

CHAUÍ, M. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira In: **Ideologia e Mobilização Popular.** Rio de Janeiro, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIWAN, P. S. **O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl (1917-1937).** 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2013.

DOMINGUES, H. M. B. (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DOMINGUES, O. “Os Programas de Ensino e a Genética”. **Boletim de Eugenia**, vol. 2, janeiro de 1930, n. 13.

DOURADO, A. C. M. **Políticas educacionais, discurso eugênico e o pensamento pedagógico de Fernando de Azevedo.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/gt02-2263--int.pdf>>. Acessado em: out. 2013.

DUARTE, P. Prefácio. In: MESQUITA FILHO, J. de. **Nordeste.** São Paulo: Editora Anhembi, 1963.

DREYFUS, A. O estado actual do problema de hereditariedade. In: **Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Atas e trabalhos**, v.1. Rio de Janeiro, 1929.

FANON, F. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÁVERO, M. de L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**. Curitiba, n. 28. p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FÉTIZON, B. M. A. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**, v I e II. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.

FORMIGA, D. de O. **A Escola de Genética Dreyfus-Dobzhansky: a institucionalização da genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956)**. 2007. 87 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, M.V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista brasileira de história da educação**. n. 13, jan./abr. 2007.

FREITAS, S. M. **Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP: 1934-1954**. 1992. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FREYRE, G. **Ordem e progresso**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GALVÃO, W. N. E. da C. Os Sertões. In: **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. MOTA, L.D. (org.). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

GIROUX, H. A. Por uma pedagogia e política da branquidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 97-132, julho de 1999.

GÓIS JUNIOR, E. Modernismo, raça e corpo: Fernando de Azevedo e a questão da saúde no Brasil (1920-1930). **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Campinas, v.30, n.2, p.39-56. Jan. 2009.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril, 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 15/04/2014.

GOELLNER, S. V. e JAEGER, A. A. (orgs.). **Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GUALTIERI, R. C. E. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloisa, M. B. (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

\_\_\_\_\_. Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n.25, p. 91 – 110, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de antropologia**. São Paulo: USP, 2004, v. 47, n.01.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v.29, n.01, p.93-108, 2003.

\_\_\_\_\_. O projeto Unesco na Bahia. In: **O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. 2004, Salvador. Comunicação, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, 2004. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/01Paper-ASG1.htm>> Acesso: 06 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. “Ingresso em universidades de prestígio e desempenho no vestibular de grupos privilegiados negativamente: negros na Universidade de São Paulo, de 2001 a 2007”, Paper apresentado no **Studies of Global Discrimination Conference at Princeton**, 18-20 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Ingresso%20de%20estudantes%20negros%20na%20Universidade%20de%20Sao%20Paulo%20de%202001%20a%202007.pdf>>. Acessado em: 11/12/2012.

HABIB, P. A. B.B. “**Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou**”: **raça, eugenia e nação**. 2003, 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e biologia na escola superior de agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (Esalq): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937)**. 2010, 348 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926). **Associação Nacional de História (ANPUH) XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007**. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0436.pdf>> . Acessado em: 03/07/2013.

HAMBURGUER, A. I. [et al.]. **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.



HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p.25-26, nov. 1987

\_\_\_\_\_. SILVA, N. V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-91, 1990

HERNANDES, L. L. A invenção da África. **Revista História Viva: Temas brasileiros**. Edição especial temática, n. 03. São Paulo, Duetto Editorial, 2006.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOCHMAN, G. Samuel Barnsley Pessoa e os determinantes sociais das endemias rurais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 20(2): 425-431, 2015.

\_\_\_\_\_. e LIMA, N. T. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G. (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

\_\_\_\_\_. e LIMA, N. T. Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da primeira República. In: MAIO, M. C.; VENTURA, R. S. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. São Paulo: Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LABORNE, A. A.de P. **Branquitude e colonialidade do saber**. In: Revista da ABPN. v. 6, n.13. marc.-jun. 2014.

LACAZ, C.da S. e MAZZIERI, B. R. de. **A Faculdade de Medicina e a USP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LIMONGI, F. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

LOPES, I. F.S. e SANTOS, T. H. dos (orgs.). **USP: 70 anos, imagens e depoimentos**. São Paulo: USP/CCS – Coordenadoria de Comunicação Social, 2005.

LOTIERZO, T. H. P. **Contornos do (in)visível: A Redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos**. 2013. 304 f. Dissertação (Mestrado em

Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOVE, J. L. **A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Tradução Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUPPI, S. C. A. de. A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. ANPUH-**XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0644.pdf>>. Acessado em: 13/04/2013.

MACHADO, M. H. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MAIA, A. B. F. **O ensino superior em O Estado de S. Paulo: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947-1964)**. 2013, 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAIO, M. C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 35, Dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 28 Jan. 2012.

\_\_\_\_\_. O negro no pensamento social brasileiro e o legado de Gilberto Freyre. In: **VII Reunião Ordinária do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco**, 200, Recife. Anais de tropicologia. Recife: Massangana, 1999.

MALOMALO, B. Branquitude como dominação do corpo negro: diálogos com a sociologia de Bourdieu. In: **Dossiê Branquitude. Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

MARQUES, V. R. B. **Eugenia e Disciplina: o discurso médico-pedagógico nos anos 20**. 1992, 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

MARTINS, H. V. **As ilusões da cor: sobre raça e assujeitamento no Brasil**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, L. A. P. Herbert Spencer e o Neolamarckismo: Um Estudo de caso. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º. Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004. p. 281-289. (ISBN 85-904198-1-9). Disponível em: <http://www.ghtc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/37-Lilian-Al-Chueyr-Pereira-Martins.pdf> . Acessado em: 10/01/2015.

MAYR, E. **One Long Argument: Charles Darwin and the genesis of modern evolutionary thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, A. W. M. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, mai/jun/jul/ago, 2000.

MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARINHO, M. G. S. M. C. e MOTA, A. **Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”**. São Paulo: Edusp, 2012.

MORAES, M. C.M. de. Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**. Brasília, v.73, n. 174, p.291-321, maio/ago. 1992.

MOREIRA, C. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. In: **Dossiê Branquitude. Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

MOREIRA, S. L. **A liga nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação**. 1982. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MOROSINI, D. L. M. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago. 1992.

MOTA, A.; MARINHO, G. S. M. C. (Orgs.). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CDG Casa de Soluções e Editora, 2013.

MOTOYAMA, S. (Org.). **USP 70 anos: Imagens de uma história vivida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MÜLLER, M. L. R. **A cor da escola: imagens da Primeira República**. Cuiabá, Mato Grosso: entrelinhas/EdUFMT, 2008.

MUNANGA, K. Prefácio. In: SANTOS, G. A. dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/FAPESP/PALLAS, 2002. p. 9-12

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. 2ª. Ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000.

NADAI, E. O Projeto Republicano de Educação Superior e a Universidade de São Paulo. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, n.8, p. 143-156, jul./dez. 1982.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NALLI, M. A.G. **O gene educado: a antropologia eugênica de Renato Kehl e a educação**. 2000. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2000.

\_\_\_\_\_. Antropologia e segregação eugênica: uma leitura das lições de eugenia de Renato Kehl. In: **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. BOARINI, Maria L. (org.). Maringá: Eduem, 2003.

NOGUEIRA, M. A. Prefácio. In: NABUCO, J. O Abolicionismo. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. *O abolicionismo*. In: MOTA, L. D. (Org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, v.2. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2000b.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOVELLI, G. Imigração pelas páginas do jornal A Província de São Paulo/O Estado de São Paulo. Encontro Nacional de História da Mídia. Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/imigracao-pelas-paginas-do-jornal-a-provincia-de-sao-paulo-o-estado-de-sao-paulo>>. Acessado em: 05/05/2015.

OLIVEIRA, L. O. A. Representações sociais de branquitude em Salvador: um estudo psicossocial exploratório da racialização de pessoas brancas. In: **Dossiê Branquitude publicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN**. Revista ABPN, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil** In: A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre – Brasil, Novembro de 2002.

ORSO, P. J. **O Papel Idealizado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em sua criação**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/\\_files/DOWigYYv.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/DOWigYYv.doc)>. > Acessado em: 15/10/13.

ORTIZ, R. **Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX**. In: Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PAULA, M. F. C. **USP e UFRJ a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações**. Revista: Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 147-161, outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387>> . Acessado em: set. 2013.

PATY, M. **D’Alembert**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

PRADO, Maria, Ligia, Coelho. **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PENA, S. D. J. e BIRCHAL, T.S. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? In: **Revista USP**. Dez./jan./fev. 2005-2006.

PEREIRA, V.S. Pesquisa Documental: utilização e abordagens metodológicas. 2012. Disponível em: <<http://www.contornospesquisa.org/2012/04/pesquisa-documental-utilizacao-e.html>>. Acesso em: 15/03/14.

PETITJEAN, P. As Missões Universitárias Francesas na Criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGUER [et. al.]. **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1850)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

PEIXOTO, F. A. **Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-195, Nov./2001.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I. e BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIZA JR., S. de T. “A Hereditariedade da Cor da Pele no Casamento Branco-Preto. (Conclusão)”. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba, vol. 5, janeiro-março de 1933, n. 41.

PONTES, J.A.V. **Júlio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

POTTKER, G. Ex Libris: resgatando marcas bibliográficas no Brasil. 2006. 139 f. Monografia (Curso de Design – Universidade do Estado de Santa Catarina). Florianópolis – SC., 2006.

QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA. In: **XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS**, 1998, Caxambu. Caderno de resumos. Caxambu, 1998.

RAMOS, A. G. **Patologia social do “branco” brasileiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1955.

REIS, J. R. F. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1920)**. 1994. 353f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1994.

RIBEIRO, C. A. ESCOLA RURAL E A CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 1936-19461. **Cadernos de História da Educação** – v. 10, n. 2 – jul./dez. 2011.

ROCHA, S. A Educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Curitiba, v. 6, p. 162-177, 2011.

ROSA, A. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. Rio de Janeiro: 2005.

RUSSO, J. **O mundo psi no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

SALONE, R. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Albatroz Editora, 2009.

SAMPAIO, E. de O. Racismo Institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. **INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 4, N. 6, p. 77-83, Mar. 2003.

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: EDUC: FAPESP: PALLAS, 2002.

SANTOS, I. P. dos. O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): 55-69, jul.-dez./2008.

SANTOS, J. T. (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**, Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, L. A. de C. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.

SANTOS, R. A. dos. Os intelectuais e a eugenia. Comunicação apresentada no **I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR**, 2009. ISSN 2175-6880. Disponível em: [www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica](http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica). Acessado em: 10/08/2014.

\_\_\_\_\_. A filiação Política Liberal da Eugenia. Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299849739\\_ARQUIVO\\_FiliacaoPoliticaLiberaldaEugenia.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299849739_ARQUIVO_FiliacaoPoliticaLiberaldaEugenia.pdf). Acessado em: 01/02/2015.

\_\_\_\_\_. Quem é bom, já nasce feito? Uma Leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-37). **Revista Intellectus** / Ano 04, Vol. II – 2005. ISSN 1676 – 7640.

SANTOS, R. V. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, M. C. e SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

\_\_\_\_\_. MAIO, M. C. Qual "Retrato do Brasil"? Raça, biologia, Identidades e Política na era da Genômica. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-95, abril de 2004. Disponível a partir <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 de maio de 2015.

SANTOS, M. C. L. dos. (Org.). **Universidade de São Paulo: Alma Mater Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Imprensa Oficial, 1998.

SERPA, J. O degenerado. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.447-473.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. 3. ed. São Paulo: CosacNaify, 2010.

\_\_\_\_\_. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso**. In: Nicolau Sevcenko. *História da vida privada no Brasil (v.3): República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVÉRIO, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, pag. 219-246, novembro/ 2002

SILVEIRA, É. **A cura da raça, eugenia e higienismo no discurso médico sul-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

SILVIO, R. **A Litteratura Brasileira e a Crítica Moderna**. Rio de Janeiro: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880.

SILVA, A. L. dos S. **A perfeição expressa na carne: A educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nos domínios do corpo e da espécie: Eugenia e Biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física**. 2012. 260f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre Lamarck e Mendel: olhares eugênicos sobre a educação física brasileira. In: GOELLNER, S. V. e JAEGER, A. A. (Orgs.). **Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SILVA, F. L. Universidade: a idéia e a história. In: **ESTUDOS AVANÇADOS** 20 (56), 2006.

SILVA, P. E. **Professor Negro universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Contribuições aos estudos da branquitude no Brasil: branquitude e ensino superior. In: **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN. Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

SILVA, V. A. **Cores da Tradição: Uma História do Debate Racial na Universidade de São Paulo (USP) e a Configuração Racial do seu Corpo Docente**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, M. C. C.C. de. O preto no branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama. In: VIDAL, D. G. e HILSDORF, M. L. S. (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2001.

\_\_\_\_\_. Separações de casais imigrantes na São Paulo da primeira República. In: **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p. 76-85, nov.1994.

SOUZA, A. S. de. Racismo Institucional: Para Compreender o Conceito. In: **Revista da ABPN** v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87.

SOUZA, V. S. **A política biológica como projeto: a ‘eugenia negativa, e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil. In: WARE, V. (Org.) **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. e Cardoso, L. Apresentação. Dossiê Branquitude publicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN. **Revista ABPN**, v. 6, n.13 – mar. - jun. 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, n.8(20), 1994.

\_\_\_\_\_. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Revista Afro-Ásia**, 18 (1996), 77-101.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.



\_\_\_\_\_. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil.** Editora: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

STEFANO, W. Octavio Domingues: Concepções sobre miscigenação no contexto eugênico. **Dossiê: Darwinismo e filosofia Temas & Matizes** - nº 15 - Primeiro semestre de 2009. p.42-54.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

\_\_\_\_\_. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TENCA, A. **Neo-liberalismo, educação e racionalização: a criação da Escola Livre de Sociologia e Política como prática política da grande indústria paulista nos anos 30.** Educação: Teoria e Prática, v. 2. n. 3, 1994.

TEIXEIRA, M. de P. **Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

\_\_\_\_\_. ; BRANDÃO, A. A. P. (Orgs.). **Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso.** Niterói: EdUFF, 2003.

\_\_\_\_\_. As desigualdades raciais em dois tipos de famílias. **Cadernos Candido Mendes, Estudos Afro-Asiáticos**, n.16, 1988.

\_\_\_\_\_. ; KAIZÔ I. B. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para discussão n. 1052).

THIELEN, E. V. Belisário Penna: notas fotográficas. **Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro. Vol. 9(2): 387-404, maio-ago 2002.

TROUILLOT, M. R. **The Haitian Revolution as a Non-Event.** In: \_\_\_\_\_. *Silencing the Past: Power and Production of History.* Boston: Beacon Press, 1995. Tradução Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveira.

UEMORI, C. N. Darwin por Manuel Bomfim. **Revista Brasileira de História.** São Paul, v. 28, n.56, 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935).** São Paulo: Seção de Publicações da USP. São Paulo, 2009 (Edição *Fac-Símile*).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1936)**. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1937.

VALENTE, T. A. **Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VECHIA, A. e LORENZ, K. M. Fernando de Azevedo e a questão da “Raça Brasileira”: sua regeneração pela educação física. **Cadernos de História da Educação** – v. 8, n.1 – jan/jun. 2009, p. 57-70.

VIDAL, D. G. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

VILELA, A. M. J. História da psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, 2012, n. 32, p. 28-43.

VILHENA, L. R. África na tradição das ciências sociais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Antropologia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997. p. 127-166.

WARE, V. O poder duradouro da branquitude: “um problema a solucionar”. In: WARE, V. (Org.) **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WEINSTEIN, B. Racializing Regional Difference: São Paulo vs. Brazil, 1932. In: Nancy Appelbaum, Anne Macpherson and Karin Roseblatt. *Race and Nation in Modern Latin America* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2003), pp. 237-262. In: **Revista Esboços**, v. 13, n. 16, 2006. Tradução e revisão técnica Adriano Luiz Duarte e Rosane Silveira.

WIEVIORKA, M. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ritos de Magia e Sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940)**. 1997. 202f. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

WITTER, S. **USP 50 anos: registro de um debate**. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984.

XAVIER, J.T.P. **Teorias antropológicas**. Curitiba: IESDE BRASIL SA, 2008. v. 1.

## FONTES PRIMÁRIAS

AZEVEDO, F. de. **Da Educação Physica: o que ella é – a que tem sido – o que deveria ser.** São Paulo: Weisflog Editores, 1920a.

\_\_\_\_\_. Antinoüs – estudo da cultura atlética [1920b]. In: AZEVEDO, F. de. **Da Educação física. O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** Obras completas, v.1. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos 1960.

\_\_\_\_\_. **Da Educação física. O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** Obras completas, v.1. 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos 1960.

\_\_\_\_\_. O Segrêdo da Marathona: Apologia da Cultura Athletica. Conferência proferida na Sociedade Eugênica de São Paulo [1919]. In: AZEVEDO, F. de. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. **Atlética antiga e atlética moderna.** In: AZEVEDO, F. de. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. A evolução do esporte no Brasil [1930a]. In: AZEVEDO, F. de. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. Praças de jogos para crianças ensaio de hygiene social [1930b]. In: AZEVEDO, F. de. **Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** 3ª. Edição (Revista pelo autor). Edições Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. **A educação pública em S. Paulo: Problemas e discussões – Inquérito para ‘O Estado de S. Paulo’ em 1926.** Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937.

\_\_\_\_\_. Ouvindo um apóstolo da educação physica no Brasil: Fernando de Azevedo fala a nossa revista. **REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA**, 1936, n.5, p. 45-47.

\_\_\_\_\_. O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). In: **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959).** AZEVEDO, F., [ET AL]. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

\_\_\_\_\_. **História de minha vida.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

KEHL, R. F. **A cura da fealdade – eugenia e medicina social.** Editora Monteiro Lobato e Co. São Paulo, 1923.

\_\_\_\_\_. **Perguntas a um eugenista.** Reimpressão de “A Folha Médica” de 01 de Janeiro de 1927. Rio de Janeiro. Estabelecimento Graphico CANTON & BEYER, 1927.

\_\_\_\_\_. **Lições de eugenia.** Refundida e aumentada. Lições de Eugénia. Refundida de aumentada. 2 ed. Rio de Janeiro: Editor Brasil, 1935. [1ª. ed. 1929]

\_\_\_\_\_. **A Eugenia no Brasil – Esboço histórico e bibliográfico** – *Comunicação ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, Julho de 1929. Sodré & Cia. – Editores. Rio de Janeiro, 1929a. Separata do “BRAZIL-MEDICO”, n. 30. 27-7-929.

\_\_\_\_\_. **A eugenia pratica: Falsos e apressados conceitos – Considerações simples – Receios de mediocrizar a especie Genios dysgenicos**. Reimpressão de “A Folha Médica” de 15 de Fevereiro de 1929. Rio de Janeiro. Estabelecimento Graphico CANTON & BEYER, 1929b.

\_\_\_\_\_. **Aparas eugênicas: Sexo e civilização (novas diretrizes)**. Livraria Francisco Alves, 1933.

\_\_\_\_\_. **Por que sou eugenista: 20 anos de Campanha eugênica 1917-1937**. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1937.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data**. Secção de obras de O Estado de S. Paulo – São Paulo, 1925.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sul-americanos**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2ª. ed. 1956.

\_\_\_\_\_. **Nordeste**. São Paulo: Editora Anhembi, 1963.

\_\_\_\_\_. **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. **A comunhão paulista**. Revista do Brasil, v.21, set-dez. 1922, ano VII. São Paulo - Rio – Brasil.

\_\_\_\_\_. “Dissidência republicana, reação democrática” – Discurso pronunciado na Faculdade de Direito de São Paulo, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada em 24 de novembro de 1948. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. “Contribuição brasileira ao espírito liberal”. Palestra feita na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 10 de dezembro de 1949. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. “Palavras de fé aos adolescentes”. Discurso pronunciado na sessão de formatura do Liceu Pasteur, de São Paulo, em 16 de Dezembro de 1954. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. “Universidade, realização da revolução democrática”. Discurso de paraninfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo (25 de janeiro de 1937). In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. “Conceitos e ideais de Armando de Salles Oliveira”. Palestra feita na sessão de formatura dos licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em 26 de Dezembro de 1945. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. **“Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo”**. Aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

\_\_\_\_\_. “Um centro paulista de estudos científicos”. Discurso de posse como sócio honorário da Academia Paulista de Medicina. In: **Política e Cultura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

### **Jornais e sites consultados**

OESP, 04-04-1918

OESP, 08-06-1929

OESP, 27-01-1934

OESP, 09-05-1934

OESP, 04-01-1975

OESP, 21-12-2012

<http://acervo.estadao.com.br/>

<http://cpdoc.fgv.br/>

<http://www5.usp.br/>

<http://www.abe1924.org.br/>

# **ANEXOS**

## ANEXO A - Trechos de cartas e pareceres de jornais sobre livros de Renato F. Kehl<sup>417</sup>

### Livro: “Psicologia da Personalidade”<sup>418</sup>

“... por vezes, julguei-me o autor do livro, tão cheio de idéias em completa ressonância com as minhas. Ansioso aguarda a vinda de outra obra primorosa, o grande admirador.”

*Rocha Vaz*

(Prof. da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil)

“... o seu belo ensaio de psicologia objetiva e a sua magnífica, rica e variada galeria de tipos deram-me algumas horas de grande prazer literário e científico. E hei de me aproveitar dela para os meus estudos sobre o papel das elites no Brasil. Que sagaz psicólogo, que penetração balzaquiana a sua, meu caro amigo!”

*Prof. Oliveira Vianna*

(da Academia Bras. de Letras)

---

### Livro: “Catecismo para adultos” de Renato Kehl

“... Renato Kehl, o infatigável, não se limita a ensinar – o que tem feito em numerosos livros agradáveis e instrutivos – passa agora a catequizar.”

“Jornal do Comércio”

Rio de Janeiro

“... O seu livro, que é de grande atualidade, aborda problemas da mais alta transcendência em linguagem escorreita, precisa, acessível, revelando ao mesmo tempo seus profundos conhecimentos de biologia, sobretudo a biologia aplicada à sociologia.”

Prof. Dr. A. C. Pacheco e Silva

(Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo)

“... Representa mais uma grande etapa da ambientação da Eugenia no Brasil.”

Prof. A. J. de Sampaio

(do Museu Nacional)

---

<sup>417</sup> DAD - COC - Fiocruz (Fundo Renato Kehl)

<sup>418</sup> Folheto impresso. Não consta data.

**Livro: “Bio-Perspectivas”** – apresentação de Renato F. Kehl (da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Academia Nacional de Medicina de Lima, da Soc. Fr. d’Eugenique Paris, da Eugenics Society-Londres)

“Bio-Perspectivas” é a última obra do conhecido pensador e publicista Renato Kehl, na qual se acham sumariados os seus estudos de longos anos sobre as principais questões filosóficas. É um “livro-síntese” que se lê com indizível prazer e grande aproveitamento, sobretudo porque o autor escreve com a máxima limpidez, pondo em foco várias concepções errôneas que se perpetuam até o presente. Para cada questão o autor apresenta um punhado de idéias e explicações sólidas e claras sob a forma de “dicionário filosófico”.

“Bio-Perspectivas” traz como prefácio um extenso e interessante estudo de Monteiro Lobato com a síntese crítica da personalidade do autor e de sua obra.

#### ALGUMAS APRECIACÕES:

“... Felicito-o pela obra realizada, de tão grande elevação de idéias, tão bem fundada em sólido saber e tão impregnada de experiência e observação.

Como sou um devoto das idéias puras e como creio que só a inteligência trouxe o homem da caverna pré-histórica ao século XX, considero bem-vindas todas as obras que, como a de V. Excia., encaminham o público para o respeito da inteligência, para a confiança nela e em todo o esforço de compreensão”.

*Fedelino de Figueiredo*

(da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo).

---



## ANEXO B - Comentários dos livros de Renato F. Kehl em *OESP*<sup>419</sup>

### Livro: “Envelhecendo sorrindo”

“... Eis mais um interessante volume dêsse admirável vulgarizador de conhecimentos científicos que é Renato Kehl. Leitura instrutiva em que a velhice nos é revelada cientificamente, mas nem por isso de modo menos simpático e atraente.

“*O Estado de São Paulo*”

---

### Livro: “Educação moral”

“... O tema dominante das lições de “EDUCAÇÃO MORAL” é a formação das novas gerações através de exemplos e observações que, devidamente concentrados, visam corrigir o vício e mostrar o caminho do bem.”

“*O Estado de São Paulo*”

---

### Livro: “Catecismo para Adultos”

“... Verdadeiro repositório de elevados ideais.”

“*O Estado de São Paulo*”

---

### Livro: “Bio-Perspectivas”

... O autor chama a este livro de “seu testamento espiritual”, pois nele procurou fixar as concepções referentes a varios temas que preocupam os que aspiram “pensar” e “acertar”, utilizando os seus próprios recursos intelectuais, à margem de preconceitos sectaristas e de juízos “a priori”.

Essa obra, que traz como recomendação inicial o nome do laborioso eugenista que é o Dr. Renato Kehl, merece de nossa parte referencia especial, pois se trata, como diz no prefacio o Sr. Monteiro Lobato, de uma “obra sem irmã em nossas letras, honesta como a que mais o é, lealissima, irreverente para com todos os tabús arrogantes, solida da solidez germanica, construtiva em alto grau e rica de largos horizontes”.

“*O Estado de São Paulo*”.

---

<sup>419</sup> DAD - COC - Fiocruz (Fundo Renato Kehl)

### **Livro: “Educação Moral”**

“... O tema dominante das lições de “Educação Moral” é a formação das novas gerações através de exemplos e observações que, devidamente concentrados, visam corrigir o vício e mostra o caminho do bem.”

*“O Estado de S. Paulo”*

---

Texto manuscrito: “Bio-Perspectivas”

Bio-Perspectivas, de Renato Kehl, Livraria Francisco Alves S. Paulo.

Em elegante volume, com cerca de 200 paginas, a Livraria Francisco Alves, desta capital, acaba de publicar o livro "Bio-Perspectivas", do dr. Renato Kehl, conhecido e admirado eugenista e autor de varias obras bastante diffundidas no paiz, como "A cura da Fealdade", "Eugenia e Medicina Social", "Lições de Eugenia" e outras.

Neste livro, que vem prefaciado pelo sr. Monteiro Lobato, o dr. Renato Kehl reuniu os conceitos que representam a summula do seu aprendizado, durante quarenta annos, no contacto com as idéas, as doutrinas, as hypotheses, as realidades e os soffrimentos.

O autor chama a este livro de "seu testamento espiritual", pois nelle procurou fixar as concepções referentes a vários themas que preocupam os que aspiram "pensar" e "acertar". Utilizando os seus proprios recursos intellectuaes á margem de preconceitos sectaristas e de juízos "á priori".

Essa obra, que traz como recomendação inicial o nome do laborioso eugenista que é o dr. Renato Kehl, merece de nossa parte referencia especial. pois se trata, como diz no prefacio o sr. Monteiro Lobato, de uma "obra sem irman em nossas letras, honesta como a que mais o é, lealissima, irreverente para com todos os tabús arrogantes, solida de solidez germanica, constructiva em alto grau e rica de largos horizontes".

*(“O Estado de São Paulo, 31/7/38”)*

---

### **Livro: Guia sinoptico de Filosofia**

... fonte preciosa e segura de dados sobre as grandes figuras de filosofos de todos os tempos, com um resumo muito fiel das suas tendencias e diretrizes. É um livro que serve de roteiro para os estudantes do curso de filosofia e (corrigido por: como) para os versados nessa ~~materia~~ (corrigido por: especialidade e) que tenham, de momento, precisão de um dado exato e de uma informação perfeita sobre qualquer escola filosofica ou sobre qualquer inovador da materia.

*"O Estado de São Paulo"*

Livro: "ATRAVÉS DA FILOSOFIA, de Renato Kehl, edição da Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

Após a publicação do "Guia Sinoptico de Filosofia", dedicou-se o autor á presente obra, na qual procura dar expressão panoramica ao atual pensamento filosofico. Depois de desenvolver Considerações em torno da "Filosofia e o Bioperspectivismo", da "Crise de Atitudes Filosoficas", de "Contradições legitimas e aparentes" e de novo delineamento para o "Estudo da Filosofia", Renato Kehl desenvolve, nas paginas deste novo livro, os rumos da filosofia bio-perspectivista. Como fecho, dá-nos o "Retorno á Filosofia", em que borda reflexões sobre a situação academica com relação ás preocupações do momento.

(Anotação manuscrita: "O Estado, 28-9-46")

---

*Educação Moral*, pelo Dr.  
Renato Kehl – Livraria  
Francisco Alves – S. Paulo

O dr. Renato Kehl, a quem o problema eugenico deve valiosas contribuições para a sua solução no Brasil, reuniu neste volume, que é destinado aos jovens, questões de fácil compreensão para as crianças de mais de dez annos. O thema dominante dessas lições é a educação das novas gerações, através de exemplos e observações, que, devidamente commentados, visam corrigir o vicio e mostrar o caminho do bem. Em "algumas palavras aos mestres", o autor perfeitamente define o caracter da sua cartilha nos seguintes topicos: "Na idade escolar a personalidade da criança começa a accentuar-se para evidenciarem-se aos poucos os caracteres dominantes e mais ou menos estaticos. A missão dos paes e dos mestres nesta phase de desenvolvimento, não é só ethica como esthetica: impõe-se-lhes auxiliar o desdobramento dos esboços vivos em personalidades caracterisadas, futuros cidadãos, uteis a si mesmo, factores de cooperação e de bem-estar coletivo. Tivemos em vista, neste pequeno manual, fornecer a substancia adequada a este fim educativo, bem como sugerir os pontos principaes e a focalisar nos debates amplos e sugestivos pelos próprios alumnos nas clases". O volume que é bem ilustrado, impressiona tambem pela sua cuidada confecção graphica.

***O "Estado de São Paulo"***  
Domingo 9/5/37  
(data manuscrita)

**ANEXO C - Divulgação da Sociedade Eugênica de São Paulo no jornal OESP****Jornal O Estado de São Paulo**

Data do artigo: 4 de abril de 1918, p. 03

Fonte: Acervo Estadão.com.br

**Movimento Associativo**

Sociedade Eugénica de São Paulo

Realizou-se hontem, ás 20 horas e meia, na séde da Sociedade de Medicina e Cirurgia, a annunciada reunião da Sociedade Eugénica de São Paulo.

Aberta a sessão pelo Sr. Dr. Olegario de Moura, vice-presidente, é lida e aprovada a acta da assembléa uterior. O sr. secretario lê um officio do professor dr. Amancio de Carvalho e uma carta do professor dr. Souza Lima, que agradecem as suas nomeações para presidentes honorários da Sociedade. Lê uma carta do professor dr. Juliano Moreira que se congratula com a fundação da Sociedade Eugénica de S. Paulo e desejando-lhe prosperidade. Ao mesmo tempo participa a fundação de uma agremiação congenere no Rio de Janeiro.

Lê mais um officio do dr. Moncorvo Filho, director fundador do Instituto de protecção da infancia.

É, em seguida, dada a palavra aos dr. Renato Kehl, secretário geral, que pronuncia as seguintes palavras:

“A classe medica de S. Paulo deve orgulhar-se de ter aqui fundado a primeira sociedade eugenica no Brasil. Esta, diffundindo com Miguel Pereira, Placido Barbosa, Belisario Penna e muitos outros, a maneira como se propagam as moléstias e como se as evitam, prestará ao nosso país o maior de todos os serviços.

O nosso povo ignora por completo os mais comezinhos preceitos da hygiene. Não devemos, pois, deixar aos azares do tempo o angustioso deperecimento de tão grande numero de victimas da ignorancia, sabendo-se que muitas endemias e epidemias que assolam o nosso vasto paiz precisam não tanto dos esforços eliminadores do governo, mas principalmente da prophylaxia individual. Quando cada brasileiro tiver noção de como se adquire a syphilis, o imapludismo, e souber auxiliar os conjugados esforços dos nossos dirigentes, estamos certos, que diminuirão os numeros negros da lethalidade brasileira.

Para uns, o nosso meio esta pouco madura para [invocativas?] desta natureza, e para certo chronista de importante vespertino as conferencias ilustrativas, que, a convite da

Sociedade Eugénica da S. Paulo, vão realizar nesta capital alguns cientistas em evidencia, ‘tem apenas um inconveniente – a sua absoluta esterilidade’. Além disso, nada mais são que ‘uma iniciativa perfeitamente de accôrdo, com a nossa mania de latinos: - a parolagem’.

Pois bem, nesta questão de eugenismo, a parolagem não é em vão, uma vez que os nossos intuitos são exactamente de vulgarisar conhecimentos hygienicos e eugenicos. Há principios elementaríssimos que são ignorados por muita gente tida como culta. Que se poderá dizer do povo em geral? Não nos é licito cruzar os braços, o ‘laisser-faire, laisser-aller’ já fez seu verão.

No discurso que pronunciamos na installação da Sociedade Eugénica dissemos com Périer que não tínhamos a pretensão de mudar em alguns annos o que a natureza edificara em quarenta milhões de annos. Esta phrase demonstra que sempre tivemos a visão clara da complexidade e das difficuldades do problema da eugenisacão da especie. Nem, no caso presente, com as conferencias que se vão fazer e com outros trabalhos de vulgarisacão de preceitos hygienicos, pretendemos conseguir a diminuicão immediata da mortalidade infantil, nem evitar de chofre a ‘transmissão de doenças evitáveis que ennegrecem os números dos nosso obituarios’.

Um nosso illustre professor denominando o Brasil um grande hospital chamou a attenção do governo e da classe medica para o estado lastimável da nossa população. Não esperava, acreditamos, que suas palavras tivessem tão grande echo e viessem em boa hora despertar um patriótico movimento em prol do eugenismo, em prol do saneamento, que é a mesma coisa, das nossas raças, mas endêmicas piagas.

Plácido Barbosa, diz que ‘esta idéia do saneamento do Brasil é das que se denominam ‘idéias-forças’ e já se acha unida a sentimento, há de se lhe seguir fatalmente a accção: Ella não poderá mais ficar reduzida ao simples psittacismo’.

Em São Paulo, orgulhamo-nos em dizer, nasceu a primeira agremiacão eugénica, cujos intuitos são o de propugnar pelo combate contra muita endemias que com progressivo recrudescimento vem ceifando desapiedosamente a nossa gente. É do seu programma disseminar por meio de conferencias, artigos, folhetos, conhecimentos elementares, mas indispensaveis , entre a nossa leiga população, de modo que ella se acautele, não se enfraqueça, ao contrario, se avigore.

Não acreditamos absolutamente na fallencia dos nossos esforços. Todas as idéais lançadas no árido terreno da opinião publica, são como sementes lançadas entre rochas. Mas, entre pedras germinam, quando numa pequena resga encontram o terrenos da boa vontade, da boa comprehensão.

Pregar principios de hygiene e eugênicos, não é pregar doutrinas num deserto. Alguem ouvirá e entenderá o alcance dessas predicas scientificas. As difficuldades são grandes estímulos e na expressão de Ruy Barbosa, cumpre plantar carvalho e não couves, e pois, se assim fizermos, altruisticamente, emprestando o nosso esforço á causa do saneamento do Brasil, equivalerá a prestarmos culto ao vigor, a robustez, e contribuiremos assim para que a nossa raça em vez de se enfraquecer, venha a ser forte e sadia, para merecer a rica terra da promessa que possui.

É triste o confronto entre a população brasileira mirrada, doente, anêmica e a americana, a argentina, a ingleza, a alleman, vigorosas de homens altos, corados, de amplos thorax, ao contrario da nossa gente, que de pé são como hastes ao sabor do vento, na comparação exagerada de um pessimista.

O brasileiro é oriundo de raças de boa tempera.

Seria um typo representativo da resistênciã, se não fossem os males que o perseguem: 'são a anckliostomiãse ou opilação, o impaludismo, a trypanosomiãse e ao lado de tudo isso, uma anomia geral, parte devida a algumas dessas doenças, parte a um gênero de alimentação e de viver em desacordo com as necessidades do organismo e com o clima', dahi, dix o dr. Placido Barbosa, uma média de 70% de doença: Esta porcentagem assustadoramente alta não é exagerada. É preciso não considerã-a somente para [?], mas sim no vasto plano comprehendido ao Amazonas no Rio Grande do Sul.

Mesmo no limite das grandes cidades, como na nossa Paulicéia, vamos encontrar factores lethaes como a tubérculos, a syphilis e outras moléstias demonstradas nas estatísticas demographicas, que nos não dão [...] honroza em confronto com outras cidades do mundo.

Que a Sociedade Eugenicã de São Paulo continue a exercer a sua acção no sentido de attingir o seu desideratum e verão os incredulos e iconoclastas que ella contribue poderosamente para o verdadeiro resurgimento nacional”.

O dr. Olegario Moura felicita o dr. Kehl pela leitura do seu trabalho e convita a casa a tomar na devida consideração os estudos de Eugenia que estão sendo [...] nesta capital. Faz considerações sobre o problema eugenico no Brasil e que considera a maior aspiração e o maior problema nacional. Refere-se a uma passagem do livro 'Sertões', do genial Euclides da Cunha, em que o incomparavel escriptor teve a intuição da Eugenia.

O dr. Oswaldo Portugal pede para lançar-se na actã um voto de louvor ao dr. Belisario Penna pela sua patriótica campanha eugenica.

O dr. Th. De Alvarenga faz um elogio á campanha iniciada pelo sr. Monteiro Lobato nas columnas do ‘Estado’, e alvitra a idéia de se pedir a esse propagandista licença para a Sociedade publicar os seus artigos em folhetos, afim de serem largamente distribuídos.

\*\*\*